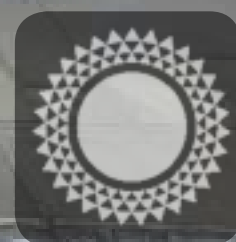


AXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

pequenas cidades II

n.20, v.6
verão de 2022



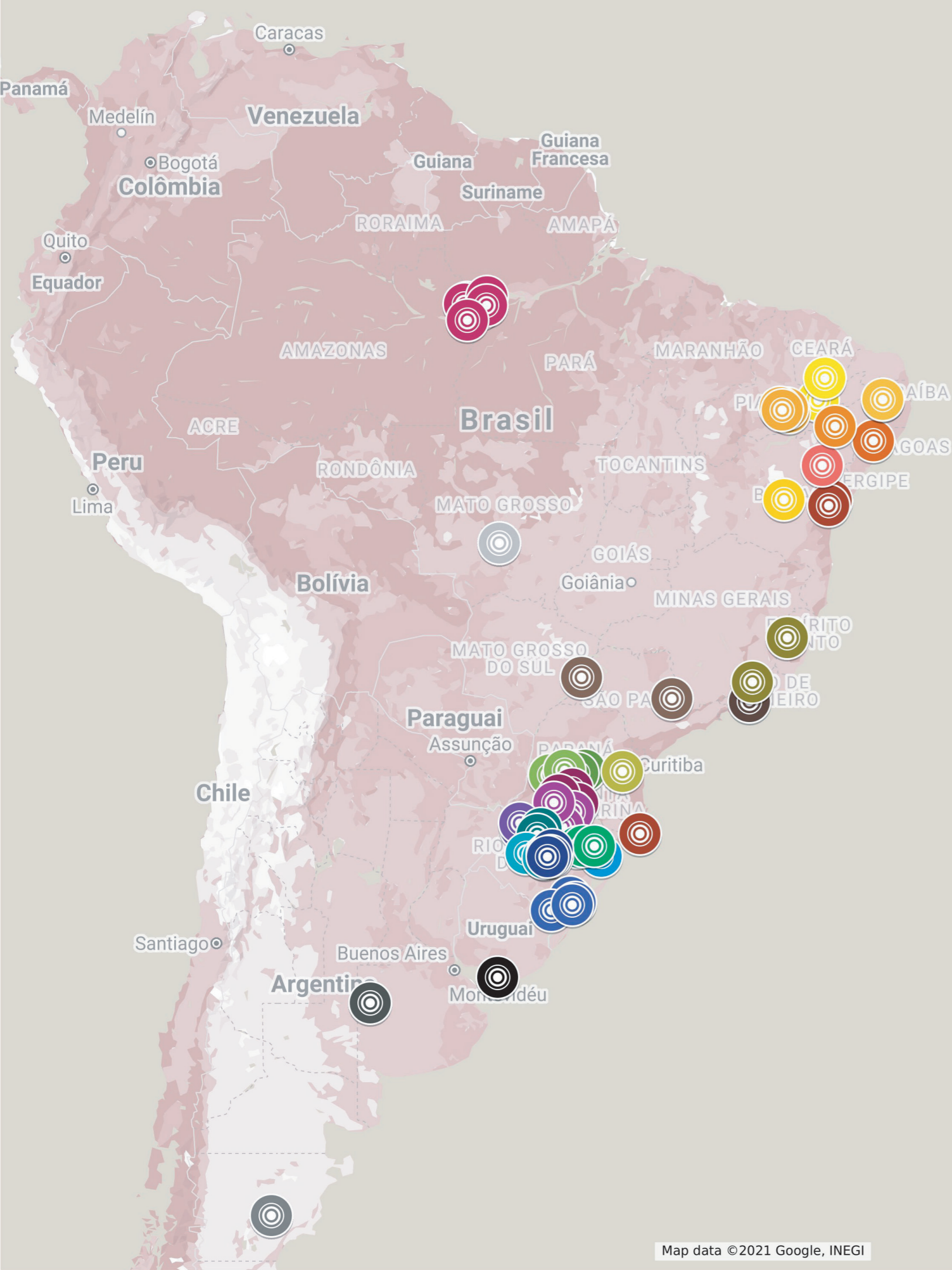


REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

pequenas cidades II

n.20, v.6
verão de 2022





BRASIL

Região Norte

- Sub-Região do Baixo Amazonas:
 - Barreirinha
 - Boa Vista Do Ramos
 - São Sebastião do Uatumã
 - Urucará

Região Nordeste

- Recôncavo Baiano:
 - Cachoeira
 - São Felipe
- Território do Sisal/BA:
 - 18 municípios
- Estado de Alagoas:
 - Municípios com até 20 mil habitantes
- Região do Submédio do Rio São Francisco/BA:
 - Nova x Velha Rodelas
- Sertão do Piauí:
 - Conceição do Canindé
 - Jacobina do Piauí
 - Paulistana
 - Vila de Pedra Redonda
- Cariri Paraibano:
 - Cabeceiras
 - São João do Cariri
- Chapada de Diamantina/BA:
 - Lençóis
- Interior do Ceará:
 - Vila Neuma/Iguatu
- Bacurau (ficção)

Região Centro-Oeste

- Estado do Mato Grosso:
 - Municípios com até 50 mil habitantes

Região Sudeste

- Interior de São Paulo:
 - Conchal
 - Paulicéia
- Interior de Minas Gerais:
 - São João Nepomuceno
 - Vale do Rio Doce – Itueta
- Interior do Rio de Janeiro:
 - Comunidade Neylor-Barcellos/Petrópolis

Região Sul

- Centro-Sul do Paraná:
 - Foz do Jordão
 - Pinhão
 - Reserva do Iguaçu
- Sudoeste do Paraná:
 - Ampére
 - Sulina

- Região Metropolitana Curitiba/PR:
 - Lapa
- Litoral de Santa Catarina:
 - Farol de Santa Marta/Laguna
- Oeste Catarinense/SC:
 - Pinhalzinho
 - Aberlado Luz
 - Chapecó
 - Concórdia

- Região Alto Uruguai/RS:
 - Erechim
- Região Médio Alto Uruguai/RS:
 - Iraí
- Região da Produção/RS:
 - Carazinho
- Região das Missões/RS:
 - Roque Gonzales
 - São Luiz Gonzaga

- Região Noroeste/RS:
 - Jóia
 - Ijuí
- Vale do Taquari/RS:
 - Nova Brésia
- Serra Gaúcha/RS:
 - Santa Tereza
 - Caxias do Sul

- Região Metropolitana Porto Alegre/RS:
 - Parobé
- Região Central do Rio Grande do Sul:
 - Campus sede da UFSM/Santa Maria
 - Distrito de Arroio Grande/Santa Maria
 - Jaguarí

- Quarta Colônia/RS:
 - Dona Francisca
 - Faxinal do Soturno
 - Ivorá
 - Nova Palma
 - Pinhal Grande
 - São João do Polêsine
 - Silveira Martins

- Região Sul do Rio Grande do Sul:
 - Arroio do Padre
 - Herval
 - Passo dos Negros/Pelotas
 - Colônia de Pescadores Z3/Pelotas

URUGUAI

- Montevideú:
 - Complexo Habitacional José Pedro Varela

ARGENTINA

- Provincia de Buenos Aires:
 - Trenque Lauquen
- Región Patagónica:
 - Provincia del Chubut



Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<https://wp.ufpel.edu.br/cmasc/>
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjuntos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editoras Associadas

ANGELA MARIA ENDLICH
LUANA PAVAN DETONI
PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
VANESSA FORNECK

Comitê Científico e Conselho Editorial

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI

JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica

PAULA PEDREIRA DEL FIOLE
VANESSA FORNECK

Suporte Técnico

LAÍS DELLINGHAUSEN PORTELA

Revisão Linguística

ANA DOS SANTOS MAIA
MARTHA HIRSCH
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação

EDUARDO ROCHA

Fotos de capa

HUMBERTO LEVY DE SOUZA

apresentação

Este segundo volume, 20ª Edição da Revista Pixo, fruto da chamada *PEQUENAS CIDADES: CAPTURAS DIVERSAS ACERCA DESSES ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS DO MENOR*, também apresenta um conjunto de 29 trabalhos. Alguns de cunho filosófico e artístico, outros resultantes de análises da percepção ambiental e da produção do espaço urbano. Esta edição ainda expõe trabalhos no âmbito da disciplina de Arquitetura e Urbanismo, são experiências de ensino-aprendizagem, análises projetuais e propostas frutos dos trabalhos finais de graduação. Assim como no volume anterior, alguns autores abordaram a temática das pequenas cidades como questão central, outros apenas através do recorte territorial. Apesar das diferenças epistemológicas e territoriais, os modos de aproximação com o tema buscam revelar a potência compreendida pelo menor.

A *PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE*¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) *Cidade+Contemporaneidade*, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e *Arquitetura, Derrida e Aproximações*, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A 20ª Edição temática *Pequenas Cidades II* é dirigida por Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Mikripoli: Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades*.

Agradecimento aos revisores da edição: Adilar Antonio Cigolini, Adriane Borda Almeida da Silva, Ana Lucia Costa de Oliveira, Ana Paula Polidori Zechlinsk, Ana Paula Vieceli, Bárbara de Barbara Hypolito, Carolina Mesquita Clasen, Carolina Corrêa Rochefort, Celma Paese, Christiano Piccioni Toralles, Cristine Jaques Ribeiro, Débora Souto Allemand, Denis Cereja dos Santos, Emanuela Di Felice, Gisele Silva Pereira, Gustavo de Oliveira Nunes, Helene Gomes Sacco, Iazana Guizzo, Jaqueline Telma Vercezi, Juliana Carolina Teixeira, Karla Fabrícia Moroso dos Santos de Azevedo, Larissa de Mattos Alves, Lisandra Fachinello Krebs, Liziane de Oliveira Jorge, Lorena Maia Resende, Lucas Salmeron, Marcos Antonio Queiroz, Marcus Saraiva, Otávio Martins Peres, Paulo Afonso Rheingantz, Paulo Fernando Jurado da Silva, Paulo Roberto Santana Borges, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, Rafaela Barros de Pinho, Roberta Krahe Edelweiss, Shirley Terra Lara dos Santos, Valentina Machado, Vanessa Forneck e Viviane Martins de Souza.

Angela Maria Endlich, Luana Pavan Detoni e Eduardo Rocha

Verão de 2022

¹ Link acesso Revista Pixo <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>>

editorial

PEQUENAS CIDADES II.....	12-17
<i>Angela Maria Endlich e Luana Pavan Detoni</i>	

autor convidado

@CAPITAL.....	20-51
<i>Fernando Fuão</i>	

resenha

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS Reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas, de Paulo Roberto Baqueiro Brandão.....	54-59
<i>Pedro Henrique Carnevalli Fernandes</i>	

artigos e ensaios

CIDADE MENOR E A MAIS ALTA POTÊNCIA DO FALSO “Vem mentir em Nova Bréscia”.....	62-87
<i>Ana Paula Vieceli e Eduardo Lanius</i>	
“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?” Sobre bordas e transbordamentos de um lugar-sertão no Piauí.....	88-103
<i>Matheus Gomes Chemello e Patricia Fernanda de Sousa Cruz</i>	
DAS MARGENS AO CENTRO Quando a arte habita o menor.....	104-117
<i>Paulo Reyes e Germana Konrath</i>	
PELOS USOS MENORES Um pequeno território das práticas artísticas banais.....	118-129
<i>Thiago Heinemann Rodeghiero</i>	

O ESPAÇO DE FORA Experiências poético-educativas em artes visuais no espaço urbano.....	130-143
<i>Giuliana Picolo Bertinetti e Guilherme Susin Sirtoli</i>	

BACURAU Uma experiência estética e política acerca do menor.....	144-157
<i>Paulo Reyes, Luana Pavan Detoni, Lucas Boeira Bittencourt e Gabriel Silva Lopes Fernandes</i>	

EXPERIMENTAÇÃO E HISTÓRIA DE UM FAROL Trajetos intensivos e extensivos na pequena localidade do Farol de Santa Marta.....	158-173
<i>Gustavo de Oliveira Nunes e Adriane Cristhine Silva Moraes</i>	

A PERFORMATIVIDADE DO CAMINHAR Uma possibilidade de análise espacial em Petrópolis/RJ.....	174-197
<i>Alline Serpa</i>	

URBANISMO TÁTICO E A EXPERIÊNCIA DO MENOR Ações colaborativas na Vila Neuma, Iguatu, Ceará, Brasil.....	198-217
<i>Mariana Araújo de Oliveira, Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha e Ruth Maria da Costa Ataíde</i>	

SOBRE VIVER Os diferentes corpos e a cidade.....	218-229
<i>Terezinha de Oliveira Buchebuan, Luiza Signori, Manuela Rettore e Maurício Rossini dos Santos</i>	

RASTROS DA HISTÓRIA GEOGRÁFICA DO MENOR Permanência e transformação em pequenas localidades.....	230-247
<i>Gustavo Maciel Gonçalves e Ana Paula Neto de Faria</i>	

ASSOCIAÇÕES SIMBÓLICAS E AFETIVAS DOS MORADORES COM A PAISAGEM DA CIDADE PEQUENA.....	248-263
<i>Auriele Fogaça Cuti e Natalia Naoumova</i>	

JANELAS DE SANTA TEREZA Aplicabilidade dos mapas mentais na percepção da paisagem cultural..	264-281
<i>Marcio Zanella, Adriana Araújo Portella e Natália Naoumova</i>	

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA E AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM SÃO FELIPE/BA.....	282-297
<i>Maiara Cerqueira Leandro</i>	

**A VIDA URBANA E AS RURALIDADES NAS CIDADES
PEQUENAS DO TERRITÓRIO DO SISAL-BAHIA-BRASIL.....298-311**
Onildo Araujo da Silva e Edinusia Moreira Carneiro Santos

**CIDADES PEQUENAS E AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DA
PANDEMIA COVID-19.....312-327**
*Ana Maria Girotti Sperandio, Barbara Bonetto, Tailana Fraga Lima
e Jussara Conceição Guarnier*

**ENTRE A MAQUETE DE ESTUDOS, JOGOS EDUCATIVOS
E PLATAFORMAS GOOGLE
O ateliê integrado no contexto das pequenas e médias cidades
brasileiras.....328-351**
Wellington Tischer e Adalberto da Rocha Heck

**LUGARES DAS NOSSAS VIDAS NO PROCESSO EDUCACIONAL DE
ARQUITETURA E URBANISMO
Experiências plurais em pequenas cidades.....352-363**
Cristhian Moreira Brum, Tarcísio Dorn de Oliveira e Helena Copetti Callai

**COMPLEXO JOSÉ PEDRO VARELA
Projeto de comunidade em uma cooperativa habitacional uruguaia.....364-385**
Carolina Ritter e Célia Castro Gonsales

**ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO
Uma proposta para o município de Concórdia/SC.....386-401**
Gabriela Maria Fazzioni e Nébora Lazzarotto Modler

**BIBLIOTECA PÚBLICA PARA ERECHIM/RS
Um caminho para fomentar o desenvolvimento sociocultural
em municípios do interior.....402-417**
Natália Lindner e Nébora Lazzarotto Modler

**MERCADO PÚBLICO EM SÃO LUIZ GONZAGA
Diretrizes projetuais para o resgate às raízes locais.....418-437**
Camila Rosa Durão, Ana Paula Sarzi Ledur e Ísis Portolan dos Santos

**LAZER EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
Parque Comunitário Prainha em Roque Gonzales/RS.....438-459**
Ana Paula Sarzi Ledur, Camila Rosa Durão e Ísis Portolan dos Santos

**ESPAÇOS LIVRES E DINÂMICAS URBANAS
O caso da orla ferroviária de Carazinho/RS.....460-479**
Ernestina Rita Meira Engel e Renata Franceschet Goettens

parede branca

**ENTRE-LUGAR
Uma experiência da passagem em Jóia/RS.....482-491**
Ana Luiza Dambros Bazzan

**A REPRESENTAÇÃO DO DISTRITO DE ARROIO GRANDE
POR MEIO DO PROJETO COLLAGE.....492-501**
*Adriano da Silva Falcão, Anelis Rolão Flôres, Clarissa de Oliveira Pereira,
Fernanda Peron Gasparly e Gabriela Martins Flores*

**A AMAZÔNIA URBANA
Entre cores e geografias.....502-507**
Estevan Bartoli



PEQUENAS CIDADES II

Angela Maria Endlich¹ e Luana Pavan Detoni²

As 19ª e 20ª edições da Revista Pixo, fruto da chamada temática *Pequenas cidades: capturas diversas acerca desses espaços e experiências do menor*, nos revelam a potência dos encontros³. Encontros entre pesquisadores, entre disciplinas, entre territórios. Encontros que nos colocam em movimento e transformação, como pulso de vida. Acreditamos que os encontros proporcionados pelo conjunto de trabalhos dos dois volumes (Pequenas Cidades I e Pequenas Cidades II) podem animar os estudos sobre a temática, reiterando a necessidade de pautar essa outra interface do urbano, que às vezes se apresenta de modo oscilante entre ser ou não ser, como nas existências mínimas⁴.

Para a 20ª edição reservamos os trabalhos que apresentam experiências de cunho filosófico e artístico, de análises da percepção ambiental e da produção do espaço, também no âmbito das proposições dos projetos de Arquitetura e Urbanismo. São múltiplas apreensões sobre pequenas cidades/localidades, intervenções e ocupações nos espaços compreendidos pela potência do menor.

Destacamos o artigo *@Capital* do professor Fernando Fuão para compor a seção de autor convidado. Desejamos que o texto sirva como mediador e possa potencializar a captura de questões sobre as pequenas cidades que estão presentes ou poderão ser levantadas na leitura dos demais trabalhos desta edição. Em suma, ele aborda a pedagogia da arquitetura bancária, através de um jogo de linguagem o autor articula a relação intrínseca entre opressor e capital, entre oprimido e cidade pequena do interior. Também a distinção imbricada em viver no interior ou na capital, a interdependência destes territórios, em meio a outras tantas relações que convidamos os leitores a encontrar. Apontamos um questionamento que emerge deste trabalho e de certo modo perpassa pelos demais: O cerne de muitos dos problemas das pequenas cidades, das localidades, das periferias ou do interior estariam associados às práticas de ensino que não abordam o menor? Compartilhamos que pensamos no escopo dessa questão desde o estudo da Geografia no ensino fundamental.

A seguir temos a contribuição de Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, pesquisador que se dedica aos estudos sobre a temática das cidades pequenas e que gentilmente aceitou nosso convite para fazer a resenha da obra *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas* organizada por Paulo Roberto Baqueiro Brandão. Fernandes apresenta as principais reflexões teóricas, metodológicas e empíricas da coletânea, as quais considera serem fundamentais para compreender os espaços não metropolitanos.

1 Docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Mestrado e Doutorado em Geografia pela FCT/Unesp, Presidente Prudente-SP. Estágio doutoral e pós-doutoral na Universidad de Barcelona. Coordenadora da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. Email: amendlich@uem.br.

2 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Membro da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli. E-mail: luanadetoni@gmail.com.

3 Referência à noção de encontro vista em Spinoza.

4 Referência à obra de David Lapoujade.

Abrimos a seção de artigos e ensaios com o texto *Cidade menor e a mais alta potência do falso: “vem mentir em Nova Bréscia”* de Ana Paula Vieceli e Eduardo Lanius. Nessa leitura nos surpreendemos e nos divertimos, fomos convidadas a refletir com a genialidade dos autores que, através de mentiras e exageros revelavam, por vezes, singularidades inerentes às pequenas cidades. A partir desse ensaio, experienciado no Vale do Taquari, que anuncia o conceito de *literatura menor* de Deleuze e Guattari apresentaremos os próximos textos que também propõem encontros com o plano das noções filosóficas.

Nesse sentido, adentramos a região do Nordeste brasileiro com Matheus Gomes Chemello e Patricia Fernanda de Sousa Cruz, autores do artigo *“Cidade acaba com o sertão. Acaba?”: Sobre bordas e transbordamentos de um lugar-sertão no Piauí*. Os autores refletem profundamente sobre as tensões entre a borda e o hegemônico com base no contexto do Sertão do Piauí, discutem tanto a forma da opressão, como as linhas de fuga que reivindicam maneiras próprias de estar no mundo.

Na sequência, são apresentados dois textos compostos pela força do campo das artes agenciada à noção de menor da filosofia deleuze-guattariana. O ensaio *Das margens ao centro: quando a arte habita o menor* de Paulo Reyes e Germana Konrath problematiza o modo de produção do espaço urbano através da prática artística do mexicano Héctor Zamora. Enquanto, o artigo *Pelos usos menores: um pequeno território das práticas artísticas banais* de Thiago Heinemann Rodeghiero versa sobre o fazer artístico do próprio autor, a fim de explorar pistas e signos da processualidade.

Ainda, em meio aos planos da arte e da filosofia, o texto *O espaço de fora: Experiências poético-educativas em artes visuais no espaço urbano* de Julianna Picolo Bertinetti e Guilherme Susin Sirtoli e o texto *Bacurau: uma experiência estética e política acerca do menor* de Paulo Reyes, Luana Pavan Detoni, Lucas Boeira Bittencourt e Gabriel Silva Lopes Fernandes evidenciam obras brasileiras para pensar em experiências no espaço urbano. No primeiro título são abordadas a proposição coletiva *Divisor* de Lygia Pape e *Domingos da Criação* organizados por Frederico Moraes. No segundo é discutida certa realidade das pequenas cidades, visibilizadas a partir do filme *Bacurau*, com direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

Concluimos esse conjunto de trabalhos que apresentam experiências de cunho filosófico e artístico, com o ensaio *Experimentação e história de um farol: trajetos intensivos e extensivos na pequena localidade do Farol de Santa Marta* de Gustavo de Oliveira Nunes e Adriane Cristhine Silva Moraes. Os autores compõem uma cartografia fruto da narrativa histórica e antropológica do lugar, que é impulsionada pela narrativa do encontro físico com o território, cuja vivência resulta em um conjunto de relatos de um estrangeiro com olhar sensível, expresso em telas em aquarela produzidas pela curiosidade de um viajante.

Os próximos três artigos também nos convidam a pensar na possibilidade da captura do menor, mas no contexto de cidades maiores, localizadas em distintas regiões brasileiras. Percorremos o Sudeste com o texto *A performatividade do caminhar: Uma possibilidade de análise espacial em Petrópolis/RJ* de Aline Margarete da Mota Serpa; o Nordeste com o texto *Urbanismo tático e a experiência do menor: Ações colaborativas na Vila Neuma, Iguatu/CE*; e o Sul com o texto *Sobre viver: Os diferentes corpos e a cidade* de Terezinha de Oliveira Buchebuan, Luiza Signori, Manuela Rettore e Maurício Rossini dos Santos que mostra manifestações em Caxias do Sul/RS. Provocamos esse encontro dentro da edição, para revelar a importância de nunca homogeneizar ou generalizar os estudos sobre o espaço urbano, visto que compreender os distintos

contextos, assim como, a singularidade imbricada em cada território se faz fundamental.

A sequência de artigos a seguir capturam questões essenciais às pequenas cidades/localidades através de análises da percepção ambiental e da produção do espaço, estas evidenciam aspectos de sociabilidade e reflexões da interface com o rural. Como visto no artigo *Rastros da história geográfica do menor: Permanência e transformação em pequenas localidades* de Gustavo Maciel Gonçalves e Ana Paula Neto de Faria, que mostra a trajetória de ocupação da Colônia de Pescadores Z3, localizada na área rural de Pelotas/RS. Os autores dão ênfase aos fatores ambientais e à identidade estética e cultural da localidade.

Elaborados por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, os dois artigos a seguir analisam paisagens representativas da imigração italiana no Rio Grande do Sul. O artigo *Associações simbólicas e afetivas dos moradores com a paisagem da cidade pequena* de Auriele Fogaça Cuti e Natalia Naoumova tem como estudo de caso as cidades de Nova Palma e Silveira Martins, ambas pertencem à Quarta Colônia, na região central do estado. E o artigo *Janelas de Santa Tereza: aplicabilidade dos mapas mentais na percepção da paisagem cultural* de Márcio Zanella, Adriana Araújo Portella e Natalia Naoumova aborda o patrimônio arquitetônico de Santa Tereza, pequena cidade localizada na região da Serra Gaúcha.

Maiara Cerqueira Leandro, autora do artigo *A produção do espaço na cidade pequena e as relações de sociabilidade em São Felipe/BA* demonstra que a feira livre é um significativo espaço de sociabilização, sendo um local onde diferentes grupos de classes sociais se encontram. O texto apresenta expressivos depoimentos das entrevistas realizadas na pequena cidade do Recôncavo baiano.

Também no estado da Bahia, Onildo Araujo da Silva e Edinusia Moreira Carneiro Santos, autores do artigo *A vida urbana e as ruralidades nas cidades pequenas do território do Sisal/BA*, compartilham resultados da pesquisa de campo. Chama a atenção a metodologia de caracterização que destaca para este estudo 18 sedes municipais, do total de 20 que compõem o território do Sisal, compreendendo-as como cidades pequenas.

O artigo *Cidades pequenas e agricultura urbana no contexto da pandemia Covid-19* de Ana Maria Girotti Sperandio, Barbara Bonetto, Tailana Fraga Lima e Jussara Conceição Guarnier, apresentam experiências na cidade de Conchal/SP que sinalizam para questões emergentes aos processos de planejamento e gestão do espaço urbano, como a relevância da segurança alimentar e a perspectiva de cidades saudáveis.

Em síntese, o conjunto dos próximos artigos compreende reflexões voltadas à disciplina de Arquitetura e Urbanismo. Dentre as distintas proposições projetuais observamos que a temática das pequenas cidades apresenta influência teórica e metodológica em alguns trabalhos, em outros se faz presente apenas enquanto recorte territorial.

O artigo *Entre a maquete de estudos, jogos educativos e plataformas google: O ateliê integrado no contexto das pequenas e médias cidades brasileiras*, escrito pelos professores Wellington Tischer e Adalberto da Rocha Heck, apresenta o processo de ensino-aprendizagem a partir da integração das disciplinas de Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico para Habitação de Interesse Social. Eles compartilham a experiência com o Jogo do Estatuto da Cidade do Instituto Pólis, que propõem três cenários: Santo Expedito (capital regional), Rurópolis (cidade média do interior)

e Tesouro de Areia (pequena cidade do litoral que triplica sua população na alta temporada).

Reflexões acerca do ensino também aparecem no artigo *Lugares das nossas vidas no processo educacional de Arquitetura e Urbanismo: experiências plurais em pequenas cidades* de Cristhian Moreira Brum, Tarcísio Dorn de Oliveira e Helena Copetti Callai. Os autores descrevem as experiências do *Taller Vertical Internacional* e do *Workshop Binacional de Ideação e Intervenção Urbana*, que ocorreram respectivamente em Iraí e Ijuí, duas cidades do Rio Grande do Sul que se distinguem tanto pelo porte populacional, quanto pela sua dinâmica funcional.

Carolina Ritter e Célia Castro Gonsales, com o artigo *Complexo José Pedro Varela: Projeto de comunidade em uma cooperativa habitacional uruguiaia*, revelam que a qualidade espacial desses núcleos habitacionais se conforma com base em relações muito estreitas. Desse modo, tal arquitetura pode remeter a uma urbanização característica das pequenas cidades.

No âmbito das experiências em trabalhos finais de graduação em cursos de Arquitetura e Urbanismo, apresentamos inicialmente dois artigos que decorrem de projetos arquitetônicos elaborados na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. *Arquitetura escolar e educação do/no campo: uma proposta para o município de Concórdia/SC* de Gabriela Maria Fazzioni e Néborá Lazzarotto Modler e *Biblioteca Pública para Erechim/RS: Um caminho para fomentar o desenvolvimento sociocultural em municípios do interior* de Natália Lindner e Néborá Lazzarotto Modler. Ambos trabalhos oferecem capturas de contextos territoriais que nos instigam por compreendemos não serem tão usuais na academia, o primeiro por propor um equipamento na área rural e o segundo por propor um equipamento de abrangência regional.

Na sequência, apresentamos *Mercado Público em São Luiz Gonzaga: Diretrizes projetuais para o resgate às raízes locais* de Camila Rosa Durão, Ana Paula Sarzi Ledur e Ísis Portolan dos Santos e *O lazer em municípios de pequeno porte: Parque Comunitário Prainha em Roque Gonzales/RS* de Ana Paula Sarzi Ledur, Camila Rosa Durão e Ísis Portolan dos Santos. Os trabalhos compartilham a experiência da pesquisa e do processo projetual arquitetônico e paisagístico, respectivamente, realizados no trabalho de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria.

Por fim, encerramos a seção de artigos e ensaios com mais um trabalho fruto da graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS: *Espaços livres e dinâmicas urbanas: o caso da orla ferroviária de Carazinho/RS* de Ernestina Rita Meira Engel e Renata Franceschet Goettems. Os autores pontuam que a maioria dos estudos e referências projetuais evidenciam a realidade das cidades de grande porte. Assim, aproveitamos para ressaltar que nossa missão em capturar as pequenas cidades, ou outros contextos do menor no espaço urbano, não se encerra com esta segunda edição, há muito trabalho pela frente. Neste propósito, por exemplo, tem se reunido a rede de pesquisadores de pequenas cidades denominada Mikripoli⁵.

As contribuições da seção Parede Branca, mostram mais duas experiências voltadas à

⁵ Mais informações: <http://www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7569697792417528>

disciplina de Arquitetura e Urbanismo, ambas no estado do Rio Grande do Sul. *Entre-lugar: Uma experiência da passagem em Jóia/RS*, fruto do trabalho final de graduação realizado na Universidade Federal de Pelotas por Ana Luiza Dambros Bazzan. E *A representação do distrito de Arroio Grande por meio do projeto collage* de Adriano da Silva Falcão, Anelis Rolão Flôres, Clarissa de Oliveira Pereira, Fernanda Peron Gaspary e Gabriela Martins Flores que compartilha os criativos processos da disciplina de Composição Projetual I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana em Santa Maria/RS. O último trabalho desta seção, *A Amazônia urbana: entre cores e geografias* de Estevan Bartoli, exhibe nove obras do autor que revelam, por meio da arte, singulares manifestações do fenômeno urbano na Amazônia.

Compreendemos como essencial a possibilidade de encontrar, através desta chamada, um modo de estarmos juntos e assim aprendendo em conjunto, apesar de nossas diferenças territoriais ou epistemológicas, ainda mais diante desse contexto nefasto que vivemos pela pandemia da Covid-19 e pela precarização da educação. Reiteramos nossos sinceros agradecimentos aos 129 autores; aos 39 revisores, às editoras associadas Vanessa Forneck e Paula Pedreira Del Fiol; aos editores responsáveis Eduardo Rocha e Fernando Fuão; e ao artista Humberto Levy Souza, que nos presenteou com as capas das duas edições.

Desejamos que a leitura dos trabalhos continue provocando frutíferos encontros!



@ CAPITAL¹

@ CAPITAL

Fernando Fuão²

Resumo

Esse ensaio desloca as ideias da Pedagogia do oprimido de Paulo Freire para o campo da arquitetura, sob a forma de questionamento à pedagogia que é aplicada até hoje nas Faculdades de arquitetura – que aqui chamarei de Pedagogia da arquitetura bancária – comprometendo-a com a formação dos arquitetos e urbanistas e as decorrentes implicações sociais e questionando como o professor arquiteto tem desempenhado o papel de opressor-oprimido. Costuma-se pensar a Pedagogia do oprimido como uma metodologia que é preferencialmente aplicada aos processos de alfabetização de trabalhadores, esquecendo-se que a pedagogia do oprimido é para todos os âmbitos da educação, para todos e principalmente para os próprios educadores. O artigo @ capital é subcapítulo de um texto maior: A arquitetura da pedagogia bancária, onde se desconstrói o sentido da capital através da linguagem, desnudando a palavra capital (cap), e expondo os pré-conceitos e as oposições entre capital x cidades do interior, centro x periferia, Europa e terceiro mundo; estando esses sentidos completamente comprometidos com a questão da pedagogia bancária na arquitetura e urbanismo. Palavras-chave: Capital, cidades do interior, periferia, Paulo Freire, pedagogia do urbanismo.

Abstract

This essay moves the ideas of the Pedagogy of the Oppressed by Paulo Freire to the field of architecture, in the form of questioning the pedagogy that is applied today in Faculties of Architecture, which I will call Pedagogy of Banking Architecture here; committing it to the training of architects and urban planners and the resulting social implications, and how the teacher architect has played the role of oppressor-oppressed. It is customary to think of the Pedagogy of the oppressed as a methodology that is preferentially applied to the literacy processes of workers, forgetting that the pedagogy of the oppressed is for all areas of education, for all and especially for the educators themselves. The article @capital is a sub-chapter of a larger text: The architecture of banking pedagogy, where the meaning of capital is deconstructed through language, exposing the word capital, (cap), and exposing the preconceptions and oppositions between capital x cities from the interior, center x periphery, Europe and the third world; these senses being completely committed to the issue of banking pedagogy in architecture and urbanism.

Keywords: Capital, cities of the interior, periphery, Paulo Freire, pedagogy of urbanism.

¹ Esse artigo faz parte de um texto inédito intitulado *A pedagogia da arquitetura bancária*, fruto de um seminário, de mesmo nome, realizado no Programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (PROPAR/UFRGS, no ano de 2019).

² Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). Pós Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia/UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela *Escuela Técnica Superior de Arquitectura* de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese *Arquitectura como Collage*.

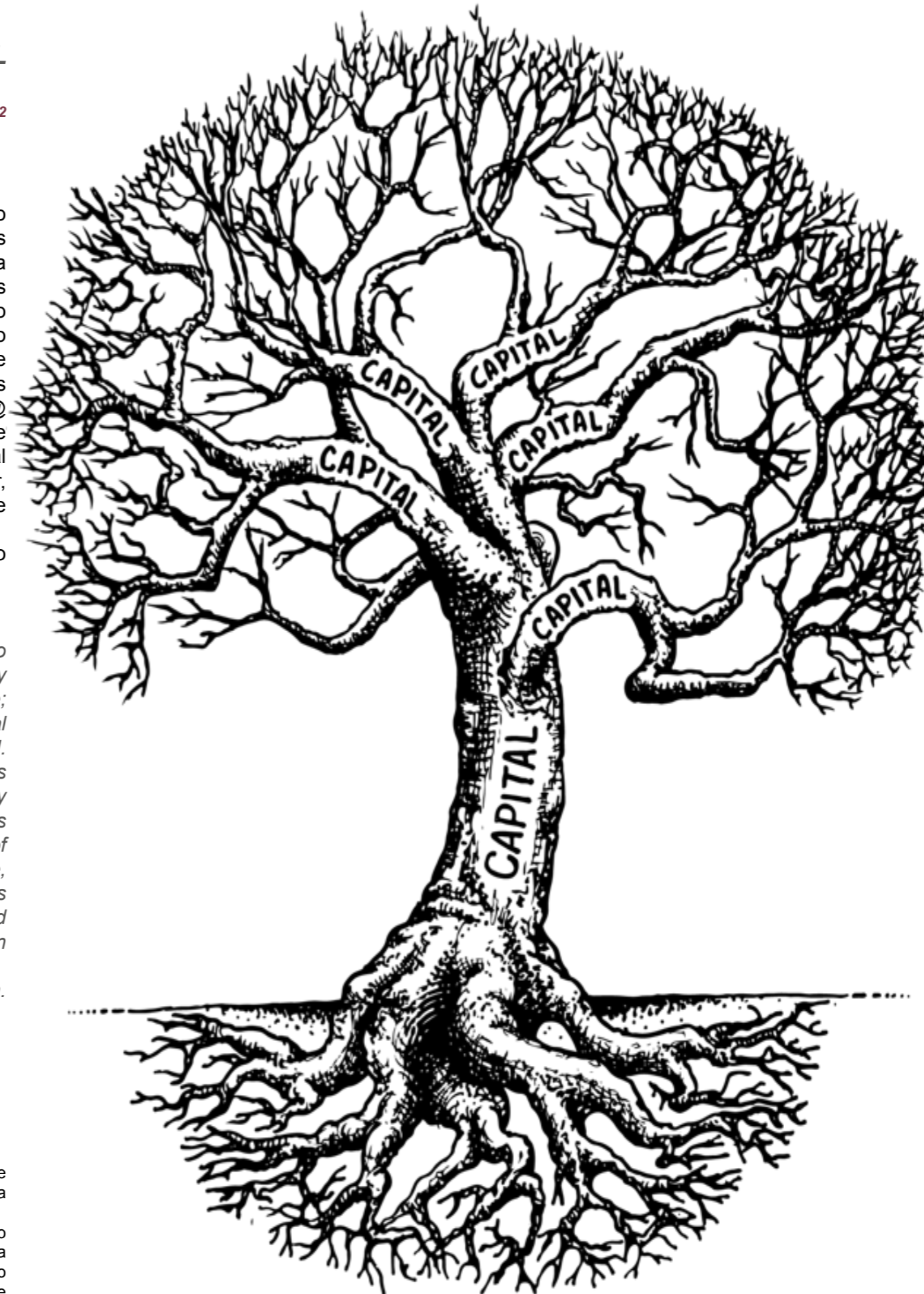


Figura 1 - @ CAP. Fonte: Desenho de Felipe Dutra. 2021.

Caput

Essas reflexões iniciais são para explicar a necessidade de reivindicar uma rica herança pedagógica pouco conhecida pelos arquitetos: *A pedagogia do oprimido* de Paulo Freire. Ao lê-la, percebe-se nitidamente que tudo o que está escrito sobre a pedagogia, de modo geral, pode ser facilmente transposto para o universo da arquitetura e urbanismo. Em outras palavras, a pedagogia do oprimido não é somente uma pedagogia libertadora, mas se aproxima da Filosofia da desconstrução, tal como pensou Jacques Derrida, principalmente em termos de hospitalidade, ética e de uma democracia por vir. Ao lermos a *Pedagogia do oprimido*, vamos percebendo a arquitetura do opressor, a arquitetura opressora, a pedagogia do professor arquiteto opressor, que, pouco a pouco, vai (de)formando, concretando as mentes dos estudantes com sua forma de estruturar e pensar o papel da arquitetura, inclusive da arquitetura moderna.

Para Paulo Freire, a concepção bancária da educação é um instrumento da opressão. A concepção bancária constitui-se de relações

[...] fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar.³ Projetar, projetar segundo a narrativa do professor com seu programa já dado de antemão. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharia significação [...]

[...] uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém. Belém para o Pará e Pará para o Brasil... a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador. Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão [...]. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante... Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.⁴

O ensino de projeto tem sido, nas últimas décadas, basicamente bancário, dada a própria pedagogia bancária da arquitetura. Observa-se mais nitidamente nas expressões: depósitos de conhecimento, contar-narrar, prescrições, transferências, capital,

formulários, guichês, referências bancárias, extratos, etc.⁵ Há uma necessidade de um deslocamento pedagógico-ético, sob pena de arquitetos, professores e alunos perderem o contato com a realidade. Ao dedicar-se à formar um contingente de arquitetos para a classe opressora, corre-se o risco, conseqüentemente, de transformar a profissão em algo similar à profissão de ourives, ou repetir o papel alienado do arquiteto do final do século XIX, condenado então pelos modernos.

Desde o início de sua vida acadêmica, os estudantes são introduzidos numa pedagogia destinada ao mercado imobiliário. Sob força das temáticas de projeto, são obrigados a aceitar e resignar-se com a especulação imobiliária que permeia sua profissão, como um dado natural da profissão. Alguns relutam, tentam desviar da orientação do mercado, buscando alternativas de trabalho dentro da própria profissão; mas, na maioria das vezes, seus sonhos sucumbem ante a possibilidade de um emprego em uma grande construtora, ou mesmo num pequeno escritório. Aderir-se ao opressor é uma forma de garantir sua sobrevivência, ainda que sendo totalmente explorado quase num regime de servidão.

Na academia existe uma profunda valorização da arquitetura praticada na capital em detrimento da arquitetura praticada nas cidades do interior; tal pensamento também se aplica na relação centro-periferia. Estar imerso na capital é estar imerso no mundo do capital.

Ca(p)talizar

Existe uma mentalidade no corpo acadêmico da arquitetura de que tudo que está na periferia não é digno de crédito, e os cidadãos que *vivem lá* são menos cidadãos comparados aos que vivem na cidade formal, regada por normas; para essas pessoas no reino periférico, só vigora a anormalidade. Não se trata somente de pensar que lá é o *locus* aonde as infraestruturas básicas de saneamento não chegam, ou chegam de maneira deficiente. Esse estigma opressor vai além: na periferia não existem os grandes atrativos de consumo que são expostos nos meios de comunicação. Lá não existem os grandes comércios, as grandes redes de supermercado, não existem *shopping centers*. Não há cinemas, restaurantes, centros culturais, não acontecem bienais e ou exposições de arte. Para a burguesia, na periferia só acontece violência. A cidade formal catalisa tudo para si, ca(p)talizar é uma das grandes forças do opressor sobre o oprimido, como bem descreveu Pedro Figueiredo, em *Cidades Catalisadoras*:

Catalizadora é a característica das grandes cidades “matrizes” nas Regiões Metropolitanas, como forças centrípetas gigantescas sugam os bairros e municípios da periferia suas alternativas econômicas, de lazer e cultura. A estrutura econômica dos municípios que umbilicalmente se relacionam com elas sofre uma espécie de “atrofiamento” permanente e ascendente. É em direção a elas que se locomovem as pessoas para comerem sorvetes, comprarem alimentos, roupas, móveis, irem aos cinemas... Os que não conseguem ir por absoluta falta de condição financeira – a grande maioria – ficam na degustação das empoeiradas ou lamacentas ruas e becos de cidades cada vez mais desordenadas: para os homens nos fins de semana restam os bares de cachaça barata, para as mulheres,

3 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1994. p. 37.

4 Op. cit.; p. 37.

5 Sobre a pedagogia da arquitetura bancária, veja-se os artigos: FUÃO, F. *Entre guichês, clichês & playboys na arquitetura*. *Revista Estética E Semiótica*, 10(2), (2021). p. 25–45. <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v10.n2.2020.02>. *Parasitas*. Em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2021/04/parasitas-fernando-freitas-fuao-alem.html>.

as igrejas pentecostais que se proliferam vertiginosamente. Uma parcela significativa, sem alternativas, degusta Silvio Santos, Gugu e o tradicional plim-plim da Rede Globo. Com o movimento de seus moradores em direção ao centro catalizador, vão com eles os recursos que não voltam, enfraquecendo a economia local, como uma espécie de mão única, sem retorno em benefícios para os contingentes da “periferia”. Para as cidades periféricas sobra a tarefa de limpar o resíduo do consumo feito no centro catalizador. A elas cabe resolver os problemas dos rejeitados(as) pelo mercado de trabalho, adolescentes e jovens sem ocupação. São as cidades da periferia, os bairros que enfrentam o problema cada vez mais assustador de postos de saúde sempre superlotados de crianças e idosos, as grandes vítimas do sistema de exclusão. Como sanguessugas gigantes, os recursos adquiridos com a venda da força de trabalho no centro catalizador são entregues na compra de alimentos aos grandes conglomerados do consumo, que se multiplicam em pontos estratégicos, asfixiando os pequenos e médios empreendimentos do comércio local.⁶

Outra matriz geradora poderia ser a cultura, através da reconstrução histórica dos nossos espaços urbanos, criando e mantendo equipamentos públicos que aglutinem gerações diferenciadas, proporcionando espaços de lazer, no cultivo do poético, do religioso como expressão da cultura, do artístico, com um programa integrado de ações, como o uso das escolas aos fins de semana, mutirões de limpeza de arroios, recriando o espaço e o tempo humano! Assim também a questão do consumo, através de sua organização, não somente proporcionando a realização de feiras locais, mas centrais de abastecimento de caráter regional, com capacidade para atingir grandes contingentes humanos da periferia de nossas “cidades periféricas”, interligados com centros produtores.⁷

O artigo de Figueiredo sempre me fez pensar desde que li pela primeira vez, e tenho comentado, ano após ano em sala de aula com os alunos, que essa relação é, intimamente, implicada na prática projetual da arquitetura. Por exemplo, quando vou fazer um projeto de um centro social, ou um bloco de apartamentos em uma vila ou periferia e, no desenvolvimento do projeto, proponho a utilização de esquadrias de alumínio da marca ‘X’. Mas ignoro que próximo do local existe o Sr. Manuel, que tem uma pequena fabriqueta de portas e janelas de madeira, e, mais adiante, o Sr. João, com sua pequena serralheria que confecciona esquadrias de alumínio em pequena produção – materiais que não são de extrema qualidade, mas a população local às vezes compra ali. O arquiteto projetista, ao desconhecer tal fato – até porque ele não conhece profundamente o local onde vai inserir o projeto ou nunca foi lá (fato corriqueiro nesse universo porque raros são os arquitetos que vêm da periferia), opta, então, por comprar as esquadrias de alumínio de uma empresa nacional ‘Y’, que tem revenda em diversas capitais, a um bom preço e com boa qualidade. Ao tomar essa posição, ele não permite que o seu João ou o seu Manuel possam produzir as esquadrias contratando até mais

6 FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, em ARQTEXTOS n.6. PROPAP. UFRGS. 2004. p. 130-140. Segundo Figueiredo, “Inverteu-se completamente a situação campo-cidade. As cidades dormitórios da década de 80, vinte anos depois, tornaram-se cidades vivas, congestionadas de adolescentes e jovens que foram excluídos pelo mercado de trabalho, idosos e crianças que perambulam, suportando a ausência de programas e equipamentos que as incluam nas benesses que a cidade catalizadora oferece. Encurraladas por uma estrutura anacrônica de guetos – secretarias – onde cada uma olha para seu ‘feudo’, a administração pública agoniza, oferecendo resistência em integrar ações e programas, buscando alternativas isoladas, desarticuladas, despotencializando recursos financeiros e humanos” p. 141. 7 Op. cit.t., p. 141.

funcionários para cumprir a demanda, e pior: o dinheiro da compra das esquadrias não ficará na vila; irá para o bolso do empresário que não mora na vila e às vezes nem mesmo na cidade.

O mesmo acontece também em pequenas cidades do interior, cujo pequeno e médio empresário vêm gastar ou empregar seu dinheiro na capital. Perde-se com isso toda a possibilidade de colaboração mútua com a população local. Nesse sentido, descobre-se que o arquiteto, na maioria das vezes inconscientemente, quase sempre se posiciona contra o oprimido; está sempre ao lado do opressor, mesmo quando acha que está trabalhando com uma finalidade social. Ele só vê o lado material do projeto, a edificação, a coisa inorgânica, o morto – e não consegue perceber que a arquitetura é muito mais; ela diz respeito ao vivo, ao orgânico, ao humano, às pessoas; e às relações que ela pode propiciar e que já deveriam estar na concepção e construção da mesma, mas infelizmente não estão.

Os professores de arquitetura não têm formação humanista; talvez por esse motivo a presente discussão seja repelida constantemente nos diálogos dentro das faculdades de arquitetura. Parece que toda estrutura está conformada a catalisar tudo ao opressor. Hoje, mais do que nunca, constitui-se uma premência que os colegas professores saiam de sua zona de conforto, que ainda é a sala de aula, para ir conhecer e vivenciar as ruas e becos das vilas e favelas. Não há a mínima possibilidade de mudança do perfil profissional de arquitetura se continuarmos mantendo a mesma estrutura curricular, e o modo de atuação dentro das escolas, privilegiando programas para as classes dominantes, instituições governamentais, e o culto ao monumental e ao ego do arquiteto criador. Uma das características da capital é produzir genialidade, vanguardas, como veremos a seguir.

Há um desrespeito ao compromisso ético-político no universo acadêmico de arquitetura, principalmente nas Universidades Públicas, ao continuar formando arquitetos que usufruem dela e depois vão trabalhar em escritórios, no âmbito privado e comercial, para produzirem *arquitetura mercadoria*, sem nenhum retorno para a periferia. Nesse modelo pedagógico bancário, os estudantes são treinados para projetar espaços para diferenciar hierarquicamente os seres humanos, para projetarem constantemente sutis campos de isolamento e sobretudo para ignorarem a pobreza que perambula pelas cidades e pelo mundo. Esse processo do opressor sobre o seu oprimido não é só físico, é estrutural. Impacta via linguagem e age sobre o emocional-afetivo. Não é à toa que Paulo Freire expresse essa relação na expressão que: “os oprimidos sejam dependentes emocionais dos opressores”.⁸

As pessoas não conseguem imaginar que, mesmo em uma grande capital, a maioria dos meninos, meninas da periferia nunca andaram de elevador, nunca andaram de escada rolante – até porque escadas rolantes no Brasil existem só nos shoppings ou nas grandes magazines. Tais meninos e meninas não entram nesses espaços porque são barrados logo nas portas. Escadas rolantes são predominantes nas capitais, onde existem muitas pessoas com recursos para consumir. As pessoas da periferia nunca entraram num cinema, e talvez nunca entrem. Assim, nos damos conta de como essas coisas são dolorosas quando esse menino da vila se compara com o amiguinho dele, que tem um pouco mais de recursos e já consegue entrar no cinema ou em alguma loja.

Em pleno século XXI, ainda vivenciamos discriminações deste tipo: escada rolante não é pra todos, elevador não é pra todos, restaurante não é para todos, andar de avião

8 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 33.

não é para todos, ou até mesmo viajar para uma cidade próxima. Dizem que é para todos, mas não é para todos. Para muitos este é um dado aceitável, normal, natural.

Em Porto Alegre, por exemplo, não há quase parques na periferia, seus moradores não têm como frequentar os parques no fim de semana nos bairros nobres e centrais. O custo com as passagens para uma família com dois filhos estará em torno de cinquenta reais. Opressores e oprimidos naturalizam essa discriminação e até estimulam esse distanciamento para que por ricos não tenham que olhar nem sentir o cheiro da pobreza periférica em seus territórios. Os arquitetos, e principalmente os professores arquitetos, em sua maioria, não conseguem perceber a obviedade de que tanto o capital como a capital só produzem diferenciação, indiferença, e exclusão ao extremo.

Essa relação existente entre cidade formal e periferia é facilmente transportável para a discriminação entre a capital e as pequenas cidades do interior. Existe uma relação intrínseca entre opressor e a capital, entre oprimido e cidades do interior; esta relação é inata à criação das capitais. Mesmo aqueles que saíram um dia do interior e vivem há muitos anos na capital, e que já não se dizem do interior – exceto por momentos de saudosismo – acabam se tornando gente e agentes d@ capital. As cidades dormitórios são também lugares marcados pelo preconceito, lugares também estigmatizados pela carência de muitas coisas, ainda que possam ter uma economia quase totalmente independente da capital em termos de trabalho. O longe, o fora dos limites geográficos da capital é compreendido ainda hoje como o lugar da pobreza, da desqualificação, falta de recursos, ignorância, atrasado. Como disse Marcusso,

Esses preconceitos centenários marcam os sujeitos da periferia e das cidades do interior, existe uma retroalimentação contínua que reforça na subjetividade a negação da negação em constituir uma identidade junto ao lugar de maneira a transformá-lo e desconstruir os valores estigmatizantes.⁹

O moderno está na capital; o atraso, no interior: esse preconceito é facilmente explicável no Brasil pelo terrível êxodo rural nos anos 1970, quando o país se viu assolado. Com a acelerada urbanização, o êxodo rural subverteu os valores sociais, e quem restou no campo virou passado. A industrialização brasileira, principalmente no pós-70, deixou o campo esquecido e entregue à própria sorte. Aquele que vivia no campo, deslocado de sua cultura, custou a se adaptar na periferia da capital. Os hábitos e linguagem da gente do campo, dos que viviam na terra e da terra, passaram a ser um depreciativo. Os moradores da capital, quando querem menosprezar alguém do interior, principalmente por seu comportamento, recorrem à palavra colono – algo muito similar ao tratamento preconceituoso dado pelos sulistas aos nordestinos nas grandes capitais do Brasil.

Existe o estigma que as pessoas do interior têm uma posição abaixo das que vivem na capital, e isso é muito forte; manifestando-se inclusive nos estudantes que vem do interior estudar na capital, quase a mesma depreciação de morar na periferia e não viver na cidade formal, burguesa. Também, manifesta-se na questão das próprias Universidades da capital x interior, na diferenciação entre professores recém-chegados do interior x os da capital. Essa oposição se traduz em termos também de centralidade versus periferia, e de uma centralidade implicada com @ capital.

Essa dicotomia entre interior e capital é muito curiosa, e tem sua contrapartida na

⁹ MARCUSSO, Ricardo Antonio. *Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba*. 2015. p. 1. Pontifícia Universidade Católica São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3607>.

observação atenta do *colono* sobre o morador da grande cidade. Quando o morador da grande metrópole vai para o campo, o pessoal do interior observa e faz chacota, principalmente como o sujeito caminha apressado, parece que está sempre atrasado; sua cabeça parece sempre inquieta, desajustada, alucinada; não tem sossego em nada. E é verdade: estamos literalmente desajustados com relação ao tempo da natureza, e achamos que a nossa temporalidade e nossa visão de mundo, nossa visão de quem vive na capital é a única ante as demais culturas.

Na capital está a ideia de um centro catalizador, de que tudo o que está na volta deve se dirigir ao centro, ao *cap*, e orbitar em torno desse centro, dessa cabeça. A Europa e EUA como centro do mundo, América Latina e África como periféricos. Para os brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo são respectivamente as capitais culturais e econômicas, elas são os grandes centros do Brasil, onde mora o capital e as possibilidades de trabalho, para onde se catalisa boa parte da população, ainda que tenhamos Brasília como a capital do poder do Estado. A capital capitaliza tudo das cidades do interior a que estão subordinadas, e aqui capitalizar significa também *apropriar-se*, tomar, apoderar-se, um sentido intrínseco a capital. É privilégio da capital assenhorar-se de tudo na sua proximidade e de quem chega nela.

Professores arquitetos adoram comentar a seus alunos que foram à Europa, visitaram as grandes capitais do mundo, viram isso e aquilo, viram obras de Le Corbusier, Mies ou até mesmo da Zaha Hadid, e não percebem que esses comentários são demonstrativos, mesmo sem intencionalidade, de sua suprema arrogância, até porque muitos vieram de classes menos favorecidas e agora vomitam nos alunos, tal como seus antigos professores o faziam. Essa atitude gera no aluno que não tem condições de viajar ao exterior – ou muitas vezes até dentro do Brasil – uma frustração antecipada, visto que muitos alunos agora vêm de famílias pobres, e sabem que, por mais que trabalhem, nunca conseguirão visitar as ditas grandes capitais, por mais e mais que se esforcem. O pior é que tomamos esses exemplos arquitetônicos de lá, europeus, do colonizador, para aplicar aqui, como forma de reprodução parasitária do opressor. Essas arquiteturas estabelecem marcos e centros de referências capitais. Foram projetadas para se tornarem referências. Tudo isso faz parte da arquitetura bancária, a arquitetura capital, o capital cultural do opressor, a referência bancária.

Pergunta-se: para ser um bom arquiteto é preciso conhecer a velha Europa? Penso que não, mas infelizmente se tomam todas as teorias e práticas da arquitetura eurocêntrica como referência e único modo possível de arquitetura. Para os adeptos da subserviência, a Europa continua sendo o principal vertedouro da arquitetura – até mesmo para os arquitetos que exaltam a singularidade e a genialidade das arquiteturas nacionais brasileiras. É preciso alimentar-se da ideia um dia visitar a mãe e ou pai (*mater e frater*), conhecer a velha capital imortal da grande cultura civilizatória: a Europa. Desde o ponto de vista psicanalítico, o desejo de muitos dos arquitetos professores é similar ao dos replicantes de *Blade Runners*, que antes de morrer querem ver a cara de seu criador. O desejo de uma vez na vida de conhecer seu pai ou mãe. Não que não seja enriquecedor desde o ponto de vista cultural visitar a Europa, mas o nível de relevância deveria ser como qualquer outro continente ou país do mundo. Até hoje, em qualquer conversa de arquiteto, lá pelas tantas, aparece a referência de uma visita uma cidade ou capital europeia, para fetichizar e atestar a veracidade de sua fala.

Até a década de 1960, era raro as pessoas poderem viajar para a Europa; só viajava quem era muito rico, tanto é que era frequente fazer viagens de seis meses ou um ano: dada a dificuldade de deslocamento e o custo, ninguém viajava por pouco tempo. Os ricos levavam uma grande quantidade de malas, como, no século XIX, os gigantes baús que os carregadores de cada cidade tratavam de transportar por algumas moedas. E quando essa gente retornava, convidavam amigos e até mesmo os empregados da

casa para verem o que eles viram, se exibiam e exibiam as fotos, os presentes que compravam em Roma, Paris, Madri, e davam de presente para parentes e amigos próximos como atestado de terem *estado lá*. De lá pra cá, não mudou muito, seguem ainda comprando os *souvenirs*, as bugigangas da capital para dar de *lembrança*.

O estabelecimento das capitais ao longo do mundo, principalmente na Europa, se dá partir do século XVII e XVIII, período da colonização e escravidão; acontece e se reafirma com a criação dos Estados Nações, na unificação e uniformização de várias províncias ou territórios que compõem e passam a pertencer a esse Estado. A partir desse momento, se estabelece um novo tipo de centro, de um novo ponto de comando, um *cap*, a cabeça do poder soberano que distribuirá as ordenanças até as cabeças menores. Esse tempo coincide com o iluminismo, e com a iluminação das capitais, com o tempo de uniformização e lavagem das línguas das distintas cidades, a eliminação dos dialetos, a criação das Enciclopédias, a normatização e esquadrinhamento do espaço como bem apontou Michel Foucault em *As palavras e as Coisas*, ao se estruturar a *epistème* moderna.¹⁰

Capital Luz

Luz e capital são indissociáveis. Capital é luz, e a luz é capital para a capital. Geralmente ela é a cidade mais iluminada em todos os sentidos da palavra. Mais luz, mais luminosidade é um atributo das capitais; menos luminosidade cabe às cidades do interior.

Uma estranha associação vai se configurar entre capital e luz a partir do século XVIII, desde a *aufklärung* de Kant e sua concepção iluminista da razão. O conhecimento civilizatório e domesticador se aplicaria como uma luva para estabelecer a diferenciação entre a capital como símbolo das luzes, e as cidades do interior bem como as colônias enquanto o lugar da escuridão. Elas seriam o símbolo de civilidade em oposição ao obscurantismo dos vilarejos do interior e de seus camponeses, do inóspito das colônias na América e África. A luz, desde a Idade Média, sempre foi um símbolo de poder; na pintura já pairava como *halo* sobre a cabeça dos santos, dos soberanos, até chegar aos dias de hoje pairando sobre @ capital. Mas essa luz já não teria nada de divino – era simplesmente a exaltação do soberano, o rei sol, o iluminado. No século XIX, é bom recordar, a iluminação das capitais custaria a vida de milhares de baleias, pois a gordura seria combustível para a iluminação urbana; ‘gordura, luz e capital’ se fundiriam num espetáculo bizarro que culminaria na iluminação dos lampiões urbanos como expôs Melville em *Moby Dick*.¹¹

O nível de desenvolvimento da capital, comparada às cidades do interior, e das próprias capitais entre si, ainda que não explicitado publicamente, também seria dado pelo índice de iluminação urbana. Quanto mais luz, mais importância tem a cidade. As luzes das capitais atraem, fazem tudo girar em torno delas. Orbitar a capital quase que significaria também orbitar o capital; é para a capital luz que se dirigem e orbitam todos do interior.

A questão que se coloca é que a subserviência das cidades do interior à capital faz parte mesmo do contrato de fundação da capital, pois @ capital não vive sem a produção da força de trabalho da periferia, ou das cidades do interior. Um corpo só, uma árvore

10 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

11 Veja-se: DERZE, Farley. *Cidade à noite: iluminação artificial e modernidade*. Universidade de Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura. 2014.

cujo mando está no tronco, n@ capital. Foi assim que o Estado Absolutista, os Estados Nações se formaram, através do aniquilamento das autonomias das cidades em prol de um centro único de poder: a *capita*; e foi assim, nessa sincronia indissolúvel, que nasceu a capital e o capital. A capital, desde então, será decididamente a clareira, a clareira moderna, o lugar e o centro da razão e da iluminação.

O homem e seu outro símil, aquele inseto vulgar que se vê atraído pelas luzes e que tola e irremediavelmente se dirige a elas, como se fosse de sua própria natureza banhar-se na luz até afogar-se de prazer – mais do que um simples *seducco*, a luz, às vezes, parece ser a sedução suprema da capital. Iluminação e Capital mostram seu esplendor no comércio das grandes cidades, nas vitrines, nos reclames. A sedução da luz não é somente irradiar e evidenciar os corpos com seu brilho, fazer brilhar: a luz sobretudo atrai e faz tudo gravitar em torno dela como satélites, como esferas, como insetos. A luz fetichiza. Essa gravitação, ou essa gravidade, em outras palavras, pode ser compreendida também como um movimento, uma aceleração provocada por essa gravitação para quem vive em torno das luzes, uma lei da capital. A mesma aceleração percebida pelo colono sobre o morador da capital.

Orbis é a palavra em latim para *Orbe*, não só a esfera que representa o globo, mas sobretudo o movimento, o orbital; orbitamos @ capital em sua luminescência até morrermos. Quando expressamos “*Me sinto fora de órbita*”, fora de centro, significa que estamos desorbitados, cabeça fora do lugar (*cap*), da capital, do centro, da casa, de nossa esfera. A frase *Roma caput orbis terrarum est* (Roma é a capital do mundo) é muito representativa do domínio católico do Vaticano, e Argan a analisará esplendidamente em seu livro *A Europa das capitais*. *Orbis* em latim correspondia ao que hoje se entende por terra, e já continha o sentido em sua nomeação de atração, de certa gravidade. *Urbi et Orbi*, à cidade de Roma e ao mundo, a todo o universo. O antigo sentido de *Orbi* para os romanos e todo catolicismo até os dias de hoje teria seu análogo ironicamente na devoção ao capital. Na esfera do capital, do consumo, orbitam as almas sedentas de consumo.

Orbitar é viver, girar em torno das luzes, vivendo sem parar em torno à loucura d@ capital. O tempo nas capitais se acelera; tudo na capital aparentemente é mais acelerado. A capital porta coisas que as cidades do interior não possuem, a capital ca(p)taliza tudo, não só mercadorias mas também tempo e espaço. Não se sabe bem o porquê ainda dessa aceleração, mas a luz que dela irradia cada vez mais está associada à aceleração da vida, à agitação e rapidez dos corpos. O homem do campo conhece essa diferença. Os seres das grandes cidades são em tudo apressados, nervosos, rápidos. E, como disse Rodrigo Lages e Silva, ao descrever brilhantemente as luzes ao longo da estrada que conduzia a pequena cidade do interior à capital:

[...] havia, contudo, sim, outra imagem com a qual contrapor aquela da cidade luminosa e infinita, e não era a cidade diurna ou uma cidade menor. O que me intrigava era a visão daqueles pequenos pontos de luz, espalhados aqui e ali ao longo da rodovia, completamente isolados. O que me espantava era a vida ‘solitária’ daquelas pessoas. Como era possível viver uma vida que cabia num túbio ponto de luz, em meio ao negrume da noite? Eu sentia uma angústia profunda por aquelas pessoas.¹²

Somos adictos da luz, ela nos seduz tal como já o fazia o antigo fogo dos *deuses lares*

12 LAGES DA SILVA, Rodrigo. O que são essas luzes? Em, Baptista, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?* Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 17.

dos romanos.¹³ Agora, em torno do fogo das novas luzes (*celulares*) nos reunimos; somos como aqueles insetos ávidos que se reúnem na luz e giram em torno dela ou do fogo até queimar, consumir-se, gastando e desgastando-se. A luz se constitui mesmo como a centralidade que condensa o espaço e o tempo, talvez a característica suprema das capitais. Essa luz inventada por nós ilumina sem queimar, mas talvez devêssemos desconfiar dessa ilusão: a luz, ainda que não queime, arde na constelação das conjunções e da comunidade, arruinando o sentido da coletividade – principalmente as luzes das grandes cidades. Ao mesmo tempo que reúnem e promovem o encontro e espantam o medo e os fantasmas das sombras, ela também desperta o isolamento, a indiferença e a solidão; alimenta fugazmente as individualidades e as diferenças dos *insetus humanus* que se dirigem para ela. E assim, para acabar com os medos, a solidão e a violência, cada vez mais aumentamos a potência e o número de luzes, de lâmpadas. Há um sentido consentido nesse sem sentido que espanta o medo, mas não efetivamente a violência, empurrando-a para os lugares menos reluzentes da cidade. Nenhuma luz produzida pelo homem pode ser realmente orientadora, já atestavam os povos ditos *primitivos* e pouco *iluminados*: ela apenas atua orbitalmente, de maneira escravizante, enfeitiçante.

Essas luzes atraem porque significam muitas coisas, como a própria vida. Parece que também nos alimentamos de luz, seja qual for sua origem. As capitais são caminhos e pontos de chegada, faróis, orientações. Dirigimo-nos para elas porque têm respostas, às doenças e enfermidades, respostas às vidas que as cidades do interior não podem dar conta com suas luzes ofuscadas pela fulgurância das capitais. Esse dia artificial das capitais significa a potência de trabalhar: trabalho e mais trabalho, tanto de dia como de noite. *Twenty four hours* significam possibilidade de emprego, produção sem cessar. Talvez signifique em última instância a possibilidade de liberdade, de cortar raízes, e até as potências sexuais que no interior são reprimidas.¹⁴ Outra associação se estabelece, agora entre luz e liberdade.

Captolinos¹⁵

O interiorano quando chega à capital é um ninguém, mais um anônimo; mas a recíproca não é verdadeira. O que viveu na capital, quando chega ao interior, ou mesmo o interiorano que voltou da capital se torna centro de atenções, como se ele portasse e reportasse a própria capital. O capitalizado, o capitolino, fará de tudo para trazer seus amigos e parentes para vivenciarem, conhecerem o que ele conheceu e vivenciou, como se a capital, o capital, fosse o êxtase da existência. Capitolinos eram os que viviam no monte *Capitolino* (em latim: *Mons Capitolinus*), uma das sete colinas sobre as quais foi fundada a cidade de Roma. O termo *Capitolium*, por sua vez, se origina do radical *capitis*, *caput*, que significa cabeça, topo, cume.

A linguagem nesse sentido é muito misteriosa e ao mesmo tempo curiosa com a palavra capital. Para quem vive no interior, costuma-se designar-se a pessoa como um interiorano, provinciano, ou no campo: camponês ou colono. Mas quem vive na capital

¹³ Veja-se: FUÃO, Fernando. *Lares, sobre arquitetura e domesticação*. Em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2020/12/lares-sobre-arquitetura-e-domesticacao.html>

¹⁴ Restif de la Bretonne, em *les Nuits de Paris*, fez uma excelente descrição de Paris às vésperas da Revolução Francesa em suas andanças pela capital, exaltando o espetáculo da atividade noturna. Uma das características da capital é sua atividade diurna e noturna, 24 h, *night and day*. A capital não dorme, trabalha, produz sem cessar, e à noite oferece todos os prazeres que uma cidade do interior não oferece.

¹⁵ A expressão capitolino pode parecer até divertida porque, até por rima, lembra a figura de desenho animado do *Patolino*, mas não é por acaso. Na realidade não é por acaso essa associação; outrora na Roma Antiga foram os gansos e os patos que deram sinal avisando que os gauleses estavam tomando o monte capitólio.

não tem um correspondente; essas pessoas simplesmente são chamadas conforme o nome da capital. Talvez seja um escamoteamento de não utilizar a palavra que parece ser a mais óbvia e apropriada: *capitalista*.

Podemos até imaginar neologismos como *captolinos*, *capitalense*, *capitoriano*, ou *capitulanos* para designar os que vivem na capital, mas nenhuma delas é tão contundente e expressiva como capitalista. Parece haver uma relação direta e pouco estudada entre a questão da capital cidade e do capital, entre a formação das capitais e a formação do capital a partir do século XVII, que vai além da origem no latim *capitalis*, ou do mero capitel da coluna na arquitetura. A função d@ capital é criar e alimentar diferenças e competições. Os que vivem na capital sempre avaliam os feitos do interior como mal sucedidos, como se os interioranos fizessem as coisas erradas, ou inadequadas por falta de conhecimento; e consideram que as coisas ou feitos produzidos da e na capital são exitosos, e que o morador da capital é mais (cap)az que o do interior. As cidades do interior, as periferias, as bordas constituem-se em subcapítulos, estão carregadas por estigmas de toda a sorte; embora se tente dissimular, mesmo considerando-se algumas cidades carregadas por um ar de romantismo histórico, as cidades turísticas também coincidem com a ideia de um lugar pouco fecundo para viver, pois *não se tem nada pra fazer ali*, só para o turismo.

Evidente que a periferia não é igual a uma cidade do interior, até porque a cidade do interior também tem sua periferia, e tratará de impor os preconceitos que ela mesmo porta também para os pobres da periferia; como diria Paulo Freire, o oprimido também é opressor. Mas esse desdobramento que se realiza do macro para o micro se conforma também como dobras territoriais; não há essa diferenciação entre um dentro e fora da capital, da cap, mas sim dobras do espaço que irão aparecer em instâncias menores ininterruptamente tanto na capital, quanto no interior, e até mesmo na periferia da periferia – isso porque na criação da capital já está incluído esse princípio de poder, controle e subordinação à *capilaridade* que se dissemina da cabeça até os pés.

Esse princípio afeta não somente as decisões econômicas e políticas das cidades do interior, mas sobretudo introjeta-se nas subjetividades, assinalando essas cidades e seus moradores como atrasados, despossuídos de inteligência maior e (cap)cidade de sair dessa condição inferior, literalmente descapitados. Pode-se comparar analogamente a dissociação entre mente e corpo, em que o corpo assume o papel da besta (*sans tête*), e a cabeça, a da razão – a cabeça como única razão –, impossibilitando o desenvolvimento da razão menor do corpo.

Segundo Figueiredo,

Este debate é muito pouco colocado na agenda dos gestores locais que permanecem de forma isolada tentando saídas isoladas. A gestão pública não acompanhou a dinâmica das mudanças estruturais dos últimos 50 anos. A compreensão tradicional da gestão das cidades esclerosou-se. Ainda não se conseguiu fazer uma leitura das profundas mudanças ocorridas. Inverteu-se completamente a situação campo-cidade. As cidades-dormitórios da década de 80, vinte anos depois, tornaram-se cidades vivas, congestionadas de adolescentes e jovens que foram excluídos pelo mercado de trabalho, idosos e crianças que perambulam, suportando a ausência de programas e equipamentos que as incluam nas benesses que a cidade catalizadora oferece. Encurraladas por uma estrutura anacrônica de guetos – secretarias – em que cada uma olha para seu “feudo”, a administração pública agoniza, oferecendo resistência em integrar ações e programas,

buscando alternativas isoladas.¹⁶

É preciso desconstruir o sentido da capital, descapitalizá-la, decapitá-la. Essa desconstrução da capital é muito representativa, pois se trata não somente de deslocar a centralidade, descentralizando, mas sobretudo cortando esse fluxo e redistribuindo não só as benesses das grandes capitais, mas inclusive o que ela arrasta: o capital, a concentração do capital.

Com a criação das capitais do Estado absolutista, dá-se também a higienização das grandes cidades, e conjuntamente a lavagem e a unificação das línguas de um país. A capital que hoje conhecemos provém de um conceito de *Estado da Razão* fruto do iluminismo alicerçado e reafirmado também na filosofia Kantiana, nos Enciclopedistas e nos déspotas esclarecidos. A ideia de pertencimento a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, a uma nação, sempre foi uma das marcas dos europeus nos últimos séculos – ideal esse que acabaria por transportar-se para as suas extensões coloniais na América do Sul, Caribe e África, associado ao processo de domesticação, à necessidade de *civilizar* os selvagens, em que a clareira Capital-Europa tornar-se-ia o símbolo máximo da civilização.¹⁷

Quando os antigos Estados soberanos conquistavam as colônias, não se interessavam em transferir para elas sua cultura superior; satisfiziam-se em tão somente extrair as riquezas dali, em apenas cobrar impostos, mantendo relativamente intocados o idioma, os costumes e as práticas produtivas da colônia. O Estado-nação moderno, ao contrário, passou a intervir ativamente nos seus setores periféricos, em suas colônias, para que se integrassem num processo de servidão em um todo nacional – principalmente usando como instrumento o compartilhamento de um idioma e de uma cultura sobre os nativos. Na medida em que o Estado é a lei, ele é uma instituição que se aplica a todos os que vivem em seu território, inclusive aos colonizados.

As capitais foram constituídas e sobretudo reafirmadas a partir do processo de industrialização e de uma divisão do espaço geográfico que estabeleceu uma nova configuração política e espacial, fruto da revolução burguesa e da revolução industrial. Assim, as capitais se alicerçaram sobre uma estrutura jurídica de Presidente, Governadores e Prefeitos, com a capacidade de impor e controlar uma soberania equitativamente e hierárquica, através de limites físicos bem definidos nos mapas; hierarquizados também em Estados, Províncias, Municípios.

Referente à questão pedagógica, o trágico está lá na base, quando desde cedo nos obrigam a aprender a decorar a importância das capitais dos Estados, e as capitais do mundo como divisão hierárquica do mundo, bem como observar os mapas e as linhas que separam um país do outro, e sucessivamente um estado do outro, um município do outro, uma cidade da outra, um bairro do outro. Essa divisão não é equânime, mas sim uma divisão de dependência subordinada à capital, uma arborescência, embora dissimulada pelas territorialidades e poder de cada Estado, como um todo pseudo-orgânico.

Cap

É surpreendente que quase não apareçam estudos entre o capital e a capital, dada a semelhança e a obviedade entre as duas palavras quando colocadas em espelhamento.

¹⁶ FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, op. cit.; p. 138.

¹⁷ Veja-se: FUÃO, Fernando, *Sobre cadeiras e clareiras*, e *A cidade pestilenta, sobre domesticação*.

Tampouco existem muitos estudos sistemáticos sobre a formação e a importância das capitais. Como expôs Laurent Vidal em seu estudo *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*,

[...] podemos nos espantar ou lamentar, mas o fato é: na história, como nas ciências sociais, nenhum campo de estudo é consagrado à análise específica das capitais. Um balanço historiográfico da literatura sobre as capitais revela um conjunto de trabalhos, frequentemente de elevada qualidade, de diferentes disciplinas, mas que não constituem um campo de estudo legitimado com as questões reconhecidas pela comunidade dos investigadores: 'Poucas coisas foram escritas sobre as capitais como um tipo específico de cidade' reconhece Amos Rapoport (1993, p.31); 'As capitais são uma categoria de cidade facilmente definível, mas pouco estudada [...]. Não há na literatura acadêmica uma teoria que explique de modo conciso o papel das capitais na Idade Moderna' (CAMPBELL, 2003, p. 1).¹⁸

A palavra capital, em sua raiz *cap*, quer dizer chefe, cabeça, cabo no sentido de acidente geográfico, assim como cabo de exército, também letras capitulares, *caput*, não esquecendo que também quer dizer: *em direção de, rumo à*.

Capital quer dizer não só o lugar cabeça onde os governantes se estabelecem, mas também o lugar a que tudo se direciona, catalisa, gira e orbita e obedece. Capital no sentido econômico também significa a mesma coisa, é de onde também se deriva a palavra capitalismo, e incluso a palavra decapitação. Talvez a palavra catalisadora também possa ser entendida como ca(p)italizadora, assim como capilaridade, ambas têm um sentido aproximado como o que vimos antes. Derrida se dedicará a tratar o tema do *cap* em seu livro *O outro cabo (L'Autre Cap)*, uma crítica à Europa como capital do mundo, e o sentido obsoleto, anacrônico de capital, ante uma *democracia porvir*. Dirce Solis, ao comentar o livro de Derrida *O outro cabo*, explica que:

Antes, porém, a peculiaridade da escolha desse título por Derrida. Diz ele que um título já é sempre um cabo (*cap*), assim como o cabeçalho de um capítulo ou uma epígrafe (Derrida, 1995,98). Um cabo (*cap*) significa a extremidade, a ponta, a cabeça, mas pode dizer do fim, da finalidade, do polo, do telos. (Derrida, 1995,98). É a direção enfim. Um outro cabo (*cap*) pode sugerir uma nova direção a ser impressa, uma variação de roteiro ou rota diversa, mas que pode significar um desvio para algo ainda não muito bem traçado, não muito conhecido, ou até totalmente desconhecido e mesmo imprevisível. Teremos neste último caso o que se convencionou chamar desconstrução.¹⁹

¹⁸ Vidal explica ainda que "Essa constatação é ainda mais desconcertante, pois nunca como no século XX se criaram ou elevaram cidades à categoria de capitais: de fato, se havia pouco mais de 40 capitais no início do século XX, são hoje mais de 200 que compõem o novo xadrez internacional, depois das diferentes descolonizações e o desmoronamento da URSS." VIDAL LAURENT, *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*. História vol.30, N.1, Franca, Jan./June 2011. p. 2. Também em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100002>.

¹⁹ Todas as palavras (*cap*) entre parênteses foram agregadas por mim, com finalidade de não se restringirem a cabo. Solis, Dirce Eleonora Nigro. *A Democracia Banida. Reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. Dirce. Em: A democracia e seus desafios em tempos de crise. Organizadores: Carrara, Ozanan; Costa, José André da; Carbonari. Paulo Cesar. 1a ed. Passo Fundo: Saluz-Ifibe, 2017. vol 1. p. 192.

Derrida vai considerar geograficamente a Europa, em termos geográficos, como um cabo, um fragmento do grande continente Eurásia, mostrando a similitude em termos de pareidolia, no caso, com a figura de uma velha. Prossegue Dirce Solis:

Numa conferência pronunciada em Turim em 1990 em Colóquio, tendo por presidente Gianni Vattimo, sobre “A identidade cultural europeia” e em 1991 publicada com o título *L’Autre Cap, O Outro Cabo, Memórias, respostas e responsabilidades* (1995), o pensador argelino-francês Jacques Derrida toma por base “o velhíssimo motivo da identidade europeia” que segundo ele “tem certamente a antiguidade venerável de um tema esgotado” (Derrida, 1995, 94). Derrida joga com a relação entre o ‘Outro Cabo’ onde estaria traduzido um “nós” e nele estaria incluída não só a Europa, mas todo o Ocidente que se inspirou e se afirmou a partir dos ditames da velha mãe, e o Outro do Cabo, aquele ou aquilo que não se sujeita à identidade europeia ou é identificável com ela. Trazendo a noção de *différance*, o Outro do Cabo seria “uma relação de identidade ao outro” (Derrida, 1995,99) que não mais obedeceria “à forma, ao signo ou à lógica do cabo, nem mesmo à do anti-cabo ou da decapitação” (Derrida, 1995,99). Seria o outro que não se encaixa nas relações estimadas e estimáveis da democracia ocidental, nos padrões culturais, religiosos e outros comumente aceitos como “universais” porque o universo seria o ocidente e ponto final.²⁰

Em tom de ironia, Derrida nessa conferência diz:

Que esta nova Europa guarda assim a sua memória luminosa: a filosofia, a democracia, as Luzes, e mesmo aquilo a que se chama, de maneira bastante duvidosa, a «secularização». Que ela guarde também a sua memória noturna, a memória de todos os crimes que cometeu na história, e que foram cometidos em seu nome, todas estas formas de hegemonia, de colonialismo e, no decurso deste século, todas as monstruosidades do totalitarismo europeu: fascismo, nazismo, estalinismo.²¹

Essa breve e suficiente explicação de Solis sobre a desconstrução da palavra cap também reforça e capacita o pensamento descolonialista para traçar novas orientações e desvios com relação à Europa e à América do Norte, o cap, as capes, os chefes do mundo, a sede do capital.

Para os arquitetos e urbanistas brasileiros e latinos formados na filiação arquitetônica europeia como centro do conhecimento, essa questão da capital tem uma profunda importância. Toda nossa história da arquitetura é respaldada como filiação da filiação da arquitetura do velho continente, ou vista como um subproduto. Se apelarmos para o modelo evolucionista eurocêntrico, a árvore genealógica da arquitetura tem suas raízes na Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma e assim bifurcando-se na arquitetura gótica, no Renascimento, ecletismo. A arquitetura brasileira terá seu nascimento na representação do galho do galho, no quebra-galho dessa árvore genealógica.

Essa tem sido a visão eurocêntrica sobre os países do terceiro mundo. E, por mais que

20 SOLIS, Dirce. Op. cit.; p. 193.

21 DERRIDA, J. *Carta à Europa. «Dupla memória»*. Revista filosófica de Coimbra. Vol. 23 . N. 46. Outubro de 2014. p. 471-472. Fundação Eng. Antonio de Almeida. Tradução e Notas Fernanda Bernardo.

os movimentos revivalistas modernos tentem equiparar o valor da arquitetura moderna produzida no Brasil a seus progenitores, infelizmente esta nunca será reconhecida no mundo Europeu como um excelente subproduto, nem mesmo um magnífico subcapítulo de sua façanha colonial. A atual valorização da arquitetura brasileira, principalmente a moderna, não passa de uma necessidade inconsciente de se reafirmar ante seus superiores, reafirmando assim o produto eurocêntrico colonial. Vale lembrar que o evolucionismo histórico é contemporâneo à colonização e à escravidão na América Latina, e não deixou de atuar mesmo em plena contemporaneidade. Modernidade e colonização são uma coisa só, que até hoje os arquitetos colonizados e capitolinos não enxergam.

Do cabo ao rabo. Estranha pareidolia ao ver um cabo e não um rabo, um apêndice. Estranha projeção de si mesmo sobre os outros. Há quem não enxergue o cabo, e sim o rabo. Por que um cabo e não um rabo? Nos mesmos termos escatológicos derridianos, em vez de ver a ponta da flecha, a cabeça, podemos ver como um rabo, uma bunda. Não só as duas palavras se confundem com suas letras e rimas, mas até sua forma poderia também se assemelhar. Capo para eles, rabo para os que vê(e)m de longe.

Derrida explica que, para a cultura europeia, o homem é sempre o cap, o cabeça, o capitão. O cap não é uma mulher, ainda que a palavra capital (cidade) seja feminina, e o capital (dinheiro), masculina. Mas essa colocação d@ capital em termos faloeurocêntricos não ajuda muito para revelar o real rosto da figura do cap. O que Derrida designa como cap, cabeça europeia, deveria ser descrito principalmente como uma terrível cabeça predadora, um terrível monstro para além da questão de gênero. Ainda que tenha exposto, brevemente, “que deva guardar, também, a memória de todos os crimes que cometeu na história, e que foram cometidos em seu nome, todas estas formas de hegemonia, de colonialismo”, Derrida talvez não faça a crítica exaustiva porque sua visão descritiva está comprometida, impossibilitada como ele mesmo diz: “estou colonizado”, portanto estaria já (des)capacitado para ver a verdadeira cabeça. Derrida bem sabe da (im)possibilidade do espelho, e nesse caso o melhor espelho é o outro, os outros do outro cabo, os que foram espoliados, colonizados, roubados, pilhados e cruelmente assassinados para que as capes da Europa pudessem se criar.

Ao final de *O outro cabo*, Derrida se coloca na balança do juízo, oscilando de um lado a outro, de um cabo a outro, ao dizer: “Sou europeu, sou sem dúvida um intelectual europeu, gosto de me recordar; e por que deveria evitar? Em nome de que? Mas eu não sou, nem me sinto europeu de parte a parte.”²² A preocupação de Derrida ao analisar a capital, o capital é sobretudo a questão da União Europeia, o Mercado comum europeu e o problema da centralização do poder, a capital, o capital, a capital da capital. Lembrar que o discurso que permeava nesse período da conferência era a polêmica comemoração aos 500 anos da descoberta da América por Colombo.²³

22 DERRIDA, J. *El outro cabo*. La democracia para otro día. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1992. p. 67.

23 “Não haverá, certamente [hoje, no âmbito da globalização], capital oficial da cultura europeia. [...] Todavia, a inelutável questão da capital não desaparece por isso. Ela aponta doravante para as lutas pela hegemonia cultural. Através dos poderes estabelecidos e tradicionalmente dominantes de certos idiomas, de certas indústrias culturais, através do extraordinário aumento de novos media, de jornais e da edição, através da Universidade, através dos poderes tecno-científicos, através de novas ‘capilaridades’, competições, por vezes surdas, mas sempre ferozes, estão já em curso. [...] é então que se vê surgir a questão da capital, isto é, da centralidade hegemônica”. DERRIDA, *El outro cabo*. La democracia para otro día Op. cit.; p. 109.

Capitalês, a língua d@ capital

Antes mesmo de Derrida escrever *O monolinguismo do outro*, o movimento pós-colonial (Aimé Césaire, Franz Fanon, Albert Memmi, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, entre outros), nos anos 50-60 já se apresentava o que Derrida chamaria posteriormente de *o outro cabo*, o outro giro, a dobra. A temática da descolonização abarcaria, obviamente, o tema da escravidão negra e indígena no Brasil e por conseguinte a questão educacional apresentada por Paulo Freire, do oprimido x opressor. Brasil, eterna província, foi e ainda é sinônimo de escravidão negra e indígena. Na perspectiva do conquistador, não se deve esquecer que *província* provém de *pro vincere* (latim), que significa a região que havia sido conquistada e vencida, estando, portanto, sob o domínio do conquistador. Essa escravidão não termina com a Lei Áurea: ela se arrasta posteriormente chegando ao início do século XX – esse fato será também marcante na arquitetura.²⁴

Será que Derrida chegou a ler Fanon? Quiçá não, porque, se houvesse, haveria percebido, enquanto argelino, a importância do trabalho de Franz Fanon sobre o poder opressor da língua francesa sobre os negros caribenhos e na Argélia. Infelizmente o grande desconstrutor não foi capaz de fazê-lo, preferindo assumir sua intelectualidade europeia de sujeito colonizado, possuído pela língua francesa – ainda que, simultaneamente recusando-a, combatendo-a –, que está implícita na desconstrução. Como observou Roder,

O sujeito Derrida parece ser mantido, assim, numa zona ou fronteira de inexpressividade original da clausura colonial. Nem exprimível, nem expressivo. Sem voz, sem *chez-soi*. Não um hóspede exatamente, mas talvez um refém. Refém de uma terra inóspita: refém em sua terra como terra do outro, como terra expropriada, colonizada.²⁵

Fanon lutou pela libertação colonial da Argélia, foi membro da *Frente de Libertação Nacional da Argélia*; seu pensamento e estratégias de lutas políticas são retratados em seus últimos anos de vida em *Os condenados da terra* (1961). Franz Fanon, psicanalista negro, dominicano, admirador de Sartre, viaja para Paris, para se encontrar com ele e apresentar seu trabalho *Os condenados da terra*. Sartre fará o prefácio. Mas é em *Pele negra, máscaras brancas*, em 1952, que Fanon expressou a relação existente entre o colonizado e as grandes capitais²⁶ – a relação entre linguagem, colonização e racismo.²⁷ O sutil e estrutural papel da linguagem na colonização do inconsciente negro, a rápida absorção da linguagem do opressor pelo oprimido para assemelhar-se a ele, e tornar-se um deles. E aqui destaca-se sobretudo a importância dada à ida do oprimido à capital, à relação entre capital (cidade) e linguagem. Fanon descreve nos

24 Exalta-se a modernidade, a arquitetura moderna no início do século XX, mas se esquece oportunamente de correlacioná-la com a escravidão, e com a mão de obra escrava recém liberta naquele período. Grande parte dos escravos recém-libertos e seus filhos e netos continuavam atrelados a seus donos, porque não tinham terras, dinheiro e casa, e não tinham para onde ir ou se dirigiram para as grandes cidades, aumentando a população pobre: seriam os deserdados e desterrados da República. Afora todas as narrativas de que os escravos recém-libertos vagavam pelas cidades, é muito provável que muitos deles tenham se dirigido para a construção civil, no início do século XX, ocupando as posições mais baixas como carregadores.

25 RODER, Arthur de Albuquerque Leão. *À beira da língua lei: pertencimento, alteridade e identidade em O monolinguismo do outro de Jacques Derrida*. Ítaca 33 – Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. 2019. p. 14.

26 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

27 “Logo que os capitalistas sabem, e são evidentemente os primeiros a saber, que seu governo se prepara para descolonizar, dão-se pressa em retirar da colônia a totalidade de seus capitais. A fuga espetacular dos capitais é um dos fenômenos mais constantes da descolonização.” Fanon, Franz, *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 45.

seguintes termos:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.²⁸

E, como bem aponta, sobre a relação entre colonização e capitais, “*Temos a cidade, temos o campo. Temos a capital e a província. Aparentemente o problema dessa relação é o mesmo em toda parte.*”²⁹

Fanon refere-se especificamente à questão negra, quando os colonizados, quer sejam das Antilhas ou da África, se dirigem, tomam rumo, *cap*, às grandes capitais e acabam por mudar seu comportamento e linguagem. No caso específico dos antilhanos que se afrancesam, diz ele:

O negro que viveu na França durante algum tempo volta radicalmente transformado. Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta.³⁰ ... O negro que conhece a metrópole é um semideus. A respeito disso, lembro de um fato que deve ter impressionado gerações de meus compatriotas. Muitos antilhanos, após uma estadia mais ou menos longa na metrópole, voltam para ser consagrados. Entre eles o caipira, o nativo-que-nunca-saiu-de-sua-toca, representa a forma mais eloquente dessa ambivalência³¹

A pergunta que se coloca, ironicamente, é: serão somente os negros que viveram na França durante algum tempo que voltam radicalmente transformados? Não seriam também os brasileiros, os sudamericanos, os *sudacas*, que viveram na Europa durante algum tempo? Expressões como *voltou afrancesado, espanholado, inglesado*, são correntes para revelar esse processo de aculturação. Mas não se necessitaria ir tão longe: “voltaram cariocas com chiado e tudo”, voltaram paulistanos, ou mesmo porto-alegrenses. Geneticamente falando, como anteviu Fanon, diríamos que já não são mais as mesmas pessoas: sofreram uma mutação definitiva, absoluta, voltaram irreconhecíveis ante o poder da capital, até seu modo de vestir. Segundo Fanon: “*a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia*”³². E acrescenta logo em seguida: “*precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado*”³³.

Porém, essa questão da capital também é claramente visível nas pessoas que vivem nas cidades dos interiores; no morador e no estudante do interior que vem para trabalhar e/ou estudar na capital. O esplendor da capital, a ideia de centralidade atrelada ao capital, o domínio que exerce o capital como modelo e modo de produção, são os responsáveis pela mudança. A questão da centralidade do poder opera na linguagem, na sua absorção, na forma de falar, nos acentos e entonações, operando e diferenciando quem é da periferia e quem pertence ao centro; quem é daqui e quem é

28 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Op. cit.; p. 34.

29 FANON, F. Op. cit.; p. 34.

30 Op. cit.; p. 35.

31 Op. cit.; p. 35.

32 Op. cit.; p. 35.

33 Op. cit.; p. 35.

de fora, quem é da capital e quem é do interior.

Para muitos, viver na capital é chegar ao topo (*cap*), significa viver dentro da capital, do poder. A capital e o capital, enquanto lugar, exploração e linguagem, sintetizam a dependência colonial. Existe uma topologia imaginária da capital, e essa topologia está sempre acima das outras cidades. *Cap* significa topo, cume, mas pode se restringir a um mero capuz, um boné, uma cápsula (o que está na ponta do foguete), ou a ponta da lança, como se referiu Derrida. *Cap* pode ainda ter o sentido de coroar ou de terminar algo, dar fim, dar *capo*.

O que chega à capital, o (*cap*)turado, é imediatamente ou até mesmo muito antes seduzido, submetido pelas forças da capital que o transformará radicalmente, e terminará por apresentar um duplo discurso, como bem explicou Fanon:

Tomemos o exemplo de um natural de Lyon vivendo em Paris. Ele exaltará a calma de sua cidade, a beleza embriagante dos cais do Rio Ródano, o esplendor dos plátanos e muitas outras coisas que as pessoas ociosas cantam. Entretanto, de volta à sua cidade, sobretudo diante daqueles que não conhecem a capital, ele não lhe poupará elogios: Paris cidade-luz, o Sena, os barzinhos, conhecer Paris e depois morrer ... O processo se repete no caso do martinicano. Primeiro o elogio de sua ilha: Basse-Pointe, Marigot, Gros-Morne e, defronte, a imponente Fort-de-France. Em seguida, e este é o ponto essencial, fora de sua ilha, o mundo metropolitano.³⁴

Fanon observa magistralmente que:

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade.³⁵

Para Fanon, o fenômeno da linguagem é fundamental e, por esta razão, ele julgava a premência dos estudos da linguagem associados ao colonialismo para fornecer um dos elementos da compreensão da dimensão *para-o-outro*. O que Fanon descrevia era também o processo de domesticação exercido sobre os negros escravos e indígenas, inoculado através do parasita chamado linguagem. A questão da linguagem se considera hoje como uma das questões fundamentais do *racismo estrutural*, uma vez que falar é pensar, e que o conhecimento do mundo, sobretudo, é filtrado pela linguagem. No caso, esse falar torna-se existir absolutamente para o outro, e esse outro é o próprio opressor parasita. Do mesmo modo que o opressor entra na cabeça do oprimido contaminando, comprometendo seu pensar; o oprimido, o que está escravizado, o colonizado procura também entrar na mente do opressor, não para contaminá-lo; mas para agradá-lo, para saber do que ele necessita naquele exato momento, para supri-lo, ou mesmo concordar subservientemente com *sinceridade*.

Os novos opressores não abdicam de impregnar no oprimido sua fala, sua língua, sua

34 Op. cit.; p. 35.

35 Op. cit.; p. 33.

escrita, agora: *delete*, *mouse*, *downloads*, *podcast*, *whatsapp*, *facebook*, ...; e não é só a questão do negro, mas de todos os subservientes, dos submetidos aos novos processos de domesticação via meios de comunicação.

Essa questão do racismo está profundamente entranhada na linguagem; por exemplo, se tomarmos o EUA, o *cap* dos *cap* em explorar os outros países, veremos que a arquitetura símbolo e casa do poder racistamente se chama *Casa Branca*. E tem também o (*Cap*)itólio, o prédio que serve como centro legislativo do Estado americano, lembrando que capitólio, além de ser *cap*, significa também esplendor, glória, triunfo.

Segundo Fanon, o interiorano que chega à Capital muda; muda porque, para ele, a capital representa o tabernáculo, não apenas porque da capital saem pessoas famosas, mas porque é de lá que também vêm os médicos, os advogados, os dentistas, os chefes administrativos, incluso os arquitetos; porque lá estão as referências arquitetônicas e urbanísticas. Porque lá tem tudo, e de lá sai tudo, o colonizado passa a ver que, em sua terra, não tem as coisas da capital. Segundo Fanon, “Existe uma espécie de enfeitamento à distância, e aquele que parte por uma semana com destino à capital cria em torno de si um círculo mágico onde as palavras que designam lugares famosos da capital, são pedras fundamentais”³⁶, Fanon aqui se refere sobretudo aos monumentos, às referências espaciais, como a Torre Eiffel, St. Germain, Avenida Foch...

O opressor branco segue ainda exibindo suas fotografias como troféus e testemunhos de que esteve lá. Não diferente faz seu oprimido que, quando vai para a capital, para tentar *a sorte*, em seu retorno, tal qual seu opressor, repete o mesmo rito. Exibe as fotos que tirou nos principais monumentos e pontos turísticos; tenta se mostrar como um vitorioso na capital, busca exibir uma vida ou estadia plena de felicidade e conquistas; sorri ante a câmera para a *selfie*, posta no *facebook* e *whatsapp*, mesmo que sua permanência tenha sido somente de dificuldades, preconceitos de tudo que é espécie, por sua cor, fala, até mesmo pelo caminhar. Esse também tem sido o papel dos professores de arquitetura: sempre que podem viajar para as capitais culturais, posam ante as grandes referências da arquitetura, as arquiteturas da moda, e depois exibem e se exibem para os alunos mostrando os slides.

O recém-chegado da capital vira centro de interesse na cidade do interior ou na periferia, principalmente se lá são pobres; ele se torna o centro de atenções em sua cidade de origem como se portasse a glória, a luz da capital: ele está iluminado, esclarecido. O novo capitolino tem rapidamente a palavra, sua palavra sempre é esperada, como dizia Fanon. Hoje, no entanto, as coisas parecem ter mudado um pouco, as pessoas, devido à globalização e à internet, já não ligam muito para esse aspecto. A capital já não encanta tanto como antes.

O Profeta Gentileza, talvez em sua loucura, tenha sido um dos poucos que tenha percebido profundamente essa relação de poder que se estabelece entre a capital e o capital; todo aspecto nefasto, macabro oriundo dessa conjunção quando se refere ao capitalismo como (*cap*)etalismo.

Gentileza x Capeta Capital.

A natureza não vende terra,

A natureza não cobra pra dar alimentação para nós.

Esse dia lindo, essa luz que está em cima de nós, a nossa vida,

Ou seja, vem do mundo, é de graça, é Deus nosso Pai

36 Op. cit.; p. 38.

Que dá.
Agora o capeta do homem que é o capitalismo, é que
Vende tudo, destrói tudo,
Destruindo a própria humanidade.
Capeta vem de origem capital.
É o vil metal.³⁷

Não há uma única capital, mas o conceito de cap pode ser aplicável desde a capital do planeta, ou as capitais do planeta, até as menores cidades como centro de uma territorialidade. Para a capital é para onde se deslocam as pessoas. Deslocam-se em busca do capital, em busca de trabalho e possibilidades: ali serão capturadas na rede da servidão urbana, para se constituir capital humano. A capital é a casa do capital, o domicílio do capital. Quando o *cap* se desloca para outro lugar, funda uma nova capital, uma nova centralidade do poder, como foi no passado o Palácio de Versalhes, e outros similares na Europa no Iluminismo; ou mesmo o que sucedeu bastardamente aqui no Brasil com a criação de Brasília.

Retornando, a questão da linguagem está tão entranhada na psique, como bem explicitou Fanon e Derrida, que até os pensamentos mais progressistas e revolucionários se veem dependentes dela. Devemos entender a arquitetura também como uma linguagem tal como o enunciaram teóricos, durante os anos 1970 e 1980, como C. Jencks, F. Choay, B. Zevi, J. Sumerson, entre outros. Um exemplo bastante comprometedor aqui no Brasil: sempre que se quer estudar, projetar um tema arquitetônico, costuma-se buscar as referências nas grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo em uma capital menor. Isso é mais gritante quando os alunos de projeto arquitetônico vão buscar as referências de seus projetos em projetos, na maioria das vezes, no exterior. Isso já é considerado uma normalidade dentro da academia. Na outra ponta, também se pode observar que, um aluno de arquitetura europeu dificilmente irá tomar como referência algum projeto latino-americano. Tudo hoje é referendado pelos grandes centros, pelas grandes capitais. Elas são a morada do capital e também do conhecimento e da ciência. O problema dessa lógica espacial, que é a mesma lógica das cidades *capitalizadoras*, é a do deslocamento da periferia para o centro, e raramente vice-versa. Infelizmente, para quem pertence a São Paulo, Rio de Janeiro, parece que as outras capitais possuem uma hierarquia abaixo no imaginário, onde sempre se apresentam como se fossem menores.

A questão que se coloca hoje é de como (des)capitalizar, decapitar, desconstruir essa noção estabelecida e fundante do Estado que é @ *capital*, lugar e poder do preconceito, e do estigma – tal qual uma forma de racismo ou homofobia velada –, principalmente quando se trata da formação acadêmica. Observa-se, na hora de comparar currículo, quando as Faculdades do interior são preteridas às da capital; quando a *naturalidade* lavrada na carteira de identidade pesa a favor ou contra, denunciando o próprio acento, o sotaque da fala. O recém chegado é visto com certo demérito por parte dos colegas estudantes, ou até mesmo de colegas professores, ao contrário do capitolino a quem a primeira fala, geralmente, é concedida, e, quanto maior a capital, o *capital cultural*, mais prioridade terá ante os demais; se for, então, estrangeiro dos países ricos, é sempre o que faz a abertura. Ser *cap* é estar no centro, capitalizar as atenções., agora se estrangeiro é um migrante, indigente não terá nenhuma consideração mesmo vindo de uma capital.

Na verdade, o que se denomina *capital social*, malgrado o termo, está também de certa forma atrelado à capital, ao capital. O lugar da fala da capital coincide com o lugar da

37 GUELMAN, Leonardo. *Brasil: tempo de gentileza*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 44.

fala do capital cultural.³⁸

Viver o Capital, viver na Capital

Qualquer reflexão, teoria sobre a espacialidade e ou sobre as cidades, e principalmente sobre o viver nelas, assim como o próprio conceito de habitar, deveria doravante levar em conta que o viver numa capital é distinto do viver numa cidade pequena do interior. Se acompanharmos as sendas de Heidegger em *Construir, morar e pensar*³⁹, o espaço diferenciado da capital corresponde também a um modo de vida distinto com sua linguagem distinta, entonação distinta, e até a experiência da consumação do tempo, o caminhar; tudo afeta a estrutura do pensamento. Ou seja, a linguagem é determinante no pensar, e essa linguagem também é indissociável do habitar/morar. O pensamento de quem vive na capital é distinto do de quem vive no interior; o pensamento de quem vive no interior é distante do pensamento da capital.

Mas o desejo do pensar do interior muitas vezes é o pensar da capital, já é ser capital; quer agregar-se a ele, somar-se, uniformizar-se, diluir-se, tornar-se um anônimo na capital. Perder sua identidade, sua aura, como bem analisaram Edgar Allan Poe, em *O homem na multidão*, e C. Baudelaire, em *A perda da aura*. É função mesmo da capital-razão, da razão-capital criar uniformização, normatização, arquivamento, distribuir ordenações desde o centro-cabeça até os pés para todas as cidades, dentro de uma lógica única; sobretudo enquanto cabeça, fazer chegar aos lugares mais longínquos os acontecimentos que se dão na capital.

Veremos que todas as características das atuais capitais coincidem com os primórdios do capitalismo, com o nascimento das capitais e com o embrião do Estado moderno, já mesmo no fim da Idade Média. Como esclarece Lewis Mumford,

[...] o Estado moderno começou a tomar forma no século XIV. Suas marcas distintivas são a burocracia permanente, tribunais permanentes de justiça, arquivos e documentos permanentes e edificações permanentes, mais ou menos centralmente localizados, para a condução dos negócios oficiais. A centralização da autoridade exigia a criação de uma capital, ao passo que a capital, comandando as principais rotas de comércio e movimento militar, era uma poderosa contribuição à unificação do Estado... A capital tinha a desempenhar um papel tanto social quanto político. Na capital, os hábitos da província, seus costumes e dialetos, eram misturados e refundidos segundo a imagem da corte real: esta veio a ser chamada imagem nacional, nacional pela prescrição e pela moda imitativa, mais do que pela origem... A consolidação do poder na capital política fez-se acompanhar por uma perda de poder e de iniciativa.⁴⁰

Lei, ordem, uniformidade – tudo isso são, pois, produtos especiais da criação da capital barroca.⁴¹

Com o advento da capital e do capital mais fortemente no século XVIII na Europa, as cidades do interior, os pequenos centros, pouco a pouco foram perdendo sua autonomia

38 Veja-se: BOURDIER, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1984. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

39 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 385-386.

40 Op. cit.; p. 385-386.

41 Op. cit.; p. 399.

e diferenciação para se adequar à uniformização imposta pelos Estados monárquicos. Nesse sentido, o trabalho de Laurent Vidal tem buscado esclarecer e responder às questões da vida nas capitais e sobretudo das capitais latino-americanas:

Se uma tal leitura das funções da capital está adequada às necessidades nascidas da estruturação dos Estados modernos, outros filósofos, como Rousseau, não hesitarão em pôr em causa a primazia dessas capitais, sublinhando com amargura que as capitais são menos diferentes entre elas que os povos que as governam – induzindo-se por aí, em sua opinião, um lamentável processo de uniformização: ‘Ora, se as cidades são prejudiciais, as capitais o são ainda mais. Uma capital é um abismo onde quase toda a nação perderá seus costumes, suas leis, sua coragem e sua liberdade [...]. Da capital é exalada uma peste contínua que mina e destrói, por fim, a nação’ (ROUSSEAU, 1763, p. 911-912).⁴²

A coisa e o lugar são indissociáveis. Habitar a capital, habitar o capital. Viver na capital, entranhar-se no capital, tornar-se capital.... humano. A capital é o domicílio do capital, o Dom capital, o lugar onde se dá basicamente a produção e as ordenações do capital. O capital faz a capital, a capital faz o capital; ela é o lugar da industrialização e da mais-valia. @ Capital é acumulação, acumulação de gente e de dinheiro. F. Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra*⁴³, explicava que, no capitalismo, existe uma dupla tendência centralizadora, e que a concentração da população acompanha a do capital. A essência da capital é crescer, crescer indefinidamente, concentrar gente, acumular, absorver mais e sempre mais, promovendo sempre a indiferença (*indifférence*). Por isso hoje o discurso das diferenças talvez seja tão importante; ela é fruto mesmo da vida na capital. Essa concentração da população indiferente acompanha a acumulação do capital e vice-versa. Como bem observou Engels,

Também a população se torna centralizada, como o capital – o que é natural porque, na indústria, o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização. O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila... Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece. Surgem as ferrovias, os canais e as estradas; a possibilidade de escolha dos trabalhadores experientes torna-se cada vez maior.⁴⁴

Talvez, um dos equívocos é continuar tratando as cidades pelo nome genérico de cidades. As capitais e cidades do interior não estão sujeitas às mesmas regras e conceitos teóricos. A capital é distinta. Qualquer teorização sobre cidades deveria ser relativizada para as capitais; ela não é só o lugar das lutas políticas, da vida em comum: ela tem por finalidade estabelecer um modo de vida padrão para todos os seus moradores, tem por incumbência, através dos meios de comunicação, desde os mais primitivos, divulgar e incentivar em seus cidadãos esses modos de habitar, produzir e consumir-se. É papel mesmo da capital, como se refere Mumford, produzir moda, produzir consumo, hierarquias de cima abaixo, produzir fetiche, grandiosidade,

42 VIDAL LAURENT. Op. cit.; p. 3.

43 ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

44 ENGELS, F. Op. cit.; p.64-65.

produzir luxo e lixo. Tudo na capital é atordoante, majestoso, monumental, exagerado, barulhento, assustador e fascinante.

A criação de uma identidade cultural também é uma fetichização da cultura como forma de poder. Uma das funções vitais da capital é produzir imaginação, conformar e confirmar um imaginário de sedução através das imagens que possa dela extrair, na qual a arquitetura desempenha um papel fundamental, como foi o caso de Barcelona, que desde 1986, quando foi nomeada a cidade dos Jogos Olímpicos de 1992, transformou seu imaginário, transformando a própria imagem da cidade e de seus habitantes para o mundo, e segue até hoje projetando ser um lugar onde a monumentalidade, a inovação e a renovação são uma constante.

O historiador Giulio Carlo Argan, em *A Europa das capitais*, ao mostrar a condição da formação das capitais na Europa entre 1600-1700, também observou que as raras cidades eleitas para essa função capital perderam seu caráter municipal para se tornarem, simultaneamente, a imagem do Estado e o aparelho de seu poder. Argan descreve longamente que:

A grande criação política do século XVII é o Estado nacional, sua forma típica, a monarquia absoluta. A Europa moderna nasce como um sistema de Estados em busca de um equilíbrio de forças políticas e econômicas. O Renascimento havia dado vida a uma civilização urbana na qual cada cidade se apresentava, não como uma célula dentro da comunidade, mas como um pequeno Estado soberano: a cidade não era somente a sede do príncipe e o instrumento de sua política pessoal, mas a herdeira de uma tradição histórica e o centro de uma cultura autêntica. No século XVII, a centralização do poder determina o domínio de uma cidade que se converte na sede da autoridade do Estado e dos órgãos do governo e da administração pública, e igualmente das representações diplomáticas que regulavam as relações entre os Estados. A criação de uma cidade-capital determina obviamente a regressão das demais cidades do Estado que ficaram sob o mando das cabeças de províncias. Doravante se distinguirá uma cultura e uma arte da capital, aberta a todos intercâmbios internacionais, e uma cultura e arte provinciais, quiçá de alto nível, mas sempre em uma posição periférica com relação às grandes correntes da metrópole. A cidade-capital tem também uma função representativa, e tende com frequência a perder seu caráter municipal, tanto na estrutura social, como na configuração planimétrica e edificatória. Pela situação, geralmente tendendo ao centro do país, e pelo caráter que se dá nas guerras nesse período, a defesa da capital se decide normalmente longe de seus confins; por consequência a capital já não se apresenta como uma cidade fechada entre muralhas, mas como um organismo aberto, um nó de vias de comunicação. Por outro lado a transformação interna da capital não depende já da iniciativa dos cidadãos ou da municipalidade, mas da autoridade política.⁴⁵

A capital, como observou Argan, já não seria somente o lugar de moradia da comunidade tradicional, “mas a meta também de visitantes de todos os países; ela deve impor-se pela grandiosidade de seus monumentos, orientar sua estrutura viária

45 ARGAN, G. C. *La Europa de las capitales*. 1600-1700. Skira Carroggio Ediciones. Barcelona. 1964. p. 3.

com as grandes rotas de acesso de fora”.⁴⁶ Embora a monumentalidade não seja uma invenção da capital, Argan apresenta o monumental, a monumentalidade assim como as largas avenidas, como o símbolo distintivo da capital, a representação do poder monárquico ou estatal. Eu incluiria também o resplendor das luzes da capital. Não somente símbolo da capital, mas demonstração do poder soberano e do capital. Uma das características da capital será sem dúvida o monumental, o enorme, o mais alto, os arranha-céus como símbolo de diferenciação das cidades do interior que orbitam em torno à capital, e, quanto mais próximos, maior essa gravitação. A altura será símbolo até hoje de progresso civilizatório, os arranha-céus assinalam ao viajante a aproximação à cidade, conformam a paisagem urbana à distância. A partir do início do século XX, por exemplo, Nova York foi considerada a capital das capitais, porque, entre tantas coisas, ela possuía naquela época os edifícios mais altos do mundo. Ainda hoje a altura dos arranha-céus é um parâmetro para demonstração do poder, vide, por exemplo, a cidade de Dubai, ou aqui no Brasil a cidade de Balneário Camboriú.

Diz Argan: “a ideia de monumento como unidade plástica e arquitetônica representativa dos valores ou da autoridade está conectada com a ideia da cidade-capital, e também com a ideia do Estado absoluto.”⁴⁷ Para Argan, a conformação das capitais carrega, além do monumental, também a importância e a necessidade da abertura das grandes avenidas: elas serão um dos marcos principais da capital, da futura *vida em corredor*, as grandes avenidas. Os passeios (*boulevards*) seriam a representação e lugar do fluxo incessante principalmente da burguesia no século XIX; ali já então se estabelecería a separação entre espaço trafegável para carruagens e a calçada para pedestres. Outra característica será a criação dos parques e das praças⁴⁸. Diz Argan: “A capital, como forma urbana tipicamente barroca, é a representação monumental do que Mumford chama ‘a ideologia do poder’.”⁴⁹ Ou, como diria Derrida: “A capital é a memória de si que se reúne e se acumula, se capitaliza em si e para si, lugar de memória capitalizante e de decisão, de capitão”.⁵⁰ A capital é a razão primeira e última de todo processo de capitalização e civilização, domesticação.

O monumento enquanto marco também assinala a centralidade do capital, um marco ao qual tudo deve dirigir-se, através da arquitetura do poder, na maioria das vezes situados no centro da cidade. Vide, por exemplo, a Avenida Paulista, em São Paulo, que reforça a dimensão de centralidade da capital. Segundo Laurent Vidal, “a centralidade é contemporânea da estabilização dos Estados-nações europeus, esse conceito de centralidade subentende uma imagem de estabilidade. Daí a associação implícita (pois nunca foi especificamente demonstrada ou formulada): centralidade = estabilidade.”⁵¹ Centralidade, capital também pode ser definida como lugar do qual tudo parte e aonde tudo chega; é como um porto, uma porta, por isso para as capitais é vital possuírem aeroportos.

As cidades do interior se utilizam dos mesmos modelos arquitetônicos da capital como referência, as mesmas tipologias dos monumentos, embora numa escala e proporcionalidade edificatória menor, inferiores, já desde o século XIX. Essa repetição por imitação e por redução de escala tem por finalidade reverenciar a capital, fazer lembrar e ao mesmo tempo reforçar o vínculo de dependência cultural, o elo que a acorrenta territorialmente à capital. “Se tem na Europa, tem que ter no Brasil, se tem no Rio e em São Paulo, tem que ter aqui também”, “se aconteceu lá, acontecerá aqui

46 Op. cit.; p. 4.

47 Op. cit.; p. 4.

48 Argan se fundamentou nas reflexões de Lewis Mumford, na *Cultura nas Cidades*, já aqui explicitadas.

49 ARGAN, G. C. Op. cit.; p. 6.

50 DERRIDA, op. cit; p. 103.

51 VIDAL LAURENT, op. cit.; p. 3.

também”, e assim por diante. O processo de reprodução das arquiteturas europeias na América Latina tinha também o objetivo de proporcionar, aos europeus que aqui vinham viver, explorar e colonizar, o sentido de sentir-se num ambiente familiar.

Para os Estados-nações, o poder se exerce da capital até os pés numa escala de proporcionalidade populacional. A grandeza de uma capital e sua potência é dada, no imaginário de todos, pela multidão de seus habitantes, a acumulação de gente: quanto mais gente, mais rica parece ser a cidade. Essa população para o capitalista é vista como potência de trabalho, geração de capital, patrimônio, capital humano, tal como no tempo da escravidão. Hoje, um dos indicadores econômicos é a renda per (cap)ta, quer dizer: por cabeça, e não mais por família. A renda per capita corresponde à renda média da população de um país em um determinado ano ou período, e é calculada por meio da divisão da Renda Nacional (ou o PNB) de um país pelo número de habitantes. A princípio, @ capital precisa gerar fatura de corpos destinados a produzir riqueza para produzir capital. E enquanto corpos eles se constituem em produtos e produtores do capital.

Acumular capital, acumular riqueza também quer dizer acumular um contingente de trabalhadores, reserva de desempregados disponível para o trabalho a qualquer preço. Estar na capital, viver @ capital significa emular a competição, a concorrência entre operários e desempregados; e até mesmo dos empregados entre si, na hora de barganhar o miserável salário ou rendimento desses indivíduos. Segundo Engels,

[...] a concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses.⁵²

O conceito de população segundo Foucault⁵³ estabeleceu-se a partir da formação do Estado moderno; e este Estado Moderno quer dizer individualização, produção de Individualidades. A individualização significa, em termos biopolíticos, o controle dos corpos desde o nascimento até a morte. A formação das individualidades inicia-se na capital e pouco a pouco se dirige às populações do interior.

Como bem colocou Lefebvre⁵⁴ em *A cidade do Capital*, é Friedrich Engels o grande descritor da vida das grandes cidades associada ao capital e às péssimas condições da vida dos trabalhadores no final do século XIX. Engels observou com grande lucidez, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁵⁵, que a concentração da pobreza nas grandes cidades é o que mantém o movimento incessante que caracteriza as capitais, o que movimenta a máquina. É esse contingente humano enquanto produto e produtor que garante o crescimento da capital. Como observou com perspicácia Lefebvre, “Essa miséria, ao mesmo tempo ocasional (para os indivíduos) e perpétua (para a classe), contribui para a desordem pitoresca e para animação dos bairros operários nas cidades industriais”⁵⁶.

52 ENGELS, op. cit.; p.117.

53 FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

54 LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

55 ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

56 LEFEBVRE. Op. cit.; p. 23.

Anteriormente, Engels explicava que

A tendência centralizadora da indústria, contudo, não se esgota nisso. [...] Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas, que ocorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. Os habitantes da vila, especialmente a geração mais jovem, habitam-se ao trabalho fabril, familiarizam-se com ele e quando a primeira fábrica, como é compreensível, já não os pode empregar a todos, os salários caem – e, em consequência, novos industriais ali se estabelecem. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração.⁵⁷

Ao ler-se *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, percebe-se que, passados mais de cento e cinquenta anos, tudo continua igual ou pior. Esse ainda é o drama, o paradoxo das capitais, das cidades capitalizadoras, ou seja: lutar dentro dela contra ela própria. Lutar contra o capital dentro da capital, lutar contra a capital, servindo ao capital. Como observaram Engels e Lefebvre, seria principalmente na capital que se formaria no século XIX a luta de classes; as capitais desde então seriam a sede do movimento operário, ali que os operários começariam a refletir sobre sua situação e a sua luta.

Fanon faria lucidamente um importante contraponto à questão da capital, ressaltando que

O escritório político muitas vezes – ai de nós! – constitui todo o partido, e seus membros residem permanentemente: na capital. Num país subdesenvolvido os membros dirigentes do partido devem fugir da capital como da peste. Devem residir, excetuando uns poucos, nas regiões rurais. Cumpra evitar centralizar tudo na grande cidade. Nenhuma desculpa de ordem administrativa pode legitimar a efervescência de uma capital já superpopulosa e superdesenvolvida em comparação com os nove décimos do território. O partido há de ser descentralizado ao extremo. É o único meio de ativar as regiões mortas, as regiões que ainda não despertaram para a vida.⁵⁸

Fanon, reforçaria que, ao contrário

[...] pensamos que o interior deveria ser privilegiado. Em último caso, aliás, não haveria nenhum inconveniente em que o governo se estabelecesse fora da capital. É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide: trabalhar. É em certo sentido o que o Governo brasileiro procurou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto ao povo brasileiro. Mas infelizmente Brasília é ainda uma nova Capital tão monstruosa como a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através da selva. Não, nenhum motivo sério pode opor-se à escolha de uma outra capital, ao deslocamento do conjunto do governo para uma das regiões mais atrasadas.⁵⁹

57 ENGELS, F., op. cit.; p. 64.

58 FANON, F. *Os condenados da terra*, p. 152. Diz ainda Fanon: “Muitas vezes, na realidade, contentamo-nos com instalar organismos nacionais no alto e sempre na capital: a União das Mulheres, a União dos Jovens, os Sindicatos, etc.”. p. 159.

59 Op. cit.; p. 153.

Reforça Fanon, “a capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial.”⁶⁰

Entretanto, cabe observar que, ao enfatizar, ou tomar como cerne a questão do capital, da produção e dos operários, tanto em Engels como em Marx, ou Lefebvre, não se encontra a devida importância da escravidão dos negros e dos indígenas que era praticada na América como fonte de mão de obra para a extração e cultivo das riquezas – fato esse de que Fanon viria dar conta posteriormente, através da linguagem. A mão de obra quase escrava de operários na Europa, não haveria porque não existiria matéria-prima para a indústria, extraída pelo trabalho escravo nas Américas e África. Durante anos, a capital Europa determinou o valor de tudo o que era produzido na América, e segue assim hoje. Se tomarmos como exemplo a indústria exploratória da reciclagem, são os compradores internacionais que determinam o valor do alumínio, as latinhas de alumínio que o miserável do catador recolhe nas cidades, a preço de centavos o quilo.

Hoje, entretanto, há uma bizarra diferença, como bem observou Fanon: o capitalismo, em seu período de desenvolvimento, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam espalhar-se no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação do capital, no século XX já havia se modificado a concepção da rentabilidade de um negócio. E então, as colônias converteram-se num mercado de consumo dos produtos europeus, também de sua arquitetura, moda e costumes.⁶¹ É curioso porque esse mesmo princípio de capturar capital também se aplicou para as cidades do interior, ou mesmo para as periferias das grandes cidades, como se referiu anteriormente Figueiredo.

Nova Cap

@ capital não vive sem as cidades do interior, sem a periferia ou o Terceiro mundo, sem a cidade do interior. Ela importa e exporta; a capital é como uma porta: por ela tudo entra e tudo sai. Elas determinam uma rede de subserviência de cabo a rabo que trata constantemente de alimentar essas diferenças constituintes. Há um fluxo não só populacional como também de capital para alimentar essas cidades ca(p)talizadoras. Tudo deve ser glorioso na capital, até sua pobreza deve ser magnificamente miserável e assustadora. A capital é o ornamento do território, como enunciou Foucault,⁶² a alegoria da governamentalidade do Estado. Um símbolo difícil de perceber, mas que está ali representada na própria capital a tirania do capitalismo. Foucault em *Segurança, território, população* explicava que a capital é o lugar da fabricação das leis, e também “o lugar da garantia de que esses decretos e leis deveriam ser assegurados em todo o território; e que em nenhum canto do reino escape dessa rede geral das leis e dos decretos do soberano”.⁶³

Enquanto lugar de origem, a capital deve dar o exemplo dos bons costumes, e ser a referência política, cultural e jurídica. Segundo Foucault, as capitais dos Estados Soberanos

[...] são a sede das academias, das ciências, cuja verdade deve nascer ali, para então se difundir no resto do país. Deve ser o lugar do luxo, da pompa e da ostentação. Não somente para os antigos

60 Op. cit.; p. 153.

61 FANON. *Os condenados da terra*. Op. cit.; p. 49.

62 FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Martins Fontes. São Paulo. 2008, p. 18.

63 Op. cit.; p. 18.

monarcas, mas mesmo para as democracias, e que constituam-se sempre um lugar de atração para as mercadorias que chegam do estrangeiro.⁶⁴

Entre tantas outras capitais se criou outra capital, um outro cabo, o cabo dos cabos, a capital virtual, a internet, com sua rede de organização de comunicação de grandes infovias, cabos que conectam um lado a outro. Essa *nova cap* é atópica, está em todos os lugares e ao mesmo tempo em nenhum, abarca e subjuga a todas. Cabeça da cabeça. Para a nova capital, qualquer um pode dirigir-se rapidamente e retornar a qualquer momento. O interiorano pode acessá-la, dirigir-se a ela instantaneamente, pode até trabalhar nela, pode caminhar nela e olhar estranhas vitrines, consumir, se tiver como comprar, divertir-se. Os que vivem nas grandes capitais também vão a essa nova e monstruosa babilônia. Já estão vivendo nela, Ela está assimilando tudo, como é da essência mesmo de ser capital, já está determinando modelos espaciais, referências dentro de sua lógica para todas grandes e pequenas cidades.

A preocupação de Derrida, em 1980, de uma disputa das capitais na Europa pela hegemonia cultural, através dos poderes dominantes de certos idiomas, de certas indústrias culturais, das Universidades, através dos poderes tecnocientíficos, de novas capilaridades⁶⁵, nada disso parece hoje fazer muito sentido quando confrontadas com essa nova capital: @ capital⁶⁶. O advento da internet entre tantas reformulações do espaço trouxe esse questionamento à estabilização e centralidade das capitais. Agora, a capital internet tratará de subordinar e retirar a pouca identidade que restava das capitais físicas, similarmente quando se criaram as capitais no Estado soberano. Parece que o valor da monumentalidade e das grandes avenidas já não têm a menor importância, e sim a capacidade das infovias, os 5G, as estruturas virtuais de consumo e visualidade. O fato de estar em todos os lugares e em nenhum ao mesmo tempo não retira seu papel de capital soberana, cap das cap, originada e alimentada pelas caps cresceu acima de todas essas cabeças. Sua invisibilidade anuncia também a chegada do capital invisível, e até do dinheiro como espécie, e até mesmo de todos os cartões de crédito.

Talvez uma das melhores descrições, hoje em 2021, da indiferença nas grandes capitais da América Latina tenha sido descrita por Engels em 1845; e parece que de lá para cá nada quase mudou, mas, quando novas cabeças brotam, parece que mais miséria será produzida, pois o mal está na cabeça, no *capetal*, como disse Gentileza.

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante

64 Op. cit.; p. 18. Entretanto surpreende até hoje como Foucault não conseguiu estabelecer as relações entre Estado e capitais dentro da governamentalidade, controle e população, entre o capital e a capital.

65 DERRIDA, J. Op. cit.; p.

66 @, arroba, curiosamente em latim é uma medida utilizada para medir a massa de bois e vacas. Há também outra origem da arroba relacionada com os monges copistas da idade média. De forma a facilitar a escrita, eles costumavam substituir letras, palavras ou nomes próprios por símbolos e abreviaturas. Teriam criado o símbolo @ para substituir a preposição latina ad, que significa para, em direção...cap.

a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e, mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade [...] em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências. É por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui explicitamente declarada. Tal como o amigo Stirner, os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida.⁶⁷

Referências

ARAGON. *Le paysan de Paris*. Paris: Gallimard, 1990.

ARGAN, Giulio. Carlo. *La Europa de las capitales. 1600-1700*. Barcelona: Skira Carroggio Ediciones, 1964.

BAPTISTA, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?* Niterói: Editora da UFF, 2012.

BRETONE, Restif de la. *Les Nuits de Paris, ou le Spectateur-nocturne*. Paris: Gallimard, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DERRIDA, Jacques. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

67 Engels. 2010. p. 67-68.

DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Éditions Galilée, 1996.

DERRIDA, Jacques. *El outro cabo. La democracia para otro día*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1992.

DERRIDA, Jacques. *O outro cabo*. Coimbra: Ed. Reitoria UC/ Amar Arte, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Carta à Europa. «Dupla memória»*. Revista filosófica de Coimbra. Vol. 23. N. 46. Outubro de 2014. p. 471-472. Fundação Eng. António de Almeida. Tradução e notas: Fernanda Bernardo.

DERZE, Farley. *Cidade à noite: iluminação artificial e modernidade*. Universidade de Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, 2014.

DUQUE ESTRADA, Paulo Cesar. *Jamais se renuncia ao Arquivo Notas sobre 'Mal de Arquivo' de Jacques Derrida*. Natureza humana. vol.12 n.2 São Paulo, 2010.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, em ARQTEXTOS n.6. PROPARG. UFRGS. 2004, p. 130-140.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FUÃO, Fernando. *Parasitas*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2021/04/parasitas-fernando-freitas-fuao-alem.html>

FUÃO, Fernando. *Entre guichês, clichês & playboys na arquitetura*. Revista Estética E Semiótica, 10(2), (2021). p. 25–45. Disponível em: <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v10.n2.2020.02>

FUÃO, Fernando. *Sobre cadeiras e Clareiras*, em Revista Pixo. N.11. Vol. 3. Periódicos da UFPEL. Primavera de 2019. p. 18-39. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2019/11/sobrecadeiras-e-clareiras-umaleitura.html>.

FUÃO, Fernando. *Lares, sobre arquitetura e domesticação*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2020/12/lares-sobre-arquitetura-edomesticacao.html>.

FUÃO, Fernando; SOLIS, Dirce (orgs.). *Arquitetura e Derrida*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2014.

GUELMAN, Leonardo. *Brasil: tempo de gentileza*. Niterói: EDUFF, 2000, p. 44.

LAGES E SILVA, Rodrigo. *O que são essas luzes?*. Em, BAPTISTA, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?*. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 15-30.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MARCUSSO, Ricardo Antonio. *Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba*. 2015. p. 1. Pontifícia Universidade Católica São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3607>.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODER, Arthur de Albuquerque Leão. *À beira da língua lei: pertencimento, alteridade e identidade em O monolinguismo do outro de Jacques Derrida*. Ítaca 33 – Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Proyecto de constitución para Córcega Consideraciones sobre el gobierno de Polonia y su proyecto de reforma*. Madrid: Tecnos, 1988.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *A Democracia Banida. Reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. Dirce. Em: *A democracia e seus desafios em tempos de crise*. Organizadores: CARRARA, Ozanan; COSTA, José André da; CARBONARI, Paulo Cesar. 1a ed. vol 1. Passo Fundo: Saluz-Ifibe, 2017.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *Corsários e Abutres: Espacialidades Ban(d)idas*. In: SOLIS, Dirce Eleonora (Org). *Resistências e Descolonialidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2021, p. 33.

VIDAL, Laurent. *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*. História vol.30, N.1, Franca, Jan./June 2011. p. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100002>.



CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS Reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas, de Paulo Roberto Baqueiro Brandão

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes¹

Resumo

Esta contribuição faz uma resenha do livro *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*, organizado pelo Professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Relevante contribuição acerca dos estudos das cidades médias e das cidades pequenas, a coletânea lança reflexões teóricas, metodológicas e empíricas fundamentais para compreender esses espaços não metropolitanos. Nos estudos urbanos, a escala metropolitana ainda predomina. Na contramão desse movimento, o livro organizado pelo Professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão nos convida a mergulhar em estudos sobre as cidades médias e pequenas de modo a compreender a realidade urbana brasileira em totalidade. Nesse sentido, esta resenha transita pelas principais contribuições e reflexões do livro no debate sobre as pequenas cidades.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

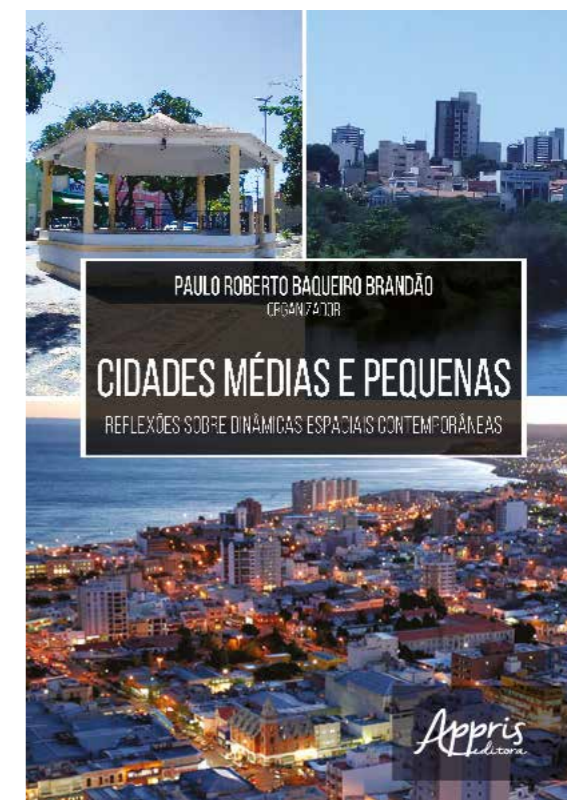


Figura 1 – Capa do livro *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. Fonte: Editora Appris/Curitiba, 2019.

Resenha

Em novembro de 2020, conheci, ainda que de modo virtual, devido à pandemia de Covid-19, o Professor Doutor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, durante uma mesa de debate do V Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades (Sinapeq). Como um pesquisador que estuda fenômenos sociais em pequenas cidades, logo tratei de absorver as contribuições acerca dos impactos socioespaciais da pandemia em pequenas cidades turísticas da Bahia trazidas na ocasião por ele. Essa participação do Professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão no principal evento sobre as pequenas cidades brasileiras dialogava, diretamente, com as suas pesquisas acerca dos espaços não metropolitanos na Bahia.

O professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, atua no curso de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), em Barreiras (BA). Coordenador do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Espaciais e Desenvolvimento Territorial, estuda diretamente a Geografia Urbana, a Geografia Histórica e a Geografia do Turismo a partir das cidades médias e pequenas.

O livro *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*, publicado pela Editora Appris em 2019, convida a mergulhar nos estudos sobre cidades médias e pequenas de modo a compreender a realidade urbana brasileira em totalidade. O professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão organizou o livro em duas partes: a primeira, intitulada *Contribuições à produção de conhecimento sobre cidades médias e pequenas*, possui sete capítulos que abordam temas vinculados aos aspectos teóricos, metodológicos e conceituais das cidades médias e pequenas; já a segunda parte, chamada de *Estudos empíricos sobre cidades médias e pequenas*, tem três artigos e apresenta um viés empírico que revela realidades distintas acerca das cidades médias e pequenas.

Especificamente sobre as pequenas cidades, durante muito tempo elas foram negligenciadas pela academia, pela mídia e pelas políticas públicas no Brasil. Assim, nos estudos urbanos, predominavam pesquisas e publicações acerca da escala metropolitana de análise, sobretudo a partir da compreensão das metrópoles. A partir da década de 1990, diversos pesquisadores começaram a apresentar outra realidade urbana: as cidades médias e as pequenas cidades. No caso das pequenas cidades, a efetiva ampliação dos estudos ocorreu a partir de meados da década de 2000. Para Brandão (2019), isso não ocorreu ao acaso, pelo contrário, os estudos buscavam responder às transformações ocorridas no Brasil, geradoras de novas dinâmicas nos papéis desempenhados pelas cidades médias e pequenas no intraurbano, mas, principalmente, na escala urbano-regional. Apesar desse avanço, é notório na academia que os estudos sobre as pequenas cidades carecem de aprofundamento teórico, metodológico e até empírico. Por isso, a obra organizada por Brandão (2019) aprofunda o debate teórico e metodológico sobre as cidades médias e pequenas e, ao mesmo tempo, ilustra, por meio de estudos empíricos, a diversidade desses centros urbanos, se tornando, por conseguinte, uma relevante referência para os estudos urbanos no Brasil.

Nesta resenha, apresentarei as principais contribuições e reflexões do livro acerca das pequenas cidades. Na primeira parte da obra, com viés mais teórico e metodológico, três capítulos abordam diretamente as pequenas cidades. Na segunda parte, com viés mais empírico, o recorte espacial das pequenas cidades aparece diretamente no segundo capítulo e indiretamente no terceiro capítulo.

No capítulo *Entre as pequenas cidades concretas e as utópicas: reflexões sobre o devir*, Angela Endlich alega que enquanto as pequenas cidades concretas apresentam diversos problemas, uma série de utopias são inspiradas por visões idealistas dessas localidades. Assim, Endlich tem uma contribuição singular – e extremamente pertinente – para os estudos das pequenas cidades: a compreensão das pequenas cidades como uma das formas possíveis para a vida urbana. A utopia urbana corresponde a trazer perspectivas positivas para os espaços urbanos e, no amplo universo dessas utopias, Endlich constatou uma proposta em comum entre elas: estabelecer um máximo de habitantes, de modo que sejam mantidas como localidades demograficamente pequenas. No entanto, Endlich revela um descompasso dessas utopias com a realidade concreta das pequenas cidades:

A paisagem e localidade abandonadas compõe uma triste geografia, de sonhos interrompidos e laços desfeitos. São espaços que não foram apropriados política e socialmente. Espaços que mostram quão pouco pode a sociedade local, mediante dinâmicas promovidas por escalas de poder ampliadas, do nacional ao mundial. [...]. Há, portanto, um abismo entre as possibilidades sinalizadas para pequenas cidades nos ideais utópicos e a realidade encontrada em muitas delas (ENDLICH, 2019, p. 28-29).

Portanto, Endlich, em busca de uma utopia baseada em uma visão concreta da realidade, sublinha as pequenas cidades reais e distanciadas das idealizações, mas consideradas como parte do pensamento do vir-a-ser e da sociedade urbana, sendo que a vida possa de fato ser reproduzida nesses espaços, contemplando o direito de não migrar e manter o enraizamento efetivo.

O capítulo *Contribuição teórico-metodológica aos estudos das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia*, de Janio Santos, apresenta reflexões relevantes que, certamente, enriquecem a compreensão acerca das pequenas cidades. Santos, antes de abordar diretamente as pequenas cidades, discorre sobre o que não é

uma cidade pequena, de modo a reforçar a necessidade dos pesquisadores das pequenas cidades transitarem por parâmetros, especificidades teórico-metodológicas e posicionamentos norteadores para as pesquisas sobre esses espaços. Já quanto às contribuições conceituais de cidades pequenas, Santos sistematiza cinco aspectos: (i) escala, (ii) grau de modernidade; (iii) vida cotidiana; (iv) questões demográficas; e (v) dinâmica urbana. A análise conjunta dos aspectos apresentados por ele, certamente, trará complexidade e qualidade na compreensão dos fenômenos pesquisados em pequenas cidades. Especificamente nos estudos de Santos na Bahia:

[...] os aspectos priorizados sobre as pequenas cidades estão associados: a organização dos seus espaços internos; a lógica da divisão territorial dos usos do solo; as relações entre o centro e a periferia, quando ocorre tal nexos; os níveis de articulação desses núcleos urbanos com outros centros; as relações com o campo e a interpenetração entre ruralidade e urbanidade; as políticas estatais e a dinâmica dos setores industrial, agrário e terciário, no que tange aos seus papéis na produção do espaço urbano; e a relação capital trabalho, com foco na manifestação pelas desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2019, p. 97).

Portanto, para Santos, ao discutir as cidades pequenas, é crucial compreender que não é a cidade em si o cerne da reflexão, mas, sim, como o processo de urbanização, em seu movimento, reproduz-se ao produzir uma lógica com profundas diferenças. Logo, a análise da pequena cidade, independente da metodologia adotada, deve passar, segundo Santos, por considerá-la sempre como um ponto de chegada, ou seja, o horizonte do pesquisador deve ser o papel das pequenas cidades no contexto das mudanças no processo contemporâneo de urbanização.

Onildo Araujo da Silva, no capítulo *Cidade pequena: possibilidades de definição*, apresenta algumas possibilidades para o entendimento da definição de pequenas cidades. Apesar dessa indicação, Silva reconhece que se trata de um grande desafio acadêmico, sobretudo se considerarmos que há, ainda hoje, uma dificuldade com a própria definição de *cidade*. Nesse contexto, Silva contribui no enfrentamento de entender as cidades pequenas à luz da teoria, suas características e quais agentes constroem o cotidiano de cada uma delas. Para isso, Silva apresenta três perspectivas: o quantitativo demográfico, a densidade das ações cotidianas que constituem os lugares e a inserção das aglomerações urbanas na interface urbano-rural. Diante da explanação das perspectivas:

[...] a cidade pequena é um lugar onde o espaço está construído e organizado para e na interface entre o urbano e o rural, onde as ruralidades estão mais presentes, mesmo quando consideramos as diferentes formas de inserção dessas pequenas cidades na rede urbana. Logo, argumentamos que um bom caminho para uma definição do que é uma cidade pequena é trabalharmos de forma conjunta os dois aspectos: a cidade pequena é um lugar global simples onde as ruralidades são presentes no cotidiano da vida urbana (SILVA, 2019, p. 216).

A intrepidez de Silva em apresentar uma redação mais conceitual sobre pequenas cidades deve motivar os demais pesquisadores da Geografia Urbana a seguirem esse caminho para, efetivamente, fortalecer as bases teóricas e metodológicas sobre pequenas cidades, inclusive quanto à epistemologia. Assim, embora seja um trabalho árduo e arriscado, mostra-se necessário e até urgente.

Na parte com viés mais empírico do livro de Brandão (2019), é relevante destacar o capítulo *Cartografia da fronteira em cidades pequenas: o caso de Aceguá (Brasil) e Acegua (Uruguai)*, de Eduardo Rocha e Luana Pavan Detoni. Os autores versam sobre a cartografia sentimental, uma metodologia de pesquisa e intervenção, que se concentra em acompanhar os processos de subjetivação nas pequenas cidades de Aceguá – Acegua, território de fronteira entre o Uruguai e o Brasil. Após contribuir teoricamente acerca das cidades pequenas, Rocha e Detoni apresentam a realidade de Aceguá - Acegua.

A experiência da pedagogia da viagem em Aceguá – Acegua remete a uma cidade única, repleta de singularidades. [...] Fruto da rota do comércio informal, na fronteira seca do Brasil e Uruguai, os municípios de Aceguá – Acegua procedem com diversificadas etnias. [...] Os setores da economia de maior destaque são, por ordem, o primário (agropecuária), o terciário (comércio/serviços) e o secundário (indústrias). [...] Em 2006 a instalação das lojas de livre comércio, os free-shops, na linha divisória entre Aceguá (BR) e Acegua (UY), acabou por aprimorar o comércio brasileiro nas mercadorias mais voltadas ao dia a dia [...]. O circuito superior da economia [...] provocou alteração sobre a especulação imobiliária da área central do aglomerado das cidades gêmeas. [...] A praça com sua vida, localização e configuração, traz muitas formas de compreender a cultura da cidade e do campo. É nela que a cada ano, semana, dia a população se encontra, acontecem feiras, festas e apropriações das mais diversas (ROCHA; DETONI, 2019, p. 263-269).

Portanto, Rocha e Detoni contribuem com os estudos das pequenas cidades a partir da experiência cartográfica da pedagogia da viagem em Aceguá, Brasil, e Aceguá, Uruguai. As pequenas cidades gêmeas na fronteira entre os dois países revelam singularidades que transbordam os limites, ressignificando a cidade pequena como fronteira.

Diante do exposto nesta resenha, o professor Paulo Roberto Baqueiro Brandão teve a sensibilidade de organizar um livro que pudesse contribuir com estudos não metropolitanos a partir de cidades médias e pequenas. Particularmente quanto às cidades pequenas, o livro *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*, publicado em Editora Appris em 2019, tem variedade teórica, metodológica e empírica que ajuda os leitores a entenderem o urbano brasileiro em totalidade, ou seja, com luz nas pequenas cidades e seus múltiplos movimentos.

Referência

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. Curitiba: Editora Appris, 2019. 300p.



CIDADE MENOR E A MAIS ALTA POTÊNCIA DO FALSO “Vem mentir em Nova Bréscia”

MINOR CITY
AND THE HIGHEST POWER OF THE FALSE
“Come to lie in Nova Bréscia”

Ana Paula Vieceli¹ e Eduardo Lanius²

Resumo

Este ensaio trata da cidade *menor* como uma outra cidade dentro da cidade. Da cidade intensiva que se insinua dentro da realidade conceitual ou material da cidade enquanto produto do planejamento ou das forças e valores de mercado. Na busca por vivências e práticas singulares, apresenta Nova Bréscia como cidade pequena, fronteira com o campo, que inventa e cultiva um festival para contar mentiras, reunir a comunidade e fazer delirar a colônia. Durante três dias, a cidade inverte os valores subjetivados pela moral servil do trabalho, e transforma o discurso da escassez em abundância a partir de um desvio lúdico e bem-humorado. O ensaio responde ao Festival da Mentira e, inspirado nele, toma a forma de um grande embuste acadêmico, no qual se reflete acerca da arte, junto a Nietzsche e Deleuze, como a mais alta potência do falso. Palavras-chave: cidade menor, potências do falso, Festival da Mentira, Nova Bréscia.

Abstract

This essay deals with the minor city like another city within the city. The intensive city that insinuates itself within the conceptual or material reality of the city as a product of planning or of market forces and values. In the search for unique experiences and practices, it presents Nova Bréscia as a small town, bordering the countryside, which invents and cultivates a festival to tell lies, bring the community together and make the colony delirious. For three days, the city inverts the values subjected to the servile morality of work, and transforms the discourse of scarcity in abundance from a playful and humorous detour. The essay responds to the Festival of the Lie and, inspired by it, takes the form of a great academic trickery, in which it reflects on art, together with Nietzsche and Deleuze, as the highest power of the false.

Keywords: minor city, powers of the false, Lies Festival, Nova Bréscia.

Prelúdio

Uma cidade *menor* não é uma cidade pequena apesar de poder, também, *acontecer* em uma pequena cidade. A cidade pequena pode ser definida por extensão territorial e por número de habitantes. Mas a cidade *menor* só se mede por intensidades.

A cidade *menor* é uma outra cidade dentro da cidade. Ela é uma cidade intensiva, viva, que se insinua dentro da realidade conceitual do urbano enquanto produto de um planejamento ou, dentro da realidade material da cidade, como produto de forças e valores de mercado. A cidade *menor*, esse outro urbano, resiste às capturas de um modo de vida reprodutor de automatismos, de fluxos circulatórios, funcionais e utilitários. A cidade *menor* emerge sempre no interior da cidade como ato de resistência e criação, como uma linguagem urbana outra, dentro da linguagem instituída como maior.

A noção de *cidade menor* surge como resposta ao conceito de *literatura menor* desenvolvido por Deleuze e Guattari (2017), no estudo sobre Kafka – um tcheco que escreveu, por toda sua obra, uma crítica velada que anteviu no horizonte as estruturas totalitárias do nazismo alemão. Os autores localizam o *menor* e a *minoria* como condições que existem no fundo das estruturas de poder e que, mesmo reprimidas, detêm uma extraordinária potência. O *menor*, não se refere a uma minoria enquanto um numeral, mas sim ao que uma maioria minorizada pode fazer sobre uma força dominante. Esse ato de resistência tem duas faces: “Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens” (DELEUZE, 1999, p. 14).

Detoni (2018), considera a cidade pequena – tema e flâmula afetiva de sua pesquisa – como aquela que, substancialmente, está na fronteira com o campo. “Tratam-se de cidades que apresentam vivências e formas singulares”, que não estão estagnadas a favor da preservação das suas essências, mas que, tampouco são passíveis às representações urbanísticas da modernidade. Localizadas na inflexão de movimentos de preservação e alteração, e no interior de seu cotidiano ordinário, “essas pequenas cidades mantêm certa originalidade em seus hábitos” (p. 17). Sendo assim, esse ensaio se coloca ao lado de Detoni, na fronteira campo-cidade, numa cidade pequena chamada Nova Bréscia, localizada no Vale do Taquari, a 161 quilômetros da capital Porto Alegre, nas alturas de 313 metros acima do nível do mar. Junto à Nova Bréscia, quisemos articular o conceito do *menor* – para pensar, com a cidade pequena, sobre as *vivências e formas singulares* nela encontradas & experimentar o *vir a ser* de uma cidade *menor*. Seguindo a trilha de Detoni, pretendemos tornar sensível os desdobramentos dos processos de produção de territórios, não interpretar a cidade, tampouco trazer verdades. Aliás, se tem algo que não se recomenda trazer, de fato, à essa cidade pequena em particular, são verdades. O que interessa a Nova Bréscia, não é que se traga alguma verdade sobre ela, mas que tragam *para ela*, muito boas mentiras.

O *menor* que queremos tornar sensível nesse ensaio, é a herança da vanguarda artística bresciense que, em maio de 1982, concebeu o primeiro Festival da Mentira, idealizado num encontro bem-humorado entre amigos, orientados pela força criativa de Gilberto Laste, mais conhecido como Catraca. A cada dois anos essa cidade de colonização italiana, de pouco mais de três mil habitantes, repete o chamado aos mentirosos de todo o país, para elevar a sua fantasia cômica e compartilhá-la com a comunidade numa grande festa. A realização desse festival, que faz a cidade pequena triplicar demograficamente, fez Nova Bréscia assumir o posto de *capital nacional da mentira*. A grande *capital longe das capitais* que habita a cidade pequena, inspira esse ensaio a fazer *subir os simulacros* para apresentar a cidade – para além de seus aspectos físicos e historiográficos – e, junto a ela, discorrer sobre os conceitos de

¹ Arquiteta Urbanista, Mestre e Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR-UFRGS). Pesquisadora de cidades, filosofia das artes e estética do antropoceno. Para além dos contornos institucionais é também germinadora de sementes e aprendiz de magista.

² Bacharel em Design pela Universidade Feevale. Pesquisador de arte contemporânea, filatelista e encantador de sapos.

verdadeiro & falso a partir de Nietzsche e Deleuze, passando pela ideia da arte como *a mais alta potência do falso*, sem fugir das *fake news*. Aceitando o convite bresciense, esse ensaio experimenta-se enquanto uma fraude poética e toma a forma de uma grande mentira, numa tentativa de, junto à cidade, se fazer *menor*.

Você acaba de passar pela catraca da fantasia cômica bresciense. A partir de agora, verdade e mentira diluem suas fronteiras. A partir daqui o mundo da seriedade ficou para trás. Você entrou no círculo mágico do espaço lúdico, onde tudo é jogo. Tudo é teatro. A partir daqui você encontrará uma cidade de muitos personagens e alegorias delirantes. Qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência. Mas são todos falsários. Impostores. Simulacros. Recolha o sonho, o devaneio, o absurdo, e faça uma boa viagem.

Manifestação do Bagatto: Bem-vindo à Nova Bréscia

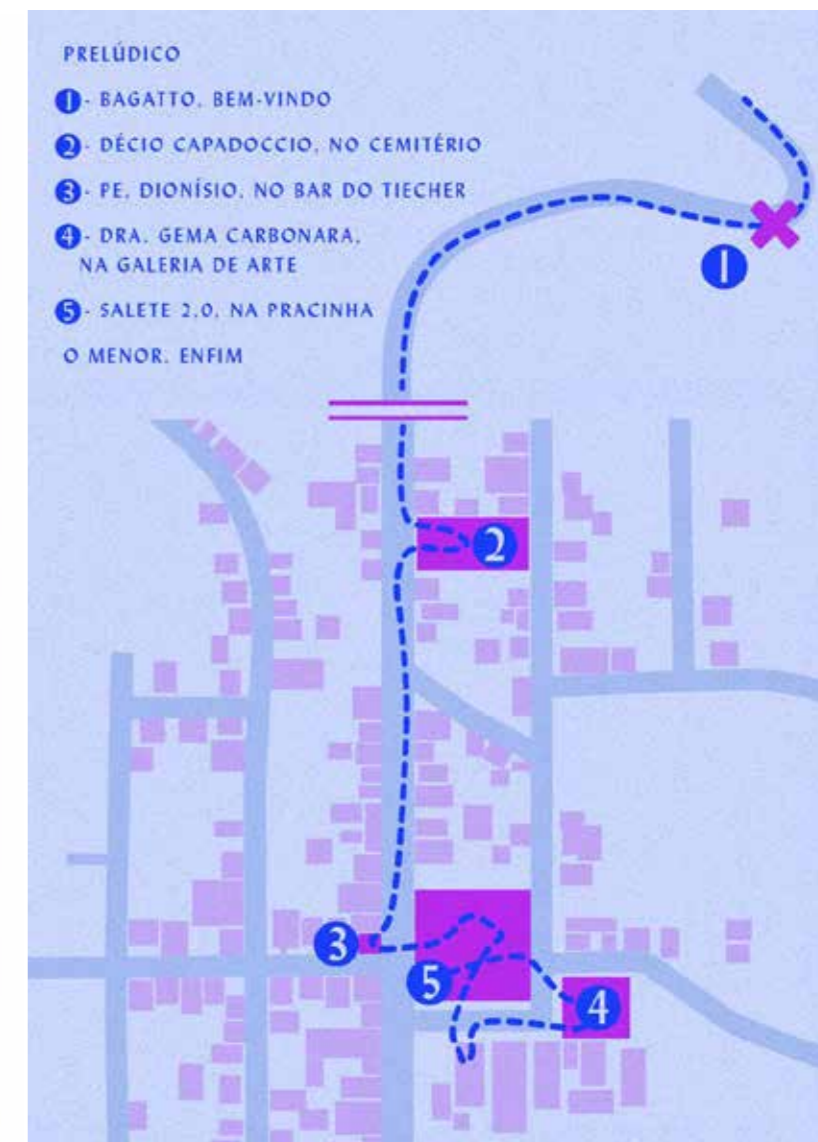
A mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.
Mario Quintana

No caminho para a pequena cidade de Nova Bréscia, enquanto você se distrai com o verde vibrante dos morros e a profundidade vertiginosa das baixadas, na estrada, uma peculiar figura convoca sua atenção (Figura 1).

A figura diante das portas da pequena cidade é a manifestação do Bagatto. *Il Bagatto*, também chamado de *Bagattel*, é o primeiro arcano do *Tarocco* italiano. É a figura de um jovem artista de rua, figura medieval muito comum nas feiras e mercados dos burgos europeus que, com grande destreza manual, performa o mestre em jogos de sorte, e o mágico, em práticas de ilusionismo. O Bagatto, assim como os ancestrais colonizadores da cidade, atravessou o Atlântico de navio, desterritorializado de seu baralho original, para se compor em terras do sul do Brasil, com novos arcanos e forças locais e pré-coloniais, assim como com os fantasmas dos povos indígenas dos troncos linguísticos Jê e Tupi, que ali habitavam muito antes dos italianos chegarem³. Este Bagatto reterritorializado, acompanhou a longa jornada dos imigrantes italianos desde a cidade de Brescia, do norte da Itália para o sul do Brasil. E aparece aqui neste ensaio para começar a contar uma história.

A *velha* Bréscia é uma cidade de mais de três mil anos, que fica na região italiana da Lombardia. A sua fundação é cercada de vários mitos fantásticos: alguns atribuem a fundação à Hércules, filho do deus Júpiter; outros atribuem a um fugitivo do cerco de Tróia, outros ainda, aos etruscos. A versão que se oficializou, graças às descobertas arqueológicas, atribui a fundação da cidade à Cidnus, rei dos Ligures, que se estabeleceu no local. Brescia vem do latim *Brixia*, que por sua vez deriva de *brixellum*, palavra herdada e adaptada do gaulês que significa colina, morro. Morros e cânions também fazem parte da paisagem da *nova* Bréscia, cidade irmã-mais-nova,

³ O passado pré-colonial de Nova Bréscia se trata de um passado pouco conhecido pela população e mesmo pelo meio acadêmico, já que houve uma ruptura radical entre nativos e colonizadores, além do fato de que ali não há nenhum sítio arqueológico. Segundo KNECHT (2014, p. 20), “isto se deve à falta de documentação histórica – ausência de fontes orais, relatos escritos, escassez de material arqueológico – e também ao desinteresse da sociedade bresciense – de um modo geral – em desvendar, em conhecer o passado indígena local”. O autor atribui esta seletividade, sobretudo, ao caráter etnocêntrico, reflexo da cultura e da construção da memória dos imigrantes e descendentes de italianos que se estabeleceram em Nova Bréscia. No entanto, o autor afirma que essa unidade étnica nuclear não significa nenhuma uniformidade, já que atuaram sobre ela forças ecológicas e econômicas que conduziram a diversificação de atividades e modos de vida, fazendo convergir novos contingentes humanos, como famílias brasileiras e afrodescendentes.



cujo relevo acidentado é típico da Serra Geral, da qual faz parte. E, ao que parece, ambas as bréscias, a despeito de todas as diferenças, sustentam o gosto pelo mito e pela fantasia delirante.

No final do século XIX, a imigração teve início com a chegada das primeiras famílias, que se estabeleceram, a princípio, às margens do Rio das Antas, nos municípios de Bento Gonçalves e Antônio Prado. Em 1895, atraídos por terras novas e pelo baixo preço a que eram vendidas, por ser uma região montanhosa, transferiram-se para o local onde hoje é Linha Tigrinho, interior de Nova Bréscia, onde se estabeleceram e começaram a colonização do município (KNECHT, 2014). Essas terras eram parte do que se convencionou chamar de Terras Devolutas, das quais o planalto norte do Rio Grande do Sul – a Serra Geral – era uma das regiões mais cobiçadas e que deveriam ser o mais brevemente possível povoadas, e a preferência era dada para europeus⁴.

⁴ “Primeiramente, era do interesse da Coroa, e mais tarde dos regimes presidenciais militares da República Velha, a defesa da soberania brasileira sobre seu território, com atenção maior para áreas de fronteira ou, então, desabitadas. [...] O segundo motivo era o interesse na criação de uma área de produção rural composta de pequenas propriedades, de onde o excedente da produção deveria abastecer, principalmente, a São Paulo e a Minas Gerais, estados voltados, quase que exclusivamente, para a exportação de café e açúcar. O Rio Grande do Sul formava, entre os séculos XVIII e XX, um mercado subsidiário ao Sudeste, produzindo bens alimentícios e artesanais voltados para a alimentação dos trabalhadores das grandes lavouras monocultoras e agroexportadoras. Também havia interesse na atração de imigrantes europeus para substituir o trabalho escravo. Acreditava-se que a mão-de-obra branca era superior, mais capacitada,

Figura 1 - Il Bagatto. Fonte: dos autores, 2021, a partir do Antigo baralho italiano de Tarocchini, 1880. Figura 2 - Mapa das mentiras. Fonte: dos autores, 2021.

De outra parte, além do oceano, a imigração dos italianos foi também provocada pelo processo de unificação da Itália e pela vitória do capitalismo industrial sobre os pequenos reinos e sua estrutura agrária, atingindo profundamente as famílias que viviam da terra. Cerca de 1,5 milhões de italianos migraram para o Brasil entre 1875 e 1935, confiantes nas promessas de terra e de uma nova vida que o governo brasileiro anunciava, sendo que destes, 100 mil vieram para o Rio Grande do Sul *fazer a América*. Além do estímulo à imigração e ao povoamento do Rio Grande do Sul, a religiosidade católica teve direta influência na constituição destas comunidades. Os casais eram estimulados pelos párocos a, desde jovens, constituírem famílias numerosas, de preferência gerando um filho a cada um ou dois anos, os quais serviriam de mão de obra barata, mas que também fariam parte de um grande rebanho de fiéis (KNECHT, 2014). A moral do trabalho e da família é uma herança presente na cultura até os dias de hoje.

A atual urbe de Nova Bréscia teve seu marco inicial em 1902. Knecht (2014) identifica que, dentre os primeiros povoadores da sede de Nova Bréscia, além das famílias italianas, estavam duas famílias de caboclos: os Freitas e os Machado. Depois da onda imigratória, entre 1934 e 1964, Nova Bréscia foi distrito do município de Arroio do Meio. Até esse período os colonizadores encontraram inúmeras dificuldades já que a região era composta por uma topografia acidentada, de mata fechada, e as estradas eram não mais do que estreitos piquetes abertos manualmente⁵. Os anos se passaram e a cidade ganhou corpo. Primeiro chegou o telefone; depois chegou o médico, depois a farmácia; veio o primeiro automóvel; em 1938 construíram o hospital; em 1952 ergueram a atual Igreja de basalto; em 1963 chegou a energia elétrica na cidade e, com ela, a televisão (CRISTÓFOLI, 2015). A essa altura, o município tinha em torno de 11 mil habitantes. E conforme o progresso ia chegando, muita gente ia saindo. Em 5 de maio de 1964, foi publicado no Jornal Correio do Povo: “Nova Bréscia, segundo distrito de Arroio do Meio, quer emancipar-se”⁶. Hoje, a cidade hospeda pouco mais de 3 mil habitantes. O decréscimo populacional se deve principalmente ao êxodo, mas também à emancipação de diversos distritos, que se constituíram em municípios autônomos desde então. Atualmente o município de Nova Bréscia se destaca pela sua qualidade de vida. Segundo dados de 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município está em primeiro lugar no Vale do Taquari, ao lado de Lajeado, e entre os primeiros no estado.

Você encontrou o Bagatto em Nova Bréscia com um rosto avermelhado, vestindo roupas muito coloridas, atrás de uma mesa, sobre a qual, estão dispostas as diversas ferramentas do seu trabalho. Esse arcano medieval também é associado à figura do artesão. Ele fabrica objetos incomuns e os vende por uma *bagatela*. Mas ao que parece, não está aqui hoje para vender nada, ele está aqui, às portas da Nova Bréscia,

para desempenhar qualquer atividade laboral e intelectual, e a ideia era “branquear” a população brasileira, para, assim, desenvolver habilidades que supostamente só o caucasiano europeu era capaz de atingir. Ideia esta, amparada pelo evolucionismo darwiniano e pela eugenia, pseudociências que estimularam o racismo desde o século XIX, e que ecoam na mente de muitos dos descendentes de imigrantes alemães e italianos do Vale do Taquari até os dias de hoje. Apesar disso, as gerações mais jovens são cada vez mais educadas no sentido de respeito às diferenças, especialmente significativas para um município em que cresce a presença de negros e mestiços. O que não quer dizer que o preconceito racial não ocorra” (KNECHT, 2014, p. 22-23).

⁵ Deslocamentos e mudanças eram feitos a cavalo, e as casas foram construídas a partir de tábuas serradas à mão. A comunidade dependia do comércio dos municípios vizinhos de Encantado e de Arroio do Meio para obter suprimentos e, os doentes, eram carregados com padiolas até essas cidades à procura de um médico (GIOVANELLA, 2017).

⁶ O município de Nova Bréscia foi criado em 28 de dezembro de 1964, através da Lei Estadual nº 4.903. Em 11 de abril de 1965 é diplomado o primeiro prefeito. Uma das primeiras medidas tomadas, foi alargar e pavimentar com brita as estradas para assim dar passagem aos caminhões, substitutos dos animais de tração que realizavam o transporte e a locomoção através das picadas abertas em meio à mata (CRISTÓFOLI, 2015).

para lhe entreter. Ou lhe enganar. Com a sua chegada, ele ensaia o movimento de uma saudação, segurando alto uma taça na mão, e lhe oferece um pouco de vinho, ao que você gentilmente aceita. Mas você bebe em falso. Que charlatão! A taça estava vazia. Rapidamente, com um semblante sedutor e, como se fosse iniciar um grande espetáculo, o Bagatto cativa sua atenção com uma voz profunda:

Para meu próximo experimento, senhoras e senhores... eu apreciaria o empréstimo de qualquer pequeno objeto pessoal do seu bolso, uma chave ou caixa de fósforos, uma moeda... Ah, uma chave então. Ótimo Senhor. Levante-a sobre sua cabeça... E atente para qualquer sinal de truques da minha parte. Contemple, diante de seus olhos... uma transformação. Transformamos sua chave... numa moeda. O que aconteceu à chave? Lhe foi devolvida. Olhe atentamente, Senhor. Você achará a chave... de volta no seu bolso (VERDADES, 1973).

Enquanto você, confuso, olha para a chave em sua mão, o Bagatto profere sua exclamação final: “Bem-vindo a Nova Bréscia, a capital da mentira!”. E sem dizer mais nada, vai sumindo por trás das folhas avermelhadas dos plátanos deixando sua mesa para trás. Você segue subindo a estrada que leva ao centro da cidade. Mas ainda ouve, vindo de parte alguma, essa voz lhe dizer: essa chave, agora, abre um segredo na queijaria⁷.

Ainda na estrada, prestes a entrar na zona urbana, começam a aparecer algumas placas cujo teor informa que você está próximo a chegar na estrutura de uma megalópole:

⁷ Você entrou na queijaria subterrânea. Aqui você encontra um outro Bagatto, vestindo uma túnica branca e um manto vermelho. O que ele está fazendo? Ora, com destreza manual, ele está desenformando queijos. Ele olha para você e diz: De onde venho, antigamente se praticava a *tioromania*, arte da adivinhação baseada na observação das diferentes formas que assume o coalho, que é o leite que está para se transformar em queijo. Essa prática da adivinhação faz parte da minha história. Mas não é só isso. O grande segredo, é que o queijo não existe previamente na natureza, ele é um produto da transformação humana, ligada à habilidade, ao conhecimento e a técnica. O queijo, além de ser uma iguaria produzida aqui em Nova Bréscia, representa aqui a criação de algo que não existia antes. Este processo de transformação é muito semelhante a uma operação alquímica. Como Bagatto, sou um personagem cuidadoso, estudei muito bem as circunstâncias e o meu público. Minha mágica é efeito de algo que foi treinado e estudado durante muito tempo, e não existe aqui o improviso ou a espontaneidade. O que performo se assemelha a um ritual de magia, e o resultado – aquilo que nasce ou se conquista a partir dessa magia – é fruto de uma disciplina. Assim, o Bagatto do *tarocco* evolui e se torna o Mago do tarô: um ser ligado aos grandes mistérios do universo, que possui o domínio das ferramentas para transformar a matéria. O seu poder vem do Arcano Zero, O Louco, ou seja, do espírito. O Mago é esse primeiro passo na direção do mundo, que canaliza o poder do espírito e dos elementos para conduzi-los segundo a sua vontade, e assim, manifestar a realidade que deseja. Quando você vê um Bagatto manifestar-se Nova Bréscia, deve saber que ele está aqui para despertar a imagem de uma força ativa e criadora. As ferramentas em minha mesa lembram os quatro naipes dos arcanos menores, os quatro elementos que um mago deve dominar: uma copa (água/emoção), uma moeda (terra/materialidade), uma espada (ar/intelecto) e um bastão (fogo/espírito). Nos tarôs atuais, ao invés da taça, seguro agora, com uma das mãos, um bastão, apontando-o para cima, enquanto que a outra mão está apontada para baixo. Se antes minha imagem representava apenas um meio de distrair o público, com o passar do tempo, minha imagem foi associada à correspondência entre o céu e a terra: o macrocosmo e o microcosmo em uníssono. Uma maneira de dizer, como o grande mago Hermes Trismegistus, que aquilo que está em cima é tal como aquilo que está embaixo, e ambas as dimensões estão intrinsecamente ligadas e em mútua influência. Eu sou o *Bagatto*, e sou *O mago*. Surpreendo e deslumbro os adormecidos, estando eu mesmo desperto. Meu lema é ser e não aparecer; conheço-me e, por isso mesmo, não sou enganado. Com o queijo sobre a mesa, o Bagatto começa a cortá-lo e cortando segue dizendo: A Magia, segundo a definição sintética do mago Aleister Crowley, é a Ciência e a Arte de provocar mudanças de acordo com a Vontade. Mas o ingrediente fundamental é a imaginação. A força da vontade é praticamente ineficaz se não for dirigida por uma imaginação poderosa. Outro mago, Edward Berridge disse que “para se praticar a magia é necessário colocar em ação a imaginação e a vontade: elas agem em partes iguais. Ou, melhor dizendo, a imaginação deve preceder à vontade para se obter o melhor resultado possível. Quando a imaginação cria uma imagem e quando a vontade dirige e utiliza essa imagem, é possível a obtenção de maravilhosos efeitos mágicos”. Aceita um queijo?



Figura 3 - Mapa de localização de Nova Brésia-RS. Fonte: dos autores, 2021.
 Figura 4 - Tramonto a Nova Brésia. Fonte: dos autores, 2021, a partir de Prefeitura de Nova Brésia, 2016.

visite nosso zoológico, devagar, estação do aeromóvel, aeroporto internacional de Nova Brésia a 200 metros, visite nosso shopping center, bem-vindos a sub-sede das olimpíadas, devagar, travessia de frangos, litoral bresciense à direita, galeria de arte contemporânea a 300 metros. Se você, desavisado, acreditar nisso, vai se cansar de tanto procurar porque é tudo mentira. Mas onde será que você está chegando? (Figuras 3 e 4).



É uma cidade pequena, incontestavelmente. Residem ali 3.337 brescienses⁸. A paisagem é verde. E no inverno, tem neblina e geada branca. Existe uma praça, uma igreja de pedra, uma escola, um bar de esquina, um clube, um hospital, um cemitério, alguns mercadinhos, um açougue, um estádio de futebol. Existem muitos idosos, existem as crianças, existe o padre, existem as professoras, os avicultores, os jogadores de futebol, os comerciantes, o dono do bar, o barbeiro, a depiladora, a psicóloga. Existem muitas casas, as edificações são predominantemente térreas apesar do recente crescimento em altura das construções na principal avenida, a Bento Gonçalves. Ao passo em que você se afasta do elemento vertical mais alto da cidade, a torre da paróquia com 47 metros de altura – cujo sino majestoso, costumava badalar a cada hora e orientar o acerto dos relógios pessoais – a paisagem urbana lentamente se rarefaz: o asfalto vai virando estrada de chão, fachadas arquitetônicas se retraem nos lotes, os lotes se transformam em pedaços de terra, e vão se revelando, aqui e ali, algumas casinhas isoladas, com cercas, plantações, vacas, mato, pedra, morro e mais morro acima. Dizem que ao entrar na cidade, se você engatar a segunda, já saiu dela. O que querem dizer é que, sem sair do seu perímetro municipal, afasta-se da cidade na direção fronteira com o campo rarefeito demograficamente, mas denso em vegetação e denso, sobretudo, em uma superpopulação de frangos⁹ (Figura 5).

Fazer subir os simulacros: o Festival da Mentira

Na avenida principal, da calçada sobre a qual se ergue uma fileira de ciprestes, você se dirige ao cemitério. Sobe as escadas de pedra escura e antevê a silhueta de cruzes, lápides e epitáfios, criptas e ossuários. No meio da solidão e do silêncio entre os

⁸ Desta população, 42,1% reside em área urbana e 57,9%, em área rural. A cidade possui uma área territorial de 102,818 Km² e sua densidade demográfica é de 30,97 Hab./Km² (GIOVANOLA, 2017).

⁹ A cidade, hoje, contempla o número expressivo de 108 avicultores. A produção anual é de 33,8 milhões de aves – o que representa 60% da economia da cidade, e o que a torna conhecida como capital gaúcha da avicultura. Além desse destaque, a economia da cidade gira em torno da produção suína, de gado leiteiro, da extração de pedras preciosas, e também, numa escala menor, de comércio e serviços.

Figura 5 - Zona central de Nova Brésia. Fonte: dos autores, 2021, a partir de Prefeitura de Nova Brésia, 2016.

mortos, algo está vivo. Andando em círculos próximo à capela mortuária, um homem se faz visível, segurando uma cesta com batatas e livros. Ele já viu você e está se aproximando. Primeiro perguntou quem você é, de onde vem, filho de quem, trabalha com quê, para então se apresentar como Décio Capadoccio, filho de Valmor e Noeli Capadoccio, agricultor estabelecido na linha Tigrinho, que se fez deleuziano depois que descobriu que as batatas, que ele planta há tantos anos, são rizomas. Décio é o retrato de um bresciense idoso: olhar baixo de timidez, um sorriso potencialmente largo se não fosse contido, coluna encurvada e mãos grossas do labor duro da terra. Você veio para o festival? Ele pergunta. E começa a contar, com muito prazer, que o Festival da Mentira surgiu, na verdade, como uma afronta a um filósofo grego chamado Platão. Isso não pode ser verdade, você pensa, esse agricultor deleuziano quer me enganar. É verdade sim, ele insiste. Para sua surpresa, Décio retira da cesta a *República* de Platão. Buscando com muita pressa as páginas do livro ele segue dizendo: O que quero lhe mostrar é a célebre cena do livro X, em que o filósofo opera uma série de exclusões, que começa com a expulsão dos falsários da cidade.

O que ocorre é que Platão prepara o projeto de uma Cidade Ideal que tem a justiça como virtude. Essa cidade deve ser governada pela Razão e alicerçada pelos valores transcendentais e imutáveis daquilo que seria o Belo, o Bem e a Verdade. Na busca pela formulação dessa que ficou conhecida como a primeira grande utopia política do ocidente, para se ver livre da tirania e da ameaça constante da corrupção, os inimigos políticos identificados por Platão, a princípio, foram os oradores e os sofistas – na medida em que, através da retórica, eles se colocavam na posição de persuadir, manipular, ludibriar e corromper politicamente os cidadãos. No entanto, para combater o falso, Platão não tardou a colocar, junto à lista dos falsários, também os poetas. Os poetas! E por quê? Você pergunta. Décio, transfigurado pelo amor ao conhecimento e, segurando forte uma batata na mão, segue explicando. É que, na cabeça de Platão, o caráter ficcional ou mimético da poesia, ao invés de contribuir para a fundação da cidade ideal, a colocaria em perigo. Toda ficção é uma *mimesis*, uma imitação, algo que se encontra distante das essências – precisamente a três degraus abaixo da Ideia – e, nesse distanciamento, se extravia do modelo e da *verdade universal*¹⁰ (PELLEJERO, 2009). Bem se vê que a arte, para Platão, era vista como uma coisa menor e inferior, como uma deformação ou traição, quer dizer, objetos artísticos eram cópias de cópias de cópias de outras cópias que se desviavam tanto do modelo que atingiam o grau de *simulacro*. Para Platão isso era perversão, desvio da origem! E no caso dos poetas era ainda pior! Eles eram vistos como sujeitinhos sem seriedade alguma, que perdem tempo em um jogo que é ocioso e inútil. A poesia é logo condenada por Platão pois ela lida com a matéria prima do mundo *sensível*, mobilizando, assim, uma energia erótica, que ao ver do filósofo, era subversiva e perturbadora. O poeta, esse desviado, é capaz de seduzir os homens e de suscitar neles paixões, de excitá-los sensualmente, de causar emoções estranhas e, com isso, afastá-los da Verdade. Aos olhos de Platão, o poeta é, além de um vadio, um grande charlatão, um criador de miragens, de fantasmas, pois ele mexe com a fantasia das pessoas, e é por isso que esses simuladores falsários são um inimigo poderoso. Então, resumo da história: a ficção, a arte, a poesia é um germe de irracionalidade que debilita a razão, e a razão é que deveria governar os homens na cidade ideal. Por isso, em nome da Verdade, Platão declara que a arte é uma mentira,

10 Platão elaborou uma teoria metafísica dualista, que divide o mundo em duas categorias: o *Mundo das Ideias* e o *mundo sensível*. O primeiro, escrito com letra maiúscula, seria a realidade intelectual, verdadeira e acessada apenas por meio da capacidade racional do ser humano. Nesse *Mundo das Ideias*, estariam as essências das coisas, os conceitos, as Ideias fixas, eternas e imutáveis, que descrevem essencialmente cada ser ou objeto existente. Já o *mundo sensível* seria a realidade material com a qual nos defrontamos em nosso cotidiano, acessada por meio do corpo e de nossa experiência sensível. Essa realidade, em Platão, seria ilusória, enganosa e inferior, levando o ser humano ao erro, causado pelas aparências das coisas do mundo, que não correspondem às essências.

e os poetas, na qualidade de falsários, são, então, expulsos dessa cidade.

Mas quanta hostilidade! Você diz. É sim, concorda Décio. E foi preciso vinte e três séculos para que Nietzsche finalmente invertesse esses parâmetros, denunciando o caráter ilusório das Ideias platônicas e assimilando a arte à vida – e a vida *imane*nte, como única realidade. Ano passado, no inverno, quando fez muita geada aqui na Bréscia, eu fiquei em casa, na volta do fogão a lenha, tomando mate e lendo esse livro aqui. Décio retira da cesta outro livro, chamado *Lógica do sentido*, de Deleuze (2000). Aqui nesse livro, ele diz que o empreendimento do Platão tinha como intuito “assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros” (p. 262), já que o simulacro se nega a copiar e prolifera múltiplas imagens que são autônomas, desapegadas do modelo. Então a solução encontrada por Platão foi a de “recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo, de impedi-los de subir à superfície e de se ‘insinuar’ por toda parte” (p. 262). É que, como Platão se interessava pela fidelidade e pela submissão a uma origem que ele julgava imutável, ele desejou impor, então, um limite a tudo aquilo que fosse modificação, diferença, mutação e devir. Aquela parte que permanecesse rebelde, precisava então “recalcá-la o mais profundo possível, encerrá-la numa caverna no fundo do oceano” (p. 264). Em outras palavras, exterminar a diferença, né. Pra mim, isso é uma verdadeira tosquia de porco: muito grito e pouca lã.

Ora, na esteira de Nietzsche – o primeiro grande anti-platônico, que já havia anunciado a abolição do mundo bi-partido das essências e das aparências – Deleuze nos faz pensar que, se não há uma ordem primeira e essencial das coisas do mundo a serem copiadas, se não há um modelo imutável, como o queria Platão, então o simulacro deixa de ser uma cópia degradada, deixa de ser nocivo, infeccioso, e passa a configurar “uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (p. 267). O simulacro, portanto, é resgatado da negatividade e da improdutividade, e passa a ser entendido como uma atividade positiva, uma fuga de criação. O objetivo de Deleuze, assim como foi o de Nietzsche, é a reversão do platonismo – “essa é a tarefa da filosofia do futuro” (p. 259) – e pensar a diferença do lado dos simulacros.

[...] Reverter o platonismo significa então: *fazer subir os simulacros, afirmar seus direitos entre os ícones ou as cópias*. [...] trata-se de introduzir a subversão neste mundo, “crepúsculo dos ídolos”. O simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução (DELEUZE, 2000, p. 267, grifo nosso).

Mas o trabalho de reverter o platonismo seria um insucesso se a defesa do simulacro fosse tentar ocupar o lugar da cópia. A estratégia é, portanto, atacar o sustentáculo da semelhança – negar o fundamento, o mundo das essências, das verdades instauradas – recusar o primado de um original sobre a cópia e pensar o simulacro com base na própria diferença. “A simulação é o próprio fantasma, isto é, o efeito do funcionamento do simulacro enquanto maquinaria, máquina dionisíaca. *Trata-se do falso como potência, Pseudos, no sentido em que Nietzsche diz: a mais alta potência do falso*” (DELEUZE, 2000, p. 267, grifo nosso).

Então você entende agora? A contraproposta deleuziana é afirmar os direitos do simulacro de estar na cidade, no meio de todas as cópias e imagens. Nova Bréscia é uma cidade que foi capaz de reverter o platonismo! Os falsários expulsos por Platão vieram todos para cá. Essa acanhada cidade ganhou o respeito nacional pela imaginação delirante de seus poetas cômicos, celebrada em um grande festival, o Festival da Mentira. A cada dois anos a cidade faz subir os simulacros! Ela recebe candidatos do país todo, numa lúdica disputa para descobrir quem é o mais mentiroso,

quem faz subir melhor o simulacro. Aqui a brincadeira é levada a sério. E muito bem organizada. Se você quiser vir mentir em Nova Bréscia, a primeira coisa que deve fazer é trabalhar bem na criação de uma boa mentira. As inscrições têm sua sala própria e cada candidato, para faltar com a verdade, desembolsa uma onça pintada¹¹. A disputa dura duas fases: uma eliminatória, realizada na câmara de vereadores onde são escolhidas as dez melhores lorotas, e uma fase final, realizada em praça pública lotada de curiosos.

A regra é clara e rigorosa: cada história tem um tempo limite de cinco minutos, com mais dois de tolerância, para ser apresentada. Além do respeito ao cronômetro, o texto deve ser autoral. Fazem parte dos critérios de avaliação a originalidade, a performance, o figurino e o conteúdo. A história precisa ser levada a sério, precisa convencer o público e os jurados. Aí sim, o campeão do melhor embuste recebe o grande prêmio¹². E tem mais! Essa festança, que dura três dias de delírio, reúne outras atividades culturais locais, como apresentações de grupos de dança, shows musicais pra arrastar o pé e sacudir o corpo da morena e, claro, muita comilança boa, polenta, queijo, salame, cuca... Durante esses três dias, ativando laços comunitários e fazendo novos laços com cidades da região, a cidade recebe tanta gente que a população de Nova Bréscia chega a triplicar.

Mas me diga uma coisa, vamos ali no bar do Tiecher tomar uma vaca preta? Afirmativo. Vocês caminham juntos pela Avenida Bento Gonçalves até a Rua Gilberto Laste. Chegando próximo ao bar, na esquina da praça, você avista uma estátua curiosa. O que é isso? Você interroga (Figuras 6 e 7).

Décio lhe explica que, atualmente, estima-se que mais de 10 mil brescienses estejam espalhados pelo Brasil e pelo mundo. São os filhos da Bréscia que resolveram largar a enxada, a luta contra terrenos montanhosos, as picadas imprevisíveis nos meses de inverno, e partiram, dando assim início a um maciço êxodo rural, que ficou conhecido como a *saga dos churrasqueiros*. É por isso que em diversas cidades desse país você pode encontrar uma Churrascaria Nova Bréscia, ou uma Nova Bréscia Grill, ou até mesmo uma Bréscia Steakhouse. E é por isso que a cidade é oficialmente a *terra dos churrasqueiros*. E em homenagem a estes filhos assadores, que partiram para brilhar o sal do seu churrasco em outras paragens, a cidade erigiu aqui na praça, essa estátua de homem bege de boina branca, avental branco e bigode preto, com uma faca na mão, e erguendo com firmeza um espeto de costela bovina. Para não ter briga entre gremistas e colorados, um ano a camisa do churrasqueiro é azul, no outro é vermelha (há quem já o tenha visto de camisa verde, mas sem camisa jamais!)¹³. Aqui é assim nosso grito: Churrasco ou morte! No entanto, em casa de ferreiro o espeto é de pau: na capital dos churrasqueiros, não existe nenhuma churrascaria. *Mas não seja por isso!* Em 2014 a cidade foi sede do primeiro grande (re)encontro desses filhos pródigos assadores. E foi um evento que colocou Nova Bréscia em evidência, mais que nacional, planetária! A cidade detém hoje o recorde do *Guinness Book* do churrasco mais longo da história. Foram oito dias de churrasco contínuo naquele que se chamou de *I Encontro de Churrasqueiros*. Naquela semana, a cidade à volta da praça estava sob uma nuvem de fumaça permanente. O cheiro do churrasco se espalhou no ar pelas cidades vizinhas. Excursões coletivas desembarcavam a todo momento. Famílias inteiras vieram de cidades longínquas. Ônibus lotados. Cerca de 80 mil bocas salivantes chegaram até Nova Bréscia, para devorarem 15 toneladas de carne assada (CRISTÓFOLI, 2015;

11 Nota de R\$ 50,00. Esse valor pode variar conforme o humor da cidade no ano do festival. Também pode variar, pra cima ou pra baixo, de acordo com a inflação, taxa selic, previsão do tempo e migração das aves.

12 Que pode variar, como já variou, de dez mil cruzeiros a um carro 0Km.

13 Em tempos de COVID-19, o churrasqueiro, assim como todos os cidadãos, passou a usar uma máscara para se proteger do coronavírus.



Figura 6 e 7 - Monumento ao churrasqueiro. Fonte: dos autores, 2021, a partir de Prefeitura de Nova Bréscia, 2020.

GIOVANELLA, 2017). Mas puxe uma cadeira! Vamos pedir a nossa vaca preta!

A mais alta potência do falso

Você está sentado no bar do Tiecher, rodeado de pinguços e gritalhões que falam gesticulando enquanto equilibram palitos Gina no canto das bocas, e você está tomando uma vaca preta com seu mais novo amigo Décio, meditando sobre o conceito de verdade e mentira. De repente, crianças passam numa euforia danada derrubando cadeiras e virando as mesas como um vento louco. Você não tem tempo nem de se mexer. Décio se agita, espicha o pescoço e diz, vai começar! O que vai começar? Você se pergunta. Surge então uma procissão de dezenas de mulheres, jovens e até idosas, carregando garrafas de vinho, cantando em dialeto *quel mazzolin di fiori che vien dalla montagna*, e dançando à volta de um cabrito. Elas estão loucas? Você se pronuncia com olhos saltados. Décio se empolga, alinha os bigodes e as sobrancelhas, paga a conta, abre o botão da camisa e se despede para seguir o cortejo. O cortejo se afasta e leva consigo o agricultor deleuziano. Você permanece só. Estupefato.

Do outro lado da rua você enxerga um vulto preto fazendo manobras com uma bicicleta. Este vulto de roupas pretas, empina a bicicleta e faz ela saltar. Você não acredita, mas é um padre, e está vindo na sua direção. O Tiecher grita lá de dentro do bar, salve Padre Dionísio! Qual o sermão de hoje? O padre, de pé, satisfeito com a passagem da palavra, dirigindo-se a todos os presentes, inicia seu sermão: Irmãos e irmãs. *As verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são*. Essas são as palavras de Nietzsche (2007). O bar responde, Amém. O padre cruza os dedos das mãos na altura do peito, inspira o ar da tarde bresciense e, depois de um breve silêncio, torna a falar: Com seu martelo, irmãos e irmãs, Nietzsche derrubou a verdade enquanto valor metafísico¹⁴. Não há verdade que, antes de ser verdade, não tenha sido o triunfo de

14 Ao questionar a *vontade de verdade* – que não é propriamente a questão da essência da verdade, mas a crença na verdade – Nietzsche embarcou em um exercício genealógico que revelou, na origem da verdade, uma oposição moral e uma contradição ascética, que condena a vida a assumir uma configuração niilista.

um sentido ou a realização de um valor. E os valores, meus filhos, não são eternos – nem como queria Platão, nem como quis, na esteira platônica, o próprio cristianismo. Os valores são históricos, são sociais, advindos ou em devir. O importante nessa vida é considerar que os valores são sempre produções humanas. Nietzsche nos convoca hoje a deixar de crer em conceitos eternos, em valores eternos, em formas eternas, em almas eternas. No fundo tanto da verdade como da mentira, se oculta uma *ficção* como atividade instauradora. Por detrás da verdade, das verdades que procuramos e defendemos, eu vos digo que existe sempre uma ficção, ou até mesmo uma série de ficções, que assumimos com propósitos vitais: são ficções fundacionais, das quais cabe avaliar, em todo o caso, se são a expressão de um excesso ou de uma indigência vital, se são uma negação ou uma afirmação da vida (MACHADO, 2002). Trata-se não mais de julgar em nome de uma instância superior, mas de avaliar pelo afeto imanente na busca por uma “vida emergente, ascendente, a que sabe se transformar, se metamorfosear de acordo com as forças que encontra, e que compõe com elas uma potência cada vez maior, aumentando sempre a potência de viver, abrindo sempre novas possibilidades” (DELEUZE, 2018, p. 206). Na própria origem da verdade, meus irmãos, reside uma certa *potência do falso*. E se a vida revela, em sua natureza, uma potência de falsificar, então, a *aparência* não é mais um mundo segundo, destituído de verdade, mas é o mundo mesmo, enquanto falso. O mundo em seu devir, tomado em sua imanência – o mundo cuja superfície vigora como dimensão plástica, como um jogo de máscaras, um jogo de criação contínua, jogo de metamorfoses e simulações – revela o caos como potência artística, livre e criadora. “O mundo que nos importa é falso, quer dizer que ele não é um estado de fato, mas uma invenção, uma maneira de arredondar uma magra soma de observações; ele é fluido, é um devir, um erro movente sem cessar que não se aproxima nunca da verdade” (NIETZSCHE, 1995 apud SANTOS, 2011, p. 25). A vida, irmãos, “só é possível pelas miragens artísticas” (NIETZSCHE, 1872 apud TAVARES, 2011, p. 6). E por isso vos digo, irmãos, *nós temos a arte para não morrer pela verdade*. Palavras de Nietzsche. O bar em coro responde: Graças a deus!

Você repara que o padre usa a batina ao avesso, já que se vê a etiqueta flamulando ao vento. Ao dar as bênçãos finais, ele empina a bicicleta e se dirige com ela na direção da igreja. Interessado em desmascarar esse padre, tão verdadeiro quanto uma nota de 3 reais, você o segue. Mas se distrai ao cruzar a praça, onde encontra algumas paquitas com pompons (Figura 8).

Padre! Padre! Você corre gritando na direção da Igreja. Pois não? O padre o recebe na porta. Você ofega. Padre, a sua batina está ao avesso e eu nunca vi um padre andar de bicicleta desse jeito. O padre reconhece. Ora, esse é meu estilo e é também uma

O protagonista deste modo de vida, segundo Nietzsche, é o homem reativo (homem do ressentimento, da má-consciência e do ideal ascético) que, temendo o devir, postula valores superiores à vida como regra de conduta ou horizonte de sentido para sua própria consolidação e conservação (PELLEJERO, 2011). Toda moral é uma maneira criada para conservar a vida, não expandi-la criativamente; se através da moral a vida luta contra a morte sabemos então que vida é essa: uma vida sem força, sem vigor, sem intensidade, uma vida, em suma, de escravo. A moral não é natural, ela é contra-natural pois se surge contra os instintos primordiais da vida. E o instinto primordial da vida é a sua expansão (MACHADO, 2002). Denunciando a moral que habita a vontade de verdade e abolindo a divisão do mundo entre essência e aparência, Nietzsche abre o espaço para um pensamento da imanência. O filósofo de longos bigodes remete, assim, a verdade à vida, invertendo a escala de valores, fazendo da verdade algo que só tem valor com relação aos modos em que é pensada e desejada, desfazendo, portanto, a subordinação da vontade e do pensamento ao verdadeiro num plano idealizado e transcendente. A verdade deixa de ser absoluta, deixa de ser algo em si, incondicionada, universal. Tal como a vida, a verdade estará, a partir de Nietzsche, não mais sujeita à uma essência imutável, mas sim, sujeita ao devir. “A vontade de aparência, de ilusão, de engano, de devir e de mudança é mais profunda, mais ‘metafísica’ que a vontade de verdade, de realidade, de ser: esta última é em si própria tão só uma forma da vontade de ilusão” (NIETZSCHE apud PELLEJERO, 2009, p. 12).



Figura 8 - Paquitas na praça. Fonte: dos autores, 2021, a partir de Prefeitura de Nova Bréscia, 2020.

homenagem a um bresciense brilhante que viveu aqui, que colecionava bicicletas e era exímio mecânico no conserto de catracas. Você se interessa pela história, e o padre segue contando: Veja bem, a mitologia da fundação do Festival da Mentira parte de uma história na qual tudo começou em uma noite de lua cheia.

Era sexta-feira, dia 14 de maio de 1982. Um grupo de jovens reunidos, entre eles Celito Dalla Vecchia, Ângelo Mezacasa, Aquilino Scartezini e Gilberto Laste, fartaram-se em um jantar no Clube Tiradentes. Após encher o bucho, como é comum de acontecer numa roda de gringos animados, cada um começou a contar suas histórias não tão verídicas e piadas sobre o cotidiano da cidade. O delírio cresceu tanto que o teto do Clube Tiradentes chegou a se arquear. Gilberto Laste, mais conhecido como Catraca, foi aquele que se apercebeu da potência da qual estava diante. Desafiou o grupo e sugeriu a criação de um festival aberto ao público para dar lugar e voz aos melhores mentirosos. Imediatamente, todos aderiram à ideia e na mesma noite definiram a data para a realização do festival. Tinham só 8 dias para organizar e anunciar o evento, e não deixaram por menos. Num curto espaço de tempo, mobilizaram as emissoras de rádio das redondezas para a divulgação. Achando que era pouco, foram até Porto Alegre, onde visitaram vários veículos de comunicação. Foram até na Assembleia Legislativa provocar os deputados, dizendo que poderiam ir mentir em Nova Bréscia à vontade. Fato é que, em todos os locais em que passaram, ganharam apoio absoluto. Tratando-se de um evento inusitado e excepcional, a divulgação extrapolou a cidade, a região, o estado e saiu até uma pequena matéria no Jornal do Brasil, em 21 de maio daquele ano (CRISTÓFOLI, 2015; GIOVANELLA, 2017) (Figura 9).

O resultado foi uma grande concorrência entre pretendentes: vinte candidatos inscreveram-se no inédito festival e, finalmente, às 20 horas do dia 22 de maio, 400 pessoas estavam reunidas no Clube Tiradentes para prestigiar o I Festival da Mentira. José Calvi, de Encantado, foi o primeiro vencedor e recebeu o prêmio no valor de dez mil cruzeiros, depois de ter contado a história de uma porca roedora que teve uma ninhada de vinte e sete porquinhos dentro de uma abóbora. A RBS-TV, de Porto Alegre, esteve presente no festival e no domingo, dia 23, o evento foi apresentado



Figura 9 - Reportagem do Jornal do Brasil 21/05/1982. Fonte: Biblioteca Nacional & Registro fotográfico do I Festival da Mentira. À direita, Gilberto Laste Catraca, idealizador do evento. Fonte: Arquivo pessoal de Geórgia Laste, in: GIOVANELLA, 2017.

para todo o Brasil pela Rede Globo, no programa *Fantástico*. Tanto para a organização do evento quanto para a comunidade, o festival superou todas as expectativas, sendo considerado um sucesso total. No entanto, alguns brescienses que estavam morando fora da cidade, surpreendidos pelo destaque nacional do evento, se sentiram incomodados. Muitas cartas foram enviadas aos membros da organização, criticando a iniciativa, pois achavam que o município seria desacreditado ao ser divulgado como a terra dos mentirosos, o que lhes prejudicaria. Seria uma desonra e iria repercutir muito mal. Vê-se hoje, que apenas erraram feio. Com o passar do tempo a comunidade aprendeu a responder as provocações usando frases como: “os mentirosos vêm de fora”, ou “nunca um bresciense ganhou o 1º lugar no festival” (CRISTÓFOLI, 2015; CARPINEJAR, 2012).

Na segunda edição, surgiu o slogan *Povo de verdade brinca com a mentira*, e um logo, escolhido em concurso realizado entre os alunos da escola local. A arte escolhida foi criada por Mairi Scartezini Giovanaz, e ilustra um simpático porquinho saindo de dentro de uma abóbora, inspirada na mentira vencedora do primeiro festival. Em 2015, o logo do festival teve que ser trocado por questões de direitos autorais. Depois dessa treta jurídica, o logo passou a ilustrar um franguinho sorridente, que remete a uma das principais atividades econômicas de Nova Bréscia. O evento foi promovido sempre anualmente até o ano de 1988, quando teve sua edição cancelada devido ao trágico falecimento de seu mentor, Gilberto Laste, o Catraca, o que deixou a cidade inteira triste. Mas, no mesmo ano, o festival foi patenteado e a cidade de Nova Bréscia foi oficializada como a *capital da mentira*, reconhecendo o legado de Laste. Retomado no ano seguinte, agora sem Catraca, o festival passou a ser realizado, mais ou menos, de dois em dois anos (Figuras 10, 11 e 12).

O padre enxuga as lágrimas nas mangas da batina avessa, dizendo com a voz embargada: o festival, a cada nova edição, reativa essa potência! O festival é a materialização da fantasia e do humor do bresciense, é o giro da catraca que habilita um movimento lúdico que move a imaginação. Mentir em Nova Bréscia é rejuvenescedor.



Pois é através da arte que podemos ter uma experiência trágica da vida, uma experiência invariavelmente criadora, dionisiaca, uma experiência que “expressa uma superabundância de forças: remete aos instintos fundamentais, à vontade apreciativa de potência” (MACHADO, 2002, p. 11). A arte é o caminho, a verdade e a vida, disse o padre. Ela é capaz de fazer *sair de si* sem sair de si; ela proporciona uma embriaguez sem perda da lucidez. Ela possibilita sempre uma experiência da vida potente, criativa e alegre, capaz de se desprender do peso do juízo e da negação da vida para tornar-se leve, e assim “poder dar à luz uma estrela dançante”, como queria Nietzsche. A arte é obra do artista, mas apenas enquanto o artista é a obra de arte do caos. Ela torna a vida a expressão da leveza de uma dançarina em sua imanência pura, como invenção contínua de sentidos e modos de vida (SANTOS, 2018).

Mas padre, mentir não é pecado? Você interroga. O padre solta uma boa risada – dessas de colocar a mão na barriga – e com o rosto sanguíneo responde com doçura: Olha, eu como padre, certamente entendo de pecado, mas mentir em Nova Bréscia não se trata disso. “Longa é a cadeia de falsários, do homem verídico ao artista” (DELEUZE, 2018, p. 212). Mas acho que será muito mais fácil e divertida a sua compreensão se você der uma passadinha ali na Galeria de Arte Contemporânea de Nova Bréscia. Fica bem ali ó, na esquina ao lado da Universidade Federal. Procure pela curadora, a dra. Gema, Gema Carbonara.

F for Fake News

Tudo o que não invento, é falso.
Manoel de Barros

Com um aceno, você agradecido se despede desse padre arteiro que desaparece ao entrar na igreja com bicicleta e tudo. Já na direção da galeria de arte, você nota perto do grande vão envidraçado, uma senhora de meia idade, concentrada em algum dilema diante das paredes. Ao ser interpelada, coloca à sua vista um rosto ingênuo e assustado que se recompõe aos poucos numa expressão de simpatia e interesse (Figura 13).

Que susto você me deu! Sim, sou eu. Gema Carbonara. Você repara que ela tem o cabelo e as roupas cheinhas de pequenas plumas e penas. Um tanto constrangida ela explica que é doutora em Estética e Filosofia das Aves pela Universidade Federal de Nova Bréscia (UFNB). Mas o motivo das penas estarem no cabelo é bem outro. Eu estava hoje cedo na cozinha de casa, tomando café bem tranquila produzindo uma

Figura 10 - Logo do porco de 1983, de autoria de Mairi Scartezini Giovanaz. Fonte: GIOVANELLA, 2017. Figura 11 - Logo do frango, criado em 2015. Fonte: página do festival no Facebook, 2017. Figura 12 - Vencedor do Festival de 2011, Edgard Maróstica. Fonte: CARPINEJAR, 2012.



Figura 13 - Galeria de Arte Contemporânea de Nova Brésia. Fonte: dos autores, 2021, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo da UNIVATES, da autora Letícia Chiesa Giovanella, que projetou o Centro Cultural e Artístico Nova Brésia. Fonte: Biblioteca digital da Univates, 2018.

urtiga científica para a Revista PIXO, quando começou a chover frangos! Entraram pela janela, pela porta, pelo teto. Meu deus do céu, eu dizia, chuva de galinha! Chuva de galinha! Tinha mais penas no chão do que folhas nas árvores. Descobri logo o motivo desse pandemônio. Foi o caminhão de um aviário da região que derrapou na curva e derrubou os caixotes em cima da minha casa (CARPINEJAR, 2012). Gema ria e tentava esconder o riso, já querendo mudar de assunto. Foi o Pe. Dionísio que recomendou a minha vinda, você diz. Ahh! O Padre! Aliás, que homem misericordioso, um padre erótico e diabólico! Pois não. Eu estou organizando aqui na galeria, uma exposição especial sobre mentiras. Mas não a mentira que o padre e a cidade inteira gostam, são outras. São mentiras que fugiram do festival e acabaram causando danos irreparáveis não somente na cidade, mas no mundo. O trabalho então foi uma curadoria na qual detectei e recuperei algumas dessas mentiras e elas estão aqui expostas para sua apreciação e deleite.

Enquanto vocês passam por um corredor que dá acesso ao salão, conversam sobre a motivação da exposição e a distinção entre os tipos de mentira. Olha, diz dra. Gema, São Tomás de Aquino já dividia as mentiras em três tipos: a viciosa, que causa algum dano, a oficiosa, que visa algum bem e a jocosa, que serve para divertir. A exposição está focada na primeira categoria, das mentiras contadas não para entreter, mas para criar instabilidade político-social, com fins outros que não a arte. Chegamos então a uma porta de vidro onde se lê “Sala *F for fake news*”. Mas que nome estranho! Sim, é uma alusão direta ao filme do Orson Welles de 1973, chamado *Verdades e mentiras*, ou *F for Fake*, que inclusive está em exibição na nossa sala de cinema 5D. Recomendo muito. Mas antes venha comigo, vou lhe guiar na exposição. Vocês entram, então, em uma grande sala de paredes brancas, muito bem iluminadas, como um desejo de trazer a luz para objetos tão obscuros nos seus efeitos. Ao entrar, o primeiro objeto artístico é uma maquete da *Terra Plana*. Mais adiante, numa redoma de vidro, há um exemplar da *Mamadeira de Piroca*, seguido por um manequim representando o *Velho do Saco*, personagem cuja imaginação já aterrorizou muitas crianças. Mais à direita, no canto do saguão, um espectro de materialidade indefinida, que a plaquinha de identificação revela ser o *Fantasma do Comunismo*. E não para por aí. Nas paredes e em instalações encontramos diversos tipos de mentiras, desde as mais inofensivas como o *Copo Americano*, o *Pão Francês* e o *Travesseiro da Nasa* até as mais capciosas, como o *Kit Gay* e o *Kit Covid*, que contém uma caixa de Cloroquina e outra de Ivermectina. Gema aponta para uma instalação de vídeo ao lado, onde um monitor mostra um prefeito catarinense discorrendo sobre um método terapêutico de aplicação de ozônio, o famoso *Ozônio no Cu* que deveria ser aplicado em 10 sessões

para a cura da Covid-19. Ao lado de uma réplica do infame aparato, Gema não controla o riso, mas o esconde tampando a boca com uma das mãos.

Gema segue explicando que as *fake news* não são recentes. Você sabia, por exemplo, que existiu um historiador bizantino do século VI chamado Procópio de Cesareia, que escreveu um texto secreto chamado *Anedokta*, recheado de notícias falsas? Posso citar também um jornalista chamado Pietro Arentino, que escrevia sonetos e poemas difamando cardeais candidatos a papa, e costumava fixá-los na estátua de um personagem chamado *Pasquino*, em Roma (PÓS-VERDADE, 2017). A exposição está, sim, focada nas mentiras que exacerbam os limites da fantasia, e querem se passar por verdades, como simulacros que quiseram tomar o lugar da cópia. São frutos de uma manipulação, mas ainda assim, da imaginação humana. A nossa mente, como você deve saber, possui uma zona sombreada que não consegue ver a realidade de frente. É nesta zona que nascem nossas mentiras e a validação das mentiras alheias, mas, junto a esse centro, funciona outro maior, que é o da imaginação. Dele surgem tanto o escândalo como a comédia, o mágico e o estelionatário, o inventor e o grande ator, o cientista e o poeta. Alguma forma de mentira está na base de qualquer arte, como um direito de todos à diversão e ao encantamento. E isso é, de fato, a mais pura verdade, viu? (A ARTE, 2018). Olha, agora recomendo a você assistir o filme do Welles, vai começar em 10 minutos, e é de graça! Você acha uma boa ideia, e, entrando no cinema, despede-se de doutora Gema.

Nesse filme, o diretor Orson Welles, cria, a partir de imagens, uma série de discursos sobre magia, sobre truques, sobre fraudes e sobre mentiras e os limites entre verdade, falsidade e arte tornam-se indiscerníveis. Você vê em Welles um herdeiro nietzschiano da crítica à verdade. Os personagens são reais, mas cada um tem uma vida *fake*, e a montagem que o diretor realiza está cheia de discursos reais junto a outros não-tão-reais, onde mescla sua própria vida e também uma vida por ele mesmo criada.

Senhoras e Senhores, permitam-me apresentar... este é um filme sobre artimanha e fraude... sobre mentiras. Contada à lareira, no mercado ou num filme... qualquer estória é certamente... algum tipo de mentira. Mas não dessa vez. Não, isto é uma promessa. Na próxima hora, tudo que você escutar aqui será a verdade... baseada em fatos sólidos (VERDADES, 1973).

No limite indiscernível entre o verdadeiro e o falso, Welles afirma que a “arte, ela mesma, é real” e que a realidade nada mais é “do que a escova de dentes esperando por você na pia. Uma passagem de ônibus, um cheque... e a cova”. Arte e vida são, portanto, análogas, e nenhuma delas tem a ver com a verdade. O artista é aquele que se liberta da obrigação da verdade e pode enganar sem prejudicar e sem ser julgado, pois ao criar ilusões e mentiras cria o novo, transfigura o real e nos propicia alegria e prazer (TAVARES, 2011). Acontece que nem todos os falsários apresentados por Welles são falsários no mesmo grau. Você se lembra, então, do que o padre lhe disse: “Longa é a cadeia de falsários, do homem verídico ao artista” (DELEUZE, 2018, p. 212).

De acordo com a teoria dos falsários de Nietzsche, que aparece no livro IV de *Assim falou Zaratustra*: ao homem de Estado, ao homem religioso, ao homem da moralidade, ao homem da ciência, corresponde uma potência do falso, inclusive ao próprio *homem verídico* corresponde a primeira potência do falso, que se desenvolve através dos outros. “O artista, por sua vez, é um falsário, mas é a potência última do falso, pois quer a metamorfose em vez de ‘tomar’ uma forma” (DELEUZE, 2018, p. 213). A diferença entre o mero falsário e o artista é que, o primeiro praticamente não sabe transformar, ele toma formas pré-existentes e limita-se aos critérios, à falsos critérios constituídos; já o artista cria novos critérios, ao invés do querer-tomar ou querer-dominar da vontade do



Figura 14 - Incêndio causado pela primeira robô humanoide de Nova Bréscia. Fonte: dos autores, 2021, a partir de uma notícia publicada em 19/02/2014 no Jornal Nova Bréscia.

mero falsário, o artista habita um querer idêntico ao devir e à metamorfose: a vontade nele é virtude que dá.

Só o artista criador leva a potência do falso a um grau que se efetua, não mais na forma, mas na transformação. Já não há verdades nem aparência. [...] Metamorfose do verdadeiro. O artista é *criador de verdade*, pois a verdade não tem de ser alcançada, encontrada nem reproduzida, ela deve ser criada. Não há outra verdade senão a criação do Novo (DELEUZE, 2018, p. 213).

Você agora entende o que o padre quis dizer: que, para que a potência do falso atinja um grau mais elevado do que aquele da verdade, é preciso que seja elevado a uma vontade de potência artística. Mas isto só é possível mediante uma seleção, uma reduplicação, uma intensificação, de modo que a potência do falso deve ser conduzida ao espasmo e à convulsão, deve ser levada a um nível mais elevado, tal como o Bagatto, que aperfeiçoa seu truque e sua alquimia no interior na queijaria subterrânea (ver nota 5). “A arte é a mais alta potência do falso” (DELEUZE, 2018, p. 132), porque consagra o triunfo do devir, o acontecimento, e se insurge sob o efeito de uma transfiguração, de um transbordamento e de uma expansão corporal que invoca uma potência dionisíaca (SANTOS, 2011).

Gema não passa frio, pois estava coberta de razão. O filme é bom, e foi uma sessão e tanto.

A fantasia cômica

Do cinema você sai contente, e resolve andar sozinho pela praça. Ouve o som de crianças e se aproxima da área dos brinquedos. Você se senta para observar e devanear sobre tudo o que viu na galeria. Mas não consegue por muito tempo. Logo uma menina, de mais ou menos uns 7 anos, cabelos pretos amarrados e olhos imensos se aproxima



e senta ao seu lado. Oi. Oi. Quem é você? Eu sou a Salete 2.0, muito prazer. Como assim, 2.0? Ora, sou a segunda versão do primeiro robô humanoide com sistema de Inteligência Artificial (IA) desenvolvido pelo núcleo tecnológico da UFNB. O que houve com a primeira versão? Bem, a Salete 1.0 precisou ser formatada pois durante o seu processo de *machine learning* ela não se adaptou à cidade. Ela era igualzinha a mim, porém foi programada com alto coeficiente de sensibilidade, e o modo, digamos assim, grosso, dos brescienses, tornou a sua personalidade um tanto desequilibrada. Há 7 anos atrás, ela começou a agir de modo inesperado e decidiu sozinha colocar fogo em uma residência (Figura 14).

Isso acendeu um alerta na comunidade científica e logo detectou-se que Salete 1.0 estava com sintomas de uma grave *algoritmia*. Foi fatal para sua continuidade. Então criaram Salete 2.0, euzinha. E o que você faz? Bem, primeiramente, eu não ponho fogo em casas. Mas executo atividades como se fosse humana, sou capaz de identificar imagens e expressões faciais, faço reconhecimento de fala e interpreto texto. Meus sensores são capazes de medir temperaturas e distâncias e atualmente estou em fase de *deep learning*, ou seja, quanto mais eu experiencio a cidade e me relaciono com os habitantes, mais eu aprendo. Passo a maior parte do tempo aqui na praça, pois as crianças, assim como eu, também estão sempre aprendendo. Os adultos são mais chatos de conviver porque eles acham que já sabem tudo, e isso limita um pouco o meu desenvolvimento. Mas no Festival da Mentira encontraram uma grande utilidade para mim: agora também sou auxiliar de júri. É que eu analiso cada mentira contada aqui, pois fui alimentada com dados sobre os princípios do riso e do cômico em humanos. Você já se perguntou sobre o que é o riso? Você balança a cabeça negativamente.

Bem, o riso partilha – com o jogo, com a arte, com o inconsciente – o espaço do indizível, do impensado, o que faz com que o pensamento sério transborde seus limites. A experiência do riso revela, então, uma atividade não-oficial, não-normativa e *nonsense* que habita a linguagem e o pensamento humanos. O risível, ou o cômico, é um *desvio* que dá lugar ao que foi banido pelos limites da razão (ALBERTI, 1999). Bergson (2018) explica o riso como um uma reação corretora de algo que se desvia

Figura 15 - Salete 2.0 em um brinquedo na Praça da Matriz. Fonte: dos autores, 2021, a partir de uma publicação na página do Facebook da Prefeitura de Nova Bréscia em 06/12/2019.

do seu movimento natural. Você ri de mudanças numa continuidade, por exemplo, quando alguém que tropeça, ri de um desajeitamento, de um exagero. Você ri, na verdade, de um desvio, e ri mais ainda do desvio que vê surgir e aumentar diante de você. A comicidade “exprime, pois, uma imperfeição individual ou coletiva que exige imediata correção. O riso é essa própria correção” (p. 75). O riso rompe com a lógica racional e também rompe com as conveniências, e, assim, se adquire o aspecto lúdico de alguém que brinca. “Ora, a comédia é um brinquedo, brinquedo que imita a vida” (p. 63). Dizendo isso, Salete 2.0 pula no trepa-trepa, e segue dando suas explicações robóticas (Figura 15):

Freud (1970 apud Alberti, 1999) explica que o chiste, o humor, a piada, encontra no inconsciente um inventário de formas de expressão possíveis, e dali seleciona justamente aquela que traz consigo o ganho do prazer da palavra. O prazer do chiste reside justamente no jogo com as palavras, as coisas e os pensamentos infantis que permitem dispensar a relação de sentido entre elas. No festival, os grandes mentirosos fazem açudes mudarem de lugar, as aves migratórias voarem carregando pessoas, criaram a Sociedade de Órgãos de Medição Nacional de Terremotos (Só Mente), inventaram o Centro Avançado de Tranqueiras Curiosas e Aproveitáveis (Catraca), a rodovia 100buracos, o cavalo crioulo marinho, além da porca roedora, que deu cria na moranga e que ganhou o primeiro festival. A fantasia cômica do Festival da Mentira é, então, esse espaço onde as palavras *não significam* as coisas, e as coisas *jogam* entre si como nos jogos de infância. Rupturas na lógica, contrastes de escalas, exageros e delírios de grandeza provocam uma espécie de curto-circuito, como diz Lévi-Strauss (1971 apud Alberti, 1999), uma conexão rápida e inesperada entre dois campos semânticos distantes, que faz com que a reserva de atividade simbólica se desvie do intelecto e irrompa no corpo, através de contrações musculares. E fazem o público rir a valer, pois ele reencontra um prazer original e infantil, ao qual teve de renunciar quando a razão adulta lhe impôs o sentido.

Bergson, por sua vez, dá a entender que o cômico exige uma certa anestesia ou insensibilidade momentânea para que a gargalhada tenha lugar. “Não há maior inimigo do riso do que a emoção” (2018, p. 38), ele diz, e exemplifica com a ideia de que, se você, ao assistir um espetáculo de dança, não puder ouvir a música e apenas puder ver os movimentos, é provável que você vá rir. A mesma cena, em que se poderia chorar, desligada da emoção musical, se torna risível, pois agora os movimentos dos bailarinos são absurdos. Por isso ele defende que o cômico, suspendendo brevemente a emoção, se destina à inteligência pura. Mas essa inteligência deve permanecer em contato com outras inteligências. A principal ideia de Bergson, em seu livro sobre o riso, é justamente essa que quero reforçar: que o riso corresponde a certas exigências da vida em comum, que ele é um gesto social, e, portanto, há uma função social do riso. Sem mencionar Freud, Bergson parece concordar que o cômico é inconsciente e a sua lógica é a mesma do sonho, mas “de um sonho que não esteja inteiramente sob os caprichos da fantasia individual, mas que seja sonhado por toda a sociedade” (p. 54).

Não apreciaríamos o cômico se nos sentíssemos isolados. Aparentemente, o riso tem necessidade de eco. Escute-o bem. Não se trata de um som articulado, preciso, acabado; mas algo que gostaria de se prolongar, reverberando gradativamente, algo que começa para continuar por ressonância, assim como um trovão na montanha. E, no entanto, tal repercussão não deve ir ao infinito. Ela pode se mover dentro do maior círculo possível; nem por isso tal círculo será menos fechado. Nosso riso é sempre o riso de um grupo. Talvez já lhe tenha ocorrido ouvir, em um vagão de trem, ou em uma mesa de hotel, viajantes contar histórias que para eles devem ser

muito engraçadas, pois que riem às gargalhadas. Você teria rido com eles se fizesse parte do grupo. Não fazendo, não tem vontade alguma de rir. Um homem, a quem perguntaram por que não chorava em um sermão no qual todos derramavam lágrimas, respondeu: “Eu não sou da paróquia”. O que este homem pensava sobre as lágrimas, vale muito mais para o riso (BERGSON, 2018, p. 39).

Durante minha experiência com o júri do festival, eu aprendi sobre a importância que ele tem para esta comunidade. Pois o riso se coloca como uma solução para a necessidade social de relaxar ante as restrições da vida cotidiana e, como diz Bergson, “castigar os costumes”¹⁵. O riso é uma linha de fuga tanto para o pensamento aprisionado nos limites da razão, quanto para o ser aprisionado na finitude da existência. Desse ponto de vista, o riso adquire um valor de purgação e de liberdade em relação às coerções sociais. Aí encontramos o seu potencial regenerador e subversivo. Trata-se, na maioria dos casos, de uma transgressão socialmente consentida, mas somente dentro de certos limites, como o espaço demarcado de um jogo. Nesse espaço, o riso neutraliza, invalida ou desvaloriza os padrões dominantes, destruindo, com seu fluxo intenso e espasmático, os estados tristes e despotencializadores colocados pela hierarquia e pela ordem¹⁶. O riso se coloca, de maneira geral, como uma resposta imaterial àquilo que aprisiona a vida ao mesmo tempo que é uma atitude afirmativa em relação ao mundo (LOURENÇO, 2019).

Huizinga (1971) em seu *Homo Ludens*, já destacava a operação estética que existe no caso específico do jogo: segundo ele, o jogo baseia-se na manipulação de uma certa imaginação da realidade, de sua transformação em imagens, e mantém estreita ligação com o campo da estética. Os atos e palavras do cômico pertencem àquela *finalidade sem fim* que diz respeito também à criação artística. Bergson (2018), vê na fantasia cômica, antes de tudo, algo de vivo. “A fantasia cômica não nos ensinaria algo sobre os procedimentos pelos quais a imaginação humana trabalha e, mais particularmente, sobre a imaginação social, coletiva, popular? Nascida na vida real, aparentada à arte, não nos diria algo também sobre a arte e a vida?” (p. 37). O riso é também estético “uma vez que o cômico nasce no momento preciso em que a sociedade e os indivíduos, livres dos cuidados com a sua conservação, começam a tratar a si mesmos como obras de arte” (p. 45). Para Bergson, a arte cômica se localiza no limite entre a arte e a vida. “Ela não é desinteressada como a arte pura. Ao organizar o riso, aceita a vida social como um meio natural” (p. 111).

Se Bergson afirma que o riso é um gesto social, Lourenço (2019) o afirma também como gesto político, uma vez que, conforme Deleuze e Parnet (1998, p. 159), “a política é uma experimentação ativa”. Sendo assim, Lourenço complementa, “é necessário ampliar o campo de possíveis dos agenciamentos coletivos de enunciação que potencializem a criação de mundos plurilíngues, de mundos que não se restringem a uma única língua”

¹⁵ O riso como gesto social, segundo Bergson (2018), “castiga os costumes”, ou seja, castiga quando você experimenta a vida sob a fixação de uma moral ou de dogmas que lhe enrijecem, lhe transformam em um autômato, como uma marionete cujos fios são ligados às molaridades. É preciso, então, que esses traços sejam expostos ao riso, e é isso que Bergson chama de “castigar os costumes”. Castigando os costumes, o riso cria uma descontração e um movimento que quebra a insistência numa ortolinguagem e que possibilita o pensamento vagar (LOURENÇO, 2019).

¹⁶ O riso pode ser uma manifestação de alegria pela satisfação de estar reunido, mas por vezes também é expressão da malícia e da maldade do grupo que ri de um personagem ridicularizado. O humor também contém seu aspecto ideológico e é um grande medidor dos preconceitos que circulam em determinado grupo social. Alguns pensadores do riso, segundo Alberti (1999), procuraram situá-lo entre as manifestações de libertação da ordem estabelecida – rimos todos juntos da ou contra a norma – mas as piadas racistas, machistas, transfóbicas, por exemplo, não nos unem contra a norma, apenas a reforçam. Encontram a graça, não em ridicularizar as figuras dominantes, as figuras do opressor, mas, sim, a do oprimido.

(2019, p. 98). O riso é político pois não acontece de modo isolado, mas co-engendrado aos processos de subjetivação que se produzem em meio à máquina social. “Há uma política da alegria, uma política do humor, uma política das rupturas assignificantes” (UNO, 2016 apud LOURENÇO, 2019, p.113).

E, bom, *nada desarma como o riso*, como dizia Bergson. Percebe-se que rir em meio às catástrofes e às tragédias planetárias, tragédias coletivas e individuais, é também um modo de resistência, na medida em que o riso opera como um movimento de rasura dos hábitos fixos e abre fissuras para que a invenção seja atualizada. O riso é a linha de fuga e criação de um espaço descontraído, delirante, que engaja a comunidade a sonhar. Nesse breve espaço conquistado, onde a lógica do sonho carrega para outras direções, existe sempre a possibilidade de inventar mundos possíveis, inventar modos outros de estar junto, nos quais a vida possa transbordar. “Riso como abertura à rasura dos rostos, das máscaras que querem nos grudar, mas também como possibilidade de produzirmos um baile de máscaras e convertê-lo numa alegre dança” (LOURENÇO, 2019, p.155).

Depois dessa longa explanação robótica, Salete 2.0 precisou recarregar suas baterias. Desceu do brinquedo, despediu-se das crianças e de você. Saiu andando, sozinha e serelepe, até a UFNB, enquanto o sol se punha na montanha e arrastava consigo esse dia fantasioso na capital da mentira. E você, agora, pode finalmente voltar para casa. Na saída da cidade você tem a impressão de rever o Bagatto, mas era só uma placa que dizia: Volte sempre.

O menor, enfim

Uma cidade *menor* não é uma cidade pequena apesar de poder, também, *acontecer* em uma pequena cidade. A cidade pequena pode ser definida por extensão territorial e por número de habitantes. Mas a cidade *menor* só se mede por intensidades. Nova Bréscia como cidade pequena, fronteira com o campo, inventa e cultiva um festival para contar mentiras, reunir a comunidade e fazer delirar a colônia. Durante três dias, a cidade inverte os valores subjetivados pela moral servil do trabalho, e transforma o discurso da escassez em abundância a partir de um desvio lúdico e bem-humorado.

Ao longo desse ensaio você conheceu alguns personagens embusteiros que tiveram a oportunidade de contar a história da cidade que faz subir os simulacros. Buscamos refletir sobre os conceitos de verdadeiro, de falso e de arte, para evidenciar, por fim, a qualidade do *menor* impressa nas práticas artísticas e festivas desta pequena cidade. Para Deleuze e Guattari (2017), são três as características de uma *literatura menor*, as quais pudemos localizar em Nova Bréscia enquanto *cidade menor*. Em primeiro lugar ela possui um *coeficiente de desterritorialização*, uma rasura da língua canônica e da ortolinguagem, que produz um deslize lógico entre coisas e palavras. O festival dá lugar a uma linguagem que escapa de ponta cabeça, virando cambalhotas, voando amarrado em patos, descobrindo soluções planetárias dentro do chuchu, esguichando tinta da teta da vaca, curando frangos anêmicos com transfusão de sangue, deslocando, assim, os elementos rurais de seu território produtivo e doméstico, e elevando-os a um patamar absurdo e fantástico que rivaliza com as grandezas da metrópole sem submeter-se a ela; em segundo lugar, tudo nela é político, pois deixa de pertencer a dimensão do individual e faz do contar histórias uma experiência ativa e coletiva que, a cada edição, se experimenta de modo diverso, compondo-se com forças locais – afirmando o seu dialeto, o seu sotaque, sua linguagem vernácula, e colocando-os lado a lado com forças temporais e acontecimentos históricos, nacionais e mundiais. A política do encontro, do reencontro, do estar junto tangencia também uma política das rupturas significantes, do humor e da alegria. Por fim, o coletivo que o Festival da Mentira reúne

e faz encontrar, exprime sempre um enunciado de uma outra comunidade potencial, forja sempre os meios de uma outra consciência, de uma outra sensibilidade.

Nova Bréscia é uma cidade que ainda sonha e que convida a sonhar. Se, demograficamente, a cidade se fez cada vez *mais pequena*, ela soube crescer em intensidade e se tornou grandiosa porque se fez *menor*, ou melhor, porque, continuamente, se faz *menor*. O *menor*, compreendido aqui, junto a Deleuze e Guattari (2017), como um uso menor da língua maior, como uma prática de uma outra cidade dentro da cidade, um gesto criador, na mais alta potência do falso.

O êxodo rural, a saída em busca das metrópoles que centralizam as oportunidades de trabalho, educação e cultura – o modelo da cidade *maior* –, no entanto, não foi páreo para essa cidade que inventou um modo próprio de, pelo menos a cada dois anos, inverter esse movimento, atraindo outras cidades para dentro de si, como um êxodo às avessas. O festival é, também, um grande promotor de redes, funcionando como um túnel subterrâneo por onde artistas e amadores, humoristas e contadores, podem se encontrar e se desafiar num jogo de performances falsárias e cômicas, onde outros jogos comunitários, jogos de encontro, reencontro & desencontros, tem lugar.

Aceitando o convite bresciense, esse ensaio experimentou-se enquanto uma fraude poética e deu forma a uma grande mentira. Talvez tenhamos poucos arrependimentos por termos sido charlatães.

Mas não nos orgulhamos... de lhes dizer que em verdade... não somos muito piores que o resto de vocês. Não, o que nós, mentirosos profissionais, esperamos servir é a verdade. Temo que a palavra pomposa para isto seja “arte”. O próprio Picasso o disse. “Arte”, ele disse, “é uma mentira – uma mentira que nos faz perceber a verdade.” [...] Peço desculpas... e desejo a todos... verdade e mentira... uma boa noite (VERDADES, 1973).

Referências

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed.: FGV, 1999.
- A ARTE de contar Mentiras. Terra Ciência, *Revista Planeta*, edição 435, 01 dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/a-arte-de-contar-mentiras>. Acesso em 25 jan. 2020.
- BERGSON, Henry. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. São Paulo: Edipro, 2018.
- CAPINEJAR, Fabricio. *Beleza interior: uma viagem poética pelo Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2012.
- CRISTÓFOLI, Itacir Emiliano. *Nova Bréscia: ontem, hoje e sempre*. Encantado: BT Indústria Gráfica, 2015.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2: A imagem tempo*. São Paulo: Editora 34, 2018.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: N-1 edição, 2018b.

DELEUZE, Gilles. *O ato de criação*. Palestra conferida em 1987. Edição Brasileira: Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 1999.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DETONI, Luana Pavan. *Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

FREUD, Sigmund. *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewußten*. Frankfurt, 5. Fischer, 1970. [Edição universitária, v. 4: Psychologische Schriften, p. 9-219.]

GIOVANELLA, Leticia Chiesa. *Centro cultural e artístico Nova Bréscia*. Monografia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2017.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

KNECHT, Vianeí. *A atividade tropeira em Nova Bréscia-RS (1930-1960)*. Monografia. Faculdade de História, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'homme nu*. Paris: Plon, 1971.

LOURENÇO, Suzany Goulart. *A força do riso como máquina de luta entre a atenção e o apego à vida: cartografias das aprendizagens em uma escola pública*. Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

MORAES, Isabela; MERELES, Carla. Notícias falsas e pós-verdade: o mundo das fake news e da (des)informação. *Portal Politize!* São Paulo, Última atualização em 16 set. 2020. <https://www.politize.com.br/noticias-falsas-pos-verdade>. Acesso em: 25 jan. 2020

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, como filosofar com o martelo*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*. São Paulo: Hedra, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmento póstumo – final de 1870*. Abril de 1872, 7 [152].

NIETZSCHE, Friedrich. *La Volonté de Puissance*. Tradução de Geneviève Bianquis. Paris: Gallimard, 1995.

PELLEJERO, Eduardo. *A postulação da realidade*. Lisboa: Vendaval, 2009.

PÓS-VERDADE: a verdadeira história das notícias falsas. *El País*. 30 abr 2017. Caderno Cultura. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/>

cultura/1493389536_863123.html. Acesso em: 25 jan. 2020.

SANTOS, Zamara Araujo dos. *A arte em Nietzsche: a mais alta potência do falso*. *Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, [S. l.], v. 2, n. 16, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4529>. Acesso em: 2 fev. 2021.

TAVARES, Marcela. *Filosofake: a filosofia, o cinema e a potência do falso*. *Revista Imagofagia*, v. 3, p. 3, 2011.

UNO, Kuniichi. *Guattari: confrontações/conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos*. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

VERDADES e mentiras. Direção: Orson Welles. [S.l.]: Janus Films; SACI; Les Filmes du Prisme, 1973. 2 DVD (88 min), color. Título original: *Vérités et Mensonges / F for Fake*.

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”¹

Sobre bordas e transbordamentos de um lugar-sertão no Piauí

“CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA?”
*About borders and overflows
of a lugar-sertão in Piauí*

**Matheus Gomes Chemello² e
Patricia Fernanda de Sousa Cruz³**

Resumo

O sertão é uma borda onde se constitui o menor. De cidades pequenas a povoados que mesclam características rurais e urbanas encontramos singularidades capazes de ressignificar o habitar a cidade. Pretendemos refletir sobre as tensões entre borda e hegemônico como matéria geradora do devir enquanto potência criativa, subversiva às narrativas do atraso que estigmatizam o sertão como desvio indesejado a um pretensão progresso incapaz de suportar a diferença. A cidade enquanto ideal normatizado é configurada por máquinas modeladas com vistas a invadir culturalmente as bordas. Se só o menor pode ser grande e revolucionário (DELEUZE; GUATTARI, 2003), identificar os fenômenos de interdição e opressão também nos permite reconhecer agenciamentos capazes de desmontar as máquinas colonizadoras do hegemônico, a literatura maior da cidade. Buscamos, no Sertão do Piauí, discutir tanto a forma da opressão, como as linhas de fuga que reivindicam maneiras próprias de estar no mundo.

Palavras-chave: borda, cidade, menor, sertão, Piauí.

Abstract

Sertão is a border where the minor is possible. In sertão we can recognize an urban construct merged with countryside characteristics that are capable of reframing the mainstream ideas of what urban means. We intend to tense the relation between border and the hegemonic in order to recognize the becoming as a creative force subversive to the delay narratives that stigmatize sertão as a deviation that holds progress back. The idea of a city requires a set of disciplinary machines in order to invade cultures that oppose. If only the minor can be great and revolutionary (DELEUZE; GUATTARI, 2003), we want to investigate the oppression phenomena and the breaking down of the colonizing machines of the hegemonic. In sertão of Piauí we will discuss the ways that oppression operates and the possibilities of creating lines of flight for the right to be in the world by its own manners.

Keywords: border, city, minor, sertão, Piauí.

¹ João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas (2001, p.183).

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPEL). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR). É professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS-CARVI).

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS-CARVI) sob Licença Temporária

Introdução

A pergunta lançada pelo narrador Riobaldo, em Grande Sertão: Veredas, que intitula essa reflexão, nos sugere a ambiguidade do verbo acabar enquanto eliminar ou limitar. A cidade elimina, extingue, anula o sertão? Ou a cidade finda, limita-se, acaba quando o sertão começa?

O fim da cidade e o fim do sertão, no presente texto, não são coisas distintas, mas o lugar onde duas condições diferentes se encontram, se reconhecem. A cidade, em sua tentativa de eliminar o sertão, de dar sequência ao projeto homogeneizante e universalizante do hegemônico, encontra um lugar que resiste. Ao mesmo tempo, na condição de menor, o sertão é capaz de ver a cidade se acabar diante de si, de subverter as ordens impostas pelo hegemônico e dar-lhe outro sentido. Se a cidade leva a opressão para o sertão, o desejo de achatar os modos de perceber e estar no mundo, é também desse embate e desse conflito que surge a possibilidade de que o sertão se liberte, rompa com fronteira, cerco, máquina e passe a existir no limiar.

Nosso objetivo é refletir sobre os modos de cerceamento impostos pela cidade, enquanto ideal, nas bordas do mundo. A partir disso, pretendemos reconhecer os processos que visam deslegitimar outros modos de vida e que são seguidos por aqueles que buscam iluminar as trevas dos sertões para que, por fim, cheguemos naqueles que reificam o menor com vistas a torná-lo completamente dependente das sociedades matrizes. No desdobrar dessa discussão, compreendemos que existem práticas, conscientes ou não, que fazem re-existir a singularidade, engendrando novos processos de singularização.

Para argumentarmos nesta reflexão, é importante que decantemos alguns conceitos, de modo a estruturar um pensamento sobre o que compreendemos enquanto cidade, enquanto sertão, como se dá a relação entre eles, e, ainda, o que constitui o âmago do menor enquanto cidade. Para tanto, esse percurso será percorrido em três pontos: (i) na ideia do que pode constituir uma borda em relação ao hegemônico; (ii) em como esse hegemônico se desdobra na cidade enquanto dispositivo e; (iii) na ideia de sertão enquanto devir-menor na condição de cidade.

Abordaremos inicialmente as relações entre borda e hegemônico, reconhecendo suas tensões e transbordamentos como fenômenos que configuram o campo sobre o qual refletimos. Assumiremos a borda como menor, segundo o conceito de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2003), e discutiremos a condição do menor e do marginal segundo Félix Guattari e Suely Rolnik (1996). Compreendemos que todo o esforço para salvaguardar o singular nas bordas do mundo, para que se desenvolvam em liberdade de acordo com seus próprios processos de singularização, não deve incorrer no risco de refazer as grandes literaturas, de reificar devires. A discussão deste item, enquanto definição dos parâmetros do campo, nos servirá de referência para as reflexões subseqüentes.

Posteriormente, discutiremos a ideia de cidade enquanto dispositivo, máquina capaz de engendrar agenciamentos, com vistas à produção de subjetividade como meio de invadir culturalmente as bordas. A cidade se impõe e é imposta enquanto ideal normatizado que determina os modos de existir no mundo, um mundo feito à sua imagem. A partir dessa imagem, definem-se parâmetros de pertencimento de acordo com as hierarquias disciplinares do planejamento urbano e regional ou com o grau de aceitação da semiótica do Capitalismo Mundial Integrado. Essa discussão se apoia nos autores já referidos no texto e se articula com os conceitos de dispositivo, por Giorgio Agamben (2009), da cidade enquanto conceito operatório, de Michel De Certeau (2012) e de invasão cultural, segundo Paulo Freire (2019).

A terceira parte da discussão aterrizará no sertão do Piauí, no território conformado pelas relações entre os municípios de Conceição do Canindé, Jacobina do Piauí e Paulistana, que tem o rio Canindé como fio que tece esse lugar-sertão. Apresentaremos, nesse item, a etimologia da palavra sertão. Interessa à nossa discussão reconhecer o quanto o sertão é estigmatizado pelas capturas que refazem fotografias de um devir-menor; ou seja, que reificam e reduzem a ideia de sertão à imagem da seca, do vazio, do atraso e do isolamento, desconsiderando a pronúncia desse mundo desde os habitantes que o constroem. Em seguida, discutiremos de que maneira a chegada da ideia de progresso e desenvolvimento transformou as dinâmicas socioespaciais daquele lugar e quais foram as formas que conseguiram resistir a esses novos arranjos.

Consideramos, neste trabalho, o sertão como uma borda, como um lugar-outro, desviante, um território de resistência, em que uma multiplicidade de velocidades e técnicas e tempos coexistem em conflito contínuo e, na fricção, produzem práticas contra-hegemônicas, criam modos dissidentes de ser e estar num mundo que se pronuncia desde o ser-tão. Re-existir, nesse âmbito, é poder perceber a si mesmo na constituição de uma relação de alteridade, de reconhecer a diferença como princípio criativo para outros modos de ler a realidade e de nela estar.

Cidade acaba com o sertão?

Transbordamentos: a borda e o hegemônico

Partimos do pressuposto de que a borda é um lugar que não deve ser definido por mera oposição ao hegemônico; antes deve ser compreendida dentro de suas potencialidades de revolução, legitimação e resistência. O hegemônico se origina desde os grandes centros metropolitanos aos quais é permitida a pronúncia do mundo. À medida que esse mundo é pronunciado como modelo, segue-se a formação de um conjunto de territórios que, embora possam estar numa condição limítrofe, de exclusão, também constituem um território próprio de significação da realidade.

A ideia da borda surge como um desdobrar do *trans borda mento* que Fuão (2019) compreenderia antes como um elemento conector do que como limite. Situar-se fora é, por consequência, situar-se em outro lugar – não quer dizer necessariamente que se esteja em lugar nenhum. Por esse motivo, a borda compreendida como zona de indefinição é “o lugar onde um se dá conta do outro” (ibid). É desde onde se pode entrar em contato com o estado atávico da vida, que é promotor do impulso de desfazer limitações domesticantes, dessas que segregam e subdividem o mundo a partir de negativos.

Entender o mundo desde suas bordas, para nós, é encontrar o limite que permite que algo transborde, liberte-se. E, assim, acreditamos que a borda, enquanto território que busca incessantemente a libertação do hegemônico, é o lugar desde o qual poderemos perceber os movimentos e agenciamentos que procuram a liberdade. Também é o lugar onde o hegemônico investirá a sua força de maneira mais agressiva, criando máquinas e tecnologias homogeneizantes para promover os processos de individuação, para quantificar e qualificar a humanidade conforme a sua valia para o sistema. Nas bordas identificamos as violências domesticantes, sejam explícitas ou não. O hegemônico, como Narciso, acha feio o que não é espelho⁴.

⁴ Aqui, invertamos a compreensão da figura do Narciso na música de Caetano Veloso, Sampa (1978). Ao contrário do sujeito da música, que resiste à metrópole, partimos da ideia de que o hegemônico procura homogeneizar o mundo à sua imagem – ou à ausência dela. (...) para o pior: precipitam futuros.

O hegemônico procura ser uniforme, entretanto, a borda não tem forma. Como zona de indefinição, a borda pode habitar desde o coração do hegemônico até ser um jogo da graduação de suas intensidades. Queremos dizer que, ao abordarmos os centros metropolitanos, notamos a coexistência de pessoas que vivem na borda com outras que vivem os modos hegemônicos. Da mesma maneira, em cidades médias, as fronteiras se tornam mais difíceis de definir ainda: os hábitos, práticas de consumo e modos de reprodução da realidade obedecem alguns dos padrões investidos enquanto signo de progresso. Cidades médias que são submetidas às decisões centralizadas nas metrópoles, mas que, dessa maneira, experimentam a ilusão de atuar. Na medida em que deslocamos esse jogo de relações, chegamos até outras bordas: cidades médias, cidades pequenas, sedes distritais, vilas, povoados e, na beira do mundo, as comunidades tradicionais. São os pontos mais longínquos dos grandes centros e que, mesmo assim, recebem a influência do hegemônico pelas operações burocratizadas do Estado, pela modelização da subjetividade de seus habitantes através de aparelhos ou pela inserção de novos hábitos de consumo – fatores que, normalmente, atuam em conjunto.

A borda constitui o menor. E, para isso, é importante que percorramos aqui a ideia do menor e da minoria. Deleuze e Guattari (2003) definem a ideia de literatura menor enquanto uma língua que se fala de maneira intensiva, que se constitui interna à uma língua maior e, ao usá-la, promove desterritorialização. A literatura menor seria caracterizada por três aspectos fundamentais: (i) deve ser afetada pela desterritorialização; (ii) catapulta as questões individuais ao campo da política e; (iii) nelas, as questões individuais, são inseparáveis do coletivo.

Para Guattari e Rolnik (1996), a ideia de minoria depende do devir por se tratar de um desejo que opera no nível das relações com o corpo, com o desejar conjunto de um grupo de pessoas. A minoria é desejante, diferente da marginalidade que é uma condição passiva e sociológica, sobre a qual opera o esquadramento e a localização dos desvios, sem que exista escolha de não integrar ou o desejo de constituir a luta. Minoria e marginalidade constituem relações dialéticas, pois, ao reconhecer os processos que levam à marginalização de um grupo, é possível que se opere no nível da autonomia, de criar novos territórios, de escrever literaturas menores dentro de uma maior. A autonomia é capaz de revelar as causas da alienação, os problemas relativos a um grupo e que sempre dizem respeito ao conjunto da sociedade. A minoria reivindica introduzir o devir no conjunto da sociedade; não se sacia no simples reconhecimento.

Na discussão que desenvolvemos, tratamos o hegemônico como uma língua maior, forjada na subjetividade capitalística, com seus pretensos desenvolvimentos às custas da precarização das bordas do mundo. O sertão, reconhecido enquanto borda, desterritorializa os modos de subjetivação dominantes de modo a construir singularidades nos modos de sentir e perceber o mundo, de estar no mundo. Na situação de borda, os enfrentamentos pessoais de seus habitantes estão sempre diretamente relacionados com a precarização, a marginalização e a estigmatização dos seus modos de vida enquanto coletivo. Pelos mesmos motivos, a chegada das máquinas do progresso, dos dispositivos urbanos e promotores de urbanização no sertão, desencadeia processos de singularização. Essas máquinas se tornam conectores, eixos irradiadores de novos segmentos, outros meios de se agenciar com o mundo, e, com isso, promovem novos agenciamentos.

Entendemos os agenciamentos, conforme Deleuze e Guattari (2003), como segmentos irradiados desde uma máquina que atua como conector, e que permitem criar linhas de fuga. Os agenciamentos não possuiriam valor em si que não seja o criar o novo, seja para o melhor ou para o pior. A ideia de um agenciamento seria a de que quanto maior o seu grau de autonomia, maior sua capacidade de desmontar as máquinas. Os

agenciamentos maquínicos, ou seja, aqueles que se dão ao redor de uma máquina técnica, permanecem no corpo daqueles que se fazem engrenagem dela para além de seu contato imediato, acabam moldando as relações que os indivíduos nutrem em outros campos da vida. Diante dessa captura, de tornar-se engrenagem, os indivíduos se colocariam por meio de um agenciamento de enunciação coletivo, a partir do qual pronunciam seu desejo diante da máquina: de submissão, revolta, impotência, protesto, etc.

A estrada, a barragem, as cisternas, a energia elétrica, as motocicletas, os celulares, a navegação. Todas as máquinas postas a operar no sertão são necessariamente conectores tensionados pela desterritorialização. Elas pertencem, em sua origem, a territórios dotados de maior velocidade nos fluxos, foram produzidas de modo a sedar ao mesmo tempo que aumentam e amplificam as capacidades produtivas dos corpos às quais são acopladas. Produzem letargia ao mesmo tempo que aceleram a distensão temporal dos trânsitos. Desmobilizam, em algum grau, os vínculos comunitários a partir da virtualização da comunicação e das trocas até então estabelecidas no corpo a corpo. A única chance para que esse modo singular de perceber o mundo sobreviva é que o devir possa ser introduzido no conjunto da sociedade.

Se o devir consiste num processo transversal que pode romper com as estratificações dominantes e, com isso, introduzir singularidades, é necessário que reconheçamos os riscos em abordar um devir minoritário. Há sempre o perigo de capturá-lo, reificá-lo e reduzi-lo ao nível de uma identidade. Procuramos, aqui, tratar o menor de modo a promover a micropolítica: impedir que a borda possa ter seus processos de singularização interrompidos pelo cerco identitário. Ao tratar do sertão como literatura menor, pretendemos salvaguardar a multiplicidade desse lugar, nunca reduzi-lo às representações das narrativas do atraso – românticas ou colonizadoras. Como bem nos apontam Deleuze e Guattari (2003), existem perigos nas lutas minoritárias: de refazer a Grande Literatura ou de reterritorializar-se, refazer as representações, o poder e a lei.

Desde o centro, a cidade-dispositivo

Cidades pequenas só o são porque existe um parâmetro daquilo que é grande. Entretanto, maior e menor não constituem, por si só, o infinito. Pode-se ser infinitamente grande, infinitamente pequeno. A ideia por trás desse pensamento é que possamos reconhecer o menor enquanto um lugar diferencial em relação ao hegemônico, porém, nunca menos infinito por isso. Pretendemos percorrer o percurso entre o maior e o menor como meio de revelar as relações de opressão às quais são submetidas as cidades pequenas em relação às grandes, às mentalidades metropolitanas.

Existem metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centro de zonas e centros locais⁵. Graus de grandeza que definem as regiões de influência considerando a ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. Independentemente da ilusão dos graus de atuação e participação que uma cidade média possa ter, é

⁵ A hierarquia dos centros urbanos brasileiros é definida pela pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE com o objetivo de atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira. Tal hierarquia, assim como a definição das áreas de influência que uma metrópole, por exemplo, exerce sobre os demais centros urbanos, tem como base a análise dos fluxos de bens, serviços e gestão, e dos deslocamentos realizados pela população em função desses fluxos. De acordo com o IBGE (2018), a análise das relações entre cidades com base na oferta diferenciada de bens e serviços constitui um instrumento importante das decisões acerca da localização de determinados equipamentos, como, por exemplo, uma universidade, um aeroporto, uma filial de empresa.

inalienável que suas decisões sempre serão autorizadas por uma instância maior. As relações entre as cidades são inalienáveis da hierarquia imposta para definir a quem cabe o direito de designar os papéis de cada lugar e povo no mundo.

A ideia de globalização traz consigo a noção de que para pertencer ao mundo, de preferência ao Primeiro, é necessário ser metropolitano. Se não em escala, pelo menos em pensamento. Há um trabalho de base, de produção de subjetividade, para que se alinhem os desejos de todo e qualquer lugar àqueles produzidos e acessíveis na metrópole: uma subjetividade capitalística. Como nos dizem Rolnik e Guattari (1996, p. 27), a subjetivação é a substância que opera “os sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social, as grandes máquinas produtivas e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”.

As condições para impor modos de perceber o mundo necessitam de um ambiente maquínico que consiga engendrar tanto as produções econômicas como as de cunho subjetivo (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Para constituir um ambiente dessa natureza é necessário que se produzam máquinas: entidades que agenciam desejos de pertencimento, desejo de estar atrelado ao funcionamento da máquina, ser engrenagem ou apenas fascinar-se com os movimentos delas. As máquinas, para Deleuze e Guattari (2003), podem assumir diferentes formas, sejam aparelhos sociais, objetos ou atividades específicas. São quaisquer elementos capazes de provocar agenciamentos a nível social.

As máquinas são definidas como conectores, ou seja, como pontos notáveis que irradiam segmentos diversos. Poderíamos compreender a máquina como aquilo que modeliza as relações entre os indivíduos desde sua existência, como um violão que define as relações com o mundo do artesão que o produz, do músico que o toca, daquele que ouve sua música e até daquele que reproduz sua mídia do outro lado do mundo. O violão enquanto objeto maquínico não opera só. Existe uma indústria musical por trás dele, existe uma madeireira e seus trabalhadores precarizados, existe um produtor de outros músicos, o nylon das cordas, os derramamentos de óleo no Atlântico, os tanques de guerra na Síria, o aço das cordas e os rios de lama tóxica no vale do Rio Doce, o sangue dos povos originários e das populações ribeirinhas.

As máquinas poderiam ser dispositivos que, para Agamben (2009), podem ser quaisquer coisas que interajam com o ser vivente de modo a capturá-lo. Para ele, existem dispositivos que se conectam diretamente com o poder, como os manicômios, as disciplinas e as medidas jurídicas, ou dispositivos que agem de maneira menos explícita, tais como os celulares, os computadores, a navegação ou a própria linguagem. Procuramos, aqui, discutir a cidade enquanto um dispositivo que pertence ao primeiro grupo e que, mesmo assim, não deixa de levar consigo toda sua rede de objetos e disciplinas que reforçam a sua condição de hegemonia, espelho para o mundo. Capturar o ser vivente de modo a suprimir-lhe a vida, o desejo, é uma condição do dispositivo.

Dispositivos de toda sorte foram criados com o intuito de representar e, com isso, exercer o poder. Provavelmente ordenados e encomendados desde uma cidade. Presídios, quartéis, manicômios, as plantações do agronegócio ou a mineração não tem como endereço outro lugar que não a cidade. Falamos de uma cidade que tem sua realidade restrita à representação de seu conceito operatório, como diz Michel De Certeau (2012), atrelada intrinsecamente com às ferramentas do planejamento, no qual se tenta, ao máximo, evitar a proliferação de detritos indesejados, não raro criados pelo próprio planejamento. Esses detritos até podem ser incorporados, contanto que corroborem com o discurso do poder hegemônico. Trata-se, portanto, de uma óptica que identifica, inclusive, quais os desvios que podem ser incorporados na narrativa

hegemônica.

De Certeau (2012) salienta que planejar a cidade é subordinar a multiplicidade do conjunto de suas partes a fins específicos. E, para isso, compreende que, como todo objeto científico, deve ser restrito a limitações de contexto para que tenha suas variáveis controláveis; em outras palavras, produzir um espaço próprio e um sistema sincrônico que elimine qualquer reminiscência do *continuum* que gera o fato urbano. A normalidade seria determinada pela cidade enquanto sujeito universal, que, ao diferenciar as partes na cidade, permite reconhecer quais os detritos que não seriam tratáveis e, portanto, que devem ser excluídos daquilo que se chama cidade.

Se compreendermos a cidade como um aparato de máquinas, um agenciamento maquinico capaz de agregar sob um mesmo conceito tudo aquilo que poderíamos entender como civilização (com suas práticas, seus consumos, suas regras e imposições), poderíamos compreender que a cidade também é um dispositivo. Mais: é o centro de todos os dispositivos. Aqui, não estamos nos referindo a uma cidade – ou a algumas cidades, especificamente – mas, sim, à cidade enquanto conceito operatório, enquanto ideal normatizado que constitui a língua maior do mundo capitalista. Ainda assim, reconhecemos que os detritos, as delinquências, os desvios de todas as espécies – dentro e fora das cidades –, consistem em linhas de fuga, espaços para o desejo, processos de singularização que, nas palavras de Deleuze e Guattari (2003, p. 56), permitem “ter o sonho contrário: saber criar um devir-menor”. Abre-se a possibilidade de desterritorializar a cidade como uma língua maior, de modo a promover a liberdade para que as bordas possam constituir a si mesmas, escolhendo, e tendo como legítimo, o seu próprio jeito de existir no mundo.

No âmbito de entender a cidade como um dispositivo, lembramos Ailton Krenak (2020) com sua afirmação de que, antes de tudo, as decisões de uma sociedade ocidental sempre emanam de uma cidade. Com isso, compreendemos que a cidade-dispositivo é o conjunto que unifica tanto os grandes instrumentos de poder, institucionalizados na burocracia, quanto aqueles menores, que operam de maneira quase oculta nas lógicas do mercado e do consumismo. Na cidade são criados os dispositivos e, quando não nela criados, são direcionados para que sirvam ao objetivo de suprir demandas de consumo da cidade. Como bem nos lembra Krenak (2020), a cidade pode consumir o mundo sem que precise sair do lugar. É mais um agenciamento logístico dos produtos e, principalmente, dos corpos humanos – e menos humanos – a fim de produzir as condições para que os sertões do mundo tenham uma pequena amostra disponível nas prateleiras citadinas. Prateleiras que expõem nelas tanto os produtos gestados pela terra sob o cuidado de pessoas muito distantes, como também seus modos de sentir e estar no mundo. O exótico, atributo pelo qual uma cultura passa a ser algo a ser consumido como se coisa morta fosse, é uma marca do fetiche da cidade em fazer da vida uma mercadoria. Existe um processo de legitimação que recorta pedaços do mundo, amostras de singularidades convertidas em produtos, que reifica os processos de singularização que as constituem.

Ora isso se dá como fetiche, a partir de uma visão romanesca que confunde autêntico e arcaico, ora se dá como estigma, cuja consolidação das narrativas do atraso excluem aquilo que parece não ter mais lugar nos fluxos de um pretense progresso que indiferencia transformação e desenvolvimento. Para Paulo Freire (2019) é importante que se compreenda que essa confusão entre os dois fenômenos figura dentro dos elementos que constituem as práticas anti-dialógicas, com vistas à manutenção da opressão. Dentre elas, cita a invasão cultural.

Interessa-nos a invasão cultural por compreendermos que ao mesmo tempo em que se configura como estratégia de dominação, também é a própria forma da dominação.

Pode ocorrer sob relações diferentes: “a invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade” (FREIRE, 2019, p. 205). Atua pela deslegitimação dos invadidos e tem por programa “o quadro valorativo de seus atores a seus padrões e suas finalidades.” (ibid, p. 206).

Freire (2019) diria que só interessa ao invasor saber como o invadido pensa o mundo para dominá-lo mais, para induzir alternativas por meio das quais se sinta atuante. Por meio dessa afirmação retornamos às questões relacionadas à reificação das singularidades. Lembramos que, como dito anteriormente, as culturas periféricas apenas seriam de interesse do hegemônico contanto que sejam ou capitalizáveis ou passíveis de manipulação com vistas à conquista. Trata-se, nas palavras de Freire (2019), que se imponha ao invadido o modo de ver o mundo do invasor e, com isso, perceba-se inferior ao seu verdugo, integrado à máquina, à cidade-dispositivo.

Só é possível invadir culturalmente porque a subjetividade atua como pano de fundo para esses processos. A subjetividade estabelece parâmetros psíquicos para reconhecimento do Eu e do Outro, relaciona o que acontece dentro e fora do sujeito. Sua função é criar condições para que as pessoas reconheçam suas posições dentro da hierarquia social. Com isso, criam-se, também, indivíduos capazes de saber o quê, como, para quem e sobre o quê se pode falar – bem como o que podem fazer. Sobretudo, na sociedade capitalística⁶, a produção da subjetividade visa bloquear os processos de singularização em favor da individuação. Por sua vez, a individuação consiste na integração e na normalização das relações entre sujeitos e poder: ela produz indivíduos serializados com vistas à operacionalidade dos sistemas de repressão e alienação (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

O planejamento urbano e regional determina as estratégias de ocupação territorial ao mesmo tempo que ignora sistematicamente os desejos das comunidades não pertencentes à axialidade hegemônica. Entende que a finalidade desses lugares e da população que os constituem está abaixo na hierarquia urbana, submissa. Logo, os dispositivos de controle de recursos – aqui compreendidos como os recursos naturais, humanos, financeiros, etc. – não visam, necessariamente, o desenvolvimento dos lugares que ocupam as bordas. Visam somente sua transformação de modo que permitam que sejam explorados de maneira mais eficiente: seja na aceitação das demandas que lhes são impostas, seja na não representação de um entrave aos fluxos de um progresso modernizador e de integração nacional desenvolvimentista. Neste contexto, o sertão é tido, frequentemente, como barreira a ser transposta.

A partir do momento em que o sertão não comunga dos mesmos valores daquilo que é entendido enquanto progresso, a cidade-dispositivo passa a considerá-lo um detrito. Não reconhece alteridades e procura um mundo que corresponda à sua autoimagem. A condição diferencial do sertão propicia um modo de ver o mundo que desterritorializa a língua maior, a cidade enquanto conceito operatório, portanto, hegemônico. Resta saber como se consolida o conflito entre o maior e o menor e, como esse último se faz resistência e define agenciamentos capazes de promover linhas de fuga, processos de singularização e, portanto, ser o menor revolucionário.

⁶ “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996. p. 15).

Desde as bordas, um lugar-sertão

Sertão: lugar *sem lei*, distante da costa, longe dos portos e sem comunicação com o mar. Palavra que apresenta origens e significados diversos, induzindo, muitas vezes, ao uso inadequado ou impreciso (ANTÔNIO FILHO, 2011). Nas pesquisas acerca do termo, notamos que a maior parte dos estudos, tais como os de Moacir M. F. Silva (1950), Willi Bolle (2004) e Antônio Filho (2011), considera as definições de Gustavo Barroso acerca da sua origem e significado.

Em uma das hipóteses acerca da origem da palavra *sertão*, Silva (1950) afirma que ela não é brasileiro, como muita gente supunha, pois já era usada pelos portugueses, antes de invadirem o que veio a se chamar Brasil, para designar as terras interiores, sem comunicação com o mar. Assim, nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de *interior*, de distante da costa. Segundo Silva (1950), Gustavo Barroso⁷ vai encontrar a etimologia correta no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete *mulcetão*, bem como sua corruptela *certão*, é definida, em latim, como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de *mato*, sentido corretamente usado na África colonizada pelos portugueses, só depois ampliando-se para mato longe da costa.

Para Guimarães Rosa (2001, p. 24), “lugar-sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”. Para Bolle (2004) o sertão é, até as primeiras décadas do século XX, o oposto do litoral urbanizado e *civilizado* no Brasil. O termo sertão ainda é utilizado para designar áreas interioranas, sendo comumente retratado como vazios, lugares ermos e pouco povoados. Sendo assim, reconhecemos que a ideia de longínquo, desconhecido, desabitado, isolado, selvagem, atrasado, fora da lei, sempre permeou a ideia de sertão, apesar de considerar que o conceito carrega uma multiplicidade de significações.

Essa imagem do *vazio*, herança de uma construção histórica e historiográfica, tem persistido em associar o sertão, sobretudo àquele do semiárido nordestino, à ideia de seca, isolamento e rusticidade do mundo urbano (ARRAES, 2017). Criam-se narrativas com vistas a vincular o sertão à ideia de atraso e de arcaico. As nossas reflexões também partem do quanto a ideia de tratar o sertão como um *vazio* não seria o desejo de afirmar a narrativa do atraso por parte de uma condição urbana e metropolitana, dotada de mais acesso, mais visibilidade, mais possibilidade de fuga e maior intercâmbio, de maneira geral. Essas narrativas do atraso buscam estigmatizar e estereotipar o sertão enquanto entrave ao projeto nacional desenvolvimentista que visa a integração dos povos somente via mercadoria, com o objetivo de intensificar a dependência desse lugar aos grandes centros urbanos.

Para avançar nas reflexões, nossa abordagem empírica aterriza no Sertão do Piauí, situado no semiárido nordestino. A escolha desse lugar-sertão, especificamente do território compreendido entre os municípios de Paulistana e Conceição do Canindé (ver Figura 01), revela uma singularidade dentro da multiplicidade de sertões possíveis: complexos, diversos e desiguais. Falaremos, aqui, de como os dispositivos de planejamento urbano e regional impactam na transformação desse território

⁷ Gustavo Barroso (1888 — 1959) foi escritor, advogado e professor e considerado referência no que se refere ao folclore brasileiro, tendo ocupado em 1923 assento na Academia Brasileira de Letras e sido o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. É tido como referência em diversos autores para rastrear a origem da palavra sertão. A definição mais empregada pelos estudiosos do tema foi publicada em 1947, no Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 1 - Localização e esquema de configuração do território do lugar-sertão do Piauí, Brasil. Fonte: Elaborado pelos autores com base na imagem de satélite do Google Earth, 2021.

e, conseqüentemente, nos modos de vida da população que ali reside. Além dos dispositivos do planejamento, outros tantos dispositivos que compõem a rede e, junto com ela, toda a semiótica daquilo que é urbanizado são levados para dentro do território. Deixam de ser aquilo que foram pensados para ser, passam à categoria de objeto poético, perdem os rastros de suas finalidades primeiras para se confundirem no emaranhado, já desterritorializados, de um lugar-sertão.

Das transformações observadas nos últimos vinte anos, podemos citar, como exemplo, a expansão da distribuição de energia elétrica, a partir do programa *Luz para Todos*, que permitiu, dentre outras coisas, a chegada abrupta dos diversos meios de comunicação: desde as televisões e suas antenas parabólicas até os *modems* receptores e transmissores do sinal de internet. A pavimentação da estrada PI-143, que liga o município de Jacobina do Piauí a Oeiras, antiga capital do estado, reduziu a noção de distância e isolamento que sempre os acometeu, tornando, inclusive, o município de Conceição do Canindé mais acessível.

Apesar da inclusão proporcionada pela expansão da infraestrutura em partes desse território, um dos conflitos que podemos destacar, a princípio, é a construção da barragem Joaquim Mendes Oliveira, mais conhecida como Barragem da Pedra Redonda, por volta do período entre 1995 e 2001. A obra da barragem foi viabilizada com a justificativa de perenizar o rio Canindé⁸. A construção desse equipamento forjou a desapropriação de terras e, conseqüentemente, a dispersão da população local, incluindo comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas⁹. A população, por sua vez, restou se acomodar em pequenos vilarejos desprovidos de qualquer infraestrutura ou migrar para a sede dos municípios de Paulistana ou Jacobina do Piauí para tentar se inserir em modos de vida urbana. Essa dispersão não só acabou por configurar localidades – vilas, povoados, aglomerados rurais – onde seus habitantes não mais preservam a possibilidade de subsistência por meio da agricultura familiar, como também ressignificou o papel daquelas cidades menores da região, a partir da redefinição de seus fluxos e deslocamentos, oriundos, também, das novas localidades

⁸ O Rio Canindé nasce na Serra dos Dois Irmãos, no território pertencente ao município de Paulistana-PI, e deságua no Rio Parnaíba, no município de Amarante-PI.

⁹ Identifica-se a existência de oito comunidades quilombolas entre o território pertencente aos municípios de Paulistana e Conceição do Canindé, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até a presente data.

de reassentados. Alteraram-se os modos de vida e, com isso, a relação com a produção, distribuição e consumo de bens: o que antes era plantio e colheita passa a ser demanda por mercadorias que só se encontram nas prateleiras dos núcleos urbanos.

A perenização do rio, por um lado, possibilita o cultivo de hortifrutigranjeiros nas pequenas propriedades rurais ribeirinhas, inserindo essa população no fluxo de produção e fornecimento dos seus produtos na região. Por outro lado, populações em áreas de sequeiro até hoje precisam esperar cair chuva ou que se disponibilizem caminhões-pipa para abastecer as suas cisternas para ter água chegando nas suas torneiras. Tornam-se visíveis os impactos que as grandes obras de infraestrutura de planejamento, pautadas na produção hegemônica do espaço, exercem na paisagem e seus atributos e, principalmente, na acentuação das desigualdades de todas as espécies. Mais que isso: são infraestruturas que ainda conflitam com a deficiência na oferta de serviços, equipamentos e políticas públicas, de maneira geral, para uma população que reside, dispersa, naquele território, entre cidades pequenas, sedes distritais, vilas, povoados e aglomerados rurais. Aqui, percebemos que não podemos falar de cidades pequenas sem considerar as localidades que retroalimentam seus fluxos e dinâmicas socioeconômicas e espaciais, que configuram as bordas da borda.

Os riscos das mudanças nas dinâmicas socioeconômicas e espaciais se estendem para problemas de dimensão nacional. Dois aspectos são fundamentais para o esvaziamento do meio rural: a criação de aglomerados urbanos e rurais em substituição às pequenas propriedades rurais, e a falta de condições e oportunidades no meio rural que promovem o êxodo para os núcleos urbanos. Ao suprimir as condições de preservação das culturas de subsistência e concentrar as oportunidades de emprego e renda nos aglomerados e núcleos urbanos, o planejamento resulta no esvaziamento do meio rural de modo que promove uma política de terra arrasada, indispensável aos interesses do agronegócio.

Guattari e Rolnik (1996) nos lembram que é necessário, antes de invadir, formar as forças produtivas e de consumo: há de se operar sobre os meios de semiotização. Para que se possa extrair o máximo de colaboração de uma população, para que ela produza e consuma mais, é importante que se modele uma subjetividade capaz de compreender a semiotização proposta. É importante que a população seja treinada e domesticada para preferir os novos produtos, hábitos e modos de estar no mundo. Essas considerações nos são importantes porque a infraestrutura parece não funcionar apenas como uma rede que promove comunicação e acessibilidade: ela traz consigo todos os produtos do Capitalismo Mundial Integrado. Entendemos que, para além das mudanças nos compassos da vida, necessidades de consumo são produzidas nessas comunidades. Hábitos e costumes metropolitanos são levados para as bordas como meio de colonizar, mais do que o território, os corpos e o desejo daqueles que habitam aquele lugar. O fluxo intensificado de veículos automotores requer postos de combustíveis que não se instalam sozinhos, mas com suas lojas de conveniência e, dentro delas, todo tipo de quinquilharia produzida em grandes fábricas de aglomerados corporativos multinacionais. Suas construções padronizadas, arquiteturas de *pop-up*, são distribuídas em pacotes para serem instaladas da mesma maneira em qualquer lugar do mundo. Chegam lojas de artigos esportivos e academias de todos os formatos antes que se construam os equipamentos esportivos na cidade. A postura dos moradores deve ser adaptada: não mais o barbeiro, mas as genéricas *barbershops*; não mais as roupas de alfaiataria produzidas pelas mãos locais, mas as roupas etiquetadas feitas com mão de obra escravizada em algum lugar longínquo como a Ásia ou num subúrbio escuro de São Paulo por imigrantes bolivianos; não mais se sentam para tomar uma pinga, encontram-se para um *happy hour*. O CMI também entende que deve produzir seu próprio público.

Essa homogeneização e normalização dos modos de vida de um lugar-sertão, que

servem à subjetividade capitalística, constituem-se na sombra da disseminação das narrativas do atraso. Essas narrativas configuram cercos: políticos, econômicos e subjetivos para o sertão, e, não raro, consistem em estratégias de desmobilização de vínculos comunitários; das práticas cotidianas incorporadas de gestos, ritos e hábitos; e, das experiências coletivas. O quanto o sertão não já está confinado e cerceado de seus modos de ser por uma narrativa hegemônica que danifica essa experiência coletiva em favor da produção de indivíduos? Segundo Guattari e Rolnik (1996), quando a experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano, interrompem-se os processos de singularização.

Neste sentido, questionamos, por um lado, o quanto os transbordamentos da cidade-dispositivo – em todos seus aspectos – podem culminar na interdição dos modos de vida do sertão. Por outro lado, reconhecemos o quanto esse cerco é importante para haver um transbordamento do sertão em relação ao hegemônico. Quando o sertão transborda, ele rompe com a fronteira do cerco, existe fora dele, re-existe: cria um devir-menor. Se “quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”¹⁰, como nos disse Riobaldo, o narrador de Grande Sertão: Veredas, consideramos que quem não busca a compreensão do mundo desde as bordas, enxerga apenas o cerco ou o atraso. Ou, no máximo, captura, reifica, esquadrinha o conteúdo dessas bordas de modo a reduzi-lo a uma identidade.

Diante dessa ideia de modernidade hegemônica, parece possível afirmar que, no sertão, ainda podemos experimentar um outro tempo, um tempo lento – nos termos de Milton Santos (2001) –, diferente do tempo do progresso, da modernização, da velocidade do mundo contemporâneo. Falamos aqui de compassar velocidades, de modo que o sertão não negue, ingenuamente, a modernidade, mas que isso não signifique a renúncia de seu ritmo próprio. Reconhecemos, de acordo com o autor, que:

Não se trata de pregar o desconhecimento da modernidade – ou uma forma de regresso ao passado – mas, de encontrar as combinações que, segundo as circunstâncias próprias a cada povo, a cada região, a cada lugar, permitam a construção do bem-estar coletivo. É possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente o mais veloz. Numa situação em que se combinam técnicas e tempos e velocidades diferentes, sem que um deles obrigatoriamente arraste os demais, se impõe forçosamente soluções políticas que não passem obrigatoriamente pela economia e suas conhecidas paixões inferiores.¹¹

As narrativas do atraso danificam os modos de vida ao ignorar, como aquilo que atropela, o tempo próprio dos sertões do mundo. Processos são precipitados no intuito de gerar maior velocidade na conexão entre pontos externos a ele: veem o sertão como barreira a ser transposta no menor tempo possível. A velocidade que se instaura arrasta consigo as práticas tradicionais para reducionismos que estigmatizam compassos mais lentos da vida a arcaísmos incompatíveis com a modernidade. Entendemos que a velocidade é um dos atributos da modernização, mas que, por si só, não promove o desenvolvimento desses sertões.

Apesar dos eventos de reificação de parte do sertão a que nos referimos, ainda é possível observar, nos núcleos urbanos das pequenas cidades, em vilas, povoados e vilarejos, práticas que ritualizam a vida: o encontro nas *bodegas*, as feiras livres

10 João Guimarães Rosa (2001, p.80).

11 Texto publicado no website da Folha de São Paulo, em 11 de março de 2001.

Figura 2 - Tempo para ser-tão: nos canteiros e numa praça em Jacobina do Piauí, nas bodegas da Vila de Pedra Redonda e de Conceição Velha (distrito de Conceição do Canindé), nas calçadas de Jacobina e de Conceição Velha. Fonte: Registro (2019, 2020) e montagem dos autores (2021).



nos finais de semana, as quermesses e novenas pelas ruas de basalto, que dividem espaço com o estacionamento de motos, o marasmo e o tédio das conversas nas cadeiras de balanço dispostas na frente das casas, os varais estendidos na praça da igreja coexistindo com as amostras do vendedor de bugiganga (ver Figura 2). Essas práticas preservam, em algum grau, o ritmo e os modos de vida daquela população, ressignificam o habitar na cidade quando os processos de urbanização se impõe de maneira veloz, demonstram que não precisa alienar-se de si, enquanto sujeito coletivo, para estar atento ao que acontece no mundo.

Nas bordas das cidades pequenas, chegando até às comunidades tradicionais, ainda é possível ouvir histórias e conselhos passados de boca em boca, presenciar dias de farinha (ou *desmancha*, como denominam esse evento), bem como as mulheres reunidas, sentadas em chão batido, para trançar palha de carnaúba. Tudo isso é prática de resistência do sertão a partir dos repertórios orais, de hábitos e gestos, pelos sujeitos que insistem em preservar seus modos de vida a partir de uma coletividade que reincorpora memórias e saberes passados de geração em geração. O tempo passa rápido só para quem quer.

Ailton Krenak (2019) nos lembra que sempre se pode contar uma história para expandir o universo das nossas vidas, da nossa experiência, para explorar outros mundos, para *adiar os fins*. Consideramos que a resistência – e não apenas a convivência –

enquanto experiência plural, de transmissão de memória, constrói seres que pensam e atuam juntos, articulando, portanto, sujeitos coletivos. Se no menor tudo é político e o indivíduo não pode ser alienado da sua condição coletiva, encontramos, aqui, o conector do sertão como lugar capaz de desterritorializar a linguagem hegemônica da cidade enquanto ideal e conceito operatório. Assim, se cidade pode acabar com o sertão, considerando as reflexões primeiras de Riobaldo, perguntamos como os processos de singularização são capazes de constituir o menor revolucionário dentro de um projeto de dominação que se utiliza das narrativas do progresso, da modernização (conservadora, diga-se de passagem), e da integração nacional desenvolvimentista?

Transbordar é re-existir

Há um conjunto de lugares que ficam na borda. E as bordas às quais podemos nos referir são também de vários tipos. A significação mais recorrente diz respeito a um contorno, uma linha ou borda que separa aquilo que está dentro e o que está fora. Pode ser algo que está à beira, como que a qualquer momento pudesse cair – em esquecimento, em ruína, no vazio. Vazio do esquecimento desde onde se podem tecer linhas de fuga rumo à libertação.

A borda pode se referir à condição periférica de algum lugar, ser ou coisa. Estar para lá do contorno que determina um dentro é também estar em outro território que se molda a partir dessa exceção. É existir além de algo, é aquilo que existe depois que o conhecido ou comum acaba: é onde começa a diferença. Lugar diferente onde podem emergir processos de singularização.

As distinções da interioridade em um determinado sistema podem abarcar noções territoriais e geográficas, culturais, econômicas, sociais e ideológicas. É comum que, em diferentes graus e escalas, todas essas condições estejam correlacionadas. A borda define um território em si própria, um outro jeito de existir que carrega consigo seus lugares, seus arquétipos, mitos, significados, ritos e valores. A borda é aquilo que existe de modo singular em meio ao hegemônico. A borda também é um lugar no mundo, que desafia o ser a se constituir na situação-limite.

A borda também pode ser o sucumbir silencioso diante da máquina de produzir homogeneidade do hegemônico. O desejo de universalidade desconhece a diferença. Universalizar hábitos e expressões sob o manto do progresso é discurso recorrente na história da humanidade. A cidade enquanto conceito operatório teme detritos que lhe retirem a pureza, a estabilidade frágil daquilo que só pode ser maior por meio da opressão, da dominação e da colonização. Nas bordas, no lugar-sertão ao qual nos referimos, ainda perseveram saberes que salvaguardam uma memória coletiva em meio às tensões criadas pelo progresso que se estende nas linhas da modernização conservadora para uns e do desenvolvimento para outros.

Se a cidade-dispositivo surge como a máquina capaz de agenciar os lugares do mundo a seu serviço, encontramos no devir-menor do sertão, das cidades pequenas e suas bordas, práticas de resistência capazes de ressignificar, de tensionar a língua do progresso de maneira intensiva, de articular o mundo do hegemônico a partir da potência criadora da diferença. Reconhecemos, por fim, que a borda é uma condição de re-existência em risco perpétuo e, justamente por isso, capaz de gerar novos agenciamentos a partir dos quais a vida pode perseverar.

Agradecimentos

Ao povo do sertão que corajosamente resiste; em especial, a José Alico da Cruz e Antônio Carvalho de Sousa pelas partilhas que inspiraram este trabalho, pela contação de histórias, por serem guardiões de memórias.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ANTÔNIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). *Revista Ciência Geográfica*. Bauru, Ano XV, Vol. XVIII, nº.1, p. 84-87, 2011.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Gustavo. *A origem da palavra “Sertão”*. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, V(52): 401-403, junho, 1947.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka para uma literatura menor*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 69 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUÃO, Fernando Freitas. *O que é uma borda?* Fernando Fuão: ensaios e livros, Porto Alegre, 08 set. 2019. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com/2019/09/o-que-e-uma-borda-fernando-fuao-uma.html>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Milton. *O elogio da lentidão*. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Moacir M. F. A Propósito da Palavra “Sertão”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 90, p. 637-644, 1950.

DAS MARGENS AO CENTRO Quando a arte habita o menor

FROM THE MARGINS TO THE CENTER
When art inhabits the minor

Paulo Reyes¹ e Germana Konrath²

Resumo

Este texto aborda um modo de produção do espaço urbano que é problematizado a partir da arte. Nosso olhar crítico recai sobre um saber-fazer oriundo da arquitetura e do urbanismo, validado pelo mercado, seguidor de modelos de excelência e de conhecimento técnico formal, legitimado pela Academia – aqui identificado com a ideia de *arquitetura maior*. O fundamento teórico é a noção de *menor* em Gilles Deleuze e Félix Guattari (2015), entrecruzada com as noções de *estética* e *política* em Jacques Rancière (2009). Já o mote empírico é a prática artística do mexicano Héctor Zamora, aqui representada por dois trabalhos recentes: *Paracaidista, Av. Revolución 1608 Bis*, 2004; e *Bar Las Divas (Sustracción/ Adición)*, de 2007. O resultado é um tensionamento, disparado pela arte, desse saber-fazer hegemônico. Nas experiências estéticas de Zamora, o tradicional movimento centro-margens é invertido para margens-centro, nos convidando a refletir sobre modos informais e *menores* de produção do espaço.

Palavras-chave: Produção do espaço, centro-margem, arte contemporânea.

Abstract

This text addresses the production of urban space which is problematized by art. Our critical gaze rests on a know-how derived from architecture and urbanism, validated by the market, following models of excellence and formal technical knowledge, legitimized by the Academy – here identified with the idea of great architecture. The theoretical basis is the notion of minor in Gilles Deleuze and Félix Guattari (2015), intertwined with notions of aesthetics and politics in Jacques Rancière (2009). The empirical motto, on the other hand, is the practice of Mexican artist Héctor Zamora, represented here by two recent works: *Paracaidista, Av. Revolución 1608 Bis*, 2004; and *Bar Las Divas (Sustracción/ Adición)*, 2007. The result is a tension, triggered by art, of this hegemonic know-how. In Zamora's aesthetic experiences, the traditional center-margins movement is inverted to margins-center, inviting us to reflect on informal and minor modes of urban space production.

Keywords: Production of space, center-margin, contemporary art.

Um pouco de palavras para começar

A história tem mostrado que a realidade de pequenas cidades ou assentamentos periféricos que estão por fora do conjunto metropolitano são pouco visibilizadas enquanto possibilidades de existências que extrapolem o sistema hegemônico do capital. A precariedade (resultante da exclusão de um sistema urbano) e a urgência (pela necessidade de sobrevivência) produzem modos de fazer que subvertem a lógica e o saber já estabelecidos e consagrados tanto pelo sistema econômico quanto pelas práticas oriundas das áreas disciplinares e profissionais. No entanto, se a realidade do capital os exclui e invisibiliza, a prática artística os reinsere, como expressão estética e política, no centro das atenções.

Devido à complexidade da temática das margens, dentre as diferentes abordagens que possam ser feitas como leitura dessas realidades, acreditamos ser interessante uma aproximação pelo reconhecimento de determinadas práticas e saberes. Ou seja, uma abordagem guiada pelo entendimento de um saber-fazer específico, que é da ordem da precariedade e da urgência. É justamente por meio desta abordagem que este ensaio pretende se desenvolver: a lógica das periferias habitando as áreas centrais. Seguindo as sugestões da referida edição da Pixo – três caóides expressas pela arte, pela ciência e pela filosofia a partir das sensações, funções e dos conceitos –, optamos por avançar a leitura sobre a realidade das cidades pequenas ou periféricas, recuperando seu saber-fazer pelo campo da arte, sintetizado e expressado pelo conceito de *menor* em Deleuze e Guattari.

Portanto, este ensaio apresenta um olhar crítico sobre a produção do espaço urbano nos moldes capitalistas e neoliberais a partir da noção de *literatura menor* enquanto resistência às lógicas maiores, macropolíticas e às suas metanarrativas. A noção de *menor* a que nos referimos foi desenvolvida, no campo da filosofia, por Gilles Deleuze e Félix Guattari no texto *Kafka: por uma literatura menor*, e aqui será deslizada conceitualmente para o campo da arquitetura e do urbanismo. A concepção de *menor* para Deleuze e Guattari “[...] não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior.” (2015, p. 35). Da mesma maneira que uma *boa escrita* produz uma *literatura maior*, podemos dizer que uma *boa arquitetura* produz uma *arquitetura maior*. O problema aqui posto é pensar a arquitetura como produção do espaço não pela sua centralidade, ou seja, pela *boa arquitetura*, mas pela produção oriunda de um saber-fazer das margens – por uma *arquitetura menor* que rasura uma *arquitetura maior*.

Para isso, postulamos teoricamente a *arquitetura maior* como um saber-fazer advindo dos processos de formalização institucionais e reconhecidos pelo mercado do capital e legitimados pelo campo da arquitetura e do urbanismo. Por outro lado, entendemos uma *arquitetura menor* enquanto práticas não reconhecidas como legais e que são produzidas como alternativas ao mercado do capital, muitas vezes tomadas como informais (que apesar de apresentarem materialidade formal, são vistas como *informais* por não se enquadrarem aos processos formais – sejam do mercado, sejam da Academia).

Esta crítica baseia-se em duas linhas teóricas provenientes da filosofia, entremeadas entre si: a noção de *menor* em Gilles Deleuze e Félix Guattari; e as noções de *política* e *estética* em Jacques Rancière. A noção de *menor* em Deleuze e Guattari aponta para um saber-fazer que é da ordem da resistência a uma lógica do sistema capitalista como modelo hegemônico dominante e centralizador. Manifesta-se como conhecimentos e práticas que não estão reconhecidos nem legitimados por esse sistema do capital. A prática *menor* se constitui naquilo que Rancière concebe como ato político, ou seja, disruptivo de uma ordem *maior*. A ação política nessa perspectiva se manifesta sempre

¹ Pós-Doutor em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinós e Universidade Autônoma de Barcelona). Mestre em Planejamento Urbano (UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Atualmente Professor Associado da Faculdade de Arquitetura UFRGS e Pesquisador no PROPUR/UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

² Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestra em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FA UFRGS). E-mail: germana.konrath@gmail.com

no plano do sensível, como política e estética ao mesmo tempo.

Quando deslizamos o conceito de *menor* para o campo da arquitetura e do urbanismo estamos falando de um saber-fazer que está calcado em práticas que são da ordem das experiências vividas e não formalizadas nem aprendidas na Academia, mas sim consolidadas pelas maneiras de fazer no âmbito do cotidiano. Metodologicamente, operamos a partir de duas experiências estéticas, de cunho político, como modo de produzir um pensamento crítico sobre o saber-fazer cidade da ordem do *maior*. Tomamos dois trabalhos do artista Héctor Zamora, com forte inserção urbana, para pensar essa inversão de olhar sobre a cidade – a cidade vista pela ótica das suas margens minoritárias. Essas experiências estéticas são: *Paracaidista, Av. Revolución 1608 Bis*, realizada em 2004 na capital mexicana e *Bar Las Divas (Sustracción/Adición)*, produzida em Medellín, na Colômbia, em 2007.

Héctor Zamora é mexicano, nasceu em 1974, formou-se em *design* gráfico, morou em São Paulo entre 2007 e 2016 e atualmente vive em Lisboa. Sua trajetória artística tem início concomitantemente à sua atuação, entre 2001 e 2005, como diretor de um estúdio dedicado ao desenvolvimento de estruturas leves para projetos de arquitetura. Sua experiência profissional e formação acadêmica estão presentes, em maior ou menor grau, em suas práticas artísticas até hoje, seja pela manipulação geométrica, pela complexidade estrutural ou pelo uso de materiais empregados na construção civil (formal ou informal). Dentre essa produção, nossa ênfase se dará especialmente nos dois trabalhos mencionados, cuja temática volta-se às possibilidades advindas da operação de deformação e desprogramação do espaço construído e das relações tecidas entre público e privado e entre público desejado e indesejado. Zamora produz, a fim e a cabo, uma inversão de olhar: não mais do centro para a periferia, mas uma mirada das margens ao centro.

Uma primeira experiência estética e política

Jacques Rancière pensa a estética vinculada diretamente à política. Para ele, a estética não é um campo da arte que organiza e classifica obras artísticas, é muito mais do que isso. É um *regime de identificação* que posiciona a arte não como uma coleção de objetos artísticos, mas como um tipo de experiência que produz modos de fazer, modos de ser e modos de ver.

Essa maneira de ver e de construir um pensamento, oriundo da estética, expresso a partir de experiências artísticas, é em si um ato político. Na acepção de Rancière, política não é um arranjo ou um processo de negociação entre agentes discordantes, mas é sobretudo um movimento de ruptura. Política como um ato, permite que uma determinada ordem consensual e discriminatória seja posta em questão. O ato político é a ruptura dessa estabilidade a qual ele chama de *polícia* para contrapor à noção de *política*. Polícia, para ele, é consenso, arranjo, concordância, estabilidade; enquanto política frente a um

[...] princípio de igualdade transforma-se em repartição das partes de comunidade ao modo de um embaraço: em que coisas existe e não existe igualdade entre quem e quem? O que são essas “coisas”, quem são esses “quem”? (RANCIÈRE, 2018, p. 9).

Assim, o ato político é aquela ação que dá visibilidade e põe em cena essa repartição das partes, portanto se constitui como dissenso, desorganização, discordância e instabilidade. Por que então a estética está atrelada à política? Porque quando a arte produz um certo desconforto nas certezas já postas, ela está, imediatamente,



Figura 1 - Héctor Zamora, Paracaidista, Av. Revolución 1608 bis, Cidade do México, 2004. Foto: Fernando Medellín. Fonte: <https://isd.com.mx/artwork/paracaidista-av-revolucion-1608-bis/>

produzindo um pensamento político. Não há como separar, para Rancière, estética e política. E é justamente isso que a prática artística de Zamora produz: política.

O trabalho *Paracaidista, Av. Revolución 1608 bis*, data de 2004 (figura 1). O termo *paracaidista* significa tanto paraquedista quanto, no México, é usado para designar aquele que ocupa um terreno de forma irregular. Já no título Zamora faz referência à realidade de um número significativo de sujeitos que ocupam, de maneira *irregular*, as periferias das cidades, fortemente visíveis em contextos latino americanos.

Zamora constrói uma estrutura efêmera que toma conta das fachadas cegas do *Museo Carillo Gil*, na cidade do México, partindo da noção de relação simbiótica e parasitária. O *barraco suspenso* utiliza técnicas e materiais típicos da autoconstrução informal que ocupa tanto as periferias quanto as pequenas cidades mexicanas, e se torna moradia temporária de Zamora ao longo de 3 meses. Durante esse período e também ao longo da construção, o artista negocia com a cidade, com a instituição cultural e com seu público visitante, por meio de ações imprevistas num processo bastante dissensual que se projeta sobre o espaço público. Zamora coloniza a fachada do museu (uma estrutura cultural moderno-burguesa), a partir de sua intervenção clandestina.

Nesse ato político e estético, Zamora introduz a lógica estética das minorias como uma interferência em uma estética da ordem do *maior*. Ele não leva a discussão dos centros para a periferia, mas traz para o centro a expressão das margens. Se pensarmos pela noção de *menor*, o que ele produz é um ato político que expõe as diferenças na produção do espaço das cidades. Sim, talvez seja apenas um recorte, mas é um recorte significativo das desigualdades das cidades contemporâneas e das formas de produzir espaço em diferentes escalas: uma interferência *menor*, da escala do habitar privado, em um espaço museal, público, de caráter monumental e metropolitano.

Então lá estava aquela superdimensionada estrutura disforme, pendurada na fachada do museu, parasitando o espaço público, atrapalhando o tráfego de pedestres e poluindo a paisagem do nobre bairro de *San Ángel*. Uma geringonça que parecia brotar do edifício, construída com restos e sobras urbanas, como um barraco desses que há nas favelas e periferias, com materiais descontraídos como tapumes, telhas e papelão, numa junção caótica de coisas fora de escala.



A escada (figura 2) era uma ameaça à estabilidade e sua instalação naquele local uma afronta aos cidadãos *de bem* da vizinhança. O habitat informal usava de *gatos* para sugar luz e água do museu e fazia da calçada seu jardim. Por que foi criada? Quem poderia viver nessas condições? Que tipo de intervenção é esta e quem deixou que permanecesse ali? Pensando pela lógica *menor*, podemos nos perguntar: que tipo de narrativa urbana se apresenta a partir dessa experiência estética? O que Zamora *desterritorializa* com seu novo habitat? Como esse trabalho produz uma narrativa política? Qual coletivo o artista põe em evidência?

Pensar a produção do espaço pelo *menor* é inverter o olhar. É retirar a mirada das certezas e da *boa arquitetura* e posicioná-la a contrapelo, como dizia Walter Benjamin. É olhar a produção do espaço a partir das margens.

Se o Habitar Maior é tudo aquilo que está em conformidade com a lei e com seus pressupostos jurídicos e fundamentalmente econômicos, um habitar menor é tudo aquilo que vaza e escapa a esses processos de jurisdição. O Habitar Menor não está por fora de um Habitar Maior. Pelo contrário, demonstra por dentro de um Habitar Maior quando e como está sempre excluído, e desde sempre, incluído como o excluído. Ou seja, habita sempre por dentro de maneira incluída com sua marca de exclusão. (REYES, 2019, p. 07).

É justamente esse movimento, por dentro de uma lógica *maior*, que Zamora produz a partir de sua intervenção. O artista desloca para o centro uma estética que é expressão da lógica *menor* existente nas periferias urbanas. A interferência projetada, construída e habitada por Zamora ao longo de três meses é um índice que remete à lógica *menor*. O artista trabalha num híbrido entre espaço privado e público, entre oficial e informal, entre arte e aquilo que os arquitetos tradicionalmente rechaçam enquanto arquitetura. O que está em jogo é a visibilidade de uma arquitetura recorrente nas realidades urbanas, principalmente em cidades pequenas e periferias, onde a *boa arquitetura* ou a *arquitetura maior*, dá lugar à existência de um saber-fazer que é da ordem da precariedade e da urgência, a *arquitetura menor*.



A linguagem da autoconstrução, encontrada em abundância em pequenas cidades e nas periferias latino americanas, é reforçada pelo título do trabalho, que alude à situação daquele que ocupa um terreno de forma irregular. *Paracaidista* no linguajar popular mexicano seria o equivalente ao nosso favelado. A favela que o capital expulsa para a periferia, a arte reposiciona no centro, no núcleo territorial de maior valor econômico.

Zamora provoca várias camadas de negociação nesse processo, que inclui o embargo da obra pela prefeitura municipal e o fechamento do museu por um dia, atendendo a reivindicações dos moradores do bairro chique de *San Ángel*, onde se instala. A experiência, no entanto, acaba por se materializar e se converte em moradia por três meses ao longo dos quais Zamora convive, diariamente, com as reações mais diversas da população, da instituição cultural que o abriga, do poder público que o confronta e de críticos e interessados em arte que o parabenizam pela iniciativa. Havia um determinado contexto de subutilização e de precarização das estruturas culturais mexicanas à época, incluindo o *Museo Carillo Gil* em questão. Nesse cenário, segundo a perspectiva de Zamora, a intervenção pode ser considerada uma relação simbiótica, parasitária e/ou epífita, onde o *maior* é rasurado e tensionado o tempo todo pela presença física do *menor*.

O barraco improvisado (figura 3) se beneficia das estruturas físicas do museu, tanto do ponto de vista de sua engenharia e construção, suspensa nas empenas cegas da instituição, quanto do sistema de abastecimento de água, esgoto e energia, que são parcialmente desviados para alimentar a casa provisória de Zamora. O próprio endereço, que compõe o título da obra, remete a esse pequeno desvio que, em espanhol é sinalizado pela palavra *bis* – corresponde a uma espécie de bifurcação em um mesmo endereço, neste caso, o do museu. Por outro lado, o *Museo Carillo Gil* encontrava-se em franco processo de decadência enquanto equipamento cultural, com baixa frequência e pouca atividade, entre outras questões que naqueles anos assolavam a produção artística no país. Com a interferência de Zamora, o museu acaba por receber um incremento considerável de visitas, de interessados, de programas e de visibilidade. Relação simbiótica parasitária, epífita, de mutualismo ou de comensalismo – torna-se uma questão de ponto de vista.

Nas palavras de Rancière,

O sem-teto abandona sua identidade consensual de excluído para se transformar na encarnação da contradição do espaço público: aquele que vive materialmente na rua e que, por esta mesma razão, está excluído do comum e da participação nas decisões sobre os assuntos comuns. (RANCIÈRE, 2005, p. 63).

É como dizem Deleuze e Guattari: estar “à margem ou apartado de sua comunidade frágil, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade.” (2015, p. 37).

Zamora se coloca nessa situação de morador clandestino, habitando o espaço público e tirando proveito material e simbólico do museu instituído como um *paracaidista*. Encarna, assim, a contradição à qual Rancière faz referência. Avancemos nesse pensamento sobre a relação da produção do espaço a partir dessa perspectiva do *menor* como um ato político e estético a partir do olhar de outra experiência artística de Zamora: o *Bar Las Divas*.

Uma segunda experiência estética e política

Assim como em *Paracaidista*, o trabalho intitulado *Bar Las Divas (Sustracción/ Adición)* envolve muitos agentes e conflitos trazidos à tona a partir da intervenção do artista, de forma ainda mais participativa e imprevisível em seu decurso. A experiência é a resposta que Zamora dá ao convite feito pela curadoria do *MDE07: Encuentro Nacional Medellín 2007*, na Colômbia, cujo tema era *Hostilidade/ Hospitalidade*. A sede do evento era novamente um museu, desta vez situado no centro histórico da cidade, em uma praça ocupada intensamente por usuários de drogas e prostitutas. No edifício sede havia um espaço chamado *Sala del Encuentro*, que correspondia ao local de trabalho da curadoria e da produção do evento. É nesta sala que Zamora propõe intervir, a partir da subtração de boa parte da área, a ser destinada a um bar com acesso público voltado para a praça.

A sala originalmente contava com uma grande porta aberta para a rua (figuras 4a e 4b), que estava fechada devido não só a mudanças nas dinâmicas de uso da instituição, mas também à condição do espaço público para onde se abria. O artista projeta e constrói uma parede cega de tijolos (figura 5) rústicos, em formato de semicírculo na *Sala del Encuentro*, que fica reduzida à metade de seu tamanho e se beneficia desta porta que é reaberta, conectando o novo estabelecimento à praça. A decoração do bar (a ser inaugurado na abertura do evento), assim como sua gestão, são delegados a uma equipe de profissionais do sexo atuantes na região e coordenada por Doña Marina, na época vigilante do edifício, diretora da ONG *Corporación Rescatando Valores* e ex-prostituta.

Contrariamente à ideia de projetar cidades para modulares, não se trata aqui de fugir ou negar as diferenças, de usar de eufemismos ou disfarces para encobrir o que destoa. Interessa pensar uma cidade de espaços dinâmicos que permitam às pessoas mudarem, se transformarem, ocuparem mais de um papel, mais de uma posição social, sair de uma classe. O que está posto em questão é o que Deleuze e Guattari chamam de *desterritorialização*, ou seja, rasgar qualquer traço identitário. É possível ver,



Figuras 4a e 4b - Héctor Zamora, Bar Las Divas (Sustracción/ Adición), Medellín, 2007. Fachada do bar (antes e após a intervenção). Fonte: <https://lsd.com.mx/artwork/bar-las-divas-sustraccion-adicion/>

Figura 5 - Héctor Zamora, Bar Las Divas (Sustracción/ Adición), Medellín, 2007. Vista da Sala del Encuentro. Fonte: <https://lsd.com.mx/artwork/bar-las-divas-sustraccion-adicion/>

então, uma possível heterotopia³ surgida a partir da situação configurada pelo evento, reivindicada pelo artista, num movimento de total desterritorialização. Encontramos na experiência estética proposta por Zamora caminhos para a materialização de uma *pólis* heterogênea que integra os desvios, as minorias e as delinquências, sem relegá-los pejorativamente às margens, periferias ou prisões. A experiência estética proposta integra não como uma concessão, mas como um ato político que é sempre tensionador das configurações identitárias.

3 Heterotopias são espaços existentes que funcionam como contra-lugares, como utopias realizadas: lugares existentes que abrigam as situações de crise ou de desvio, nas quais os indivíduos ou grupos afastam-se das regras e das normas sociais convencionais. São lugares “[...] que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas.” (FOUCAULT, 2001, p. 414).

Essa integração, que se expressa como uma conquista, não é o direito recuperado de uma pessoa individual – a Doña Marina –, mas de todo um coletivo que ela representa. Aqui o sujeito tem força de coletivo, diferentemente dos processos neoliberais que reforçam a *capacidade e conquista* individual. O *Eu* perde força para o *Outro como um Coletivo*. Neste trabalho, portanto, a dimensão coletiva presente na lógica *menor* torna-se uma evidência marcada pela nomenclatura “prostitutas”. Estamos aqui falando de heterotopias, como nos dizia Michel de Foucault.

É importante lembrar o quanto a marca de sociedade individualista está presente no processo de urbanização contemporânea, associado a um modo capitalista de produzir espaço. Em cidades pequenas e mesmo em periferias, essa característica individualizante é, em grande medida, tensionada por práticas coletivas e comunitárias onde se estabelecem laços de solidariedade⁴ (fruto, muitas vezes, da necessidade, mas não apenas), fazendo com que a figura da comunidade, da rede de vizinhança, se torne elemento central. Zamora abre espaço para a comunidade de vizinhos do museu, introjeta um novo espaço comunitário, informal, *menor*, na estrutura consolidada que sedia a exposição de arte. Faz do tema *hospitalidade/ hostilidade* um ato político, rasurando a ordem do *maior* em que a instituição se abre para visitantes estrangeiros, convidados internacionais e a chamada elite colombiana, distante geograficamente do museu, para dar as boas vindas, também, à comunidade local da praça.

Trata-se ainda de outro tipo de heterotopia, visto que aqui a heterogeneidade é justamente o que interessa, enquanto processo que se desdobra no tempo. O tempo visto como diferença, como agente de transformação. Zamora não sugere que haja uma mudança nas *identidades* que entram em confronto com sua operação de subtração e adição (como indica o título do trabalho), outrossim sugere uma dilaceração ou rasgadura desses traços da *ordem maior*. Assim, sua ação cria possibilidades políticas, de partilha do sensível, a partir de uma interferência que desestabiliza estruturas maiores colocadas, deforma um edifício, desprograma atividades e usos (por parte da equipe do evento e da população das adjacências).

A posição política expressa na lógica *menor* está expressa naquilo que Deleuze e Guattari dizem quando afirmam que no enunciado já aparece a dimensão política, referindo-se à literatura *menor*. Mas podemos substituir *escritor* por *artista* e contextualizar essa fala na problemática aqui posta. Então, para eles, “[...] o que o escritor [artista] sozinho diz já constitui uma ação comum, e o que ele diz ou faz é necessariamente político, mesmo que os outros não estejam de acordo.” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 37). O que a experiência estética de Zamora produz como enunciado está para além de um manifesto artístico autoral. Ao *borrar* sua identidade como artista, ele gera a abertura de um enunciado que carrega em si um desejo coletivo e, sobretudo, político.

A deformação aqui não ocorre sobre um edifício considerado como monumento moderno e patrimônio arquitetônico da cidade como antes, no *Museo Carrillo Gil*,

⁴ Conforme Angela Maria Endlich indica em sua tese, onde estuda as cidades de Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica, no oeste paranaense, “Os moradores das pequenas cidades, em geral, destacam de forma positiva a hospitalidade, a solidariedade e a afetividade.” (ENDLICH, 2006, p. 392). A autora segue citando diversos autores (como Gaspar, Castro, Gomes e Santos), que indicam a presença de relações primárias, características de cidades pequenas (em oposição às relações secundárias mais distantes e hierarquizadas das grandes cidades), como favoráveis à criação de redes de apoio e solidariedade, com interações horizontais. Porém Ângela invoca o outro lado da moeda, também defendido por autores notórios como Caniello, que observa em cidades pequenas o fenômeno da pessoalização das relações sociais, onde a solidariedade e a reciprocidade se tornam compulsórias, dificultando a instauração de demandas conflitivas. (Idem, p. 393-398). Zamora traz elementos de relações primárias para um ambiente de relações tradicionalmente secundárias, possibilitando o confronto entre tais redes de vizinhança simultaneamente à abertura de uma bienal – evento de natureza urbana e cosmopolita.

porém é igualmente potente, visto que expõe o avesso, os fundos ou a *entrada de serviço* da arte, poderíamos dizer. Enquanto o bar pode ser considerado um sucesso e Doña Maria orgulha-se do empreendimento, fazendo planos para sua abertura em nova sede após o encerramento do evento, a equipe de curadores e produtores tem reações díspares, disputa espaço e reage de maneira menos receptiva à intervenção. A tensão entre hostilidade e hospitalidade deixa de ser um mote externo, como um *slogan* a ser aplicado a outrem e passa a regular as relações internas do evento e de seus organizadores, que se vêm incluídos em dinâmicas inesperadas.

Tais dinâmicas são expressas aqui enquanto manifestação da lógica *menor* sobre a lógica *maior* – não fora dela, se dão totalmente por dentro da ordem institucional, provocando inúmeras rasgaduras em qualquer tipo de hierarquia. O trabalho induz um processo de desterritorialização que, ao eliminar qualquer hierarquia, elimina também a figura do sujeito em prol de um fluxo menos identitário. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação.” (2015, p. 38).

Não há maniqueísmos na ação, no sentido de ser interpretada unilateralmente como poderia parecer num primeiro olhar. Ou seja, Zamora não opera como um *Robin Hood* que tira da elite artística um espaço para ceder (adicionar) à classe pobre da vizinhança. O artista desterritorializa valores antes postos na formalidade e institucionalização, produzindo uma rasura nesses valores a partir da inserção da diversidade de sujeitos. Os públicos são colocados em coexistência, novas relações se produzem desse encontro improvável e não é possível antever o desenrolar de suas repercussões. A brutalidade dos materiais rústicos (tijolos à vista) aqui dialoga com a filigrana das interseções sociais e políticas estabelecidas em um ambiente onde os jogos de Eros mais escondem do que revelam, e assim noite e dia aparecem como diferentes tempos e diferentes durações nos dois lados da obra. A obra não se instala como uma expressão de um artista egoico. Pelo contrário, esse sujeito-artista na sua *invisibilidade* estética atua em prol de uma estética coletiva das margens, garantindo que a estética *maior* seja *perturbada* pela estética *menor*.

Tantas outras palavras para finalizar

Seja em *Paracaidista*, em *Las Divas* ou em outras ações do artista, a desprogramação de usos e a deformação arquitetônica vêm ainda acompanhadas de outras camadas de reflexão e crítica, provocando uma desterritorialização de valores que são postos em cheque a partir de experiências estéticas que se instalam enquanto ações políticas. Algumas dessas ações se dirigem especificamente ao mundo da arte onde Zamora circula, com suas idiosincrasias e sua autopercepção de grupo seletivo, de pessoas instruídas e aptas a usufruir de determinadas experiências estéticas – estéticas da lógica *maior*.

Zamora indica que sua provocação ocorre também nesse âmbito do coletivo, ao colocar trabalhadores braçais, informais, clandestinos, em situação de protagonismo em seus projetos (neste sentido, vale conhecer os bastidores de ambos trabalhos apresentados aqui, bem como de outros posteriores do artista, como *Acima de Tudo* e *Orden y Progreso*). Existe, ao longo de sua trajetória artística, uma potente desconstrução da figura do sujeito como agente individual/autor da ação, para evidenciar os fluxos que se criam nos processos de agenciamentos coletivos de enunciação.

Ao garantir autonomia de ação e de expressão ao coletivo simbolizado na figura de Doña Marina, gestora do bar (e proponente do nome *Las Divas*), Zamora entende que sua contribuição enquanto artista deva ser limitada a alguns gestos disparadores



e não a um controle e supervisão dos projetos enquanto produtos prontos a serem executados e expostos/ cristalizados. O papel coletivo que Doña Marina desempenha desafia e desestabiliza os consensos e hierarquias do próprio evento artístico em que se insere. Doña Marina e os ocupantes do *Las Divas* (figura 6) aqui nos sinalizam para a iminência do *menor*.

Cabe ressaltar que o *menor* nem em Deleuze ou Guattari, tampouco em Rancière, se dirige ao menos capaz, menos importante. Apesar de Rancière não utilizar essa expressão (*menor*), o autor alerta para o perigoso conceito de minoridade atrelado à falta de capacidade para usufruir de experiências sensíveis, como prescreveram a seu tempo Platão e Aristóteles e como seguiram fazendo, segundo o autor, as classes dominantes dos dois últimos séculos. O discurso do menos capaz é o discurso da lógica *maior* como forma de impor ao outro um lugar de não reconhecimento.

A manutenção *harmoniosa* de cada classe em seu lugar e de cada um em seu papel seria o que Rancière chama de *partilha policial do sensível*: uma noção forjada na ideia de inferioridade dos trabalhadores que deveriam ser mantidos em suas ocupações, espaços e tempos condizentes com suas “capacidades de sentir, de dizer e de fazer que convém a essas atividades.” (RANCIÈRE, 2010, p. 64).

De acordo com Rancière, a postura das classes dominantes, inclusive de intelectuais, desde a metade do século XIX, foi a de evitar a ruptura desse elo criado entre ocupação e capacidade. Para isso, intensificou-se a ideia de que os *pobres trabalhadores despreparados* não poderiam ser expostos às experiências estéticas que ali se inauguravam:

Havia demasiados estímulos desencadeados de todos os lados, [...] demasiadas imagens de prazeres possíveis postas em frente dos olhos dos pobres das grandes cidades, demasiados conhecimentos novos vertidos para dentro das frágeis cabeças dos filhos do povo. Essa excitação da energia nervosa dos destinatários era um sério perigo. O que daí resultava era um desencadeamento de apetites desconhecidos que, a curto prazo, produziam novos ataques contra a

ordem social, e que, a longo prazo, conduziavam ao esgotamento da raça trabalhadora e da sua solidez. [...] Era esta de fato a grande angústia das elites do século XIX: a angústia perante a circulação dessas formas inéditas de experiência vivida, capazes de dar a qualquer indivíduo que passa na rua, a qualquer visitante ou qualquer leitor os materiais suscetíveis de contribuir para a reconfiguração do seu mundo vivido. Esta multiplicação de encontros inéditos representava também o despertar de capacidades inéditas nos corpos populares. A emancipação, ou seja, o dismantelamento da velha partilha do visível, do pensável e do fazível, alimentou-se dessa multiplicação (RANCIÈRE, 2010, p. 69-70).

A pauta das exclusões sociais expressas nos inúmeros casos ao longo da história e em diferentes realidades nacionais que carregam em si o estigma do inferior, como incapazes, impossibilitados, inválidos e toda uma gama de enunciados expressos por um discurso de desqualificação precisam ainda ser evidenciados para que sejam combatidos.

O que Gilles Deleuze e Félix Guattari ainda trazem de contribuição a esse debate é o fato de posicionar o problema da exclusão por dentro da inclusão – o *menor* por dentro da lógica *maior*. Ou seja, é justamente numa construção dialética que surge nos processos de agenciamentos coletivos de enunciação que a força do minoritário ressurge como potência e não como desqualificação. O *menor* aqui produz. E produz consciência política, reconhecimento do outro como força do coletivo – traços esses que permitem que as amarras identitárias e hierárquicas comecem a desmoronar.

Não menos importante é a contribuição de Jacques Rancière ao aproximar a estética da política. Ao retirar a estética do âmbito da classificação da arte em movimentos ou períodos históricos, ou ainda por não a considerar como maneira de pensar o belo, o autor instala a estética na vida cotidiana como modos de fazer, de ver e de dizer. Isto é, toda e qualquer obra artística tem o compromisso de, ao ser inserida na vida vivida, produzir borrões e rasuras nos traços identitários que produzem exclusão. E essas rasuras são capazes de construir novos modos de pensar que sejam mais inclusivos e porosos, menos estáticos e pré-determinados. Essa rasuras são insubmissas, irrompendo em fluxos contrários ao tradicional movimento centro-margem. Ao reconhecer o valor de experiências estéticas produzidas por *um qualquer*, por uma comunidade dita periférica, o que se busca não é a legitimação de uma produção para que seja incorporada à lógica do maior, sua inserção no mercado e na *arte oficial*, dos museus. O que se busca é justamente a verificação de diferentes modos de produzir espaço, de produzir cidades e experiências estéticas igualmente válidas, potentes e necessárias, além de explicitar a maneira precária como determinados grupos sociais são obrigados a viver. Esses movimentos estéticos só são possíveis quando vêm acompanhados de uma força política de ruptura das realidades excludentes.

É nesse contexto que a prática artística de Héctor Zamora se instala não só como um trabalho de arte que habita museus, mas cuja força reside, sobretudo, em uma visão de mundo que se pauta pela inclusão. A arte aqui funciona menos como um ato panfletário e mais como um forte ato político que coloca em questão o problema das diferenças sociais e a vida ordinária das cidades, em todas as suas escalas, como geradoras de exclusão. Zamora produz estética carregada de traços políticos. Político no sentido posto por Jacques Rancière e que aqui parece criar um encadeamento que opera entre a ética e a estética, o poético e o político.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. *Sobre Políticas Estéticas*. Barcelona: MACBA / UAB, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.

REYES, Paulo. Um habitar menor. *Pós, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU USP*, São Paulo, v.26, n.49, e159015, 2019.

PELOS USOS MENORES

Um pequeno território das práticas artísticas banais

FOR MINOR USES
A small territory of
banal artistic practices

Thiago Heinemann Rodeghiero¹

Resumo

Este artigo versa sobre o fazer artístico de pequeno território de artista e suas imbricações conceituais. Coloca-se a formulação de minoridade de Gilles Deleuze e Félix Guattari a fazer composição com a série de trabalhos artísticos do pequeno território e das práticas banais de artista. Tal análise se justifica ao pensar a cidade, em suas frestas e brechas, como potência artística. Desterritorializada, política e coletiva, a minoridade das práticas em arte-cidade surge como intensidades do plano de consistência deste artigo. O método que constrói esse texto é feito ao modo de uma cartografia deleuze-guattariana e explorada através das pistas e dos signos de processualidade oriundas dos meios e trajetos existenciais percorridos.

Palavras-chave: arte contemporânea, Filosofias da Diferença, cidade, linguagem menor.

Abstract

This article says about the artistic work of a small artist's territory and its conceptual effects. It puts the formulation of minority of Gilles Deleuze and Félix Guattari to make composition with the series of artistic works of the small territory and the banal practices of the artist. It is justified when thinking of the city, in its cracks and gaps, as an artistic power. Deterritorialized, political and collective, the minority of practices in art-city appears as intensities of the consistency plan of this article. The method that constructs this text is made in the manner of a deleuze-guattarian cartography and explored through the clues and signs of procedurality coming from the existential means and paths traveled.

Keywords: contemporary art, Difference Philosophies, city, minor language.

Introdução

Este artigo diz das linguagens menores nas frestas de processos artísticos que têm a paisagem da cidade como potência. É um exercício de colocar uma poética como forma de pensar os usos menores da urbe; debruça-se sobre uma pergunta: como criar um processo ético-artístico que faz da cidade menor seu habitat? Para tanto, apropria-se e amalgama-se de conceitos deleuze-guattarianos para dizer dos vazamentos estruturais que as práticas poéticas menores tensionam; desenha-se num método que se faz ao modo de uma cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 2010) que tem uma força passarinhar que voa pelos meios e trajetos do território existencial.

Em seu livro dedicado a Kafka, Deleuze e Guattari (2015) elencam três características das literaturas menores: a desterritorialização, a política e a coletividade. Fugindo das estruturas literárias, eles dão forma a uma saída pela potência de escrever como enfrentamento da linguagem. Para os filósofos da diferença, esta maneira de escrever rompe com os virtuosismos, identificações, imitações e mímeses para ser um caso de devir (DELEUZE, 2011).

Neste sentido, este artigo pretende colocar uma poética visual a tensionar o conceito de literatura menor proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2015). Um mapa conceitual se forma como forma de acompanhar os processos e as formas germinais de diferença que pululam ao fazer encontros inusitados. As pequenas cidades que surgem desses afectos (*Idem*, 2010) fazem da arte e da filosofia sua consistência.

Tracejada metodologicamente numa cartografia como proposta por Deleuze e Guattari (2010), esta pesquisa dá novas fronteiras às formas e forças germinais de pensamento. Pretende-se criar, pelas intensidades que surgem, fazer uma relação entre a poética do pesquisador e as pequenas cidades, tensionando os elementos extensivos dos mapas pelos quais ela sobrevoa com sua força e intensidades passarinhar. A poética visual do banal e seu vídeo da *Série Pequeno Território*, os artistas com a qual dialoga, a cidade como meio e trajeto a ser vazado e o conceito de literatura menor visto em Kafka (DELEUZE; GUATTARI, 2015) são os elementos que se dispõem numa extensão, fazendo o texto se debruçar sobre elas.

Entende-se e se alonga o termo escrever e o faz inscrever, um ato da imanência em crer e ver. Crer ao fazer das ordens que a expressão induz a serem obedecidas, com os discursos indiretos fortes o suficiente para fazê-las incrustarem-se em outros sentidos e desassociá-las dos significados hegemônicos (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Ver como ato ativo e reativo, pois o que vemos é o que nos olha, modificando-nos e mudando de posição e dando aura ao que está por “baixo, escondido, presente, jacente” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 39).

Para criar uma composição cartográfica, este artigo desdobra o capítulo *Série Pequeno Território*, da dissertação desenvolvida pelo autor-pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (RODEGHIERO, 2019), aqui reinventado e tensionado com a conceituação de minoridade e, deste encontro, mostram-se algumas formas e forças para ver a cidade através dos processos artísticos (Poética do Banal) e das suas forças menores. Ao traçar o processo de composição, criou-se uma ética que assume um “papel de heterogeneidade, [...] que faz fugir o conjunto, e que quebra a estrutura simbólica” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 16).

Literatura Menor

Para Deleuze e Guattari (2015), uma literatura menor é formada por três aspectos

¹ Pesquisador e Técnico em Edição de Imagens da Universidade Federal de Pelotas; Mestre em Educação pelo PPGE/UFPel; thiagoalfa@gmail.com

principais: a desterritorialização, a política e a coletividade. Já aqui se destaca que ela não é menor por ser pequena, mas sim pela fuga que impõe aos modos maiores, dominantes e estruturados de escrita. Fornecendo variações e outras formas de se colocar em uso, Kafka é um estrangeiro dentro de sua própria língua, a forçando a ganhar outros contornos.

A literatura é desterritorializada, pois faz (fabrica e inventa) uma minoria dentro de uma língua maior. São as impossibilidades de escrever e, no caso de Kafka, de escrever em alemão: de escrever de outro modo. A impossibilidade de não escrever engendra na língua alemã uma variação. A língua alemã de Praga é o sentimento de distância da terra para os judeus de lá e diz da impossibilidade de escrever em outra língua. Constrói-se, então, um sentimento da irreduzível distância com a territorialidade primitiva Tcheca e com a não adequabilidade aos modelos de escrita dita correta.

A segunda característica é política. Numa língua maior – nas grandes literaturas –, os casos individuais tendem a se juntar a outros menos individuais, fazendo blocos tensionadores de maioridade; partem de um universo de dominância e dogmatismo fazendo todos ao seu redor dobrar-se a eles: projetam um povo. Diferentemente, na literatura menor, cada espaço exigido faz parte de um jogo político. O caso individual então é necessário, indispensável, mas aumentado em um microscópio. Nesse caso, triângulos familiares conectam-se a outros: comércio – economia – burocracia – jurídico. Cada um determina seus valores.

Kafka depura o conflito entre pais e filhos na possibilidade de discuti-los não recorrendo a modelos de estruturas familiares. Antes de ir ao cerne dos grandes conflitos, busca na sua casca os estreitamentos com as pequenas fagulhas que fogem do juízo e senso de que seria um seio familiar, impossibilitando o encontro dos casos análogos e colocando a discutir os conflitos internos familiares por eles mesmo. Uma literatura política pronta para usos menores ao crer na força dos casos não generalizantes.

Como terceira característica, a coletividade se faz pela raridade de talentos, em que a falta de mestres e modelos a serem seguidos faz construir não modelos de escrever. O apelo político então contagia as enunciações e convoca-se um povo por vir, um povo não planejado anteriormente que surge pelas necessidades de construir juntos forças povoantes de territórios existenciais ainda em germe.

Enunciados em individuação com escolas e modelos não são dados, pois seriam *tal qual mestre*, e poderiam ser separados da enunciação coletiva. O campo político contaminou o enunciado. O Escritor está à margem de sua comunidade frágil, colocando-a a exprimir outra comunidade potencial. Forjam-se meios de uma outra consciência, outra sensibilidade. Uma máquina revolucionária porvir convoca os que faltam, não se remetendo a um sujeito de enunciação (que seria sua causa) e a um sujeito de enunciado (que dele seria o efeito).

Apontadas as três características, faz-se importante salientar que elas não desqualificam outras literaturas, mas trazem condições para uma revolução no seio daquela que se chama grande. Menor é a revolução dentro da Maior.

Kafka escreve como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. Encontra seu ponto de subdesenvolvimento, seu dialeto, seu terceiro mundo, seu deserto. Não se infla o alemão com recursos de simbolismo ou onirismo, significantes escondidos (reterritorialização simbólica), opta pelo alemão de Praga, tal como ele é, em sua pobreza. Desterritorializa, com seu vocabulário ressecado, vibrando em intensidade, os usos, fazendo deles vetores ao invés de simbolismos, significados ou metáforas. O escritor arranca das línguas uma literatura menor, capaz de escavar a

linguagem, fazendo-a escoar das suas brechas as revoluções sóbrias. Mas uma língua compensa desterritorializações com reterritorializações, dando sentidos e cessando as variações: é um organismo que quer funcionar. Criar uma linguagem para usos menores é fazê-la virar um instrumento ao invés de órgão, atribuindo imagens que fogem do dogmatismo, das metáforas e dos regimes de significados hegemônicos e dando consistência pela potência das variações contidas nas repetições: devir antes de dever. Instrumento pois é operação, espaço fértil de criação ao invés de um órgão que tem como função organizar e instituir hierarquias.

Não optando por usar uma reterritorialização do tcheco, nem no uso hipercultural do alemão, nem um iídiche oral e popular, e sim o alemão de Praga e sua desterritorialização, Kafka cria linhas de fuga numa linguagem que o faz ficar de jejum de suas línguas, de seu povo e dos modelos literários. Fazer o uso menor de uma língua é supor que ela seja única, rara e fecunda, ser um estrangeiro de sua própria língua (DELEUZE; GUATTARI, 2015), inventando e singularizando não somente o léxico, mas o sintático. Assim, para fazer essa minoridade, faz-se necessário arrancar os pontos de subdesenvolvimento e os fazer gritar sóbria e rigorosamente, de modo que indo tão longe não haverá nem cultura nem mito que a compensará: fazer de um grito uma pequena música; fazer as palavras escorregarem de ponta cabeça virando cambalhota; fazer da cidade uma invenção para criar arte.

Série Pequeno Território

Os processos, procedimentos e criações dos trabalhos do pesquisador, em específico na série de trabalhos intitulada *Pequeno Território* compunham numa minoridade e potência neste artigo. Não se faz descrição das ações artísticas ou das imagens propostas mas, sim, “para fazer de seu deslocamento algo visível” (DELEUZE, 2011, p. 90) e experimentando sensações. Abandonam-se também as interpretações (que só querem dizer dos trajetos já feitos e pré-estabelecidos) para criar uma ética dos afectos (DELEUZE; GUATTARI, 2010) que proporcione novas veredas e conexões. Esta poética se move com forças de um passarinho, voando pelas multiplicidades e não trazendo “mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 23). Para tanto, faz-se presente um recorte, um olhar que tensiona os fazeres menores como potência.

As maneiras pelas quais os caminhos são explorados dizem de um mapa, em que o meio e “o trajeto se confunde[m] não só com a subjetividade dos que percorrem um meio, mas com a subjetividade do próprio meio” (DELEUZE, 2011, p. 83). Assim, esta ética dos encontros é constituída por deslocamentos e surge uma força poética como forma de dizer destes encontros.

Indo de encontro às matérias que compõem o território artístico, olha-se para o cotidiano e suas nuances de um território-cidade vislumbrado em veredas poéticas de deslocamento. Povoar este território é [re]existir e sua potência o faz se desterritorializar e movimentar. Reinventando formas de usar e habitar o comum em ressonância com agitações que criam um banal, põem-se em ações e práticas destituídas de convicções, resoluções, asseverações, crenças e firmezas que diluem as homogeneidades que não deixam o pensamento proliferar (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Com o passar do processo que constituiu o território desta poética, foram se destacando as forças passarinhar. No vídeo *Pequeno Território* (Figura 1), o artista utilizou de procedimentos repetitivos e os fez variar para tensionar uma forma de criar as pistas: cores, formas, sons, pensamentos, rastros que diziam das veredas durante



Figura 1 - Pequeno Território, frames e qr-code de vídeo, 2016.
Link: goo.gl/Rwm9yG Fonte: Arquivo Pessoal.

a construção desta poética. Num primeiro momento, captou imagens de aquilo que lhe fazia potência, uma descoberta aos poucos de uma força cidade artiesteira que se mostra pelas suas frestas. Desterritorializa-se o fazer de artista previamente calcado em atelier e o coloca em relação com a cidade, para fazer dela um uso político e discutí-la por ela mesma (DELEUZE; GUATTARI, 2015). A sequência de vídeos, feita neste primeiro movimento, desenha um contorno de cidade-ação e, a cada procedimento, as brechas se mostram.

Os juízos e os gostos de uma boa imagem são dispensados e forças surgem. Reposicionam-se os enquadramentos e o artista tensiona outros trajetos desta cidade: persegue o que o meio habitado pelos usos menores oferece. As maneiras pelas quais se fazem o processo alteram-se e modificam-se conforme se faz, pois “é preciso haver uma necessidade” (DELEUZE, 2016, p. 333) para criar e, neste caso, o procedimento.

Sem uma ordem e caminhos a serem sucedidos imperativamente (KAPROW, 2010), assim como o *Happening*, os comandos gozam de certo grau de liberdade. Esta mudança traz maneiras de mudar as rotas e cria novas maneiras de fazer algo. O cotidiano é explorado por causa de sua banalidade, percebendo suas determinações enunciadas.

Os gestos do artista desenredam a trama gramatical, os signos deixam de se referir a outro e rompem a chamada cadeia significativa (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Assim como Duchamp desapeçou o bom gosto de seus *ready-mades*, a *Série Pequeno Território* “não deve ser um objeto belo, agradável, repulsivo ou sequer interessante” (PAZ, 2014, p. 24), pois impede que as obras sejam apreciadas pelo formalismo da chamada linguagem artística rígida, como pintura, escultura, escultura e fotografia (WOOD, 2002). Nessa relação, o importante é como uma forma de evidenciar os modos pelos quais se faz arte se dá num encadeamento que encontra as minoridades da cidade.

Os procedimentos são feitos como uma espécie de linguagem que pretende romper a redundância do sistema gramatical (DELEUZE; GUATTARI, 2011b) e completá-la na lacuna de referência do significado preestabelecido. A banalidade é um estado de coisas comum que, ao ganhar poder absoluto na desterritorialização, perde sua “cadeia dita significativa” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 64). Novas formas de habitar os fazeres de artista vão sendo criadas, protegendo-se de poderes extraordinários e dando voz a sutilezas invisíveis. Um uso ético-político com “forte coeficiente de desterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 35) não quer planejar as suas ações, mas convidar um conjunto de forças a viver nesse território. O pássaro improvisa o caminho e se põe a variar constantemente suas velocidades.

A série de trabalhos, como nas figuras 2 e 3, são construídas e não são acidentes ou achados sortudos, pois as bicadas no vidro não nos interessam (DELEUZE, 2011). Estas formas que surgem fáceis interrompem o processo, pois tensionam reterritorialização prematuras e desprovidas de criação. O processo tem que investir nos “meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 37) que colocam o fazer e a variação a movimentar o próprio trajeto. Assim, enunciando o caminho pelas imagens captadas, fazendo delas os signos de processualidade deste movimento, desenhando um mapa, convocando um uso coletivo ao renunciar o individual e fundindo-se em uma revoada resulta na produção de uma cidade menor pelas práticas aqui pensadas.

Construir a série é dar lugar à ação dos fazeres artísticos da cidade, vislumbrando as invenções de mundo pelos vetores passarinho que se tensionam nos elementos que os procedimentos vão contornando. “Um passarinho que desconfia, explora, não cessa de cartografar para perceber a melhor composição do seu território” (RODEGHIERO, 2019, p. 67). Esta força dos pássaros é um devir que se alonga numa “potência de um impessoal que não é uma generalidade, mas uma singularidade” (DELEUZE, 2011, p. 13), sem espécies e nem canções, pois cria seu voo em composição com o território.

A série exaure a representação (GIL, 2010) ao perceber que a boa linguagem já não funciona mais para criar uma cidade pela arte. A sensação é maneira pela qual se evita cair nos juízos de um formalismo artístico, criando as potências de fazer variar as poéticas.

O artistarinho descobre que as cores extratonais são desafiadoras, há diferentes perspectivas e maneiras de vê-las. Inclinar a cabeça para o lado não era o bastante, era mais prudente agarrá-las e carregá-las consigo. Cada vez que um caminho era percorrido, elas vibravam de maneira diferente e ganhavam outras formas (RODEGHIERO, 2019, p. 68).

As maneiras homogêneas e hierarquizadas de criar são como uma “tumba do faraó, com sua câmara central inerte” (DELEUZE, 2011, p. 86). Estas formas ditam as regras em todo o trajeto do processo; assim, a *Série Pequeno Território* se faz na escavação,



criando uma toca onde “entrar-se-á, então, por qualquer parte, nenhum vale mais que outra, nenhuma entrada tem privilégio, ainda que seja quase um impasse, uma trincheira estreita, um sifão, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 9).

Os modelos tensionam a reprodução instantânea e um mundo empobrecido. O procedimento de capturar em vídeo o inventário de objeto recorre aos estratos, mas cria uma tensão ao seu uso. No decorrer do registro de imagens, observou-se que a sobreposição e hierarquia ainda era uma constante, parecendo que algo impedia a designificação.

As sensações que são colhidas durante o processo não são dadas nem objetificáveis. Rumores surgem pela observação do que já foi captado de imagem. Assim, o artista se avizinha com o devir pássaro e

sabia que dentro daquele fruto havia algo, mas tinha de encontrar um modo de abri-lo. Talvez, seu bico ainda não estivesse preparado para prová-lo. Isso o fez ter coragem de agarrá-lo e voar com ele. Jogou-o bem do alto e, quando caiu no solo, notou que brotou uma árvore: era uma semente (RODEGHIERO, 2019, p. 70).

Alternando sua forma de fazer, o artista olha para baixo de maneira a constituir uma forma de conteúdo com a cabeça-curvada e forma de expressão nos retratos-fotos do procedimento (DELEUZE; GUATTARI, 2015). As perguntas “Por que o artista fuma em uma janela? Por que inseri-lo no vídeo?” (RODEGHIERO, 2019, p. 71) surgem e criam linhas de fuga do território habitado, indo buscar outros procedimentos e novas orientações e “o pássaro descobre que come flores ao perceber o seu ambiente e, mesmo retornando aos estratos, dá-lhes novas formas” (*Idem*). A transformação



proposta pelo fazer cria o germe de uma nova terra.

O artista se depara com um ninho heterogêneo composto de fibra óptica, plástico e palha (Figura 4). O pássaro soube criar conexões e fazer variar com os elementos que tinha à disposição. Assim, uma pergunta surge: como remover a homogeneidade dos modelos de uma cidade-arte-poética? Ao construir seu ninho, o pássaro constitui para si uma marca territorial no hibridismo que este lhe ofereceu e inventa uma maneira de criar a sua toca-imagem.

Conforme o procedimento ganha consistência, a desterritorialização cria abstrações nos elementos que ela capta (Figura 5), uma máquina abstrata que não quer significar os signos (DELEUZE; GUATTARI, 2011b) para poder criar novas conexões e relações. Aos poucos, uma desterritorialização absoluta e relativa tensiona os fazeres de uma cidade-arte-poética.

A primeira etapa tensiona o *Pequeno Território* a ser combinado com o que lhe é familiar, mas mantendo ainda uma diferenciação de elementos. As suas matérias ainda recorrem a uma zona de centralidade. Esta etapa mostrou-se importante para criar agitações que tensionariam as forças a surgirem. O devir surge deste processo, pois é ele “que subtende o trajeto, como as forças intensivas subtendem as forças motrizes” (DELEUZE, 2011, p. 88). Este primeiro movimento é de importância, pois é dele que se sai da inércia e vislumbra-se a possibilidade de criar e montar novos agenciamentos a partir do território habitado. O artista necessitou que algo agitasse o seu território e o pusesse em conflito com as certezas e representações dos seus fazeres artísticos. Só quando os elementos são atritados é que as ressonâncias criam zonas de relação livre das moralizações e juízos empobrecedores.



Figura 4 - Ninho de fios, fotografia, 2017. Fonte: Arquivo Pessoal.

O caminho é traçado e o devir pássaro voa cada vez mais longe, sai de seu ninho seguro, pois suas asas mudaram de tom. Ele cria um território seguro, é um caos (RAZÃO INADEQUADA, 2017), porém ainda sente a necessidade de aventurar-se mais longe. Será que tem coragem? A criação de uma ética passarinheira tensiona a vontade de insurgir-se para territórios cada vez mais longínquos, mas “Reconhecer o que lhe rodeia é a primeira forma de ensaiar novas terras, de ter fôlego para ir longe: encarar um pouco de caos e recortá-lo. Às vezes, descansa-se em alguma árvore” (RODEGHIERO, 2019, p. 75).

Em um segundo momento, anuncia-se o artista e seu percurso e como este se movimenta. O fantasma de se perder no caos habita o procedimento, mas, deste movimento, algo é pinçado e muda o território, trazendo outras formas de fazedura. O corpo entra em relação com a cidade, visualizando as direções ainda não vistas.

Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto. Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto. É que Narciso acha feio o que não é espelho. E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho. Nada do que não era antes quando não somos mutantes (VELOSO, 1978).

Nesta deambulação, o artistarinho faz referência a Duchamp (PAZ, 2014), que tomava um espaço do ninho depositando suas criações, modulando suas sonoridades aos ventos e formando música. O artista dos *ready-mades* rouba sonoridades prontas e as faz vibrar como se fosse dele. Os procedimentos tensionam pistas que fazem aderência com a poética e a cidade.

Uma nova frequência [que] começa a preencher o espaço, uma revoada de sensações que surgiram desta apropriação fez o pequeno pássaro artista querer voar mais alto. Suas asas tremulavam, tinha

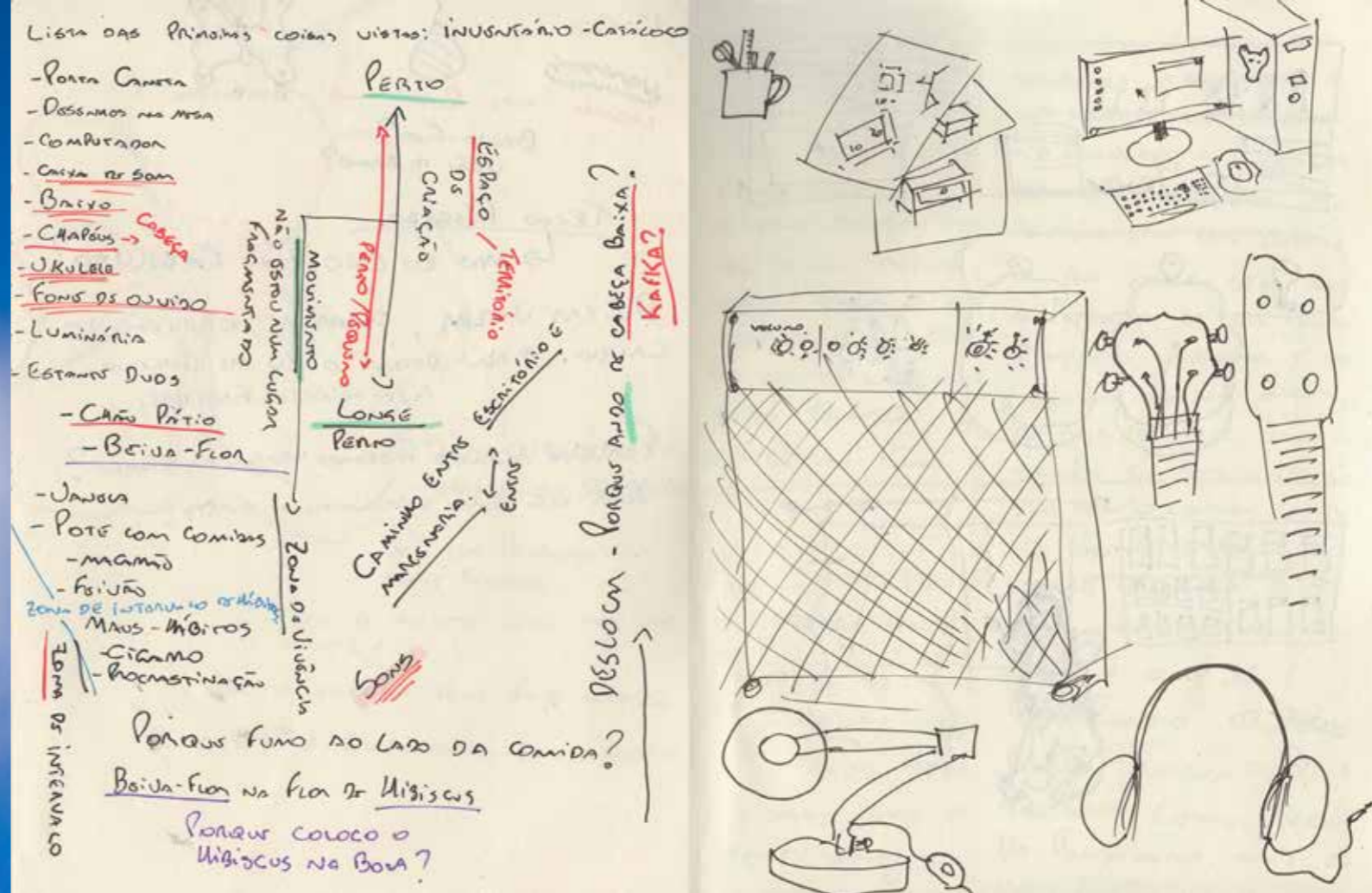


Figura 5 - Desenhos e anotações: rastros, anotações em caderno de acompanhamento de processo, 2016. Fonte: Arquivo Pessoal.

vida própria, elas o levavam para caminhos que ainda não tinha feito (RODEGHIERO, 2019, p. 76).

As rotas eram a modulação e variação do território e nos encontros feitos com uma “linha de força, silenciosa e imperceptível” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 276) se fazem trabalhos orientados pelas intensidades e frequências do devir pássaro avizinhas no artista. Os procedimentos são os operadores do processo e de como as imagens tensionam as zonas de criação.

As imagens que surgem são a invenção das maneiras de dizer sobre os lugares do artista na cidade. Para tanto, “As flores são mastigadas, elas ganham um novo sabor: mesmo sem um sentido claro, surgem sensações. Anteriormente, eram apenas rastros e, agora, são alimentos, pois se parou de esperar caírem do céu” (RODEGHIERO, 2019, p. 77)

A desterritorialização chega no seu auge, e a invenção de uma nova terra é tensionada pelas intensidades que esta operou, desenhando-se num *Pequeno Território* de artista que tem a cidade e o cotidiano como lugares de potência. Feito de elementos e matérias sem formas definitivas, leva as operações e os procedimentos a encontros frutíferos e inusitados, dispensando reterritorializações em velhas formas e modelos de boas práticas artísticas. Uma ética do banal que tensiona fazeres e cria diferenças.

Sem necessitar dos significados e dos significantes ajuizadores, as práticas artísticas das Poéticas Banais criam uma semiologia heterogênea que não depende mais de um dicionário de boas práticas para fazer arte. Assim, faz-se uma linguagem da arte que prolifera como erva daninha (DELEUZE; GUATTARI, 2011a), contornando as semiologias generalizantes, descartando as dominações linguageiras maiores e removendo as codificações de seus elementos (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

Considerações

Numa experimentação que tensiona arte, cidade e filosofia, este artigo procurou movimentar-se, dentro de um plano de consistência, na busca de uma minoridade como forma de resistência às forças dogmáticas e potencializadora de fazeres artísticos. Foi nas Filosofias da Diferença que se pensaram as formas e forças propositiva à criação, logo, buscaram-se nos sentidos e sensações as desconstruções das hegemonias de linguagem presentes nos significantes existentes em prol de uma subjetivação mais flexível (ROLNIK, 2016).

Percorreu-se um território e traçou-se um plano pelo movimento conceitual que foi se formando, fazendo uma prática artística surgir ao se misturar com a cidade. Nessas modificações, os usos menores aceleraram as desterritorializações de uma poética artística.

A banalidade de uma prática poética, que tem a cidade como espaço de ação, e sua série de trabalhos, põe a vislumbrar as possibilidades que os processos de linguagem menor (por fora das estruturas) podem tomar ao desconstruir os significantes dominantes. O movimento que os usos menores podem engendrar ajudam a buscar e perceber outras formas possíveis de cidade e arte que não dependam dos ditos bons modelos e estruturas. Assim, pensar a diferença sem se deixar levar pelas misturas prontas é encontrar as possibilidades de transformação.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos: texto e entrevista (1975-1995)*. Tradução: Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia 2. vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia 2. vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- GIL, José. *A arte como linguagem*. A última lição. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.
- KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal*, Rev. Psicol. 2013, vol. 25, n. 2, p. 263-280.
- KAPROW, Allan. Como fazer um happening. 1966. In: SEVERO, André; BERNARDES, Maria Helena (cur.), *Horizonte Expandido*, Santander Cultural, Porto Alegre, 2010.
- PAZ, Octávio. *Marcel Duchamp*, ou, O castelo da pureza. São Paulo: Perspectiva,

2014.

RAZÃO INADEQUADA. Deleuze – Do caos ao caos. *Razão Inadequada*, 2017. Disponível em: <https://razoainadequada.com/2017/12/27/deleuze-do-caos-ao-cais/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

RODEGHIERO, Thiago Heinemann. *Obra-Aula: processos, procedimentos e criação de uma docência passarinho*. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

VELOSO, Caetano. Sampa. Rio de Janeiro: CBD Phonogram, 1978. Disponível em: <https://bit.ly/2TQ06yR>. Acesso em 23 mar. 2021.

WOOD, Paul. *Arte Conceitual*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2002.

O ESPAÇO DE FORA

Experiências poético-educativas em artes visuais no espaço urbano

THE SPACE OUTSIDE
Poetic-educational experiences in visual arts in the urban space

Giuliana Picolo Bertinetti¹ e Guilherme Susin Sirtoli²

Resumo

Neste trabalho, discute-se a experimentação no âmbito de artes visuais para além dos espaços educativos fechados. Para tal, analisamos a proposição coletiva *Divisor* (1968) da artista brasileira Lygia Pape e as experiências propostas nos *Domingos da Criação* (1971) organizadas pelo crítico e curador Frederico Moraes. Partindo das análises, foi possível perceber a experimentação coletiva em arte enquanto meio para experiências formadoras (DEWEY, 2010), compreendendo a arte/educação enquanto potência capaz de integrar sujeito e espaço urbano. Considerando que o cotidiano de grandes cidades muitas vezes afasta os vínculos que seus cidadãos possuem com os lugares, experiências em arte/educação surgem enquanto potências capazes de modificar e estabelecer relações entre habitante e urbe, transformando a cidade por vezes em um espaço *menor*, com maiores vínculos e afetos.

Palavras-chave: artes visuais, arte/educação, experiência, cidade, lugar.

Abstract

This work discusses experimentation in the field of visual arts beyond closed educational spaces. To this end, we analyze the collective proposition Divisor (1968) by the Brazilian artist Lygia Pape and the experiences proposed in Domingos da Criação (1971) organized by the critic and curator Frederico Moraes. Based on the analyses, it was possible to perceive collective experimentation in art as a means for formative experiences (DEWEY, 2010), understanding art/education as a power capable of integrating subject and urban space. Considering that the daily life of large cities often distances the bonds that their citizens have with places, some experiences in art/education emerge as powers capable of modifying and establishing relationships between the inhabitant and the city, sometimes transforming the city into a smaller space, with greater bonds and affections.

Keywords: visual arts, art/education, experience, city, place.

¹ Mestranda em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas (PPGAVI/UFPel). Arquiteta e Urbanista (UFPel, 2019). É ilustradora e trabalha como artista visual no Mirada Estúdio Criativo, que dirige desde 2019 como sócia-fundadora. bertinettigiuliana@gmail.com

² Mestrando em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas (PPGAVI/UFPel). Especialista em Artes (UFPel, 2021). Licenciado em Artes Visuais (UFPel, 2020). Professor de Artes do Magistério Público Estadual, atuando no ensino fundamental e médio. guisusinsirtoli@gmail.com

Introdução

A contemporaneidade nos faz cada vez mais seres reflexivos com os territórios que habitamos, espaços estes cada vez mais concretos e palpáveis, cada vez menos feitos de sonhos e da subjetividade. Ao adentrarmos o percurso de vida de um indivíduo, entendemos que certos lugares guardam o *eu* no mundo, aprofundando os limites do singular dentro de um todo que se vive. De início compreendemos que o nosso primeiro lugar é a casa que habitamos: “pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, 1993, p. 24). Esse cosmos, como nos aponta Bachelard, é circundado por barreiras emocionais daqueles que nos são mais próximos desde o primeiro momento de vida. O contato com o outro, o estranho a esse círculo, fica a cargo do segundo espaço: a escola. É nesse território que acontece o primeiro alcance enquanto indivíduo em sociedade.

Nesse sentido, a escola surge como espaço onde há o primeiro contato com o outro que difere da família, até então tido enquanto estranho e distante, partindo do conjunto de princípios individuais que se mesclam na construção de valores comunitários. Em síntese, este lugar acaba sendo um espaço efetivo de construção da subjetividade, onde o desenvolvimento é possível através das emoções, sentidos e sensações. Dessa forma, esse é o *segundo espaço* que habitamos na vida, após a casa. E aqui compreendemos o sentido de habitar enquanto:

Habitar é, ao mesmo tempo, um evento e uma qualidade mental e experimental e um cenário funcional, material e técnico. [...] O ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados (PALLASMAA, 2017, p. 8).

Esse local, quando verdadeiramente habitado por nós, compreende o processo construção do cidadão, dos valores morais e éticos, que reverberam na sociedade que ali habita. Os espaços educativos são, portanto, lugares de crescimento, de invenção e reinvenção pessoal, pautados não só no momento presente, bem como também na memória. E, à medida que se recorre a experimentação dessas memórias, sua imagem poética torna-se superior à imagem significativa.

Afastados do contexto presencial e das relações construídas no ambiente físico, por conta da crise sanitária e pandêmica que continua assolando o Brasil em meados de 2021, o pensar sobre os espaços de ensino que já estavam introjetados em nosso cotidiano se tornou mais intenso e emergente. Na concepção de que a casa voltou a ser o nosso único espaço de habitação, a construção comunitária para além de seus limites físicos tornou-se possível com as inúmeras possibilidades de interação virtual graças ao avanço tecnológico. Tais interatividades não substituem as relações físicas, mas promovem um novo tipo de relação que viemos descobrindo cada vez mais todos os dias. Com a pandemia se estendendo por mais tempo do que imaginávamos, as interações com o mundo ao redor passaram a ser, em sua maior parte, mediadas pelas redes sociais.

Ao passo que refletimos sobre o mundo contemporâneo, nos questionamos acerca dos espaços de ensino e as interações desenvolvidas nesses locais. Seriam espaços de amplas e abertas possibilidades ou limitadores das experiências? Mesmo com o pensar e (re)pensar sobre as práticas educativas na contemporaneidade, ainda estamos limitados pelo lugar físico da escola e suas inúmeras restrições imbricadas.

Tal problemática vem sendo abordada desde meados do século XX, por inúmeros pensadores e pesquisas dentro da academia. Em *Surveiller et Punir*,³ Michel Foucault (2005) relaciona o espaço da sala de aula com as prisões, traçando paralelos comuns entre ambos:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente (FOUCAULT, 2005, p. 126).

Como nos mostra o autor, as práticas de controle no espaço escolar começavam desde a ordenação dos alunos por fileiras, até a aplicação de tarefas e provas. Sabemos que tais práticas continuam reverberando no contemporâneo e ainda fazem parte de algumas formas de ensino, restringindo e moldando as subjetividades dos sujeitos: “O fato é que, com nova maquiagem, o chamado ensino tradicional, debruçado sobre conteúdos fixos aliados à pedagogia tecnicista, acrítica, ressurgiu no compromisso em se vencer o conteúdo no prazo estipulado” (DAVID, 2015, p. 133). Essas táticas estabelecem e perpetuam uma hierarquia de poder entre o professor e o aluno, próprias da lógica do ensino tecnicista. O interesse principal dessa forma de ensino é “produzir indivíduos ‘competentes’ para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais” (MARQUES, 2012, p. 3). Nessa lógica, vista enquanto uma pedagogia não-dialógica, o professor desempenha o papel de executor do conhecimento e o aluno é visto enquanto o ser ignorante, ou seja, um mero receptor. Assim, o ensino tecnicista e ordenado ensina e separa aluno e professor por abismos, exemplificados pela relação *mestre e ignorante*:

O que o mestre sabe, o que o protocolo de transmissão do saber ensina em primeiro lugar ao aluno é que a ignorância não é um saber menor, é o posto do saber, porque o saber não é um conjunto de conhecimentos é uma posição. A exata distância é a distância que nenhuma régua mede, a distância que se comprova tão somente pelo jogo das posições ocupadas (RANCIÈRE, 2017, p. 14).

Refletindo sobre tais questões, se faz necessário repensar em formas e espaços potencialmente educativos, capazes de aproximar cada vez mais os indivíduos a partilharem experiências formadoras significantes, que modifiquem a vida de cada um: “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (FREIRE, 2014, p. 45). Repensar os espaços educativos para que seja possível estabelecer novas relações que vão contra a lógica tecnicista de ensino formal da sociedade disciplinar, como nos aponta Foucault (2005), se faz necessário, na compreensão de que tal lógica de ensino não faz mais sentido no período contemporâneo. Construir espaços potencializadores da educação, onde seja possível para os cidadãos experimentarem e aprenderem de forma coletiva é ir ao encontro de uma educação como prática da liberdade, como propôs Freire (2014).

Neste trabalho, buscamos vislumbrar a cidade enquanto este espaço de construção

coletiva de conhecimento e experiências formadoras. As pequenas cidades, que também partilham de todas as contradições da contemporaneidade, sendo por vezes marcadas pelas desigualdades e inseguranças, geralmente possuem um ritmo de vida mais lento e ameno, possibilitando que seus cidadãos criem maiores vínculos afetivos. Ao passo que ocorre dedicação para vivenciar as experiências propostas pela arte/educação, espaços inseridos em grandes metrópoles podem se transformar em *lugares menores*, mais sensíveis. Assim, a arte/educação e suas inúmeras experiências são capazes de alterar relações estabelecidas também entre sujeitos e grandes cidades, em prol de um cotidiano mais justo e sensível. A cidade se torna capaz então de alterar a própria relação entre indivíduo e espaço urbano quando nos dedicamos a participar efetivamente de seu cotidiano (PALLASMAA, 2017). E nessa integração entre sujeito e território que o circunda reside a potência educativa da arte: “a arte na educação afeta a invenção, inovação e difusão de novas ideias e tecnologias, encorajando um meio ambiente institucional inovado e inovador” (BARBOSA, 2014, p. 2). Assim, somos convidados pelas práticas artísticas a experimentar e modificar nossa relação com o espaço urbano.

A experimentação em artes visuais

A desmaterialização do conjunto que hoje representa a educação normativa do ensino nacional já é pauta de discussão há algum tempo no âmbito acadêmico. Para Gallo (2000), as inúmeras diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais ignoradas pelo padrão institucional que percorre todo vasto território brasileiro fazem parte de um projeto hegemônico. Esse projeto torna-se cada vez mais denso, à medida que fragmenta a construção do subjetivo e do imaginativo em detrimento de um ensino monótono, técnico e individualista. A ruptura com o intangível remonta a construção dos valores da sociedade, tornando-a distante de uma construção coletiva, onde sujeitos individuais se mesclam à coletividade, se tornando cidadãos responsáveis pela vida democrática no âmbito social.

Atravessados então por tal padronização de ensino, sabemos da necessidade iminente e cada vez maior de uma educação de qualidade, principalmente no âmbito das Artes Visuais. Essa disciplina, durante muito tempo, foi tida enquanto um *momento recreativo* dentro do currículo escolar. Tal relação foi problematizada por inúmeros pesquisadores e é explicitada por Ana Mae Barbosa em seus estudos que modificaram significativamente o ensino da arte no Brasil, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980: “Nas artes visuais, ainda domina em sala de aula o ensino do desenho geométrico, o *laissez-faire*, temas banais, as folhas para colorir, a variação de técnicas [...]” (BARBOSA, 2014, p. 12).

Retomando a década de 1960, a experimentação e a participação do espectador eram pontos chave no panorama contracultural brasileiro, pois justamente iam contrários às formas institucionalizadas e tradicionais da arte (como a pintura de cavalete, explicitada por Oiticica e a escultura tradicional). Esses novos interesses, muito mais colaborativos e construídos coletivamente com o público, estavam explicitados inclusive no *Esquema Geral da Nova Objetividade*, texto para a exposição *Nova Objetividade Brasileira* que aconteceu no MAM em 1967:

Nova Objetividade seria a formulação de um estado da arte brasileira de vanguarda atual cujas principais características são: 1: vontade construtiva geral; 2: tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; 3: participação do espectador (corporal, tátil, visual, semântica, etc); 4: Abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5: tendência para proposições

³ *Vigiar e Punir*.

coletivas e consequente abolição dos “ismos” característicos da primeira metade do século na arte de hoje (OITICICA, 2006, p. 154).

O mundo estava se modificando, bem como a sociedade e consequentemente a arte. Novas maneiras de se relacionar com o objeto artístico estavam sendo pensadas, onde o social e a relação com o espaço eram privilegiadas, visando a participação do espectador enquanto ativo para as experiências propostas. Tais meandros alteraram o eixo *obra de arte — espectador*, tirando o espectador do papel tradicional enquanto sujeito inerte, meramente contemplativo. Isso, na compreensão de que a arte é um reflexo da vida, é necessário entendermos que a “vida se dá em meio ambiente; não apenas nele, mas por causa dele, pela interação com ele” (DEWEY, 2010, p. 74), ou seja, arte e vida não são descoladas uma da outra.

E nesse contexto, como forma de quebrar o mero fazer artístico, sem nenhum tipo de contextualização e reflexão crítica acerca do que estava sendo feito que entra a potência da experimentação nas artes visuais, visto que “O fazer arte exige contextualização, a qual é a conscientização do que foi feito, assim como qualquer leitura como processo de significação exige a contextualização para ultrapassar a mera compreensão do objeto” (BARBOSA, 2014, p. 33).

Se para Deleuze e Guattari (2010 p. 136) “a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer”, a arte e suas inúmeras potências experimentais se coloca lado a lado quando assume o compromisso de pensar o impensável, criar o que é novo e capaz de atuar diretamente na realidade. Dessas relações conscientes, produzidas num campo totalmente intangível, potencializam-se as relações entre sujeito, objeto e mundo. Ao emergir, esses laços encontram-se quase sempre abraçados pelo imaginário poético e pela crítica perceptiva.

A experimentação no âmbito das artes visuais esteve significativamente presente na produção artística durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985), nesse período houveram inúmeras mudanças nas concepções de arte. A arte começou a ser vista enquanto uma potência social, capaz de modificar subjetividades em um período que pretendia censurar e aniquilar com as mesmas. Assim, a relação entre espectador e obra de arte foi modificada, alterando o eixo da relação que antes era meramente passiva e contemplativa para uma participação ativa:

A proposição de uma “nova sensibilidade”, que se compunha com uma certa concepção de “marginalidade” em relação ao sistema sociopolítico e artístico-cultural, aparecia como motivação básica daquelas manifestações — o que implicava uma mudança acentuada da ideia e das práticas de participação desenvolvidas na década de 1960. Nova sensibilidade e marginalidade articularam-se frequentemente ao experimentalismo nas atividades artísticas e na atividade crítica (FAVARETTO, 2019, p. 11).

Assim, se faz necessário contextualizar esse período quando falamos de experimentação no âmbito das artes visuais. Apesar deste ter sido um momento histórico de enorme repressão em todos os setores da cultura (literatura, artes visuais, música, teatro, cinema, entre outros), os artistas encontraram subterfúgios por meio das práticas experimentais e artísticas para desenvolver proposições que unissem o coletivo, aproximando os indivíduos para com a obra de arte, deslocando a arte institucionalizada, presente dentro dos museus, galerias e exposições artísticas para as ruas.

Dentro desse contexto, um dos exemplos mais claros que podemos citar é a obra



Figura 1 - Lygia Pape: Divisor (Divider), 1968. Performance no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAMRJ) 1990. Fonte: Artspace.

Divisor de Lygia Pape (1924-2004), criada em 1968, no mesmo ano da promulgação do Ato Institucional N. 5 (AI-5) que intensificou a censura e a repressão cultural. Pape, nome importante do movimento neoconcreto brasileiro, produziu ativamente durante as décadas de 1960 e 1970, em pleno regime militar e em suas obras, com viés experimental, dialogava com os espaços urbanos e propunha deambulações coletivas pela cidade. Uma dessas proposições experimentais coletivas é o caso do *Divisor* (Figura 1), onde a participação ativa do público era necessária para a obra se concretizar (SOUZA, 2013).

A artista propõe ao público que se aproprie de um tecido branco com fendas, vestindo o mesmo e dessa forma construindo uma experiência estética coletiva: “Além de interferir no espaço urbano podemos relacionar com a criação de um — espaço imantado, pois as pessoas se agrupam para experimentar o *Divisor*” (SOUZA, 2013, p. 92). Logo, podemos dizer que a obra de arte não assume somente o papel da experimentação individual, no âmbito dos sentidos, mas sim o papel de experimentação coletiva do espaço, onde subjetivamente foi possível transformar o espaço urbano em um espaço imantado, tátil, envolvendo as emoções dos indivíduos e sendo vivenciado plenamente (PALLASMAA, 2017).

Essa nova forma de se relacionar com o espaço da cidade só foi possível visto o interesse da artista em encontrar novas formas de relacionamento para com o espaço urbano. Para tal, podemos deixar de mencionar a contribuição dos protestos contrários à ditadura militar e a consequente necessidade de habitar o espaço da rua enquanto modo político. Assim, foi possível estreitar a relação entre arte e vida, na “a reivindicação da cidade como campo de reflexão e ação” (MACHADO, 2008, p. 97). A obra potencializou as subjetividades, estreitando a relação entre os próprios espectadores-participantes e a urbe, sendo que “A cidade, mais do que uma casa, é um instrumento de função metafísica, um instrumento intrincado que estrutura poder e ação, mobilidade e troca, organizações sociais e estruturas culturais, identidade e memória” (PALLASMAA, 2017, p. 47).

É necessário mencionar que a proposição experimental de Pape continua sendo

refeita até hoje, sendo ativada constantemente na contemporaneidade. Em 2017, a performance foi recriada em Nova York sob responsabilidade do *The Metropolitan Museum of Art*⁴. Podemos então perspectivar de que cada vez que a obra é refeita e mais indivíduos se mobilizam para experimentar o *Divisor* de Pape, mais relações são estabelecidas entre sujeito, obra de arte e espaço urbano, criando experiências potentes no âmbito das Artes Visuais.

Justamente pela obra ser criada e experimentada no âmbito do coletivo, é no campo das relações que acaba residindo a potência do *Divisor* que em vez de dividir como brinca o trocadilho de seu nome, acaba unindo. Na união entre cidade-indivíduo-arte é que reside espaço para as verdadeiras experiências formadoras possibilitadas pela arte. Assim, a experimentação em artes acaba assumindo o papel de potência educativa, visto que:

Arte não é apenas básica, mas fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite. Arte é cognição, é profissão, é uma forma diferente da palavra para interpretar o mundo, a realidade, o imaginário, e é conteúdo. Como conteúdo, a arte representa o melhor trabalho do ser humano. Arte é qualidade e exercita nossa habilidade de julgar e de formular significados que excedem nossa capacidade de dizer em palavras (BARBOSA, 2014, p. 4).

Nessa concepção a arte assume papel fundamental na retomada da (cria)tividade, ou seja, da união entre a criatividade, presente no fazer artístico e a criticidade, refletindo sobre o que é feito e conseqüentemente sobre o mundo ao redor. Dessa forma, a educação em arte é deslocada da posição do senso comum de mero fazer artístico para potencializadora de experiências que tangem os diferentes níveis das relações sociais, bem como da relação com o espaço urbano na sociedade que hoje habitamos.

Os processos de experimentação que daí surgem, entrelaçados entre a prática imaginativa e a simples vivência pessoal, são talvez uma das partes mais importantes da nossa experiência educativa, concebendo a educação que se dá em diferentes níveis, não somente no âmbito formal. É necessário salientar que entendemos a experiência enquanto aberta e dinâmica, como proposto por John Dewey (2010). Na concepção *deweyana*, a experiência é o oposto da contemplação passiva de objetos inertes, mas sim, ativa e dinâmica, num fluxo contínuo de energia:

Existem padrões comuns a várias experiências, por mais diferentes que elas sejam entre si nos detalhes de seu conteúdo. Há condições a serem satisfeitas, sem as quais a experiência não pode vir a ser. Os contornos do padrão comum são ditados pelo fato de que toda experiência é resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive. Um homem faz algo: digamos, levanta uma pedra. Em consequência disso, fica sujeito a algo, sofre algo: o peso, o esforço, a textura da superfície da coisa levantada (DEWEY, 2010, p. 122).

Colocada como produto de uma percepção imaginativa do sujeito-artista, a ela é creditada qualquer atividade imaginativa que o ser humano possa desenvolver. Sendo peça fundamental na composição da cultura, relaciona-se diretamente com a construção identitária e territorial de um povo, atuando na construção das percepções sociais, políticas e econômicas. A arte dessa forma não é descolada da vida e do

cotidiano, mas faz parte dele e atua no mesmo, a tudo que nos é visível e invisível.

Encontrar os espaços de fora

A arte é de todos, é um bem comum do cidadão, um patrimônio da humanidade [...]. Ela pode e deve ser desenvolvida em tempo integral, em casa ou no trabalho, no lazer e nas atividades produtivas [...] como participamos da vida política e social. Estimulando a criação, vamos libertando o homem — e a própria arte, que não está restrita aos museus.

Como coloca Frederico Moraes (2017, p. 240), a arte não está somente restrita aos museus, mas integra a vida cotidiana e em sociedade, performando a materialização de histórias, consciências e sentimentos. No percurso construído para além das limitações físicas e sensoriais dos espaços de controle, a arte acaba assumindo o papel de libertadora dos próprios sentidos, construindo na subjetividade do sujeito e modificando positivamente a própria vida.

No período em que vivemos, muitos cidadãos acabam se tornando apenas transeuntes em diferentes lugares ou espaços, visto que a contemporaneidade é fabricante por excelência de espaços cada vez mais artificiais, bem como relações humanas cada vez mais distantes. Imersos nesse contexto, muitas vezes acaba sendo difícil criarmos um vínculo profundo nos espaços urbanos. Estes espaços tidos enquanto artificiais, apenas de deslocamento, fazem parte da nossa rotina visto que estamos constantemente nos deslocando de um espaço a outro, ou pelo menos estávamos antes do período pandêmico.

É de suma importância mencionar que enquanto este trabalho é escrito, ainda vivenciamos a crise sanitária pandêmica em território brasileiro, iniciada em meados de 2020 e que perdura durante o ano de 2021 adentro. Sem termos noção de quando se findará tal situação, a reflexão acerca dos espaços que costumávamos habitar e transitar se acentuam. Assim, o contexto pandêmico nos faz refletir acerca desses espaços *de fora*, que eram tão corriqueiros e comuns em nosso cotidiano e que hoje se tornaram espaços impensáveis de estar, pelo menos até o presente momento pandêmico. Assim, tal distanciamento nos permite constantemente nos questionarmos sobre as relações que ali desenvolvemos.

Estes espaços de trânsito foram refletidos por Marc Augé (2001) e cunhados enquanto *não-lugares*: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um *não lugar*” (2001, p. 73). Porém, devemos considerar que a definição de *não-lugar* não abrange somente os espaços temporários, sejam eles de trânsito e deslocamento, mas também da própria relação humana e social nesses espaços: “vê se bem que por ‘não lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio e lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com estes espaços” (AUGÉ, 2012, p. 87).

Ou seja, quando não conseguimos nos relacionar de nenhuma forma com estes espaços, eles se tornam *não-lugares*. Isso vai de encontro ao que Juhani Pallasmaa chama de *cidade visual*: “A cidade visual nos coloca na situação de estrangeiros, espectadores voyerísticos e visitantes passageiros, incapazes de participar” (PALLASMAA, 2017, p. 48). Em contraponto a cidade meramente visual e distante, existe a *cidade tátil*, essa outra habitável e experimentada em todas as suas potências: “a cidade tátil nos acolhe como cidadãos, plenamente autorizados a participar de seus cotidianos” (2017, p. 49).

⁴ Lygia Pape: *a multitude of forms*. <https://www.metmuseum.org/press/exhibitions/2016/lygia-pape>

Além disso, se faz necessário mencionar que a relação entre os indivíduos e os espaços foram alteradas significativamente na contemporaneidade, levando em conta o avanço tecnológico das últimas décadas: “Claramente, encontramos hoje novamente em uma crise, em uma transição crítica, pela qual outra revolução, a saber, a revolução digital, parece ser responsável” (HAN, 2019, p. 26). Para Han, a maior parte dos indivíduos que não pensa acerca dos espaços em que habitam se tornaram parte do que o autor caracteriza enquanto enxame digital:

A nova massa é o enxame digital. Ela apresenta propriedades que a distinguem radicalmente da clássica formação dos muitos, a saber, da massa. [...] O enxame digital consiste em indivíduos singularizados. A massa é estruturada de um modo inteiramente diferente. Ela revela propriedades que não podem ser referidas aos indivíduos. Os indivíduos se fundem em uma nova unidade, na qual eles não têm mais nenhum perfil próprio (HAN, 2019, p. 27).

Refletindo sobre a formação cada vez mais constante de *enxames digitais* permeando *idades visuais*, ou seja, de sujeitos que não se questionam e não se deixam levar pelas experiências propostas pelo seu entorno, não podemos deixar de pensar em práticas transformadoras dos espaços e principalmente, das relações sociais desenvolvidas em tais lugares. Somente dessa forma, ao nosso ver, seria possível abandonar o que Marc Augé (2012) denominou como *não-lugar*, onde a vivência individual ordena a consciência e a experiência de uma vida solitária, totalmente baseada na individualidade e que encaminha para a criação de *enxames digitais* (HAN, 2019).

Isso na concepção de que estes indivíduos não desenvolvem nenhuma relação profunda, tanto entre si quanto nos espaços que acabam sendo permeados por “indivíduos que se juntam e não desenvolvem nenhum nós. Não lhes caracteriza nenhuma consonância que leve a massa a se unir em uma massa de ação” (HAN, 2019, p. 27).

Passamos então a vasculhar o passado em busca da existência de experiências potencializadoras da construção de uma cidade tátil (PALLASMAA, 2017), que de alguma forma foram desenvolvidas *ao lado de fora* em panorama nacional, buscando tomá-las como referências no presente contexto tão complexo. No início da década de 1970, praticamente a cinquenta anos atrás, encontramos uma experiência revolucionária no que tange a experimentação em arte-educação no país, planejada e desenvolvida pelo crítico e curador brasileiro Frederico de Moraes, nas manifestações do conjunto denominado *Domingos da Criação* (Figura 2), em 1971 no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Estes encontros visavam deslocar a arte de sua forma tradicionalmente concebida para uma manifestação experimental, atuando enquanto instrumento político e ferramenta de humanização diante do regime autoritário imposto pela ditadura militar. Moraes buscava entender o papel social da criatividade e da construção do processo artístico, tratando da arte um objeto de constante invenção e experimentação coletiva, onde “a arte energiza a educação e vise e versa” (GOGAN, 2017, p. 262).

Ao longo de seis domingos, entre os meses de janeiro e agosto, a população era convidada a ir de encontro com diferentes e inusitadas materialidades para experimentar o fazer artístico na área externa do museu. Assim, *Um Domingo de Papel, O Domingo por um Fio, O Tecido do Domingo, Domingo Terra a Terra, O Som do Domingo e O Corpo a Corpo do Domingo* inauguraram o processo de ruptura do espaço museu enquanto lugar expositivo, muito até hoje visto apenas nos limites da erudição e do elitismo, colocando-o como instrumento de construção de memórias e libertação

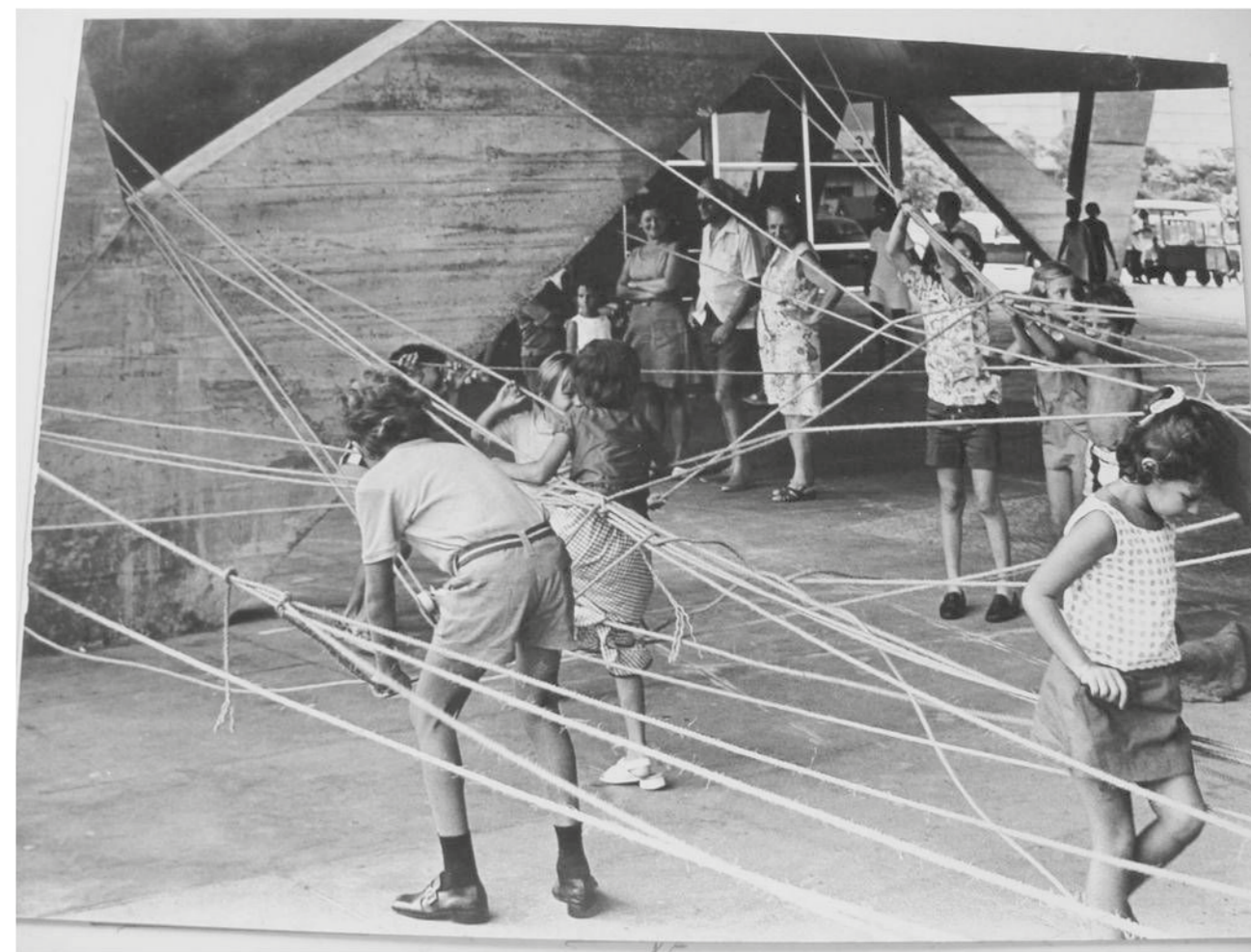


Figura 2 - Beto Felício: O Domingo por um fio (7 de março de 1971). Fotografia. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Fonte: Instituto Mediação Sociedade e Arte (MESA). A imagem foi retirada do livro *Domingos da Criação: uma coleção poética do experimental em arte e educação*, coordenado por Jéssica Gogan em colaboração com Frederico Moraes, lançado pelo Instituto MESA em 2017.

criativa. Na busca pela transformação da sociedade através da arte, Frederico procurava desmistificar a figura do sujeito artista, iluminado por um dom divino, apontando que “todas as pessoas são inatamente criativas [...] só não exercem seu potencial criador se são impedidas a isso por algum tipo de repressão” (GOGAN, 2017, p. 242).

Dali em diante, a educação da arte passa por um processo de ressignificação, onde sua democratização e a socialização assumem o valor de instrumento político na construção social, visto que “o diálogo frente à obra (de arte) é o melhor antídoto contra a ‘cultura do convencimento’ das escolas nas quais vicejam a prepotência, o autoritarismo e a hipocrisia” (BARBOSA, 2014, p. 33). A reverberação dessa nova forma de pensar a arte/educação, reflete no sujeito individual através do que Vergara (2018) chama de *consciência do olhar*: “a arte passa a propor muito mais que história e memória: a construção da consciência que aqui será referida como a consciência do olhar” (2018, p. 41). Assim, trazendo consciência acerca do próprio entorno, educando o olhar do sujeito para com a sua própria relação com a cidade e com as pessoas.

Na manifestação coletiva, aqueles que experimentam tais proposições são colocados como fragmentos da composição social de determinado território, se relacionando e habitando propriamente esse espaço, visto que “O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo” (PALLASMAA, 2017, p. 7). Do mesmo modo, o ato criativo transforma o espaço real, palpável com sua realidade e materialidade, em campo de produção lúdica, onde tudo é possível, possibilitando o impensável e inexistente, ou seja, alterando perceptivelmente a própria realidade. Assim, a aspiração utópica de Moraes traçava uma nova borda para a fronteira do fazer arte e do ser artista, movido pelo desejo de uma nova sociedade, como registrava:

A arte é de todos, é um bem comum do cidadão, um patrimônio da humanidade [...]. Democratizar a arte não é aumentar o número de proprietários de obras de arte, mas colocar o público diretamente no processo de criação. Uma das ideias motoras dos Domingos de Criação era a de que a criação não está restrita às atividades dominicais. Ela pode e deve ser desenvolvida em tempo integral, em casa ou no trabalho, no lazer e nas atividades produtivas [...] como participamos da vida política e social. Estimulando a criação, vamos libertando o homem - e a própria arte, que não está restrita aos museus (MORAIS, 2017, p. 240).

A experiência artística-política-social dos *Domingos da Criação*, atravessa os 50 anos que nos separam para retomar a narrativa do sujeito que caminha ao encontro de uma nova vivência em uma cidade tátil e propriamente habitada. Dispensado das amarras temporais e do controle identitário que tais *não-lugares* impõem, do encontro do sujeito com o novo campo de experimentações renasce o poder simbólico daquele pequeno cosmos em que se insere, carregado de memórias, imagens e discursos. Ao olhar para o passado, entendemos que esse novo território, em sua maioria, não se estrutura em uma limitação dada por paredes. Se colocar então no espaço de fora, onde não há demarcação do limite para agir, se fez e se faz essencial ao alcançar a plenitude da expressão criativa, conduzida pelo exercício de liberdade e cidadania.

Tais práticas potencializam a relação no espaço urbano, tornando vívido o que antes era automático e distante, transformando, assim, o espaço da cidade em um lugar, como indica Michel de Certeau (2020) em *A Invenção do Cotidiano*. O autor relaciona a experiência do estar e fazer com a potência imaginativa que remonta o tempo da infância e a esses processos atribui a criação dos lugares. Das cinesias que os mesmos são feitos é urgente a necessidade de “repetir a experiência jubilosa e silenciosa da infância: é, no lugar, ser outro e passar ao outro” (2020, p. 164). É na arte que encontramos o território das potências criativas, de produção de memórias e símbolos, tão necessários na formação do lugar antropológico, da verdadeira cidade tátil habitada pelos seus cidadãos (PALLASMAA, 2017), alterando significativamente o nosso habitar no próprio mundo contemporâneo:

Nós nos constituímos e constituímos o mundo realizando composições e arranjos com a realidade circundante. A realidade, aquilo que existe (seja concreta e materialmente, seja abstrata e conceitualmente) não é mera exterioridade, mas algo que me constitui tanto quanto eu a constituo. (PEREIRA, 2012, p. 186).

Dessa forma, perspectivamos que a experiência artística modifica tanto a experiência do próprio sujeito no mundo quanto o próprio mundo. Resultando da experiência, “produto da interação contínua e cumulativa de um eu orgânico com o mundo” (DEWEY, 2010, p. 18), a arte atua no contato com o sujeito, mediante ao desenvolvimento crítico, político e estético, legitimando sua individualidade dentro da concepção de um todo, dissolvendo-se na construção coletiva na produção de poéticas e símbolos sociais através do impulsionamento do processo criativo. Ao tangenciar aqueles que vivem em modo automático na cidade, a arte tem uma atuação contínua no processo perceptivo e intuitivo, na construção de sentidos e sensações que entende o produto das diferenças, sendo ampla ferramenta na quebra de visões de mundo conformistas e mentalidades automáticas.

Considerações finais

A arte estrutura e articula nosso ser-no-mundo [...]. Uma obra de arte, mais do que mediar um conhecimento conceitualmente estruturado do estado objetivo do mundo, possibilita um intenso conhecimento experimental. Sem apresentar uma proposição relativa ao mundo ou a sua condição, uma obra de arte centra nosso olhar nas superfícies que estabelecem as fronteiras entre nosso eu e o mundo (PALLASMAA, 2017, p. 59).

Tocados pelo que Pallasmaa propõe acerca da relação entre a obra de arte e o ser/estar no mundo, buscamos aqui refletir sobre o território do processo criativo e imaginativo que a arte potencializa entre sujeito e mundo. Lembramos que os lugares que tradicionalmente são atribuídos ao ensino da arte são as escolas e os museus. Estes espaços formais são colocados como os principais espaços de expressão das subjetividades, ainda que concebidas dentro de um conjunto de regras e possibilidades limitadoras. Pesquisar acerca de obras de arte que utilizem da participação do público no âmbito do urbano, como o *Divisor* de Pape e de experiências experimentais poético-educativas como é o caso dos *Domingos de Criação*, nos perspectiva que desde meados da década de 1970, a experimentação em artes vem buscando formas de integrar o sujeito com o próprio espaço da cidade.

Retomar tais experiências propostas pela arte nos mostra a potência experimental poético-educativa em consonância com o espaço urbano, capaz de integrar os próprios indivíduos para experiências formadoras no âmbito da cidade. Consideramos que o cotidiano contemporâneo das grandes cidades por vezes dificulta a criação de vínculos entre cidadão e espaço urbano. Assim, a arte/educação se mostra enquanto uma potência capaz de amplificar tais relações, em prol de vínculos e afetos desenvolvidos no âmbito do urbano, alterando o cotidiano de grandes metrópoles em *espaços menores*, ressignificados pelo plano sensível. Tal manifestação nos desloca de meros visualizadores passivos da cidade verdadeiros habitantes dos espaços urbanos. Na capacidade de fomentar potencialidades educativas, a obra de arte assume o papel de educar o olhar para o cotidiano, colocando-se como instrumento fundamental na percepção do mundo que vivemos, abrindo caminhos ao pensar social, cultural e ambiental.

Ao revisitar experiências passadas é possível perceber que mesmo em tempos em contextos de forte repressão, onde o desalento e a censura imperaram, foi possível provocar uma *chama* de esperança, agitar o sujeito dentro de sua composição coletiva, trazendo-o a um infinito de possibilidades de ação e criação. Diante de contextos limitadores, sejam eles regrados por um projeto hegemônico, pela condição histórica de um período fortemente opressivo ou ainda por uma crise sanitária global, a arte foi, é e continuará sendo uma ferramenta política, produzindo efeitos, atuando diretamente e modificando o mundo ao redor. Assim, reverberando amplas formas na nossa construção social, buscando o ato da criação como instrumento de desenvolvimento humano.

Referências

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2020.

DAVID, Célia Maria. Política educacional brasileira e sua dimensão social; verso e reverso. In: DAVID, Célia Maria et al (org.). *Desafios contemporâneos da educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 109-138.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FAVARETTO, Celso. *A contracultura, entre a curtição e o experimental*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GALLO, Silvio. O que é Filosofia da Educação: Anotações a partir de Deleuze e Guattari. *Revista Perspectiva*. Florianópolis. v. 18. n. 34, jul./dez. 2000.

GOGAN, Jéssica. Frederico Morais, os Domingos da Criação e o museu-liberdade. In: GOGAN, Jéssica; MORAIS, Frederico. *Domingos da Criação: uma coleção poética experimental em arte e educação*. Rio de Janeiro: Instituto MESA, 2017. p. 250-264.

HAN, Byung-Chul. *No Enxame: Perspectivas do Digital*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

OITICICA, Hélio. Esquema geral da nova objetividade in: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (org). *Escritos de Artistas: Anos 60/70*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

MARQUES, Abimael Antunes. A pedagogia tecnicista: um breve panorama. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí UFG*, v. 1, nº 12, 2012. p. 1-10.

MORAIS, Frederico. Cronocolagem: Os Domingos de Criação. in: GOGAN, Jéssica; MORAIS, Frederico (orgs.). *Domingos da Criação: uma coleção poética do experimental em arte e educação*. Rio de Janeiro: Instituto MESA. 2017. p. 236-249.

PEREIRA, Marcos Villela. O limiar da experiência estética: contribuições para pensar um percurso de subjetivação. *Pro-Posições*. vol.23, n.1, 2012, p.183-198.

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. *O Espectador Emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

SOUZA, Carolina Soares de. *A pele de todos: O divisor como síntese do percurso de Lygia Pape*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. 2013. 307p.

VERGARA, Luiz Guilherme. Curadoria Educativa: percepção imaginativa/consciência do olhar. in: CERVETTO, Renata; LÓPEZ, Miguel. A. in: *Agite Antes de usar: deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina*. São Paulo: Edições SESC São Paulo. 2018.

BACURAU

Uma experiência estética e política acerca do menor

BACURAU
*An aesthetics and politics experience
about the minor*

**Paulo Reyes¹, Luana Pavan Detoni²,
Lucas Boeira Bittencourt³ e Gabriel Silva Lopes Fernandes⁴**

Resumo

Este ensaio discute a realidade das cidades pequenas tal qual representada no filme *Bacurau*. A questão posta como problema é como essas imagens em movimento nos convidam a refletir a partir de uma perspectiva estética e política. Essa obra nos instiga a pensar o urbano a partir de uma outra perspectiva — a cidade pequena ou, ainda, o lugar menor. Em contextos contra-hegemônicos, se justificam reflexões que invertam a lógica hegemônica neoliberal. O objetivo é pensar pautas que emergem no filme em questão que expressam realidades das cidades pequenas. A aproximação metodológica reside no enfrentamento teórico a partir das noções de estética e política em Jacques Rancière e na noção de menor em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esperamos alçar questões que evidenciam a realidade desse outro urbano. Acreditamos que é na esfera estética e política que esse outro urbano possa se manifestar como uma questão relevante de pesquisa.

Palavras-chave: estética, política, menor, cidades pequenas.

Abstract

This essay discusses the reality of small towns as represented on the film Bacurau. The problem is how these moving images invite us to reflect from an aesthetics and politics perspective. This work instigates us to think of the urban from another perspective — the small city or, still, the place of the minor. In counter-hegemonic contexts, reflections are justified that invert a neoliberal hegemonic logic. The objective is to think about guidelines that emerge in the film in question that express realities of small cities. The methodological approach resides in the theoretical confrontation based on the notions of aesthetics and politics in Jacques Rancière and in the notion of a minor in Gilles Deleuze and Félix Guattari. We hope to raise issues that highlight the reality of this other urban. We believe that it is in the aesthetics and politics sphere that this other

¹ Pós-Doutor em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinus e Universidade Autônoma de Barcelona). Mestre em Planejamento Urbano (UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Atualmente professor associado da Faculdade de Arquitetura e pesquisador no PROPUR da UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

² Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestra em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). E-mail: luanadetoni@gmail.com

³ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). E-mail: lboeirab.arq@gmail.com

⁴ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Atualmente professor substituto no IFSUL Pelotas. E-mail: arq.gabrielfer@gmail.com

urban can manifest itself as a relevant research question.

Keywords: aesthetics, politics, minor, small cities.

Introdução

*A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos.
Jacques Rancière, 2018, p. 54.*

Este ensaio versa sobre a experiência de *Bacurau*, filme brasileiro (2019) com direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, em relação ao pensamento dos filósofos Jacques Rancière, Gilles Deleuze e Félix Guattari, tendo como pano de fundo o problema das cidades pequenas. Em um tempo futuro, não especificado, o filme contextualiza a relação entre o universo local e o estrangeiro. A narrativa inicial parte do olhar do estranho que vê na pequena cidade do interior do nordeste brasileiro, lugar onde a vida parece precária, uma oportunidade para que ali se instale um jogo mortal. Há um contraponto nesta narrativa ao longo do filme, protagonizado pelos moradores locais, que é da ordem do menor.

É justamente sobre esta inversão que este texto se debruça como expressão de uma ação estética e política pautada por uma lógica menor. O objetivo, então, consiste em pensar pautas que emergem nesse filme e que expressam problemas e desafios de realidades das cidades pequenas do interior do Brasil. Essa problemática produzida aqui é fruto de reflexões oriundas da disciplina *Estética e Política*, realizada no segundo semestre de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que pela sua vez está dentro do contexto do grupo de pesquisa *Poiese — Laboratório de política e estética urbanas*, que busca articular o pensamento acerca do urbano com noções colocadas em pauta pela filosofia e pelas artes.

A urbanização brasileira apresenta realidades díspares. São consideradas como cidades todas as sedes — áreas urbanas — dos municípios. A estimativa populacional dos municípios, por sua vez, leva em conta não apenas a população residente na cidade-sede, mas também a população que reside nas áreas rurais. Isso significa que, muitas vezes, os municípios de pequeno porte populacional concentram ainda menos habitantes em suas cidades. Esse fator é um dado curioso para nossa escrita, visto que no Brasil há muitas cidades pequenas, ou pequeníssimas. Entretanto, nem sempre essas são relevantes aos estudos em urbano numa via hegemônica. Observamos, segundo o último censo (IBGE, 2010), que mais de 70% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes. Esse parâmetro é tomado por nós como um limite para definirmos uma noção de cidade pequena no texto, pois compreende os municípios aquém das políticas urbanas nacionais legislados pelo Estatuto da Cidade (2001). Outro fator que destacamos são as singularidades dessas cidades pequenas, devido às diferenças existentes em relação às suas localizações: no litoral, na serra, em áreas metropolitanas ou interioranas, como no caso de *Bacurau*.

Em geral, o pensamento sobre o urbano é pautado por um modelo único de desenvolvimento, que tem se concentrado nas cidades grandes, e mais recentemente, médias. O processo de urbanização brasileira parece ser pensado como um modelo a seguir — das cidades grandes às cidades pequenas, ou seja, de uma ordem maior como pensamento hegemônico, sobrepondo e se impondo às realidades das cidades pequenas. Por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que está em votação, cujos municípios de até 5 mil habitantes que não comprovarem até 2023, que a sua arrecadação de impostos corresponde no mínimo a 10% da receita total do município, terão como *solução* a sua extinção e serão

incorporados, e assim submetidos, a outros municípios maiores. Desse modo, fica exposto que para além dos municípios com menos de 20 mil habitantes, há uma linha de corte que coloca sob ameaça aqueles municípios classificados por sua concentração populacional hierarquicamente no que se apresenta como o *pequeno do pequeno*.

De outra ordem, este ensaio não se detém aos parâmetros que categorizam o porte das cidades, mas em tornar visível outra face do urbano. Um urbano frequentemente esquecido tanto na esfera política quanto acadêmica, devido ao fenômeno da macrocefalia ou onipresença das metrópoles, como denomina Milton Santos (1993). Neste contexto, a autenticidade do filme ao retratar um cotidiano marcado pelo abandono da gestão, precarização da infraestrutura rodoviária, dificuldade do acesso à água potável e aos serviços básicos de saúde, vai ao encontro das análises de Angela Endlich (2006) sobre os processos de declínio demográfico das cidades pequenas. Segundo a autora, os arranjos econômicos produzem e condicionam as dinâmicas espaciais, e conseqüentemente sociais, de modo a viabilizar ou inviabilizar a manutenção da vida. Fato que, tem resultado em uma migração forçada das cidades pequenas.

A aproximação metodológica que propomos para este estudo reside no enfrentamento teórico a partir das noções de *estética* e *política* em Jacques Rancière e na noção de *menor* em Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os conceitos filosóficos são deslocados para o campo do urbanismo, a fim de fomentar a reflexão do urbano no contexto das cidades pequenas. No limite da sobrevivência, *Bacurau* opera a *política* como ato no plano da esfera do sensível, onde o regime interpretativo da *estética* revela a potência do *menor* [menor não como de menos valor, mas como força contra-hegemônica]. Nesse processo teórico buscamos olhar pela perspectiva do outro — aquele que não é priorizado, quiçá considerado — como um modo conflitante dos saberes hegemônicos.

O ensaio está dividido em quatro movimentos de pensamento. O primeiro deles, corresponde a um movimento teórico, dividido em duas partes: *cidade pequena como menor*, onde buscamos apresentar uma breve revisão acerca do problema das cidades pequenas, tomando essas como *menor*, a partir da noção de Deleuze e Guattari (2015); e o *labirinto do político*, que compreende uma revisão das principais noções de Rancière. Em seguida, elaboramos dois blocos de pensamento-imagem, com quadros do próprio filme, relacionando os acontecimentos da trama com as noções teóricas abordadas. Esses blocos foram intitulados: (a) *a marca de uma existência*; e (b) *jogo da emancipação*. Para cada um dos blocos, trabalhamos com imagens possíveis de contornos polêmicos, como Rancière nomeia, dizendo das imagens que são profícuas ao pensamento. Buscamos, portanto, a construção de um percurso de pensamento do problema político elaborado a partir do filme. Por fim, concluímos com o bloco *o momento qualquer*, evidenciando que tal percurso é, sobretudo, da perspectiva do contra-hegemônico, do menor, que encontra na pauta das cidades pequenas um lugar potente de debates.

Cidade pequena como menor

As cidades pequenas, localizadas no interior do Brasil, provocam um ruído no pensamento sobre o urbano. A exemplo de *Bacurau*, não correspondem às grandes narrativas, ou às regras de uma lógica formal proposta pela disciplina de urbanismo. Apesar dos planos urbanísticos apontarem a utopia das cidades pequenas, como as propostas de Robert Owen [Harmonia de 1.200 hab.], Charles Fourier [Falanstério de 1.600 hab.], John Silk Buckingham [Victoria de 10.000 hab.] e Ebenezer Howard [Cidade Jardim de 30.000 hab.], segundo Endlich (2006), as cidades pequenas *concretas*, geralmente, não apresentam planos ou projetos regulamentados. Esse outro

urbano que escapa à formalidade, no entanto, não corresponde, necessariamente, à oposição como uma relação dicotômica entre a cidade grande e a cidade pequena. Nesse sentido, buscamos uma outra possibilidade de pensamento para tal relação. Na perspectiva de Deleuze e Guattari (2015), o *maior* corresponde a valores hegemônicos que estruturam um modo de ver o mundo, enquanto o *menor* é a possibilidade de uma reação contra-hegemônica que possa fazer frente ao movimento maior. Nesse sentido, não estamos falando em diferentes escalas — maiores e menores — mas em um tipo de agenciamento coletivo de enunciação que rasura a lógica hegemônica a partir de outro ponto de vista, o das margens periféricas do urbano, ou da cidadezinha de *Bacurau*, como buscamos elaborar no ensaio.

Observamos nas cidades pequenas, marginalizadas, certo tensionamento dos grandes centros que retroalimentam os seus modos de vida. Por exemplo, quando um menino (personagem do filme) indaga: “qual a distância de *Bacurau* em relação a São Paulo?”. Assim, o menino, em seus modos de vida, toma a medida da sua pequena cidade em relação à distância que ela possa vir a ter de uma outra cidade, que é São Paulo, e que é um marco de referência, sempre predominante. Da mesma forma, poderíamos indicar que tal tensão também ocorre na ordem inversa, quando visto de dentro dos grandes centros, como o desejo (também, predominante) de segurança nas relações de sociabilização e vizinhança, por exemplo.

Contudo, optamos por nos concentrar na reflexão acerca do menor, que não tem relação direta com o porte das cidades, como já mencionado, mas sim com a noção de *literatura menor* elaborada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2015) na obra *Kafka: por uma literatura menor*, publicado originalmente em 1975. Em suma, uma literatura menor “não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 35). Para os filósofos, esse menor está relacionado a noções minoritárias, que atuam como uma potência ante às lógicas dominantes, presentes nas grandes narrativas, nas macropolíticas, nos campos disciplinares.

A noção de menor em Deleuze e Guattari (2015) apresenta três características básicas: a desterritorialização da língua, a transformação dos processos individuais em coletivo e a vinculação do individual ao político. Como desterritorialização, eles pensam os processos de desconstrução identitárias; como coletivo, se referem a um movimento contrário à lógica neoliberal de potência individual para reforçar a potência no sujeito-coletivo; e por fim, como ato político evidenciam tudo aquilo que uma ação menor produz frente a uma lógica maior. A literatura, assim como o cinema, e propomos uma analogia aqui com a cidade pequena, também podem romper com o hegemônico e despertar ações de resistência, como os habitantes de *Bacurau* que lutam, em distintos âmbitos, por suas sobrevivências.

Labirinto do político

Buscamos neste momento fazer um recorrido sobre aquilo que nomeamos de *labirinto político* na obra de Rancière. No entanto, essa denominação *labirinto* não está definida pelo autor em sua obra. Ela é simplesmente uma elaboração livre, tomada a partir de uma percepção do intrincado jogo de relações entre estética e política, os quais Rancière elabora ao longo de sua trajetória filosófica. A palavra tende, ao longo da obra, em acentuar uma definição *política*, para a reflexão acerca do problema político. Apesar da definição o *político* aparecer em seus textos, como acontece em *Nas margens do político*, publicado originalmente em 1998, nesse momento, designa a forma de tratamento de um *dano*, ou seja, o encontro de duas outras noções, que são muito fortes na filosofia do autor. São elas, a saber: a *política* e a *polícia*, um debate que já estava colocado em obra desde a publicação de *O desentendimento*, em 1995,

na França. Política, especificamente em Jacques Rancière, aborda uma noção de *igualdade*, como uma pressuposição universal, onde todos contam de modo igual na comunidade do estar junto.

É evidente, todavia, que concretamente a política nunca está de fato dada. Isso se deve porque há uma lógica que a contrapõe, a saber, a *polícia*. A *polícia* para Rancière, mais do que uma corporação policial, consiste em uma estruturação e hierarquização da vida comum que tem como objetivo a manutenção dessa própria hierarquia. A *polícia* tem por fundamento a negação da *política*. Essa reflexão acaba por se ligar com a noção estética, sobretudo a partir da obra *A partilha do sensível*, publicada originalmente no ano de 2000, que inter-relaciona esses dois territórios de pensamento, a estética-política. Esses fluxos recorrentes são o que nos levam a nomear de labirinto político a tentativa de elucidar um jogo de noções chave, mais ou menos linearmente enunciados no ensaio, para a apresentação do pensamento do autor.

Para entendermos o sentido de política atrelado ao de estética em Rancière é importante lembrarmos que ele foi discípulo de Louis Althusser. No final da década de 1970, momento em que publica na França seu texto *O mestre ignorante*, assume uma posição dissonante de Althusser em relação a uma determinada visão marxista sobre a emancipação intelectual. Para Rancière, com o fim dos marxismos de Estado e das utopias, se desenha no debate conceitual sobre a *política* uma investigação que busca “os princípios e as formas de uma política restituída à sua pureza pelo recuo do social e suas ambiguidades” (2018, p. 7). É interessante pensar junto dele nas pistas desse cerne conceitual da noção de política, um acontecimento que está historicamente ligado à noção de cidade e comunidade.

Destacamos que para Rancière (2018) a política só se faz quando em contato com o outro, seja na relação com a família ou com a cidade. Sobretudo à capacidade de fala e escrita (ou como ele nomeia uma *literariedade*) própria da condição humana em comunidade, ou seja, daqueles que se colocam diante da partilha de um comum. O problema da política é apresentar um embaraço próprio, ou seja, em que coisas, dada a repartição das partes em comunidade, existe e não existe igualdade. Igualdade expressa naqueles que tomam parte do jogo e daqueles que são deste jogo excluído. Essa é a questão que motiva a política. Assim, para que se produza algum efeito de pensamento acerca desse embaraço, é preciso descobrir seu ponto de desentendimento. O *desentendimento* é uma:

determinada situação de fala: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 2018, p. 10).

Salientamos que o desentendimento nunca é um desconhecimento. Os pontos de desentendimento constituem para Rancière a disputa entre o que significa poder falar. Quem está autorizado ou não a falar. E como isso entra em conflito na partilha do sensível. Isso quer dizer que a própria *situação de fala*, colocada por alguém que não ocupava tal pressuposto, opera uma outra racionalidade que conflitua com a determinação anterior dos sujeitos falantes da comunidade partilhada e hierarquizada.

Para Rancière, também, a necessidade de se pensar algo específico para a política coloca de imediato a separação daquilo que nomeia de *polícia*. Retomando, portanto, a *polícia* é “uma ordem dos corpos que define as partilhas entre os modos do fazer,

os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa” (2018, p. 43). Essa noção de *polícia* configura processos de legitimação e de distribuição de um estar juntos, desenhando para isso uma geometria desigual de comunidade.

Essa noção nos é muito importante, dada seu acercamento da própria noção de cidade e a partilha do comum. A *polícia* está evidentemente colocada onde “se cuida de repartir as partes do comum, num cuidado que se esforça no desenho de uma harmonia geométrica que é sempre uma falsa harmonia, que por sua vez a *política* vem expor”, afirma Rancière (2018, p. 19). Desse modo, há *política* quando existe uma parte dos sem parte, nos diz Rancière, ou seja, não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. A política existe quando “a ordem natural de dominação é interrompida pela instituição de uma parte dos sem parte” (2018, p. 26), produzindo o *dano*. Ela existe (a política) porque aqueles que não têm direito (justiça) de serem contados como seres falantes conseguem ser contados e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o *dano* que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só.

Portanto, neste momento nos perguntamos como ocorre a dimensão política no filme *Bacurau*? Como se dá o dano? De que maneira a ordem policial se instala, como reforço de um poder hegemônico? E como o ato político rompe com essa ordem policial?

A marca de uma existência

Bacurau foi avaliado como estranho pelo público em geral.⁵ É possível concordar com essa adjetivação logo nas primeiras cenas (Figura 1), quando somos convidados, por alguns segundos, a observar uma aproximação do globo terrestre estranhamente banal. Aos poucos nos afastamos dos espaços em destaque — pontos luminosos visíveis no globo, em busca de uma aproximação com outros espaços — marginais. Desse modo, afirmamos a potência dessa experiência estética capaz de proporcionar uma imersão no contexto do menor.

Esse quadro nos possibilita pensar sobre o outro urbano que propomos evidenciar. A partir dessas imagens, refletimos que a dimensão do político em *Bacurau* nos conduz a observar os aspectos de visibilidade e invisibilidade das cidades pequenas. Como parte de um todo — do globo, elas se encontram imersas em um contexto hegemônico, das grandes tecnologias e saberes. Por outro lado, mergulhando como Ícaro (na mitologia grega) em queda até o cotidiano de uma pequena cidade, onde as práticas de uma comunidade menor ganham visibilidade, este movimento provoca um gesto político.

Os estudos em urbanismo predominantemente abordam os desafios das grandes cidades, ocasionados pelas altas densidades, como por exemplo o déficit habitacional, o caos do trânsito, entre outros. Os estudos através de *Bacurau*, no entanto, nos proporcionam refletir sobre outros modos de vida, e conseqüentemente seus desafios. Especialmente, em relação à invisibilidade na qual encontram-se submetidos. Sob a analogia com a abordagem de Rancière sobre a noção do político, pequenas cidades como *Bacurau* não contam. Têm suas existências, visibilidades e vozes comprometidas, por vezes, até mesmo anuladas. O filme marca a existência do menor, em meio ao contexto do interior do nordeste brasileiro, que resiste às metanarrativas e produz um ruído na lógica policial.

⁵ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-247818/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 25 jan. 2021.



Figura 1 - Quadro 3'21" - 4'12"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021. Figura 2 - Quadro 24'53" - 26'32"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

Destacamos o conjunto de cenas (Figura 2) quando o professor Plínio (personagem do filme), a fim de responder à pergunta do aluno sobre a distância de *Bacurau* à São Paulo, não encontra a cidade no mapa. A primeira busca foi ao ar livre por meio de um tablet, em seguida eles entraram na escola e depois de algumas tentativas frustradas no computador da sala, outro aluno pergunta: “Professor não precisa pagar para entrar no mapa, não?” Tal questionamento, se desdobra em outros, como por exemplo: Qual o valor de uma existência? Em seguida, o professor, ainda na tentativa de responder, abre um mapa antigo em papel, que tem as fachadas das casas desenhadas ao longo da rua principal e mostra o que tanto procuravam: “vejam, aqui está *Bacurau*!”

Os questionamentos dos alunos, o primeiro com referência à principal metrópole brasileira e o segundo que faz alusão a perversidade do sistema capitalista que estamos inseridos, levam à reflexão sobre o contexto da precária condição das cidades pequenas localizadas no interior do Brasil. Essas, geralmente invisibilizadas, sofrem pelas condições da marginalização socioespacial, aquém das ações das políticas públicas e da produção do conhecimento acadêmico. Diante de inúmeras anulações, cidades como *Bacurau*, precisam criar as suas próprias táticas de sobrevivência.

Esse processo de subjetivação, ato político que marca uma existência, requer forças de um coletivo. Em outras palavras, podemos associar esse processo político às transformações dos processos individuais em coletivo, intrínsecas à noção de menor de Deleuze e Guattari (2015). Essa característica do coletivo é produzida, ao mesmo tempo, dentro de um sistema e em oposição a ele. Sobretudo, esse coletivo diz respeito à força de um grupo, visto que um indivíduo sozinho não é capaz de se contrapor a um sistema dominante. Entretanto, através do coletivo, ou seja, da potência do comum e da partilha, é possível resistir.

A partir de Rancière, destacamos:

O impasse atual da reflexão e da ação políticas deve-se, a meu ver,

à identificação da política com a manifestação do *próprio* de uma comunidade. Pode tratar-se da identificação do princípio do governo com o próprio da comunidade a título do universal, da lei ou do Estado de direito. Pode tratar-se, ao invés, da reivindicação da identidade das “minorias” contra a hegemonia da cultura e da identidade dominantes. A grande e as pequenas comunidades podem trocar as acusações de “tribalismo” e de “barbárie”. [...] A questão não é apenas de moral — a dedicação do indivíduo à comunidade. É também de lógica: a política da emancipação é a política de um próprio impróprio. A lógica da emancipação é uma *heterologia* (RANCIÈRE, 2014, p. 70).

Não há como anular a existência de um povo, o mapa de papel do professor Plínio, causa um dano, marca e torna visível *Bacurau* que sobrevive apesar de não estar no mapa online. Ou seja, embora esteja fora da configuração de ordem policial e hegemônica, a cidade continua existindo. A pequena cidade da ficção, através do coletivo de moradores constitui uma experiência cartográfica que permite a visibilidade e a expressão dessa existência minoritária. Indo além de um litígio particular, Rancière coloca que “a política do povo causa dano à distribuição policial dos lugares e das funções, porque o povo é sempre mais e menos do que ele próprio. Ele é o poder do um-a-mais que baralha a ordem da polícia” (2014, p. 70).

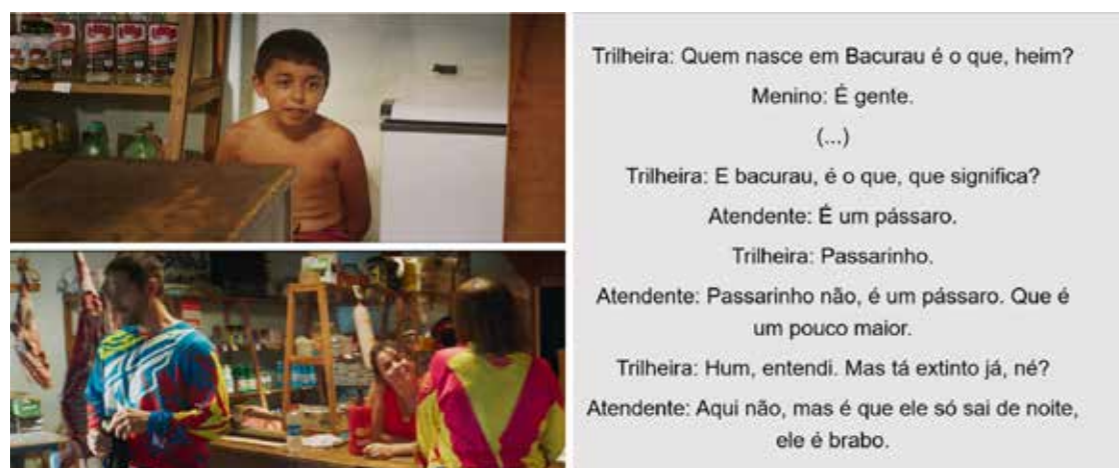
Em uma cena comum, é possível questionar a invisibilidade imposta, na medida em que as tecnologias que apresentam quem pode falar e quem pode deter o saber do que é visível no sistema neoliberal são deixadas de lado e substituídas por uma igualdade inicial. Todos podem se inscrever e se ler nos seus lugares, a partir da visão do que lhes é cotidiano, bastando-lhes pensar sobre seus espaços transformando um papel em um mapa, suas práticas em uma cidade. Qualquer um pode estar no mapa, ou ainda mais, qualquer um pode representar e representar-se em um mapa. A verificação de uma igualdade é um passo inicial para o ato político que dá visibilidade ao dano, um início ao jogo das emancipações.

Jogo da emancipação

Ao longo do filme, a comunidade de *Bacurau* necessita constantemente afirmar a sua existência, como vimos nas falas (Figura 3) de um menino e da atendente na mercearia (personagens do filme), diante de uma narrativa dominante — representada pela fala dos trilheiros, que ficaram mais conhecidos, pelo público em geral, como *brasileiros do sul*⁶.

⁶ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-247818/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Figura 3 - Quadro 45'43" - 46'23"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.



Lembremos, a partir disso, a figura de uma ave brasileira que habita o sertão nordestino e que inspira o nome da pequena cidade apresentada pelo filme. A principal característica do pássaro bacurau, consiste na sua habilidade de se esconder quando necessário. Seu nome científico é *Nyctidromus albigolis*, mas também recebe outras denominações como *curiango*, *curiango-comum*, *ju-jau*, *caribamba*, *amanhã-euvou*, *ibijau*, *mede-léguas*, *acurana* e *a-ku-kú*.⁷ Com coloração em tons terrosos, este pássaro possui hábito noturno e costuma viver no chão, abrigo que permite a perfeita camuflagem na paisagem, auxiliando assim o seu instinto de proteção e de ataque.

Em meio a possibilidade de se esconder e se mostrar, os moradores de *Bacurau*, assim como o pássaro, levam a máxima reflexão sobre quem conta e quem não conta como ser falante na busca pela verificação da igualdade — um processo de emancipação segundo Rancière. Observamos que eles subvertem a lógica esperada e criam uma expressão através do domínio de sua própria invisibilidade. A invisibilidade aqui funciona como tática frente à lógica estratégica do grupo invasor.

As imagens destacadas a seguir (Figura 4) retratam o momento em que aflora um desentendimento na conversa entre o grupo de forasteiros. Como colocou Rancière, “dar a voz é diferente de tomar a palavra” é reiterar uma hierarquia, de quem está autorizado a calar ou não alguém (2018, p. 50). No momento em que os *brasileiros do sul* tentam falar a mesma língua (o inglês), ocupar o mesmo espaço que os estrangeiros, eles são ridicularizados. Sua fala é entendida como um ruído, existe ali ainda o ato policial que determina os que podem falar (os que têm voz) e os que não têm, consensualmente cada um segue com seu papel, sua parte no jogo. Mas quando as pessoas comuns (moradores de *Bacurau*) resolvem por suas táticas (e suas armas) responder a violência imposta pelos forasteiros, realizam um ato transgressor se inscrevendo como seres falantes. A questão não é do domínio da língua inglesa, de ter uma propriedade com palavras e tecnologias estrangeiras, mas sim no ato de possuir um lugar na ordem simbólica de seres falantes.

Rancière (2018) pensa que a igualdade pode ser compreendida por dois aspectos: a igualdade sendo operada como desigualdade a ser reduzida, como algo posto de ideal futuro, ou como um princípio inicial, em que todos são iguais desde sempre. Uma igualdade originária que já está dada, então a essa só cabe a sua verificação. Para que ela seja verificada é necessário olhar o dano, quem conta e quem não conta como ser falante. É onde residiria a exclusão e definiria os sem partilha no mundo sensível.

O sujeito que se instala nessa situação, passa por um fazer existir pela configuração

⁷ Disponível em: <https://www.portaldosanimais.com.br/informacoes/bacurau-o-passaro-noturno/>. Acesso em: 25 jan. 2021.



de uma cena que constrói uma subjetivação. É esse processo que os torna sujeitos, no contrário, eles são só ruídos. Para discutir essa igualdade, é necessário um ato político que aconteça como marca de uma partilha. Esse acontecimento — jogo da emancipação — é a visibilidade no que é possível conseguir com o pensamento dos que antes não tinham fala. Não dá para pensar estética sem pensar política. Não dá para pensar política sem pensar emancipação. E, portanto, não dá para pensar emancipação sem pensar igualdade.

A língua inglesa simboliza no filme uma situação de poder. Almeja ter domínio sobre o quê não tem domínio. Quem não tem o direito de fazer, ou de ser, ou de dizer fica à margem, evidenciando a cena como um dano. Só assim, se dá visibilidade e a desigualdade na relação entre um e o outro — uma cena polêmica do processo de igualdade. Quando os moradores de *Bacurau* impõem, a partir de suas táticas, a entrada no jogo dos forasteiros, realizam uma transgressão na partilha ordenada das vozes com a inclusão na língua da própria impossibilidade de falar.

Quem conta e quem não conta como ser falante? As cenas (Figuras 5 e 6) revelam os bastidores dos esconderijos dos moradores. São muitas as camuflagens, tal como o pássaro bacurau: a escola, o buraco no meio da rua, o alçapão embaixo do museu, as casas, entre outros. Diante da iminente invasão dos *caçadores* americanos, os moradores de *Bacurau* conseguem transformar a cidade previamente numa fortaleza. Fortaleza essa tornada invisível pela suposta ausência dos moradores.

Ainda, detenhamo-nos (Figura 5), e poderemos observar o jogo da emancipação entre a capacidade de tornar-se invisível e tornar-se potente frente ao ataque. Assim, as janelas da escola se abrem e de lá emergem os disparos. Por sua vez, vemos (Figura 6) o momento de libertação, quando não é mais preciso se camuflar, assim como o pássaro, no buraco do chão. Na sequência, a imagem das cabeças dos caçadores no piso, em frente à igreja, faz alusão a toda simbologia que pode representar o arrancar de uma cabeça e usar como troféu — o pensamento sem corpo. Refletimos que esse ato é o resultado por seus modos de fazer, modos de ser e modos de dizer. É através dessas cabeças que o jogo mortal ganha visibilidade, produzindo emancipação e a redistribuição na partilha do sensível.

Esse é um ato político, que reafirma a disposição dos moradores de reforçarem a sua existência, garantindo seus direitos de fala. Os moradores de *Bacurau*, a partir da sua luta, rompem com o privilégio e a hegemonia dada aos forasteiros [brancos norte-americanos], impondo a sua existência como um ser de fala. A emancipação consiste, então, em um processo dissensual marcado pela sua capacidade de enunciação.

Figura 4 - Quadro 60" - 62'43"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.



Figura 5 - Quadro 101'47" - 113'05"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021. Figura 6 - Quadro 115'50" - 118'02"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

Momento qualquer, para concluir

Por fim, concluímos, evidenciando que tal percurso é, sobretudo, da perspectiva do contra-hegemônico, do menor, que encontra na pauta das cidades pequenas um lugar potente de debates. Utilizamos aqui para concluir a figura do museu como um espaço que ao registrar um momento qualquer torna esse um emblema de uma luta de resistência.

O museu histórico, um lugar que tradicionalmente serve para guardar as memórias, os feitos, que registram a grande história, ligada sempre com a hegemonia dos que podem falar, é subvertido em *Bacurau*. Essa subversão é expressa pela exposição de objetos que representam a força contra-hegemônica. Em *Bacurau* o museu consiste no espaço que ao registrar *qualquer coisa*, ou qualquer momento, transforma esses em expressões de uma resistência, sendo deslocado de uma posição periférica para uma posição central. Nesse sentido, o museu simboliza a figura do menor — a luta das margens em relação a sua situação periférica.

A partir da imagem das marcas de sangue nas paredes do museu (Figura 7) retomamos o pensamento de Rancière, em que ele reflete sobre o privilégio dado ao momento qualquer. Para ele, “o coração da política da ficção é o tratamento do tempo” (2019, p. 118). A forma como é partilhado o tempo, nos processos de subjetivação, se dão a partir de um mundo estruturado. A cena usada no filme é uma fratura, uma dilatação dos tempos, não é uma ficção contra a realidade, mas uma ficção contra ficção. É no retratar o momento qualquer, que se provoca uma oscilação entre o tudo e o nada, de algo que pode vir a acontecer, ou não acontecer, o momento do choque entre os que partilham e os que não foram contados.

As questões acerca da estética e da política podem estar explícitas e implícitas, até mesmo nas cenas mais sutis do filme, como as roupas no varal, marcadas por sangue (Figura 7), que representam uma dinâmica comum à paisagem do cotidiano das cidades pequenas, e possibilitam marcar a existência e a força dessa vida urbana tão singular. O realismo dessa cena cotidiana retrata o *momento qualquer*.

Podemos dizer também, que essa cena acontece como uma política da ficção, uma

arte ficcional efetivamente democrática, e que sobretudo é estética e política. A noção de ficção nos ajuda a pensar a realização de uma cena estética e política. A ficção diz respeito a um determinado arranjo de eventos numa superfície narrativa, mas sobretudo, ela também designa a relação entre mundos referenciais, enunciados pela arte; e mundos alternativos, enunciados pela política e a noção de igualdade. Rancière nos exemplifica, que o romance realista na modernidade, a vida nua e democrática, está exposta pela trama de personagens comuns, que anteriormente estavam desautorizados das narrativas tradicionais, ou então, autorizadas apenas às categorias inferiores. Ele também nos adverte que o real, para ser pensado, precisa ser ficcionado (2009). E isso nos parece fundamental, para concluir a reflexão acerca das pequenas cidades. Podemos, desse modo, pensar a tela, o filme e seu desenrolar, como essa superfície narrativa, a trama ficcional e sua estrutura democrática, que Rancière operou pelos romances realistas do século XIX, e que aqui propusemos pensar a partir do filme em questão.

As roupas balançam ao vento que sopra do sertão brasileiro, num momento banal da vida cotidiana de uma cidade do interior. Colocamos que desse modo, o que está em *movimento*, para além da ficção do real e sua parte descritiva (as roupas que balançam ao vento do sertão), é a vida nua colocada pelas personagens do filme em seu delicado plano de sobrevivência elaborado na trama. Vida daqueles que colocam suas ações na esfera de uma existência concreta, que foram, nas palavras de Rancière “capazes de conceber grandes planos e de arriscá-los no confronto com outros grandes planos e com os golpes do destino” (2010, p. 79). Em suma, o que a cena das roupas penduradas nos ajuda a ver é o efeito de igualdade, o *momento qualquer* que é a colocação em pauta de uma ação política, de um coletivo que se coloca na apresentação sensível desse comum. Tal apresentação é sempre uma colocação em ato de um coletivo, que instantes antes, estava subjugado por uma outra lógica hierárquica.

Assim como na cena confrontante, os moradores de *Bacurau* limpam o chão do pequeno museu da cidade, lavado pelo sangue dos atiradores. Eles assim o fazem, porque buscam pela instalação de uma outra configuração sensível, que não estava posta anteriormente, e que sobretudo agora reside exposta na praça pública, e depois na parede do museu para uma livre apreciação. Há nessa cena, sobretudo na possibilidade ficcional do seu desenrolar, que as cabeças expostas irão contribuir para uma outra relação com o tempo por parte dos moradores da cidade: a apreciação despreocupada, algo que está no interior do jogo da emancipação. Está posta em situação de igualdade, pois ela é a mesma situação que qualquer sujeito intelectual, de elite, morador de um grande centro o faria, em um museu outro, do *espetáculo*, qualquer. Há algo muito sutil nessa cena, algo que revela, o que Rancière nomeia como o *coração da política*, onde há uma questão de tempo, de uso do tempo e dos modos sensíveis implicados nisso.

Essas capturas inquietantes de um varal de roupas com marcas de sangue, e que também estão presentes nas paredes do museu, são tomadas como registro desse ato, que mais do que uma violência sofrida, registram na história do lugar uma conquista



Figura 7 - Quadro 106'02" - 118'43"; captura de tela a partir do original em vídeo (2019). Fonte: montagem dos autores, 2021.

onde o *menor* se estabelece como potência. Pensar a partir dessas imagens de ações banais do cotidiano, guardam a potência de revelar o dano. A cena sai da ficção levando, do olhar ao pensamento, para tantos outros varais, e roupas com manchas, e ainda, de outros dissensos, pela insistência dessa palavra menor — potência. Rasgando o céu (algo como cantou a música de abertura do filme *objeto não identificado*) de uma pequena cidade do interior brasileiro. Assim, talvez os ventos que soprem, em devir, sejam os da possibilidade de ainda pautar outras questões, outros desdobramentos narrativos, e sobretudo, outras referências teóricas, com matizes mais sertanejas, quem sabe. Matizes que nos incitem a fazer o pensamento reverberar em notas dissonantes, ou bandeiras balançando ao vento, por aí, como num lugar (momento) qualquer.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). À turma da disciplina de Estética e Política em 2020-02 (PROPUR/UFRGS), pelos estudos e discussões que fomentaram a realização deste trabalho.

Referências

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. [PEC 188 (2019)]. *Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo*. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/11/05/pec-pacto-federativo-proposta-do-governo>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 75-90, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/nec/a/4twWJzZKqthNjSyHxVnwtTP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. O momento qualquer. In: *Idem. As margens da ficção*. Lisboa: KKYM, 2019. p. 116-126.

Referências audiovisuais

BACURAU. Direção: Kléber Mendonça Filho, Juliano Dornelles. Pernambuco: Vitrine Filmes, 2019. (132 min).

NÃO IDENTIFICADO. 3'13". Composição: Caetano Veloso. Interpretação: Gal Costa. *Gal Costa* [álbum LP], Philips, 1969.

EXPERIMENTAÇÃO E HISTÓRIA DE UM FAROL

Trajetos intensivos e extensivos na pequena localidade do Farol de Santa Marta

EXPERIMENTATION AND HISTORY OF A LIGHTHOUSE
*Intensive and extensive paths in the small
town of Farol de Santa Marta*

**Gustavo de Oliveira Nunes¹ e
Adriane Cristhine Silva Moraes²**

Resumo

Este ensaio apresenta uma leitura cartográfica acerca de uma pequena localidade conhecida como Farol de Santa Marta, situada no litoral de Santa Catarina. O objetivo é trazer à tona um pouco da aura local, perguntando-se: Como se deu o processo de povoação e urbanização desse lugar? Para respondê-la, este ensaio segue pistas do método da Cartografia, apresentando-se em dois planos: o dos trajetos intensivos e o dos trajetos extensivos. Nos intensivos, narra-se uma viagem e a tentativa de expressão das forças do território através de pinturas em aquarela. Nos extensivos, a narrativa se ocupa em compreender a gênese do local, suas marcas e transformações, através de um arquivo histórico e antropológico. Como resultado, tem-se uma abordagem em que não se separa a sensação que surge na experiência e a pesquisa histórica e antropológica. Produz-se, assim, um sentido para a vontade de saber que nasce do encontro e experimentação.

Palavras-chave: Farol de Santa Marta, cartografia, trajetos intensivos, trajetos extensivos.

Abstract

The essay presents a cartographic reading of the small town called Farol de Santa Marta, located on the coast of Santa Catarina. The goal is to present a little of the local aura, asking the question: How did the process of settlement and urbanization of the place take place? Thus, this essay works with the Cartography method, which presents two planes: intensive paths and extensive paths. In intensive, a journey is narrated and try to express the forces of the territory through watercolor paintings. In the extensive, the narrative is concerned with understanding the genesis of the place, its marks and transformations, through a historical and anthropological archive. As a result, there is an approach in which the sensation that arises in experience and historical and anthropological research is not separated. In this way a meaning is produced for the desire to know that it is born of encounter and experimentation.

Keywords: Farol de Santa Marta, cartography, intensive paths, extensive paths.

¹ Arquiteto e Urbanista; Mestre em Educação (UFPel) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UNLP). E-mail: gustavohnunes@msn.com

² Arquiteta e Urbanista (UDESC), mestranda em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). E-mail: adrianecsmoraes@gmail.com



Introdução

Este ensaio busca apresentar uma visão sensível acerca da localidade conhecida como Farol de Santa Marta. Com características de uma cidade pequena, é um bairro distante pertencente à cidade de Laguna, localizada no litoral sul do Estado de Santa Catarina (Figura 1).

O objetivo é trazer à tona um pouco da aura do lugar, no que tange a uma certa forma de perceber a realidade. Quando Benjamin se pergunta o que é a aura, logo responde: “Uma trama peculiar de espaço e tempo” (2019, p. 59), a presença de uma distância, o ato de “Observar calmamente, em uma tarde de verão, uma paisagem montanhosa no horizonte, ou um ramo que joga sua sombra sobre o observador” (BENJAMIN, 2019, p. 59). Ao mesmo tempo, o filósofo pontua a deterioração contemporânea da aura, que ocorre devido ao excesso de velocidade na reprodutibilidade das coisas, como fotografias, imagens e mesmo obras de arte, que fazem perder a sensação do aqui e agora presente no momento de criação das coisas.

Assim, este ensaio, calcado em duas vivências de dois autores diferentes, busca resistir à perda da aura ao contar de um lugar, seguindo pistas do método cartográfico (DELEUZE; GUATTARI, 1995; DELEUZE, 1997), no que toca à forma de abordar uma determinada experiência. Para Deleuze e Guattari (1995), a cartografia é composta de dois diferentes trajetos: os intensivos, preenchidos por forças e intensidades e apreendidos no plano da sensação, e os extensivos, referente aos movimentos realizados sobre determinado espaço, tema ou saber. No decorrer do texto, os trajetos intensivos são expressos pela fonte *Courier New*, enquanto os extensivos pela fonte *Arial*.



Figura 2 - Morro do Céu, visto a partir da Prainha. Fonte: Gustavo Nunes, 2021.

Desta maneira, devido à diferenciação dos trajetos intensivos e extensivos, coexistem neste ensaio duas vozes: a primeira é a voz que conta em primeira pessoa de uma viagem e do processo de narrá-la por meio de desenhos e pinturas em aquarela, nascidas quando o narrador se afeta e se deixa invadir pelas intensidades do território, perguntando-se: Como se deu o processo de povoação e urbanização desse lugar? Com a questão, surge o desejo de saber mais sobre o local, convocando a segunda voz, que narra o percurso dos trajetos extensivos. A partir dela, conta-se a história da localidade, movimentando-se em busca da sua gênese, suas primeiras marcas e transformações e tenta, de certa maneira, interpretar aquilo que existe de singular e sedutor no território, buscando também expressar a aura local em outros termos.

Como resultado, tem-se uma abordagem em que não se separa a sensação que surge na experimentação do lugar, e que um dos autores busca expressá-la através da aquarela, e a pesquisa acadêmica qualitativa, ao abordar a história do Farol com base em um arquivo de referências históricas e antropológicas. Produz-se, assim, um sentido para a vontade de saber que nasce do encontro e experimentação.

I.

Projetando-se contra o mar, marcada por um processo de urbanização aparentemente espontâneo, há uma pequena localidade que hoje configura-se como um singular vilarejo de pescadores. Esse lugar é conhecido como Farol de Santa Marta que, mesmo com características de uma pequena cidade, ainda é um bairro afastado de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

Lá, uma pequena comunidade foi se criando e, ao traçar ruas irregulares e quase sempre sem saída, foi habitando e urbanizando



Figura 3 - Morro do Farol, visto desde a Prainha. Fonte: Gustavo Nunes, 2021.

o espaço. Este, rodeado por uma paisagem litorânea preservada em grande parte da ação humana, atraiu um pequeno número de moradores e turistas.

Foi nesse lugar que cheguei no dia 03 de fevereiro de 2021, levando comigo lápis, papéis e aquarelas. Lá, fiquei 08 dias vivenciando, desenhando e caminhando. Logo no primeiro dia, após uma caminhada e sem saber muito da história do local, deixei a paisagem me invadir e comecei a desenhar. Parava à beira das suas praias ou no pico dos morros, olhava e pintava. Enquanto o sol queimava minha pele, por vezes esquecia até do presente pandêmico³. O local me preenchia (Figura 2).

Desde a Prainha, ao olhar à esquerda, via o mar batendo nas pedras que são a base de um morro. Algumas habitações recebiam a brisa marítima e, no horizonte, outros morros anunciavam a presença de outras praias em enseadas. Ao olhar à direita, um morro um pouco menor invadia a água e, acolhido pelo desenho da praia em U, desenhava algumas casas de madeira do tipo cabana rústica que marcavam o topo deste segundo morro. Diante da espontaneidade das habitações e despreziosa leveza, perguntava-me: como havia se dado o processo de urbanização do lugar? (Figura 3).

³ Relativo à pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus, presente em nossas vidas desde o início do ano de 2020.

II.

A história de um lugar é construída pelos seus povos e pelas marcas deixadas na paisagem desse território. E, para entender o contexto local, é necessário compreender quem são essas povoações, de onde vieram e quais eram seus costumes. Por isso, o presente ensaio apresenta um pouco da história de uma comunidade de pescadores no bairro Farol de Santa Marta, pertencente à cidade de Laguna. Apesar de se constituir enquanto um bairro, comporta-se como uma pequena cidade, pois as experiências vivenciadas nos espaços e na paisagem garantem uma independência física, territorial e social, com uma população em torno de 2000 habitantes⁴ (DESIMONE, 2007).

Afastado da cidade, o seu isolamento territorial foi reforçado, por muitos anos, pelas dificuldades de acesso à comunidade. Essa situação proporcionou que seus costumes e crenças fossem perpetuados de geração em geração, garantindo a preservação deles até a atualidade. Porém, essa situação foi modificada em 2017, com o asfaltamento da SC-100, facilitando o acesso terrestre ao Farol de Santa Marta.

Lá, a cidade vivenciada fica na lembrança, na memória, “controla e atrai, simboliza e representa, expressa e oculta” (PALLASMAA, 2017, p. 47), é constituída por rastros daqueles que ajudaram e que ajudam a construir seus espaços, criando seus lugares de pertencimento. O Farol de Santa Marta, localizado no Cabo de Santa Marta, possui vestígios deixados ao longo da história por diferentes povos, como os pré-históricos sambaquis⁵, os indígenas, os navegantes, os militares, os colonizadores portugueses, os descendentes açorianos e, atualmente, os turistas.

III.

Eu era um turista no local. O ano de 2020 foi de poucos movimentos deste tipo e, ao experimentar essa condição novamente, queria vivenciá-la de forma intensa. Por causa disso resolvi desenhar o lugar. Tal prática nos vincula à paisagem pois torna indissociável aquele que a representa daquilo que é representado, produzindo nesta relação trocas intensivas entre sujeito e território.

Naquele momento, sabia pouco da história do lugar, mas o Farol, que dá nome à localidade, era um elemento visível desde qualquer ponto da região. Branco, com base retangular e um cilindro por onde escapa a luz no topo, possui uma pequena esfera na sua extremidade mais alta, que se sobressai frente às outras edificações menores. À noite, ao girar 360°, seu fecho luminoso é visível não só no mar, mas em toda localidade (Figura 4).

Ao olhá-lo, ficava me perguntando se foi ele que deu origem à urbanização do local, atraindo moradores, ou se estes já estavam lá, e tiveram seu lar marcado pela edificação. Ao desenhar, divagava se haviam povoações antes dele, quais nomes o pequeno território

4 A informação exata sobre a sua população não foi encontrada nos sites da Prefeitura de Laguna e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5 Sambaquis são “colinas arredondadas compostas quase exclusivamente por carapaças de moluscos” (LANGER, 2001, p. 35). De acordo com Rohr (1976), o nome sambaqui origina-se do guarani e possui significado de: monte de conchas – podendo ser chamado também de casqueiros, concheiros, berbigueiros, ostreiros ou sernambis. Nesses amontoados se encontram outros materiais, como restos de animais, de vegetais, ossadas, conchas, ferramentas, objetos de adorno, artefatos, ornamentos, entre outros.



possuía anteriormente à inserção da forma emblemática que lhe emprestou um nome próprio?

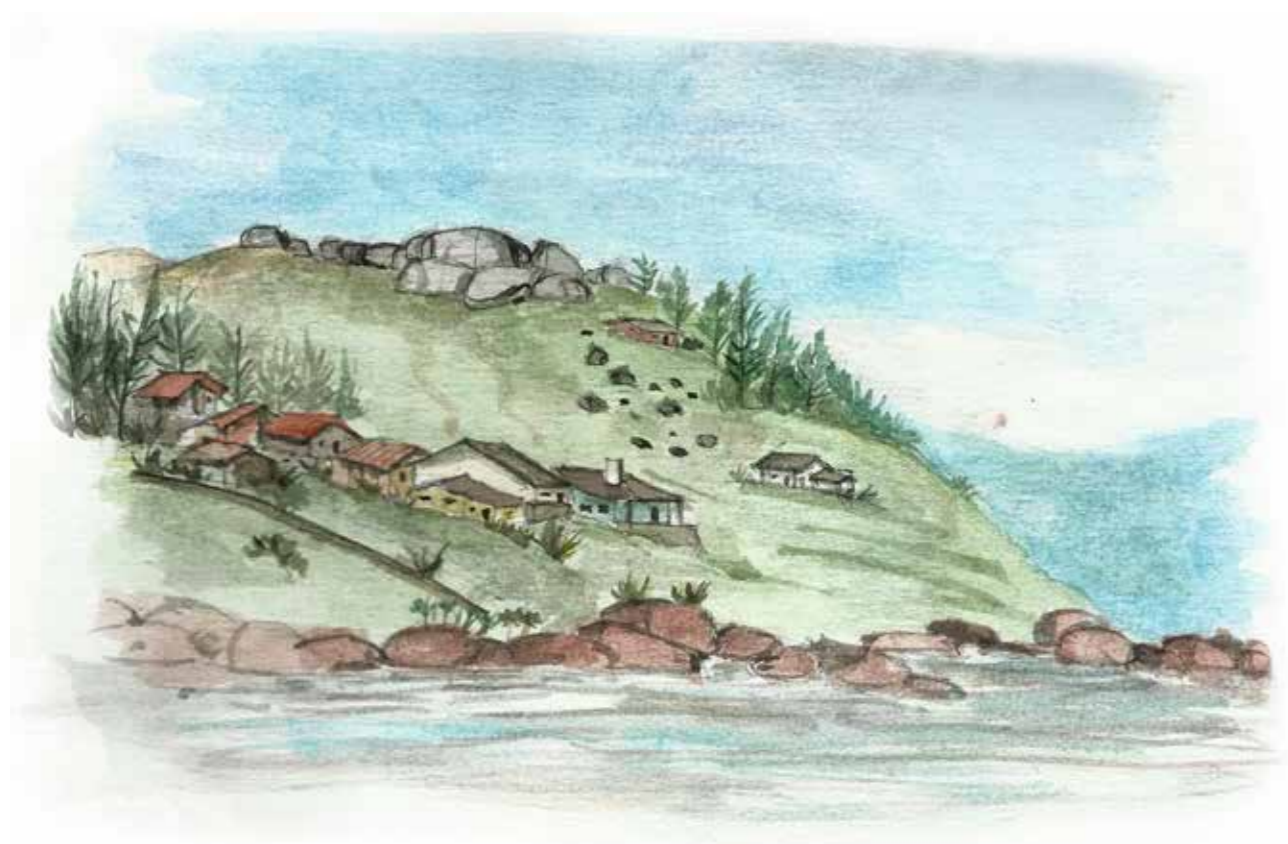
IV.

Os registros mais antigos da localidade são dos povos de Sambaqui, a aproximadamente 7000 anos, representados por sítios arqueológicos do tipo sambaqui: o primeiro fica no acesso à comunidade, na margem da rodovia SC-100; o segundo localiza-se logo no início das ocupações, margeando a Praia do Cardoso; o terceiro está próximo ao Morro do Céu e à Prainha, em meio à concentração urbana. São caracterizados como depósitos e amontoados de conchas, apresentando-se na forma de “colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças e moluscos” (LANGER, 2001, p. 35), bem como restos de animais e vegetais, ossadas, ferramentas, armas pré-históricas, artefatos e ornamentos (SCOFANO, 2012). Possuíam a função simbólica de demonstrar poder perante as povoações vizinhas, sendo essa a região onde se encontravam os maiores e mais imponentes sambaquis do mundo (ROHR, 1976).

Posterior à presença dos povos pré-históricos, houve na região de Laguna a existência de indígenas⁶, os quais foram surpreendidos com a chegada dos navegantes e colonizadores portugueses. A localidade já fazia parte da história ocidental dos grandes descobrimentos marítimos da Idade Moderna e era o último marco ao Sul a delimitar o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. A principal forma de deslocamento se dava por meio da navegação, por isso o Cabo de Santa Marta era passagem obrigatória para os navegadores que por ali transitavam.

A importância da localidade pode ser comprovada por meio do Planisfério de Cantino (Mapa de Alberto Cantino), de 1502, onde se pode perceber a inserção do Cabo de

6 Na área da pesquisa, de acordo com Rohr (1976), há indícios sobre a passagem e a presença dos carijós (tupi-guarani) – ocupantes do litoral –, e dos Kaingang (grupo Jê) – povo que ocupava predominantemente o planalto, mas que ocasionalmente surgiam pelo litoral.



Santa Marta como ponto de referência. Já “sobre a denominação Cabo de Santa Marta, que se mantém até nossos dias, não existem registros de quem o tenha batizado com este nome” (CADORIN; CADORIN; 2013, p. 36).

Tratado por Martins (1997) como a *esquina do Atlântico*, caracteriza-se geograficamente por ser um ponto de alteração e inflexão na costa do litoral catarinense (BONETTI, 2011). Tal conformação territorial e a presença de uma laje de pedras dentro do mar, nas proximidades do Cabo, resultavam em uma área temida pelos navegantes, local de muitos naufrágios.

De acordo com Demathé (2014), as embarcações naufragadas ainda estão submersas e podem ser consideradas como patrimônios, inclusive por ainda estarem vivas na memória coletiva local, representadas pelas lembranças, pelas histórias orais e pelas fotografias. “Esses elementos representam as expressões de uma sociedade que se materializa também em seus objetos, que por sua vez indicam um modo de vida passado pertencente a um extrato de tempo” (DEMATHÉ, 2014, p. 164), tal como relata o pescador Temóteo, residente do Cabo de Santa Marta:

Sobre os naufrágios ocorridos na região, Temóteo apontou o Porto Alegre e o Catalão, que estão soçobrados na praia do Cardoso; Lord Paraguai, que encalhou, mas conseguiu retornar ao mar; o Buenos Aires, que partiu ao meio, em Jaguaruna; lembra do Guaratinga, que estava carregado de madeira. Relata que a praia ficou repleta de tábuas, e que, até hoje possui algumas delas no assoalho do seu galpão. Apesar de não se recordar do nome, falou do Aldabi, disse que nesse naufrágio muita gente já desceu para pegar o resto de ferro, chumbo, bronze para vender. Temóteo citou pessoas de Laguna que fazem isso com certa frequência e que em suas casas ainda podem existir muitos objetos desses naufrágios (DEMATHÉ, 2014, p. 111).

Figura 5 - Morro do Céu com suas casas e pedras. Fonte: Gustavo Nunes, 2021.



Justamente a ocorrência dos naufrágios resultou, em 1880, em manifestação do Ministério da Marinha sobre a necessidade de se construir um farol no referido lugar. Dessa forma, em 11 de junho de 1891, oficializou-se a inauguração do Farol de Santa Marta, a 20 quilômetros do centro de Laguna.

V.

Ao sentar na Prainha, o balneário mais central do Farol de Santa Marta, observava a paisagem e a sua textura. As casas, em sua maioria, possuíam cobertura em telha de barro, com telhados com características da colonização portuguesa. Alguns possuíam quatro águas, outros, duas. As paredes eram de alvenaria ou madeira, por vezes mesclando as duas técnicas.

Devido a construção ocorrer quase sempre em desníveis, é comum a presença de muros de arrimo feitos de pedra, numa tonalidade marrom. Ao olhar os desenhos feitos do local, percebo que todos morros são circundados por pedras, e que tal material é abundante no lugar (Figura 5).

Não era a primeira vez que me encontrava nesse local. Uma lembrança fugidia, de uns 10 anos atrás, vinha-me à memória. Fazia frio. O tempo estava nublado. Junto a alguns amigos, em uma viagem realizada por colegas da faculdade de Arquitetura, sentamo-nos no calçadão que contorna a praia. Do ponto onde estávamos, ao olharmos para a esquerda enxergávamos a principal igreja da localidade, posicionada à beira mar e idêntica como era a alguns anos atrás (Figura 6).

Figura 6 - Vista para a igreja e atrás o Morro do Céu, desde a Prainha. Fonte: Gustavo Nunes, 2021.



Esperávamos, na ocasião, avistar as baleias que, todo inverno, visitam o local para reprodução, nascimento e amamentação de filhotes, sendo visíveis desde a Prainha.

VI.

Os materiais utilizados na obra de construção do Farol de Santa Marta foram retirados da própria localidade: pedras, areia, barro e óleo de baleia; já a mão de obra foi constituída por moradores das regiões vizinhas, descendentes dos açorianos que vieram da Ilha dos Açores povoar a região Sul.

O fundador da comunidade, Elizário Patrício, trabalhou na obra de construção do Farol como servente, período em que vislumbrou a potencialidade do lugar para fundar uma pescaria de arrastão. Em primeiro de maio de 1909, ele e outros ex-companheiros da obra do Farol e parceiros de pesca chegaram ao Cabo de Santa Marta para estabelecer negócio (MARTINS, 1997). O lugar era inóspito, tanto que não havia nem onde se abrigarem: a única garantia que tinham era da luz do farol iluminando as águas e seu entorno. “A presença do farol aceso é garantia de que apesar do mar agitado da área do Cabo de Santa Marta, a navegação será tranquila” (MARTINS, 1997, p. 141).

Em entrevista dada por Elizário Patrício, em 1947, o fundador relata como ocorreu o início dessa ocupação:

– Aqui chegamos em primeiro de maio de 1909. Tudo isso era mato. Não morava aqui mais ninguém, a não ser os faroleiros. Quando chegamos, por não termos onde nos abrigar, fizemos uma barraca com a vela da nossa canoa, e aí moramos por muitos dias, até que fizemos um rancho de palhas. Hoje isto está como o senhor vê, todo povoado. Não sei se fiz bem ou mal (MARTINS, 1997, p. 9).



A escolha tomada pelos primeiros moradores de se fixarem nessa localidade estava relacionada à fartura de peixe, aos ventos propícios, às águas navegáveis e à presença de um farol para iluminar. Logo, tal opção não foi aleatória: havia razões para elegerem e se fixarem no respectivo sítio, dando início à urbanização.

O primeiro núcleo de ocupação dos pescadores ocorreu na Prainha, praia posicionada no sentido Norte, próximo ao Morro do Céu – primeiro e único acesso terrestre que havia para chegar até a comunidade. Apesar da existência do caminho, tratava-se de um trajeto difícil, realizado por cavalos e mulas ou por quem tivesse charrete ou carroça. Por essa razão, os moradores se mantiveram quase que totalmente isolados até a chegada dos turistas, a partir dos anos 70.

VII.

Ainda que a Prainha fosse o melhor ponto para se desenhar e observar o mar, todo o esgoto da comunidade do Farol de Santa Marta desagua nela. Logo, não é o local mais apropriado para um banhista. O mau cheiro já impregna o ar nos dias mais quentes, tornando visível as marcas da intervenção humana no local.

Por isso, buscando um bom banho de mar, eu ia à praia do Cardoso. Afastada do micro centro do Farol, é separada da Prainha por um morro, que marca a topografia acidentada do local. Desde a beira-mar, olhando para a esquerda na direção leste, via o morro marcado por casas. Na base, próximo ao mar, avistava as edificações construídas por pescadores, com suas tipologias de garagem onde são guardados os barcos (Figura 7).

Na direção oeste, à direita, lá onde o sol se põe, podia ver outra aglomeração de rochas que marca o fim da praia do Cardoso. Do outro lado, há outra praia chamada Praia da Cigana, mais isolada dentre as outras (Figura 8).

VIII.

O segundo núcleo de ocupação dos pescadores fixou-se na Praia do Cardoso. Segundo relatos dos próprios moradores, um dos pescadores da comunidade, chamado Cardoso, decidiu atravessar o morro e construir seu barraco de pesca na praia que estava do outro lado das dunas, dando continuidade à ocupação do Farol de Santa Marta.

As primeiras casas foram construídas próximas ao mar, elevadas da areia, possibilitando que as ondas passassem por debaixo das construções, e tinham como principal material a palha, tanto nas paredes como na cobertura – tipologia arquitetônica bem semelhante à utilizada pelos indígenas. Na região não existia muita oferta de madeira, mas à medida que embarcações naufragavam carregadas com este material, assim como o acesso à comunidade melhorava, começaram a serem construídas casas do tipo chalé.

Quando os turistas começaram a descobrir o Farol, não havia sequer estrutura para acomodar os curiosos, levando os moradores a ceder suas próprias casas para acomodar os visitantes. Com o passar do tempo, e a vinda constante de pessoas *de fora*, os nativos passaram a construir no próprio terreno de suas residências acomodações para alugar. A renda dos alugueis passou a ser um suporte financeiro no sustento familiar, tornando-se hoje, juntamente com o comércio, a principal atividade econômica dos moradores.

Apesar do tempo de existência, das interferências e modificações paisagísticas por conta do turismo e da especulação imobiliária, a comunidade resiste e preserva seus costumes baseados na pesca artesanal, nos barcos, nas redes no mar, na cultura açoriana e no farol, que mantém seu facho de luz aceso iluminando esse pequeno paraíso. A sua ocupação territorial foi formada por esses povos que passaram e deixaram seus rastros, tal qual impressões digitais, tendo suas culturas e a suas identidades como balizadoras dessa constituição paisagística, fundamentadas na relação direta com o mar.

Desta maneira, a comunidade do Farol de Santa Marta caminha em velocidade contrária à da cidade contemporânea: nela os movimentos são lentos e não são mecanizados, são manuais, artesanais, sensíveis, profundos. Por isso, diferente da cidade grande, o Farol preserva certa mística e uma aura singular (BENJAMIN, 2019), posto que “à medida que a cidade perde a intimidade tátil, o segredo e a sedução, também perde sua sensualidade, sua carga erótica” (PALLASMAA, 2017, p. 49).

Pallasmaa (2017) defende que a cidade funcionalizada é evidente em demasia, possuindo uma legibilidade facilitada que não ocorre na comunidade do Farol. Lá, ainda há espaço para o sonho e o mistério, podendo-se “experimentar o lento ritmo curativo da história” (PALLASMAA, 2017, p. 53), tornando possível imaginar, rememorar, sentir as texturas e perceber os sons e cheiros no cotidiano da comunidade. Essa mística presente no local não é o resultado apenas da recente urbanização, que teve início com a construção do Farol e das primeiras habitações de pescadores, mas é criada a partir dos rastros deixados por outras comunidades que viveram no mesmo espaço e ainda se fazem sentir no aqui e no agora ao longo do tempo. Assim, tais marcas do território, quando apreendidas por meio das sensações, podem ser expressas de

diferentes maneiras — em planos intensivos e extensivos que coexistem juntos — e dão a ver sua aura.

IX.

Havia chegado o dia de ir embora. Saí para mais uma caminhada e logo avistei o farol. Desde a maior parte dos pontos da localidade, ele se fazia onipresente. Olhando-o percebi que não o havia desenhado de perto, mesmo tendo subido no morro onde está localizado e apreciado a vista. Juntei meu material de desenho e fui novamente em sua direção.

A localidade do Farol de Santa Marta possui praticamente uma única rua principal, que é a continuação da rodovia SC-100. Chama-se Estrada Geral do Farol, que circunda e se adapta à topografia do local. Desde a Prainha, caminhei por essa rua até chegar numa bifurcação à esquerda. Ao fundo da ruela, na base de um morro, há um imponente muro branco e um portão, com símbolos da Marinha. Pela lateral, há uma passagem para turistas e moradores circularem livremente por ali, durante o período do dia que é aberto ao público.

Subo o relevo íngreme, ofegante por causa da máscara de tecido TNT. Mais à frente, avisto outros turistas, entre adultos e crianças, todos com máscaras também. Logo os signos da pandemia me invadem e começo a me perguntar se tudo isso não era resultado da nossa desarmonia com a Terra, das nossas megacidades, do nosso excesso, da nossa tendência em nos colocarmos como uma espécie animal superior, da nossa insistência em nos separarmos da natureza e desprezarmos tudo o que é ínfimo e invisível. Será que, afinal, não éramos nós próprios a causa daquela paisagem?

Um pouco perdido em pensamentos, sento numa pedra. Observo o horizonte. Respiro. Dali, podia ver o pequeno bairro Farol de Santa Marta, com sua peculiar cara de cidade pequena. Sua imagem dava a sensação de uma desordem ordenada. A palavra que me vinha à consciência era harmonia. A escala pequena das coisas. Talvez meu excesso de romantismo, minha tendência a apreciar o simples e o menor. O cheiro do mar, a sensação de conexão com o todo. Pego meu material de desenho, disponho diante de mim as aquarelas em pastilhas e logo me dissolvo, a cada pincelada me esqueço de tudo e me torno mais um elemento daquela imensa paisagem (Figura 9).



Figura 9 - Farol Santa Marta, localizado no Cabo de Santa Marta. Fonte: Gustavo Nunes, 2021.

Referências

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2019.

BONETTI, Taciana Medeiros. *Discutindo a Gestão Urbana de Áreas Costeiras: o caso do Farol de Santa Marta/Laguna-SC*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95354/292963.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 mai. 2020.

CADORIN, Adilcio; CADORIN, Lucas. *Laguna Terra Mater – Dos Sambaquis à República Catarinense – Cronologia Histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto; Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995, v.1.

DESIMONE, Mariana. *Um lugar ao sul: população de cabo de Santa Marta se duplica*. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mai. 2007. Turismo. *Online*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx1101200720.htm

DEMATHÉ, Alexandro. *Entre sambaquis, redes e naufrágios: arqueologia costeira no Parque Arqueológico do Sul (SC)*. 2014. Dissertação (Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Alexandro_Demathe.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

LANGER, Johnni. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1899. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 11, p. 35-53, 2001.

MARTINS, Celso. *Farol de Santa Marta: a esquina do Atlântico*. Florianópolis: Guarapuvu, 1997.

PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

ROHR, João Alfredo. A pré-história da Laguna. In: CABRAL, Osvaldo Rodrigues (coord.). *Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos*. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação de Laguna. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 13-50.

SCOFANO, Guilherme Butler. *A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico: o caso da “Ilha de Laguna” - SC*. Dissertação (Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Guilherme%20Butter%20Scofano.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

A PERFORMATIVIDADE DO CAMINHAR

Uma possibilidade de análise espacial em Petrópolis/RJ

THE PERFORMATIVITY OF WALKING
A possibility of spatial analysis in Petropolis, RJ

Alline Margarete da Mota Serpa¹

Resumo

Este trabalho propõe uma análise do espaço urbano de Petrópolis, RJ, a partir de duas áreas com distintas cargas simbólicas, tendo o caminhar como fenômeno percebido a partir de sua performatividade. Conceitos ligados à ideia da corporeidade, performance, técnica, transformação urbana e espetacularização auxiliam na caracterização de ambientes e estruturas espaciais, bem como nas suas relações estabelecidas com o corpo. A metodologia se dá a partir da contextualização dos recortes escolhidos, o reconhecimento de suas cargas simbólicas e estruturas espaciais, e a descrição das formas de uso, atravessamento e apropriação dos corpos caminhantes neste espaço usando uma narrativa livre apoiada em imagens reais dessas localizações. As análises possibilitam um entendimento dos fenômenos gerais e específicos a cada recorte dentro de uma cidade de menor escala, permitindo, através das experiências, um diálogo com os conceitos explorados à luz da reflexão crítica sobre o espaço urbano como plataforma de valor e produção.

Palavras-chave: corpo, performance, espaço urbano, Petrópolis.

Abstract

This paper proposes an analysis of the urban space of Petropolis, state of Rio de Janeiro, considering two areas with distinct symbolic roles, having the walking as a phenomenon perceived through its performativity. Concepts related to the idea of corporeality, performance, technique, urban transformation and spectacularization help in the characterization of environments and spatial structures, as well as in their relations with the body. The methodology is based on the contextualization of the chosen places, the recognition of their symbolic meaning and spatial structures, and the description of the ways of use, of crossing and of appropriation by the walking bodies in those spaces using a free narrative supported by local images. The analyses enable an understanding of the general and specific phenomena of each clipping within a smaller-scale city, allowing, through experiences, a dialog with the concepts explored in the light of critical reflection on urban space as a platform of value and production.

Keywords: body, performance, urban space, Petropolis.

Considerações gerais

O presente trabalho propõe um debate sobre o espaço público na perspectiva da relação corpo-território, apoiando-se nos estudos da performance como lente crítica sobre a prática do caminhar dentro da cidade de Petrópolis, RJ, um município de porte médio cuja contemporaneidade possibilita análises da experiência urbana ora distintas, ora semelhantes às das grandes cidades. É parte de uma pesquisa de tese ainda em andamento, com escopo mais amplo e questões inconclusas porque é experimental, e seu processo está em curso.

Debater a cidade é objeto desse estudo porque nos inquietamos com os fenômenos urbanos aparentemente normalizados; a forma como os espaços se atualizam e atualizam movimentos, permanências e apropriações, bem como o fazem seus agentes, podem ser importantes pistas para compreendermos as transformações urbanas que afetam o uso da cidade, e também o contrário: como a forma de usar os espaços urbanos trazem novas implicações para cada lugar e sua teia simbólica.

As contradições urbanas estão dadas historicamente; a cidade é constituída por forças assimétricas que disputam quando, onde e que corpos estarão em determinados espaços, bem como o que se espera deles. O sistema racional-capitalista impõe os ritmos dos lugares a partir de uma noção de espaço-mercadoria que planifica as formas de utilização. Corpos e objetos estão dispostos a partir das funções esperadas, e ritmo e velocidade são fatores importantes para a manutenção de certas práticas em detrimento de outras. A demarcação das divisas entre o público e o privado se atualiza diante de novas regras que não estão explícitas, não são debatidas e nem inclui a todos, levando ao confronto entre o tradicional e as resistências locais.

A performatividade pode ser entendida como um dispositivo de intervenção a partir de uma ação cotidiana: o caminhar comum, gesto de atravessamento de territórios para as demandas ordinárias. No entanto, limites e porosidades estão dados pela espacialidade e novos códigos de conduta atualizam essas bordas, gerando incertezas e sujeitando o indivíduo ao lugar a partir de certa forma estabelecida.

Assim, podemos pensar que o caminhar é uma prática performativa que dialoga com o meio, o questiona e subjuga, ao mesmo tempo que possui autonomia limitada para a ação. As regiões estudadas – duas áreas simbólicas distintas do município – carregam estruturas espaciais com forma, história e conteúdo bastante distintos e o caminhar possibilita uma maneira de analisar as forças e ações em curso.

Importante ressaltar que parte das análises presentes se dá em um momento em que a forma de circulação (ainda) está sob influência do risco e da incerteza em função da pandemia de Covid-19 e as necessidades de distanciamento-isolamento para garantias mínimas de segurança. Mesmo assim, os espaços têm estado densos e ativos, com atividades muito similares ao cotidiano anterior. Não observamos alterações consistentes, no momento da análise (Novembro 2020), em relação aos dias pré-pandêmicos.

O movimento como fenômeno decorrente do acúmulo técnico na cidade

O tema do movimento nas cidades suscitam muitas questões: a transitoriedade, os deslocamentos, a eficiência, os custos, etc. Conforme o próprio fenômeno se intensifica, também se processam mais estudos que relacionam suas condicionantes, as relações estabelecidas e tantas outras questões não completamente respondidas.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Especialista em Gestão de Infraestrutura em Saúde pela ENSP/Fiocruz (2009), Mestra em Engenharia Urbana pela Escola Politécnica da UFRJ (2014) e Doutoranda no PROURB/UFRJ (desde 2018). Tem trabalhado com os temas de planejamento e projeto do espaço urbano em coordenação e desenvolvimento de projetos, pesquisa e docência pela Unigranrio (RJ) e pela Universidade Católica de Petrópolis (RJ). E-mail: alline.serpa@gmail.com

As cidades modernas elevaram ao grau máximo a conversão dos espaços para que o movimento se fizesse. Cada vez mais acelerado, sua relação com o tempo tem levado ao aprofundamento técnico necessário para que seu processo se dê de forma eficiente, dado que os deslocamentos de coisas e pessoas são entendidas como extensão do processo produtivo capitalista.

Perceberemos que as induções para o movimento estarão, cada vez mais, nos motivos de partida e chegada, e a forma de deslocamento será um fator de escolha para que ocorra da melhor maneira possível diante de muitos fatores. Um deles é o próprio território atravessado. Os fluxos se dão pelas possibilidades do movimento em si e pelos fixos do espaço percorrido (SANTOS, 2006) – este que acumula um histórico de atualizações através da técnica. O conjunto ilustrado produz uma relação interdependente onde os referentes simbólicos em todos esses componentes estão dados e sujeitos à alteração conforme o tempo – atualizando-se assim também a relação tempo-espaço percebida a cada momento.

As estruturas espaciais e a forma de percorrê-las podem revelar o tempo acumulado pela expressão das técnicas aplicadas, produzindo novos espaços hierarquizados, onde a noção de controle e subordinação nos auxilia na percepção de espaços desiguais a partir da forma (em suas múltiplas camadas visíveis e invisíveis) como os atravessamos. As condições de atravessamento, permanência e apropriação estão sujeitas a regras específicas do lugar a partir das zonas de interesses e regulações formais ou informais, reposicionando os limites entre espaços privados e públicos, por exemplo, ou evidenciando espaços privatizados.

De forma solidária, a maneira de se movimentar tem relação com a forma de ver a própria cidade, onde o tempo se apresenta como um dos fatores de estudo – ele nos auxilia a entender que o movimento produz uma transitoriedade mais marcante quanto maior sua instabilidade territorial. É o mesmo que afirmar que o corpo que percorre um espaço cria uma permanência mais breve por maior velocidade de seu percurso e traz, como resultados percebidos, uma aderência menor aos lugares percorridos, reformulando para si os seus significados. Em última análise, a forma de se movimentar influencia a forma de ver a própria cidade, afetando suas práticas culturais, seus espaços de encontro e socialização e sua condição de interferência.

Assim, essa implicação corpo-território-corpo está dada e intensificada nos tempos modernos por uma racionalidade produtivista que densifica suas ações através de camadas técnicas-funcionais-informacionais a partir de Santos (2006), planejando as soluções do espaço percorrido. O urbanismo é o campo de conhecimento que vem determinando as intervenções e atualizações que produzem espaços urbanos eficientes para que um determinado movimento (ou forma de movimentar, ou agente em movimento) esteja garantido e priorizado. Acelerados, os corpos urbanos estão encapsulados por novos dispositivos técnicos (a motorização) para atender às expectativas da produção, que demanda rapidez e continuidade. Os espaços cada vez mais cumprem uma função de passagem de fluxos com alguns pontos valorizados no caminho, reservando ao atravessamento uma experiência empobrecida e amnésica.

Esses fenômenos trazem um tempo de atravessamento dos territórios entendidos como um *tempo rápido*, flutuante sobre o espaço, onde o agente em movimento possui, em geral, menor controle. São espaços onde a mediação do corpo se dará através de regras próprias de uso e apropriação. Ainda assim será possível um *tempo lento* para outros corpos que experimentarão uma aderência e uma forma mais sensível de relação com o território percorrido, como o caminhar. O corpo caminhante possui outra mediação e percorre os espaços nos auxiliando a entender, enquanto o faz, a própria produção do espaço urbano (RIBEIRO, 2012; FORTUNA, 2018).

Os agentes caminhantes na cidade possuem diferentes condições de fazê-lo, cujas pistas são possíveis a partir de sua representação e pertencimento social. Restrições e privilégios estão relacionados ao seu corpo simbólico nos espaços simbólicos, se compreendermos o valor do movimento lento quando relacionado às possibilidades de consumo do lugar (dentro de uma perspectiva mercantilizada do espaço urbano), sujeito a formas severas de controle. Quais, onde, como e quando os corpos poderão exercer sua condição de atravessamento se apoiam, mais uma vez, num acúmulo técnico do território cuja reprodução é percebida de forma heterogênea no espaço, produzindo resultados desiguais com circunstâncias de controle variadas. O corpo caminhante é um agente em atravessamento que pode nos ajudar a denunciar essas diferenças.

A paisagem urbana dos territórios atravessados também denuncia as intenções de cada lugar, cuja estética cristalizada (e em atualização) evidencia uma intensidade-velocidade de alteração do meio a partir das ações do Estado, mercado e a sociedade, que disputam interesses e produzem camadas ao longo da história. Os conceitos racionais desses espaços se alinham a comportamentos previsíveis e interessantes ao capital: consumo, circulação de bens e pessoas, apropriação valorizada. Será garantida aí uma *harmonia conduzida* através da pacificação das relações entre os agentes e os lugares funcionalmente especializados, cuja normatização endurece os movimentos e intensifica as relações hierárquicas.

Todo o contrário será entendido, nesses espaços, como irracional e ilegal – é o que ocorre nos espaços intersticiais (ou espaços negativos), onde a informalidade se sustenta (e sustenta o lugar) através de redes ramificadas constituídas pelas populações marginais (SANTOS, 2006; CARERI, 2013; 2017). São também compreendidos como espaços residuais onde o tempo lento se faz mais possível através de uma outra racionalidade cotidiana.

Esses são identificados como *espaços opacos* (SANTOS, 1998; RIBEIRO, 2012) frente aos *espaços luminosos* a partir do caráter de valorização e das possibilidades de vida. O pensamento dominante os classifica, em geral, como feios e perigosos, menos sujeitos à rigidez, à dependência técnica e à artificialidade, porém não dispensam estratégias próprias de sobrevivência. As práticas desses territórios são aquelas da ordem local que valorizam mais a intimidade e a socialização, com laços mais contínuos e espessos recriados na escala do cotidiano.

A dimensão performativa do caminhar para uma leitura do corpo na cidade

Dentro do debate do movimento na cidade, aqui interessa-nos compreender o movimento do corpo comum a princípio sem mediação, ou seja, aquele que o faz caminhando. Propomos um diálogo entre o campo do urbanismo e o da dança uma vez que estamos buscando amparo nas relações espaciais produzidas por uma performance corporal do caminhar, onde a condição transitória desse corpo no espaço percorrido origina uma performatividade degradada no tempo, de caráter instável e impreciso quanto ao seu início-meio-fim, carregada de interferências (BRITTO, 2008).

É preciso garantir, de início, que a performance é um conceito em disputa. A etnografia, antropologia e a sociologia a veem relacionada ao conceito de cultura (o eu social), a depender do nível de consciência da ação-recepção num determinado meio acumulado de intencionalidades que a subjugam mas que também é subjugado pela performance (CARLSON, 2009; DE CERTEAU, 1984).

Para Schechner (2003), performance é exhibir-se ao extremo, seja na arte ou na vida cotidiana, uma vez que produz identidades a partir de *comportamentos restaurados* (referenciados em outros outrora produzidos) em diferentes contextos, estabelecendo novas relações sociais. Nessa perspectiva, a performance do caminhar é uma prática técnica treinada e transmitida por gerações. Sujeitos às condições socioculturais e espaciais, esse caminhar tem carga ideológica dado que permite, pelo atravessamento, se relacionar com o meio, gerando percepções iniciais e atualizadas conforme novos percursos ocorrem neste ou em outros espaços. Podemos compreender esse contexto do percurso e da performance como espaço cênico (MAUSS, 1934; MOSTAÇO, 2016).

Sua prática incorpora papéis sociais que possuem relação com o grau de vigilância do espaço: quanto maior, mais artificializada tende a ser a performance. Por isso, ela também pode ter uma lente política onde o movimento do corpo (ou o produto desse movimento) denuncia as relações de poder. A política da corporeidade possibilita entender o cotidiano, os protocolos normativos e as ações de resistência (FUENTES, 2015).

Lepecki (2011) nos auxiliará a entender a propriedade política do chão refletida na corporeidade do caminhar através do conceito de *coreopolítica*, já que se trata de uma performance dotada de ideologia (o que ele chamará de *topocoreopolítica*) produzida pelo cotidiano. Suas práticas contra hegemônicas sugerem um caminhar que questiona o lugar e resiste às forças planificadoras atuantes através de uma *coreopolícia* seletiva (que coíbe e constrange formas outras do que a já esperada performance nas localidades de valor) a partir da presença de um Estado policial.

Esta prática politizada do espaço emerge através da agência e da assembleia como constituinte de forças plurais: comparecimento, permanência, respiração, movimento, quietude, discurso, silêncio. Os corpos podem falar sem emitir uma só palavra. Sua aparição-desaparição é a materialização de sua existência naquele lugar, e o corpo em atravessamento está sujeito à sua categoria social em suas múltiplas camadas, à interpelação e ao ataque não apenas a si mas a quem (ou o quê) representa. *Caminhar é aparecer* a partir da presença corporal e pode ser uma atividade produzida a partir de relações cognitivas, reflexivas, criativas, de forma estética e com valor de denúncia. O espaço que surge entre um corpo e outro é o espaço do aparecimento enquanto exercício performativo *entre corpos* que tanto os vincula quanto os diferencia. Em última análise, caminhar – esse ato de um corpo privado que se mostra público – é se posicionar politicamente. Nesse sentido, o corpo caminhante é a matriz da coreografia enquanto reprodução ideológica, um instrumento simbólico, metafórico, mimético e político que possibilita uma relação de intersubjetividade com o meio, produzindo relações sociais (BUTLER, 2018; HEWITT, 2005).

Foucault (2014) nos auxilia a entender essa relação compreendida no conceito de biopoder relacionado ao corpo submisso a partir das ações de controle pelo adestramento e disciplinarização que o moldaram através da técnica. Neste caso, assumimos que tanto o espaço quanto o corpo agora estão sujeitos a um acúmulo técnico submetido às hierarquias econômicas. Isso está percebido pelo movimento corporal domesticado ao longo do tempo, um corpo-máquina cada vez com menos possibilidade de desvios, cuja performance se enquadra de forma útil e funcional ao trabalho e à produtividade: seu ritmo, seus gestos e suas vontades devem obedecer, especialmente na sociedade moderna organizada, a horários precisos e formas específicas de uso do espaço, que deverá, novamente, ser disciplinado e vigiado, cumprindo uma determinada função na hierarquia pré-estabelecida de valores, como confirma McKenzie (2001) quando trata da performance dos comportamentos corporativos relacionados a desempenho, motivação, atingimento de metas, cujos ganhos são negociados através de bonificações, reconhecimento público e promoções. Ao trazeremos o espaço urbano como problema

de estudo, precisamos reconhecer que, nos ambientes corporativos e na vida urbana, a performance é uma prática dobrável, ajustável, reconhecida nos modos de produção onde o corpo também é um objeto técnico produtor de riquezas. Seu diálogo com Butler (1997) reconhece a noção de práticas discursivas cuja performatividade garante poder e autoridade. O enquadramento do corpo dentro de determinadas relações socioespaciais possibilita uma ampla concorrência pelas forças disponíveis nas relações de trabalho e também no espaço público. Quanto maior a estrutura (não pela espacialidade pura, mas pelo acúmulo de forças incidentes) onde a performance está inserida, mais difícil a transgressão. Quanto menor, mais fugazes serão essas práticas.

Uma dialética dos espaços a partir dos modos de ser e de mover-se

Santos (2006) e Lefebvre (1991) propõem uma visão para as transformações urbanas a partir do acúmulo de ações humanas sobre o território no sentido de reinvenção do simbólico e do comum, constituindo uma vida cotidiana ora miserável, ora grandiosa, onde o urbanismo moderno atua com novas soluções a partir da lógica do sistema produção-consumo-produção. Para o movimento, isso significou extensão de espaços a serem percorridos e formas outras de fazê-lo, onde o automóvel tem papel central. A partir de um certo momento, dirigir se vê como uma atividade valorizada e caminhar perde posição. Tais noções podem ser aprofundadas pela ideia de *espetáculo e seu poder de representação* em Debord (2016), cujo conceito reside em uma relação social entre pessoas mediada por imagens (e seu poder de representação), onde as fronteiras entre o real e o imaginário são embaçadas ou sequer existem, efeito que o espaço organizado tem grande responsabilidade. A força social do espetáculo está no *parecer* (e não no *ser* ou no *ter*) carregado de qualidade positiva recepcionada de forma passiva, inquestionável, de verificação quase inacessível, atuando de maneira hipnótica especialmente junto ao proletariado que ganha status de consumidor.

Nas sociedades do capitalismo dependente, a alienação pelo espetáculo é mais profunda, suprimindo a qualidade autônoma através do tempo cíclico que visa obedecer à totalidade que ordena os corpos para a produtividade, tal como mostrado anteriormente. O urbanismo é a aplicação técnica de transformação do território com o poder de separar as classes a partir da valorização diferenciada dos espaços, e o faz utilizando recursos que garantam cenários alinhados ao capital através do que representa e simboliza. De forma prática, atua sobre a rua como esfera privada através de elevado grau de controle e consumo, intensificando o valor da propriedade através do poder de monopólio e a sobreposição de valores: terra, volume, serviços, estilo, etc., são os dispositivos de segregação (DEBORD, 2016; VILLAÇA, 2001).

O *ser-estar* está dado de formas bastante distintas nessas espacialidades. Muitas são as forças atuantes em cada lugar, e o poder de agência do *corpo-em-movimento*, enquadrado sob as regras estabelecidas sejam elas quais forem, se produzirá de algumas formas. Como nos auxiliou Lepecki (2011), um Estado policial presente (o que vai além da guarda militar) tem a eficácia de organizar e garantir que tudo se cumpra como desejado, e sua atuação não é homogênea no território visto que, de forma ampla e geral, cada lugar é dotado de uma escala de valor e necessidade de proteção. Alguns espaços nascem do Estado (ainda que sejam promovidos pelo mercado), são estabelecidos pelas normas regulamentadoras, e as camadas de atualização são intensamente renovadas e acumulam diretrizes quase sempre alinhadas entre si – organizam os espaços e os sujeitos para que se possa garantir a reprodução capitalista dos interesses aí concentrados. Por outro lado, os espaços de sobrevivência estão onde o poder público não atua, não apoia ou sequer reconhece: inseridos ou periféricos aos bairros de classe média, muitos se encontram em situação de vulnerabilidade

social, sujeitos às tragédias climáticas ou mesmo aos fatores sociais presentes, como a criminalidade.

Os espaços centrais revitalizados sob a égide de valor histórico e bem cultural, ainda que importantes, produzem um fluxo de capital muito específico. Ao mesmo tempo que se amparam no valor da imortalização do passado e por isso recebem investimentos de manutenção em grande parte das vezes, sofrem pressão de forças que atuam pela sua desconfiguração. Jeudy e Jacques (2006) compreendem que a preservação de espaços é uma evidência de valor designado a determinados territórios cuja forma de atualização possui um certo controle, pois

os cenários reconstituídos que formam o enquadramento do espaço urbano terminam abolindo essa dinâmica do tempo, fixando a memória e a percepção dos cidadãos, e dando aos turistas a impressão de que se encontram na eternidade de um cartão postal (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 8).

A reprodução cenográfica é produto das definições e investimentos locais institucionalizados, primando por uma representação que possui, no congelamento de tempos outros, um papel terapêutico a partir de uma estetização dominante que atua sobre a relação corpo-espaço de forma própria.

A invenção da cidade imperial de Petrópolis

O município de Petrópolis, com cerca de 306 mil habitantes (IBGE, 2020), situa-se na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (cerca de 845 metros acima do nível do mar), cuja constituição se deu de forma menos intensa nos primeiros 300 anos de colonização portuguesa na região, basicamente reduzida a assentamentos temporários que ocupavam a Serra da Estrela durante as expedições exploratórias às minas de ouro. Apenas a partir do Século XIX é que se percebeu uma ocupação mais formal e acentuada a partir do estabelecimento da Vila Imperial. Com o crescimento ao longo das décadas, delimitou-se o município e constituíram-se 5 distritos internos.

Observando os aspectos morfológicos da cidade, há particularidades topográficas no município que induziram a uma ocupação concentrada nos fundos dos vales, junto aos rios, a partir de um planejamento urbano (1846) que propôs uma distribuição territorial em quarteirões (prazos).

Historicamente, percebe-se que o tratamento tem sido diferenciado entre as diversas regiões da cidade através de investimentos gerais em infraestrutura, sinalização, mobiliário urbano, paisagismo, concentração de comércio e serviços municipais, etc., conservando (e ampliando) o valor do que se reconhece como *Centro Histórico* de forma assimétrica se comparado às demais áreas, desdobrando em efeitos de desigualdade, expansão urbana fragmentada e vulnerabilidade ambiental para as populações carentes.

A cidade encontra-se sob influência de processos migratórios, recebendo pessoas de diferentes regiões nos últimos anos, cuja fixação vem se concentrando, a depender, em áreas de interesse e de possibilidades econômicas – levando a processos de expansão do mercado imobiliário formal em diferentes áreas, bem como de ocupação espontânea (favelização) como resposta à necessidade de proximidade a serviços e oportunidades de emprego – em geral em encostas próximas às áreas nobres (e também junto de outras mais recentemente constituídas), através de técnicas de autoconstrução sem

apoio da municipalidade.

A produção espacial do município de Petrópolis é típica daquela resultante da concentração e sobreposição de valor em áreas restritas, decorrente de processos históricos de ocupação que já privilegiaram os primeiros beneficiários – consequentemente organizando quem e em quais condições poderiam utilizar esses espaços.

Entender o contexto da formação do território petropolitano é fundamental para o presente estudo, uma vez que suas características espaciais originais ainda estão conservadas nos dias atuais e afetam os modos de vida da cidade, pois foram apoiados nos fatores de domínio fundiário residencial e industrial. A partir dos anos 1970, observa-se a expansão de loteamentos e ocupações populares, o surgimento de novos edifícios para a classe média, construção de conjuntos habitacionais, além da fixação das camadas populares *morro acima*, ou seja, a intensificação da ocupação das encostas pela classe trabalhadora que aumentava em função de maior fluxo migratório a partir dos anos 1950-60.

Mesmo com os movimentos econômicos desenvolvidos pela industrialização, Ambrozio (2008) reforça sua tese de planejamento organizado, inicialmente, para uma socialização amena caracterizada pela paisagem e pela elitização – reforçados pelo estímulo da imigração de operários europeus brancos, demonstrando um caráter de nação progressista *livre da escravidão* (e da presença negra) nos núcleos centrais. O tempo consolidou o fortalecimento desse espaço como centralidade através da valorização e da garantia da manutenção das atividades produtivas, hoje concentradas em comércio e serviço diversificado, além da exploração turística de uma paisagem cristalizada que remonta aos tempos imperiais (assumidos ainda na atualidade pela sociedade tradicional que se orgulha desse selo). Tais fatores intensificaram os processos de segregação socioespacial das camadas populares que não se inseriram no mercado imobiliário formal, possibilitando a ela, apenas, a ocupação de espaços residuais.

O que os estudos tradicionais desta cidade não costumam esclarecer é sobre a presença da população negra e mestiça no espaço intraurbano, já que a história de Petrópolis está valorizada a partir da sua narrativa de êxito: a industrialização como passo de progresso de um imperador visionário. Silva (2019) afirma que o período colônia-império somente foi possível a partir da existência de uma larga maioria africana e afrodescendente em todo o país, reconhecendo no homem e na mulher negra os colonizadores do Brasil, produtores de territórios, cuja existência enquanto provedores, executores e conhecedores de técnicas aplicadas está claramente omitida nos registros imperiais e republicanos da cidade. O caráter elitista surgido no projeto de cidade imperial, no entanto, está na base das políticas públicas da atualidade. As atenções e investimentos concentrados na região central que explora turística e comercialmente a sua *paisagem histórica* e o próprio enrijecimento da estrutura urbana produzem um território que mantém afastadas as

classes populares do município em benefício de incorporadores, *rentiers*, corretores imobiliários, e seus sócios municipais não menos notórios: políticos, universidades privadas, promotores de eventos, associações comerciais e clubes de serviços (AMBROZIO, 2008, p. 43-44).

Apesar dos esforços pela reserva da Vila Imperial como *legado europeizado*, nem a hegemonia branca nem as espacialidades europeias foram inteiramente garantidas. Cravadas especialmente nos entremeios dos bairros do 1º e 2º Distrito do município, os

aglomerados de exclusão surgiram da explosão populacional durante a industrialização, buscando naquela época e ainda hoje as condições de moradia próximo dos espaços de oportunidade e capitalização.

Reflexões sobre um caminhar performativo nos espaços simbólicos

Neste trabalho, desejamos nos aproximar de uma relação entre o corpo e o território com o apoio dos estudos da performance. Conforme relatado antes por Santos (2006) e Ribeiro (2012), as estruturas espaciais resultam de camadas de atualização técnica sobre o território que vem alterando a relação do corpo com a cidade quando pensamos em movimento. Os acúmulos históricos dos lugares são tão sobrepostos quanto os interesses em disputa e, nas últimas décadas, algumas cenas parecem mais estáveis que outras em função dos efeitos do capital.

Com o título de *Cidade Imperial*², em Petrópolis observaremos esses fenômenos em curso através de estruturas espaciais antigas e tradicionais preservadas através de uma paisagem do *Brasil Império* mantida até o presente através de processos de tombamento pelo INEPAC e IPHAN³. Também podem ser observados processos de expansão em formas modernas (condomínios) sobre espaços deslocados da região central, e ainda observamos assentamentos populares e favelas.

As duas espacialidades demarcadas neste estudo – uma região central valorizada e um espaço periférico autoconstruído – levam à provocação de algumas reflexões sobre essas localidades a partir da relação do corpo com o território, onde o movimento do caminhar pode argumentar diante das estruturas e forças presentes.

Além disso, como nos mostram Foucault (2014), Schechner (2003), Lepecki (2011) e Butler (2018), o corpo e sua performatividade reproduz através daquilo com o que se relaciona, processando um cotidiano dotado de referências e ideologias com relação a si e ao território que ocupa e atravessa. Com isso, sofre, enfrenta, resiste e se adapta às forças concretas e simbólicas do lugar, sujeitando-se às regras disciplinares estabelecidas e às forças de controle e vigilância presentes.

Algumas categorias serão exploradas nesta análise: dispositivos de representação e espetacularização, camadas de acúmulo técnico e dispositivos de controle, e possibilidades de aparição-desaparição da performance para cumprimento de um poder de agência e de assembleia, conforme sintetiza o esquema na Figura 1.

A performance como prática é de difícil captura, porque suas formas de arquivo, no intuito de imortalizá-la, tendem a matar a performatividade. Seu sentido é pleno quando no ato da prática. No presente estudo, fotos e narrativas buscam trazer um pouco desse corpo vivo para possibilitar uma análise a partir dos meios disponíveis. O que se reproduz como prática performativa e o que se estabelece como registro possui uma relação entre o que é reconhecido como performance e em qual lugar – o que nos leva a questionar por que estamos confrontando esses elementos. O arquivo traz uma reflexão sobre a ação-inação dos corpos e exige a compreensão de elementos não neutros no requadro e na captura, atuando também de forma simbólica sobre os agentes para entender quem performa e quem não. Memórias e fixações vão sendo favorecidas em detrimento de outras (TAYLOR, 2013).

² O título de *Cidade Imperial* é ainda hoje explorado de inúmeras formas, inclusive em função do Decreto Federal 85849/1981.

³ Tombamentos DPHAN/IPHAN, INEPAC e CPPHAP promovidos no final da década de 1980.

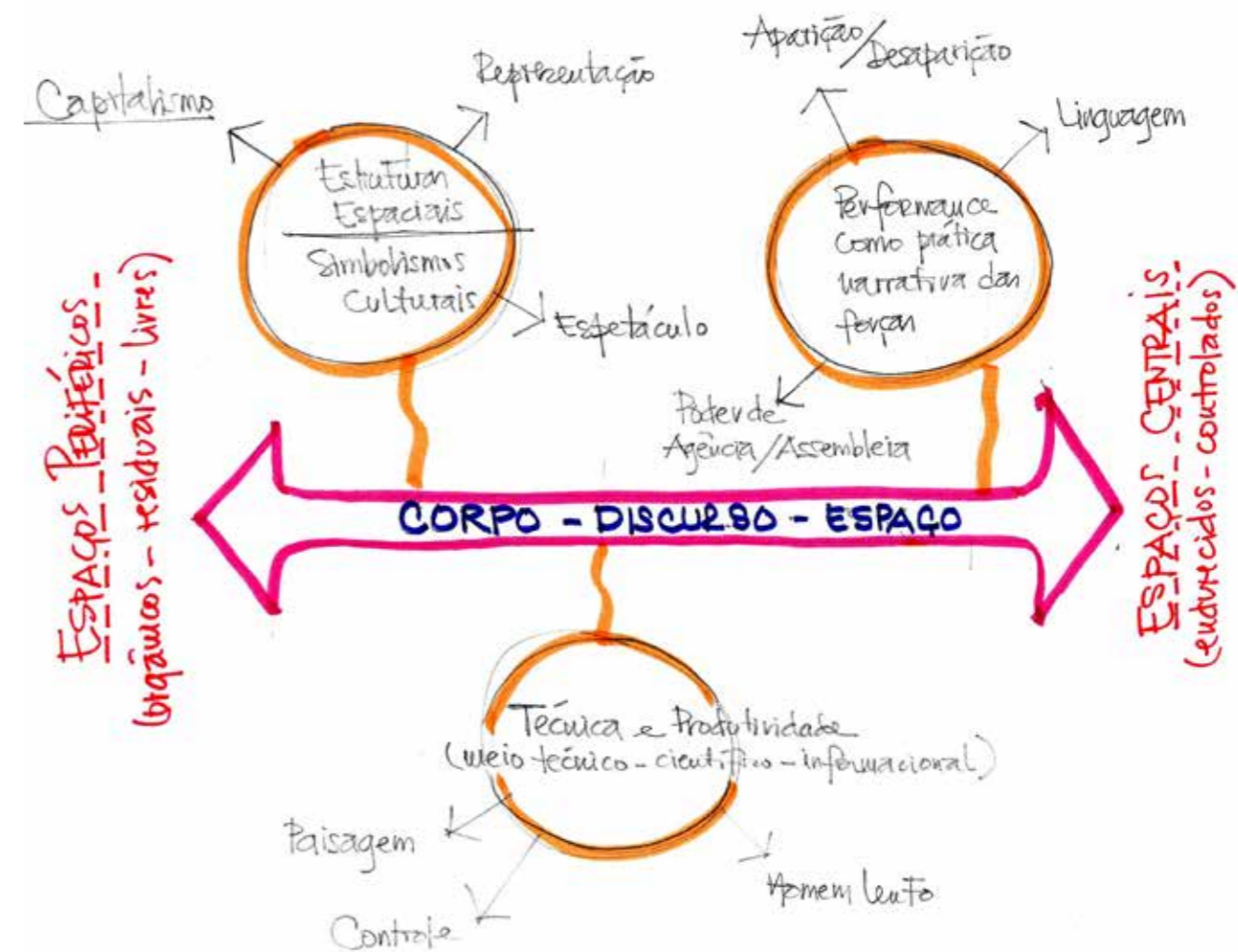
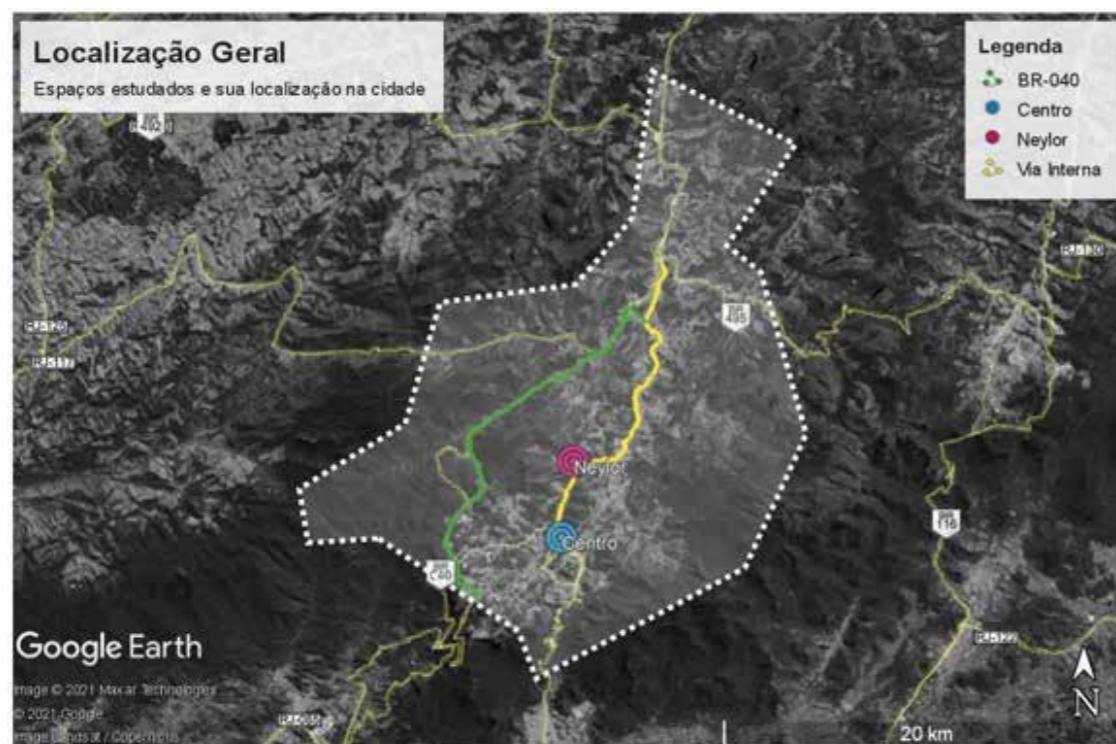


Figura 1 - Esquema geral de diálogo teórico-prático do estudo. Fonte: Autora (2021).

Sendo uma aproximação imprecisa, propomos um arquivo de performance que se dê através da fotografia dos corpos nos espaços, cujo movimento buscado durante a captura seja o caminhar do cotidiano, em geral praticado para deslocamentos funcionais (visando atender às demandas do dia a dia).

Na sociologia, o caminhar é uma forma de fala com o meio, e a fotografia pode ser uma metodologia que não apenas registra os corpos no espaço mas, inclusive, o faz a partir da interpretação do olhar do fotógrafo. É a *performance do pesquisador da performance* (JOLÉ, 2005). A câmera e o agente capturador não apenas imprimem um olhar próprio ao que vê mas, eventualmente, pode interferir na ação-reação do objeto fotografado – especialmente se ele não se assemelhar em corpo e em dispositivo em determinados espaços. Tudo deve estar em questão na análise. Como podemos lançar um novo olhar para o comum? Como entender os movimentos rizomáticos distanciando-se deles, não estando exatamente em seus corpos e percebendo o mundo a partir de suas lentes? Falar de corpos caminhantes é uma tentativa de interpretação também a partir da experiência do meu corpo caminhante nesses espaços e sua relação com aquela espacialidade, buscando os elementos em intercruzamento. Os resultados supõem uma expressão que marca os espaços e os atualiza – uma marca performativa como ação-intervenção.

Para o presente estudo, dois espaços em Petrópolis serão observados com maior destaque (Figura 2):



1. O *Centro Histórico*, espaço decorrente do estabelecimento da Vila Imperial com uma estrutura espacial rígida e valorizada, reproduzindo formas de ser-estar muito próprias de regiões valorizadas, porém com uma camada adicional de paisagem *esteticizada* pela preservação de bens e conjuntos tombados e pela permanência de gerações herdeiras beneficiadas pelo decreto imperial do Século XIX; e

2. A *Comunidade Neylor-Barcellos*, como muitos outros, um espaço ocupado pela massa trabalhadora pobre da cidade, cuja expansão se deu pelo esforço da autoconstrução, estruturando o território de maneira condicionada à topografia e às necessidades locais, sem a participação do planejamento municipal ou do mercado imobiliário.

Esses dois espaços foram escolhidos pela diferença de sua estrutura socioespacial, histórico de ocupação e preservação, investimentos recebidos ao longo do tempo e nível de controle e vigilância. Para registro dos corpos em movimento, capturamos esses espaços em pleno uso, flagrando atravessamentos e relações espaciais estabelecidas pelos corpos com o território a partir dos objetos e outros corpos caminhantes. Foram selecionadas 10 imagens de cada território que expressam generalidades e especificidades locais que buscaremos explorar a seguir.

Centro Histórico

É a região onde o caráter de *Cidade Imperial* está presente e explorado na paisagem cultural urbana desde seus tempos coloniais, fortalecido na era reconhecida como *Brasil Império* (1822-1889) até os dias atuais. De forma geral, vem sendo explorada para as atividades turísticas associadas ao desenvolvimento de negócios na cidade nos ramos da hotelaria, gastronomia e lazer voltados a um público de alta renda e consumo exigente.

As características gerais deste *Centro Histórico* (localizado no Centro, 1º Distrito) se dá por um conjunto arquitetônico-paisagístico tombado a partir da cultura representativa da colonização alemã-portuguesa, local de exploração turística, concentração de comércio, vida tradicional e riqueza econômica a partir das famílias residentes e proprietárias. A

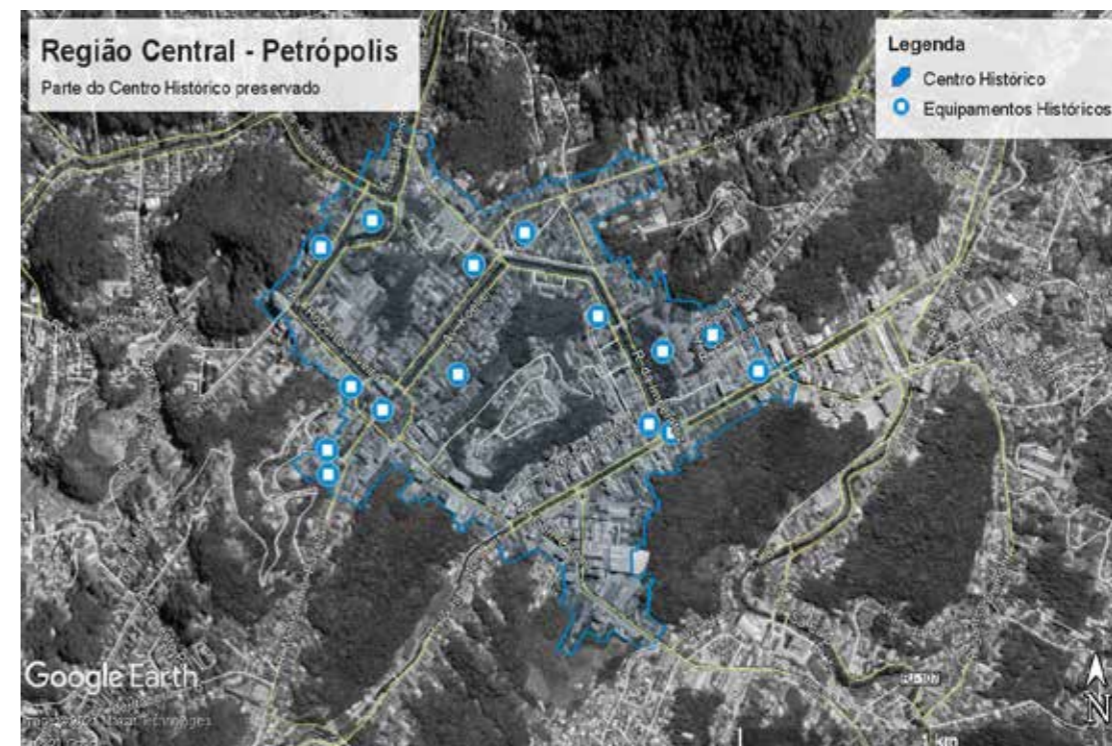


Figura 3 apresenta um recorte espacial simbólico dessa área e a demarcação das principais edificações tombadas (museus, instituições, praças, edifícios comerciais, etc.). É uma região de relevo menos acidentado (muitas áreas planas com morros residuais) e rios retificados ao longo das principais vias.

Pelo valor concentrado e o processo histórico de concessão de prazos e lotes, os residentes dessa região são, em geral, famílias de classe média alta herdeiras da aristocracia imperial favorecida na época do império. Ao longo das décadas, os espaços sofreram alterações em função da modernização e da especulação imobiliária. Atualmente, é um espaço qualificado de forma geral, concentrando as principais atividades econômicas do município, resultando em uma ocupação consideravelmente mista.

Um conjunto de imagens na Figura 4 representam somente a brevidade dos cliques sob forma de amostra, e a seleção das imagens mostram corpos no cotidiano, caminhando para tratar das questões diárias – em geral relacionadas a trabalho, compras, consumo, escola e questões domésticas, alguns ligando esses pontos até a sua residência através de apropriação e atravessamento do espaço urbano. Um código alfanumérico em cada foto possibilita uma relação entre a imagem e o texto que exploraremos a seguir.

A *turistificação* do Centro de Petrópolis a partir de sua paisagem preservada não o converteu em um espaço puramente museológico, com performances ligadas à experiência cultural, ao encantamento e aos registros fotográficos. Para o petropolitano comum, é mais um espaço de conveniência onde muito pode ser acessado não apenas pelas ruas, mas pelas praças, que acomodam aqueles que desejam relaxar ou interagir com outras pessoas (A1). O que ocorre é que a preservação e orgulho dessa região como símbolo imperial certamente influencia os contornos espaciais (e vice-versa). As áreas de circulação a pé estão claramente demarcadas pela pavimentação, pela sinalização, pelos desníveis, pelo valor do movimento lento em relação aos planos verticais. Há espaços ajardinados que ora funcionam como barreira, ora são atravessados, ora são apropriados.

As pessoas que circulam nessa região são consideravelmente diversas em suas características gerais e não estão se movimentando pela mesma razão. Homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos, brancos, pardos e negros se deslocam em um território rico em possibilidades e que atende a inúmeras demandas. Alguns circulam a serviço de outros, outros circulam para suas próprias necessidades. Roupas, acessórios, ritmos e gestos corporais podem ser pistas possíveis. Ainda que seja importante reconhecer esses componentes, não exploraremos essa abordagem nesse estudo.

Em geral, esses corpos são ágeis; seus movimentos estão atentos às circunstâncias. Tempo, velocidade, ritmo, atenção, condições, compromissos são questões quase sempre presentes. Ali, o caminhar está relacionado a uma certa facilidade, construindo uma relação com o meio onde a presença é possível. Esses corpos possuem, em geral, objetivos de chegada (destino), mas associam outras atividades: ora apressadas, ora vagantes, consultam seus celulares, se acumulam nas esquinas aguardando o momento de atravessar os espaços de risco (A5). Há uma linha sólida divisória nos meios-fios que marca os espaços de maior ou menor segurança, quando se trata dos demais objetos em movimento. A circulação dos corpos caminhantes se faz, no Centro, concentrada em calçadas lineares, adjuntas às construções lado a lado, impulsionando movimentos dirigidos, em geral contínuos e retificados (A2). Alguns espaços estreitados supõem certo ritmo e intensidade; o tempo do Centro é, para muitos, o tempo de agilizar suas necessidades. Pela natureza do comércio, se verão aglomerados locais em frente a lojas, vitrines e serviços, levando a movimentos de desvio e turbilhonamento, retração dos fluxos e escapes. Naturalmente, esses fenômenos acontecem na maioria das vezes; há disputas espaciais sutis e negociações silenciosas sobre o sentido escolhido, onde outros dispositivos sensoriais são mais fortemente acionados: os olhares, as vozes, as expressões de espera ou ataque, os gestos de gentileza, e também os esbarrões, pisadas no pé, pancadas, pedidos de desculpa e xingamentos. As aberturas para entrada e saída de veículos (em estacionamentos e garagens) também interferem no ritmo e movimento, especialmente na iminência de passagem de um veículo (ruídos, buzinas e alarmes funcionam para chamar a atenção e reduzir o risco de acidentes).

Os espaços mais amplos possibilitam uma outra relação. Dado que o Centro é a origem e o resultado da concentração de atividades e de valor, sua apropriação também acirrará embates por coisas e corpos que tragam vantagens. A relação com as fachadas tende a ser distinta, dependendo de cada lugar. A espacialidade criada se dá pelos planos verticais das construções, sua interatividade com a esteira circulante e a possibilidade de fazer os movimentos se demorarem na frente de uma ou outra loja (A3). Os mecanismos para isso são variados: transparência, porosidade e atravessamento na divisa entre o espaço público e o privado, ancoragem do privado no público de forma efêmera (através de funcionários que circulam por ali e atraem consumidores para dentro do estabelecimento comercial através de propagandas) ou permanente (quando mobiliários do estabelecimento se posicionam ao longo do dia – ou mesmo de forma definitiva – nas calçadas, para expandir suas atividades), etc.

Espaços alargados possibilitam também uma relação de movimentos corporais associados, se as pessoas se conhecem. É comum ver caminhantes lado-a-lado, mantendo um ritmo comum e associando, no caminhar, um diálogo eventualmente relacionado ao espaço e às práticas em ação, ou sobre temas íntimos, não relacionadas ao meio (A3). Esses atravessamentos em dupla ou com mais pessoas podem guardar uma relação de contato corporal: em geral guardam pouca ou nenhuma distância, quando as mãos se tocam ou os braços se cruzam por um longo espaço de tempo. É uma relação comum entre amigos, entre familiares, e especialmente com a presença de crianças.



Figura 4 - Imagens do Centro Histórico. Fonte: Autora (2020).

Em muitos lugares, será comum observar corpos em situação de espera. Aguardando o tempo, aguardando alguém, refletindo sobre uma decisão para depois seguir seu caminho, ou mesmo parando ou reduzindo a marcha para associar outra ação (checar mensagens no celular, buscar algo numa bolsa, acessar uma determinada área).

De forma geral, os movimentos não sugerem uma ameaça iminente, não sugerem hostilidade e nem demonstram, de forma nítida, estarem sob perigo. Talvez por isso o sentido de vigilância não seja nitidamente observado e consigamos associar outras atividades enquanto caminhamos: usar o telefone, consumir alimentos, abrir a carteira, ouvir música, etc. (A2). Eventualmente, uma marcha mais lenta é possível para aquele(a) que não tem pressa ou não pode caminhar de forma acelerada: há muitos idosos na região que se determinam a caminhar no seu próprio ritmo, eventualmente utilizando um apoio (uma bengala, um andador), situação observada também em outros casos onde cadeirantes e cegos (não tão comum) se arriscam por aí.

Devemos reconhecer que fatos curiosos levam a aglomerações temporárias: uma performance política ou artística pode levar ao interesse de alguns atraídos pelo tema ou pela experiência, mesmo que isso não se dê com frequência no Centro. Se ocorrerem, o fazem de surpresa e podem ser rapidamente reprimidos. Há épocas específicas onde o espaço muda suas regras e configurações, já que a cidade tem forte apelo turístico potencializado por festas temáticas. É comum perceber um movimento diferenciado de pessoas que percorrem esses espaços de forma mais lenta, em grupos, com olhares encantados pela paisagem bucólica e as fachadas históricas ainda presentes (A8). Na festa do colono alemão (Bauernfest, recentemente reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio), encontraremos caminhantes com bebidas, gestos festivos, manifestações corporais atípicas de um cotidiano normal. Há outras festas ocorrendo em espaços simbólicos do Centro – no Museu Imperial, na Praça da Águia, na Praça da Liberdade, no Palácio de Cristal, etc. Muitos desses espaços estão demarcados no mapa anterior. Em tempos de manifestação política, é possível observar, ainda que raro, corpos em aglomeração ou em marcha organizada trazendo consigo uma voz de luta, um manifesto por ou contra uma determinada ordem social. Nas eleições, pessoas panfletam e abanam bandeiras de partidos e candidatos, disputando a atenção e o interesse dos eleitores que passam por ali (A10).

É importante ressaltar que há outras formas de movimento e apropriação do espaço. Além dos caminhantes comuns e dos veículos motorizados, o espaço público do Centro é percorrido por ciclistas (ora em calçadas, ora nas ruas), em sentido de fluxo e contrafluxo, parando em espaços determinados (nos poucos bicicletários existentes) ou apropriando-se de postes, bancos e becos, quase sempre amarradas por segurança. Os mobiliários existentes possibilitam uma outra cena: em geral voltados às fachadas, é possível ver pessoas contemplando, esperando, lendo ou conversando, trazendo uma possibilidade de tempo mais lento enquanto outras pessoas vêm e vão à sua frente (A4). A permanência de outros corpos se dá também por uma atividade comercial na rua – em geral protagonizada por camelôs, vendedores ambulantes e mesmo pedintes (mais comum em determinadas localidades do Centro) (A6, A9). Raro nas áreas mais valorizadas, há pessoas em situação de rua, cujos corpos andarilhos, sentados ou deitados sobre o chão, possuem uma outra perspectiva e intervenção – acumulam alguns objetos para sua proteção e eventualmente abordam pessoas para alguma necessidade ou mesmo para prestar ajuda.

Os fatores explorados neste estudo não se limitam ao exposto. O Centro da cidade de Petrópolis é percebido, de forma geral, como intenso e ativo, mas guarda diferenças de presença, movimento e apropriação se observarmos com mais cuidado. As camadas de valor, intervenção e atualização vem sendo intensificadas e interferem na percepção de que corpo atua em qual espaço, bem como quando, de que forma e com quem.



Figura 5 - Comunidade Neylor-Barcellos. Fonte: Google Earth editado (2021).

Não obstante, apesar de um aparente controle com margem para certa autonomia, os escapes ocorrem e, quando flagrados, tendem a ser coibidos. A presença de corpos policiais e mesmo da viatura e da cabine demonstra uma supervisão que, antes de intervir, informa que há um olhar que reprime aquilo que não será aceito. Independentemente de qualquer lei, é mais rara a circulação de grupos periféricos, geralmente moradores de áreas pobres (A7), manifestações de homoafetividade, etc. Como em todo espaço público, suas condições nos horários de menor movimento (por exemplo, à noite), em geral, mudam.

O urbanismo nota que a circulação a pé pode ser uma atividade valorizada porque a velocidade e a intensidade dos corpos circulantes geram uma relação distinta com o próprio espaço, trazendo ambiências de acolhimento e segurança (ou de estresse e desconforto) e de maior ou menor aderência às atividades sociais ali presentes. No Centro, algumas intervenções mais recentes de alargamento de passeios possibilitaram um espaço ampliado para pedestres, como na Rua do Imperador e na Rua 16 de Março – espaços muito comerciais, com fachadas contínuas de vitrines com todo tipo de serviço. É comum, em certos estabelecimentos, vermos seus produtos expostos nesses espaços ampliados. Ao mesmo tempo, os equipamentos históricos nessa região da cidade – especialmente prédios e museus – trazem uma relação de proteção contra usos entendidos como indevidos ou vandalismos, percebida pelos elementos de controle de acesso: muros, grades, guaritas, câmeras, bilheteria, cancela, etc. Alguns, com amplos jardins frontais, convidam apenas a passar e contemplar à distância desde a calçada. Mesmo assim, atraem um movimento importante que ativa os empreendimentos ligados ao turismo, como hotéis, restaurantes e bares, trazendo uma paisagem com outra corporeidade.

Comunidade Neylor-Barcellos

A Comunidade Neylor, situada também nos limites do 1º Distrito, é uma das muitas regiões pobres do município e faz divisa com a Comunidade Barcellos, formando uma região com ocupação relativamente contínua de habitações autoconstruídas, em sua maioria precárias, próprio de espaços favelizados. Sua paisagem geral levou à escolha, neste trabalho, pelo agrupamento das duas comunidades. Um recorte geral da área pode ser observado no mapa da Figura 5.

O caráter acidentado da área trouxe desafios para a ocupação, resultando em ruas sinuosas e de elevada declividade com um córrego cortando uma parte do recorte.

Trata-se de um espaço majoritariamente residencial com alguns pequenos comércios de apoio estabelecidos pelos próprios moradores.

As comunidades carentes, em geral, sugerem uma ocupação lenta e crescente de um espaço disponível, inicialmente não reclamado por um proprietário ou pelo Estado, protagonizada por pessoas que buscam um lugar para se fixarem dado que não se qualificam, por insuficiência de renda, a participar do mercado de compra, venda e locação de imóveis em espaços já estabelecidos na cidade, e tampouco tem, para sua moradia, políticas públicas consistentes. Pouco a pouco consolidam uma modesta casa com o próprio esforço, praticando o que sabem do ofício de construir.

Conforme esses espaços ganham consolidação pela quantidade e densidade de moradias, vai se estabelecendo um lugar com sentido, relações e características de bairro e vizinhança. O medo é presente pela insegurança da permanência dessas famílias (sem título de posse ou de propriedade, ainda são muito comuns as remoções sem critérios claros e coerentes, ampliando a vulnerabilidade), pela insegurança técnica (as construções não possuem garantia de estabilidade em encostas) e pela criminalidade (já que a ineficiência do poder público facilita o domínio por traficantes ou milicianos). Da mesma forma que no caso anterior, a Figura 6 apresenta imagens selecionadas com codificação alfanumérica que buscaremos associar ao longo do texto.

A Comunidade Neylor-Barcellos está, no imaginário popular da cidade, num dos rankings mais elevados quando o tema é a violência. Para uma cidade média próxima à capital fluminense, Petrópolis ainda assegura bons níveis de segurança pública, mas as notícias nos jornais exploram as ocorrências nas favelas sempre voltadas à criminalidade, levando a um efeito de estigmatização do local.

Como mencionado, esse território não recebeu um planejamento formal prévio à sua ocupação. A partir de uma percepção geral dos caminhos pré-existentes (trilhas estabelecidas em décadas anteriores) vão se estabelecendo as construções, mantendo a passagem. Favela é um espaço altamente disputado especialmente quando ganha status; as famílias crescem e mais moradias são construídas por filhos e netos no próprio terreno ou onde houver espaço, trazendo uma ocupação densa lado-a-lado, resultando em um plano vertical contínuo a partir das fachadas. O espaço de circulação dos carros se mistura com o espaço de circulação a pé. Calçadas são raras e tendem a ser facilmente apropriadas para ampliação das moradias, em geral, apertadas.

Sendo o espaço de passagem resultado do que não se ocupou, sua forma e padrão é irregular, é espontâneo de acordo com a área construída. Em área de relevo isso se intensifica, pois a declividade complexifica e encarece as construções. Sobra pouco espaço adequado para construir e o jeito é avançar um pouco sobre a rua. Por vezes, os espaços se estreitam tanto que a circulação se restringe a corredores e escadarias, trazendo um desenho ramificado que parte de um eixo central com algumas capilarizações que levam a outras áreas onde há mais moradias e pequenos espaços comuns.

Os corpos que moram e circulam nesse espaço são, como em muitas áreas periféricas, majoritariamente pardos e negros. A vida simples associada à baixa renda leva a adaptações constantes no cotidiano. Não esperam ter um mobiliário urbano para sentar-se; se apropriam de degraus, meios-fios, pneus ou tijolos empilhados, se não tiverem uma cadeira a mão para colocar na frente de casa. O sentido de dificuldade reside em outras questões.



Figura 6 - Imagens da Comunidade Neylor-Barcellos. Fonte: Autora (2020).

Sendo uma área residencial com necessidade constante de crescimento, os espaços de garagem são muito raros. E mesmo grande parte dos moradores não possuem veículos, dependendo da única linha de ônibus que acessa a comunidade, com horário de circulação que nem sempre atende às necessidades dos moradores. Por esse motivo, os corpos ali estão sempre circulando a pé para ir e voltar do trabalho (ou resolver assuntos noutras partes da cidade). Esse movimento *ladeira acima ladeira abaixo* é muito comum e associa quase sempre muitas outras ações: favorece os relacionamentos pessoais, possibilita pequenas visitas e acenos, ocorre enquanto se utiliza celular ou se conversa caminhando, acompanhado.

O corpo caminhante vence o plano inclinado: o faz devagar, ritmado, eventualmente em zigue-zague para reduzir o esforço (B1, B2). Muitas vezes está carregado com bolsas de mercado, mochilas com volume e crianças de colo. Seus movimentos se dão ao longo da rua, a mesma onde os veículos e motos circulam. Corpos e máquinas negociam esse espaço, coreografam movimentos de aproximação e afastamento em relação ao centro da rua conforme a necessidade, alertados em geral pelo ruído dos motores. Se necessário, juntam-se às paredes e muros para a passagem de um caminhão ou ônibus e, na sequência, retomam suas posições para continuarem sua caminhada – especialmente se acompanhados, ocupando a rua novamente para um atravessamento lado a lado com quem partilha o trajeto. Os movimentos e posicionamentos resultam de uma relação continuamente estabelecida com o espaço onde os corpos, na ausência de elementos formais de sinalização, se intercomunicam.

O caminhar lento (próprio da subida de quem chega depois de um dia de trabalho), associado a uma relação de vizinhança, possibilita uma aderência maior com o espaço. Se há pessoas nas portas e janelas, é oportunidade para um cumprimento, uma saudação e até uma conversa. Eventualmente, é possível saber como o outro está, buscar as novidades, comentar fatos. O corpo encosta num apoio e se demora ali. Se alguém conhecido está parado ou cruzando o caminho, o encontro acontece e aí se estabelece alguma conversa. Os corpos param onde se encontraram, *a rua é a calçada*; se não há veículos passando, é ali que se estabelece uma breve sala de estar, ou ainda melhor: ali se dá, em grau máximo, o caráter público do espaço da rua.

Quando relações especiais se estabelecem, formam-se grupos e seus corpos performam em coletivo, fortalecendo sua identidade. Os gestos se combinam, a forma de saudação ganha um novo código a partir do movimento de mãos e braços, o que parece fortalecer sua legitimidade e reconhecimento diante da comunidade.

As crianças possuem uma condição muito especial neste lugar. A rua tem um sentido distinto para elas se comparadas com as crianças da classe média em seus bairros. O sentido de ameaça que leva os pais a estarem sempre segurando suas mãos parece não existir com a mesma intensidade na comunidade por vários fatores. Apesar da ausência de calçada em grande parte dos trechos, a menor quantidade de veículos, a menor velocidade com que passam, a quantidade de outras pessoas (adultos e crianças) também ocupando os espaços comuns, a sobrecarga dos pais no dia a dia, etc., parecem ampliar as possibilidades da vida infantil com menor controle e medo – apesar das ameaças comuns. O que se pode supor dessa experiência é a possibilidade de uma experimentação de seu corpo com o espaço de forma mais lúdica e autônoma (B9), onde o brincar com outras crianças e com os objetos da rua traz novos contornos a serem explorados. Pedras, folhas de árvores, pedaço de pau, bolas e bicicletas fazem parte dos objetos utilizados, provocando performances muito próprias da infância: correr, tropeçar, cair, disputar, dançar, cantar, brigar são, entre outros, práticas que corporificam o espaço público de forma improvável em espaços mais rígidos.

Os eventos que comumente ocorrem no âmbito privado se estabelecem, assim, no

espaço público. As conversas familiares ocorrem muitas vezes nesse entremeio; corpos brigam e acenam no chegar ou no sair de casa, e eventualmente a punição e o castigo é anunciado em público. Tudo está às claras, o íntimo é público. A rua dá conta o tempo todo dessa demanda corporal do cotidiano que o espaço privado parece não suprir, cumprindo sua função de encontro que o projeto urbano muitas vezes suprime.

O espaço entre as testadas das moradias é também o lugar das apropriações temporárias. Mercadorias dos mercadinhos, mobiliário da igreja, mudança, material de obra, é na beira da rua que esses objetos são depositados pelo tempo necessário, e sua relação com corpos em trânsito se dá, em geral, de forma pacífica (B7). É motivo, inclusive, para se atualizar sobre os fatos que envolvem essa apropriação, quando as pessoas se cumprimentam e aproveitam para perguntar de que se trata, o motivo, etc. Obras são sempre objeto de curiosidade, sinal de que o morador está expandindo, está prosperando, mas sempre questionado: afinal, vai crescer pra onde?

Nesta comunidade, essa paisagem ganha novos contornos quando os circuitos derivam para becos estreitos (B5). Os corpos circulantes tendem a um percurso mais direto, ritmado, e flagram locais escondidos para o ilícito onde a própria comunidade indica regras e limites. Ao mesmo tempo, surge um espaço de lazer; uma laje que funciona como uma pequena praça e um escorrega ao lado do vai e vem de pessoas. O espaço permite jogar bola, brincar de amarelinha, bola de gude, etc. (B3, B8). Há também, na entrada, um pequeno açude que, nos dias quentes, crianças, jovens e adultos se refrescam e produzem uma cena de confraternização e euforia. Os corpos interagem, se apropriam e dançam de forma muito particular com a água.

Numa comunidade sempre há pessoas que não possuem um senso coletivo muito apurado, mas também há aquelas que se determinam a melhorar as condições locais. Isso se dá pelas relações estabelecidas, pela forma como zelam e pelo tempo pessoal disponível. Sempre tem um líder comunitário que se torna referência local, passa cumprimentando todos e escuta as demandas locais. Quando há possibilidade, busca dialogar com os vereadores e conseguem pequenas melhorias. Quando não, arregaçam as mangas e entram em cena para ajudar de forma prática e direta. Seu corpo protagoniza, corporifica o espaço de forma mais intensa, se estabelece pelas promessas e pelo acolhimento.

Mesmo sendo majoritariamente residencial, essa comunidade possui um lugar onde a concentração de atividades é percebida de forma singular. Lojinha, padaria e igreja coexistem e ativam de maneira particular o espaço, e o sentido de aglomeração dos corpos se dá pela intensificação dos encontros (B6, B10). Pessoas entram e saem desses estabelecimentos, algumas vezes o espaço em frente se torna extensão das atividades internas, onde há pessoas paradas na porta conversando ou esperando algo. Ali também estarão carros estacionados e em trânsito, as negociações locais se acirram. Por outro lado, há espaços destinados ao despejo de lixo, com caçambas e detritos espalhados, um lugar onde a permanência é rara, associada apenas à função que possui. Os corpos caminham por ali apenas para depositar o que não desejam mais.

Como espaço em geral ausente da presença do poder público, são os moradores locais que fazem suas próprias regras de uso. Se desconhece um documento estatutário que reja as normas locais; ao contrário, é o uso do espaço que estabeleceu essas normativas (B4). A forma como os corpos se apropriam do espaço o atualiza todo o tempo.

É sabido que neste local há traficantes que, pouco a pouco, alteram as formas de ser-estar pela imposição de seu negócio. Durante a noite, circular nesses espaços

ganha uma outra dimensão. Porém, a passagem do tempo traz novos imperativos, e especialmente os jovens provocam a cultura local. O funk e o rap é a *expressão pop* das favelas que surge de dentro das moradias ou da caixa de som no porta-malas do carro, e eventualmente disputam atenção e reconhecimento da comunidade, marcam sua presença ou apenas desejam entreter. É comum surgir uma reunião de pessoas em torno do som e dançar, onde o corpo ganha outros contornos associados à cultura local.

Percepções do corpo como prática discursiva

Os ensaios acima não são exaustivos. Tanto o Centro Histórico quanto a Comunidade Neylor-Barcellos possuem muitas faces impossíveis de compreender em sua totalidade, especialmente num breve estudo como esse. Tampouco pretendem reduzir seu significado às expressões exploradas nas formas descritas. No entanto, os interesses nessa experiência são três: a) possibilitar uma aproximação entre as abordagens teóricas e uma prática cotidiana como o caminhar; b) confrontar uma paisagem *turistificada* e valorizada que serve apenas à uma parte da cidade; e c) reconhecer os espaços da massa pobre trabalhadora que, a despeito das ações do poder público, resiste e se estabelece.

A atualização técnica própria dos espaços de valor sugere um acúmulo histórico maior no Centro, o que pode ser explicado, num primeiro momento, pelo tempo histórico daquele local em relação à Comunidade Neylor-Barcellos. No entanto, as transformações urbanísticas percebidas pelas estruturas espaciais (prédios, avenidas, calçadas, concentração de atividades, vigilância e policiamento) conferem ao local uma notação, de forma geral, de *espaço luminoso*, pela concentração de interesses e manutenção de valor que endurecem, em certa medida, os corpos, com performances mais previsíveis ditados pelo capital. A intensificação das hierarquias pela estrutura espacial e pelos corpos em movimento não estão dados de igual forma na comunidade, cuja vida local é protagonizada pelos moradores e suas estratégias de sobrevivência, caracterizada genericamente como um *espaço opaco*. Importante ressaltar que, se aproximarmos nossa lente sobre cada um desses dois recortes urbanos, variações de estrutura e artificialidade levariam à percepção de algumas atenuações.

Os fatores internos do espaço da Comunidade Neylor-Barcellos quase sempre interessam apenas àquelas pessoas e, talvez por isso, sua reprodução espacial tem outro tempo, sem a nítida demarcação de fronteiras na maior parte do território. Os fluxos, as aglomerações e apropriações possuem certo grau de autonomia no Centro, mas é na comunidade que ela encontra uma expressão maior. Ela tem sua história e seus acúmulos simbólicos, e as demarcações territoriais estão dadas pelas ocupações permanentes e temporárias onde a fronteira público-privado se embaça, atravessa os corpos e ganham outro sentido. As regras locais existem, apesar de não terem sido formalmente determinadas e não serem garantidas pelo poder público. O grau de intensidade dos movimentos e o sentido de pertencimento pelos corpos aderidos pode ser um sintoma disso.

O caminhar faz parte desse estudo pela sua importância social em ambos os casos. Caminhar é uma forma de *fazer caminho*, promover a esteira de movimento com o próprio corpo através de espaços dados, produzindo novos espaços. O conceito de *comportamentos restaurados* de Schechner (2003) nos auxilia no entendimento da reprodução dos movimentos corporais esperados em cada lugar. Um corpo é referência para outro corpo porque produz um sentido que se relaciona com aquele meio. Em última análise, essa reprodução traz um todo que traduz formas de dominação e poder

inicialmente despercebidos. A propriedade política do chão em Lepecki (2011) denuncia as estruturas de dominação e veiculação dos corpos no Centro e na Comunidade de formas próprias, especialmente pela força policial. O tempo acelerado limita as formas irreverentes de atuação do corpo caminhante. O poder de agência e de assembleia está possibilitado se dirigido, no Centro, à função do local: turismo, consumo e valor. A soberania presente coíbi corpos outros que não se alinham aos termos locais, seja pela forma, seja pelo conteúdo.

Na comunidade, a organicidade das regras e das relações possibilitam muitos escapes que se acomodam no jeito local de ser-estar. A disciplina e a eficiência existem também em diferentes graus; os corpos cumprem expectativas porque há um todo inserido nestes tempos modernos que traz os imperativos da vida. Ainda que a milícia ou a polícia use de sua força de controle, os corpos têm uma relação mais profundamente estabelecida com aquele local, o que é explicado, de certa maneira, pela relação tempo-espaço que favorece as condições de aderência e significação. Em contrapartida, o tempo do Centro é, muitas vezes, o tempo da pressa para resolver todas as coisas. A compressão do tempo exige aceleração dos movimentos e corpos disciplinados que cumpram de forma eficaz seu propósito, ainda que passem céleres ao lado de pessoas contemplando vitrines ou outras sentadas nas praças, pois Petrópolis ainda guarda um sentido de cidade de interior no seu cotidiano para alguns.

O simbólico reside nos espaços estudados de forma muito particular. No Centro coexistem a modernidade e a preservação, e juntos potencializam a valorização das atividades turísticas e os empreendimentos dependentes, incluindo o mercado imobiliário. Os imperativos do capitalismo planificam o presente e reproduzem paisagens e corporeidades reconhecidas em outras cidades, importando soluções. A cenarização do passado imperial é explorado como *espetáculo* não apenas nas festas e marketing municipal, mas na marca dos produtos da cidade. Durante todo o ano, Petrópolis recebe turistas que se restringem ao Centro Histórico (e avançam para novas áreas, como Itaipava) desconhecendo a grande Petrópolis que há depois da esquina. A cidade é feita mais por comunidades como a do Neylor-Barcellos do que pelo seu centro simbólico. Qual a referência do imperial nas favelas de Petrópolis, quando seu corpo não é entendido sequer como cidade?

A dança produzida pelos corpos pressupõe o estabelecimento de um palco em cada momento no espaço público. O corpo possui um discurso que dialoga com esses espaços, produz argumento e questiona o lugar. Que perguntas o corpo está produzindo quando atravessa o Centro e a Comunidade? Que corpos não aparecem aqui e aparecem lá? Que perguntas o corpo da comunidade produz quando atravessa o Centro, e vice-versa? Um mesmo corpo se adapta a cada lugar? O tempo de aderência de um corpo num lugar afeta sua possibilidade de diálogo com outro? Qual a possibilidade de ruptura?

As divisas duras entre esses espaços possuem um limite e sobrevivem por um tempo. Trazer o corpo como argumento sobre o espaço não é apenas possibilitar uma análise destes lugares, mas reconhecer que, vivos, esses corpos vem rompendo com os padrões estabelecidos, participando do jogo e ocupando espaços. Os escapes estão dados nos espaços de valor de variadas maneiras, como os *rolezinhos* que, pouco a pouco, se confirmam presentes, corporificam e geram fricções. Os corpos não são apenas receptores dos significados espaciais, mas performativos que praticam suas questões ali, perguntam e respondem, interferindo e atualizando esses espaços sob uma lógica outra.

As experiências vividas através desse breve olhar podem possibilitar, em análise mais ampla, a reflexão sobre fenômenos urbanos em diferentes cidades. Da forma

como se constituem, os espaços urbanos cumprem papéis no ideário comum que acomodam modos de vida, ritmos e afetividades. Para o município de Petrópolis, cidade de média escala e de característica interiorana, pouco se debate sobre as microrrelações estabelecidas através das estruturas espaciais definidas pelo valor e pela produção, e menos ainda a partir das realidades possíveis nos espaços orgânicos *não imperializados*. Essas microrrelações pulsam da forma como podem, constituem sua complexa história e cristalizam uma visão de mundo narrado por seus corpos.

Referências

AMBROZIO, Júlio César. *O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis (Uma História Territorial)*. 2008. 376 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06012009-163050/pt-br.php>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRITTO, Fabiana. *Corpo e ambiente: co-determinações em processo*. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, Salvador, Ano VI, número especial, p. 11-16, 2008. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-16.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech - A Politics of the Performative*. Routledge, Londres e Nova Iorque, 1997.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. 1ª ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CARERI, Francesco. *Caminhar e Parar*. São Paulo: Editora G. Gili, 2017.

CARLSON, Marvin. *Performance: Uma introdução crítica*. Tradução: Thais Flores Nogueira Diniz, maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 14ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life*. Trans. S. F. Rendall. Berkeley: University of California Press, 1984.

FORTUNA, Carlos. *Caminhadas urbanas, com-vivências inesperadas*. E-cadernos CES Coimbra, p. 37-56, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/3114>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 42ª ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

FUENTES, Marcela. *Performance, política e protesto*. O que são estudos de performance? / editado por Diana Taylor e Marcos Steuernagel. Durham, NC: Duke University Press, 2015. Disponível em: <https://scalar.usc.edu/nehvectors/wips/performance-politics-and-protest-1>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HEWITT, Andrew. *Social Choreography - Ideology as Performance in Dance and Everyday Movement*. Durham e Londres: Duke University Press, 2005.

IBGE. *Petrópolis. População estimada*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/petropolis.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, Salvador, 2006, p. 07-09. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16874>. Acesso em: 10 jul. 2019.

JOLÉ, Michèle. *Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano*. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 423-429, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18536>. Acesso em 10 jul. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Atica, 1991.

LEPECKI, André. *Coreopolítica e coreopolícia*. In.: Ilha. Florianópolis, V. 13, Nº. 1, p. 41-60, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/24920>. Acesso em 20 set. 2018.

MAUSS, Marcel. *Les techniques du corps*. In: Sociologie et Anthropologie. Paris: PUF, 1934.

MCKENZIE, Jon. *Perform or Else - From Discipline to Performance*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2001.

MOSTAÇO, Edelcio. *Espaço e Performatividade*. O Percevejo Online, UNIRIO/Rio de Janeiro, V. 8, n. 1, p. 103-111, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/5761>. Acesso em 20 jan. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades*. Revista Redobra, Salvador, ano 3, nº 9, p. 58-71, 2012. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHECHNER, Richard. *O que é performance?* O Percevejo, UFRJ, Rio de Janeiro, Ano 11, nº 12, p. 25-50, 2003.

SILVA, Renata. *Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades*. 2019, 154 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/47694?locale=pt_BR. Acesso em: 20 set. 2020.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo, FAPESP: 2001.

URBANISMO TÁTICO E A EXPERIÊNCIA DO MENOR

Ações colaborativas na Vila Neuma, Iguatu, Ceará, Brasil

*TACTICAL URBANISM AND THE
EXPERIENCE OF THE MINOR
Collaborative Actions in Vila Neuma,
Iguatu, Ceará, Brazil*

*Mariana Araújo de Oliveira¹, Manuela Cristina Rêgo de
Carvalho², Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha³ e
Ruth Maria da Costa Ataíde⁴*

Resumo

A Vila Neuma, localizada na área periférica da cidade de Iguatu, Nordeste do Brasil, se apresenta como uma pequena localidade às margens dos investimentos públicos e do interesse do capital, mas que, a partir da sua comunidade, se sobrepõe às suas dificuldades a partir de um existir comum. Nesse contexto, busca-se apresentar uma experiência de reestruturação de um espaço público pelo urbanismo tático, pela participação coletiva e valorização dos saberes locais, realizada por meio de uma metodologia participativa, que produziu diagnósticos e um plano de bairro. Essa intervenção constitui-se como objeto deste artigo que tem por objetivo refletir sobre o urbanismo tático a partir da literatura do menor. Dessa forma, essa discussão é orientada pelos estudos de Aparna Udayasuriyan, Jeffrey Hou, Lydon e Garcia, e Neil Brenner. Discute-se como esse tipo de ação contribui para gerar soluções táticas de transformação dentro de pequenos espaços, como bairros ou mesmo cidades.

Palavras-chave: Urbanismo tático, Vila Neuma, Ceará, Literatura do Menor.

Abstract

Vila Neuma, located in the peripheral area of the city of Iguatu, Northeast of Brazil, is characterized as a small location on the margins of public investments and of capital interests, but which, through its community, overcomes its difficulties through of a common existence. In this context, the goal is to present an experience of restructuring a public space through tactical urbanism, collective participation and appreciation of local knowledge, carried out through a participatory methodology, which produced diagnosis and a neighborhood plan. This intervention is the object of this article, which aims to debate the theories of tactical urbanism based on minor literature. Thus, this discussion is guided by studies by Aparna Udayasuriyan, Jeffrey Hou, Lydon and Garcia, and Neil Brenner. It discusses how this type of action contributes to generating tactical solutions for transformation within small spaces, such as neighborhoods or even cities.

Keywords: Tactical urbanism, Vila Neuma, Ceará, Minor Literature.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFRN). Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Fortaleza (2018).

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG. Mestre pelo PPGAU-UFRN (2020). Arquiteta e Urbanista pela UFRN (2017).

³ Pós doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Nacional da Colômbia (2017). Docente no PPGAU-UFRN.

⁴ Doutorado em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona (2013). Docente no PPGAU-UFRN.

Introdução

Uma literatura do menor deve ser coletiva, revolucionária e política. Os autores Gilles Deleuze e Félix Guattari (2002, p. 39) definem essa literatura como “a língua construída por uma minoria” que tem como características principais uma forte desterritorialização, um caráter político e coletivo. Na literatura do menor “o triângulo familiar se conecta com outros triângulos – comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos – que lhes determinam os valores” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 39). Para os autores:

É a literatura que se encontra carregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva e mesmo revolucionária: a literatura é que produz uma solidariedade ativa apesar do cepticismo; e se o escritor está à margem ou à distância da sua frágil comunidade, a situação coloca-o mais à medida de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade. [...] As três categorias da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político, o agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 41).

Ao tratar da escrita, Michel de Certeau (1994) admite que esta atua como um espaço de formalização, remetendo à realidade na busca de mudá-la e assim, tendo como alvo principal o social. A escrita “transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior” (CERTEAU, 1994, p. 226). Pensando na linguagem também como um instrumento de poder coletivo, o autor admite que esta deve ser escrita, afastando-se do corpo social, tradicional e individual, fugindo daquele “princípio de hierarquização que privilegia, antes o burguês, hoje o tecnocrata” (CERTEAU, 1994, p. 230).

Para uma real literatura do menor, busca-se entender o potencial dos pequenos lugares a partir dos escritos de José Guilherme C. Magnani (1996), que propõe uma leitura da delimitação dos territórios a partir dos conceitos de: mancha, pedaço, lugar e trajeto, relacionando-os, posteriormente, às ações produzidas pelo urbanismo tático nos espaços públicos ali localizados. Magnani (1996) considera o entendimento do uso da rua, a vizinhança e as relações de pertencimento como fundamentais ao planejamento urbano. Sobre o uso das ruas por apropriações populares – como bailes, festas, circos, torneiros de futebol – tão comuns nas pequenas cidades. Magnani (1996) afirma que:

São, evidentemente, modalidades simples e tradicionais que não têm o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, mas estão profundamente vinculadas ao modo de vida e tradições dessa população. Representam, antes, uma oportunidade de, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro – estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade (MAGNANI, 1996, p. 12-13).

Segundo Magnani (2003), o espaço apropriado pelas pessoas se divide entre *em casa e fora de casa*, sendo o primeiro aquele expresso nas formas de lazer ligadas diretamente à família e às festividades que acontecem dentro do espaço residencial e o segundo as ações que extrapolam o limite da casa, mas que permanecem nas proximidades do bairro, podendo ser na vizinhança ou fora da vizinhança. Nessa perspectiva, o autor especifica que o espaço delimitado por marcos físicos, possuidor de uma rede de relações e frequentado por pessoas que se reconhecem enquanto membros de uma rede social com base territorial, pode ser considerado um pedaço,

tecendo-se ali a trama do cotidiano: “a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais” (MAGNANI, 2003, p. 07).

A partir da noção de pedaço, mais relacionada à vizinhança próxima (bairro ou setor urbano), o autor aplica o conceito de mancha para explicar setores urbanos ou frações do espaço dotadas de características singulares e que atraem pessoas de uma mesma tribo, como os arredores de bares gays, bairros alternativos, salões de dança *clubbers*, pontos de encontro *punk*, o entorno de cafés culturais, entre outros espaços que não necessariamente precisam de uma delimitação, mas que são marcados por expressar um sentido único pelos que deles se apropriam.

Para Magnani (2003) a mancha difere do pedaço pelos seus frequentadores, que não necessariamente se conhecem, mas usam aquele espaço para exercitarem um código em comum, como apreciar símbolos escolhidos para marcar a diferença. Além disso, no pedaço o espaço é restrito enquanto referência, mas pode mover-se para outros locais, enquanto a mancha está sempre aglutinada em torno de elementos físicos que produzem aglomerações – bares, cafés, espaços culturais, etc. Ela consiste em uma área contígua do espaço urbano “dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (MAGNANI, 2003, p. 10).

O autor propõe ainda os conceitos de trajeto e circuito, para os deslocamentos que acontecem na cidade. O trajeto é utilizado para definir os fluxos no interior das manchas, ligando pontos e manchas como, por exemplo: casa ao trabalho; casa ao bar; ou, casa ao cinema. A ideia do trajeto permite pensar a escolha das diversas possibilidades de deslocamentos por entre as manchas e os pedaços, tais como: o mover-se pelo pedaço fora do seu âmbito local, nas proximidades da casa e da vizinhança, ao percorrer o espaço por meio das manchas.

No que se refere ao circuito, Magnani o define como “o exercício de uma prática ou determinado serviço que se insere em estabelecimentos, pontos da cidade, equipamentos urbanos e que mantém entre si uma relação espacial” (2005, p. 178). Diferente da mancha e do pedaço, que necessitam de delimitações, o circuito é reconhecível pelos seus usuários que mantêm em comum uma característica, uma cultura urbana única, como, por exemplo, uma comunidade que vive à base da agroecologia e que se relaciona a partir disso. A importância da compreensão desses circuitos é a possibilidade de agrupar dentro deles as demais delimitações de pedaço, mancha e trajeto, de modo a possibilitar a identificação das intervenções temporárias em cada um desses contextos.

Para este autor, “a emergência desses pequenos grupos voláteis e diferenciáveis, se contrapõe à homogeneidade e individualismo da sociedade contemporânea e às identidades bem marcadas da modernidade” (MAGNANI, 2005, p. 174). Entendendo ações táticas, como a agroecologia e as hortas urbanas, como ações de resistência, que recriam lugares na cidade e que se envolvem espacialmente dentro de pequenas localidades a partir do *pedaço* e da formação de *manchas*, tem-se que o seu reconhecimento, a partir da diferenciação dos seus atores, das suas narrativas e do impacto que elas causam socialmente, torna-se essencial para o entendimento de novas estratégias da efetivação do acesso à cidade de maneira coletiva.

Por fim, ao pensar a importância da escrita como ferramenta de poder coletivo, enumeramos alguns argumentos para debate: Como contar experiências coletivas que emergem no interior das pequenas comunidades, dos pequenos lugares, a partir de uma linguagem popular? Como compreender as narrativas desses sujeitos? O que

devemos aprender para *saber criar um devir-menor*? Para Certeau (1994) a escrita é revolucionária, pois produz um sistema próprio e refaz a história pelo modelo daquilo que fabrica. Nesse sentido, uma escrita do menor ativista, contra hegemônica no sistema capitalista, pode demonstrar novas possibilidades de registro, de fazer história a partir dos pequenos lugares. Sobre essa autoridade de escrever a partir das pequenas cidades, dos pequenos campos de atuação, das experimentações práticas de um planejamento urbano tático e participativo, tomamos novamente Deleuze e Guattari ao afirmarem que “só desse modo é que a literatura se torna realmente máquina coletiva de expressão, apta a tratar e exercitar conteúdos” (2002, p. 42).

Urbanismo colaborativo e ações táticas no cotidiano das pequenas cidades

Retomamos Certeau (1994) ao diferenciar as ações inscritas na cidade em táticas e estratégias, especificando que: são estratégias as práticas que buscam distinguir um lugar de *poder* do querer próprio, criando assim espaços de controle: demarcações físicas por meio das quais o poder se consolida. As ações estratégicas dominam o tempo em função de um lugar autônomo, “dominam o espaço a partir de uma visão (uma espécie de panóptico – um espaço controlado) e a partir de um saber específico transformam incertezas em narrativas legítimas” (CERTEAU, 1994, p. 99). As ações táticas, portanto, são aquelas que emergem, se apropriam e reinventam o cotidiano sem a necessidade de um projeto de poder concreto e um lugar instituído de controle. Dessa forma, enquanto a ação tática é determinada pela *ausência de poder*, a estratégica é organizada pelo *postulado de um poder* (CERTEAU, 1994).

Entendemos que as ações táticas, expressas no chamado urbanismo tático, termo admitido por Mike Lydon e Anthony Garcia (2011; 2012; 2013; 2014), buscam transformar pequenas localidades por meio de intervenções rápidas, de baixo custo e movidas pela participação coletiva. Essas ações podem ser dirigidas por órgãos governamentais, planejadores urbanos ou simplesmente de forma espontânea, regidas por grupos pequenos ou de grandes proporções, em espaços menores como no pedaço de uma praça ou mesmo na mancha de um bairro. Para os autores o urbanismo tático consiste em “melhorias incrementais na pequena escala” (LYDON; GARCIA, 2011, p. 01), que encenam orçamentos mais substanciais, ou seja, demonstram outras possibilidades de uso e investimento em um dado local. Para eles

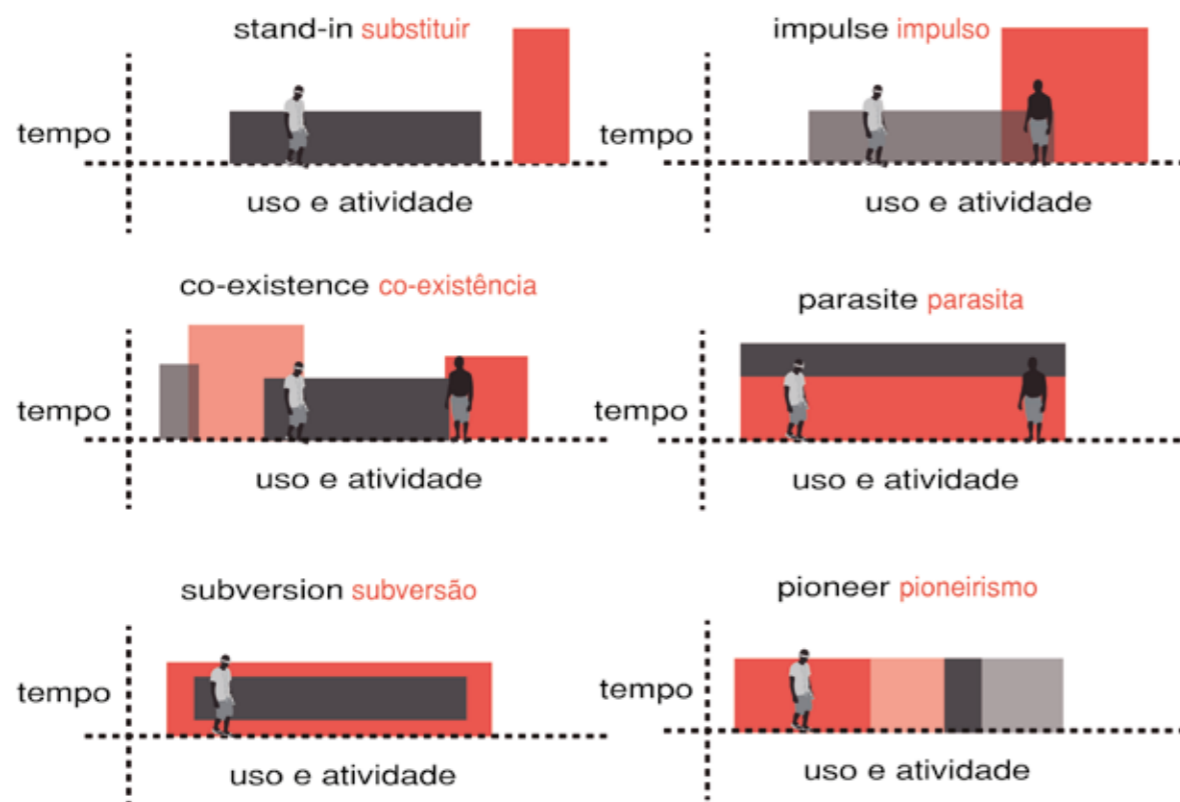
essa abordagem permite que uma série de atores locais testem novos conceitos antes de assumir compromissos políticos e financeiros substanciais. Às vezes sancionado, às vezes não, essas ações são comumente referidas como “urbanismo de guerrilha”, “urbanismo pop-up”, “reforma da cidade” ou “D.I.Y. urbanismo”. No momento, gostamos de “Urbanismo Tático”, que é uma abordagem que apresenta as seguintes cinco características: Uma abordagem deliberada e em fases para instigar mudança; a oferta de soluções locais para os desafios do planejamento local; compromisso de curto prazo e expectativas realistas; baixo risco, possivelmente com uma alta recompensa; e o desenvolvimento do capital social entre os cidadãos junto à construção de uma capacidade organizacional entre instituições público-privadas, sem fins lucrativos e seus constituintes (LYDON; GARCIA, 2011, p. 01).

Nessa mesma direção, Aparna Udayasuriyan (2016) afirma que o fundamental dessas ações é que são iniciadas por cidadãos na busca de inovações para lidar com a vida urbana, e normalmente se manifestam por meio de reivindicações temporárias como arte, instalações, agricultura urbana, *food trucks*, *pop-up* e atividades alternativas de

recreação com conceitos mais alternativos. Muitas dessas intervenções “de baixo para cima ou reconfigurações transitórias de espaço, aparentemente surgem sem qualquer tipo de consentimento das autoridades” (UDAYASURIYAN, 2016, p. 16).

Segundo a autora, essas ações táticas possuem seis características bem definidas: são flexíveis, possuindo poucos riscos no longo prazo; são adaptáveis às mudanças; possuem a capacidade de explorar novas dimensões; se preocupam com as necessidades da hora, ou seja, do agora; possuem ideias coletivas e colaborativas; e são diversas em relação aos agentes atuantes, podendo existir diversos grupos, diversos estilos de pessoas. O importante nessas ações é o processo de desenvolvimento do projeto, que inclui os atores envolvidos, ou seja, “independente do resultado do projeto, a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes é fundamental” (UDAYASURIYAN, 2016, p. 26).

Outro aspecto importante a destacar nos estudos de Udayasuriyan (2016) sobre o uso temporário e tático do espaço público, diz respeito à relação dos usuários com os espaços ocupados. Para a autora, nas cidades europeias observadas, esses espaços funcionam como locais de reprodução para usos transitórios, “onde o vácuo espacial é fundamental para o nascimento de usos temporários nas cidades” (UDAYASURIYAN, 2016, p. 16). Para isso ela classifica os espaços a partir das suas experiências vividas em seis tipologias: substituição, impulso, coexistência, parasitismo, subversão e pioneirismo (figura 1).



Tais experiências, conforme demonstrado na figura 1, podem ser identificadas nas relações que os indivíduos estabelecem com as atividades temporárias, a saber: 1) na substituição onde os usuários temporários não têm um efeito duradouro no espaço, utilizando-o, por exemplo, só como descanso ou passagem; 2) no impulso, por meio do os usuários acionam o desenvolvimento do espaço utilizado; 3) na coexistência, quando o uso temporário continua a existir minimamente, mesmo após a introdução de um programa permanente na ação; 4) no caso parasita, onde o uso temporário depende muito do que já acontece no espaço e se aproveita do potencial ali disponibilizado; 5) na subversão, em que os usuários temporários interrompem funções que já existem no local, como uma atuação mais política, uma manifestação; e 6) no caso do pioneirismo, por meio do qual os usuários se utilizam de um espaço ainda sem função, estabelecendo uma nova forma de apropriação.

O urbanismo tático também é discutido por Jeffrey Hou (2018), que as reconhece como ações de mobilização social que ocupam as ruas na forma de manifestos. Para o autor, essas ações sugerem que o espaço público também se traduz como o lugar da cultura e a identidade de uma sociedade, além de apresentar-se como um veículo de mobilização social e de expressão de poder. Para ele, “esse é um lugar que define a identidade de uma sociedade” (HOU, 2018, p. 06). Assim explica:

A mobilização social e a atenção que a sociedade passa a prestar a tal espaço podem então se transformar em força política, e assim cobrar que as autoridades cumpram seu papel ou respondam a demandas. Nesse contexto, o ativismo no espaço público é uma forma de ação social construída tanto sobre os significados culturais quanto o potencial emancipatório do espaço público. Com isso em mente, o espaço público, junto ao ativismo associado a ele, tem o potencial de prover oportunidades para o surgimento de novos agrupamentos sociais e redes colaborativas (HOU, 2018, p. 06).

Nessa direção ele assinala que diversas experiências estudadas em comunidades que fizeram uso do urbanismo de guerrilha revelaram que, para criar espaços e novas práticas, é necessário um planejamento social fundamentado em um design inovador e na participação popular, “e pressupõe a capacitação das comunidades para que possam agir e criar redes e intervenções por iniciativa própria, além de facilitar e promover a cultura do compartilhamento e aprendizado social” (HOU, 2018, p. 16). Assim, o autor afirma a importância de

[...] criar redes e relações não apenas dentro de comunidades e vizinhanças existentes, mas também entre comunidades e redes sociais de diversas origens sócio-culturais e condições econômicas. Em outras palavras, precisamos considerar lugares e *placemaking* como partes de uma rede – o que, pode se dizer, é a essência dos novos comuns – um comum construído na formação de novas relações e agenciamentos (HOU, 2018, p. 20).

Ainda sobre o urbanismo tático, Neil Brenner (2016) demonstra seu surgimento em um contexto de crise de governança, onde sua potência está na sua capacidade de captar uma gama de projetos urbanos emergentes, não sendo, portanto, uma técnica unificada. Esse urbanismo seria assim mobilizado de baixo para cima onde “suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia, instituição, classe social ou coligação política” (BRENNER, 2016, p. 09). Para o autor são novos modos de intervir no espaço de forma *acupuntural* com limites territoriais bem definidos, como por exemplo uma rua, um bairro, uma praça, sendo totalmente maleável e podendo promover uma diversidade de práticas participativas e colaborativas de reestruturação

urbana (BRENNER, 2016). Dessa maneira, para ele, o urbanismo tático

geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se ativamente para enfrentá-la, podendo, ainda, mobilizar-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por esta razão, o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de “fonte aberta” e como uma forma de “reapropriação” do espaço urbano por seus usuários (BRENNER, 2016, p. 09).

Cabe aqui destacar, entretanto, que, em contraponto a esse uso tático do espaço, existe um urbanismo neoliberal, que constrói e demarca os espaços da cidade. Nesse sentido, Brenner (2018) demonstra que, ao mesmo tempo em que as intervenções táticas surgem como respostas a lutas contra as formas de privatização, gentrificação, remoção, isolamento e exclusão socioespaciais demarcadas por esse urbanismo, são também, muitas vezes, financiadas pelo Estado e pela iniciativa privada e acabam se convertendo em mercadoria, objeto do lucro para esses investidores. Diante disso, busca-se discutir o surgimento dessas intervenções nesse contexto de produção neoliberal, que emerge até mesmo nas pequenas localidades. Essas ações temporárias seriam capazes de criar novos lugares na cidade, de ressignificar espaços, mesmo incorporando em suas práticas a neoliberalização da vida?⁵

Consonante com o pensamento do autor entende-se que a experiência da Vila Neuma se insere nos processos de produção do espaço urbano e está submetida à lógica das práticas neoliberais. Entretanto, é possível observar também que as contradições geradas nessa dinâmica impulsionam a busca de alternativas de vida numa perspectiva contra hegemônica, vista, por exemplo, na valoração de processos associativos solidários, no respeito à natureza e nos direitos humanos, tal como se verifica na experiência da Vila Neuma que se apresenta em análise neste artigo. Com isso, torna-se importante trazer o urbanismo tático como uma potência capaz de promover a reapropriação dos espaços livres públicos, e integrá-los à cidade, a partir de práticas simples e ferramentas táticas junto aos seus usuários. Essas ações podem contribuir para qualificar e dinamizar o espaço público, ao promover novas sociabilidades e permitir diferentes testes sobre possíveis formas de apropriação desses espaços.

Essas ações, que são, normalmente, movidas por coletivos e acontecem com uso de poucos recursos, realçando a importância da reciprocidade e do compartilhamento de conhecimentos, de experiências e de vivências, seriam classificadas como *o pedaço e realizadas fora de casa* (Magnani, 2003; 2005). São, especificidades as caracterizam como potentes na criação de novos lugares na cidade e na recriação das relações de vizinhança, mesmo sob o constante domínio do capital. Assim, esse urbanismo tático também se coloca como uma ferramenta de gestão coletiva de espaços públicos,

⁵ Para Pierre Dardot e Christian Laval o neoliberalismo “é a razão do capitalismo contemporâneo” e pode ser entendido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (2016, p. 17). No seu sentido mais amplo, essas relações de poder entre o Estado e o Mercado ditam uma lógica normativa de produzir pessoas e cidades, comportamentos diferentes em todos os níveis de domínio que vão além da dominação capitalista: é “a mercantilização implacável de toda uma sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23). Assim, pode-se dizer que o capital neoliberal produz muito mais que organizações e as próprias cidades, ele se traduz no comportamento das pessoas, na mídia, nos signos e no encriptamento de mensagens que transformam o sujeito comum em empreendedor de si mesmo. Diante disso, e da constante troca de informações a partir da mídia e das redes, essas subjetividades estão presentes até mesmo nas pequenas localidades, comunidades, cidades menores, na vida comum dos sujeitos.



com possibilidades de influenciar as políticas públicas e no presente artigo, como uma experiência da literatura do menor e da apreensão de significados desse comum.

Primeiras aproximações: Sobre a Vila Neuma, Ceará, Nordeste

A partir das referências conceituais destacadas anteriormente que remetem para a compreensão da experiência de intervir e dialogar com os atores das pequenas cidades, ressalta-se a importância de contribuir com as suas narrativas de modo a promover novas experiências colaborativas e uma possível literatura do menor. Nesse sentido, este texto apresenta uma intervenção tática realizada na comunidade Vila Neuma, situada na periferia da cidade de Iguatu, localizada a 380 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará (figura 2). Vale realçar que Iguatu é uma cidade estratégica no contexto do planejamento regional Cearense e Nordestino, tendo em vista o seu protagonismo no eixo centro-sul do Ceará, por abrigar uma linha férrea, que a posiciona como nó de conexão entre as cidades do entorno e como importante ponto focal nas dinâmicas econômicas daquela região.

Iguatu é considerada uma cidade média, com pouco mais de 100.000 habitantes. Sua importância para o Ceará, onde se situa, reside na função de centralidade que desempenha na região Centro-Sul do estado, articulando e conectando cidades menores de suas redondezas à capital, a cidade de Fortaleza. A área tem conexão com atividades, principalmente rurais, como a agroecologia, bem como com as atividades urbanas de uma grande metrópole litorânea como Fortaleza. O bairro Vila Neuma, campo empírico utilizado neste artigo, situa-se na periferia da cidade de Iguatu e está isolada e segregada desta, devido aos condicionantes físicos do território, como grandes desníveis em relação aos acessos principais e ao Rio Jaguaribe, um rio que atravessa vários estados do Brasil e tem um de seus trechos margeando a comunidade e grande parte da cidade. Dessa maneira, uma das motivações do trabalho aqui discutido foi de estabelecer conexões entre a comunidade com a cidade de Iguatu, promovendo acesso aos equipamentos urbanos existentes no seu entorno.

Conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (1959), seu surgimento deriva de uma vila denominada de *Telha*, em referência à sua produção ceramista, desmembrada da cidade de Icó pela lei provincial nº 558, em 27 de novembro de 1851. Ainda, segundo dados da enciclopédia, apenas em 1883 o município de Telha passou a denominar-se Iguatu, conforme lei provincial nº 2035 (IBGE, 1959). Com relação à

Figura 2 - Localização da cidade de Iguatu, Ceará, Nordeste do Brasil. Imagem sem escala. Fonte: Produzido pelas autoras em 20 de março de 2021.



Figura 4 - Foto da área de intervenção com a presença de árvore plantada anos antes por morador local. Fonte: OLIVEIRA (2018).

uma melhor organização e relato do processo imersivo realizado no bairro, mas, é importante destacar, que durante a realização desses eventos houve mudanças e um passo a passo mais flexível, a partir dos contatos e relações com os atores envolvidos.

Os procedimentos adotados tiveram como pressuposto uma aproximação e conhecimento do bairro a partir de um olhar que se preocupa em afastar preconceitos por parte do pesquisador, tendo, desde o início, o contato com os moradores para formação de grupos focais, essenciais no processo de aproximação, a partir de entrevistas e conversas informais. Dessa maneira, o diagnóstico do bairro foi tomando forma com base em entrevistas semiestruturadas que demonstraram as características do bairro pela visão dos moradores e usuários do espaço. Outro procedimento foi a realização de mapeamentos afetivos com diversos atores (moradores e frequentadores da Vila Neuma), entre eles líderes comunitários, vereador local, lideranças religiosas, crianças, estudantes da escola técnica e lojistas.

O objetivo da intervenção, planejada e desenhada em conjunto em todas as etapas, foi demonstrar à população envolvida, a importância da união e do planejamento coletivo, no qual os atores locais puderam compartilhar suas opiniões e desejos. A partir do mapeamento dos espaços públicos mais utilizados no bairro, seguido de oficinas e grupos focais realizados com crianças da comunidade, foi possível formar uma imagem coletiva daqueles espaços e das suas potencialidades. A intenção foi demonstrar as etapas de um processo de diagnóstico, plano e execução para um espaço, utilizando materiais e talentos locais apontados nas entrevistas e mapeamento. No presente artigo, prioriza-se a etapa final do plano, que corresponde à execução comunitária de uma intervenção no local escolhido: a Praça do Mutirão, espaço público do Bairro Vila

Neuma (figura 4).

Dessa forma, é relevante identificar a metodologia adotada como uma maneira de aproximação, com inserções e vivências comunitárias e sobretudo, como possibilidades de se colocar como *ouvinte* e poder contar a experiência do menor. Ao contemplar a Vila Neuma, o pesquisador está em uma posição externa. Não existe um vínculo nem partindo do profissional técnico, nem da população. Todos estão um pouco desconfiados e quando essa confiança é firmada, as histórias são divididas e os locais passam a ter significado, o agente externo se transforma em um potencial ator de interação com o bairro. Essa aproximação pode ocorrer em dois momentos: o primeiro, quando o pesquisador se coloca como mero observador distanciado, que vê e infere noções considerando vivências próprias e não relacionadas ao lugar; e um segundo, através dessa interação e da posição de *cientista ambulante* (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Do olhar externo, ao observador atento: Sobre a metodologia e a experiência do lugar

Com base na metodologia *despertar* (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2019), as referidas etapas de aproximação e reconhecimento das potencialidades, dos desejos e conflitos na Vila Neuma, foram executadas a partir do mês de março de 2018. Essa experiência se inicia com o processo de aproximação, onde, primeiramente foram realizadas visitas ao local, de casa em casa, para apresentação da pesquisadora e conhecimento da área a partir da percepção dos moradores. As casas a serem entrevistadas foram escolhidas a partir de critérios definidos pelas lideranças comunitárias que estavam acompanhando todas as etapas do processo. Após esse primeiro momento, foi realizada a primeira reunião coletiva com moradores e lideranças locais, divulgada por meio de cartazes e carros de som, além da rádio local. Nessa oportunidade, foram realizados mapeamentos afetivos em grupos de participantes com o fito de compreender o que os moradores consideravam bom ou passível de melhorias na comunidade.-

Para tanto, foi realizada uma exposição sobre como funcionam os mapeamentos para os que não possuíam familiaridade com o método e, para registro dos dados, foram utilizadas diferentes procedimentos, visto que o público era diverso, envolvendo desde estudantes de engenharia da escola técnica local até moradores que vieram do interior e não sabiam ler, além de crianças. Assim, os que já tinham familiaridade com mapeamentos fizeram a legenda dos seus mapas da forma que preferiam, com símbolos e palavras que consideraram importantes para expressão de suas ideias, enquanto outros grupos utilizaram o símbolo X para áreas do bairro que não gostavam e um coração para as áreas que gostavam. Os dados coletados foram debatidos e reunidos em um mapa síntese, para posteriormente serem aplicados em um plano com possíveis intervenções para a área a partir do conhecimento técnico da pesquisadora. Esse mapa, que teve como base os mapeamentos afetivos, foi posteriormente apresentado à população para confirmar os desejos e sonhos para o local.

Essa primeira reunião, que consistiu na confecção do Plano de Bairro, contou com a presença de 20 pessoas, configurando um grupo heterogêneo: crianças, adolescentes e adultos, moradores do bairro e moradores de outros bairros que trabalham ou já trabalharam na Vila Neuma ou no bairro vizinho, Vila Moura. Por meio do contato com os alunos do curso técnico de edificações da escola EEEP Lucas Emmanuel, que já possuíam uma base na confecção de mapas, foi possível obter um resultado rico, que refletiu diferentes desejos e visões e foi expresso em também diferentes formas de representação (figura 5).



Na ocasião, cada grupo selecionou uma pessoa para apresentar suas percepções e ao final, com apoio de um mapa maior, ocorreu um debate coletivo para o entendimento dos principais desejos dos participantes para o bairro, o que mais tarde foi expresso no Plano Geral (OLIVEIRA, 2018). Destes, vale destacar: a reciclagem e o tratamento do lixo; a criação de espaços infantis de lazer; o plantio de árvores e cuidados com a vegetação local; e a possibilidade de uma articulação entre as escolas, os estudantes do bairro e os demais moradores no formato de atividades que pudessem fortalecer os laços e dinamizar o local. Este momento foi importante para a escolha do local de intervenção, no caso a Praça do Mutirão. As justificativas dessa escolha foram principalmente a centralidade, uma vez que a praça atende tanto à Vila Neuma quanto à Vila Moura (bairro vizinho), e a intensidade do uso que a mesma apresentava, apesar da degradação da infraestrutura existente, principalmente bancos e quadra esportiva.

Aqui, torna-se importante destacar a relação entre os bairros de Vila Neuma e Vila Moura, visto que a área escolhida pela comunidade para ação colaborativa situa-se entre esses dois territórios. O bairro Vila Moura, maior do que a Vila Neuma e com população de igual perfil social, tem importante papel na dinâmica de seu vizinho. Conta com equipamentos de saúde, bem como escola de ensino fundamental e escola técnica, que são acessados pela Vila Neuma com maior facilidade do que os outros bairros de Iguatu. Ambos os bairros se situam no mesmo lado do Rio Jaguaribe, embora apenas Vila Neuma esteja localizado nas suas margens (figura 3). Dessa maneira, a ação colaborativa também foi beneficiada pela presença da Vila Moura, já que várias pessoas desse bairro também participaram da ação.

Neste momento, foram ainda elencadas algumas diretrizes preliminares para a Praça do Mutirão, entendendo o que seria necessário para realizar a intervenção: a necessidade de um cronograma e levantamento da área, que se efetivou no dia 23 de março de 2018, seguido da limpeza da praça que aconteceu em 24 de março de 2018. O levantamento da Praça do Mutirão contou com a presença do líder comunitário Dauzyio Alves e do professor do curso técnico da EEEP, Lucas Emmanuel. O momento foi importante tanto para aferir medições do espaço, quanto para realizar um registro fotográfico do estado de conservação do mobiliário e espaços em geral da praça, buscando entender também os funcionamentos do seu entorno. Na ocasião, foi estabelecido contato com o Centro de Referência a Assistência Social, CRAS Aguiar Mendonça, importante instituição de assistência social localizada em frente a uma das áreas mais utilizadas da praça: o campinho de futebol. Houve ainda a oportunidade de conversar com a população do entorno, em especial com crianças que observavam o movimento e questionavam a motivação daquela intervenção.



Em seguida, aconteceu a Ação de Limpeza da Praça do Mutirão (figura 6), divulgada na comunidade por meio de contatos pessoais e distribuição de panfletos, contribuindo para firmar compromissos e captar o interesse da população em relação à melhoria do espaço público. Em geral, a maior parte dos envolvidos foram crianças, interessadas em melhorar a área da quadra para viabilizar novas possibilidades de uso, uma vez que os adolescentes e adultos utilizavam um campo em outro espaço localizado nos arredores do bairro. Uma parcela dos adultos, residentes no entorno imediato, demonstraram poucas expectativas em relação a melhorias na Praça do Mutirão. Ainda assim, alguns se disponibilizaram para auxiliar na limpeza da área. Com isso, perceberam-se algumas maneiras de melhorar o evento para a Ação Colaborativa que aconteceria depois de alguns meses. Uma delas foi à divisão prévia em grupos, visando facilitar o trabalho, para que atividades que fossem sendo realizadas não fossem abandonadas por novas demandas surgidas em outra área da praça, o que poderia resultar em áreas de trabalho inacabadas.

Em um dia posterior, foi realizado o Café da Manhã Colaborativo, cuja organização teve as seguintes características: cada criança era convidada a trazer seu lanche e tudo seria compartilhado entre os demais. Esse momento oficializou o início da intervenção e funcionou como uma reunião geral de planejamento, juntamente à limpeza da praça, reforçando conceitos como união comunitária, confiança e comprometimento com a ação. O café da manhã contou com a presença de uma professora colaboradora, que já conhecia as crianças e facilitou toda a comunicação e cuja presença foi muito importante, reforçando às crianças o porquê daqueles eventos e a sua relevância para cada um. Esse momento, de caráter pedagógico e de trocas de aprendizados coletivos, encerrou a etapa metodológica do trabalho relacionada à leitura socioespacial do lugar, dando suporte à intervenção tática na praça (figura 7).

Aqui reside o cerne desta narração, a intervenção tática na Praça do Mutirão, que



Figura 7 - Café da Manhã Colaborativo com fala de conscientização de colaboradora local às crianças. Fonte: OLIVEIRA (2018).

ocorreu durante todo o mês de maio de 2018. Inicialmente, entre os dias 16 e 19, foram definidas equipes, realizada a divulgação e a captação de recursos. O primeiro dia, 16 de maio, consistiu no contato com o líder comunitário Dauzyio Alves e um dos moradores, participante ativo do processo, para delimitação da forma de abordagem com a comunidade em geral. O dia seguinte consistiu em uma visita ao CRAS Aguiar Mendonça, com confirmação da parceria para ação colaborativa e aproximação em conjunto de um dos grupos que mais utiliza a praça: adolescentes e adultos que jogam futebol, por volta das 17h. A ação se desdobrou com a divulgação a partir de mapas impressos com base do *Google Earth* que auxiliaram em uma conversa com esses atores sobre as percepções que tinham da praça e divulgação da Ação Colaborativa que iria acontecer (figura 8).

A partir desses encontros, deu-se seguimento a captação de recursos, que foram arrecadados junto ao comércio local na forma de doações, considerando a motivação do projeto, com o auxílio de imagens impressas de iniciativas similares que ocorreram em outras cidades do Brasil. Nesse mesmo dia, os adolescentes e adultos que jogam futebol na Praça do Mutirão apresentaram sugestões de maneira informal e, com o acompanhamento de um morador, foram realizadas visitas às pessoas que estavam nas calçadas do entorno. Com o auxílio dos mapas, foram sendo sistematizados os desejos mais específicos para a praça junto à comunidade, tendo como resultado o enaltecimento da sua função para atividades de esporte e a delimitação de uma área infantil, com prioridade para instalação de brinquedos e plantio de vegetação na praça.

Por fim, no dia 19 de maio, foi realizada uma reunião organizada pela Associação do Bairro que teve ampla divulgação junto às Igrejas locais e que obteve a presença de 10 pessoas. Na ocasião foi apresentada uma retrospectiva de todas as etapas do processo que estava em desenvolvimento, bem como uma devolutiva do Plano Geral e das diretrizes relacionadas às necessidades para a Ação Colaborativa da Praça do Mutirão. Ao final, cabe o destaque para dois pontos de aprendizado: (1) o envolvimento

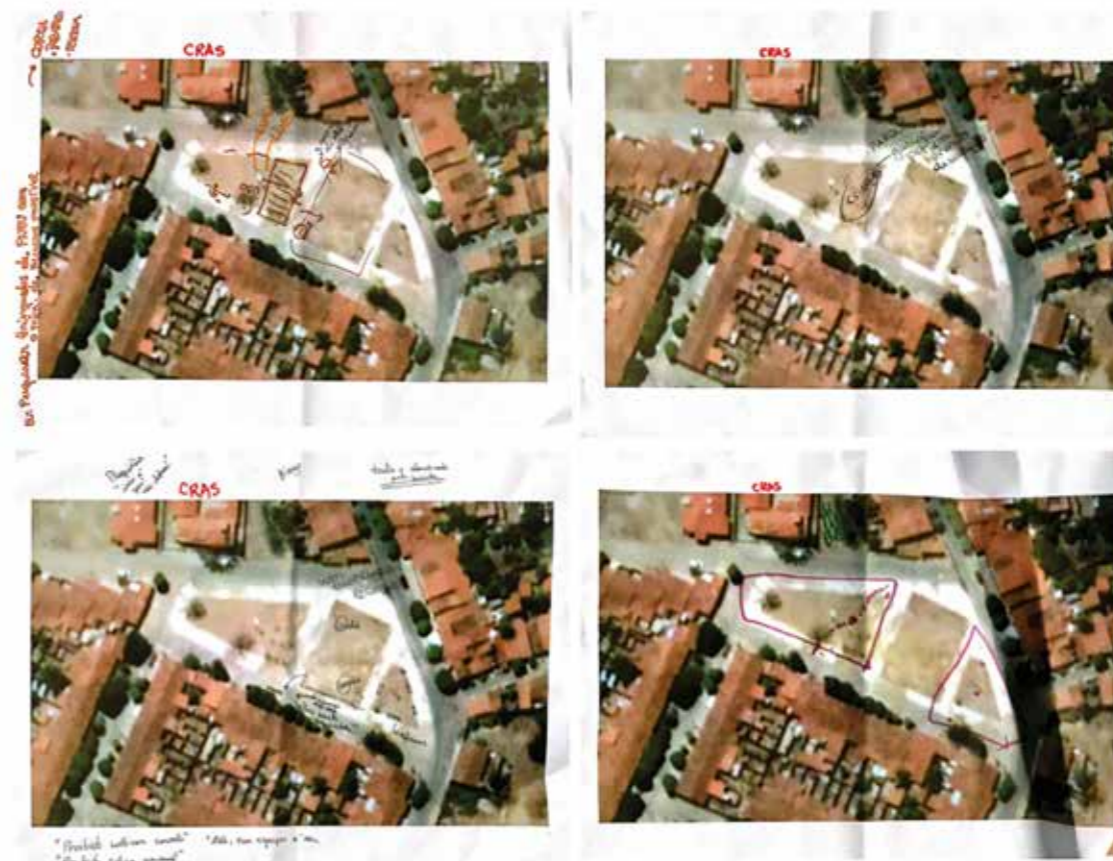


Figura 8 - Desenhos representando mudanças para a Praça do Mutirão pensados por diferentes grupos. Fonte: OLIVEIRA (2018).

da comunidade, que se mostrou bastante interessada e colaborativa, participando de diversas reuniões, oficinas e grupos focais, e nas quais, notou-se a flexibilidade no perfil do grupo com o surgimento de novos atores ao longo do tempo; (2) o mapa (a cartografia) e o desenho como ferramentas essenciais ao desdobrar dessas relações de aproximação entre o pesquisador, o campo e os atores ali presentes. Na sequência, são apresentados os principais pontos da sistematização do projeto, com destaque para a definição das responsabilidades e dos recursos para a execução da intervenção final, que foi realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2018.

A experiência do urbanismo tático na Praça do Mutirão

Segundo relato dos moradores, a Praça do Mutirão tem esse nome devido a sua construção a partir de um conjunto habitacional em regime de mutirão, para onde foram realocadas famílias que moravam à beira do Rio Jaguaribe. Sobre essa narrativa, acredita-se que no momento de sua inauguração a mesma foi entregue em bom estado, mas que, ao longo do tempo foi se degradando e não obteve as necessárias manutenções. Seu entorno é marcado pela presença de edificações residenciais, estabelecimentos institucionais (Posto de Saúde e CRAS) e pontos comerciais. Dentre as principais necessidades enumeradas pelos atores envolvidos no projeto, foi destacada a reforma da cobertura (rede) da quadra de esportes, do campinho e a delimitação de uma área para uso infantil (parquinho).

A parceria com o CRAS permitiu uma limpeza do terreno, que foi realizada pela prefeitura, facilitando o trabalho do grupo e contribuindo para que a ação já fosse iniciada com a pintura de bancos e da mureta da quadra, assim como pela confecção de brinquedos de pneu e plantio de mudas. No dia 26 de maio foi realizada a Ação Colaborativa, a partir do apoio e doação de moradores e comerciantes locais: foram recebidos como doação 30 pneus pelo vereador comunitário Antônio Baixinho e a

campanha do grêmio estudantil da Escola Alba Araújo; doações de tintas e cordas por lojas de material de construção locais; além do apoio geral do Bar O Aquino, que se manteve presente com lanches, luvas plásticas, cartazes e outras necessidades essenciais à realização da ação. Além disso, destaca-se a própria comunidade que forneceu, além da força de trabalho, materiais e equipamentos próprios, a exemplo das mudas de vegetação disponibilizadas pelo líder comunitário Dauzyio Alves.

A intervenção tática na Praça do Mutirão foi realizada em dois dias e envolveu adultos, adolescentes e crianças interessados em ver a mudança que sonhavam sendo realizada naquele local. Muitos haviam participado de algumas das etapas do processo, mas transeuntes também paravam para entender mais sobre o acontecido. Destaca-se aqui essa ação como potencializadora do imaginário das pessoas, admitindo que ela confirmou uma oportunidade para envolver pessoas num projeto urbano a partir do fazer colaborativo. Foi também um momento de troca intensa entre os participantes, de reconhecimento da própria comunidade e dos seus laços: pedreiros e construtores sabiam quais caminhos seguir na tomada de decisão da construção dos brinquedos, a partir de material reciclado; a plantação de mudas foi facilitada e orientada pelo líder comunitário Dauzyio aos colegas; e com isso, a partir do uso lúdico do espaço, as crianças puderam interagir, aprender e se divertir a partir da contribuição de outros moradores mais experientes, como realizar plantio, escavar, pintar e construir de forma apropriada.

Torna-se essencial aqui reafirmar que o mais importante não foi o resultado da intervenção, mas os caminhos percorridos e o processo de realização. A metodologia foi um ponto chave para o desdobramento da ação e para evidenciar que embora assumisse um caráter temporário e tivesse sido desenvolvida com poucas ferramentas, a intervenção se inseriu no imaginário coletivo da comunidade de Vila Neuma, gerando possibilidades de reivindicação popular junto ao Estado para ações efetivas e institucionalizadas. Nesse sentido, o urbanismo tático, a partir de ações pontuais e de baixo custo, funcionou como uma ferramenta capaz de demonstrar possibilidades e potenciais de mudanças em larga escala e a longo prazo (figura 09).

Ao final do segundo dia, foi realizado um momento de lanche colaborativo, quando se verificou a possibilidade de debater acerca da importância do que foi construído em conjunto, marcando o fechamento daquele ciclo e reforçando que o manter é tão importante quanto o fazer. Após a conclusão da ação colaborativa, a metodologia seguiu para a etapa de acompanhamento. Dessa forma, foram enumeradas responsabilidades aos participantes, buscando conscientizar os moradores sobre o poder que possuem para manter seus espaços públicos independente da presença da pesquisadora. Foram ainda definidos responsáveis por cuidar das mudas plantadas na área e pactuado um compromisso entre todos de que seria necessário utilizar os brinquedos confeccionados com responsabilidade para que não fossem deteriorados ou quebrassem.

As lideranças locais, que possuem contato direto com a área, buscaram manter a organização do local nos meses seguintes. Também foi confeccionada uma tabela para entendimento de quais elementos do plano de bairro colaborativo: poderiam ser realizados apenas pela comunidade, sem necessidade de ajuda externa; quais poderiam ser realizados com o apoio de patrocinadores; e quais poderiam ser realizados apenas pela prefeitura, a exemplo de asfaltar as ruas ou de outras mudanças estruturantes de maior porte. Por fim, cabe neste momento destacar como benefícios da intervenção: a reforma e resignificação de um espaço livre público já consolidado, bem como a reforma e reativação do mobiliário existente. E ainda, o reconhecimento do *saber comum*, da experiência do menor, de poder contar a história e aprender com essas pequenas comunidades: a experiência dos pedreiros (moradores locais) na reforma



e construção da praça; a atuação do líder comunitário Dauzyio Alves, graduado em biologia, no compartilhamento das suas vivências e do seu conhecimento relacionado a agroecologia; e finalmente, o rico aprendizado coletivo a partir do conjunto da obra e da troca de conhecimentos.

Considerações finais

Retomando as reflexões teóricas apresentadas, sempre existirão aqueles cientistas ambulantes, táticos, um tanto utópicos, que “não se deixam interiorizar completamente nas ciências régias reprodutoras e que os cientistas de Estado não param de combater” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 43). Esse devir itinerário se conecta à literatura do menor na medida em que o pesquisador se torna um *agenciador* desterritorializante dessas palavras, capaz de transformar as falas comuns junto às experiências vividas e transcrevê-las em seus relatos. Acredita-se que o caráter coletivo desse menor se expressa nesta apresentação por meio da relação proposta entre os atores da comunidade da Vila Neuma e o pesquisador, nas relações ali propostas e na expressão dessas vivências referenciadas a partir do urbanismo tático. Procurou-se discutir aqui como é possível criar motivações e demonstrar novos usos do espaço público a partir de experimentações e ferramentas simples, de modo a traduzir os anseios das pessoas para um planejamento urbano de fato democrático.

Com relação à metodologia apresentada, observou-se que esta permitiu compreender aquele espaço a partir das suas dinâmicas próprias, potencialidades e vida coletiva. Foi um processo de imersão que evidenciou um olhar além da simples coleta de dados, trazendo consigo a troca de experiências entre os atores, incluindo a pesquisadora, a partir de memórias e dos muitos sentimentos de pertencimento que emanam daquela comunidade. Evidenciam-se aqui também outras ações colaborativas que surgiram a partir desse impulso, como o *Balaio agroecológico*, empresa de produção

Figura 9 - Colagem de fotografias da Intervenção na Praça do mutirão. Fonte: OLIVEIRA (2018).

e comercialização de delivery de produtos agroecológicos, criada por iniciativa do líder comunitário Dauzyio Alves da Silva. Essa apropriação dos espaços públicos ali presentes, a criação de novas ferramentas e a utilização da própria agroecologia existente como potencializadora dessas ações, também se demonstra no *pedaço* daquela comunidade, no dia a dia, na reafirmação de “uma sociabilidade básica, mais densa, significativa e que se impõe às relações formais e individualizadas impostas pela nossa sociedade” (MAGNANI, 2005, p.07).

A realização da Ação Colaborativa da Praça do Mutirão demonstra o potencial de transformação e o poder que essa população concentra, ao se unirem com poucos materiais e em curto prazo. Mostra, também, que existem entidades parceiras e pessoas de fora que, ainda que não possam colocar a mão na massa, têm um papel relevante para que esse tipo de iniciativa seja concretizada. Cada ator envolvido, cumprindo sua função, é parte integrante de um resultado que excede os limites do físico e se reflete nos sorrisos, nas memórias e no fortalecimento da união comunitária. Essas ações, portanto, se colocam aqui como um impulso, por meio do qual os atores da Vila Neuma podem acionar o desenvolvimento do espaço utilizado a partir de ferramentas simples proporcionadas pelo urbanismo tático.

Por fim, e em contraponto ao demonstrado, é importante retomarmos Brenner (2018) ao afirmar que muitas dessas propostas de designers e arquitetos táticos contribuem também para intensificar as mesmas formas de injustiça espacial às quais esses novos projetos deveriam combater. Essas iniciativas também podem gerar grandes retornos econômicos para os seus investidores, como “donos de terra ou de imóveis situados no próprio local ou nos arredores contemplados por esses projetos” (BRENNER, 2018, p. 196). Porém, é no campo das contradições que emerge o urbanismo tático como um despertar, de modo que num futuro, essas iniciativas possam traduzir, em algum nível, as ansias e as necessidades de uma política urbana e de um Estado, efetivo e presente, que seja capaz de promover uma maior integração entre os espaços públicos, suas práticas cotidianas, e que considere as reais necessidades das pessoas de maneira democrática, afetuosa, sustentável e libertadora.

Referências

BRENNER, Neil. *Espaços de Urbanização*. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2018. 356 p.

BRENNER, Neil. *Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?* Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, n. 27, ano 7, dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka, por uma literatura menor*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16 p. 260-269. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

HOU, Jeff. *Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns*. Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking. Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo, n.23, Universidade São Judas Tadeu, 2018. Disponível em: <<https://www.usjt.br/arq.urb/numero-23/arqurb23-integral.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. *Tactical Urbanism*. Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. *Tactical Urbanism vol. 2*. Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2012.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. *Tactical Urbanism vol. 3*. Casos Latinoamericanos. Washington: Island Press, 2013.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. *Tactical Urbanism vol. 4*. Australia & New Zeland. Washington: Island Press, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os circuitos dos jovens urbanos*. Tempo Social. Revista de Sociologia, v.17, n.2, 2005. p. 173-205. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12475>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o campo é a cidade. Fazendo antropologia na metrópole*. In: Magnani, José Guilherme C; Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p 12-54.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Os Urbanitas. Revista Digital de Antropologia Urbana, v. 01, n. 0, São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista/RUA1.html>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

OLIVEIRA, Mariana Araújo de; ALBUQUERQUE, Carla Camila Girão. *A METODOLOGIA DESPERTAR: A busca por um planejamento urbano focado nos usuários do lugar a partir do urbanismo colaborativo*. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Mariana Araújo de. *O DESPERTAR DA VILA: Urbanismo colaborativo no bairro Vila Neuma em Iguatú, CE*. 2018. 167 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade de Fortaleza. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2018.

UDAYASURIYAN, Aparna. *Bottom-up Urbanism in temporary Urban space*. Research Master Planning and Sustainability: Urban and Regional Planning. École polytechnique de l'universite françois rabelais de tours (Dissertação de Mestrado). França: 2016.

SOBRE VIVER

Os diferentes corpos e a cidade

ON LIVING

The different bodies and the city

**Terezinha de Oliveira Buchebuan¹, Luiza Signori²,
Manuela Rettore³ e Maurício Rossini dos Santos⁴**

Resumo

Buscar um urbanismo incorporado que reconheça os muitos sujeitos que habitam o espaço é quebrar o consenso do espetáculo urbano. No conjunto de forças que definem as localizações na cidade, são os grupos sociais excluídos que, na escassez, resistem ao se apropriar do espaço, tempo, obra e festa. Resistir é tensionar através do corpo. É desviar do esperado. O presente trabalho, a partir de outros autores, reflete sobre o papel de arquitetas(os) e urbanistas na (trans)formação dos espaços do cotidiano. Chama atenção a necessidade de uma forma de atuar mais sensível aos conflitos e as diferentes formas de viver a urbanidade. Olhar para as muitas cidades dentro de uma, observar os movimentos ordinários e os espaços *menores* dos praticantes de cidade é não deixar apagar o protagonismo das comunidades, vilas e favelas. Conclui-se que é no olhar atento às complexidades da vida que poderemos encontrar caminho para uma cidade outra.

Palavras-chave: cidade, escalas, agentes urbanos, corpo-território.

Abstract

To seek incorporated urbanism that recognizes the multiple subjects inhabiting space is to tear the urban consensus spectacle apart. In the set of forces defining locations in the city, the excluded social groups are those who, under lack, resist while appropriating themselves of space, time, construction and party. To resist is to tension through the body, to deviate from the expected. The present paper stems from other authors to reflect about architect's and urbanist's role in the transformation of daily spaces. It calls attention to a more sensitive way of acting towards conflicts and different ways of living urbanity. To see the many cities that are inside one, to observe the city's practitioner's ordinary movements and their smaller spaces is not letting the communities, villages and favelas protagonism be erased. Therefore, it is in the watchful eye towards life complexities that we can find the way to (an)other city.

Keywords: city, scales, urban agents, body-territory.

Percursos: corpo, casa, comunidade, cidade

O pé no chão e o corpo em movimento. Da comunidade à cidade há um percurso. O percurso a pé pode se dar até o carro na garagem, até a parada de ônibus depois de subir um morro sem pavimentação com a sacola e o filho nos braços, ou, até o trabalho se o dinheiro para o ônibus faltar. No percurso gasta-se, além do recurso financeiro, tempo. Quanto mais longe se está, mais tempo se tira do seu próprio tempo. As faltas já não são apenas de ordem prática: não se nota somente a falta do espaço de lazer, falta também o tempo para o lazer. Reflexo do sujeito que produtor torna-se produto da cidade. Sobreviver a essas faltas é resistência.

A partir do *menor*, do corpo político, que nas comunidades vulnerabilizadas adquire características de cidade pequena pela sociabilidade, é que se forjam resistências. Valor coletivo, sentimento de pertencer pautado pelas relações afetivas. Nesses territórios há cuidado, acalento e proteção.

Para além das relações comunitárias, quando se avança da escala da comunidade para a cidade os tensionamentos trazem à superfície o invisível, nesse sentido, a arte pode ser aliada do corpo político ao denunciar as inverdades do *belo* e da *ordem*. Ao subverter as funções espaciais propostas pelo planejamento urbano, denuncia a ideia de consenso ilusória sobre os valores hegemônicos. Jacques (2010) vai chamar essas práticas de micro-resistências.

Pensamos que o presente texto, que se trata de uma revisão bibliográfica e concilia o pensamento de autores de diferentes campos do conhecimento e em diferentes tempos, também pode ser entendido como uma micro-resistência e, nesse sentido, ousamos propor como objetivo refletir sobre o papel de arquitetas(os) e urbanistas na formação e transformação dos espaços do cotidiano. Essa abordagem é feita a partir de escalas — lugares que os corpos habitam — e das posições dos diferentes agentes que formam, conformam e transformam as cidades, independentemente de seu porte, sejam elas grandes, médias ou pequenas, evidenciando as singularidades dos movimentos ordinários e os espaços *menores* dos praticantes de cidade.

Escalas: o lugar dos corpos na cidade

O sujeito que empresta a técnica e constrói, nem sempre pode fazer uso do produto do seu trabalho. A cidade invisibiliza os processos e os produtores. Fora do seu lugar — onde seus afetos afloram — sua obra é visível, mas o sujeito se dilui na paisagem. Os corpos lentos — ou os homens lentos (SANTOS, 1994) — aos quais as fabulações da cidade não passam de algo distante são capazes de compreender de maneira mais eficaz o território — ainda que de maneira simplificada, o espaço definido por e a partir de relações de poder — que constroem e que os constrói.

Assim, é prudente restabelecermos nossas relações com as pessoas que habitam os lugares — lugar aqui entendido como o espaço vivido, percebido a partir da experiência do corpo — para sua melhor compreensão, ou corremos o risco de pensarmos a sociedade apartada do lugar, *a-espacializada* e um lugar sem pessoas, onde as relações entre os lugares não são, senão e apenas técnicas (NOGUEIRA, 2014, p. 40). É preciso que nossas reflexões, antes de mirar no mundo e em sua complexidade atentem para o olhar de quem habita os lugares e territórios para aí sim olharmos para o todo que é construído cotidianamente por essa dialética entre os corpos e os lugares (NOGUEIRA, 2014, p. 24).

1 Mestra em Letras e Cultura, docente e Coordenadora do TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Caxias do Sul.

2 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/ UFRGS; Voluntária no TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

3 Aluna especial no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU/ USP; Voluntária no TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

4 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia – POSGea/ UFRGS.

Portanto, algumas escalas de análise nos parecem importantes ao pensar o papel de arquitetas(os) e urbanistas na leitura do espaço social e na atuação sobre o espaço. Haesbaert, ao relacionar corpo e território — entendendo o território como espaço de vida e o corpo, ele próprio, como território (HAESBAERT, 2020, p. 48) — faz com que pensemos as comunidades, vilas e favelas a partir desse corpo-território.

Segundo Quijano:

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores (2010, p. 126).

Em outras palavras, é o corpo que se relaciona com o espaço, é influenciado e influencia as relações sociais e de poder que se apresentam no espaço urbano. Pois, como escreve Lefebvre “[...] cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço” (1986[1974], p. 199).

Nos parece prudente portanto, que se pense a cidade a partir do corpo (corpo-território) e da sua relação com o objeto casa (nanoterritório), pois como afirma Souza (2016) chegar ao nível *microlocal* não é suficiente; já que, desse modo, o *intraurbano* segue sendo “apreendido excessivamente *do alto, de cima*” (p. 200-201). Nas palavras do autor “bate-se à porta, mas não se adentra a casa” (SOUZA, 2007, p. 111). O objeto casa, por sua vez, se relaciona com uma escala de vizinhança — o que Souza (2016) vai chamar de *microlocal* — e ombro a ombro, limite a limite de terra, lote a lote, quarteirão a quarteirão, rua a rua, as relações de comunidade vão se formando e transformando-a. É nessa escala de vizinhança que os laços comunitários se estreitam e se potencializa a ação coletiva, através das lutas pela terra e pelas condições necessárias para a dignidade humana. Na sua comunidade é onde espaço, técnica e tempo criam sentido e impulsionam a busca por melhores condições de vida e bem-estar. Aqui a autoconstrução pressupõe apropriação. O produtor usufrui da sua obra, é parte.

É nos percursos pela comunidade, escala *microlocal*, que os corpos se tornam visíveis. As necessidades do sujeito não são apenas suas: tornam-se coletivas e podem ser divididas e cuidadas pelas relações de vizinhança. Nessa escala há troca de afetos, de saberes e de experiências. Nessa escala a participação política tem maiores possibilidades de acontecer de forma direta, a partir de associações de moradores, plenárias e assembléias (SOUZA, 2016, p. 204). Nesse sentido, são nesses encontros e na busca pelos seus direitos que os sujeitos protestam pela sua visibilidade. Já no percurso entre comunidade e cidade — que para Souza (2016) trata da escala *mesolocal* — o sujeito vai perdendo visibilidade, seus vínculos de afeto vão enfraquecendo e ele vai sendo visto mais como produto do que produtor, mais como objeto do que agente.

Corpo. Casa. Comunidade. Cidade. É na perspectiva desses fluxos que a(o) arquiteta(o) deveria trabalhar. Na melhoria das condições da casa, que abriga um ou muitos corpos, e de seu entorno. Entre comunidade e cidade na luta pela visibilidade dos corpos que realmente fazem a cidade. Os fluxos se dão pelas ruas, pelos atalhos e também pela possibilidade de garantir acesso à arte, à cultura e à educação. O objetivo desse ir e vir é que a comunidade se reconheça pelo valor da luta pela terra e pela melhoria das condições de vida, mas também pela constituição de uma identidade forte, forjada na resistência, e tendo a cultura no plano do embate simbólico como aliada no processo de permanência no território. É identificar o seu patrimônio, o que diferencia e representa a comunidade, potencializando e valorizando essa força para além da comunidade. Talvez aí esteja uma possibilidade de fazer voltar, aos poucos, o sentido da obra, da

apropriação. Nessa perspectiva, profissionais, dentre eles arquitetas(os) e urbanistas, podem se tornar parte desse processo.

As relações estruturais, essas fixas, são ameaçadas, rompidas pelos fluxos? Ainda é uma incógnita, cabe às arquitetas(os) e urbanistas e a demais profissionais aliados às comunidades, unirem-se nessa perspectiva. Olhares diferentes para realidades distintas, uma possibilidade de que essa atuação se amplie para a mesoescala, para um desenho que possibilite a apropriação da cidade pelos diferentes corpos-territórios. Assim, entendemos ser pertinente conhecer a posição que cada um ocupa nesse jogo complexo.

Agentes: a posição dos corpos na cidade

Aqueles pés que sobem o morro com a criança nos braços em busca do transporte coletivo, aqueles pés que se deslocam até o trabalho distante não são os mesmos pés que desenham esses percursos para a cidade e na cidade. Não são os pés de quem financia a construção desses desenhos. Não são os pés de quem regula o solo urbano. São, sim, os pés dos produtores, que nem sempre usufruem da sua obra.

O conjunto dos diferentes corpos que se cruzam na cidade são os agentes modeladores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Portanto, o espaço urbano é produto da ação humana, sendo que a cidade capitalista contemporânea apresenta uma organização espacial desigual e mutável. Na cidade atua um conjunto de forças que define as localizações das atividades e da população (CORRÊA, 1999).

Villaça (2001) reforça essa ideia destacando que a segregação socioespacial é um mecanismo necessário ao controle da produção e consumo das localizações pela classe dominante e que os tempos de deslocamentos — de informações, de mercadorias, capital ou mesmo dos corpos — são determinantes nessas vantagens locacionais. Assim, as classes dominantes elegem seus locais de moradia, cabendo aos pobres, quase sempre as periferias. Partes da cidade que refletem a tamanha desigualdade e que são cotidianamente desconsideradas ou consideradas parcialmente no planejamento e na atuação do setor público.

No jogo da produção do espaço urbano o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar, se aliando a diferentes grupos ou contrapondo-se a eles. A regulamentação do uso e ocupação do solo, a decisão das localizações de investimentos públicos em redes de infraestrutura e habitação são formas de controle. Nesse jogo pode se coadunar ao mercado. No mercado os proprietários de terra almejam maiores lucros e os promotores imobiliários atuam de modo desigual, muitas vezes criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista (CORRÊA, 1999). Essa complexa relação de dominação é destacada por Lefebvre, que a identifica como perfeita para uma “exploração apurada das pessoas — dos corpos — ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço” (2001, p. 33).

Lefebvre entende que a cidade foi um “espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras e pelas festas” (2001, p. 128). Para esse autor, os pobres da cidade, ao serem afastados para as periferias aos poucos perdem o sentido da obra e já não se apropriam “do tempo, do espaço, do corpo, do desejo. A consciência social deixa pouco a pouco de referir à produção e centra-se no consumo” (2001, p. 24-25).

Porém, há momentos em que a potência coletiva faz a frente, as comunidades resistem,

contam suas histórias, suas memórias, mesmo que seja no *boca a boca*. As histórias silenciadas passam a ter voz e contam da ocupação, da luta por direitos, conformando e definindo territórios e lugares. É na periferia, nas margens, nas favelas, nas ocupações *irregulares* que essa exploração se manifesta espacialmente. É lá que vão morar os grupos sociais excluídos, produzindo o seu próprio espaço. Nesses territórios essa produção é uma forma de sobreviver às adversidades impostas, é resistência. Trata-se de apropriação de fato. “Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço urbano, encostas íngremes e áreas alagadiças” (CORRÊA, 1999, p. 30).

Para Jacques as periferias são espaços em “constante movimento exatamente por serem seus usuários/habitantes os verdadeiros responsáveis por sua construção coletiva” (2010, p. 112). Para a autora, o espaço em movimento não está ligado apenas ao próprio espaço físico, está ligado sobretudo ao:

[...] movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, é diretamente ligado a seus atores, que são tanto aqueles que percorrem esses espaços opacos no cotidiano quanto aqueles que os constroem e os transformam cotidianamente (JACQUES, 2010, p. 112).

Santos (1994; 2009) é quem primeiro explora o conceito de espaços opacos: aqueles que, por necessidade, são mais criativos, aproximativos e têm relação com as áreas mais populares da cidade. Contrapondo-os aos espaços luminosos: sagrados, exatos, midiáticos e que estão a serviço do mercado e do consumo. Cabe ressaltar que esse movimento, esses fluxos, permite que os corpos dos espaços opacos se infiltrem nos espaços luminosos — que ao se pautar pela regulamentação e por redes de racionalidade que invadem todos os arcanos da vida, se tornam, ao eliminar ou empobrecer as perspectivas de futuro, espaços opacos — através de uma série de atores: vendedores ambulantes, moradores de rua, catadores de resíduos, prostitutas, etc. [...] que são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maioria dos projetos urbanos ditos revitalizadores (JACQUES, 2010; SANTOS, 1994). Incluem-se também nesses projetos os próprios construtores, quase sempre oriundos dos espaços opacos, produtores da cidade, mas que dificilmente poderão usufruir do produto desse seu trabalho. Os corpos lentos — nas palavras de De Certeau “os praticantes ordinários da cidade” — são os caminhantes cujo “corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo” (1996, p. 171).

A realidade pode ser lida de fora ou de dentro. De fora, nos permite estabelecer paralelos, relações que facilitam o entendimento do que acontece dentro, já que não fazemos parte desse universo, somos agentes externos pretendendo agir no espaço interno. Nesse percurso de entender o que está fora, se percebe que a potência coletiva conquista pela pressão, pela resistência. O coletivo cuida, acalenta, alimenta o desejo de mudança e dá esperança.

É preciso olhar também o que acontece dentro. Olhar o que as pessoas das comunidades mais vulnerabilizadas estão passando e repensar o território onde estão. Há organização para atender as necessidades mais imediatas, mas também para denunciar as condições de vida das pessoas de vilas, favelas e comunidades. Para além do entendimento de que esses territórios são excluídos das decisões urbanas, há um movimento cotidiano que faz funcionar, que transforma. A partir do protagonismo de trajetórias de vida, moradores tornam-se coautores da mudança, na escala microlocal, mas quase que invisivelmente, também na cidade. O produtor, o construtor da cidade não a usufrui, torna-se antes, um produto como aquilo que edifica. Produto porque participa da obra da cidade, mas não tem direito a ela. O direito lhe é negado porque seu corpo se cansa das horas de trabalho e dos deslocamentos. Seu dinheiro se

consome com a moradia, a alimentação, o transporte, a saúde e a educação dos filhos. Não lhe sobra tempo e não há espaço no seu território para o lazer, para a arte, para a cultura, mas os corpos existem, sobrevivem e resistem.

Jacques assinala que os urbanistas indicam usos para espaços projetados, mas são esses praticantes ordinários que atualizam os projetos urbanos, o próprio urbanismo, através da prática: “são as experiências corporais que reinventam esses espaços urbanos no cotidiano [...] lhes dão outro ‘corpo’ pela simples ação de praticá-los” (2010, p. 113). A autora acrescenta que corpo e cidade se configuram mutuamente e que essa relação poderia ser a base de uma prática de um urbanismo mais incorporado, através de micro-resistências urbanas, a exemplo do corpo como política ou da ação artística. Vale ressaltar que aqui a arte é tida como uma possibilidade questionadora de consensos estabelecidos, “uma potência explicitadora de tensões do e no espaço público, em particular diante da atual pacificação, despolitização e estetização consensual dos espaços públicos globalizados” (JACQUES, 2010, p. 116) tão propagado pelo mercado e incentivada pelo Estado.

Os conflitos urbanos são legítimos, necessários e precisam de zonas de tensão para se manifestarem. Desde que não se tornem hegemônicas, garantirão uma tensão permanente no espaço público, condição necessária para que a cidade seja menos *espetáculo* e mais resistência, menos valor de troca e mais valor de uso, menos produto e mais obra, mais vida cotidiana. As relações entre “corpo e cidade, entre corpo humano e corpo urbano, e, entre corpo da arte e corpo político são determinantes para a explicitação ou criação de tensões no espaço público” (JACQUES, 2010, p. 117).

Como resalta Jacques, arte e política produzem ficções, novas relações, tensões — “outras formas de reconfiguração da nossa experiência sensível” (2010, p. 116). A profissão de arquiteta(o) e urbanista está como algo entre técnica e arte, mas é sempre política. O desafio da produção arquitetônica está em ser uma arte coletiva ao mesmo tempo em que tem uma dimensão utilitária e, nesse processo, o profissional precisa entender que “o seu desenho uma pessoa vai construir” (USINA, 2016, np). O material escolhido, a técnica construtiva, os modos de produção empregados é trabalho na e sobre a terra, o que vai agregar valor a ela. Nesse ato de decisão do profissional há política. Os processos de trabalho coletivo na produção da cidade, contrapõem-se à hegemonia, desviam da conduta esperada. A ação cooperada, com vontade própria e sem subordinação ao mercado influencia no cotidiano dos produtores e produtos (USINA, 2016, np).

Retomando Lefebvre, esse seria um momento em que os pobres passam a se apropriar da cidade:

[...] a apropriação exige revolução econômica, política, mas também revolução cultural permanente para realização de uma sociedade urbana [...] só a sociedade urbana pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo e produzir um novo humanismo, do homem urbano — para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso, servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material (2001, p. 140).

Nesse processo de entender a nossa cidade, as histórias dos muitos outros (RIBEIRO, 2010) podem abrir os olhos, a mente e o coração de arquitetas(os) e urbanistas para colaborar nesse processo de apropriação da cidade. A nossa função é social, por natureza, mas as comunidades têm a voz em primeiro plano, nosso papel é dar luz

e colocá-la em evidência. Essa atuação, a partir de novos olhares, novos percursos, novos movimentos que se distanciam do mercado e do Estado como regulador pode colaborar na criação de zonas de tensão entre a cidade opaca e a luminosa. Espaços onde os corpos lentos produzem, mas também festejam.

Prática profissional: fixos e fluxos para os diferentes corpos

Se um outro olhar para a realidade das comunidades é possível, um olhar que nos aproxima dos corpos, das gentes, seria a chave para uma outra prática de urbanismo, um urbanismo que busque romper com a lógica atual que espetaculariza e homogeneiza o espaço urbano.

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária (JACQUES, 2010, p. 108).

Apacificação dos espaços públicos acaba por gerar o empobrecimento das experiências corporais e tenta ocultar ou eliminar a vitalidade das comunidades populares. Negar o conflito é negar a possibilidade de dissenso, de discordar, de tensionar, ou seja, é excluir a essência primeira do espaço público e da política (JACQUES, 2010). Por isso, a importância de uma leitura diversa, complexa e, por vezes, contraditória da realidade vivida, principalmente a dos corpos lentos, se faz necessária e pertinente. O espaço público diverso permitiria revelar os diferentes corpos que constituem a cidade. Entender e ler os corpos, eles próprios como territórios é, de alguma forma, afirmar suas complexidades e não deixar esquecer suas subjetividades. Através do conflito e da tensão entre as diferentes formas de cidade é que se constitui o caminho da coexistência dos muitos outros (PORTELA, 2007). Lembrando que o corpo é, também ele, político (HAESBAERT, 2020; JACQUES, 2010).

O urbanismo espetacular torna o espaço urbano sagrado, não permitindo imperfeições, escondendo e rejeitando aquilo que considera *inadequado, sujo, indigno* (JACQUES, 2010). É de se pensar também que — em uma sociedade capitalista — espaços luminosos dependem de espaços opacos para existir. Resistir a esse processo que nega e exclui exige o tensionamento, este inerente à relação interdependente entre resistência e espetáculo “[...] a possibilidade de se opor um mundo sensível a um outro.” (JACQUES, 2010 p. 108). Tensionar é escancarar, *sujar* com a verdade complexa a mentira pacificante de um espaço sacro. É a prostituta na esquina, o ambulante na calçada, o morador de rua, o malabarista, o cortejo popular, o artista de rua. É o uso que desvia da prática planejada para os espaços, conforme evidenciam as figuras 1 e 2. É também, voltando a Lefebvre, o direito à obra — à atividade participante — não somente aquela atividade *executante*, e, o direito à apropriação — bem distinto do direito à propriedade. Ressaltando aqui, a apropriação do tempo, do espaço, do corpo, do desejo, da possibilidade de usufruir não só da obra, mas também da festa, implicados no direito pleno à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Sendo arquitetas(os) e urbanistas pensadores e planejadores dos espaços, é responsabilidade desses entender a complexidade da vivência dos diferentes corpos na cidade. Para, dessa forma, atuar na garantia do direito pleno à cidade e no resgate do sentido do espaço público — o lugar do encontro, do conflito, da diferença, da política.



Figura 1 - Manifestação artística em muro privado. Fonte: Luiza Signori, 2018.

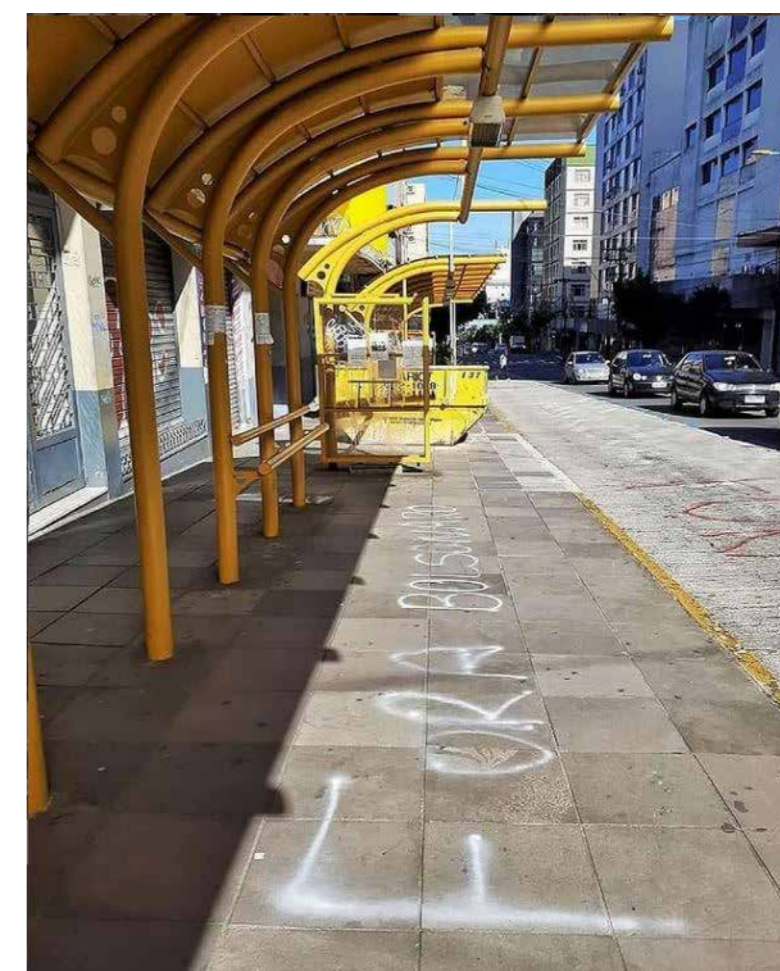


Figura 2 - Manifestação artística em espaço público. Fonte: Fernanda Rieta, 2021.

Nós, urbanistas, precisamos aprender a trabalhar com os conflitos e a manter essas tensões no espaço público, aprender a melhor agenciá-los, atualizá-los e incorporá-los nas teorias e práticas urbanísticas (JACQUES, 2010, p. 117).

Tensionar é manter o uso profanatório dos espaços. É no uso do corpo que se tira do lugar do sagrado e se devolve ao lugar do comum, o espaço urbano. Uso esse que desvia do esperado, e torna o sujeito visível — mesmo na mesoescala. Pois, como



fala Souza, para cada *ordem* sócio-espacial, em diferentes escalas e intensidades, aparecerá, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma — como a que vivemos —, um contraprojeto (ou diversos contraprojetos concorrentes) que virá propor, de maneira explícita ou implícita, novas estruturas sócio-espaciais, “para agasalhar novas relações sociais” (2016, p. 38).

Nesse sentido, também podemos mencionar que *ordem* e *desordem* são ideias com fortes cargas subjetivas. Para os que ordenam, ou aqueles que assimilam seu discurso, a *ordem* sócio-espacial hegemônica é a boa *ordem*, por outro lado a *desordem*, mesmo que pautada por reivindicações legítimas e justas, por desafiar o que está posto tende a ser vista como problemática ou, até mesmo patológica. Porém, ao profanar o planejamento do Estado — fortemente ordenador —, os movimentos sociais emancipatórios, em especial os pautados pela autonomia e pela autogestão como princípios norteadores de suas lutas, desafiam a ideia de *ordem* hegemônica, mostrando na prática que “da aparente *desordem* pode, precisamente, surgir uma nova *ordem* (ou novas *ordens*), menos injusta, desigual e assimétrica” (SOUZA, 2016, p. 39).

Por muito tempo o substrato espacial material, como faceta do espaço social, foi equiparado a um *produto da transformação da natureza pelo trabalho*. A partir do que fora pensado até aqui e utilizando as palavras de Souza (2017, p. 37) fica a pergunta: “porque somente pelo trabalho?” A *produção* em sentido amplo e também a *produção do espaço* (LEFEBVRE, 1986), ao ser reduzida ao sentido *puramente* econômico, ou sendo entendida como processo que se limita a uma produção no sentido econômico-material perde de vista que o imaginário também produz espacialidade ao gerar e agasalhar, a partir de significações subjetivas sociais, concepções, imagens e ressignificações espaciais (SOUZA, 2017, p. 39). Portanto, o espaço social deve ser sintetizado a partir dos sentidos de quem o habita, para que a partir do uso profano, do dissensual, da *desordem* e da festa, possa-se criar uma nova urbanidade, uma cidade outra.

Uso profano esse que pode ser percebido na cidade de Caxias do Sul – RS, em sua praça central. Apesar das iniciativas do poder público em *revitalizar* esse espaço

Figura 3 - Manifestação cultural de maracatu. Fonte: Luiz Erbes, 2019.



público, ele permanece sendo palco de manifestações políticas e artísticas como ilustram as figuras 3 e 4. Ainda se configura como uma zona de tensão, onde diferentes corpos-território se cruzam, se enfrentam ou interagem.

Nesse sentido, observar as micro-resistências espaciais, que subvertem a lógica dos tempos do capital e reivindicam um lugar seu nas cidades, nos ajuda perceber algumas problemáticas dos projetos urbanísticos atuais, que através da padronização e da homogeneização, negam as subjetividades e construções simbólico-culturais dos muitos outros que experienciam, formam e transformam o espaço social urbano. Antes privilégio dos grandes centros, esses projetos chegam também nas pequenas cidades e comunidades, subvertendo a lógica de apropriação dos lugares e da sociabilidade. Nos parece que essas micro-resistências, expostas nas pequenas comunidades, vulnerabilizadas ou não, ou nas manifestações artísticas e reivindicatórias nos centros e espaços *menores*, expressam o dissenso, aquilo que falta nas cidades, independente do seu porte. Podemos entender que as relações sociais, e aqui as tensões sociais, que se desenvolvem no espaço precisam ser observadas em diálogo com as pessoas que habitam os lugares, ou estaremos fadados a fazer análises deslocadas dos lugares e, conseqüentemente, do espaço.

Lefebvre destaca que por vezes os problemas são fáceis de serem resolvidos e a solução pode estar bem perto. Tão perto que as pessoas não as enxergam (2001, p. 140). Quem sabe aliando a mudança do olhar e da sensibilidade de arquitetas(os) e urbanistas ao protagonismo das comunidades, não seja uma dessas soluções bem próximas, possíveis e em direção a uma mudança para cidades que caminhem ao direito à obra e à festa. Nesse caminho, arquitetas(os) e urbanistas, precisam também se apropriar das muitas cidades dentro de uma só. Participarem, eles mesmos, não só da concepção e da construção, mas da apropriação, da obra e da festa.

Figura 4 - Manifestação pela vacinação de 29 de maio. Fonte: União Brasileira de Mulheres, 2021.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Série Princípios. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 1ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986 (1974).

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. Manaus: Edua, 2014.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público contemporâneo*. 319 f. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma geografia libertária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: A “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, vol. 4, nº 6, pp. 101 - 114, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. EdUSP, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

USINA CTAH. *Arquitetura como prática política*. Documentário, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw>. Acesso em: 12 mar. 2021.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

RASTROS DA HISTÓRIA GEOGRÁFICA DO MENOR

Permanência e transformação em pequenas localidades

*TRAILS OF SMALLER'S GEOGRAPHICAL HISTORY
Permanency and transformation in small localities*

Gustavo Maciel Gonçalves¹ e Ana Paula Neto de Faria²

Resumo

Este artigo busca demonstrar a importância de uma compreensão aprofundada de fenômenos vinculados às pequenas localidades e apresenta um estudo com informações sobre fenômenos histórico-geográficos relacionados à Colônia de Pescadores Z3, uma vila de pescadores de Pelotas/RS. O objetivo é o de dar visibilidade à sua história geográfica e cultural. O estudo foi conduzido através de: pesquisa bibliográfica e cartográfica, mapeamentos e levantamentos fotográficos do território e da paisagem local em diferentes períodos temporais e análises e interpretação dos levantamentos. Os resultados demonstram aspectos da trajetória de ocupação do território e da identidade estética e cultural da localidade: a) origem e trajetória; b) características e limitações impostas por fatores ambientais, territoriais e socioeconômicos; e considerações sobre c) o ambiente cultural e d) a evolução da forma urbana. Ao fim, são feitas considerações, buscando-se problematizar de forma crítica a situação na qual se encontra a localidade atualmente.

Palavras-chave: geografia histórica, pequenas localidades, ocupação territorial, ambiente cultural.

Abstract

This paper seeks to demonstrate the importance of an in-depth understanding of phenomena related to small localities and presents information on historical-geographical phenomena related to Colônia de Pescadores Z3, a fishing village in Pelotas/RS. The aim is to give visibility to its geographical and cultural history. The study was conducted through bibliographic and cartographic research, mappings and photography of the territory and the local landscape in different periods as well as analysis and interpretation of them. The results demonstrate aspects of the trajectory of occupation of the territory and the aesthetic and cultural identity of the locality: a) origin and trajectory; b) characteristics and limitations imposed by environmental, territorial and socioeconomic factors; and considerations about c) the cultural environment and d) the evolution of the urban form. At the end, final considerations are made, seeking to critically problematize the situation in which the locality currently finds itself.

Keywords: historical geography. small localities. territory occupation. cultural environment.

1 Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS).

2 Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

A globalização e a internacionalização nos contextos econômico e cultural têm atribuído ao fenômeno urbano uma problemática referente à manutenção de características locais em detrimento de certos modelos externos. As pequenas localidades, como as pequenas cidades, os pequenos assentamentos nas bordas das cidades e as localidades tidas como remotas, participam dessa dinâmica mais ampla das estruturas e redes urbanas de modos bastante específicos. No campo cultural, esses espaços, que são ricos em particularidades internas, ficam submetidos ao jogo da moda e às mídias de massa, que geram impactos sobre os modos de vida tradicionais, as visões de mundo e os atributos artesanais da cultura dos grupos sociais envolvidos. Já no campo econômico, novas condições são inseridas nas dinâmicas dessas localidades, com a penetração do capital imobiliário e financeiro e com a modificação dos modos de reprodução social e econômica locais, implicando indiretamente em transformações culturais.

Advoga-se que, por serem reduzidas em porte, as pequenas localidades muitas vezes desenvolvem capacidades para se adaptar às realidades mais amplas do contexto em que se inserem, assim como reconhecem seus valores culturais e resistem em mantê-los vivos, servindo, em certos casos, como um modelo daquilo que hoje é entendido como resiliência. No entanto, ainda são escassos os estudos que abordam as pequenas localidades. Tem-se observado uma tendência dos trabalhos científicos que reforça a negligência ao estudo das pequenas localidades ao priorizar sistematicamente investigações que abordam grandes cidades, cidades conurbadas e regiões metropolitanas. O entendimento das dinâmicas vinculadas a esses espaços menores e as suas relações com o contexto em que estão inseridos é uma lacuna nos estudos vinculados ao planejamento, cujo preenchimento é uma direção potencial para o reconhecimento desses lugares, com implicações importantes para as políticas públicas urbanas e regionais.

Neste artigo, como resposta ao que foi acima exposto, propõe-se a organização de informações sobre a Colônia de Pescadores Z3, uma vila de pescadores situada às margens da Laguna dos Patos, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Essa organização será conduzida a partir de uma abordagem histórico-geográfica, priorizando-se uma avaliação do processo de ocupação do território enquanto condicionado por uma série de fatores históricos e geográficos. O objetivo do trabalho é o de dar visibilidade à história geográfica e cultural local, associando-a aos aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos no processo de ocupação do território.

Além desta introdução, o artigo possui mais seis seções. Na próxima seção apresenta-se uma revisão teórica sobre assuntos que são fundamentais ao que o artigo pretende discutir e desenvolver, organizando-se breves ligações teóricas e pressupostos sobre as ideias de transformação, permanência e apagamentos nos estudos histórico-geográficos. Na sequência apresentam-se fatos históricos referentes ao início da ocupação das regiões litorâneas no estuário da Laguna dos Patos e a trajetória dos diferentes agrupamentos populacionais que levaram à cabo a urbanização da Colônia de Pescadores Z3. Posteriormente, são apontadas a) as características e limitações ambientais, territoriais e socioeconômicas que têm condicionado o processo de ocupação do território e b) as características e problemáticas vinculadas ao ambiente sociocultural e à paisagem urbana. Na penúltima seção são desenvolvidos os resultados de alguns levantamentos que se referem à evolução da forma urbana da localidade a partir das transformações, permanências e desaparecimentos sobre o território. Ao fim, são feitas as considerações finais do trabalho, buscando-se problematizar de forma crítica a situação na qual a localidade se encontra atualmente.

Transformações, permanências e apagamentos histórico-geográficos: algumas ligações teóricas e pressupostos

A compreensão das dinâmicas do espaço urbano, dentre as quais pode-se enumerar os processos de ocupação do território e a produção de identidades estéticas e culturais, geralmente passam pela condição de uma leitura coordenada entre fatores históricos e geográficos. O espaço geográfico é um fenômeno multidimensional, produzido historicamente pelas características ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais de cada sociedade (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2006; TUAN, 1980; MASSEY, 2008). Milton Santos compreende o espaço geográfico como um subproduto do tempo, quer dizer, a sedimentação de ações despendidas em diferentes momentos históricos moldam o espaço-território e a paisagem (SANTOS, 1986).

A ideia de território introduzida por Raffestin (1993) vincula o espaço geográfico à uma relação de poder e de posse de um indivíduo ou de um grupo sobre uma porção desse espaço, cuja delimitação é determinada por uma fronteira visível ou invisível. Essa fronteira, que em certos casos pode se configurar como um limite intransponível, é organizada por algum tipo de conexão do indivíduo ou do grupo com aquela parcela espacial, podendo essa conexão ser estabelecida por fatores de cunho social, econômico, político ou cultural (RAFFESTIN, 1993). Ao fixar-se na essência política do conceito de território, Souza (2000) propõe que existiria uma imbricação deste com as noções de autonomia e de desenvolvimento. O autor faz a pressuposição de que um mesmo espaço pode ser territorializado por diferentes grupos em diferentes momentos, de acordo com as modalidades de poder exercidas sobre o território e a concepção de desenvolvimento envolvida na relação de poder (SOUZA, 2000).

A paisagem, por sua vez, estaria mais voltada para um conjunto de formas que demonstram as heranças correspondentes às sucessivas relações entre o humano e a natureza (SANTOS, 2006). Portanto, a paisagem é muito vinculada aos aspectos estéticos que são produzidos pela ocupação humana do espaço geográfico, normalmente moldados pela cultura e pela visão de mundo dos grupos sociais (TUAN, 1980; SEPÄNMAA, 1993; CARLSON, 2009; ANDREOTTI, 2013). Sob o entendimento do espaço geográfico, Claval (1999) coloca a cultura como a totalidade de comportamentos, atitudes e preferências ambientais, saberes, técnicas, conhecimentos e valores acumulados e transmitidos de uma geração a outra. O ambiente cultural, dessa forma, tem a ver com os aspectos relacionados à humanização da paisagem que não são meramente físicos, mas que são constituídos também de significação histórica e cultural, simbolismos e identidades (CLAVAL, 1999).

Uma forma potencial de compreender o importante papel desempenhado pelo território e pela paisagem na dinâmica das pequenas localidades urbanas é pela abordagem morfológica histórico-geográfica³. As visões que vinculam essa abordagem ao fenômeno urbano priorizam uma compreensão baseada na contextualização de aspectos históricos desde as transformações, permanências e desaparecimentos inerentes ao processo de ocupação física do espaço (NETTO; COSTA; LIMA, 2014). Não é preceito deste artigo enumerar e aplicar de modo restrito e integral as teorias e métodos desenvolvidos por essa linha de estudos. Cabe, no entanto, destacar que o foco priorizado por essa abordagem é a evolução histórico-geográfica das formas urbanas em paralelo aos respectivos eventos históricos e mudanças políticas, sociais e culturais sobre a ocupação do território (CONZEN, 1960; WHITEHAND, 2001; NETTO; COSTA; LIMA, 2014). As concepções vinculadas a esta linha de estudos estão

distribuídas em diversas publicações e buscam identificar, a partir da trajetória histórica das localidades, os elementos morfológicos e as suas transformações, permanências e desaparecimentos ao longo do tempo. Dois conceitos importantes introduzidos ao estudo da forma urbana são a *Região Morfológica* e o *Período Morfológico*. A Região Morfológica se refere aos territórios morfológicamente homogêneos e que constituem uma unidade dentro da estrutura urbana. Além disso, diferentes porções do território podem ser entendidas como pertencentes a um período histórico, o qual motiva a homogeneidade morfológica (ou, em outras palavras, o surgimento de regiões morfológicas), e cujo termo incide na diferenciação de cada território aos demais territórios contíguos. A esta concepção deu-se o nome de Período Morfológico.

As noções destacadas nesta seção do artigo oferecem elementos para que se possa conjecturar o seguinte: no processo de apropriação humana do espaço, as trajetórias da natureza e as trajetórias humanas moldam os padrões socioespaciais da ocupação do território e definem social e culturalmente a produção do território e da paisagem. Ao admitir-se a relação entre espaço e tempo, pressupõe-se que é possível identificar, observar e analisar aspectos dinâmicos do território e da paisagem a partir das transformações, permanências e desaparecimentos que neles se sedimentam. Essas dinâmicas são pautadas por relações de poder e posse entre os indivíduos e relativizadas pelas gradações de autonomia exercida por eles. Cada permanência pode ser interpretada como o resultado de um processo, o qual pode acontecer, por um lado, de forma espontânea, informal e pacífica, ou, por outro lado, formal, imposta, ou conflituosa. Ainda que tal processo seja inerente ao passado, ele resulta na demarcação dos limites espaço-temporais do território e na fisionomia da paisagem do presente, predispondo a evolução urbana histórica para um caminho futuro.

É dentro desses pressupostos que será conduzida a organização e a compilação de informações histórico-geográficas inerentes à Colônia de Pescadores Z3, uma pequena localidade situada às margens da Laguna dos Patos, na zona rural da cidade de Pelotas/RS. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com a consulta de estudos de diversas áreas que tratam da localidade e uma pesquisa cartográfica de imagens matriciais antigas que permitissem recuperar o processo de ocupação do território. Além disso, foram feitos levantamentos fotográficos e mapeamentos da estrutura urbana física em diferentes períodos históricos, os quais contribuíram para o esclarecimento dos resultados. Para maior fluidez do texto e otimização da linha de pensamento, optou-se por indicar com maior detalhe os procedimentos adotados nos levantamentos oportunamente ao longo do artigo.

De antemão, aponta-se que, no processo de ocupação urbana da Colônia de Pescadores Z3, as dimensões ambiental, política, econômica, social e cultural se mostram claramente imbricadas no espaço. O território compreende a formação e a transformação do núcleo físico-espacial, que têm sido condicionadas, sobretudo, a) pelas características impostas pelo ambiente natural de suporte, b) pelas suas limitações territoriais sociopolíticas e ambientais e c) pelas características e crise do sistema socioeconômico da pesca extrativa artesanal. Para além do fato de contribuir com uma leitura elaborada sobre fenômenos inerentes às pequenas localidades, o caso específico da Colônia de Pescadores Z3 é abordado nesse artigo pois entende-se que os três aspectos mencionados (a, b e c) possuem condicionantes que têm produzido impactos negativos sobre a reprodução da vida social e dos valores culturais e históricos locais. Trata-se de uma localidade em que ainda se pode observar as relações entre a paisagem natural, a cultura e as identidades históricas e onde a regulamentação urbana oficial ainda não se faz presente.

³ A Escola Inglesa de Morfologia Urbana, que tem como precursor o geógrafo M. R. G. Conzen (1907-2000), é pioneira nessa área de estudos.

Origem e trajetória de ocupação por diferentes grupos no Arroio Sujo

Anjos, Niederle e Caldas (2004) e Anjos *et al.* (2004) apontam que foi ao longo do século XIX que a atividade da pesca extrativa marcou os primeiros registros nas localidades próximas ao estuário e à costa interna da Laguna dos Patos. Nessa época, os pescadores nativos detinham a posse e o controle de todas as etapas da produção⁴. Na segunda metade desse mesmo século, a atividade abarcou a influência portuguesa no sistema de técnicas e de práticas da pesca e também em aspectos socioculturais: “Com a vinda dos pescadores portugueses originários da *Póvoa do Varzim*, houve a introdução de novas técnicas produtivas, trazendo consigo as primeiras mudanças significativas nos processos de produção.” (ANJOS *et al.*, 2004, p. 11).

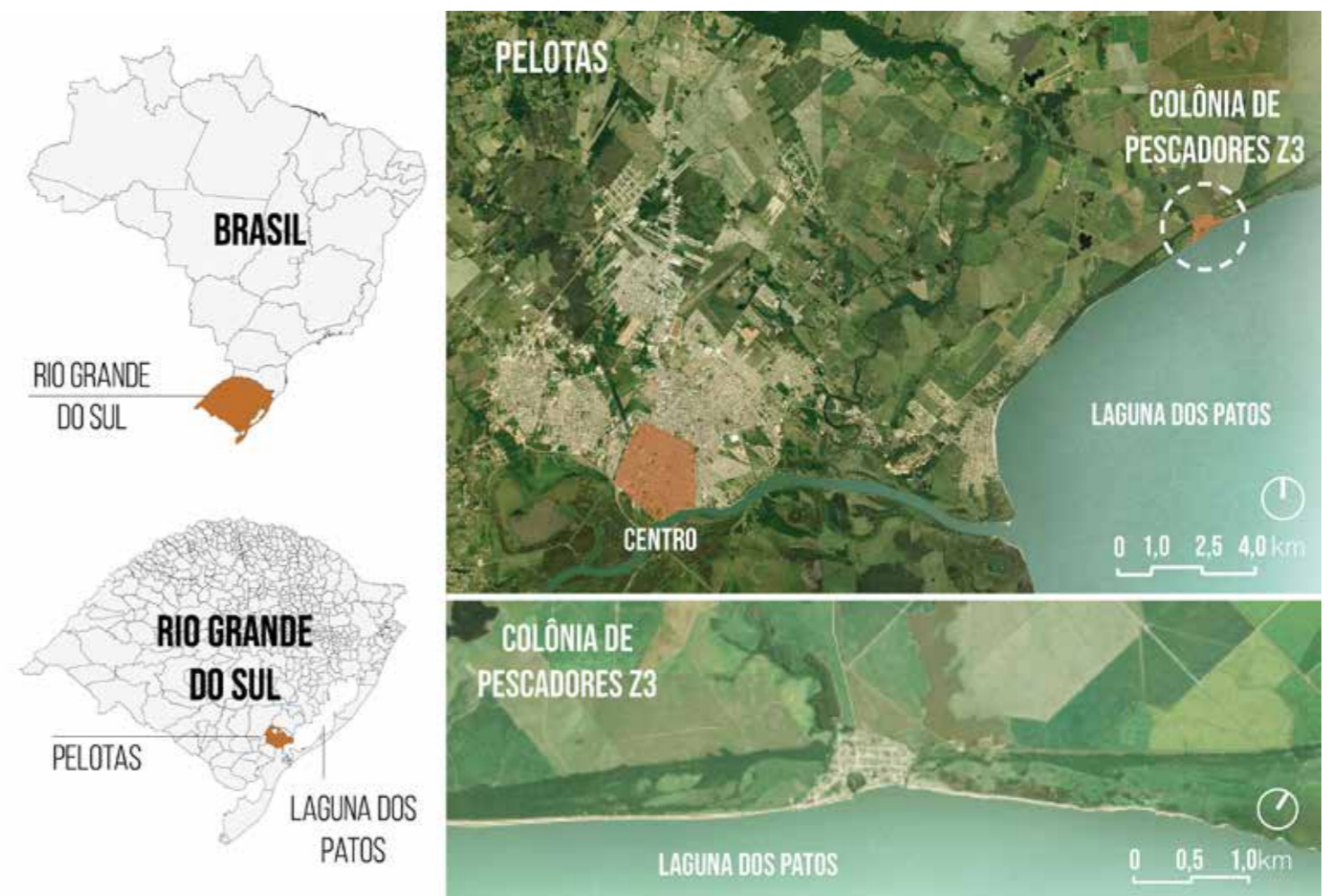
No ano de 1912, pela iniciativa da Marinha do Brasil, instaurou-se a Lei Federal Nº 2.544. Dentre outras determinações, a lei instituiu as Zonas de Pesca (Zs) nas costas litorâneas brasileiras, colocando-as sob a tutela do Ministério da Agricultura (FIGUEIRA, 2009). Maldonado (1968) aponta que uma série de fatores levaram ao estabelecimento da ideia estratégica da ocupação do território litorâneo nacional por comunidades pesqueiras. Dentre esses fatores, destacam-se a organização das cadeias produtivas e das populações associadas, a preocupação com a exploração dos recursos marítimos por parte da pesca industrial predatória e a própria defesa do território nacional (MALDONADO, 1968). Entendia-se que agrupamentos em comunidades costeiras poderiam ser potentes desenvolvedores de conhecimentos das regiões costeiras, podendo, desse modo, instrumentalizar a elaboração e aplicação de estratégias de defesa nacional (FIGUEIRA, 2009).

A Zona de Pesca 3 do Rio Grande do Sul, situada em Pelotas, surgiu dentro desse contexto histórico. A Colônia de Pescadores Z3 é a vila-sede desse distrito e foi fundada em 1921 (DELAMARE, 2017). Trata-se de uma comunidade de *pescadores profissionais artesanais*⁵ situada na zona rural do município, junto à Laguna dos Patos (ver Figura 1). O nome *Colônia de Pescadores Z3* possui outras toponímias que resumem o contexto e a identidade do lugar: *Colônia de São Pedro*, nome original da comunidade com a identificação ao padroeiro católico ou o *Arroio Sujo*, nome popular que se refere a um dos arroios que margeia a vila.

Figueira (2009) coloca que a ocupação inicial do território teria sido iniciada a partir da imigração de grupos vindos de diferentes lugares. Desde os primeiros anos da ocupação, compareceram populações vindas da área urbana e de outras áreas rurais da cidade de Pelotas, bem como de outras cidades do estado como Piratini, Viamão, Rio Grande e Tapes, as quais se estabeleceram em pequenas casas de madeira e palha (FIGUEIRA, 2009). O grupo social e etnocultural existente hoje é fruto de um processo de construção protagonizada também pela imigração de pescadores catarinenses de cidades como Laguna, Itajaí e Florianópolis, que teria ocorrido sobretudo a partir de meados das décadas de 1940 e 1950 (*ibid.*). Em meados de 1970, houve um numeroso aporte populacional que deixou a Ilha da Feitoria (situada a uma hora a norte de barco da Z3) para o local, em decorrência da dificuldade no acesso à serviços básicos na ilha (*ibid.*). Conforme destacam Delamare, Simon e Sato (2015), houve também, durante a década de noventa, um movimento bastante significativo de pessoas advindas das

4 Para um entendimento mais completo dos fatos históricos antecedentes às ocupações costeiras no litoral brasileiro, de um modo geral, e no baixo estuário da Laguna dos Patos, em específico, sugere-se a leitura de trabalhos como: Maldonado (1968), Anjos, Niederle e Caldas (2004), Anjos *et al.* (2004) e Figueira (2009).

5 Pescadores profissionais artesanais são registrados aos Sindicatos de Pescadores e realizam atividades de pesca extrativa artesanal, geralmente dotados de técnicas tradicionais e artesanais geracionais (FIGUEIRA, 2009).



zonas urbanas periféricas e rurais do município de Pelotas para a vila. Acredita-se que isso teria sido motivado, naquela época, pela alta ocorrência de desemprego na cidade em decorrência da crise da indústria de doces em conserva, assim como pela sequência de safras produtivas para a atividade da pesca (*ibid.*).

A caracterização demográfica e socioeconômica recenseada pelo IBGE nos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2003; 2011) demonstram que, somente na porção territorial correspondente à vila-sede, a população residente no local (somatório da população por setores censitários) diminuiu de 2.291 pessoas em 2000 para 2.198 em 2010. O mesmo ocorreu para o percentual de domicílios ocupados que decresceram de 87,51% em 2000, para 84,21% em 2010 (IBGE, 2003; 2011). Por outro lado, a área ocupada por edificações e o crescimento territorial do núcleo aumentou significativamente nesse período, como será buscado demonstrar na sequência. É entendido que esse descompasso possa ser explicado pelo perfil sazonal da população local durante os períodos de defeso⁶ (DELAMARE; SIMON; SATO, 2015), sobretudo durante a safra do camarão.

Partindo dessa contextualização inicial sobre a localidade, na sequência, a localidade será caracterizada em seus aspectos ambientais, sociais, políticos e econômicos e será buscado demonstrar como esses aspectos tornaram a moldar os padrões da ocupação territorial e de transformação dos ambientes urbano e natural.

6 Período de defeso é aquele em que a atividade da pesca é controlada ou vetada, de acordo com as épocas de reprodução dos organismos aquáticos.

Figura 1 - Mapeamentos identificando a localização da Colônia de Pescadores Z3, Pelotas/RS. Fonte: elaborado pelos autores a partir das bases vetoriais de Municípios e Unidades da Federação (IBGE, 2020) e imagens de satélite do GoogleEarth, 2018.

Caracterização de aspectos ambientais, territoriais e socioeconômicos

A Colônia de Pescadores Z3 se assenta sobre uma zona sensível do ponto de vista ambiental, na interface com a Laguna dos Patos, de modo que o território pertencente à comunidade carece de áreas adequadas para se expandir. As feições geomorfológicas e biogeográficas da costa interna da Laguna, sobretudo nas imediações onde a vila fica situada, fazem referência a diferentes ecossistemas que possuem certas características de dinâmica, funções ambientais interdependentes e capacidades de absorção de impactos bastante específicas. O Mosaico Urbano-Ambiental produzido para a situação de 2018, constante na Figura 2, demonstra que a maior parte do território pertencente à comunidade fica sobre áreas correspondentes a dunas fixadas por matas de restinga, banhados e faixas de praia, estando em muitos casos adjacente ou entrecortado por cursos hídricos. A seguir, é feita uma categorização desses ecossistemas costeiros contíguos à Z3, com base em Faria, Palma e Naoumova (2013), Delamare, Simon e Sato (2015) e Gonçalves e Faria (2020):

a) *Faixas de praia*: são paralelas à linha de costa e cobertas por areia litorânea e por conchas marinhas em processo de variação de largura, sendo que há registros de sedimentações em alguns pontos e erosões em outros.

b) *Banhados*: sucedem as faixas de areia e se estendem entre elas e as dunas fixadas. São superfícies periodicamente alagadas e têm sua dinâmica influenciada pelo regime sazonal das precipitações e variações no nível da lagoa e dos cursos hídricos que desembocam nela.

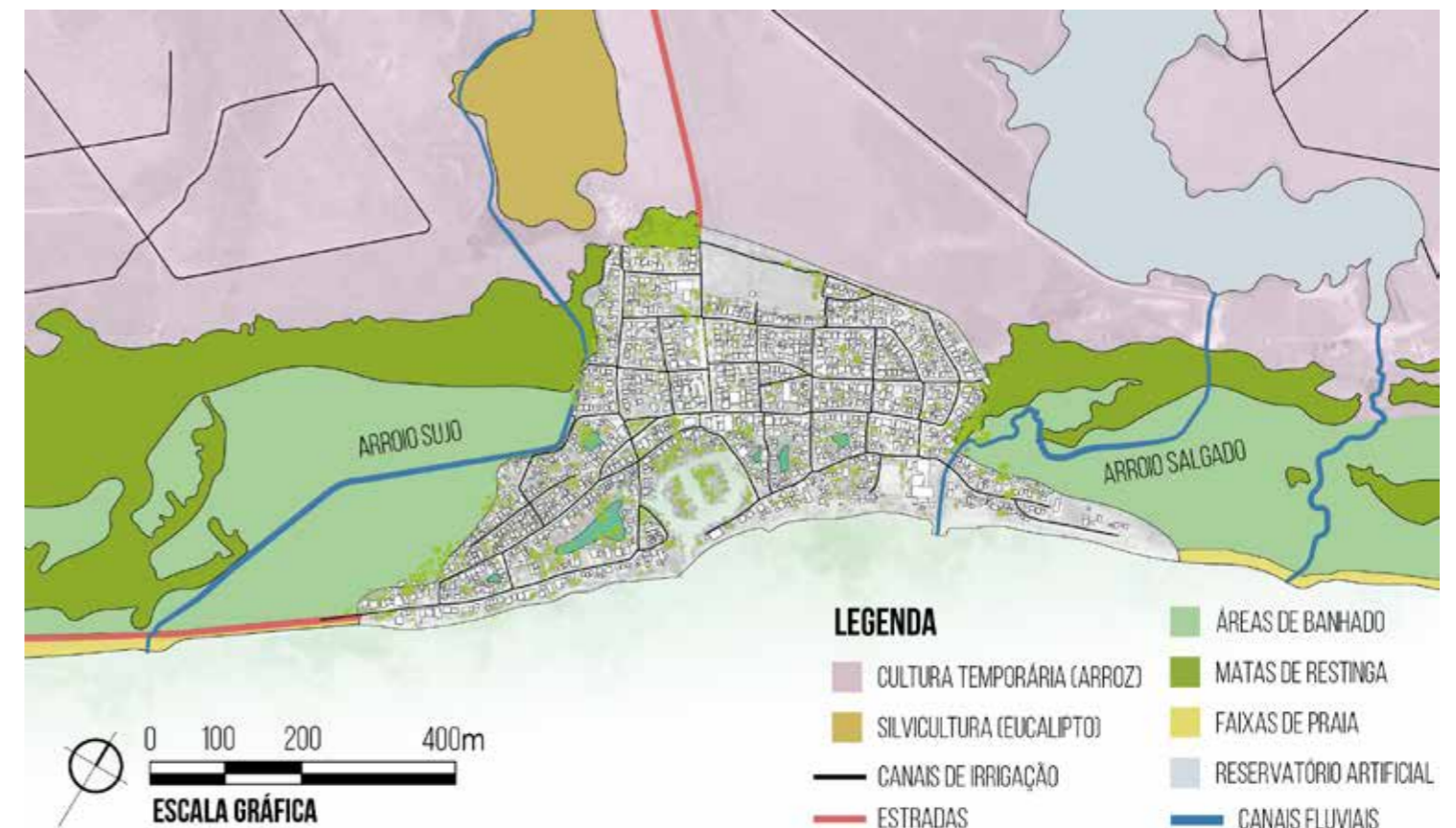
c) *Dunas fixadas por matas de restinga*: configuram-se em faixas subsequentes aos banhados com desnível topográfico em direção à lagoa. A fixação do ecossistema é estruturada por matas de restinga com vegetação arbórea típica do litoral gaúcho. O mato encontra-se em processo avançado de enriquecimento e diversificação bem como de expansão territorial no sentido sudoeste-nordeste (ver Figura 3) se estendendo, a sudoeste, próximo à faixa de praia.

d) *Áreas Campestres*: para além do mato nativo, os campos litorâneos em maior altitude se estendem até a Serra do Sudeste, com solos em condições de umidade mais baixas e sem variações significativas nos níveis topográficos. Os campos são mais predominantemente utilizados para a cultura de arroz irrigado, a silvicultura e a pecuária bovina.

e) *Cursos hídricos*: a vila é intermediada por dois canais fluviais: o Arroio Sujo, a sudoeste e o Arroio Salgado a nordeste.

O núcleo urbano da Colônia de Pescadores Z3 surgiu com a ocupação irregular dessas áreas adjacentes à lagoa, dentro dos limites de uma propriedade rural. A posse de terras da comunidade foi regularizada somente em 1965 através de um acordo entre o proprietário e o Sindicato de Pescadores de Pelotas, ficando definido o território pertencente à comunidade, entre os dois arroios (FARIA; PALMA; NAOUMOVA, 2013).

O formato da regularização levada à cabo motivou o contexto societal e político, vigente até os dias atuais, no qual a gestão local e os mecanismos de acesso ao solo urbano e à habitação são predominantemente intermediados pelo Sindicato. Esse último é integrado pelos próprios pescadores e moradores da vila. Dessa forma, é possível comparar esse sistema de organização sociopolítica aos modelos de posse coletiva da terra, de autogestão comunitária e de ocupação informal do território. A regulamentação jurídica e urbanística oficial, até o momento, ainda não se faz presente e a Prefeitura Municipal de Pelotas, que reconhece a comunidade, tem buscado



contemplar somente demandas e necessidades mais localizadas, como é o exemplo do atendimento paliativo de problemas de infraestrutura, sobretudo aqueles vinculados à alagamentos e enchentes.

O atual limite territorial da vila, a noroeste, é demarcado por uma cerca de madeira. Para além desse limite, predominam as terras da propriedade, que são usadas, principalmente, para agricultura, silvicultura e pecuária. Os particulares não têm demonstrado interesse em vender partes das terras, de modo a viabilizar oportunidades mais adequadas para a expansão da malha urbana do núcleo. Por isso, a expansão física tem ficado restrita às invasões em terrenos alagadiços junto à orla, que não são fiscalizados pelos particulares. Dessa limitação à expansão territorial do núcleo resultou uma dinâmica de crescimento para dentro das quadras que tem tornado a ocupação da área disponível cada vez mais densa, hostilizando assim as funções ambientais e a capacidade de absorção de impactos dos ecossistemas costeiros.

As construções sobre as faixas de areia, com a crescente tendência de demarcação física de lotes individualizados tem comprometido a resiliência do ecossistema, além de bloquear o acesso físico e visual público à orla. Na faixa de banhados, o aterro e a criação de quarteirões têm dividido em várias partes um ecossistema que é naturalmente contínuo, mantendo os diferentes corpos inundados ilhados entre si. Nesse contexto, excetua-se somente o banhado central, aberto para dentro da lagoa de modo a possibilitar a criação de um atracadouro-baía. Sobre o cordão de dunas fixadas sobre matas de restinga, o alto adensamento de ocupação do solo é precedido pela remoção sistemática da vegetação arbórea nas imediações da vila, o que também interrompe a continuidade espacial das massas verdes e a conservação da flora nativa e da fauna silvestre associada. Esse fator também prejudica a infraestrutura ambiental que é o suporte da urbanização, uma vez que a vegetação impede a ocorrência de erosões e deslizamentos.

Figura 2 - Mosaico Urbano-Ambiental de 2018 da Colônia de Pescadores Z3. Fonte: elaborado pelos autores com base em Delamare, Simon e Sato (2015), sobre imagem de satélite do GoogleEarth, 2018.

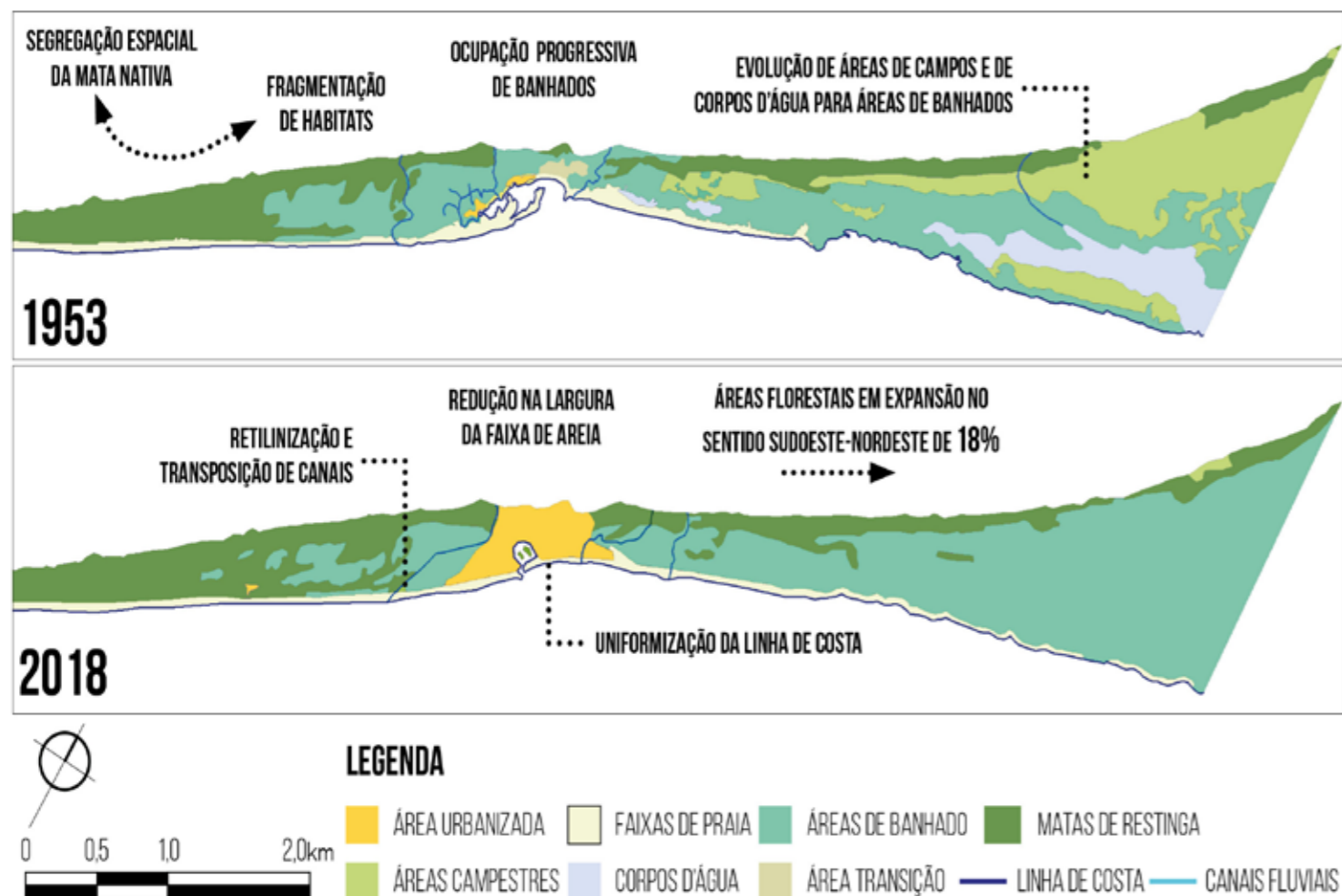


Figura 3 - Mapas de uso da terra e hidrografia da Colônia de Pescadores Z3 dos anos de 1953 e 2018, com apontamentos sobre as modificações averiguadas. Fonte: adaptado de Delamare, Simon e Sato (2015).

Na Figura 3, encontra-se um mapeamento de uso da terra e hidrografia em dois tempos (1953 e 2010). A partir desses mapas é possível identificar a trajetória dos principais elementos naturais e de como foram transformados, seja pela ação antrópica, seja pela sucessão natural dos ambientes. Fica evidente que, em sua trajetória dinâmica, a urbanização tem se mostrado como um impeditivo para a manutenção das funções ambientais dos ecossistemas, impedindo a continuidade espacial dos banhados e da mata nativa em expansão e motivando o aterro, a transposição e a retificação dos canais fluviais, dentre outros aspectos já mencionados.

Para além das limitações territoriais de ordem sociopolítica, a necessidade de minimização das distâncias físicas entre a urbanização e a lagoa, incitada pelas atividades econômicas relacionadas à pesca, também gera uma tendência à organização espacial do território que desempenha pressões sobre os ecossistemas costeiros. Ambos os fatores, o sociopolítico e o econômico, podem ser entendidos como corresponsáveis por alguns aspectos facilmente perceptíveis, do ponto de vista da forma urbana, como a densificação excessiva e o aumento no número de unidades habitacionais dentro de um mesmo lote, situações que podem ser quase diretamente vinculadas ao déficit habitacional. Outro desdobramento morfológico dessa lógica de ocupação é a necessidade da abertura de becos estreitos para que seja possível acessar as diversas unidades habitacionais que surgem em miolos de quarteirão.

Ademais, em termos socioeconômicos, a atividade da pesca extrativa tem percebido entraves à sua reprodução no estuário da Laguna dos Patos, sobretudo nas últimas duas décadas, em que se tem observado uma diminuição drástica dos volumes pescados. A necessidade de respeitar os períodos de defeso, a redução dos volumes

de peixe entrando na Laguna em decorrência da pesca industrial e de outros problemas ambientais, assim como, no contexto na Colônia Z3, o próprio crescimento populacional da vila são entraves à reprodução do modelo socioeconômico vigente. Sobre esse cenário de crise socioeconômica, Anjos *et al.* (2004) colocam o seguinte:

Em 1989, surge o IBAMA pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro, com o objetivo de solucionar os problemas ambientais que a expansão da atividade trouxe consigo. O Estado passa a definir políticas com base no “desenvolvimento sustentável”, incorporando uma série de restrições que afetam diretamente os pescadores artesanais: maior rigor quanto ao período de defeso, limite mínimo de comprimento e peso dos peixes, restrições sobre aparelhos de pesca, etc. O que cabe destacar é que a fiscalização concentra sua atuação próxima à costa, onde ocorre o trabalho dos pescadores artesanais, já que a fiscalização em oceano gera um custo maior, o que, mais uma vez, acabou sempre por beneficiar a pesca de grande porte, principal responsável pelos desequilíbrios ambientais gerados (ANJOS *et al.*, 2004, p. 12).

Figueira (2009) mostrou como a crise da pesca extrativa trouxe problemas preocupantes ao quadro social da vila como o desenvolvimento de estados depressivos e de baixa-autoestima nos moradores e ocorrência de casos de violência doméstica, tráfico de drogas e dependência química. O mesmo autor também associa à crise socioeconômica, o desinteresse da população jovem da localidade nas práticas culturais e nos saberes populares locais (FIGUEIRA, 2009).

O ambiente sociocultural e a paisagem urbana

Ao permear toda a dinâmica econômica da localidade, a atividade pesqueira compreende o envolvimento da maioria da população local ocupada, seja de forma direta ou por trabalhos vinculados ao beneficiamento, ao comércio, aos restaurantes, ao artesanato, dentre outros. Dessa forma, a pesca, enquanto atividade econômica, se desdobra em particularidades socioculturais da localidade. Ainda que sejam cada vez mais recorrentes as técnicas e instrumentais advindos do surgimento de tecnologias de captura em massa, os pescadores locais utilizam técnicas artesanais geracionais, diferenciando sua prática da pesca industrial.

Os fatores culturais e estéticos da paisagem urbana da Colônia de Pescadores Z3 já foram alvo de estudos anteriores (GONÇALVES; FARIA, 2020). Algumas informações serão incorporadas a este artigo para uma discussão mais aprofundada sobre as transformações, permanências e desaparecimentos inerentes ao ambiente cultural local.

Da intensa vinculação entre a atividade pesqueira, essencialmente vinculada às características e feições do meio ambiente natural, e a reprodução da vida social da comunidade surgem atributos culturais e estéticos muito específicos. A cultura local e o ambiente social são baseados em uma série de saberes populares como as técnicas de carpintaria naval e construtivas artesanais, as especificidades da vida cotidiana, os modos de apropriação do espaço pelas pessoas e as preferências estéticas da população, com o uso de motivos aquáticos e náuticos e de cores intensas e combinações cromáticas contrastantes, incluindo os barcos, as casas, a vegetação plantada e o vestuário da população. Na Figura 4, foram organizadas algumas fotografias referentes



aos anos 2000 e 2018, demonstrando características do ambiente cultural.

As habilidades de carpintaria naval artesanal são também empregadas na construção das casas e galpões. Além das técnicas construtivas em madeira, lembrando a tradicionalidade da construção de embarcações, surgem elementos decorativos como lambrequins, mostrando o orgulho dessa habilidade. As casas de lata, hoje já inexistentes, são um retrato do gosto da população por um estilo arquitetônico que aproveita materiais e se preocupa em trabalhar a decoração das casas. Aparecem também muitos vitrais coloridos bem como outras peças relacionadas ao contexto aquático, retratando peixes, garças, insetos, timões, etc.

Existem elementos interessantes nas transições público-privado (como entre a rua e os pátios internos, quando existe essa diferenciação) como a gentileza dos pequenos alpendres que abrigam os afazeres cotidianos, o uso de conchas marinhas para a pavimentação dos recuos de ajardinamento, do entorno das casas e da frente dos lotes, o emprego corriqueiro de pequenas cercas coloridas de madeira, geralmente com as pontas chanfradas e o uso muito recorrente de arbustos floridos e flores, que traçam novas composições cromáticas com as cores das casas nas épocas de floração. Essas lógicas serão aqui chamadas de saber-florir e saber-decorar, entendendo-se

que esses elementos estéticos, refletidos nas preferências ambientais da população, são fortemente regidos pelos seus saberes ambientais e populares.

Ainda em termos do contexto sociocultural da localidade, é interessante a similaridade entre o sistema de reprodução do trabalho da agricultura familiar e da pesca extrativa artesanal, tal como observado por Anjos, Niederle e Caldas (2004) em que toda a família é envolvida no sistema de produção. Isso possui implicações na divisão do trabalho por gênero, resultando em modos específicos de apropriação do espaço urbano pela população. Os homens tendem a realizar os trabalhos voltados aos barcos e a pesca, tendo mais aderência, portanto, aos espaços junto à orla. As mulheres tendem a assumir os trabalhos vinculados à limpeza e beneficiamento do pescado ao mesmo tempo que desempenham trabalhos domésticos e da maternidade, mantendo-se, normalmente, mais próximas à casa. Essa divisão torna a condicionar a definição de territorialidades diversas dentro do espaço urbano, os quais abarcam diferentes tipos de grupos e de atividades.

Seguindo essa lógica, o ambiente urbano é tomado pelas atividades vinculadas à pesca como o conserto e a confecção de redes, os trabalhos de carpintaria naval, a limpeza e o beneficiamento do pescado e a secagem do peixe ao sol. Essas atividades tendem a se concentrar nas áreas próximas à orla. São comuns as aglomerações masculinas em rodas de conversa nos barcos, junto ao atracadouro central. Rodas de conversa femininas, muitas vezes em cadeiras de praia, tendem a se concentrar na frente das casas. Comparecem também as brincadeiras infantis, o lazer da população nas ruas e na lagoa e a presença recorrente dos animais de estimação, e dos silvestres, associados aos ecossistemas lagunares.

O imaginário local tem muita referência com a religiosidade simbolizada pelo sincretismo religioso, de modo que o espaço urbano é tomado de elementos estéticos representativos da crença católica, principalmente, e também das religiões de matriz africana. Daí resultam as tradicionais festas populares, que ocorrem em variadas datas durante o ano, como a Festa do Peixe e do Camarão, o Festival de Cultura da Colônia Z3, e as festas dedicadas a São Pedro e a Nossa Sra. de Navegantes.

Entende-se que, apesar do passar dos anos e das constantes mudanças no cenário cultural e econômico da escala mundial até a local, muitos dos atributos de ordem estética e cultural que caracterizam o grupo social, sejam eles materiais ou imateriais, parecem permanecer se manifestando na paisagem. Isso demonstra a resistência da população em perseguir seus modos de vida tradicionais geracionais em uma pequena localidade onde a regulação urbana oficial ainda não se faz presente. Permanecem a reprodução dos saberes-fazeres artesanais na paisagem, a maioria dos elementos vinculados às preferências decorativas e os modos tradicionais de apropriação do espaço urbano pelas pessoas.

Transformações, permanências e desaparecimentos sobre o território

Nessa parte do artigo, será buscado demonstrar o histórico da ocupação urbana na Colônia de Pescadores Z3, associando-o aos contextos e limitações ambientais, territoriais e socioeconômicas, tais como discutidas anteriormente. A avaliação da trajetória histórica da localidade foi feita através da confecção e da análise de um conjunto de mapeamentos referentes a diferentes estágios da história da vila, de acordo com o material cartográfico disponível: imagens aéreas de 1953 e 1965, aerofotogrametrias de 1980 e 1995, e mapas de satélite de 2010 e 2018 (Figura 5). Um levantamento



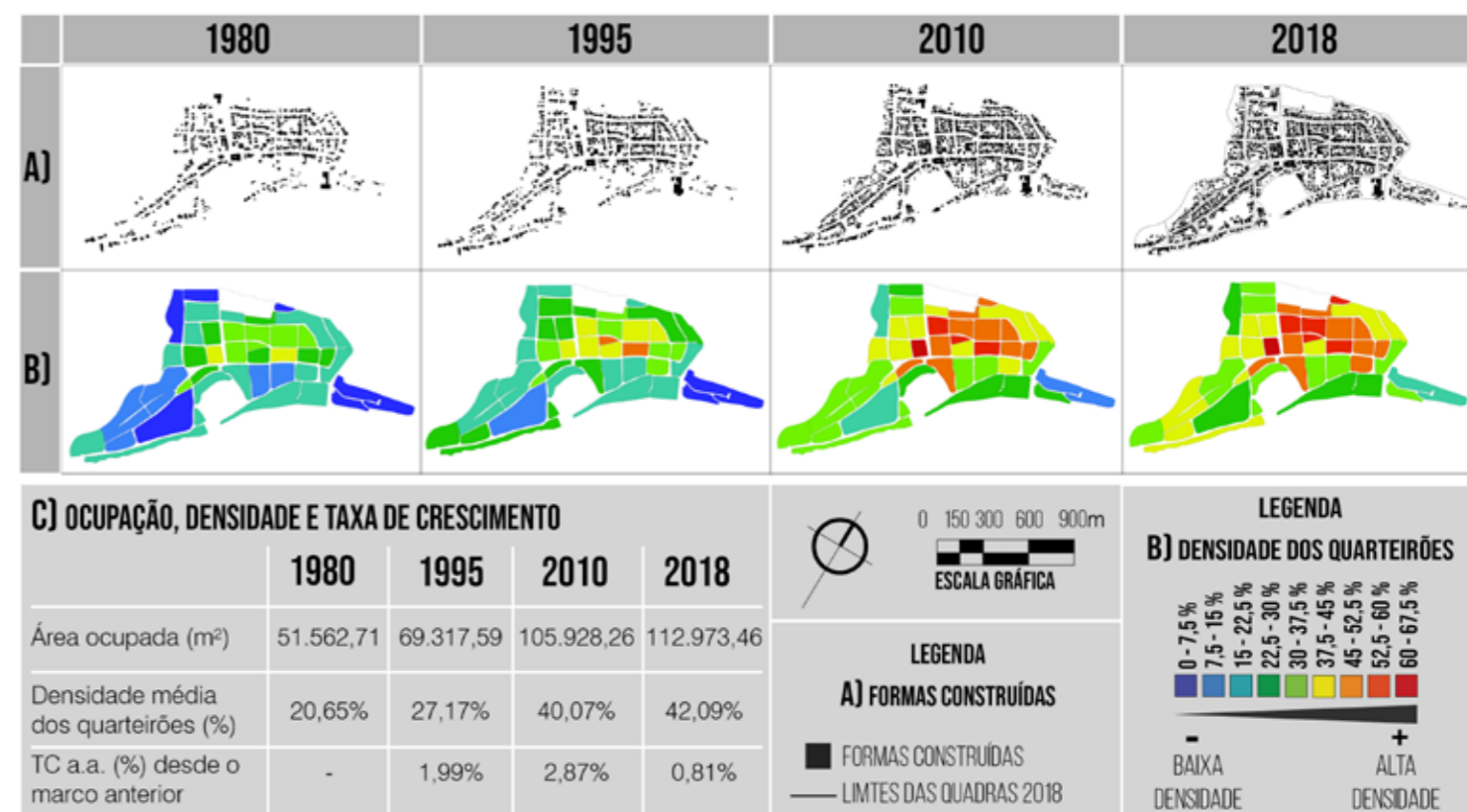
Figura 5 - Imagens matriciais da Colônia de Pescadores Z3: a) fotografia aérea de 1953; b) fotografia aérea de 1965; c) aerofotogrametria de 1980; d) aerofotogrametria de 1995; e) mapa de satélite de 2010 e f) mapa de satélite de 2018. Fonte: a) b) acervo da Agência Lagoa Mirim - UFPel; c) d) acervo da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas; e), f) obtidos através do software GoogleEarth.

do sítio físico de 2018 foi realizado pelos autores, no qual a estrutura urbana da vila foi mapeada. Em seguida, para obter os mapeamentos dos anos anteriores, foram sobrepostas as respectivas imagens matriciais e removidos os elementos que ainda não se faziam presentes. Somente a partir da aerofotogrametria de 1980 é possível distinguir com precisão as construções e os arruamentos. Desse modo, a base espaço-temporal analisada compreendeu os seguintes marcos temporais: 1980, 1995, 2010 e 2018.

Os mapeamentos resultantes estão resumidos na Figura 6, onde são apresentadas, para cada marco temporal, as áreas ocupadas por formas construídas (A) e a densidade dos quarteirões (B). Na mesma figura, consta também uma tabela que apresenta, para cada marco temporal, as áreas ocupadas por formas construídas em metros quadrados, as densidades médias dos quarteirões em porcentagem e a taxa de crescimento ao ano para cada marco temporal calculado com base no estágio decorrido entre o marco temporal analisado e o anterior.

No primeiro marco temporal observado, 1980, o mapa das formas construídas demonstra que a maior parte das edificações ficava na metade superior, sobre a faixa de dunas fixadas por matas de restinga. O traçado mais regular observado nessa faixa permite inferir que ali a construção era mais facilitada. No mapa de 1953 constante na Figura 5, identifica-se que essa área corresponde ao princípio da ocupação da localidade. Em 1980, é possível observar o Santuário de Nsa. Sra. Dos Navegantes, uma pequena igreja construída de modo coletivo na década de sessenta pelos residentes locais a partir de recursos próprios. Seguindo a tradição portuguesa, a igreja foi construída no topo da duna, tangenciando a principal rua da vila e em posição de destaque em termos locacionais e visuais.

Em 1978 foi aberta, sobre a faixa de praia, a atual estrada de acesso à vila (FARIA *et al.*, 2013), pela extremidade sudoeste. A estrada percorre um longo caminho junto à faixa de areia, muito próxima à lagoa, desde o Balneário dos Prazeres, passando pela Praia do Totó. A nova estrada foi aberta para substituir outra estrada que vinha do bairro Areal, passando pelos campos litorâneos, mais afastada da lagoa. A degradação e a carência de manutenção da ponte sobre o Arroio Cotovelo (por onde passava a antiga estrada) e o interesse dos moradores da Z3 em ter um acesso à vila direto pela orla, onde estavam localizadas as peixarias, salgas e galpões, parecem ter constituído motivações para a troca.



Na situação averiguada em 1980, é evidente a orientação horizontal e a integração conservada da faixa de banhados, dividindo uma ocupação voltada à atividade pesqueira, próxima à orla, e outra mais consolidada sobre a faixa de dunas, onde predominam as moradias. Já é possível observar a sinuosidade dos caminhos sobre a faixa de banhados, que conectam essas duas parcelas da ocupação. As poucas construções sobre a faixa de banhados ficam restritas à via que vai do centro urbano em direção a orla a sudoeste, onde se situa o comércio dos pescados e o acesso pela nova estrada. Os arroios contíguos à vila possuíam o desenho do seu curso natural meandroso que se aproximava do assentamento. A densidade média dos quarteirões era de 20,65% em 1980, com uma área total de 51.562,71 m² ocupada pelas formas construídas.

A comparação entre 1980 e 1995 revela um processo de densificação e a consolidação da forma dos quarteirões na zona do centro urbano, na parte alta, bem como de crescimento para noroeste. É possível observar também o recrudescimento de áreas ocupadas em todas as áreas, sobretudo sobre a faixa de banhados. Apesar disso, o incremento de áreas ocupadas por formas construídas pode ser ainda considerado baixo: a densidade média dos quarteirões passa para 27,17%. Nota-se o aparecimento bastante significativo de construções e a consolidação dos quarteirões sobre os banhados da metade leste, ainda que o banhado central pareça ter permanecido conservado.

Na aerofotogrametria de 1995 (Figura 5), observa-se a convergência entre o avanço da urbanização sobre o banhado da extremidade sudoeste, próxima ao Arroio Sujo, e a retificação desse curso d'água, para que fosse possível fazer com que o canal desembocasse em um ponto mais distante na lagoa e que o núcleo urbano pudesse de expandir naquela direção. Infere-se que a aglomeração de comércios de pescados e a abertura da nova estrada podem ter sido fatores que motivaram esse modo de ocupação do território.

Figura 6 - Mapeamentos - A) formas construídas e B) densidade dos quarteirões - e tabela informando sobre a evolução das áreas ocupadas por formas construídas, densidades médias dos quarteirões e TC a.a. - taxa de crescimento ao ano para cada marco temporal em relação ao marco temporal anterior. Fonte: elaborado pelos autores com base nos levantamentos físicos e cartográficos anteriormente descritos, 2018.

Já em 2010, o incremento de áreas ocupadas (69.317,59 m²) e da densidade média dos quarteirões (40,07%) teve um aumento muito significativo. Esse evento pode ter relação com as boas safras de pescados na Laguna dos Patos dos anos noventa, e do contingente populacional que sofreu com o desemprego decorrente do fechamento das fábricas de doces em conserva nesse mesmo período.

É importante destacar que por volta dos anos 2000 foi aberto o ancoradouro no banhado central da Z3, nomeado pela população como *Divinéia* em referência à novela ao ar na época. Antes disso, as embarcações eram atracadas em estacas de madeira em *laguna-aberta* (FIGUEIRA, 2009), à deriva das ventanias e rebojos. Ainda que tenha conferido maior segurança aos pescadores e seus barcos, essa modificação nesse e nos demais ecossistemas, constituem-se como empecilhos para a morfodinâmica da linha de costa (DELAMARE; SIMON; SATO, 2015) incidindo em uma maior probabilidade de alagamentos e de enchentes mais severas.

Os padrões do crescimento urbano e da expansão da malha, entre 1995 e 2010, tendeu a replicar as dinâmicas averiguadas no período anterior. Em 2010, observa-se que houve uma consolidação da ocupação sobre o banhado a sudoeste e na faixa de areia a nordeste. Ademais, a ocupação mais consolidada, no centro urbano, sobre a faixa de dunas começa a apresentar taxas excessivas de ocupação.

No período entre 2010 e 2018, além do prosseguimento das dinâmicas de crescimento decorridas no período anterior, identificou-se uma nova tendência de extensão da urbanização na direção nordeste, junto à faixa de areia comparativamente larga (ver imagem de satélite de 2018 da Figura 5). Junto com a ocupação progressiva das demais áreas, nota-se um processo de adensamento próximo à zona de orla na metade sudoeste da vila, implicando em uma tendência de diminuição da largura da faixa de areia e na demarcação de lotes particulares, interrompendo o acesso físico e visual à lagoa.

Ainda que esse último intervalo seja temporalmente incongruente com os anteriores, o incremento das taxas de ocupação dos quarteirões já se mostram bem menores em relação aos períodos anteriores. A taxa de crescimento ao ano de 1,99%, averiguada no intervalo entre 1980 e 1995, dobra para 2,87% entre 1995 e 2010 e torna a recuar de modo drástico para 0,87% entre 2010 e 2018. Não se pretende estabelecer relações causais simples entre os fatos e os dados espaciais levantados, mas é possível traçar a consideração de que as limitações socioeconômicas e territoriais tem resultado em impactos problemáticos no perfil demográfico da comunidade.

Mais do que isso, é temido que o cenário de crise econômica vinculado à pesca, em conjunto com as limitações de ordem ambiental e territorial, possam estar incidindo em uma tendência de hostilização e desvalorização da cultura do lugar. Entende-se que a compreensão da geografia histórica local, enquanto atrelada aos encadeamentos sociais, políticos, econômicos e culturais, permite identificar, em última instância, que a manutenção e a continuidade dos modos de vida tradicionais e das tipicidades culturais e estéticas da localidade constituem-se como uma necessidade no planejamento territorial. Mais do que isso, entende-se que seja necessário compreender e incorporar os aspectos vinculados à identidade do grupo social nas práticas de planejamento.

Considerações finais

Ao desenvolver sobre a história geográfica do caso estudado, este trabalho constitui uma contribuição para visibilizar as particularidades da localidade e as situações nas quais se encontra. A partir da organização de informações a respeito da história geográfica da localidade foram pontuados e conectados eventos do processo histórico de ocupação do território, priorizando-se aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Por um lado, a comunidade se constitui de uma riqueza etnocultural, simbolizada pelas influências gaúchas, catarinenses e portuguesas, pela sua paisagem de elementos baseados nos saberes populares e ambientais, pelas preferências decorativas e pelas tradições e técnicas vinculadas à pesca artesanal, as quais têm permanecido presentes na paisagem. Por outro, ela sofre com a crise da pesca no campo econômico e com a crise habitacional e socioambiental decorrentes das suas limitações territoriais.

A maior preocupação sinalizada nessa pesquisa se refere às problemáticas de ordem ambiental, política, habitacional e socioeconômica que, para além das influências perversas que exercem sobre o território, também podem estar produzindo impactos preocupantes sobre o ambiente cultural, e, conseqüentemente, sobre a valorização da cultura e sobre a reprodução do tecido social. A população tem buscado, de diversas formas, resistir à essa situação, o que tem possibilitado a permanência da maioria dos elementos culturais e estéticos da paisagem.

No entanto, é entendido que a manutenção e a continuidade dos modos de vida tradicionais e das tipicidades culturais e estéticas da comunidade, frente às situações discutidas, constituem-se como uma necessidade no planejamento territorial. Acredita-se que o poder público poderia desempenhar um papel mais eficiente nesse aspecto, mediando as relações entre os diferentes atores envolvidos e buscando alternativas ao quadro problemático.

Por fim, o estudo evidencia a importância da pesquisa histórico-geográfica aplicada ao território, à paisagem e ao planejamento territorial, sobretudo em quando direcionada às pequenas localidades. Como se pressupunha, a partir da compreensão das transformações e permanências naturais e humanas no processo histórico de ocupação do território e de produção de identidades estéticas e culturais sobre a paisagem, foi possível traçar um conjunto de considerações quanto ao passado e ao presente, as quais estão operando sistematicamente para a produção do futuro.

Referências

ANDREOTTI, Giuliana. *Paisagens Culturais*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

ANJOS, Flávio Sacco dos; NIEDERLE, Paulo André; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. *Revista Sociedade em Debate*, v. 10, n. 3, p. 9–42, 2004.

ANJOS, Flávio Sacco dos; NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon; SCHNEIDER, Sérgio; GRISA, Cátia; CALDAS, Nádia Velleda. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, UNISC. *Anais eletrônicos*. Santa Cruz do Sul, 2004, p. 1-25. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/08.pdf>. Acesso em:

24 jul. 2020.

CARLSON, Allen. *Nature and Landscape*. New York: Columbia University Press, 2009.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CONZEN, Michael Robert Günter. Alnwick, Northumberland: A study in town plan analysis. *Institute of British Geographers Publication 27*, n. 27, 1960.

DELAMARE, Tatiane Oliveira; SIMON, Adriano Luís Heck; SATO, Simone Emiko. Dinâmica de uso da terra e alterações na linha de costa lagunar: estudo em uma Colônia de Pescadores de Pelotas, RS, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. v. 15, n. 2, p. 237-248, 2015.

DELAMARE, Tatiane Oliveira. *Zoneamento Geoambiental da Colônia Z3 - 2º distrito de Pelotas (RS)*. 2017. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FARIA, Ana Paula Neto de; PALMA, Niara Clara; NAOUMOVA, Natalia. Planejamento integrado: conexão espacial e visual entre a paisagem natural e urbana. In: ROCHA, Eduardo; MENDONÇA, Carolina Fernandes; KUHLOFF, Ivan Ribeiro (Org.). *[Entre] Cruzamentos: ensaios sobre a cidade na contemporaneidade*. Pelotas: Ed. Universitária da UFPel, 2013, p. 115-136.

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural*. 2009. 157p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

GONÇALVES, Gustavo Maciel; FARIA, Ana Paula Neto. Planejamento cultural e estético da paisagem urbana costeira. *Projectare*. v. 1, n. 10, p. 222-246, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2003. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 12 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 12 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira 2020*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 20 jan. 2021.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MASSEY, Doreen Barbara. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. *Paisagem e*

Ambiente, n. 33, p. 29-48, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Espacio y Metodo*. Barcelona: Geocrítica, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEPÄNMAA, Yrjö. *The beauty of environment: A general model for environmental aesthetics*. 2. ed. Denton: Environmental Ethics Books, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: INÁ, Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

WHITEHAND, Jeremy. British Urban Morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, Proceedings Cincinnati, v. 5, n. 2, p 103-109, 2001.

ASSOCIAÇÕES SIMBÓLICAS E AFETIVAS DOS MORADORES COM A PAISAGEM DA CIDADE PEQUENA¹

SYMBOLIC AND AFFECTIVE ASSOCIATIONS OF RESIDENTS WITH THE SMALL CITY LANDSCAPE

Auriele Fogaça Cuti² e Natalia Naumova³

Resumo

Os moradores de uma cidade pequena vivenciam o ambiente urbano e convivem com todas as suas características. Diante disso, desenvolvem associações simbólicas e afetivas relacionadas à paisagem, somando expectativas, experiências e memórias. Conhecer como os moradores avaliam e percebem os aspectos simbólicos, bem como se isso interfere na satisfação, é um passo para entender como as pessoas se relacionam com o lugar. Foi realizado um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, em duas cidades do interior do Rio Grande do Sul, Brasil: Nova Palma e Silveira Martins. A amostra incluiu 131 moradores que responderam questionários e mapas mentais. A identificação com a cidade, seja ela social, cultural ou com o ambiente físico, contribuiu para as relações afetivas e associações simbólicas. De modo geral, os moradores avaliaram positivamente as suas cidades e o fato delas serem pequenas e isso agrega características que contribuem na satisfação com o lugar.

Palavras-chave: cidade pequena, relações afetivas, associações simbólicas, moradores, paisagem.

Abstract

The residents of a small city experience the urban environment and live with all its characteristics. Therefore, they develop symbolic and affective associations related to the landscape, adding expectations, experiences and memories. Knowing how residents assess and perceive symbolic aspects, as well as whether it interferes with satisfaction with the environment is a step towards understanding how people relate to the place. A case study was carried out, with a qualitative and quantitative approach, in two cities in the interior of Rio Grande do Sul, Brazil: Nova Palma and Silveira Martins. The sample included 131 residents who answered questionnaires and mental maps. The identification with the city, be it social, cultural or with the physical environment, contributed to the affective relationships and symbolic associations. In general, residents positively evaluated their cities and the fact that they are small and this adds characteristics that contribute to the satisfaction with the place.

Keywords: small city, affective relationships, symbolic associations, residents, landscape.

¹ O conteúdo deste artigo é um desdobramento dos dados da dissertação Cuti (2019).

² Arquiteta e Urbanista no Instituto de Planejamento de Santa Maria (RS) – IPLAN SM. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (2019) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). E-mail: aurielefc@gmail.com.

³ Professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS, Brasil (2009); mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Técnica do Extremo Oriente, Rússia (1984); graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Técnica do Extremo Oriente, Rússia (1982). E-mail: naumova@gmail.com.

Introdução

As cidades pequenas se mostram tão particulares e numerosas na rede urbana no Brasil que acabam se configurando como um objeto de estudo instigante, podendo ser tão complexo e revelador quanto as metrópoles e grandes centros. É possível direcionar o estudo das cidades pequenas para diversas áreas e abordagens, passando por variadas disciplinas e campos de atuação.

Para Kohlsdorf (1996, p. 16), “o olhar que a arquitetura e o urbanismo lançam sobre a cidade se compromete com sua tarefa de entender e agir sobre o espaço social”. Mais precisamente, a área de estudos da percepção ambiental busca esse entendimento a partir das relações pessoa e ambiente.

A experiência do morador na cidade pequena é um ponto fundamental para que se desenvolvam associações simbólicas e afetivas que auxiliem na compreensão e identificação com o lugar. Por meio da percepção das características da paisagem, é possível dar sentido ao que se vê e definir como isso interfere na avaliação que a pessoa faz do lugar.

Entender o ambiente a partir do olhar do morador é um esforço que se faz necessário na arquitetura e no urbanismo para que se desenvolvam projetos mais próximos às expectativas dos usuários. Ittelson *et al.* (2005) fundamentam essa visão ao afirmarem que só conseguimos modificar um lugar de maneira positiva quando entendemos o relacionamento e os comportamentos individuais e sociais que ali ocorrem. Afirmando ainda que o ambiente real é diferente do percebido e cada um experiencia o lugar de modo distinto. Pode-se dizer, então, que são as associações simbólicas e afetivas que contribuem para essa diferenciação.

Nessa investigação, considera-se que as associações simbólicas e afetivas que os moradores desenvolvem com a cidade pequena podem ter diferentes motivações. Aqui, foram elencadas como principais o processo de identificação da pessoa com o lugar, as suas relações de afeto e o reconhecimento de determinadas sensações no ambiente.

Por simbólico entende-se como tudo aquilo que é invisível e não palpável. Por exemplo, o fato de uma pessoa perceber o ambiente da cidade como acolhedor ou hostil não quer dizer que existam, necessariamente, elementos físicos que proporcionem essa sensação. Isso pode estar associado às experiências passadas ou expectativas e que se diferenciam de uma pessoa para outra. Para Rivlin (2003), as dimensões simbólicas do cotidiano são aspectos importantes que podem auxiliar as pessoas a pensarem a respeito de si.

Portanto, este artigo trata da percepção de moradores sobre o ambiente urbano de duas cidades pequenas no interior do Rio Grande do Sul, a partir de uma dimensão simbólica da paisagem. Utilizando métodos e técnicas da Percepção Ambiental e das Relações Ambiente Comportamento, buscou-se analisar como o ambiente urbano da cidade pequena é percebido e avaliado pelos moradores para além das suas características físicas, buscando as associações simbólicas e afetivas com o lugar e a relação destas com a satisfação.

A cidade pequena e os diferentes tipos de identificação

O entendimento de cidade pequena adotado nesta investigação é fundamentado em considerações de Corrêa (2011), Fresca (2001), Alexander *et al.* (2013) e Santos (1979). A partir desses autores, conceitua-se cidade pequena como um pequeno aglomerado urbano que serve às necessidades diárias e básicas da população local, com relações complexas e com fluidez entre o meio urbano e o rural. As cidades pequenas são próximas de cidades vizinhas que as oferecem suporte. São rodeadas de campos e com singularidades próprias que caracterizam a cidade qualitativamente como pequena: os modos de vida, a facilidade do deslocamento a pé, níveis de poluição menores que os habitualmente encontrados em grandes centros, edificações de baixa altura, facilidade em conhecer as pessoas, entre outros.

A identificação afetiva da pessoa com o lugar acontece quando, de alguma maneira, ele lhe agrada por algum aspecto. Norberg-Schulz (1980) afirma que as pessoas se identificam com o ambiente quando possuem afinidades com suas características particulares. A identificação não é uma qualidade do ambiente, mas sim da relação do usuário com ele. Assim, é possível destacar essa possibilidade de identificação do usuário a partir de elementos físicos, de possibilidades de socialização que aquele ambiente oferece ou ainda com características culturais presentes.

A identificação da pessoa com lugar é simbólica e/ou afetiva e, a partir dela, pode ocorrer a apropriação. A apropriação por identificação envolve processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o ambiente em um lugar reconhecível e cheio de significados para uma pessoa ou para um grupo. As pessoas em si também fazem parte da ambiência, dos processos que estão acontecendo lá, e, portanto, podem ser parte da identificação de outras pessoas também (CAVALCANTE; ELIAS, 2011; RIVLIN, 2003).

A partir de Kohlsdorf (1996) e Yázigi (2001), pode-se dizer que a identificação com o ambiente físico é influenciada pelas características físicas presentes na paisagem e a percepção sofre, por sua vez, interferência de aspectos simbólicos nesse processo. Isso se manifesta por meio da composição dos elementos do lugar, que definem o seu caráter próprio e intransferível, e a partir deles que cada pessoa reconhece, descreve, diferencia e avalia. Assim, está relacionada com a individualidade de um ambiente urbano.

A identificação social está relacionada com as possibilidades de socialização, sendo que isso depende tanto do ambiente quanto das pessoas que ali estão. Os modos de vida de moradores de uma determinada cidade e a própria paisagem são influenciados pelas relações sociais. Essas relações, inclusive, podem se configurar como um atrativo para toda a comunidade (TUAN, 1980; CULLEN, 1993; PORTEOUS, 1996).

A identificação cultural se alicerça em aspectos tanto materiais quanto imateriais, ligados com a tradição local, formando o que se chama de paisagem cultural. A ideia de significado associado aos potenciais usos está relacionada à cultura local que, por sua vez, pode estar associada a aspectos históricos da cidade (IPHAN, 2014; CASTRIOTA, 2009; RAPOPORT, 1990).

As relações sociais, culturais, as vivências, as características físicas da paisagem natural e dos elementos construídos formam a personalidade do lugar e, a partir daí, cada pessoa se identifica – ou não – com um determinado aspecto do ambiente urbano. Para Yázigi (2001), a afirmação dessa personalidade como o conjunto de

diversos elementos, naturais ou construídos, se justifica como um referencial para a vida cotidiana, modos de vida e sensação de fazer parte daquele lugar.

Relações afetivas com o lugar e satisfação

Gostar ou não de um lugar envolve vários aspectos ligados a diferentes esferas do ambiente: social, físico, psicológico e comportamental. O estudo da satisfação dos moradores com a cidade pequena é um meio de avaliação que auxilia a entender como as pessoas se sentem, de modo geral, naquele ambiente para depois averiguar aspectos específicos que influenciaram esse sentimento.

De acordo com Nasar (1994), Kohlsdorf (1996) e Stamps (1997), afirma-se que as pessoas apresentam expectativas emocionais sobre os lugares e diferentes elementos percebidos provocam diferentes sentimentos. Uma maneira de estudar as cidades pequenas é reconhecê-las pelas suas características próprias e pelos sentimentos que evocam nos moradores.

Reconhecer as diferentes relações afetivas com o lugar também está relacionado com as identificações das pessoas com o ambiente. Um exemplo é a sensação de pertencimento que, para Hashemnezhad, Heidari e Hoseini (2013), é proveniente do impacto afetivo que o lugar provoca na pessoa, a partir de ligações culturais e emocionais.

A partir de Elali e Medeiros (2011), entende-se que as relações afetivas com o lugar se originam dos sentimentos que as pessoas desenvolvem a partir do cenário físico. Quando a pessoa tem uma vinculação afetiva com o local, por meio da experiência, e esse vínculo é relativamente duradouro, como é no caso de moradores, aquele lugar adquire uma importância pelas suas particularidades. Isto é, o lugar significa algo para além da função e as relações de afeto traduzem um apego ao que é simbólico também.

Associações afetivas e sensações provocadas pelo ambiente: aspectos simbólicos

Para ratificar a importância das associações afetivas e simbólicas, Elali e Medeiros (2011) mostram que a dimensão simbólica é considerada pela literatura uma das três dimensões necessárias para o entendimento de apego. A avaliação positiva dos aspectos simbólicos reflete um apego ao lugar, sendo que o estudo dessa qualidade passa pelas características físicas, mas também pelos significados simbólicos-afetivos associados pela pessoa ou grupo. Quando as pessoas se identificam com um lugar ele acaba oferecendo conforto e segurança, por exemplo, que são aspectos simbólicos. Assim, entende-se que há uma inter-relação e uma interferência mútua entre o físico e o simbólico.

As avaliações sobre os aspectos simbólicos do ambiente dependem da experiência da pessoa, sendo relacionadas com a percepção dos efeitos causados pelos elementos que compõem a situação. Como sensações relacionadas aos efeitos temos ordem, complexidade, diversidade, surpresa, entre outras. Para autores como Rapoport (1990), a organização expressa o significado do lugar e auxilia na leitura daquele ambiente. O sentimento provocado por considerá-lo organizado ou desorganizado, ordenado ou confuso pode influenciar diretamente na segurança emocional da pessoa.

Alguns aspectos simbólicos estão relacionados com o conforto ou sensação de bem-estar que a pessoa tem no lugar e que são pessoais, mesmo que avaliados a partir de características físicas da paisagem. Estudos como Hershberger (1992), Hershberger; Cass (1992), Sanoff (1991) e Osgood (1964) elencam aspectos simbólicos a partir de diferenciais semânticos para este tipo de investigação. A partir disso, foi avaliado se o ambiente da cidade traz calma ou agitação e acolhimento ou hostilidade para a pessoa.

Outras sensações relacionadas à aparência também foram avaliadas, como se a pessoa percebe a cidade como diferente ou comum para o morador, se limpa ou suja, organizada ou desorganizada, nova ou velha, diversificada ou monótona, simples ou complexa, ordenada ou confusa, interessante ou tediosa e bonita ou feia. Por fim, foram também avaliadas sensações do ambiente, como se a cidade é arejada ou abafada, confortável ou desconfortável, pequena ou grande, segura ou perigosa e agradável ou desagradável.

Abordagem metodológica do estudo

A investigação ocorre a partir de um estudo de caso em dois locais investigados: as cidades de Nova Palma e de Silveira Martins, no interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Essas cidades fazem parte da chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana, na região central do estado. Essa região é composta de pequenos municípios, com população que varia entre 2 e 20 mil habitantes, com boa parte deles habitando no meio rural. Santa Maria é a cidade polo da região, que concentra serviços e ofertas educacionais, de comércio e emprego, com aproximadamente 300 mil habitantes (ADESM, 2021; SILVEIRA MARTINS, 2021; IBGE, 2021).

Para a escolha dessas cidades foram utilizados critérios que as classificavam como cidades pequenas, dentro do entendimento apresentado neste artigo, como intensa relação com o meio rural e características físicas fortemente marcadas por elementos naturais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), Nova Palma possui aproximadamente 6 mil habitantes e Silveira Martins 2 mil habitantes. As duas cidades estão muito próximas de Santa Maria, em cerca de uma hora é possível se deslocar de carro até elas. (Figura 1).

A partir de visitas exploratórias e observações realizadas, foi possível elencar algumas características do ambiente desses lugares. As duas cidades possuem intensa vegetação no meio urbano, malha urbana regular, edificações em sua maioria térreas ou assobradadas, com pátios, jardins ou pomares. Nova Palma é cercada de morros cobertos pela vegetação (Figura 2), enquanto Silveira Martins se localiza em uma região mais elevada, com intensa arborização urbana (Figura 3).

No estudo foi utilizada uma abordagem multimetodológica com métodos qualitativos e quantitativos combinados. Os dados quantitativos foram obtidos através de um questionário que era composto de seis grupos de variáveis – aspectos gerais, infraestrutura urbana, aspectos de localização e orientação, aspectos estéticos e do ambiente urbano e natural, aspectos de socialização e associações simbólicas e afetivas. O recorte de pesquisa aqui apresentado, considerando o objetivo do artigo, concentra-se nos aspectos simbólicos, relacionados com as associações simbólicas e afetivas e incluem também os aspectos gerais de vivência nas cidades.

Nos aspectos gerais foram considerados o tempo de moradia da pessoa na cidade, como realizava seus deslocamentos, qual o ponto de referência mais marcante (pergunta



Figura 1 - Mapa com a localização das cidades que fazem parte do estudo. Elaborado pelas autoras, 2020. Figura 2 - Área urbana de Nova Palma. Imagem das autoras, 2020. Figura 3 - Área urbana de Silveira Martins. Imagem das autoras, 2018.

aberta) e o nível de satisfação geral com o ambiente urbano. Os aspectos simbólicos investigaram dezesseis variáveis – calma, acolhimento, individualidade, limpeza, organização, aparência, diversidade, clima, dimensão, segurança, complexidade, agradabilidade, ordem, interesse, beleza e conforto. Essas variáveis foram avaliadas em uma escala de cinco pontos em níveis de intensidade, utilizando o diferencial semântico (Exemplo: *Você considera essa cidade muito acolhedora, acolhedora, indiferente, hostil ou muito hostil*).

Na abordagem qualitativa, foram utilizados mapas mentais diretos (com desenhos) e indiretos (com perguntas abertas). Os moradores apontaram características simbólicas

Nova Palma Total 66 respondentes					
34 questionários			32 mapas mentais		
18 Feminino (52,9%)	16 Masculino (47,1%)		20 Feminino (62,5%)	12 Masculino (37,5%)	
12 Adolescente (35,3%)	22 Adulto (64,7%)	0 Idoso (-%)	9 Adolescente (28,1%)	23 Adulto (71,9%)	0 Idoso (-%)
Silveira Martins Total 65 respondentes					
31 questionários			34 mapas mentais		
23 Feminino (74,2%)	8 Masculino (25,8%)		24 Feminino (70,6%)	10 Masculino (29,4%)	
7 Adolescente (22,6%)	20 Adultos (64,5%)	4 Idoso (12,9%)	4 Adolescente (11,7%)	28 Adulto (82,4%)	2 Idoso (5,9%)

da paisagem nas suas respostas. Foi pedido que os moradores indicassem o ponto de referência mais marcante na cidade, os aspectos positivos, os aspectos negativos, o que mais gostava e, por último, foi solicitado que definissem a cidade em três palavras.

Nas duas técnicas de levantamento de dados, a amostra das pessoas que colaboraram com a pesquisa incluiu os moradores presentes nos espaços livres públicos. Além disso, os funcionários de algumas instituições – como correios, Câmara de Vereadores e Prefeitura – foram convidados a participar voluntariamente. O trabalho foi realizado entre fevereiro e julho de 2018, com 66 moradores de Nova Palma e 65 de Silveira Martins, totalizando 131 moradores nas duas cidades (Tabela 1).

As respostas obtidas pelas perguntas abertas foram analisadas a partir da categorização dos assuntos, agrupamento de termos semelhantes e nuvens de palavras. Já os dados obtidos pelos questionários foram analisados por meio do software *IBM SPSS Statistics*. Foram feitas tabulações cruzadas de frequências e correlações de Spearman, para verificar se há correlação entre variáveis e em que sentido ela ocorre.

Associações simbólicas e afetivas como motivo da satisfação

Os moradores foram questionados sobre o quanto gostavam da cidade, em uma pergunta fechada avaliada em cinco pontos. Era opcional responder uma pergunta aberta justificando porque gostavam ou não da cidade. Nem todos os respondentes justificaram suas afirmações. Aqueles que afirmaram *gostar*, complementaram trazendo laços afetivos como a família, as relações com as pessoas, a tranquilidade e segurança como motivos por estarem satisfeitos.

Em Nova Palma, mais de 90% dos moradores consultados disseram *gostar* ou *gostar muito* da cidade. Mais da metade citaram a *calma* e a *tranquilidade* como motivos dessa resposta. Alguns ainda relacionaram essas características com as pessoas: “*Porque é um lugar calmo, bom de morar, as pessoas são legais*”; “*Tranquila, custo de vida baixo, temos nossos familiares*”; “*É uma cidade calma e eu gosto muito, pessoas boas*”; “*É uma cidade tranquila onde todos se conhecem*”. É comum ver grupos de famílias ou amigos reunidos interagindo no ambiente urbano (Figura 4). Pode-se dizer que ocorre uma identificação social com a cidade, já que os moradores veem as possibilidades de socialização oferecidas pelo ambiente urbano menor como uma das justificativas para gostar da cidade, indo ao encontro do que a literatura apresenta (TUAN, 1980; CULLEN, 1993; PORTEOUS, 1996).

A identificação com a paisagem e com as características físicas compondo a individualidade do ambiente apareceu associada à satisfação em “*Gosto pela tranquilidade, pela paisagem, pela natureza*”. Aí vemos não só reforçado o que Yázigli (2001) e Kohlsdorf (1996) falam, sobre a pessoa reconhecer, diferenciar e avaliar



Figura 4 - Interação social no ambiente urbano de Nova Palma. Imagem das autoras, 2018. Figura 5 - Elementos naturais na área urbana de Nova Palma. Imagem das autoras, 2018.

a composição dos elementos, mas também a *tranquilidade* associada a elementos naturais. Autores como Rapoport (1990), Porteous (1996) e Alexander *et al.* (2013), entre outros, frequentemente relacionam a presença de elementos naturais com uma melhor qualidade do ambiente, tornando o lugar mais calmo, menos ruidoso e mais próximo do conceito de natureza. Em Nova Palma, particularmente, a presença do curso de água na área urbana e dos morros nas visuais são características que se sobressaem na paisagem (Figura 5).

Os aspectos simbólicos de *segurança* e *acolhimento* foram associados espontaneamente à percepção de tranquilidade da cidade em respostas como: “*Porque é uma cidade tranquila, acolhedora*” e “*Cidade é tranquila para se viver, poucos roubos, assaltos*”. No entanto, quando relacionadas às respostas fechadas sobre satisfação e aquelas sobre *segurança* e *acolhimento*, não houve correlação estatisticamente significativa. A única correlação com *satisfação* e os aspectos simbólicos investigados aconteceu com a variável *interesse*, em intensidade média (Spearman, coef=0,352, sig. 0,041).

Na afirmação “*Tranquila para criar os filhos e até mesmo para morar por ser calma*”

Figura 6 - Respostas perguntas abertas em que foram citados aspectos simbólicos – Nova Palma. Elaborado pelas autoras, 2020. Figura 7 - Interação social na cidade de Silveira Martins. Imagem das autoras, 2018..



de um dos moradores de Nova Palma, podemos perceber uma forte ligação afetiva. A pessoa *gosta muito* da cidade e justifica isso por meio da qualidade que vê no ambiente para o desenvolvimento das crianças.

Nas perguntas abertas, os aspectos simbólicos da paisagem se sobressaíram nos aspectos positivos, no que a pessoa mais gostava na cidade e na definição. No entanto, entre os aspectos estudados, a *calma* também foi vista como um dos aspectos negativos da cidade, bem como a aparência *velha* e a *sujeira*, ainda que com menor ênfase (Figura 6). Considerando que as avaliações sobre os aspectos simbólicos do ambiente dependem da experiência da pessoa, entende-se que a característica da cidade ser *calma* agrada boa parte dos moradores, mas devido às experiências ou expectativas individuais, desagrada outros. Rivlin (2003) corrobora esse dado, já que afirma que as diferenças individuais são as responsáveis pelas diferentes percepções em um mesmo lugar. As pessoas mais jovens podem se incomodar com a calma da cidade, com a falta de opções de lazer e entretenimento, enquanto para pessoas mais velhas, isso pode ser uma qualidade fundamental do ambiente que contribui para a satisfação.



Figura 8 - Respostas perguntas abertas em que foram citados aspectos simbólicos – Silveira Martins. Elaborado pelas autoras, 2020.

Em Silveira Martins, mais de 95% dos moradores afirmaram *gostar* ou *gostar muito* da cidade. Desses, aproximadamente um terço justificou pela *calma* ou *tranquilidade*, em respostas como: “É uma cidade calma e boa de morar” e (gosto muito) “de morar e é muito boa a tranquilidade”. Nessa cidade, um morador ressaltou que “por ser pequena é aconchegante”.

A identificação social foi traduzida em segurança por um morador. O fato de se conhecerem proporciona, na percepção dele, maior tranquilidade em relação a possíveis crimes: “Silêncio, ficamos fora de casa sem problemas com assalto, conhecemos quase todos os moradores”. Nessa cidade, também foi destacado a presença de amigos e família como justificativa para a satisfação. É possível observar a interação social no ambiente urbano nos finais de tarde, principalmente na praça central (Figura 7).

Em Silveira Martins podemos notar que a identificação cultural com a cidade reforça os laços afetivos: (gosto) “Por ter nascido aqui e saber seus valores” e “Costumes, muito bom”. Em alguns mapas mentais desenhados foram marcadas as cantinas de gastronomia italiana, tradição da cidade que reforça essa identificação cultural.

As relações afetivas com o lugar ficaram expressas em: “Lembrança da minha infância, calmaria” e “Amizades aqui, família aqui, filhos se formaram em Santa Maria”. No entanto, em alguns casos por mais que haja a relação de afeto ela vem acompanhada de um certo conformismo: “Gosto porque nasci aqui, mas podia melhorar” e “Gosto porque já faz tempo que moro aqui”.

Considerando os dados do questionário, algumas variáveis simbólicas apresentaram correlação com satisfação. No entanto, nem todas foram mencionadas na justificativa da satisfação. Houve correlação de satisfação com a variável *clima*, representada no diferencial semântico como *arejada ou abafada* (Spearman, coef=0,421, sig. 0,018). Nos aspectos negativos, várias pessoas ressaltaram o *frio* da cidade e um morador comentou que gostava do *clima* de lá, justificando a sua satisfação.

Nova Palma			Silveira Martins		
88,2% calma	5,9% indiferente	5,9% agitada	90,4% calma	9,6% indiferente	0% agitada
76,5% acolhedora	14,7% indiferente	8,8% hostil	90,3% acolhedora	6,5% indiferente	3,2% hostil
26,4% diferente	20,6% indiferente	53,0% comum	45,1% diferente	22,6% indiferente	32,3% comum
58,9% limpa	29,4% indiferente	11,7% suja	90,3% limpa	9,7% indiferente	0% suja
76,5% organizada	20,6% indiferente	2,9% desorganizada	87,1% organizada	9,7% indiferente	3,2% desorganizada
41,1% nova	35,3% indiferente	23,6% velha	32,3% nova	32,3% indiferente	35,4% velha
32,4% diversificada	52,9% indiferente	14,7% monótona	32,3% diversificada	29,0% indiferente	38,7% monótona
67,7% arejada	17,6% indiferente	14,7% abafada	90,3% arejada	6,5% indiferente	3,2% abafada
94,1% pequena	5,9% indiferente	0% grande	93,5% pequena	6,5% indiferente	0% grande
91,2% segura	8,8% indiferente	0% perigosa	93,5% segura	6,5% indiferente	0% perigosa
88,2% simples	11,8% indiferente	0% complexa	87,1% simples	12,9% indiferente	0% complexa
94,2% agradável	2,9% indiferente	2,9% desagradável	87,1% agradável	9,7% indiferente	3,2% desagradável
64,7% ordenada	26,5% indiferente	8,8% confusa	83,9% ordenada	9,7% indiferente	6,4% confusa
55,9% interessante	32,4% indiferente	11,7% tediosa	67,8% interessante	16,1% indiferente	16,1% tediosa
82,4% bonita	11,7% indiferente	5,9% feia	90,3% bonita	9,7% indiferente	0% feia
85,3% confortável	8,8% indiferente	5,9% desconfortável	90,3% confortável	6,5% indiferente	3,2% desconfortável

A *agradabilidade* também apresentou correlação com satisfação (Spearman, coef=0,404, sig. 0,024). Considerando que quase 90% dos moradores consideram a cidade agradável e avaliam como positivas diversas características do lugar, entende-se que o ambiente da cidade é agradável e, por isso, estão satisfeitos. Podemos aplicar este mesmo raciocínio para *confortável*: houve correlação com satisfação (Spearman, coef=0,435, sig. 0,014) e mais de 90% dos moradores avaliaram positivamente. Considerar o ambiente da cidade confortável auxilia a gostar do lugar, podendo estar relacionado com a possibilidade de andar a pé pela cidade, com a identificação afetiva, com as características físicas, entre outros.

Nas perguntas abertas (Figura 8), os aspectos simbólicos foram bastante mencionados como positivos, como o que as pessoas mais gostavam na cidade e como uma definição. Entende-se que as pessoas gostam da cidade, a partir do índice de satisfação, e que reconhecem as sensações que o ambiente oferece como parte dessa satisfação.

Avaliação e importância dos aspectos simbólicos

Considerando os dados dos questionários, de modo geral, os aspectos simbólicos foram avaliados de maneira semelhante nas duas cidades. Isso foi constatado a partir da análise dos gráficos das frequências para cada variável, de maneira individual. Assim, analisando as frequências para as duas cidades (Tabela 2), pela maior parte dos respondentes, elas foram consideradas *calmas*, *acolhedoras*, *limpas*, *organizadas*, *arejadas*, *pequenas*, *seguras*, *simples*, *agradáveis*, *ordenadas*, *interessantes*, *bonitas* e *confortáveis*.

Esses dados indicam que, para este estudo de caso, a avaliação dos aspectos simbólicos é muito parecida, ainda que em duas cidades pequenas distintas. Então, entende-se que, neste caso, as particularidades do ambiente urbano de cada município

Moradores Nova Palma		Moradores Silveira Martins	
M. Rank			M. Rank
11,31	Pequena/grande	Pequena/grande	10,85
11,19	Segura/perigosa	Conforto/desconforto	10,56
11,06	Agradável/desagradável	Arejada/abafada	10,55
10,69	Conforto/desconforto	Acolhedora/hostil	10,19
10,60	Simples/complexa	Bonita/feia	10,18
10,01	Calma/agitada	Agradável/desagradável	10,06
9,43	Bonita/feia	Calma/agitada	9,85
9,04	Organizada/desorganizada	Simples/complexa	9,29
8,68	Arejada/abafada	Segura/perigosa	9,21
8,51	Acolhedora/hostil	Limpa/suja	9,16
7,56	Ordenada/confusa	Ordenada/confusa	8,39
7,28	Limpa/suja	Organizada/desorganizada	7,89
6,76	Interessante/tediosa	Interessante/tediosa	7,40
5,29	Nova/velha	Diferente/comum	4,81
4,76	Diversificada/monótona	Diversificada/monótona	3,81
3,81	Diferente/comum	Nova/velha	3,79

não são decisivas nas relações afetivas com o lugar: os moradores gostam das suas cidades e avaliam positivamente a maior parte dos aspectos simbólicos estudados. Vale ressaltar que talvez isso não ocorra para outros aspectos simbólicos, não abordados nesta investigação.

Para determinar um *ranking* entre as variáveis, comparando as duas cidades, foi realizado o teste *Kendall W – Mean Rank*. Quando se analisa a posição que as variáveis têm para os moradores das cidades nesse *ranking*, a partir do peso avaliativo, observa-se o mesmo grupo de variáveis na parte superior, na parte intermediária e na parte inferior da lista (Tabela 3).

A característica da cidade ser considerada *pequena* foi evidenciada com a maior concordância entre os moradores das duas cidades pelo *Mean Rank*. Observando as frequências, quando consideradas as duas cidades juntas, 93,9% dos moradores consideram *pequena* ou *muito pequena*. Analisando as frequências separadamente, esse índice foi de 94,1% em Nova Palma e de 93,5% em Silveira Martins. O restante das avaliações foi *indiferente* a essa característica na cidade, ou seja, nenhum morador acha a cidade *grande* ou *muito grande*.

A característica que apresentou maior discordância nas avaliações dos moradores em Nova Palma foi *individualidade*, pesquisada pela pergunta “*Você considera essa cidade diferente ou comum?*”. As frequências nessa característica ratificaram esse dado (17,6% *muito diferente*, 8,8% *diferente*, 20,6% foram indiferentes a essa variável, 32,4% *comum* e 20,6% *muito comum*).

Já em Silveira Martins, a característica da cidade ser *nova* ou *velha* que apresentou maior discordância na percepção dos moradores (9,7% *muito nova*, 22,6% *nova*, 32,3% foram indiferentes à variável, 12,9% *velha* e 22,6% *muito velha*). Por mais que a cidade seja *nova* em termos políticos (emancipação no final da década de 80), o local foi o primeiro a receber imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, tendo edificações históricas marcantes na paisagem da cidade (Figura 9).



Considerações finais

As associações simbólicas e afetivas encontradas na percepção dos moradores da cidade pequena estavam diretamente ligadas com a identificação com a cidade, seja ela social, cultural ou com as características físicas. Foi possível observar que a identificação social é muito forte: conhecer as pessoas da cidade auxilia na segurança emocional naquele ambiente.

Alguns aspectos simbólicos em específico tiveram uma avaliação mais forte que outros. Em alguns casos, o mesmo aspecto simbólico foi avaliado sem concordância de percepção, o que ratifica a literatura, já que cada indivíduo tem suas experiências e expectativas sobre o lugar.

De modo geral, os moradores gostam das suas cidades, gostam do fato dela ser pequena e isso agrega características que contribuem na satisfação geral com o lugar, como a presença de elementos naturais, a tranquilidade, entre outros. Considerando a relativa homogeneidade de respostas entre as duas cidades, entende-se que as particularidades de cada uma delas não foram decisivas nas relações de afeto com o lugar, bem como na avaliação dos aspectos simbólicos.

Por fim, é importante destacar que a abordagem multimetodológica utilizada, combinando dados qualitativos com quantitativos para um estudo de percepção ambiental que envolvia relações afetivas, foi fundamental para atingir o objetivo proposto. As perguntas abertas permitiram uma variedade de respostas que seriam ocultadas pelas opções do questionário. De maneira complementar, os dados quantitativos foram extremamente válidos para se traçar um panorama geral, entendendo a percepção do grupo e, depois, as individuais.

Agradecimentos

Este trabalho deriva de uma pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ADESM – Agência de Desenvolvimento de Santa Maria. *Santa Maria em Dados*. Santa Maria, 2021. Disponível em: <http://santamariaemdados.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray; JACOBSON, Max; FIKSDAHL-KING, Ingrid; ANGEL, Shlomo. *Uma Linguagem de Padrões: A Pattern Language*. Porto Alegre, Bookman, 2013. (Original, em língua inglesa, publicado em 1977).

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici (Orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 63-69.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), n. 30, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Tradução de Isabel Correa e Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70, 1993.

CUTI, Aurielle Fogaça. *Paisagem e ambiente na cidade pequena: Percepção de moradores e visitantes em municípios do interior do Rio Grande do Sul*. 2019. 252p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5485>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ELALI, Gleici Azambuja; MEDEIROS, Samia. Thais Feijó de. (2011). Apego ao lugar (Vínculo com o lugar – Place attachment). In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici (Orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 53-62.

FRESCA, Tania Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. *Geografia (Londrina)*, v. 10, n. 1, 2001, pp. 27-34. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10212/9028>. Acesso em: 17 nov. 2018.

HASHEMNEZHAD, Hashem; HEIDARI, Ali Akbar; HOSEINI, Parisa Mohammad. “Sense of Place” and “Place Attachment”. *International Journal of Architecture and Urban Development*, v. 3, n. 1, p. 5-12, 2013.

HERSHBERGER, Robert. A study of meaning and architecture. In: NASAR, Jack. *Environmental Aesthetics, Theory, Research and Applications*. New York: Cambridge University Press, 175-194, 1992.

HERSHBERGER, Robert; CASS, Robert. Predicting user responses to buildings. In: NASAR, Jack. *Environmental Aesthetics, Theory, Research and Applications*. New York: Cambridge University Press, 195-211, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dicionário do Patrimônio Cultural: Paisagem cultural*. Por Simone Scifoni. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ITTELSON, William; PROSHANSKY, Harold; RIVLIN, Leanne; WINNKELE, Gary. Homem ambiental. Tradução do original por José Pinheiro. *Série: Textos de psicologia ambiental*, v. 14, p. 1-9, 2005.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996.

NASAR, Jack. Urban design aesthetics: The evaluative qualities of building exteriors. *Environment and behavior*, v. 26, n. 3, p. 377-401, 1994.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

OSGOOD, Charles Egerton. Semantic differential technique in the comparative study of cultures. *American Anthropologist*, Volume 66(3), 171-200. Junho, 1964. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1964.66.3.02a00880/epdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RAPOPORT, Amos. *The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach*. Tucson: The University of Arizona Press, 1990.

RIVLIN, Leanne. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. Traduzido do original por Gleice Elali. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 8, n. 2, p. 215-220, 2003.

SANOFF, Henry. *Visual research methods in design*. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1991.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SILVEIRA MARTINS. *Prefeitura Municipal de Silveira Martins*. Silveira Martins: 2021. Disponível em: <http://silveiramartins.rs.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2021.

STAMPS, Arthur. A paradigm for distinguishing significant from nonsignificant visual impacts: theory, implementation, case histories. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 17, n. 4, p. 249-293, 1997.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001.

JANELAS DE SANTA TEREZA

Aplicabilidade dos mapas mentais na percepção da paisagem cultural

*SANTA TEREZA'S WINDOWS
Applicability of mental maps
in the perception of cultural landscape*

**Márcio Zanella¹, Adriana Araújo Portella²
e Natalia Naoumova³**

Resumo

Aborda sobre a percepção ambiental da paisagem cultural de pequenas cidades históricas, a partir do uso dos mapas mentais. A superação dos entraves para ordenamento e preservação da paisagem carece do aprimoramento das técnicas para reconhecimento, monitoramento e salvaguarda. Neste contexto a janela é caracterizada como campo de estudo das ferramentas da percepção ambiental, considerando usuários de bens arquitetônicos em sítios preservados. O objetivo é analisar o potencial dos mapas mentais como método para o estudo da janela em paisagens culturais. Toma-se como objeto de estudo um exemplar do patrimônio arquitetônico de Santa Tereza/RS, onde os mapas mentais foram aplicados num grupo de sete usuários. Os resultados demonstram o potencial favorável para indicar focos qualificados das janelas relacionados à paisagem do lugar, compreendendo aspectos físicos e subjetivos. Conclui-se que o campo visual e o foco da janela interferem diretamente na percepção da paisagem vivida.

Palavras-chave: mapas mentais, paisagem cultural, percepção, janela, patrimônio.

Abstract

Focus on the environmental perception of the cultural landscape of small historic towns, from the use of mental maps. Overcoming obstacles to ordering and preserving the landscape requires the improvement of techniques for recognition, monitoring and protection. In this context, the window is characterized as a field of study for the tools of environmental perception, considering the architectural heritage users in preserved sites. The objective is to analyze the potential of mental maps as a method for studying the window in cultural landscapes. As an object of study, a copy of the architectural heritage of the city of Santa Tereza/RS (southern Brazil) is chosen. The results demonstrate the favorable potential to indicate qualified focus of windows related to the landscape of the place, comprising physical and subjective aspects. The conclusion is that the visual field and the focus of the window directly interfere in the perception of the lived landscape.

Keywords: mental maps, cultural landscape, perception, window, heritage.

¹ Mestrando do PROGRAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL – Universidade Federal de Pelotas.

² Pós-doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Oxford Brookes University; Pesquisadora e Professora do PROGRAU/ UFPEL.

³ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS – Universidade do Rio Grande do Sul; Pesquisadora e professora no PROGRAU/ UFPEL (Orientadora).

Introdução

O confinamento doméstico imposto pela pandemia COVID-19 intensificou a relação das pessoas com a paisagem filtrada pelas janelas de suas casas. O movimento mundial de êxodo das grandes metrópoles pôs em reflexão a qualidade de vida na cidade grande e o direito fundamental à paisagem (FAJARDO; PERÍES, 2020). Neste contexto compreende-se a importância do estudo do conteúdo visual das janelas como um campo de investigação relacionado à qualidade ambiental, identidade e preservação cultural sobre as pequenas cidades.

A paisagem cultural como conceito de preservação dos aspectos materiais e imateriais da paisagem é tema pertinente para reflexão do direito social à paisagem. Ao adotar a categoria de Paisagem Cultural desde 1992, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – avançou sobre um antigo problema da sociedade, que é a preservação integrada de bens materiais e imateriais. Em 2009, através da portaria nº 127, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituiu a chancela de Paisagem Cultural Brasileira como novo instrumento de preservação no país. No entanto, a dificuldade de implementação das ações de ordenamento e gestão prevista para estes bens levou o órgão a suspender a portaria em 2013, encaminhando-a para revisão. Acerca da necessidade de ordenamento e gestão integrada para preservação da paisagem, Zanirato (2020, p. 28) aponta que:

A falta de integração das políticas e a fragilidade das ações de ordenamento territorial, que não conseguem fazer frente aos processos de alteração do espaço, seja no âmbito rural, pressionado pela ampliação do agronegócio e da atividade mineradora, ou nos espaços urbanos, premidos pela especulação imobiliária, pelo turismo e pela explosão demográfica são os maiores obstáculos.

Diante da necessidade de superação dos entraves de ordenamento dessa nova instância de preservação, carece o aprimoramento das técnicas para reconhecimento, monitoramento e salvaguarda dos bens de paisagem. Seu objetivo como categoria patrimonial é a preservação do *genius loci*, do espírito do lugar e, portanto, “está no conjunto de atores sociais que atribuem sentidos ao lugar e, por isso, cabe também a proteção desses sujeitos, guardiões desses sentidos” (ZANIRATO, 2020, p. 12).

Sob o ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, é amplamente reconhecido o estudo e a prática de apreensão da imagem da cidade e seus valores através da rua, e do movimento do observador por percursos (LYNCH, 1999 [1960]; APPLEBY, 1981; DEL RIO, 1990; CULLEN, 1994; KOHLSDORF, 1996). Alguns desses estudos vão recorrer às técnicas da percepção ambiental para obtenção de dados do usuário (LYNCH, 1999 [1960]; DEL RIO, 1990; KOHLSDORF, 1996), a fim de relacioná-los com os dados físicos de reconhecimento do terreno para caracterizar a imagem coletiva da cidade percebida. No entanto, pouco foi estudado sobre a apreensão destes lugares a partir do interior do espaço edificado, ou seja, da arquitetura para a paisagem, e os reflexos disso nos processos identitários e de preservação do *genius loci*.

Observada esta lacuna, assume-se a janela como o *lugar* de paisagem tendo como base os apontamentos a este elemento feitos por Norberg-Schulz (1976), Jorge (1995) e Santos, Tenório e Ribeiro (2018). Um *lugar* próprio da arquitetura e índice propício para obtenção de dados da relação homem e meio em paisagens culturais. Um caminho coerente a ser considerado para superação da complexidade de ordenamento e preservação de paisagens culturais através da percepção ambiental.

Sendo os mapas mentais um método reconhecido na área da percepção ambiental (LYNCH 1999 [1960]; TUAN, 1983; KOHLSDORF, 1996), como utilizar os mapas mentais para análise perceptiva de paisagens culturais, considerando o usuário no interior da arquitetura? Este estudo tem como objetivo geral analisar o potencial do método dos mapas mentais como ferramenta para o estudo da janela enquanto campo de análise de paisagens culturais a partir do interior da arquitetura. Busca-se na dimensão perceptivo-cognitiva do usuário, inserido no contexto da preservação patrimonial, os elementos e significados compreendidos na paisagem vivida.

Para tal, os mapas mentais serão caracterizados na dimensão da percepção ambiental da paisagem cultural, através da revisão bibliográfica sobre o tema. Serão analisados os mapas mentais coletados num estudo piloto realizado no contexto patrimonial do Núcleo Urbano de Santa Tereza – RS, uma pequena cidade histórica fundada pelo movimento da imigração italiana no final do século XIX que colonizou o sul do Brasil, cujo tombamento nacional pelo IPHAN em 2012 exalta o valor paisagístico do lugar. Em seguida serão discutidas as peculiaridades do método para finalidade de uma análise de percepção da paisagem no interior da arquitetura.

Este artigo deriva de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.⁴

Paisagem Cultural e Percepção Ambiental

Sendo paisagem o conceito capaz de abarcar a dimensão morfológica e simbólica daquilo que vemos (SANTOS, 1997), sua abordagem deve ser um estudo relacional entre sujeito e objeto, ou seja, um estudo desta interação do homem com seu lugar, sobretudo se o objetivo for sua preservação como bem cultural.

Conforme Maria Elaine Kohlsdorf (1999), a preservação dos lugares deve estar vinculada aos conceitos de identidade e memória que, por sua vez, estão relacionados com os processos gerais de aprendizagem do ser humano.

A preservação de bens deve estar em função de expô-los ao conhecimento de outros indivíduos para que, os reconhecendo, tenham a possibilidade de construir sua história social por meio dos mesmos. O conjunto de traços de identidade de certo lugar funciona como símbolo necessário a tal construção (KOHLSDORF, 1999, p. 4).

Estes traços são símbolos erigidos pela própria cultura e são fundamentais na conexão entre as pessoas e os lugares. São estes símbolos, por exemplo, que nos permitem reviver na lembrança os lugares por onde vivemos ou visitamos. São símbolos materiais e imateriais, naturais ou criados pelo homem, que constituem um universo único, um lugar. Podemos entender que estes traços de identidade são o material genético daquilo que constituem os lugares e que, portanto, são as chaves para sua manutenção e também seu desenvolvimento.

⁴ Título: Paisagem fenestrada – A janela como foco de percepção da paisagem cultural de Santa Tereza/RS. Linha de pesquisa: Percepção e avaliação do ambiente pelo usuário. Período de realização: 2020-2022.

Considera-se que são estes símbolos de identidade a matéria relevante a ser investigada por um estudo que propõe salvaguardar a paisagem cultural. Em primeiro momento o objetivo da preservação nos parece contraditório diante da essência mutável da paisagem. É por esta razão que a proteção desses bens deve estar focada não somente na permanência de tais símbolos, mas no relacionamento dos indivíduos com esses.

Elencar esses elementos de configuração da paisagem enquanto códigos e significados é o que Maria Elaine Kohlsdorf (2001) define como principal dilema metodológico para preservação das paisagens culturais. “Preservá-los significa definir suas permanências, em termos de que, como e para quem preservar, requerendo coleta e análise de informações capazes de revelar a identidade dos lugares” (KOHLSDORF, 2001, p. 5).

A fenomenologia influenciou a disciplina de arquitetura ao chamar a atenção para o papel da percepção ambiental no estudo da cidade. Sua contribuição permitiu compreender de modo mais profundo como a população percebe o ambiente urbano a partir da vida cotidiana, identificando os estímulos ambientais que determinam a relação das pessoas com o lugar (CASTELLO, 2005). Compreender melhor as técnicas da percepção ambiental aplicáveis à busca dos elementos de paisagem cultural deve ser, portanto, uma premissa metodológica nos processos de salvaguarda desta categoria de patrimônio.

Estudos recentes nesta área apontam para a relevância dos efeitos do conteúdo visual da janela na qualidade de vida e na preferência dos usuários. Nestas publicações são encontrados estudos sobre a importância (SEMENOV, 2017; KENT, 2018) e os efeitos da paisagem vista da janela na percepção do usuário em edifícios públicos e residenciais (OZDEMIR, 2010; KUHLENENGEL; WATERS; KONSTANTZOS, 2019; KENT; SCHIAVON, 2020) conciliando métodos de experimento controlado e entrevistas (KENT; SCHIAVON, 2020; WACZYNSKA; SOKOL; MARTYNIUK-PECZEK, 2021). Ozdemir (2010), ao entrevistar usuários de um edifício de escritórios de uma instituição educacional usando salas de mesmas características físicas, descobre que as pessoas preferem ambientes com janelas ao invés de sem janelas, principalmente com vista para a natureza, importantes para o bem-estar psicológico e físico. Além disso, o estudo conclui que as características da paisagem do lado de fora podem ser usadas para manipular positivamente a percepções dos usuários, em detrimento das limitações de configuração do ambiente interno dos edifícios. Kent (2018) aponta que em vez de coletar respostas separadas relacionadas aos recursos físicos da visualização da janela, isso pode ser feito fornecendo uma avaliação geral do conteúdo visual, uma vez que os aspectos físicos e simbólicos influenciam concomitantemente na preferência visual da vista da janela.

Por não serem encontrados estudos específicos dos efeitos do conteúdo visual da janela que poderiam influenciar os processos de preservação do patrimônio cultural, o presente estudo investiga o método dos mapas mentais para uma avaliação geral dos aspectos físicos e subjetivos percebidos por usuários inseridos neste contexto.

A Janela como lugar de paisagem

Na obra de Christian Norberg-Schulz (1976) evidenciam-se as bases teóricas do método qualitativo fenomenológico no campo da arquitetura. Ao sublinhar a importância dos elementos arquitetônicos percebidos como fronteiras e enquadramentos da natureza, do dentro e do fora, do natural e do feito-pelo-homem, Norberg-Schulz nos evidencia

um caminho para conhecer a *estrutura do lugar*. Sua referência ao *genius loci* parte justamente da análise feita pelo filósofo Heidegger ao poema *Uma noite de Inverno*, de George Trakl, onde diante de uma janela se estabelece o significado dos lugares e das coisas. “Assim, é na soleira que o problema do habitar se torna presente” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 447). Este habitar é justamente baseado na sabedoria do lugar, o *espaço vivido* diariamente.

Usamos a palavra ‘habitar’ para nos referirmos às relações entre o homem e o lugar. Para entender melhor o que esta última palavra significa, vale a pena retomar a distinção entre ‘espaço’ e ‘caráter’. Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental. Denominarei de ‘orientação’ e ‘identificação’ as duas funções psicológicas implicadas nessa condição. Para conquistar uma base de apoio existencial, o homem deve ser capaz de orientar-se, de saber onde está. Mas ele também tem de identificar-se com o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 455).

Conforme a afirmação de Heidegger: “a fronteira não é aquilo em que uma coisa termina, mas, como já sabiam os gregos, a fronteira é aquilo de onde algo começa a se fazer presente” (NORBERG-SCHULZ, 1976, p. 450). Ou seja, na abertura criada na parede, o fenômeno do lugar acontece para o espaço interno arquitetônico, passando a determinar o lugar de fruição entre o homem e a paisagem. Mas esse lugar da janela não é passivo e inócuo, como aponta FUÃO (2019) ao citar o filósofo contemporâneo Sloterdijk que vai trazer a janela sob o conceito Heideggeriano da *clareira*, como o primeiro grande elemento domesticador e, portanto, elemento ativo na percepção do homem.

Luiz Antônio Jorge (1995), em *O Desenho da Janela*, reitera e justifica a metáfora da janela com o olho humano. Ao longo da história, a janela desenvolveu-se como elemento independente na arquitetura, cuja natureza funcional e simbólica é distinta do elemento porta, signo de passagem, do unir e do separar, do entrar e sair. Ela é singular pois há em toda arquitetura o momento único do acesso principal que determina o sujeito estar fora ou estar dentro. À janela, por sua vez, é resguardado o sentido do olhar: para fora ou para dentro. Este olhar que, como o olho humano, oferece certa proteção do ser que habita:

A janela é por onde se olha a cidade como um texto. E o olho é o instrumento para olhar e por onde se olha, sem exigir a locomoção do sujeito do olhar ou que ele saia de si: o espírito é preservado dessa ação. [...] As janelas são signos desses olhares quase anônimos: quase, porque supõem-se quem são os habitantes da edificação; anônimos, porque, na sua infidelidade, elas podem comportar o olhar de qualquer pessoa. A arquitetura, com janelas, ganhava olhos (JORGE, 1995, p. 40).

Mesmo não sendo intencionalmente projetada como enquadramento de uma paisagem, uma janela estabelece intrinsecamente a relação interior *versus* exterior que, por sua vez, suscita um universo a ser explorado sobre o modo como o usuário percebe, relaciona e significa a paisagem através da arquitetura desses lugares, como também reitera Santos, Tenório e Medeiros (2018, p. 172):

A partir do estímulo da janela, a paisagem nos arreata e começa a agir sobre nós não de forma imparcial, mas de forma ativa, fazendo com que os nossos olhos sejam capazes de ‘ver além’, de atribuir à realidade significados, de tecer novas relações com o mundo e com as pessoas.

Diante do exposto, a janela revela-se um campo legítimo da ciência arquitetônica para os estudos de paisagem cultural. Um *lugar* de paisagem a ser explorado pelas ferramentas da percepção ambiental em usuários dos bens arquitetônicos que compõem os sítios de preservação, objetivando identificar e salvaguardar os símbolos e significados de determinado *genius loci*, que vinculam a permanência dos indivíduos (e por consequência da arquitetura) com a paisagem.

Caracterização dos Mapas Mentais

Kevin Lynch (1999 [1960]) foi um dos pioneiros a relacionar e associar a percepção da paisagem urbana ao comportamento dos usuários utilizando os mapas mentais. Em seu estudo sobre a imagem da cidade, os mapas mentais são empregados como método para obtenção de dados perceptivos do usuário que são relacionados com as cinco categorias na qual o autor decompõe a imagem da cidade (vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes). Trata de investigar essas representações concebidas pelos indivíduos, observando a força, a clareza e a recorrência com que esses elementos estão presentes na memória coletiva, ou seja, na imagem mental apreendida da cidade.

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é uma sobreposição de imagens de muitos indivíduos. Ou talvez haja uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos. Tais imagens de grupo são necessárias, quando se pretende que um indivíduo opere de um modo bem sucedido dentro do seu meio ambiente e coopere com seus companheiros (LYNCH, 1999 [1960], p. 57).

Os mapas mentais já foram amplamente discutidos por diversos outros autores como o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan (1983), a cartógrafa americana Bárbara Petchenik (1995) e o psicólogo suíço Jean Piaget (PIAGET; INHELDER, 1963), que fundamentam sua aplicação em diferentes áreas do conhecimento. Em comum, os mapas mentais são definidos como a representação do vivido, concebidos pela memória dos lugares experienciados. Revelam, através da representação, como o lugar é apreendido e vivido pelos indivíduos.

“Os cientistas assumem a cognição como componente fundamental na percepção do ambiente pelas pessoas” (NAOUMOVA, 2009, p. 91). Dentro dos níveis cognitivos do processo de apreensão, a noção de espaço é adquirida primeiramente no nível da percepção e depois no nível da imagem mental. Sobre a diferença essencial destes estágios, Kohlsdorf (1996, p. 58) explica: “no primeiro, o sujeito e o objeto estão necessariamente um em presença do outro, enquanto que, na segunda, o sujeito prescinde da proximidade física do objeto”. É na formação da imagem mental dos indivíduos que são assimilados e objetivados os efeitos da percepção. Diz respeito à capacidade do sujeito de evocar o objeto a partir do distanciamento no espaço-tempo, ou seja, a capacidade de evocar na memória o que foi apreendido e expressá-lo de modo simbólico. Os mapas mentais “revelam a ideia que as pessoas têm de mundo

e assim vão além da percepção individual, refletindo uma construção social” (KOZEL, 2007, p. 117).

Para Castello (2005, p. 192), seja pela representação subjetiva de usos ou pela representação simbólica do que é visto, a técnica é recomendada “para estudos que objetivam sondar a qualidade de *lugar* atribuída a um espaço”. Em sua tese, o autor sintetiza muito bem os fundamentos e objetivos da técnica dos mapas mentais na Percepção Ambiental dos lugares:

Muitos autores se valem do ‘exame de mapas mentais’ desenhados pelos moradores para desvelar, através deles, as imagens responsáveis por gravar as impressões mais marcantes encontradas nas mentes dos usuários – imagens capazes de induzir a percepção de um lugar. Além disso, os mapas também chamados cognitivos, são capazes de trazer revelações que extrapolam os conteúdos meramente imagéticos (CASTELLO, 2005, p. 191).

Os mapas mentais são definidos, portanto, como produtos de mapeamentos cognitivos, podendo assumir formas diversas como desenhos, esboços de mapas, listas de lugares de referência sobre um percurso (NIEMEYER, 1998). Eles não devem ser assumidos como produtos cartográficos, mas como formas de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos ambientais. É um método de caracterização da imagem mental, no qual se solicita ao indivíduo que represente de forma verbal ou desenho o universo questionado. Através da superposição de mapas pode ser observada a predominância e clareza dos elementos expressos.

Metodologia

Objeto de estudo

A realização deste trabalho considerou como contexto de análise a paisagem do Núcleo Urbano de Santa Tereza – RS, cidade do interior do Rio Grande do Sul, cujo tombamento nacional em 2012 exalta o valor paisagístico e cultural deste lugar (figuras 1 e 2).

O Rio Taquari, elemento importante da sua geografia, impulsionou o desenvolvimento comercial do núcleo (fundado em 1875) nas suas primeiras décadas com a atividade de porto entre a capital e as colônias da serra. A estagnação econômica iniciada na década de 1940 após o desvio do tráfego comercial, resultou na conservação da estrutura urbana antiga. O aspecto pictórico da paisagem resguarda forte relação com as pequenas vilas italianas (*borghi*) da região do Vêneto (nordeste da Itália). Cercada por morros e lavouras cobertos pela vegetação, o pequeno núcleo urbano está delimitado sobre uma península de cota elevada formada pelos arroios Marrecão e Vinte e Dois que deságuam no Rio Taquari. O campanário junto à praça central no topo da área é o marco visual. Em torno dele se distribuem os edifícios de baixa estatura de casas e pequenos comércios. Por estas qualidades, Santa Tereza se apresenta como um dos lugares mais representativos da imigração italiana do final do século XIX e início do século XX ocorrido no sul do Brasil.

A seleção do edifício para realização do estudo considerou à priori o elenco de vinte e seis edificações tombadas pelo IPHAN. A escolha do exemplar levou em consideração a acessibilidade ao interior do imóvel e as condições atuais de uso e população.

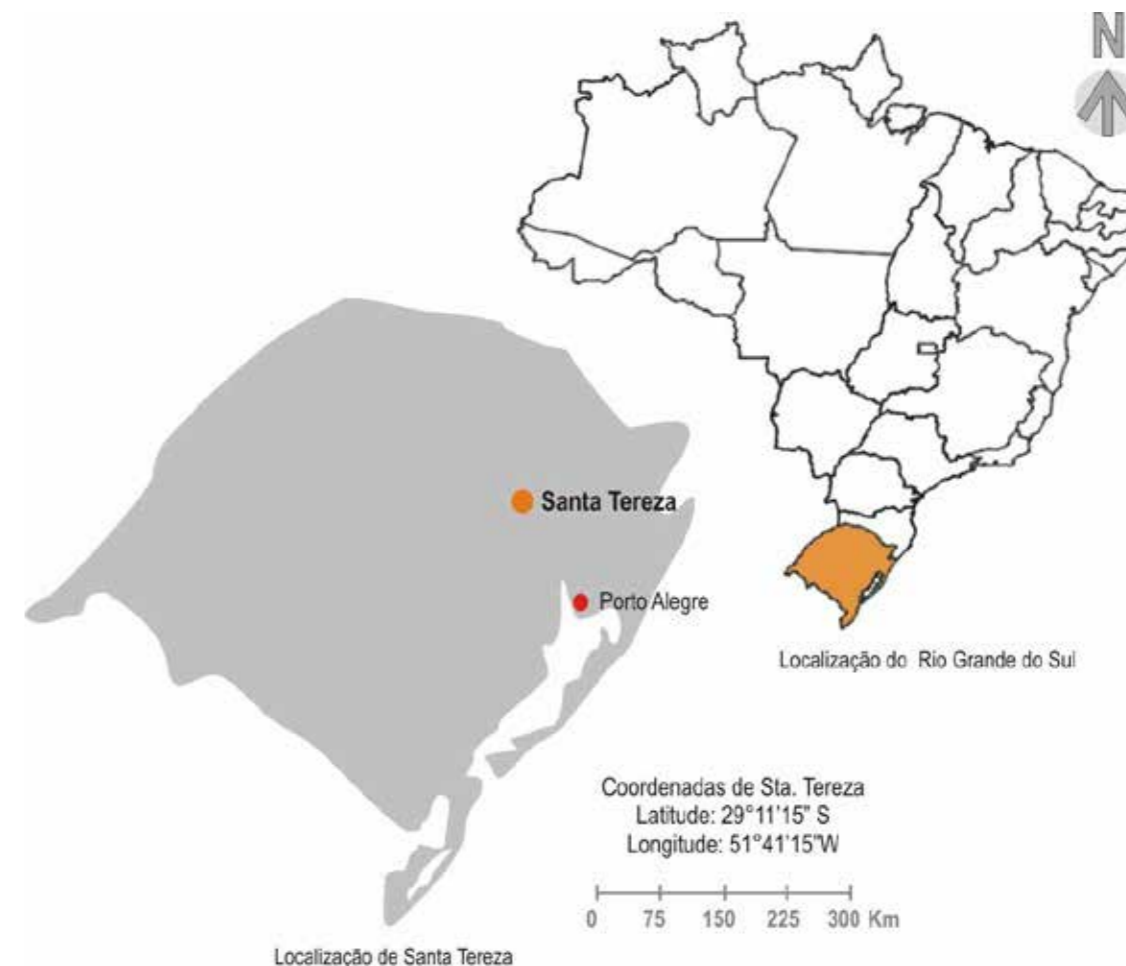


Figura 1 - Mapa de localização de Santa Tereza-RS. Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O edifício selecionado foi o prédio da atual Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Santa Tereza – SMEC (figura 3). Trata-se de uma edificação em alvenaria de 1935, em estilo eclético, contendo dois pavimentos (térreo e porão). Nele foi fundada a primeira escola estadual de Santa Tereza, que começou a funcionar em 1939. Em 1985, o edifício foi tombado em nível estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE.

Implantada no alinhamento da Rua Antônio Tramontina, encabeçando o eixo da Rua Amadeu Picinini, localiza-se no perímetro da praça central, região de cota mais elevada do núcleo urbano. O porão, parcialmente visível na base da fachada frontal, acomoda o desnível entre a rua e os fundos do lote. Atualmente o edifício é de propriedade do município de Santa Tereza, onde no térreo é ocupado pelas atividades de servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e no porão abriga a biblioteca pública da cidade.

Coleta de dados

Para atingir o objetivo geral, foram considerados para estudo de caso os mapas mentais coletados em estudo piloto realizado pelo autor, no ano de 2013. O público alvo da pesquisa foi o mais abrangente possível considerando o universo de usuários disponíveis desta arquitetura a fim de estabelecer o critério fenomenológico da pesquisa de *espaço vivido*. Neste caso, servidores públicos, estagiários e usuários da biblioteca serviram para o escopo da pesquisa. No entanto, é preciso considerar que em determinadas situações do patrimônio, principalmente em imóveis inabitados ou abandonados, não seja possível a aplicação dos mapas no seu usuário direto. Nestes

Figura 2 - Foto aérea do núcleo urbano. Fonte: Google maps, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/maps/RZmUZEEdBmMgaYQD9> Acesso em: 14 de março 2021.



Figura 3 - Identificação do objeto de estudo – Edifício da SMEC. Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.



casos, considera-se possível recorrer a pessoas próximas deste universo, ou que estejam ligadas historicamente a esta arquitetura, ou ainda por uma experiência de grupo no espaço por pessoas da comunidade, caso estes indivíduos de referência não sejam mais disponíveis.

A realização do exercício foi agendada e previamente autorizada, ocorrendo durante horário de expediente da Secretaria de Educação e da biblioteca. Sua aplicação considerou as orientações fornecidas por Kohlsdorf (1996, p. 118):

A maneira tradicional de operar com os *mental maps* procede solicitando ao entrevistado que desenhe de memória determinado lugar, sem induzir quaisquer classificações. Pode-se, porém, encaminhar para registro segundo certas categorias ou elementos necessários aos escopos de pesquisa.

Os participantes, com idade entre 18 e 57 anos de idade, foram reunidos para uma breve explicação sobre o método a ser aplicado e o objetivo da pesquisa. Como direcionamento ao escopo da pesquisa, os usuários foram questionados da seguinte forma: *O que você vê a partir das janelas da secretaria da educação?*

Esta pergunta fundamenta-se no caráter abrangente e exploratório do objetivo da pesquisa, que busca analisar o potencial do método para análise de paisagem tendo a janela como filtro. Sobre o termo *vê*, é pertinente a colocação trazida por Lineu Castello (2005) ao tratar da influência da percepção ambiental na abordagem do *Lugar*:

De fato a expressão 'ver' incorpora tanto o sentido ótico da visão, quanto o sentido de cognição, de compreensão sobre um fenômeno: perceber com a visão e conhecer com a compreensão (CASTELLO, 2005, p. 162).

Nesse sentido, o questionamento concerne um duplo sentido, pertinente a integrar os componentes materiais e imateriais que a categoria de paisagem cultural pressupõe enquanto preservação. O mesmo duplo sentido existente nas expressões *veja a árvore* (enxergue algo) e *veja bem* (entenda o que eu digo) apontados por Castello (2005).

Foi fornecido aos participantes papel branco em formato A4, sendo livre a utilização de lápis, caneta, ou qualquer material para colorir. Foi frisada a importância de que cada participante expressasse seu ponto de vista, usando de forma livre símbolos, palavras ou desenhos para construção do seu mapa.

A fim de que a representação correspondesse ao conteúdo cognitivo da memória, sugeriu-se aos participantes que não estivessem diante da mesma para conceber o mapa, podendo realizá-lo a partir de casa ou estando em um cômodo alheio àquele da janela representada. Os participantes preferiram realizar seus mapas naquele momento, utilizando cômodos diferentes. Foi solicitado ainda que ao final da representação, o participante informasse sua idade e a função que ocupava, sendo opcional a colocação do seu nome.

Os sete mapas mentais coletados corresponderam a expressões claras de representação da paisagem emoldurada pelas janelas do objeto de estudo e foram considerados para esta análise.

Categorias de análise

Inicialmente os mapas foram enumerados e identificados pela idade e sexo dos participantes. Cada mapa teve seu conteúdo de elementos listado e organizado sob a forma de um quadro (ver quadro 1) que tratou inicialmente de classificar os elementos por suas formas de representação, basicamente como palavras e desenhos.

Esta organização permitiu também constatar alguns aspectos gerais sobre o conjunto de mapas que também foram relacionados na tabulação como: orientação de fachada correspondente à janela representada; orientação da folha de papel usada para representação e presença da moldura da janela na representação. A seguir são apresentados exemplos dos mapas coletados (ver figura 4).

É pertinente para este estudo os quesitos propostos por Kozel (2007), que organiza a análise dos mapas mentais sob as seguintes categorias: (i) quanto à *forma de representação* dos elementos da imagem; (ii) quanto à *distribuição dos elementos*

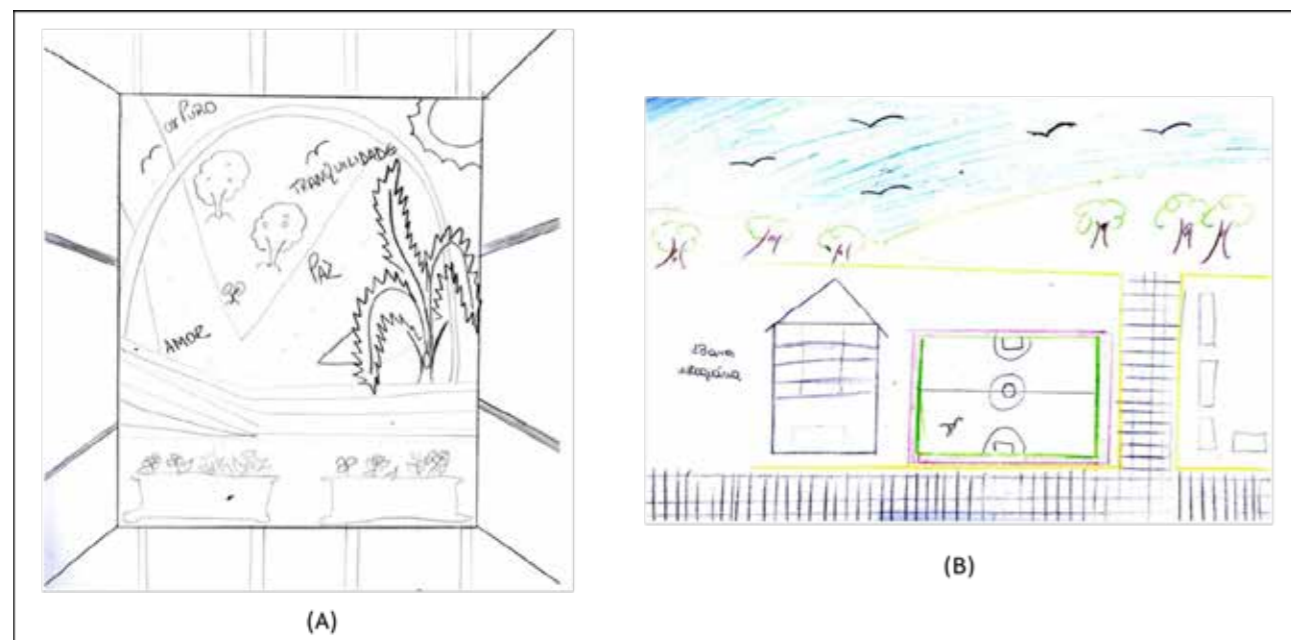


Figura 4 - Exemplos de mapas mentais: (A) mapa n°3, 27 anos, fachada norte, desenhos e palavras, folha na posição vertical; (B) mapa n°2, feminino, 18 anos, fachada sul, folha na posição horizontal. Fonte: Adaptado pelo autor, 2013.

na imagem; (iii) quanto à *especificidade dos ícones* (paisagem natural, paisagem construída, elementos móveis, elementos dos humanos) e (iv) *outros aspectos ou peculiaridades*. Esta última categoria é facultada para a necessidade de análise de aspectos não compreendidos pelas categorias anteriores.

Desta forma o presente estudo buscou analisar como os dados fornecidos pelos mapas mentais da janela estão articulados com a paisagem patrimônio de Santa Tereza, e de que modo a janela (e por consequência a arquitetura) interfere nessa percepção dos usuários.

Resultados e discussão

A partir da tabulação dos conteúdos conforme Quadro 1, os mapas coletados foram classificados em dois grupos, associados por características comuns em função das categorias de análise, sendo eles:

- **Grupo 1** (3 participantes): mapas associados à especificidade de ícones ligados à fachada norte, que utilizaram palavras associadas a desenhos como forma de representação, e que usaram a orientação retrato do papel como forma de distribuição (folha na vertical).
- **Grupo 2** (4 participantes): mapas associados à especificidade de ícones ligados à fachada sul, que utilizaram apenas desenhos como representação, e que usaram a orientação do papel no formato paisagem (horizontal) para distribuição da imagem.

Identificados estes agrupamentos, as análises por categorias tratam de relacionar e interpretar os conteúdos dos mapas desses dois grupos de usuários.

i. Análise quanto à forma de representação

O grupo 1 é caracterizado pela recorrência de representações imateriais, utilizando o emprego de palavras como *tranquilidade*, *contemplação* e *desapego* associadas ao desenho de elementos da praça e das ruas próximas, evidenciando qualidades bucólicas sobre a perspectiva da praça, refletindo portanto as qualidades da paisagem

Nº do Mapa	1	2	3	4	5	6	7
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino
Idade	18 anos	18 anos	27 anos	30 anos	51 anos	53 anos	57 anos
Desenhos	Bananeiras Árvore sem folhas Árvore com folhas Morros Sol	Árvores Morros Céu azul Pássaros Edifício do clube	Árvores da praça Palmeira Sol Flor na praça Pássaros	Árvore com folhas Árvore sem folhas Campo de futebol Ruas Edifício clube Janela fechada	Árvores Parquinho/Playground da biblioteca Edifício do clube Campo de futebol Casa de madeira com telhado Rua	Árvores da praça Palmeira Praça/Esquina Degraus Janela aberta Muros do campo de futebol	Rua Floreiras da janela Janela fechada Janela aberta
Legenda:	<input type="checkbox"/> Paisagem Natural <input type="checkbox"/> Paisagem Construída <input type="checkbox"/> Elementos humanos <input type="checkbox"/> Outros elementos						
Palavras			Ar Puro Tranquilidade Paz Amor			Contemplação Liberdade de pensamento.	Certezas Cronogramas Organização Degradê Natureza Beleza Oportunidades Motoristas Ponto de fuga Dasapego Linhas Música Felicidades
Moldura da janela	Sem moldura presente	Sem moldura presente	Com moldura presente	Sem moldura presente mas com caixilhos	Sem moldura presente	Com moldura presente	Com moldura presente e com caixilhos
Fachada	Fachada Sul	Fachada Sul	Fachada Norte	Fachada Sul	Fachada Sul	Fachada Norte	Fachada Norte
Orientação da folha	Paisagem	Paisagem	Retrato	Paisagem	Paisagem	Retrato	Retrato

urbana do lugar, enquanto que no grupo 2 as representações concentram-se apenas sobre desenhos de elementos físicos como morros, as árvores, o playground, o prédio do clube e o campo de futebol.

ii. Análise quanto à disposição dos elementos

O grupo 1 é caracterizado pela utilização da folha em formato retrato (vertical) contendo na representação o desenho da moldura da janela, enquanto que no grupo 2 todas as representações foram feitas utilizando o papel na orientação paisagem (horizontal) sem a representação dos limites da moldura.

Quadro 1 – Classificação do conteúdo dos mapas mentais. Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Esta diferença na disposição da imagem pode representar uma influência direta do elemento janela e o campo visual que ela compreende. O formato vertical e alongado das aberturas desta edificação pode ter impacto maior ou menor sobre a percepção do usuário, dependendo do campo visual proporcionado pela janela. Nas janelas ao norte, o campo visual é delimitado pela rua e pela praça, enquanto que nas janelas ao sul configura-se uma situação de mirante, com um campo visual amplo e livre, tendo como horizonte os morros que delimitam o vale, razão pela qual tenha levado os participantes do grupo 2 a utilizar majoritariamente a folha de papel na horizontal, sem representar os limites da janela. Cabe destacar o efeito perspectivo presente em alguns dos mapas deste último grupo, compreendendo os morros e o céu como pano de fundo dessas representações.

iii. *Análise quanto à especificidade dos elementos elencados*

O grupo 1 remete à especificidade dos elementos urbanos da praça e da rua, compreendido pelas janelas da fachada norte. O grupo 2 fica caracterizado pela recorrência dos elementos construídos do clube e do campo de futebol. O elemento que perpassa esses dois recortes da paisagem são o *verde* das árvores e da *natureza* como mencionado pelos participantes em desenhos e palavras.

Considerando o universo total dos mapas, há uma representação maior de elementos da paisagem construída, frente aos elementos da paisagem natural. A rua aparece como elemento recorrente, seguido do campo de futebol e o edifício do clube, que tiveram representações bem detalhadas pelos participantes. Quanto aos elementos da paisagem natural, observa-se a recorrência das árvores detalhadas sob diversas formas (bananeiras, palmeiras, com folha e sem folhas) seguido da representação dos morros, sol, pássaros e o céu.

É pequena a representação do ser humano nos mapas dos participantes. Apenas um usuário trouxe a presença da criança brincando no escorregador do playground da biblioteca. Mesmo sendo a rua um elemento da paisagem construída recorrente, automóveis e outros elementos móveis não foram representados nesta paisagem, o que reflete a dinâmica urbana tranquila da pequena cidade, qualificada nas palavras de alguns participantes.

Como resultado geral, a análise dos mapas pelas categorias de Kozel (2007) permitiu uma leitura coletiva dos dados fornecidos pelo grupo de participantes, que demonstram o potencial dos mapas mentais em indicar focos qualificados da janela relacionados a paisagem do lugar, bem como elencar os elementos subjetivos como sentimentos envolvidos sobre esta relação. Dados estes que permitem relacionar o contexto da paisagem construída da praça com qualidades subjetivas como *paz*, *liberdade de pensamento* e *beleza*. Da mesma forma, a qualidade visual ampla que permite ao usuário reconhecer com clareza a paisagem natural do vale situando-se pelo contorno dos morros, e destacar locais importantes de socialização na paisagem construída, como o clube e o campo de futebol. Fato é que o conjunto de mapas mentais aponta para a importância hierárquica dessas duas orientações para o grupo de usuários, prevalecendo ainda o maior número delas sobre as janelas voltadas para o sul.

Corroboram com estes resultados os estudos sobre mapas mentais voltados à análise perceptiva de paisagens brasileiras como Lima e Kozel (2009), Filho e Oliveira (2013) entre outros, que também apontam para o potencial do método em elencar as qualidades subjetivas da paisagem, sob o enfoque da geografia e do espaço aberto. Porém, nenhum destes trata especificamente do usuário relacionado à paisagem

emoldurada pela arquitetura, como procedeu este estudo.

Considerações finais

É possível concluir a partir dessa abordagem qualitativa sobre os mapas mentais que o campo visual e o foco da janela interferem diretamente na percepção do usuário. Apesar de os mapas mentais se apresentarem como uma fonte qualificada de dados acerca da janela como lugar de paisagem e permitir uma leitura sintética sobre a percepção dos aspectos materiais e imateriais envolvidos, carece sobre estes resultados uma forma de confrontação, que comprove que as teorizações feitas constituam-se de fato em símbolos e significados do bem arquitetônico para o bem paisagístico.

A polaridade dos dois grupos característicos verificados na análise, possui relação clara com a qualidade do foco das janelas representadas. O fato das representações evocarem apenas elementos da paisagem das janelas de orientação norte e sul, expõe critérios de preferência e identificação dos usuários sobre as janelas, a serem considerados em possíveis intervenções neste edifício ou neste entorno. Fica claro também que este fenômeno da paisagem sobre o ambiente interno, condicionado pelo contexto de implantação do objeto de estudo, só pode ser qualificado pelo foco da janela e pela vivência do usuário.

Em Santa Tereza, paisagem e arquitetura constituem uma unidade cultural para além do valor histórico. Esta qualidade ambiental é vivida, percebida e significada pelos usuários dentro do ambiente arquitetônico, através do elemento janela, como demonstram os mapas mentais analisados no contexto da biblioteca municipal. Pode-se concluir que as características paisagísticas desta paisagem patrimonial refletem na qualidade ambiental vivida no interior do edifício e no bem estar de seus usuários. A fronteira da janela é, portanto, um indício da relação harmônica entre paisagem, edifício e usuário nesta pequena cidade histórica.

Neste sentido, novas recomendações sobre o estudo da percepção ambiental de paisagens culturais sobre o lugar da janela se fazem pertinentes, como também uma abrangência maior no número de objetos de estudo em um mesmo sítio, suas confrontações com outras ferramentas perceptivas considerando tanto a vivência do usuário como o olhar técnico de arquitetos e urbanistas, antropólogos, geógrafos e demais áreas do conhecimento relacionadas à paisagem cultural.

A paisagem cultural, entendida como categoria de preservação integrada dos lugares, pode encontrar nas ferramentas da percepção ambiental um caminho metodológico eficiente para elaboração dos instrumentos de gestão e salvaguarda. O ordenamento da paisagem cultural deve ser dinâmico como a própria definição de paisagem, assim como é dinâmica a percepção daqueles que vivem o lugar. Preservar paisagens é, sobretudo, preservar o *habitar*, que só pode ser compreendido através das individualidades do coletivo, na fronteira, de dentro para fora. Assim, entre o símbolo material e o significado imaterial, define-se o desejo de permanência ou de mudança da paisagem.

Referências

APPLEYARD, Donald. *Livable Streets*. University of California Press, Berkeley, 1981.

PETCHENIK, Bárbara Bartz. *Cognição e cartografia*. Geocartografia. n.6, São Paulo: USP, 1995.

CASTELLO, Lineu. *Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5112> Acesso em: 12 set. 2020.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Portugal: Edições 70, 1994.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

FAJARDO, Martha.; PERÍES, Lucas. (Eds.). *El paisaje a través de mi ventana: crónica ilustrada del paisaje en los tiempos del coronavirus*. Córdoba: UCC, 2020.

FILHO, Fernando Silva Magalhães; OLIVEIRA, Ivanilton José de. A utilização de mapas mentais na percepção da paisagem cultural da cidade de Goiás/GO. In: *Cultur - Revista de Cultura e Turismo*, v. 7 n. 3. Bahia: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2013. p. 31-45. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/324> Acesso em: 12 set. 2020.

FUÃO, Fernando. *Sobre cadeiras e clareiras: uma leitura sobre a domesticação em regras para o parque humano de Peter Sloterdijk*. 2019, n.p. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2019/11/sobrecadeiras-e-clareiras-umaleitura.html> Acesso em: 30 ago. 2020.

IPHAN. Portaria n° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 83, p. 17, 5 maio, 2009.

JORGE, Luís Antônio. *O Desenho da Janela*. São Paulo: Annablume, 1995.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Percepção e preservação da paisagem cultural. In: *Olam – Ciência & tecnologia*, ISSN 1982-7784, vol. 1, n. 2, p. 187-211, novembro. São Paulo: Rio Claro, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11760> Acesso em: 12 set. 2020.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Sobre a Identidade dos Lugares*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1999. Disponível em: http://www.unb.br/fau/cidade_arquitetura/identidade.pdf Acesso em: 3 maio 2008.

KENT, Michael. *The Importance of Window View: Using an Exploratory Factor Analysis to Uncover the Underlying Latent Dimensions*, University of California, Berkeley, 2018. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4mj1b1vz#main> Acesso em: 01 abr. 2021.

KENT, Michael; SCHIAVON, Stefano. Evaluation of the effect of landscape distance seen in window views on visual satisfaction. In: *Building and Environment*, volume. 183, outubro 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360132320305345> Acesso em: 01 abr. 2021.

KOZEL, Salete. Mapas mentais – uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas. In: KOZEL Salete, SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (org): *Da percepção e cognição à representação*. São Paulo. Terceira Margem, 2007. p.114-138.

KUHLENENGEL, Michael; WATERS, Clarence; KONSTANTZOS, Iason. Assessing the impact of outside view on learning: a close look to EN 17037 'view out' practices through the analysis of 220 classrooms. In: *Journal of Physics: Conference Series*, Volume 1343, 2019. Disponível em <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/1343/1/012159> Acesso em: 08 jun. 2021.

LIMA, Angélica Macedo Lozano; KOZEL, Salete. Lugar e mapa mental: uma análise possível. In: *Geografia (Londrina)*, v. 18, n. 1, jan/jun. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, 2009. p. 207-231. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia> Acesso em: 12 set. 2020.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Edições 70, 1999. Tradução de The Image of City (1960).

NAOUMOVA, Natalia. *Qualidade estética e policromia de centros urbanos*. Vol. I. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16472> Acesso em: 12 set. 2020.

NIEMEYER, Ana Maria de. Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino de antropologia. In: NIEMEYER, A. M. de; GODOI, E. P. de (Org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 11-40. Disponível em: <https://karinakuschnir.files.wordpress.com/2017/05/niemeyer-ana-maria-indicando-caminhos-2007.pdf> Acesso em: 12 set. 2020.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. 1976. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 444- 461.

OZDEMIR, Aidyn. The effect of window views' openness and naturalness on the perception of rooms' spaciousness and brightness: A visual preference study. Department of Landscape Architecture, Ankara University, Ankara, Turquia, Junho, 2010. In: *Scientific Research and Essays*, vol. 5(16), pág. 2275-2287, 18 agosto, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228638630_The_effect_of_window_views'_openness_and_naturalness_on_the_perception_of_rooms'_spaciousness_and_brightness_A_visual_preference_study Acesso em: 01 abr. 2021.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. Les images mentales. In: FRAISSE, P.; PIAGET, J. (Dir.). *Traité de psychologie expérimentale*. VII. L'intelligence. Paris: PUF, 1963.

SANTOS, Ana; TENÓRIO, Barbara; MEDEIROS, Helen. Uma janela para paisagem. In: *Arquitetura Revista*, vol. 14, n. 2, p. 163-173. São Leopoldo: Unisinos, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2018.142.06> Acesso em: 12 set. 2020.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEMENOV, Misha. Framing the View to Nature: Windows as Empathic Mediators between Indoor and Outdoor Ecology. Dezembro, 2017. In: The Ecoemphaty Project, 17 de Dezembro, 2017. Disponível em: <https://ecoemphatyproject.wordpress.com/2017/12/17/framing-the-view-to-nature-windows-as-empathic-mediators-between-indoor-and-outdoor-ecology/> Acesso em: 01 abr. 2021.

TUAN, YI-FU. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. World Heritage Comitee, 16ª seção, 7-14 de dez. Santa Fe, Estados Unidos, 1992. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-12e.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

WACZYNSKA, Marta; SOKOL, Natalia; MARTYNIUK-PECZEK, Justyna. Computational and experimental evaluation of view out according to European Standard EN17037. In: *Building and Enviroment*, volume 188, janeiro 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360132320307824> Acesso em: 01 abr. 2021.

ZANIRATO, Silvia. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônio: em busca de um pacto social de ordenamento territorial. In: *Revista CPC*. São Paulo: CPC-USP, n. 29, 1. Semestre, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/161594> Acesso em: 12 set. 2020.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA E AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM SÃO FELIPE/BA

THE PRODUCTION OF SPACE IN THE SMALL CITY AND SOCIABILITY RELATIONS IN SÃO FELIPE/BA

Maiara Cerqueira Leandro¹

Resumo

Ao problematizar a produção do espaço da cidade pequena, destaca-se a necessidade de apreender as particularidades e contradições socioespaciais reproduzidas nesses pequenos centros urbanos, sem perder de vista as transgressões realizadas pelas práticas cotidianas e pelo vivido. O objetivo é discutir o processo de produção do espaço na cidade pequena articulado à análise das relações de sociabilidade e apropriação do espaço vivido em São Felipe². Os procedimentos metodológicos pautaram-se na construção da discussão teórico-metodológica; uso de entrevista semiestruturada e questionários; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados. A pesquisa revelou que as relações de sociabilidade reproduzidas em São Felipe são compartilhadas entre os sujeitos de forma mais próxima e, mediadas por conflitos em meio às ambiguidades dos discursos e representações do vivido.

Palavras-chave: apropriação do espaço, espaço vivido, São Felipe/BA.

Abstract

When problematizing the production of space in the small town, there is a need to apprehend the particularities and sociospatial contradictions reproduced in these small urban centers, without losing sight of the transgressions carried out by everyday practices and by the lived. The objective is to discuss the process of production of space in the small town articulated to the analysis of the relations of sociability and appropriation of the space lived in São Felipe. The methodological procedures were based on the construction of the theoretical-methodological discussion; use of semi-structured interview and questionnaires; mapping, organizing and systematizing information; and, analysis of results. The research revealed that the sociability relations reproduced in São Felipe are more closely shared among the subjects, and mediated by conflicts amid the ambiguities of the discourses and representations of the lived.

Keywords: appropriation of space, lived space, São Felipe/BA.

Introdução

A problematização da produção do espaço no campo de análise da cidade pequena é o desafio que se apresenta neste trabalho, a fim de contribuir com reflexões teórico-metodológicas a propósito da (re)produção do espaço de São Felipe e as relações de sociabilidade na escala intraurbana. Destaca-se a importância da pesquisa por contribuir para o debate da realidade desse perfil de cidade, ao apontar reflexões críticas que visam apreender o processo de produção do espaço como algo complexo que apresenta suas particularidades e, ao mesmo tempo, dialoga com questões mais amplas reproduzidas na sociedade.

Deve-se considerar na análise, de acordo com Lefebvre (2008, p. 55), que “[...] toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço”. Desse modo, cabe apreender o modo de vida urbano nas cidades pequenas em meio às contradições e particularidades que se complementam e/ou dissociam-se como reprodução espacial, marcada pelo processo de (re)produção das relações sociais que se realizam no espaço vivido, capaz de revelar as diferenças tanto estruturais quanto conjunturais, influenciadas pelas dinâmicas sociais presentes em cada tipologia de cidade (LEANDRO, 2020).

Portanto, a cidade de São Felipe, presente na problemática da pesquisa como o nível de análise da realidade, contribui com o estudo da produção do espaço em meio a análise das relações de sociabilidade como caminho metodológico para interpretação da dinâmica reprodutiva do espaço vivido. Ao problematizar como as práticas espaciais e as relações de sociabilidades se realizam no cotidiano, mediadas por formas de representação e conflitos que lhes são impostos normativa e/ou subversivamente pelas mudanças de uso do espaço.

São Felipe está localizada na região do Recôncavo Baiano. O município concentra população absoluta de 20.305 habitantes, desses, 9.820 pessoas correspondem à população urbana, e a população rural com 10.485 pessoas (IBGE, 2010). Trata-se de uma cidade com menos de dez mil habitantes, na qual as relações entre o campo e a cidade são completamente imbricadas. Com a concentração das atividades de comércio e serviços espacialmente no Centro, esse se torna o espaço codificado das práticas realizadas na cidade (centralidade das relações de troca, comercialização de mercadorias, valor de uso do espaço público etc.), especificamente, na praça central. Em São Felipe, assim como em várias cidades pequenas, é comum referir-se ao Centro apenas ao local da praça em torno da Igreja Matriz, onde estão localizados os serviços (sobretudo, públicos), o comércio, órgãos do poder municipal, instituições religiosas e opções de lazer (LEANDRO, 2020).

Busca-se, assim, pensar a cidade pequena em sua complexidade, considerando as relações entre forma-conteúdo e as particularidades que lhes são próprias, sem desconsiderar a influência com outras cidades como parte do processo de produção diante das novas relações espaço-tempo e mudanças na dinâmica urbana contemporânea. Realizar interpretações sobre a produção do espaço com aprofundamento das discussões sobre a cidade, o cotidiano e as relações de sociabilidades, suas transformações e tendências para compreensão da realidade.

Com relação aos estudos sobre os pequenos centros urbanos, atualmente, pesquisadores têm apresentado contribuições importantes a respeito da diversidade das relações de produção características desses espaços. Entre esses estudiosos, destacam-se as pesquisas realizadas por Endlich (2006), que explorou os papéis e

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, maiara-sf@hotmail.com.

² Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado da autora, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

significados das pequenas cidades no Nordeste Paranaense; Moreira Junior (2014) realizou estudo sobre a dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço das cidades pequenas na região metropolitana de Campinas – SP; Jurado da Silva (2011) abordou a questão das cidades pequenas e indústria, com foco na análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP; Melo (2008) realizou análises sobre os conteúdos e considerações teórico-metodológicas das pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão – GO; Roma (2008), que trabalhou com o tema segregação socioespacial em cidades pequenas; Bernardelli (2004) que realizou a pesquisa sobre reprodução social e produção de moradias nas cidades pequenas da região de Catanduva – SP; entre outros.

A realização desses estudos com diferentes abordagens a propósito das cidades pequenas, suas funções urbanas, influência na rede urbana, diversidades de atividades produtivas e características diferenciadas quanto ao processo de formação espacial, contribuem para que novas reflexões sobre esses espaços urbanos possam ser desenvolvidas, sob outras perspectivas de análise da realidade presente em regiões não metropolitanas. Como no caso deste trabalho, que versa sobre o estudo de uma cidade pequena no Recôncavo Baiano (LEANDRO, 2020).

Destarte, o objetivo deste artigo é discutir o processo de produção do espaço na cidade pequena articulado à análise das relações de sociabilidade e apropriação do espaço vivido em São Felipe. Adotou-se a abordagem dialética para interpretação dos espaços do Centro e áreas segmentadas socialmente, de modo especial do *Bairro Urbis*, Loteamento Laranjeira e Rua Bevenuto Nóia *Jurema*. As etapas da pesquisa constituíram-se em: construção da discussão teórico-metodológica com debates sobre (re)produção do espaço da cidade, relações de sociabilidade e apropriação do espaço; pesquisa documental e *in loco*, como subsídios para a fundamentação da coleta de informações históricas e levantamento de dados sobre o objeto em estudo; instrumentos de coleta de dados com o uso de entrevista semiestruturada e aplicação de 100 questionários por domicílios; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados.

Além desta introdução e das considerações finais este artigo possui duas partes. A primeira apresenta discussão teórica sobre a produção do espaço da cidade pequena mediada pela análise da realidade empírica de São Felipe. Na parte seguinte, apresentam-se os resultados alcançados com relação a análise das relações de sociabilidade e apropriação do espaço vivido na cidade estudada.

Reflexões sobre a produção do espaço na cidade pequena

A produção do espaço da cidade se realiza no plano da prática socioespacial e das formas espaço-tempo indissociáveis, como acumulação de tempos e possibilidade sempre renovada para realização da vida (CARLOS, 2001). Nessa perspectiva, busca-se traçar algumas interpretações a propósito de São Felipe, relacionada à outra dimensão de cidade, mas que se encontra articulada ao mesmo processo de produção e (re)produção da sociedade urbana. O diferencial encontra-se no modo como esse espaço urbano se reproduz, quais conteúdos estão presentes em seu cotidiano e como as práticas espaciais se realizam. Daí a necessidade de apreender as particularidades e contradições da produção do espaço nesses pequenos centros urbanos, sem perder de vista as transgressões realizadas pelas práticas cotidianas e pelo vivido.

Com o propósito de pensar a cidade pequena, suas características, particularidades em meio ao processo de produção do espaço e aspectos teórico-metodológicos, busca-se

neste tópico, contribuir com a discussão a respeito dessa temática sob a perspectiva crítica da abordagem dialética e do diálogo com a realidade empírica da cidade estudada. Visto que, problematizar a produção do espaço da cidade pequena não é uma tarefa fácil, sobretudo, porque são múltiplos os centros urbanos inseridos nesse perfil de cidade. Avançar nas discussões teórico-conceituais é o caminho necessário para compreensão dos processos de produção e reprodução desses espaços, de modo a superar a adjetivação da palavra *pequena* referente a essas cidades, no que se refere às abordagens limitadas que se reduzem a “[...] associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade” (FRESCA, 2010, p. 76).

Bacelar (2012) corrobora com a discussão ao ressaltar a ocorrência de pontual tratamento científico das pequenas cidades no âmbito da Geografia e a dificuldade nos estudos realizados sobre esses espaços, “[...] com a falta de entendimento do que se estuda: município ou cidade? [...]” (BACELAR, 2012, p. 81). Esses são alguns exemplos de abordagens limitadoras apresentadas à análise dessa temática, presentes em vários estudos, e que pouco contribuem para o entendimento do que são as cidades pequenas em meio a complexidade de suas relações socioespaciais. Ressalta-se, assim, a necessidade de superação das análises espaciais ligadas apenas ao tamanho e/ou quantitativo populacional como se, por si só, fossem capazes de revelar a realidade presente nesses espaços, sobretudo, porque:

[...] essa concepção engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição ao compasso que é determinista, reduz a cidade a uma expressão numérica e não leva em conta a diversidade regional e os vários recortes espaciais que poderiam ser empreendidos (JURADO DA SILVA, 2011, p. 49-50).

Santos (2019, p. 77-78) com sua análise crítica chama atenção para as questões referentes aos parâmetros demográficos máximos ou mínimos utilizados por muitos autores para classificar as cidades pequenas, os quais se baseiam na informação de que segundo o IBGE, as cidades médias brasileiras seriam “aquelas que possuem entre 100.000 e 500.000 habitantes”³, o que “[...] leva alguns a compreenderem que, abaixo desse patamar, tudo seria cidade pequena [...]”. Outros “recortes” demográficos estabelecem patamares menores para o limite máximo: 30.000, 20.000 e 10.000, sendo esses dois últimos os mais recorrentes”. De acordo com o autor:

[...]. Em um país como o Brasil, fora para interesses estatísticos de alguns órgãos, que aliás são relevantes, parâmetros demográficos máximos ou mínimos servem muito mais para dizer o que não é uma pequena cidade, do que, necessariamente, para conceituá-las. Tais parâmetros são úteis para caracterizar um conjunto de cidades que, numa dada formação socioespacial, têm determinados papéis e funções na rede urbana [...] (SANTOS, 2019, p. 79).

Portanto, é indispensável reflexão cuidadosa ao abordar essa questão e, como aponta Henrique (2010, p. 46), mais do que a classificação populacional que apenas definiria as cidades como de porte médio ou de pequeno porte “cabe o entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas”. Por sua vez, o

³ “Apesar de bastante citada, esta informação não foi encontrada em nenhum documento disponível do IBGE” (SANTOS, 2019, p. 78).

desafio que se apresenta é entender a produção do espaço da cidade pequena do ponto de vista empírico e social, como realidade urbana complexa e de fundamental importância para os estudos urbanos contemporâneos.

Em conformidade com Fernandes (2018), os estudos acadêmicos precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, com inserção das cidades pequenas no debate, especialmente em função dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Como esclarece Sposito e Jurado da Silva (2013):

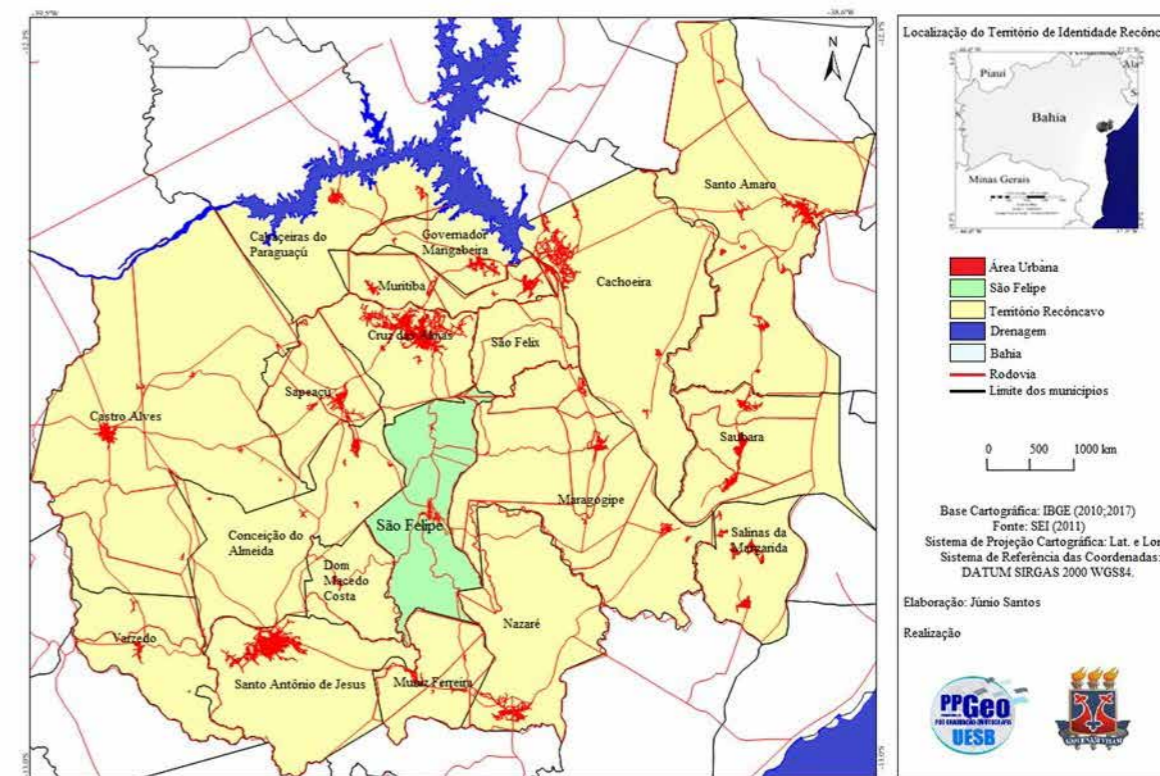
A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 17).

Desse modo, deve-se considerar que as funções desempenhadas pelas cidades pequenas são variadas e a origem do processo de formação espacial se diferencia. Há, portanto, cidades pequenas que assumem papéis eminentemente agrícolas, outras com perfil industrial, turística, histórica, reservatório de força de trabalho, centros com grande poder econômico e alguns totalmente dependentes, pequenos centros urbanos com amplos estabelecimentos industriais e outros fortemente vinculadas à economia agrícola (MOREIRA JUNIOR, 2014; JURADO DA SILVA, 2011).

No contexto de São Felipe, destaca-se a realidade de uma cidade pequena com sua especificidade de produção, consumo e reprodução do espaço urbano diretamente influenciado pelo setor primário. As atividades agrícolas desenvolvidas no município ainda representam a ocupação da maioria da população e impulsionam a vida comercial no centro urbano, juntamente, com as ocupações provenientes do comércio local e serviços (especificamente, públicos). Segundo dados do IBGE (2010), o percentual da população ocupada em São Felipe, por setor de atividade, corresponde: 55,67% no setor primário; indústria 3,56% e terciário 40,77%. Por sua vez, os maiores consumidores dos serviços oferecidos na cidade são os próprios moradores do espaço urbano e de seu entorno, mormente do espaço rural. Cabe ressaltar, que em São Felipe, em consonância com as afirmações de Moreira Junior (2014, p. 52) “[...] mesmo a especialização nos setores secundários e terciários, tem vínculos com o rural”.

São Felipe localiza-se no Território de Identidade Recôncavo do Estado da Bahia (Figura 1)⁴. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município tinha uma população de 20.305 habitantes em 2010 e, em 2020, a população estimada pelo instituto foi de 21.080 pessoas. Com população urbana de 9.820 pessoas (9.517 residentes na sede) e a população rural com 10.485 habitantes. Em contraposição às tendências do processo de urbanização vivenciado no Brasil nos últimos anos, a

⁴ Cabe ressaltar que não concordamos com essa nomenclatura *Território de Identidade* usada pelo Governo do Estado como proposta de regionalização. Utilizou-se apenas como recurso para destacar a localização de São Felipe. É importante ressaltar que essa forma de divisão territorial é uma imposição, que implica relações de poder e interesses bem definidos, principalmente, econômicos. Entretanto, a adoção do termo *identidade* abre espaço para alguns questionamentos: identidade de quê, para quem e como se representa? Afinal, é praticamente impossível representar a *identidade* de um território tão amplo e com particularidades tão diversas nos municípios que o compõem, na maioria das vezes com características que lhes são próprias e ao mesmo tempo tão distintas uma das outras. Destarte, no decorrer do texto será utilizada apenas a expressão Recôncavo Baiano.



concentração populacional nas áreas rurais de São Felipe ainda é predominante com relação à população urbana.

A relação campo-cidade é historicamente imbricada, e as atividades agropecuárias desenvolvidas no município mantêm a dinâmica do comércio local. Haja vista, que boa parte do setor terciário é sustentado pela administração pública (os serviços públicos). O aumento do valor agregado do PIB desse setor (em 2016 apresentou 75,58%), envolve além das atividades de comércio e pequenos serviços, certa dependência com relação aos grupos de aposentados e pensionistas com peso expressivo para a economia da cidade. Nesse contexto, entende-se porque o comércio em São Felipe é incipiente e, fortemente dependente tanto da atividade agrícola quanto do serviço público.

Diante dos fatos, mesmo sendo uma cidade pequena, o comércio e os serviços passaram a influenciar novas relações econômicas em São Felipe. Entretanto, as relações de comércio na cidade ainda giram em torno da agricultura, principalmente, com a presença da feira livre que acontece às sextas-feiras e sábados, com forte influência na dinamização do comércio local. As relações de comércio/serviços e agricultura aparentemente desconexas, são inteiramente articuladas ao processo de reprodução do espaço urbano em São Felipe, haja vista, que as atividades agrícolas desempenham importante papel na geração de renda da população, bem como complementam as incipientes atividades comerciais e de serviços (LEANDRO, 2020).

O depoimento do Entrevistado E.C, dono de uma das maiores redes de supermercado na cidade, destaca essa influência da feira livre com a dinamização do comércio local:

Figura 1 – Mapa de localização de São Felipe no Território de Identidade Recôncavo, Bahia. Fonte: Mapa elaborado por Júnio Santos (LEANDRO, 2020).



Figura 2 – Feira livre no centro da cidade de São Felipe, Bahia. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

[...] A feira da rua é uma parceria porque a feira também nos ajuda. Essa feira de São Felipe que é uma feira muito boa, uma feira tradicional, ela agrega no sentido de trazer pessoas para vir fazer a feira e passa no mercado. Como nós também compramos coisa na feira. [...] Como a feira tem muito agricultor que tem a agricultura familiar, às vezes na minha casa, compra pessoal, tem coisa que eu não tenho aqui (*no mercado*) e, que a gente compra na feira também, e ajuda né. [...] Como eles também, os barraqueiros, todos são clientes nossos porque eles vendem os produtos deles, inclusive alguns, os que são produtores fornecem também algumas coisas para a gente: como a gente vende o inhame, a gente vende a batata doce, o jiló, quiabo, produtos produzidos aqui em São Felipe geralmente [...] E que muitos deles tem na sua barraquinha na feira. Então, existe uma parceria de amizade né, entre esse ramo de barraqueiros na feira municipal que é uma feira muito importante, muito boa e que agrega também pessoas de outra cidade, como o pessoal da zona rural de Maragogipe, o pessoal de Conceição do Almeida, até da cidade às vezes vem para aqui por ser uma feira mais variada. Isso aí agrega porque eles já tá na cidade e já entra na nossa empresa e faz sua compra também [...] (Entrevistado E.C, morador do Centro, entrevista realizada em 08 de outubro de 2019).

Por sua vez, a feira representa um dos elementos significativos de centralidade numa cidade pequena como São Felipe (Figura 2), pois movimentada as mais diferentes formas de relações no espaço urbano, desde as trocas comerciais à sociabilidade cotidiana do espaço de lazer para as pessoas que vivem na cidade e/ou na zona rural.

A relação de compra e de afetividade entre os indivíduos é algo que se torna mais intenso na apropriação do espaço da feira livre. Durante as pesquisas de campo, observações e entrevistas verificou-se que diferentes grupos de classes sociais se encontram no espaço da feira. Além das relações de troca e compra de alimentos, as pessoas frequentam esse espaço, também, com a intenção de encontrar o outro, amigos, parentes que residem na zona rural e/ou cidade vizinha, ou até mesmo, o vendedor de determinados produtos com o qual mantém uma relação de amizade, para *bater papo*, ter um momento de lazer.

Tal relação se evidencia na fala do Entrevistado R.L., empresário e representante da classe de renda relativamente mais alta na cidade, em resposta ao questionamento se frequentava a feira livre: “faço questão de frequentar para visitar, para conhecer, pra visitar os amigos, saio comprando na mão de um, na mão de outro, a folha, a verdura, carne, goiaba [...]. Eu gosto de frequentar a feira livre”⁵ [...]. Contudo, há também aqueles que preferem comprar no supermercado do que ir à feira, alegando a facilidade de compra com cartão de crédito e *melhor qualidade do produto*.

[...] Deixo de comprar na feira para ir no mercado, a organização é bem mais cômoda, a qualidade, o preço também [...]. O pessoal prefere ir no mercado comprar porque tá tudo mais organizadinho, talvez, com a higiene melhor né? Condição de pagamento também melhor, porque no mercado o pessoal usa o cartão de crédito, de débito e tal [...] (Entrevistado A.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

De acordo com Sobarzo (2004, p. 168), a feira não deve ser reduzida ao seu sentido comercial, “[...] deve ser valorizada na sua capacidade de possibilitar a interação no espaço público de pessoas diferentes que se apropriam dela numa atividade cotidiana – as compras – e, dependendo de cada pessoa, permite variados graus de sociabilidade”. Apresenta-se, assim, como um espaço apropriado pela dimensão do uso e da troca e, mais do que o sentido comercial, ela representa a dimensão da vida, dos encontros, desencontros e das diferentes formas de sociabilidade.

Portanto, as diferentes relações socioespaciais constituem o espaço da cidade e suas significações. Nesse contexto, cabe pensar a produção do espaço da cidade conforme as contradições e possibilidades que se apresentam em meio às práticas cotidianas de apropriação e de uso. No segundo tópico busca-se discutir alguns aspectos das relações de sociabilidade e apropriação do espaço urbano de São Felipe.

As relações de sociabilidade e apropriação do espaço em São Felipe

O movimento de reprodução das relações sociais no espaço vivido revela e/ou pode ocultar diferentes práticas de apropriação utilizadas pelos sujeitos em seu cotidiano. Como esclarece Certeau (1994), as atividades desempenhadas diariamente, na maioria das vezes, consideradas simples, podem ocultar elementos importantes para o entendimento das práticas cotidianas. Desse modo, práticas como habitar, caminhar, falar ou ir às compras representam delicadezas e astúcias desenvolvidas pelos indivíduos comuns, que de alguma maneira resistem às imposições dominantes da lógica capitalista de produção do *espaço homogêneo*.

⁵ Entrevistado R.L., morador do Centro, entrevista realizada no em 04 de outubro de 2019.

Nesse sentido, parte-se do entendimento das *artes do fazer* como aquelas que dotam de sentido os espaços de uso, mediante a realização das práticas espaciais e suas relações de sociabilidade, convivência e conflitos que se reproduzem no cotidiano da cidade. Assim, serão apresentados alguns dados da pesquisa de campo referentes às práticas socioespaciais reproduzidas na cidade de São Felipe. As quais revelam características de como as ambiguidades das práticas e formas de representação se apresentam ao nível do cotidiano em meio às relações compartilhadas entre os sujeitos, uma vez que as relações de proximidade entre as pessoas e o lugar onde moram tanto podem contribuir para o estreitamento dos laços de amizade entre os vizinhos, como evidenciar constrangimentos e conflitos.

Os dados da pesquisa de campo demonstram que há um elevado grau de satisfação da população quanto ao fato de residir em São Felipe, pois 88% dos entrevistados afirmaram gostar de morar na cidade. Desses, 27% destacaram a condição de cidade *tranquila e sossegada* como elemento que as fazem gostar desse pequeno centro urbano. 12% relacionaram a convivência entre as pessoas e suas relações de solidariedade. Outros 12% ressaltaram o fato de morar próximo da família, relacionado ao sentimento de pertencimento com o lugar onde nasceu. E, dentre as outras afirmações, sobressaíram-se as falas: *me sinto bem aqui/ gosto de morar aqui* (8%); *é uma cidade boa* (6%); *facilidade de compras/ custo de vida baixo* (4%); *porque é a única opção no momento* (3%); *facilidade de ir nos locais/ tudo perto* (2%) etc. Tais afirmações são influenciadas pelas práticas espaciais dos sujeitos, percebidas ao consolidarem relações de pertencimento com o espaço vivido. “Gosto porque minha vida, minha família e meu trabalho estão aqui”⁶.

Geralmente, as pessoas se conhecem e são reconhecidas perante os outros com referência à família e/ou o espaço onde moram. Como ressalta a fala da Entrevistado B.D, “[...] aqui é uma cidade pequena, mas muito boa de morar [...] aqui todo mundo é amigo, geralmente, todo mundo se conhece, sabe de quem você é filho, conhecem as pessoas e tratam bem [...]”⁷. Esta fala também representa mais um exemplo de como as ambiguidades das práticas cotidianas se reproduzem no espaço vivido, mediante a concepção da entrevistada de que *aqui todo mundo é amigo* generaliza-se uma satisfação social misturada a noção de *realidade tranquila* representada de forma geral, sem perceber as contradições.

Como o exemplo da contradição a respeito do discurso da violência estigmatizada que acaba por criar formas de segmentação social, na medida em que, as diferenciações de uso e ocupação dos espaços passam a se constituírem, mesmo que no imaginário das pessoas. Uma vez que, a cidade é tranquila com base no olhar da ordem distante, mas dentro da ordem próxima das relações entre os sujeitos com o espaço vivido há conflitos, sobretudo, nas formas de representações reproduzidas pelos moradores do Centro, ao caracterizarem os espaços mais segmentados socialmente como violentos e inseguros, mesmo afirmando não frequentar e/ou conhecer esses espaços. Pois, 24% dos entrevistados residentes no Centro afirmaram que os Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema são *bairros carentes/pobres e periféricos*; 20% representaram como *bairros violentos/ perigosos/ inseguros e discriminados*; e, 14% reproduziram o discurso *as pessoas falam que são violentos/ ouço falar que é perigoso* etc.

Todavia, os entrevistados que afirmaram não gostar de morar em São Felipe (12%)

relacionaram suas opiniões às ausências de *oportunidades*, sobretudo, trabalho e estudo. O fato de as pessoas morarem na cidade pequena e, de certo modo, manterem contato mais próximo com relação ao outro também é visto por alguns moradores como algo negativo. “Eu não gosto de morar em São Felipe por causa das pessoas que gostam muito da vida dos outros, aqui todo mundo conhece todo mundo e sabe o que você faz ou deixa de fazer, gostam de tomar parte!”⁸.

Prado (1995), em seus estudos a respeito dessas relações de proximidade, chegou a denominar a cidade pequena como *paraíso e inferno da personalidade*. Para a autora, o reconhecimento nas relações de vizinhança tanto pode contribuir para a sociabilidade no convívio social de forma harmoniosa, como também instigar os conflitos, na medida em que as pessoas passam a querer controlar a vida uma das outras. Todavia, conclui-se que o confronto dessas relações representa as próprias ambiguidades dos conteúdos sociais que se reproduzem no cotidiano.

Nesse contexto, infere-se que na cidade pequena a noção do urbano voltada para dimensão do uso e das relações de encontro entre os indivíduos se realiza de modo mais próximo no espaço vivido. Mas, tais relações também são permeadas pelas ambiguidades dos conteúdos sociais que precisam ser desvendados. Como afirma Lacombe (2008, p. 166), “[...] a ambigüidade é uma situação social, dada no interior de um grupo, em que o indivíduo adota uma certa indiferença em relação às contradições e conflitos, percebidos como meras diferenças. [...]. Enquanto situação social [...] nunca é percebida enquanto aquilo que ela é”.

Para Soares e Melo (2010, p. 245), “o conhecimento íntimo e a proximidade entre as pessoas, nas pequenas cidades, se estendem às diversas dimensões da vida local, como nas referências para a localização de endereços nas cidades, nas atividades comerciais e nas relações políticas [...]”. Para tanto, observa-se que em São Felipe, é comum a presença dessas relações de personalidade que influenciam diretamente na dimensão da vida cotidiana em diferentes aspectos, sobretudo, nas atividades comerciais, busca por emprego, relações sociais e políticas. Mormente, porque as opções de emprego são bastante restritas, e a *Prefeitura* é vista como o principal empregador na cidade. Percebe-se a influência dessa relação no relato de uma das entrevistadas que, ao ser questionada se São Felipe oferece opções de emprego, afirmou: “[...] aqui a gente não tem. Tudo que tem pra arrumar é numa prefeitura, secretaria, escola, essas coisas assim [...], mas é tudo apadrinhado [...] aqui é terrível essa questão [...]”⁹.

Esse tipo de relação apontada pela entrevistada revela a forma como as práticas clientelistas e patrimonialistas se reproduzem com maior visibilidade nas cidades pequenas, uma vez que os interesses pessoais na maioria das vezes sobressaem aos interesses públicos, as quais “[...] carregam marcas profundas do coronelismo, do patrimonialismo, dos favorecimentos pessoais e das relações de dependência da população para com o poder local” (MELO, 2008, p. 379). O relato do Entrevistado M.S, morador da Jurema, aborda elementos importantes sobre essa questão de favorecimento político e da relação de personalidade estabelecida com moradores. Apesar de não ser um caso específico da cidade pequena, evidencia-se que tal relação se torna mais recorrente nesse espaço, sobretudo, com o exercício da prática de apadrinhamento de pessoas sem qualificação necessária para ocupar cargos públicos.

6 Entrevistada C.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

7 Entrevistado B.D, morador do Centro, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

8 Entrevistada S.P, moradora do Centro da cidade, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

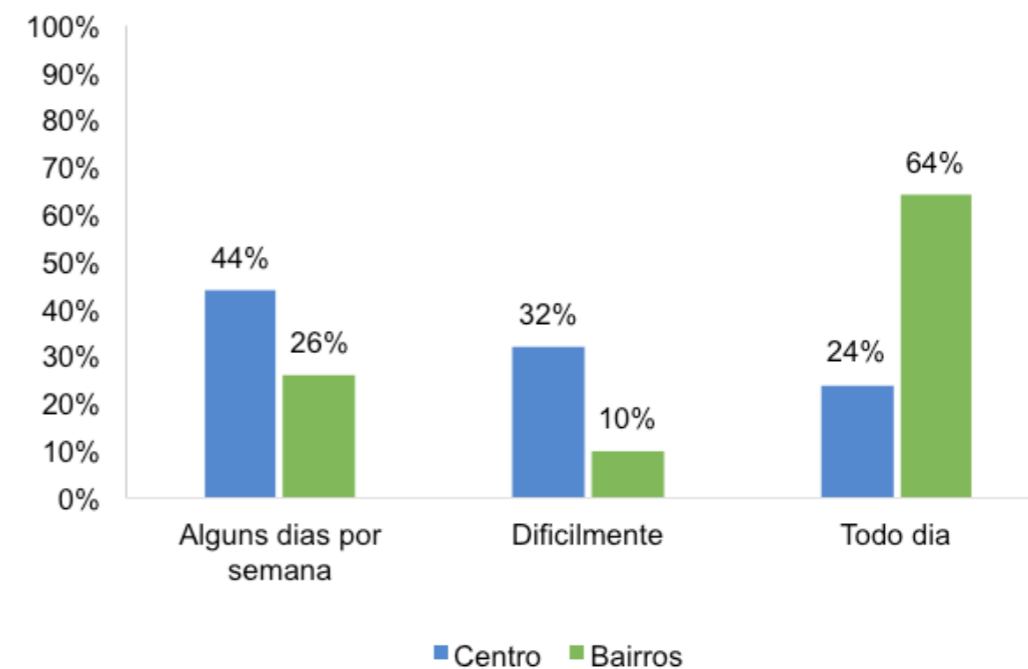
9 Entrevistada B.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

[...] se você passa nas ruas em época de política e você olha para um político, ele já vem te abraçar. Passou as eleições e ele ganhou, filha, ele só passa de vidro fechado! Você chama até para pedi uma informação sobre qualquer outra coisa, ele já não ouve mais você. E, é assim, isso tudo cria revolta, entendeu?! [...] Na realidade, os políticos chegam na sua casa com mil e uma propostas, que vai fazer e que vai acontecer, e depois simplesmente, eles só buscam melhoras no salário deles. E quanto a você, você que se lixe, e vá estudar e fazer por merecer [...] até os concursos públicos, hoje, que tá mais raro [...] hoje, talvez não seja como antes, mas sempre teve 'padrinagem' né! A gente não pode provar em dizer isso e aquilo, mas a gente sabe que sempre teve 'padrinagem'. Devido às pessoas que trabalham em cargo público e que nem todo mundo sabe o que tá fazendo naquela área [...], até essas pessoas que trabalham em cargo público que você chega lá para pedir uma informação e elas não sabem te dar, não sabem nem para quer estão ali. E isso tudo, justamente, é culpa de político. Porque compram o voto dessas pessoas oferecendo oportunidade de trabalho, e aí quando vem um concurso público, eles se responsabilizam em botar essas pessoas, onde tem outros corruptos por trás disso que recebem alguma propina ou oportunidade de trabalhar em outro local melhor e assim vai [...]. Com isso, o Brasil só tem a regredi né, a gente não pode crescer se eles também não fazem com que a gente cresça, não nos dá oportunidade de crescer [...] (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Em meio a representação de que as pessoas em São Felipe se conhecem e/ou são reconhecidas perante os outros, a comunicação é uma prática corriqueira na vida cotidiana dos sujeitos. Porém, a intensidade com que essa prática se realiza no cotidiano da cidade pequena também se diferencia conforme os espaços de moradia das pessoas. No Gráfico 1, observa-se que o hábito de conversar com os vizinhos no dia-a-dia dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema corresponde a intensa densidade comunicacional. Dos 50 entrevistados residentes nesses bairros, 64% afirmaram conversar com seus vizinhos todos os dias; 26% afirmaram ser alguns dias por semana e 10% assinalaram a opção dificilmente. Em comparação às respostas dos moradores das áreas mais centrais, apenas 24% dos entrevistados têm o hábito de conversar com os vizinhos todos os dias; 44% disseram conversar alguns dias por semana e 32% relataram que dificilmente têm esse hábito.

Com base em Certeau (1994, p. 50), “[...] as conversas são práticas transformadoras [...] criam sentidos diferentes. [...] é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’”. Sendo assim, ao considerar os espaços *habitáveis* como aqueles apropriados pelos indivíduos para o uso e nos quais a comunicação está presente como arte de manipular os *lugares comuns*, observa-se que essa prática amplia de forma mais intensa as relações de convivência social nos bairros populares, como exemplifica o relato de uma moradora da Urbis ao ser questionada se tem o hábito de conversar com os vizinhos: “Toda hora, se um não aparecer durante o dia a gente vai na porta [...] fulano, tem café?! [...] Quando uma não tem, a outra tem (risos) [...]”¹⁰.

10 Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.



Nesse sentido, “a comunicação não se encerra na fala do sujeito; essa é apenas uma das formas de conversação, pois os gestos, silêncios, risos, pausas, tudo tem um significado a ser compreendido, ampliando o entendimento das experiências sociais” (GAMALHO, 2009, p. 25). Como destaca a autora, essa relação de vida comunitária é importante estratégia de sobrevivência em meio a necessidade da solidariedade, onde as relações de vizinhança agregam “[...] valores que não participam da ordem capitalista do solo urbano, são valores para as pessoas que os vivenciam” (GAMALHO, 2009, p. 115).

Nas variadas atividades práticas realizadas pelos sujeitos no seu dia-a-dia, sejam aquelas mais banais como “[...] sair de casa e caminhar até a padaria, ao bar ou a quitanda do bairro, até a praça, até a casa da vizinha; ou crianças que mais frequentemente brincam nas ruas [...]”, a apropriação para o uso se realiza, relacionada ao corpo e aos sentidos (SOBARZO, 2004, p. 152). Corresponde ao espaço vivido e praticado pelas relações corpóreas de que trata Lefebvre (1991).

Para tanto, são nas relações de bairro, nos contatos diretos com as pessoas que o sentido do espaço vivido se realiza para além do espaço privado da casa. Como observou-se na ação da moradora da Urbis, que durante a entrevista na varanda de sua casa, pede uma pausa e vai até a casa da vizinha ao lado pegar uma roupa no chão que caiu do varal. “Pera aí! deixa eu pegar aquele lençol ali minha filha, a vizinha não tá em casa [...]”¹¹ A senhora relata que quando alguém do bairro passa mal, o vizinho vai na casa fazer um chá, arrumar uma casa, lavar a louça, fazer uma comida etc. São práticas aparentemente banais, mas carregam em si a representação simbólica do sentimento de aproximação com o outro, das relações de vizinhança e de vínculo com o espaço cotidiano. São experiências compartilhadas de maneira espontânea pelas quais as pessoas se conhecem e participam da vida uns dos outros.

11 Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

Gráfico 1 – Opinião dos entrevistados sobre o hábito de conversar com os vizinhos no dia-a-dia da cidade, São Felipe, Bahia. Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Nessa perspectiva, ao apropriar-se do espaço as pessoas consolidam relações sociais conforme as suas necessidades e possibilidades para reprodução da vida. E nesse contexto, as práticas da comunicação, dos encontros pelas ruas, das atividades desenvolvidas em conjunto caracterizam elementos importantes para (re)produção do espaço vivido na cidade, de modo especial na cidade pequena. Portanto, a produção social do espaço nos pequenos centros urbanos envolve múltiplas dimensões de análise e o entendimento das relações de sociabilidade e apropriação das práticas cotidianas é um caminho possível para se chegar à compreensão do espaço urbano de forma mais ampla.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste trabalho apontam à importância da análise das práticas espaciais e das relações de sociabilidade para o entendimento da (re)produção do espaço na cidade pequena, sobretudo, por revelar aspectos de como a vida cotidiana acontece (mudanças no conteúdo social e tendência ao processo de segmentação nas formas de produção e uso do espaço). Uma vez que, as práticas de apropriação dos diferentes espaços na cidade revelam como as formas de segmentação social operam no cotidiano, mediante os conflitos de classe evidenciados nos discursos camuflados e banalizados pelas atitudes ambíguas, que de algum modo se passam despercebidas nas experiências do espaço vivido pelos indivíduos.

Nesse sentido, a análise crítica do cotidiano não se resume apenas às atividades repetitivas e banais do dia-a-dia. O cotidiano envolve uma totalidade de relações que devem ser apreendidas em sua complexidade, sobretudo, as dimensões da cotidianidade apontada por Lefebvre, que envolvem o trabalho, a família e o lazer como movimento da vida social. E, é no espaço vivido, que essas relações sociais ganham sentido e influenciam não só na produção espacial da cidade, mas também, na reprodução da vida. Uma vez que, a realização das relações de sociabilidade, seus conflitos e contradições, acontece nas práticas espaciais.

Sobre a realização das relações sociais na prática espacial, com base nos trabalhos de campo e discursos dos moradores revelados nas entrevistas e questionários, foi possível observar que em São Felipe, as relações de sociabilidade são compartilhadas entre os sujeitos, seja nas ajudas mútuas entre os vizinhos, nas práticas da comunicação, nos encontros pelas ruas e nas atividades desenvolvidas em conjunto que caracterizam relações de vizinhança na cidade para além do espaço privado da casa. Ao apropriar-se do espaço, as pessoas consolidam as relações socioespaciais conforme suas necessidades e possibilidades para reprodução da vida, ao mesmo tempo, que podem ressignificar as condições do espaço programado que lhes são impostas.

Para tanto, destaca-se a relevância da análise das relações de sociabilidade e das práticas espaciais como caminho metodológico para interpretação das complexas relações que envolvem o cotidiano da cidade e do modo de vida urbano, sobretudo, das cidades pequenas no contexto dos estudos urbanos contemporâneos. A leitura superficial associada às questões demográficas e dimensão territorial equivocadamente utilizadas para definir uma cidade pequena precisa ser superada, essa análise fragmentada não é capaz de explicar a complexidade do processo de produção e das relações socioespaciais presentes nesses pequenos centros urbanos. Como foi possível observar neste estudo sobre São Felipe, que apresenta diversas características comuns às cidades pequenas, porém, as condições de produção e das práticas espaciais não são homogêneas, uma vez que cada cidade possui suas

particularidades no contexto da reprodução social e estruturação urbana. Além de que, as funções desempenhadas por esse perfil de cidade também são variadas e a origem do processo de formação espacial se diferencia.

Trata-se de uma temática complexa, que precisa ser pensada de forma ampla, interpenetrada ao movimento dos processos socioespaciais, políticos e econômicos imbricados na produção do espaço cotidiano. Este estudo contribui para o entendimento da (re)produção do espaço da cidade pequena, as relações sociabilidade e das práticas espaciais cotidianas, elementos indispensáveis para análise crítica das questões urbanas contemporâneas. E as questões levantadas no decorrer do texto revelam possibilidades para futuras pesquisas.

Referências

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. A análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patrícia C. SANTOS, Janio. (Org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador: SEI, 2012, p. 81-102.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. *Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias*. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço – tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná*. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010, p. 75-81. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

GAMALHO, Nola Patrícia. *A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin e HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292870>, acesso em: 23 de agosto de 2018.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP*. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. *RevistaOutubro*. Ed. 17. Jun. 2008. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-05.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

LEANDRO, Maiara Cerqueira. *A produção do espaço da cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe - BA*. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, Vitória da Conquista, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. (1968). *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MELO, Nágela Aparecida de. *Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. *As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas – SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço*. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade Pequena: Paraíso e Inferno da Pessoaalidade. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n° 4, Rio de Janeiro, 1995, p. 31-56.

ROMA, Cláudia Marques. *Segregação socioespacial em cidades pequenas*. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Janio. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (org.). *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 52-84.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES,

Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010, p. 229-250.

SOBARZO, Oscar Alfredo. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

A VIDA URBANA E AS RURALIDADES NAS CIDADES PEQUENAS DO TERRITÓRIO DO SISAL/BAHIA/BRASIL¹

THE URBAN LIFE AND THE RURALITIES IN THE SMALL CITIES OF THE SISAL TERRITORY/BAHIA/BRAZIL

Onildo Araujo da Silva² e Edinusia Moreira Carneiro Santos³

Resumo

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla, que focou a investigação das atividades rurais realizadas por residentes urbanos de cidades pequenas localizadas no Território do Sisal no estado da Bahia, e a articulação desses residentes com o espaço rural. Os procedimentos utilizados para realização da pesquisa, além da análise do estado da arte sobre as cidades pequenas, foram: a realização de trabalho de campo de reconhecimento das cidades que demonstrou heterogeneidade entre as mesmas, levantamento de dados secundários (econômicos e sociais) utilizados para o estabelecimento de critérios para a retirada da amostra de cidades onde foi feita a coleta de dados primários através da aplicação de formulários aos residentes nas cidades, que nos permitiu construir os argumentos apresentados neste artigo.

Palavras-chave: cidade pequena, ruralidade, espaço urbano.

Abstract

This text presents part of the results of a broader research, which focused on the investigation of rural activities carried out by urban residents of small towns located in the Territory of Sisal in the state of Bahia, and the articulation of these residents with the rural space. The procedures used to perform the research, in addition to the analysis of the state of the art in small towns, were: fieldwork to recognize cities that showed heterogeneity among them, survey of secondary data (economic and social) used for the establishment of criteria for taking the sample from cities where primary data was collected through the application of forms to the city residents, which allowed us to build the arguments presented in this article.

Keywords: small cities, ruralities, urban space.

1 Esse artigo resulta de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao qual agradecemos o apoio. Em tempo registramos também nosso agradecimento a equipe da pesquisa que muito colaborou para o desenvolvimento e consolidação dos argumentos aqui defendidos.

2 Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutor em Geografia.

3 Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutora em Geografia.

Introdução

A dinâmica urbano-rural e a reorganização do espaço nas pequenas cidades do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil: da reestruturação da cadeia produtiva do sisal à consolidação do tecido associativo (1990 – 2014)⁴, foi o título da pesquisa que realizamos entre os anos de 2015 a 2018, com o objetivo de investigar a organização espacial das cidades pequenas com foco na relação urbano-rural.

Para a concretização da pesquisa foi realizada uma caracterização das cidades pequenas a partir de dados secundários, trabalhos de campo, registro fotográfico e aplicação de formulários aos residentes das cidades de Lamarão, Queimadas, Valente, Tucano, Teofilândia e Retirolândia, perfazendo um total de 1.565 formulários aplicados a pessoas residentes com 18 anos ou mais de idade.

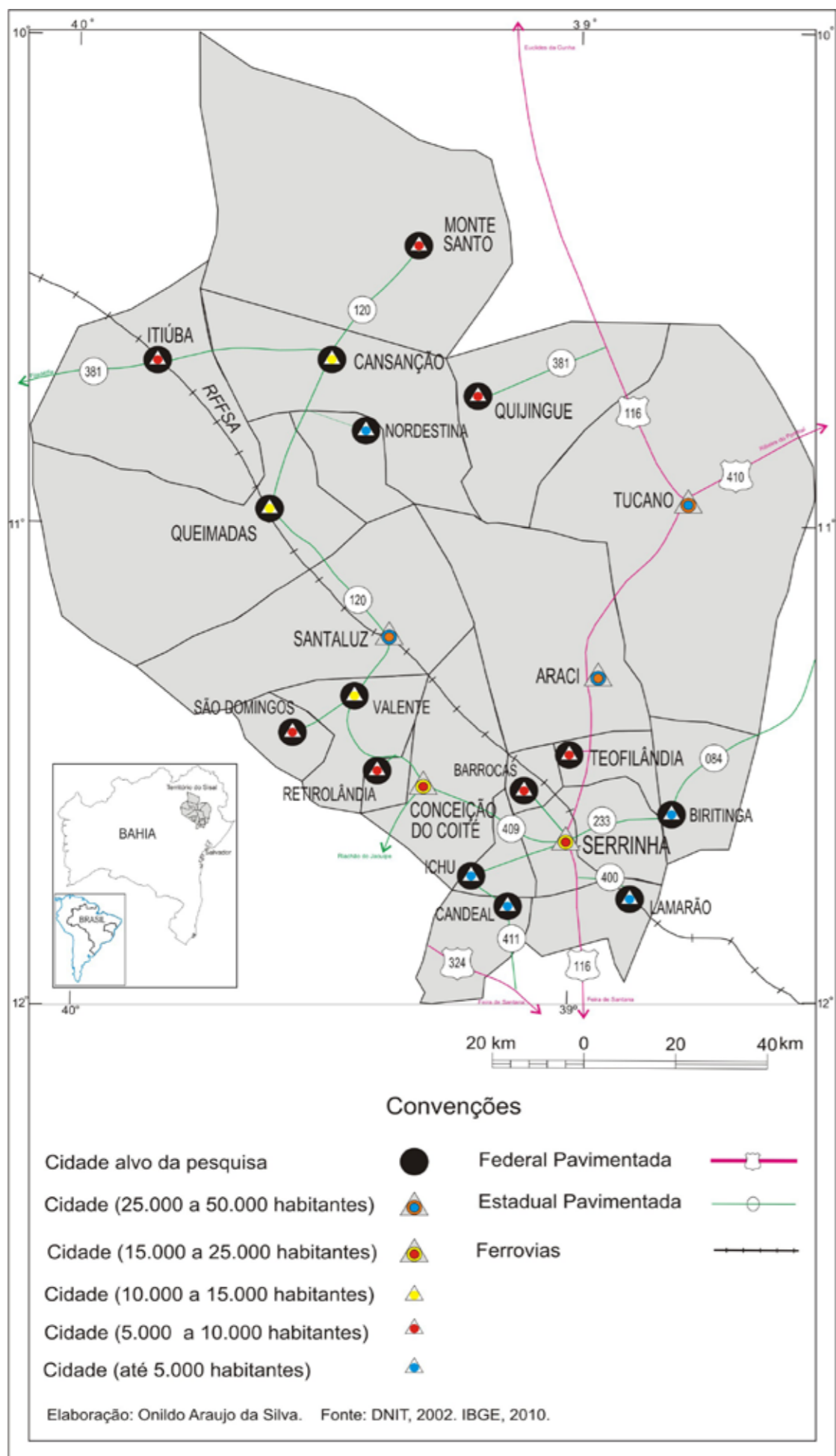
Nesse texto apresentamos parte dos resultados dessa pesquisa, focamos na investigação das atividades rurais realizadas por residentes urbanos e na articulação desses residentes com o espaço rural.

O Território do Sisal, no estado da Bahia (figura 1), é constituído por 20 municípios. Com relação às sedes desses municípios, 18 foram classificadas, pela metodologia adotada na nossa investigação, como cidade pequena. Para classificar as cidades partimos do princípio de que a cidade pequena é um lugar mundial simples, onde a densidade dos vetores da modernidade a constitui como lugar. Para caracterizar cada lugar e realizar comparativo entre eles, elegemos indicadores para a coleta de dados, a saber: PIB (serviços), empresas atuantes, arrecadação de ICMS, consumo de energia residencial, estabelecimentos de saúde, estabelecimentos de ensino médio, matrículas escolares, agências bancárias, frota de veículos e emissora de rádio e TV. A análise comparativa desses dados nos permitiu diferenciar cidades e classificá-las⁵ por semelhança.

Em síntese, são cidades pequenas onde se destacam a prestação de serviços mais básicos, um comércio pouco diversificado, pouca ou reduzida atividade industrial. Mesmo assim, elas são essenciais nas áreas de educação, saúde, lazer e cultura, pois é nelas que a população residente na zona rural, seja nos povoados ou dispersa pelas fazendas, encontra a escola para os filhos (principalmente ensino médio), hospital, serviços públicos, produtos e serviços.

4 Pesquisa executada pelo Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV) da Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia).

5 O uso dos indicadores escolhidos permite agrupá-los por faixas bem distintas, pois salta aos olhos a diferença entre os números, de forma que foi possível identificar quatro grupos de cidades, a saber: cidades onde, realizada a comparação entre cidades do Território do Sisal, os dados podem ser classificados numa faixa baixa; cidades onde, realizada a mesma comparação, os dados podem ser classificados numa faixa média; cidades onde os dados podem ser classificados numa faixa alta; cidades onde os dados se destacam sem qualquer possibilidade de agrupamento com as demais, pois, quando comparados, eles estão sempre muito acima da média. Assim, nosso procedimento, baseado nesse agrupamento, foi elaborar um quadro e contar a quantidade de vezes que a cidade aparece em cada grupo de dados, permitindo assim sua classificação. De forma mais específica, das 18 cidades do Território do Sisal, apenas em Conceição do Coité e Serrinha os dados se destacam sem qualquer possibilidade de agrupamento com as demais, de forma que consideramos essas duas cidades como médias. Todas as outras são cidades pequenas classificadas da seguinte forma: Grupo 1 - cidades pequenas pouco dinâmicas: Ichu, Candeal, Lamarão, Nordestina, São Domingos, Biritinga, Barrocas e Retirolândia; Grupo 2 - cidades pequenas dinâmicas: Teofilândia, Queimadas, Itiúba e Quijingue; Grupo 3 - cidades pequenas muito dinâmicas: Santaluz, Araci, Tucano, Cansanção, Valente e Monte Santo.



Além disso, são cidades onde os residentes podem viver num mundo urbano mais tranquilo, marcadamente menos violento, onde o trânsito, o barulho, a impessoalidade das relações ou mesmo o agitado viver urbano da cidade grande dão lugar a hábitos e costumes muito mais articulados à dinâmica do rural.

Podemos afirmar, com considerável margem de segurança, que as cidades pequenas do Território do Sisal estão totalmente inseridas na economia globalizada, no universo da sociedade da informação, pois, mesmo em menor densidade, nelas encontramos os vetores da modernidade típicos dos lugares mundiais simples, como nos chamou atenção o professor Milton Santos (1996) ao tratar da densidade e da convergência dos momentos na análise das cidades capitalistas. Portanto, um espaço adequado para a realização de uma ampla reflexão sobre a articulação entre o urbano e o rural em núcleos urbanos, cuja dinâmica é efetivamente diferente daquela que encontramos nas cidades grandes e médias.

Nesse artigo o leitor encontrará, além de uma breve nota teórica, dados coletados através da aplicação de um formulário aos residentes nas cidades pequenas e uma reflexão sobre dois aspectos fundamentais: as atividades típicas do rural exercidas pelos residentes urbanos e a relação desses mesmos residentes com a zona rural.

A cidade pequena: notas teóricas e metodológicas

É preciso reconhecer que temos, no Brasil, uma dificuldade de definição do que é uma cidade pequena. A definição oficial de cidade, ao considerar urbano toda e qualquer sede de município e distrito, dificulta a nossa tarefa, pois coloca sobre essa denominação (cidade) uma diversidade de núcleos considerados urbanos, independente de critérios de qualquer outra natureza, como número de residências ou número de habitantes, por exemplo. Em Silva (2018) encontramos uma abordagem que considera três aspectos possíveis para a construção de um caminho que defina a cidade pequena:

- a delimitação a partir do quantitativo populacional;
- a densidade das ações cotidianas que constituem os lugares;
- a inserção das aglomerações urbanas na interface urbano-rural.

Com relação à delimitação a partir do quantitativo populacional o referido autor chega à seguinte constatação:

No entanto, ainda no que se refere ao uso de um recorte com base na população, Maia (2010) argumenta que os dados populacionais não devem ser plenamente descartados na definição das cidades médias e pequenas, porém o uso exclusivo dos mesmos não dá conta da diversidade que caracteriza as cidades brasileiras. Além disso, o uso de critérios quantitativos, como o recorte a partir do número de habitantes, vai nos impor outra dificuldade. Como já salientamos essa dificuldade é gerada pela grande diversidade regional brasileira que constitui diferentes e complexos conjuntos particularizados no contexto da rede urbana nacional. Uma cidade com 10.000 habitantes em Roraima ou no Maranhão, por exemplo, provavelmente será diferente e tem uma inserção diferenciada na rede urbana regional do que um núcleo com 10.000 habitantes no Estado de São Paulo. [...] Ou seja, argumentamos que o uso de um recorte com base no quantitativo populacional realmente não é suficiente para definirmos

se uma cidade é pequena, o que impõe a necessidade de buscarmos outros aspectos que nos permitam ampliar o foco nas nossas análises (SILVA, 2018, p. 206).

Uma vez constatada a insuficiência de uma definição simplesmente baseada no número de habitantes partimos para outro aspecto relevante que pode ser considerado: a densidade das ações cotidianas que constituem os lugares. Assim:

[...] é possível interpretar o lugar no contexto da Geografia, tomando como referência duas distintas e recentes abordagens: a primeira, relacionada com a Geografia Humanista, valoriza o caráter intencional, experiencial e afetivo, pelo qual o indivíduo ou grupo de indivíduos estabelece laços de identidade com uma porção do espaço. O lugar é entendido como expressão de vivência; e a segunda abordagem, ligada à tradição crítica ou radical, que começam a considerar o lugar como chave para a compreensão das transformações concretas engendradas pelo progressivo processo de globalização. Neste caso, o lugar é interpretado como expressão geográfica da singularidade (FONSECA, 2001. p. 97-98).

No caso da nossa investigação tomamos o lugar de acordo com essa segunda abordagem. Assim, demarcamos a contribuição de Carlos quando argumenta que:

O lugar contém uma multiplicidade de relações, discerne um isolar, ao mesmo tempo em que apresenta-se como realidade sensível correspondendo a um uso, a uma prática social vivida. Neste contexto o lugar revela a especificidade da produção espacial global, tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade que se justifica pela divisão espacial do trabalho que cria uma hierarquia espacial que se manifesta na desigualdade e configura-se enquanto existência real em função das relações de interdependência com o todo, fundamentada na indissociação dos fenômenos sociais (CARLOS, 2007. p. 22).

Nessa perspectiva apresentada por Carlos (2007) o lugar, num contexto atual de globalização, se relaciona a uma porção de espaço efetivamente vivida e revela as especificidades da produção global. No entanto, optamos por trabalhar com o conceito elaborado pelo professor Milton Santos no livro *A natureza do Espaço* de 1996, pois entendemos como mais operacional para o estudo das cidades pequenas. Nesse caso, utilizando o conceito de lugar, argumentamos que podemos considerar a cidade pequena um lugar mundial simples. Para Santos (1996, p. 258) o lugar é “[...] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições onde cooperação e conflito são à base da vida comum”. Assim, a cidade é um lugar cuja diversidade nos ajuda a compreender a dinâmica complexa e as diferenças desse cotidiano compartilhado onde cooperação e conflito se situam na base da vida comum.

A cidade pequena é então o lugar onde se realizam atividades típicas do mundo urbano, mas sem a mesma densidade das cidades médias e grandes. Ainda segundo SANTOS (1996):

[...] as cidades atuais, sobretudo as metrópoles, aberta a todos os ventos do mundo, não são menos individualizadas. Esses lugares, com a sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações

numerosas, frequentes e densas. [...] Em condições semelhantes, as grandes cidades são muito mais buliçosas que as médias e pequenas (p. 255).

Nesse contexto, a cidade grande é o lócus privilegiado da densidade, do múltiplo, da diversidade, onde o cotidiano é mais complexo e mais articulado as temporalidades do capitalismo globalizado atual. Já a cidade pequena é o lugar onde a densidade do comércio, dos serviços, do lazer, implica numa temporalidade menos instantânea mesmo que simultaneamente articulada ao capitalismo global. Assim, argumentamos que a cidade pequena pode ser investigada pela via do lugar, como lugar mundial simples.

Mesmo considerando o argumento de cidade pequena como lugar mundial simples, abrimos campo para outra possibilidade: a inserção das aglomerações urbanas na interface urbano-rural. No Brasil, um dos caminhos para a abordagem do tema do rural e do urbano foi a ênfase na ideia de novas ruralidades. Sobre as “novas ruralidades” autores como Carneiro (1998) e Coelho Neto (2013) nos oferecem importantes contribuições. Concordando com os argumentos desta primeira autora citada, Coelho Neto (2013, p. 157), enfatiza “a existência de mudanças na realidade rural brasileira que se manifesta em dois fenômenos: na intensificação da pluriatividade [...], e pela crescente busca de meios alternativos de vida no campo por pessoas oriundas da cidade”. Também em Lima-Payayá *et al.* (2021, p 389) localizamos o argumento de que “[...] é possível verificar a profundidade da imbricação entre o rural e o urbano e o conteúdo empírico daquilo que estamos propondo pensar: a presença tanto das ruralidades no urbano quanto das urbanidades no rural.

Já Rua (2006) trata das *urbanidades no rural* admitindo essas *urbanidades* como sendo todas as manifestações do urbano em áreas rurais, sem que se trate esses espaços como formalmente urbanos. Porém, podemos apresentar outra interpretação, defendemos a existência de *ruralidades no urbano*, perspectiva adotada no contexto da investigação que ora apresentamos parte dos resultados. Assim, conforme Henrique (2010), os conteúdos rural e urbano podem ser norteadores para as reflexões pertinentes à noção de diferentes cidades na contemporaneidade. Em perspectiva semelhante, podemos destacar:

Uma outra possibilidade de abordagem do tema da cidade pequena é a análise das aglomerações urbanas focando a inserção dessas aglomerações nos seus entornos imediatos, ou seja, no contexto dos espaços rurais. [...] Assim, teremos que considerar a cidade em questão no contexto da sua inserção na rede urbana regional e nacional investigando se, de fato, sua dinâmica e organização está fundada em aspectos eminentemente considerados do urbano ou se sua sobrevivência como cidade só é possível a partir de sua intensa articulação com o rural imediato (SILVA, 2018, p. 211-212).

Argumentamos que as atividades típicas do rural não se efetivam nas grandes cidades, com raras exceções como a agricultura urbana e periurbana, por exemplo, porque as metrópoles requerem uma *outra temporalidade* que a distância do universo rural. Por essa perspectiva é possível distinguirmos o que é urbano do que é rural. A cidade pequena se aproxima bem mais do rural, o que nos permite sugerir a sua conceituação a partir da análise dessa interface entre urbano e rural. Portanto, após considerar as três possibilidades anteriormente apresentadas:

[...] podemos trabalhar com a ideia de que a cidade pequena é um lugar onde o espaço está construído e organizado para e na interface entre o urbano e rural, onde as ruralidades estão mais presentes, mesmo quando consideramos as diferentes formas de inserção dessas pequenas cidades na rede urbana. Logo, argumentamos que um bom caminho para uma definição do que é uma cidade pequena é trabalharmos de forma conjunta os dois aspectos: a cidade pequena é um lugar mundial simples onde as ruralidades são presentes no cotidiano da vida urbana (SILVA, 2018, p. 216).

No caso da investigação que realizamos, adotamos como base essa ideia de que a cidade pequena é esse lugar mundial simples onde as ruralidades estão presentes no cotidiano, a ponto da mesma não sobreviver sem essa necessária articulação com o entorno rural imediato. Por isso, investigamos as atividades rurais no urbano e a participação dos residentes urbanos nas atividades rurais, aspecto central que apresentamos a seguir neste artigo.

As cidades pequenas do Território do Sisal: relação dos residentes urbanos com a zona rural

As cidades do Território do Sisal têm uma dinâmica típica da cidade pequena do semiárido nordestino, de forma que a economia dos pequenos centros gira em torno “[...] do comércio e serviços necessários ao atendimento da sua própria população, é constituída, basicamente, pelas atividades do tipo urbano, requeridas pela dinâmica de uma economia agrícola” (PONTES, 2012, p. 26).

Verifica-se que são cidades onde a presença do comércio, da prestação de serviços e de residências define uma cidade, sem um cotidiano baseado no movimento frenético das cidades médias e grandes, ou seja, predomina uma dinâmica de tempo mais lento, onde as distâncias permitem ir a pé (no caso do Território do Sisal nenhuma cidade possui um sistema de transporte coletivo urbano, por exemplo), a densidade das atividades não gera um trânsito intenso, e a forma de viver é totalmente diferente uma vez que *todos se conhecem* e as relações de vizinhança e parentesco estão na base da vida cotidiana. A essas características outra se impõe: a intensa articulação com o universo rural.

Foi justamente a partir dessa percepção de que a articulação com o rural é muito intensa que, na pesquisa que realizamos, perguntamos aos residentes urbanos se possuíam relações com a zona rural. Dos 1565 residentes urbanos que responderam ao nosso formulário, 1041 (67%) responderam que sim. Esse é um número bastante significativo e um indicativo dessa intensa e imediata relação entre as atividades realizadas pelos moradores das cidades pequenas e a zona rural. Fatores como proximidade ou mesmo as relações de parentesco, são responsáveis por um cotidiano impregnado pela interação urbano-rural.

Os números demonstram que, além de uma proximidade com o rural imediato, existe um envolvimento cotidiano com esse mesmo rural pela maioria dos residentes, fato que é facilitado por uma infraestrutura de deslocamento e mobilidade, via um grande número de estradas e corredores de acesso às propriedades rurais, necessária para o desenvolvimento de criatório de animais, pequenas hortas e pomares, por exemplo.

Parte dessas atividades, inclusive, tem foco comercial e possuem função de gerar

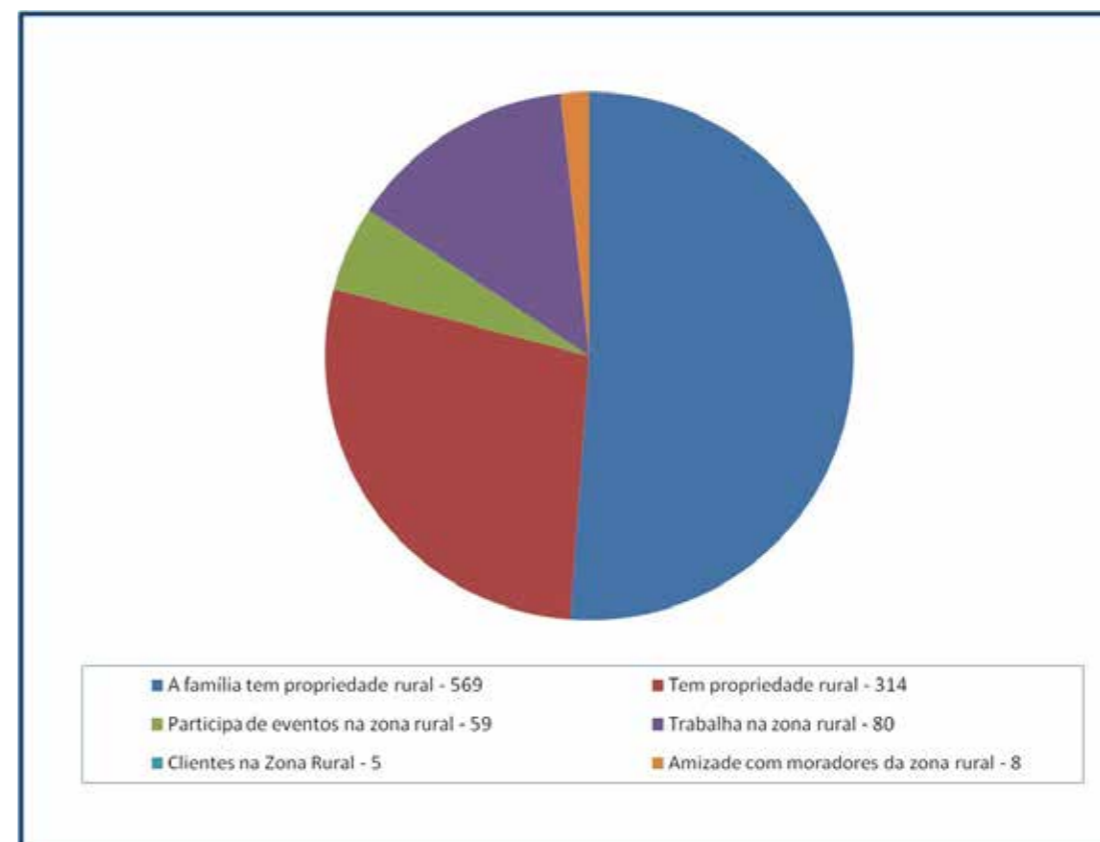


Figura 2 - Tipo de relação estabelecida entre os residentes urbanos e a zona rural do município de residência. Território do Sisal-Bahia. Fonte: Trabalho de Campo, 2017. Elaboração: Equipe GEOMOV/DCHF/UEFS - PPCTR.

renda, seja de forma complementar a renda familiar obtida por fontes como emprego fixo ou aposentadoria, por exemplo, ou mesmo como única renda da família. No entanto, é a natureza das relações identificadas que nos dá um indicativo mais sólido dessa dinâmica urbano-rural.

Desses 1041 residentes urbanos que constituem a maioria, 569 (55%), responderam que *a família possui propriedade rural* (Figura 2). Verificamos que aqueles nascidos na zona urbana⁶, que tem alguém na família que possui propriedade rural, também reconhece uma relação sua com esse rural imediato, seja por frequentar essas propriedades esporadicamente ou mesmo cotidianamente, seja por trabalhar nelas ou mesmo por se beneficiar indiretamente da atividade rural, como no caso de pessoas que residem no urbano e apenas estudam, mas são sustentados por familiares que tiram do rural a renda necessária para tal fim.

Também é muito comum que ocorra uma migração da zona rural para a zona urbana⁷, principalmente dos membros mais jovens das famílias que estão em busca de estudo, emprego ou mesmo de viver mais perto da oferta dos serviços da modernidade urbana. Esses residentes deixam a família, principalmente pais e avós que continuam vivendo na zona rural, mas não perdem o vínculo imediato. Daí que, quando perguntado se possui alguma relação com a zona rural, o residente urbano remete diretamente a rede de parentesco, respondendo que sua família possui propriedade, o que lhe faz sentir imediata relação com o rural.

6 A pesquisa verificou que dos 1565 residentes urbanos que responderam ao formulário 1047 (67%) nasceram na própria cidade de residência.

7 Nossa pesquisa, quando tratou do tema migração, constatou que entre os 1565 residentes urbanos que responderam ao formulário, 228 (15%) responderam ter nascido na zona rural e, portanto migrado para a cidade, indicando que essa mobilidade continua ativa e atual.

A segunda relação mais indicada foi *possuir propriedade rural*, 314 residentes (30%). Ou seja, a pessoa vive na cidade, mas tem uma parcela de terra no rural que destina para uma diversidade significativa de atividades, o que forja uma relação direta e cotidiana com o rural imediato. Justamente em função da relevância desse tipo de relação perguntamos a esses proprietários qual é a atividade principal exercida nas suas propriedades e obtivemos as seguintes repostas:

- agricultura: milho e feijão – 140 (45%), sisal – 18 (6%), fruticultura – 7 (2%) e mandioca: 3 (1%);
- pecuária: 69 (22%);
- agropecuária: 33 (11%);
- lazer: 8 (3%);
- nenhuma atividade: 27 (9%).

Esses dados nos indicam que nessas propriedades o exercício da agricultura, onde é comum um misto entre o plantio do sisal (todo o ano) e do milho, feijão e mandioca na época das chuvas, e da pecuária, onde o mais comum é a criação de gado bovino, ovino e caprino, ou mesmo as atividades de lazer, criam laços cotidianos entre os proprietários urbanos e a zona rural imediata, pois os mesmos se deslocam com frequência diária ou semanal para as propriedades com o objetivo de administrá-las, zelar pelo patrimônio ou mesmo, em vários casos, retirar delas a renda necessária para financiar parte dos gastos ou acumular algum capital.

O dia a dia urbano se vê inevitavelmente matizado pela dinâmica do rural, sendo comum vermos na dinâmica do lugar gente andando a cavalo, transportando animais em carros com reboque ou mesmo deslocando produtos da propriedade rural para a cidade. Assim, a vida tipicamente urbana, como a reconhecemos com base na cidade média e grande, precisa e deve ser revista à luz dessa imbricação do residente urbano com o rural imediato.

Também foi indicado como relação com o rural o fato do residente urbano *trabalhar na zona rural*. Importante destacar que quando perguntamos onde trabalham atualmente, se na zona urbana ou rural, 195 (13%) dos 1565 residentes urbanos afirmaram trabalhar na zona rural, no entanto, apenas 8% (80 residentes) indicaram que a relação que possui com o rural é o trabalho, ou seja, para 5% dos entrevistados, mesmo afirmando trabalhar na zona rural, não ocorre uma auto identificação com esse mesmo espaço. Em parte esse fato se explica porque existem na zona rural unidades industriais que processam o sisal e parte dos trabalhadores são residentes urbanos, que apenas fazem o trabalho sem se envolverem com a dinâmica do rural.

Outra forma de relação com o rural é a participação em eventos, indicada por 69 residentes (6%). Esses eventos são muito típicos da cultura regional e ocorrem nas fazendas e povoados, como por exemplo, as cavalgadas, festas de vaqueiros, argolinhas, corridas de cavalo e campeonatos rurais de futebol. Também foi indicado, com percentual bastante reduzido, ter amigos, clientes ou alunos na zona rural; ter casas para lazer e ser filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Nota-se, portanto, que os residentes urbanos percebem sua relação com a zona rural a partir de uma diversidade de motivos que foram espontaneamente indicados. Para nós esses motivos indicam a realização de ações cotidianas que influenciam a forma como se vive numa cidade pequena: é a cavalgada do fim de semana que, após os participantes percorrerem trechos do rural, termina com uma festa na cidade; a cavalgada seguida de festa é, atualmente, uma das principais formas de lazer e de

manifestação da cultura sertaneja nessas cidades do Território do Sisal. Além disso, na via de mão dupla, as vaquejadas, as feiras de agricultura familiar e as manifestações dos trabalhadores rurais ocorrem na cidade, complexizando ainda mais a imbricação do rural com o urbano. Assim, é cada vez mais difícil demarcar nitidamente onde começa o urbano e termina o rural, elemento muito mais nítido e fácil de realizar quando olhamos a cidade média e grande.

As atividades típicas do rural exercidas pelos residentes urbanos

As atividades apresentadas como tipicamente rurais são a agricultura e a pecuária. No entanto, com a modernização capitalista do espaço, outras atividades como a indústria e o turismo, por exemplo, também passam a ser realizadas no rural, de forma que podemos falar, na contemporaneidade, em uma multifuncionalidade do espaço rural. Destacamos, para ratificar o imbricamento entre o rural e o urbano, que nas cidades pequenas ocorre uma manutenção das atividades que são típicas do espaço rural, o que confere ao espaço da cidade uma dinâmica diferenciada que raramente encontramos nas cidades médias e grandes.

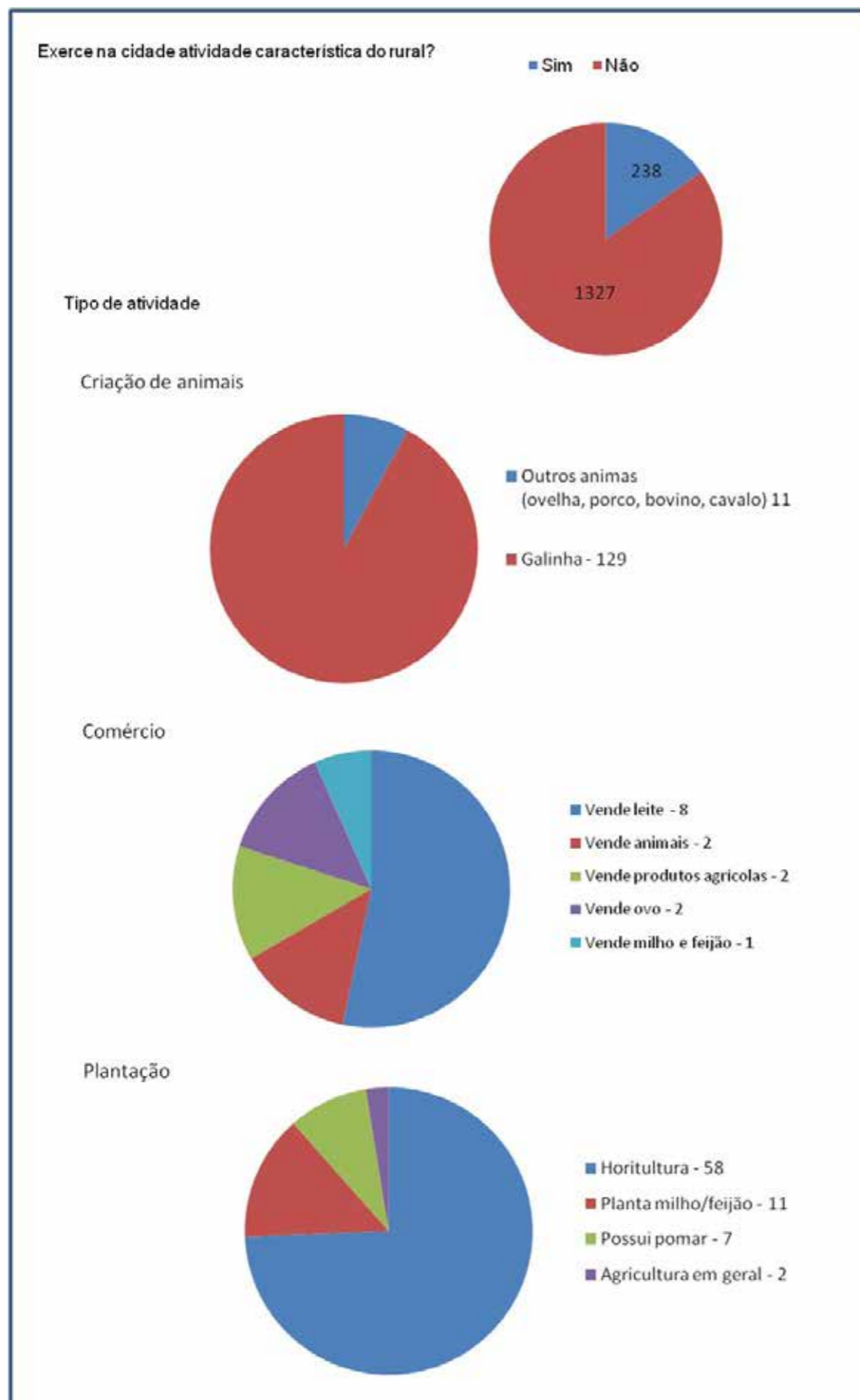
A quantidade de pessoas que vivem na cidade e que realizam atividades típicas do rural (figura 3) é expressiva. Constatamos que 15% dos residentes urbanos se envolvem diariamente com atividades da agropecuária.

Com relação às atividades apontadas pelos residentes das cidades como tipicamente rurais, mas que são realizadas nas cidades, geralmente nos quintais das casas ou em terrenos localizados no perímetro urbano, podemos destacar:

- Na agricultura a horticultura é a atividade realizada pela maioria das pessoas entrevistadas (58; 74%), seguido pelo plantio de milho/feijão (13; 17%) e pomar (7; 9%). É comum que esses produtos sejam vendidos nas feiras livres⁸ gerando uma renda complementar;
- No caso da pecuária, a criação predominante é a de galinha (131; 92%), mas também verificamos a criação de ovelha, porco e até mesmo de grandes animais como bovinos e equinos;
- No caso da comercialização de leite, ovos, milho, feijão ou até mesmo máquinas agrícolas, o residente urbano considerou essas atividades como sendo tipicamente do espaço rural.

Importante destacar que a realização dessas atividades é facilitada pela tradição, nas cidades pequenas do Território do Sisal, de construção de casas com amplos quintais, fenômeno resultante tanto da tradição de morar em casas e não em apartamentos, quanto do preço pago pelo solo urbano, uma vez que nessas cidades pequenas o preço de um lote é mais acessível à maioria dos residentes do que nas cidades médias e grandes.

⁸ As feiras livres são típicas das cidades do Nordeste Brasileiro, mesmo as cidades grandes, e consistem em mercados itinerantes, com dia da semana marcado para acontecer, onde comerciantes montam barracas e oferecem produtos variados, de feijão a panelas de alumínio, de galinhas a equipamentos eletrônicos. Como já afirmou Luiz Gonzaga, quando compôs uma música sobre as feiras livres nordestinas: “de tudo que ai no mundo tem na Feira de Caruaru”.



Além disso, a realização dessas atividades tem relação com o costume e com os hábitos alimentares, ou seja, as pessoas continuam a valorizar o ato de comer um ovo da galinha de quintal, de matar uma galinha do quintal quando chega uma visita e opõem abertamente a qualidade desse tipo de alimento ao ovo e a galinha produzidos em granjas, por exemplo. Na direção dessa tradição, vários residentes criam tanto para consumo da família como para vender na feira livre ou aos vizinhos, gerando uma quantidade significativa de pequenos negócios.

Aliado a esses aspectos anteriormente destacados, existe também a valorização e importância que tem sido dada aos produtos sem agrotóxicos e a criação de animais de forma extensiva, respeitando o tempo natural de crescimento que resulta num produto comprovadamente mais saudável. Na cidade pequena, principalmente nas do Território do Sisal onde já é amplo o acesso à informação via Internet, rádio e televisão, é cada vez mais crescente um discurso que valoriza os produtos da terra e isso influencia sobremaneira a manutenção dessas atividades típicas do rural sendo realizadas na zona urbana.

Considerações Finais

Argumentamos que para analisarmos o espaço da cidade pequena no Brasil é imprescindível olhar não apenas o fato urbano; é fundamental olhar o rural imediato, justamente porque as cidades pequenas não se sustentam, enquanto *lócus* de moradia, da realização de serviços, da efetivação da administração públicas, etc., sem uma intensa articulação com o rural, de onde provém a maior parte da geração da riqueza e a pujança econômica dos municípios.

Esse argumento também se sustenta a partir dos dados colhidos na nossa pesquisa que indicam uma relação imediata entre os moradores das cidades pequenas e o espaço rural, bem como as atividades típicas do rural que são realizadas nas cidades pequenas demonstram o quanto é importante o espaço rural para os moradores das cidades, a ponto desses, mesmo morando na cidade, continuarem tendo muitos hábitos tipicamente rurais.

Assim, esse imbricamento, ratifica a nossa ideia inicial de que não é possível entender de forma ampla as cidades pequenas do Território do Sisal sem entender também o espaço rural.

Os dados deixam evidente, quando verificamos que dos 1565 residentes urbanos, que responderam ao nosso formulário, 1041 (67%) responderam que possuem alguma articulação com o rural e 234 (15%) se envolvem diariamente com atividades da agropecuária. Os limites deste artigo não nos permitem registrar com imagens, mas quando olhamos a paisagem nessas cidades não vemos o fervilhar do trânsito, mas galinhas, cabras, cavalos e vacas atravessando as ruas ou mesmo pastando em terrenos vazios; não vemos o frenesi do vai e vem do comércio ou da saída das fábricas, mas sim pessoas andando a pé para o trabalho e para os sítios e roças. Ou seja, vemos cidades onde o tempo lento impera no cotidiano comum de cada morador. Lugares mundiais simples onde é intensa a articulação urbano e rural na definição das diversas formas de organização espacial.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

COELHO NETO, Agripino Souza. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago. 2013.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. A emergência do lugar no contexto da globalização. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano III • Nº 5 • Dezembro de 2001 • Salvador, BA

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. Parte I, 1º cap. p. 45-58. (Série estudos e pesquisas, 87).

LIMA-PAYAYA, Jamile; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro Santos; RODRIGUES, Maria da Paz; ARAUJO, Oriana. Espaço e lugar, urbano e rural: demarcando conceitos necessários à investigação da cidade pequena. *Ciência Geográfica*. Bauru. XXV - Vol. XXV (1): Janeiro/Dezembro, 2021 p. 383-394.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos nordestinos. In: *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. (Série estudos e pesquisas, 94). Salvador: SEI, 2012.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo – Território Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Onildo. Araujo. da. Cidade pequena: possibilidades de definição. In: BAQUEIRO, Paulo Roberto (Org) *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. Curitiba: Prima: 2018.

CIDADES PEQUENAS E AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

SMALL TOWNS AND URBAN AGRICULTURE IN THE CONTEXT OF THE COVID PANDEMIC 19

**Ana Maria Girotti Sperandio¹, Barbara Bonetto²,
Tailana Fraga Lima³ e Jussara Conceição Guarnieri⁴**

Resumo

Na pandemia COVID-19, iniciativas envolvendo estratégias de agricultura urbana foram implementadas ou expandidas, sistemas de abastecimento e transformação dos territórios urbanos são tópicos frequentes de pesquisa e reflexão atuais. A cidade de Conchal/SP traz exemplos de práticas de cidades saudáveis, incorporadas ao seu território, gestão pública e planejamento urbano e suas experiências podem ser estudadas para replicação em outras cidades pequenas. Este artigo tem como objetivo identificar e destacar convergências da agricultura urbana e premissas das cidades saudáveis, na perspectiva do enfrentamento da pandemia e suas consequências e que contribuam para o planejamento urbano nas cidades pequenas. A pesquisa consiste em um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa e exploratória. A agricultura urbana e recuperação de vazios urbanos em projetos comunitários podem ser pensadas no contexto do enfrentamento da insegurança alimentar agravada pela pandemia, na esfera do planejamento urbano baseadas nas premissas das cidades saudáveis.

Palavras-Chaves: agricultura urbana, cidades saudáveis, COVID-19.

Abstract

In the COVID-19 pandemic, initiatives involving urban agriculture strategies were implemented or expanded, supply systems and transformation of urban territories are frequent topics of current research and reflection. The city of Conchal / SP brings examples of healthy city practices, incorporated into its territory, public management and urban planning and its experiences can be studied for replication in other small cities. This article aims to identify and highlight convergences of urban agriculture and the premises of healthy cities, in the perspective of facing the pandemic and its

1 Profa. Dra. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da UNICAMP. Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa em Metodologias do Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis da FEC/UNICAMP. Campinas [SP] Brasil. <amgspera@fec.unicamp.br>

2 Mestre profissional em Master of Public Health Community Health Education. Pela Southern Illinois University Carbondale, SIU, Estados Unidos. Farmacêutica e Bioquímica pela Universidade de São Paulo-USP -SP. Mestranda da linha de pesquisa cidades e metodologias de planejamento urbano e cidade saudável. Vinculada ao Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR-FEC/UNICAMP) e ao Grupo de Pesquisa em Metodologias de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis. FEC/UNICAMP. Campinas [SP] Brasil. <b234647@dac.unicamp.br >

3 Arquiteta e urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidades FEC- Unicamp. Pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbanas (Labinur/FEC-Unicamp). Campinas [SP] Brasil. <t261927@dac.unicamp.br>

4 Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas. Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Herminio Ometto de Araras, UNIARARAS. Educadora Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Gestora no município de Conchal em Promoção da Saúde, coordenadora do programa AGITA CONCHAL e coordenadora local da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis - RMPS em Conchal. <jussaraguarnieri@hotmail.com >

consequences and that contribute to urban planning in small cities. The research consists of a descriptive study with a qualitative and exploratory approach. Urban agriculture and the recovery of urban voids in community projects can be thought of in the context of coping with food insecurity aggravated by the pandemic in the sphere of urban planning, using the premises of healthy cities.

Keywords: urban agriculture, healthy cities, COVID 19.

Introdução

Redes de abastecimento local de alimentos e o acesso à alimentação saudável fazem parte das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para integrar a saúde no planejamento urbano e territorial, nas dimensões de saúde pública ecológica e promoção da saúde (UN-HABITAT; WHO, 2020).

A agricultura urbana é definida como a produção agropecuária inserida na cidade ou em seu entorno e traz benefícios à saúde, ao ambiente e economia local, com redução da pobreza e insegurança alimentar, contribuindo com a inclusão social e a promoção da saúde (FAO, 2019). No contexto da pandemia, iniciativas envolvendo estratégias de agricultura urbana, e comercialização da produção de pequenos agricultores, foram implementadas ou expandidas em diversas cidades no Brasil e no mundo (COSTA, 2020; URBINLAB, 2020; CHERNARIDES, 2021).

Nas cidades pequenas, experiências exitosas em planejamento urbano que integra estratégias de promoção da saúde, ganha visibilidade pela atuação de redes de trocas de saberes, como é concebida na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), que promove eventos e atividades que abordam o urbanismo e políticas públicas saudáveis tendo a cidade como *locus* de ação, a rede completou no ano de 2021, 17 (dezessete) anos de atividades (RMPS, 2021).

Períodos em crises como a vivida na pandemia COVID-19, torna-se importante repensar o ordenamento territorial e os impactos que ele traz no contexto da doença, apontando para a necessidade de realizar ações conjuntas e intersetoriais que atendam às necessidades básicas de população, principalmente as vulneráveis. Como alternativa, a agricultura urbana tem sido indicada como estratégia de potencial para fortalecer o tecido urbano, em instrumentos que consideram o uso temporário ou permanente de vazios urbanos para este uso (DELGADO, 2020).

Cidade saudável é um movimento lançado nos anos 1980 a partir da Carta de Ottawa para promoção da saúde (WHO, 1986) e do movimento *saúde para todos* (WHO, 1986). Tem como pré-requisitos a criação e fortalecimento de parcerias para projetos intersetoriais; compromisso e vontade política; visão estratégica integrativa; governança e gestão democráticas; formação e fortalecimento de redes para atender os objetivos de criação de ambientes que favorecem o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis e incentivem a autonomia individual e coletiva (TSOUROS, 2019).

Da Silva (2020) a partir de seu estudo em Maceió-AL, apontou a necessidade de promover o incentivo da agricultura urbana e periurbana no território por meio do plano diretor. A agricultura como um tema aglutinador e integra fluxos em redes sociais em diferentes instâncias da vida destacando a importância da participação social para reforçar a organização social comunitária para uma governança territorial (MARGEM; SILVA, 2021).

Este artigo adotou como definição de cidade saudável proposta por De Leeuw em 2017 e Brandão em 2010. De Leeuw (2017) aponta a cidade saudável como sendo um local que propicia o trabalho conjunto e criativo, onde as instituições são moldadas por arranjos de governança que promovem a saúde equitativa e o bem-estar para todos. Bem como a definição descrita por Israel Brandão (2010) que atrela a condição de município potencialmente saudável àquele que é amado e cuidado por seus habitantes, e apresenta uma teia de relações intersetoriais para o desenvolvimento da qualidade de vida, em que os índices elevados de desenvolvimento, não são portanto, o que definem um território saudável.

Pesquisadores da área da saúde pública e planejamento urbano têm estudado metodologias de integração da promoção da saúde com o desenvolvimento urbano, que prioriza a implementação de estratégias para atingir os objetivos de: sustentabilidade ambiental, social e econômica, resiliência das cidades, capacidade de adaptação para as mudanças climáticas, e novas respostas às demandas da população, em um processo que aborda a governança dos territórios e a promoção e proteção da saúde (CAPOLONGO *et al.*, 2020), dessa maneira suas premissas podem contribuir no enfrentamento de pandemia em cidades de pequeno porte.

Nesse sentido, torna-se pertinente a reflexão em relação ao alcance da agricultura urbana no processo de construção democrática do espaço e seu impacto frente à pandemia COVID-19, considerando as dimensões como: acesso a alimentação saudável, insegurança alimentar, rede local de abastecimento, e mecanismos de planejamento urbano e participação social e saúde. Este artigo tem como objetivo identificar e evidenciar convergências da agricultura urbana com as premissas da cidade saudável no contexto pandêmico e a importância de utilizá-la como uma estratégia de planejamento urbano para as cidades pequenas.

Percursos metodológicos

O estudo foi desenvolvido em Conchal, cidade localizada a leste do Estado de São Paulo, e como uma população estimada de 28.273 habitantes segundo o IBGE (2020). O município participa da RMPS desde 2010, tem projetos ativos e de longa duração de hortas comunitárias e jardins com canteiros medicinais, que são monitorados desde sua concepção. Implantou marco legal para políticas públicas saudáveis por meio do Decreto nº 3.226 de 10 de setembro de 2010 e através da Portaria Nº 1761 de 2014 e recebeu apoio do Ministério da Saúde para execução de iniciativas para as cidades saudáveis (GUARNIERI, 2018). Em 2011 iniciou uma Horta Comunitária no bairro do Planalto, concebida por meio de articulação entre Universidade, Prefeitura Municipal e Unidade Básica de Saúde, denominada de *Horta Comunitária Cultive a Vida com Saúde*. Ainda, a cidade possui um Canteiro de Plantas Medicinais, implementado em 2018, por meio da interação de uma segunda Unidade Saúde da Família (USF) com os moradores do entorno de bairros vulneráveis, o poder público e a RMPS (LABINUR, 2019).

A cidade de Conchal/SP traz exemplos de práticas de cidades saudáveis, incorporadas ao seu território, gestão pública e planejamento urbano e suas experiências podem ser estudadas para replicação em outras cidades pequenas.

O artigo consiste em um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa e exploratória. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental, (GIL, 2008), com leitura em profundidade de marcos legais, considerando dados da pandemia

e problemas relacionados a acesso à alimentação, referenciais teóricos de cidades saudáveis e agricultura urbana, como: Lei nº 10.257/90 - Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990), Política Nacional de Promoção da Saúde de 2014 (BRASIL, 2014), Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS de 2006 (BRASIL, 2006) e artigos científicos com temas afins.

No escopo deste artigo, as hortas comunitárias foram utilizadas com objeto de estudo devido sua interconexão com as estratégias de planejamento urbano, promoção da saúde e potencial no enfrentamento das consequências da pandemia. Durante a realização desta pesquisa foi realizada visitas virtuais espontâneas com a participação da gestão municipal e representantes da comunidade que trabalham, e consomem, na horta. O intuito foi observar as dinâmicas das atividades no local, conversar, a distância, para compreender como a horta contribui na vida das famílias que possuem canteiros e das famílias que adquirem os produtos, e analisar como a pandemia influenciou na rotina. Conforme Gil (2008) a coleta de dados *in loco*, por meio de uma entrevista informal não estruturada, possibilita uma visão geral do problema pesquisado onde é possível explorar determinantes que incidem diretamente no objeto em estudo.

Os dados foram organizados de acordo com os elementos da *Mandala Conceitual Sperandio* (SPERANDIO, 2018; 2020) que tem como propósito a coalizão de princípios e valores a serem considerados no processo de desenvolvimento do planejamento urbano, como: políticas públicas ambientais, econômicas e culturais; respeito e solidariedade; resiliência humana; amorosidade; ações intersetoriais; identificação de liderança local; coalizões locais; participação social; respeito às diversidades; vontade política; afetividade; entendimento e revitalização da autonomia coletiva.

A *Mandala Sperandio* foi utilizada neste estudo, para apontar a presença dos elementos que a compõem e que fazem parte do desenvolvimento do planejamento urbano da cidade saudável, conforme Sperandio (2020). Para tal, foram utilizados os registros identificados nos relatórios das visitas técnicas e virtuais, informações desses projetos disponibilizadas no site da prefeitura municipal de Conchal/SP e atas de reuniões com gestores e representantes da comunidade durante o período de 2015 a 2021. Este conjunto de informações foram mapeadas e relacionadas conforme os elos aglutinadores da Mandala.

A Mandala é um instrumento que está em constante estudo e aperfeiçoamento de seus termos e busca a *Coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para cidades saudáveis*, e foi proposto a partir da sistematização de conceitos retirados da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, 2014) integrados às premissas das cidades saudáveis (UN-HABITAT; WHO, 2020).

Neste artigo foi considerada a experiência da agricultura urbana desenvolvida na cidade em estudo como uma ação para enfrentar a fome provocada pela pandemia, assim como uma das estratégias que evidenciam o planejamento urbano para uma cidade saudável. Para sinalizar como uma estratégia positiva que contemple o indivíduo e a cidade e promova a saúde, considerando-a como um determinante que pode contribuir para novos modos de viver que contribuem para a saúde da sociedade. O modelo de determinantes sociais da saúde de Dahlgren e Whitehead (1991) indica diferentes níveis e dimensões que se conectam na escala micro ao macro com a finalidade de reduzir as iniquidades em saúde e estimular o desenvolvimento de projetos que possam melhorar o bem-estar, considerando o território e as pessoas que vivem nele (BUSS; PELLEGRINI, 2007; GADELHA *et al.* 2012), conforme figura 1:



Considerando a pluralidade de contextos, históricos e características dessas localidades seja extremamente ampla, fazem parte das metodologias das cidades saudáveis a compreensão deste entorno e condicionantes e incorporação deste conhecimento nas tomadas de decisão, planejamento e implementação de estratégias (SPERANDIO, 2020).

As visitas técnicas realizadas no município de Conchal/SP deste estudo no período de 2015 a 2021 foram registradas em relatórios técnicos em função da Disciplina de *Planejamento Urbano como Promotor da Saúde*, ministrada anualmente e protocolados no Laboratório de Investigação Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

No levantamento bibliográfico observou-se que a pandemia COVID-19 afeta desproporcionalmente as populações mais pobres, e agravou as preocupações com a fome e insegurança alimentar (SOUZA *et al.*, 2021). Documentos nacionais e internacionais apontaram que medidas urgentes para garantir o direito ao acesso à alimentação necessitam ser pensadas de maneira sistêmica, e incluem ações territoriais locais, relacionadas à facilitação da produção de alimentos saudáveis por pequenos produtores (FIAN, 2020).

Iniciativas como hortas comunitárias estão alinhadas com um conjunto de metas previstas na Agenda 2030 (ONU, 2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrange as dimensões de: fome e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).

A OMS inclui redes de abastecimento de alimentos, e agricultura urbana e periurbana e elenca medidas de planejamento e meios de promoção da saúde e de equidade em



Figura 2 - Horta comunitária Cultive a Vida com Saúde, localizada no bairro Planalto, município de Conchal/SP. Fonte: Arquivo próprio, 2021.

saúde nas seções de planos e mecanismos e de regras e regulamentos (UN-HABITAT; WHO, 2020).

No Brasil, a pesquisa de orçamento familiar (IBGE, 2019) apontou que a insegurança alimentar, em 2017 e 2018, havia atingido níveis críticos. Esta situação deve ser agravada e orientações para políticas públicas pós pandemia reforçam a importância de estimular a produção doméstica e garantir o acesso à renda para agricultores (IPEA, 2020).

As hortas comunitárias contempladas neste estudo por meio da experiência de Conchal/SP, são uma estratégia de planejamento urbano saudável, promoção da saúde e desenvolvimento local, e contribuem com o acesso à alimentação de qualidade e distribuição de alimentos, figuras 2 e 3.

As famílias que possuem canteiros na horta, relataram benefícios com a participação do projeto durante a pandemia, principalmente com relação ao acesso a renda, utilizada geralmente na compra dos outros itens alimentícios, e destacam a utilização do tempo livre em um local aberto, amplo, seguro, agradável e situado no meio da natureza como elemento protetor da saúde mental.

Durante as visitas virtuais⁵, que contou com a presença de aproximadamente vinte pessoas, foi possível observar pessoas trabalhando e comprando alimentos, seguindo as recomendações para evitar a propagação do vírus, como o uso de máscaras de proteção fácil e distância segura entre usuários. De acordo com relatos dos consumidores da horta durante essas visitas, a compra direta traz maior segurança, por ser realizada em um ambiente aberto e com menor número de pessoas, com preços mais acessíveis e a qualidade dos produtos superior.

⁵ Durante os anos de 2020 e 2021 foram feitas quatro visitas virtuais semestrais: duas pela plataforma google meet e duas por vídeo chamada, com a duração de uma hora cada encontro, todas com a participação de uma *stakeholder* e usuários que estavam no local.



Figura 3 - Divisão de canteiros na Horta comunitária no bairro Planalto na cidade de Conchal/SP. Fonte: Arquivo próprio, 2021.

Dentre os fatores relacionados ao êxito do projeto destacam-se, na dimensão da governança, a vontade política, a tomada de decisão participativa em conselhos, criação e cumprimento de regimento interno, a transparência de regras e critérios de seleção e funcionamento, e a seleção de local apropriado. Para realização do projeto o governo municipal cedeu durante 30 (trinta) anos o terreno com mais de 9.000m² (nove mil metros quadrados), de 2011 a 2014 com recursos advindo da Política Nacional de Promoção da Saúde e beneficia aproximadamente 30 (trinta) famílias em situação de vulnerabilidade social que estão cadastradas na Unidade de Saúde da Família *Maria Silva Batista Correia*. A seleção do público alvo, priorizando famílias como aposentados, baixa renda e que devem morar no entorno da horta, foi organizada pela equipe da saúde local.

A participação social, a autonomia dos integrantes, o avanço na implementação de Políticas Públicas Saudáveis e o apoio da Governança local, são fatores visíveis de se observar nesse projeto de Promoção da Saúde através dos relatos dos participantes, do governo local e dos líderes da Horta Comunitária.

Iniciativas de solidariedade permeiam as dinâmicas da horta e no projeto foram identificadas no decorrer desses seis anos de pesquisa através da observação de relatos dos pequenos produtores pertencentes a horta comunitária as ações de distribuição de mudas, doação da produção excedente ao hospital local e na fala dos clientes sobre a priorização da compra direta com produtores pequenos como forma de contribuir com suas famílias, tudo isto mesmo antes da pandemia COVID-19, mas que se intensificou nesse diferente período que vive o mundo.

Esses e outros dados qualitativos coletados localmente e em relatórios foram sistematizados utilizando a estrutura da *Mandala Sperandio* (2020) na perspectiva do desenvolvimento de cidades saudáveis e monitoramento de estratégias integradas do planejamento urbano e da promoção da saúde, conforme demonstrado a seguir no quadro 1.

METODOLOGIAS PARA CIDADES SAUDÁVEIS E ENFRENTAMENTOS DE CRISES	EVIDÊNCIAS DA PROMOÇÃO DA SAÚDE AGRICULTURA
MANDALA SPERANDIO	VISITA VIRTUAL
Políticas públicas ambientais, econômicas e culturais	Política ambiental saudável com duração de 9 anos e atualmente fonte de fornecimento de alimento como estratégias para amenizar os impactos da pandemia;
Resiliência humana	Acesso à renda, convivência e criação de vínculos sociais e urbanos, diminuição de doenças, redução de taxas de mortalidade;
Respeito e solidariedade	Espaço para convivência e criação de vínculo, doação de alimentos, distribuição de mudas;
Amorosidade	Sentimentos renovados pelo lugar e comunidade alimentos frescos, orgânicos e saudáveis. Ocupar um vazio urbano degradado;
Ações intersetoriais	Articulação entre profissionais da prefeitura, Universidade, Rede e da Comunidade Local;
Identificação de liderança local	Propicia engajamento da comunidade, redes que interagem e cuida, iniciativa auto dirigida;
Entendimento e revitalização de autonomia coletiva	Acesso à renda, ao conhecimento, a oportunidade e a participação social;
Coalizões locais	Forma grupo coeso e responsável pelo projeto e local;
Participação social	Propicia o engajamento na construção coletiva do espaço, desperta vontade de participar em outros projetos;
Vontade política	Políticos percebem êxito do projeto e podem estimular reverberações, estudos de ampliação e desenvolvimento local coletivo;
Respeito à diversidade	Espaço de convivência com o diferente, tarefas e objetivos compartilhados, decisões realizadas em conselhos; perceber a necessidades de outrem;
Pertencimento	Criação de laços com o entorno, espaço para interações sociais e o proteger e promover a cidade;

As evidências descritas no quadro 01 apresentaram fatores imensuráveis como criação de laços, coesão e sentimentos renovados e puderam ser associadas à totalidade dos conceitos elencados da *Mandala Sperandio* (2020). O conjunto desses elementos pode identificar possíveis marcadores para as cidades saudáveis e contribuir no avanço de metodologias do planejamento urbano que leva em consideração evidências da promoção da saúde na tomada de decisão sobre zoneamento, investimentos e políticas públicas urbanas.

A amplitude dos resultados observados e a dimensão múltipla e conectada da saúde integral e preservação ambiental requer um processo de avaliação e monitoramento capaz de capturar esta complexidade. A utilização da estrutura da *Mandala Sperandio* (2020) demonstrou visualmente a interdependência e a sobreposição de conceitos,

Quadro 1 - Relação entre a Mandala Sperandio e as evidências da agricultura urbana na cidade de Conchal/SP. Fonte: Autores, 2021.

formato que se alinha com as metas de um plano de ação transversal de projetos para subsidiar a implementação de políticas públicas saudáveis e intersetoriais na escala municipal.

Sob a ótica de benefícios ao indivíduo foram identificados resultados relacionados à saúde física, como a diminuição de doenças, aumento da atividade física e melhora na alimentação. Apontamentos relativos à saúde mental foram encontrados nos registros da experiência, e incluem acesso a um espaço de lazer e troca de experiências, fortalecimento de vínculos, empoderamento, participação social, autonomia e pertencimento.

A contribuição com a segurança alimentar é um ganho direto de iniciativas como hortas que aumentam a oferta local de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos e frescos, com compra direta e facilitada. Em momentos mais restritos da pandemia COVID-19 as feiras livres não funcionam, pois, tendo seu horário limitado podem causar aglomerações. Na horta a dinâmica de permanecer aberta todos os dias em horário extenso, com circulação e troca das pessoas presentes, em um amplo espaço, favorece o acesso consistente à alimentação saudável.

Nos relatórios e nas visitas observou a descrição de benefícios territoriais como recuperação de área degradada, preservação ambiental e ausência de lixo no espaço. Relacionado a dinâmica do bairro pode-se observar que muitas pessoas vão para a horta caminhando ou de bicicleta e aproveitam as sombras das árvores ao entorno, o que pode contribuir com a atividade física e a vivacidade da região.

Resultados positivos com relação a fatores econômicos como acesso a renda, oportunidades de escambo e diminuição de gastos com medicamentos e alimentação também podem ser identificados nos trabalhos técnicos desenvolvidos nos últimos anos pelo Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR, 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Políticas públicas sobre alimentação saudável, em escala local, são necessárias para o acesso, garantido quando a comunidade pode facilmente plantar, cultivar, encontrar, obter, transportar, preparar e comer. Neste sentido, o planejamento urbano e a implantação de políticas públicas saudáveis são elementos fundamentais, que podem estimular a inserção de práticas orgânicas e agroecológicas no território e promover a saúde.

Os desafios para implantação de hortas urbanas e periurbana devem ser normalizadas com a adoção de novos marcos legais e regulatórios, como a Política Nacional de Agricultura Urbana, projeto de lei nº 906 de 2015 que aguarda apreciação do Senado, e que tem como objetivo a ocupação de espaços urbanos ociosos como forma de garantir alternativa de renda e segurança alimentar a populações vulneráveis (BRASIL, 2015).

Discussões

O planejamento de uma cidade influencia a insolação e permeabilidade dos solos. Pensar cidades com áreas disponíveis e apropriadas para uma produção local comunitária de alimentos de qualidade é contemplar a saúde em suas práticas e essencial para a resiliência urbana. Na perspectiva dos aparatos legais, o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo são instrumentos que podem estimular a agricultura

urbana e outras iniciativas, que são capazes de promover as premissas que compõem cidades saudáveis.

A horta apresentada neste artigo está localizada próxima a uma área de preservação permanente e sua implantação fortalece as ligações urbanas e rurais, preservação ambiental e as variáveis administrativas entre saúde e planejamento urbano. O uso de estratégias que contemplem a agricultura urbana traz inúmeros benefícios ao território e estão intimamente ligadas às novas relações do indivíduo com o meio em que está inserido. No período de pandemia em que a alimentação e nutrição são um dos elementos fundamentais para proteção e proteção da saúde é importante prover meios de abastecimento a alimentação saudável, geração de trabalho e renda que oportunize o desenvolvimento do capital humano e social.

Observa-se que estratégias como hortas comunitárias poderiam ser adotadas em outros territórios em planos de ação atrelados ao ordenamento do território como ferramenta de abordagem dos determinantes sociais da saúde, garantindo o desenvolvimento de uma rede de abastecimento local, propiciando segurança alimentar e complementação de renda, além de benefícios diretos à saúde física e mental.

As hortas fazem parte de um contexto macro da busca pelo saudável e pelo acesso a itens básicos, como frutas e verduras, para melhoria nutricional e conseqüentemente ao sistema imunológico. Em um contexto de cidades saudáveis, múltiplos níveis de ação são necessários, às intervenções urbanas combinadas são projetos na cidade com potencialidades de abordar a saúde multidimensional associada às decisões do planejamento urbano e devem permanecer como pautas prioritárias na gestão pública.

O ordenamento do território quando tem por objetivo o cumprimento da sua função social pode ser propício à criação de bem-estar coletivo e estimular o engajamento dos habitantes dos municípios na recuperação de áreas degradadas, o que contribui com a saúde planetária e integral. Esta abordagem se conecta, na escala do monitoramento local, com o modelo de determinantes sociais de saúde, em que aspectos territoriais e características sociais afetam a saúde individual e coletiva (BUSS; PELLEGRINI, 2007).

Identificou-se a estratégia de agricultura urbana em resposta ao determinante social *produção agrícola e de alimento*, proposto por Dahlgren e Whitehead (1991), mas também o quanto ela interage em resposta aos estilos de vida de pessoas e novas formas de trabalho no atual momento de pandemia, respeitando os fatores ambientais e culturais na cidade, independente de gênero, sexo e faixa etária que são voltadas para o bem comum.

Em cidades pequenas, as escolhas do planejamento urbano, tem o potencial de moldar um desenvolvimento saudável e sustentável, que considere boas práticas de outras experiências exitosas no Brasil e no mundo, para as áreas urbanas consolidadas e em expansão.

Voltar a atenção para seus benefícios pode favorecer o fortalecimento da busca pela colaboração em diferentes setores do governo local, da sociedade civil, da academia e de entidades privadas. Desenvolver habilidades relacionadas a um pensamento holístico contribui com a pauta nacional e internacional que contemplam a temática da saúde em todas as políticas, e avançam nas premissas das cidades saudáveis.

Cidades pequenas possuem uma estrutura de governança simplificada, e intervenções

urbanas, se de interesse, podem ocorrer de maneira rápida pela articulação direta da gestão pública e interlocutores atuantes nas causas sociais como organizações não governamentais, empresas, líderes comunitários e coletivos. Redes de colaboração podem contribuir para reverberação dos resultados e com a propagação micro macro das transformações urbanas, seus resultados multidimensionais, e aparato necessário para que ocorram.

Em destaque, estão presentes questões de natureza intersetorial, que podem afetar a condição e o modo de vida da população que devem ser consideradas pelos planejadores urbanos, e tem potencial para trazer mudanças sistêmicas, como combate à exclusão social, aumento da mobilidade, ordenamento urbano e redução da poluição (FABRÍCIO *et al.*, 2019) e estão relacionadas à saúde. Estratégias para cidades saudáveis que abrangem as abordagens sociais e epidemiológicas têm igual importância à abordagem clínica, são complementares na promoção da saúde (LIMA, 2016) e podem ser implementadas no contexto do planejamento urbano. Hortas urbanas e jardins comunitários no contexto do planejamento urbano possuem o potencial de envolver a comunidade na construção e nos cuidados dos espaços coletivos e promovem a saúde individual, coletiva e planetária (SPERANDIO; BLOES, 2020). As infraestruturas verdes como parques lineares, corredores ecológicos e arborização, quando planejados em conjunto com estratégias de promoção da saúde, podem gerar renda, alimentação saudável e oportunidades de socialização para aumentar o engajamento e mobilização social e beneficiar a biodiversidade, conservação dos espaços em uma ótica de ordenamento territorial que considera critérios ecológicos e sociais.

Os projetos de agricultura urbana são ainda oportunidades de educação territorial que podem ser aproveitadas em escolas, e em programas de educação continuada, considerando que a busca por cidades saudáveis e sustentáveis requer o envolvimento em projetos transdisciplinares, de aplicação prática, que permitem o aprendizado ao se desenvolver e participar de atividades (SIMON, 2021).

Conclusões

O desenvolvimento de cidades saudáveis necessita de monitoramento dos avanços no processo e implementação de políticas intersetoriais que atendam as premissas objetivas e subjetivas da saúde plena. A inclusão de diretrizes e corresponsabilidades, perante a promoção da saúde, formuladas a partir de evidências locais e teóricas de quais são as estratégias efetivas, eficazes e eficientes, e metas alinhadas às demandas da população e do território fazem parte do planejamento urbano saudável (DE LEEUW, 2017).

A agricultura urbana e recuperação de vazios urbanos em projetos comunitários podem ser pensadas na esfera do planejamento urbano, utilizando-se das premissas das cidades saudáveis para embasar desenvolvimento sustentável e sustentado e com ampla participação social.

Vale destacar a importância da utilização de tecnologias sociais leves que possam ser incorporadas por comunidades locais e gestão pública, bem como modelos que descrevem fatores e condicionantes que podem influenciar os determinantes sociais da saúde nos territórios, facilitando o desenvolvimento urbano local de uma cidade pequena e viabilizando estratégias para o enfrentamento de pandemias.

As redes são elementos importantes para a troca de experiências entre cidades

pequenas, onde o *stakeholder* engajado e proativo pode desencadear transformações que beneficiam o bem-estar coletivo ao ativar ações coordenadas localmente.

O monitoramento contínuo dos projetos locais, a reflexão sobre suas inter-relações e sinergias, por meio das evidências intersetoriais geradas, no contexto da gestão da cidade, são estratégias de um planejamento urbano saudável que impulsionam o fortalecimento das comunidades, desenvolvimento social e econômico e geram resiliência.

A implementação de projetos como as hortas comunitárias e os canteiros medicinais, em vazios urbanos, são de baixo investimento e pouca complexidade, fatores que favorecem a replicação destas intervenções em outros locais das cidades pequenas, e sua expansão seria incentivada quando os seus resultados, alinhados a função social da propriedade e a promoção da saúde integral, são compreendidos e divulgados, em especial seu potencial de contribuição frente a situações de crise, como na pandemia COVID-19.

Referências

BRANDÃO, Israel Rocha. Na trilha do município saudável. In: SPERANDIO, Ana Maria Girotti (org). *Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: boas práticas para a iniciativa do Rosto, Vozes e Lugares*. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde, 2010, p. 31-37. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politicas_integradas_rede_construcao.pdf> Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei 906/2015. *Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1150824>. Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Ministério da Saúde, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. *Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)*. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. *Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde*. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/PNPIC%202006.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2007, p. 77-93.

CAPOLONGO, Stefano; BUFFOLI, Maddalena; MOSCA, Erica Isa; GALEONE,

Daniela; D'ELIA, Roberto; REBECCHI, Andrea. Public health aspects' assessment tool for urban projects, according to the urban health approach. In: TORRE, Della Stefano, CATTANEO, Sara, LENZI, Camilla, Zanelli Alessandra. *Regeneration of the Built Environment from a Circular Economy Perspective*. Springer, Cham, 2020. p. 325-335. CHENARIDES, Lauren; GREBITUS, Carola; LUSK, Jayson ;PRINTEZIS, Irina. Food consumption behavior during the COVID-19 pandemic. *Agribusiness*, v. 37,n.1, 2021, p. 44-81.

COSTA, Pablo. Usos temporários em tempos de pandemia: o Drive-in como ferramenta exploratória. *Finisterra*, Lisboa, v. 55, n. 115, 2020, p. 145-151

DAHLGREN Göran; WHITEHEAD Margaret. Policies and Strategies to promote social equity in health. Stocolm, *Institute for Future Studies*; 1991.

DA SILVA, Arione Porto. Agenda e políticas públicas: o caso da agricultura urbana e periurbana em Maceió/Al. *Revista Sinais*, Vitória, v. 1, n. 24, 2020.

DE LEEUW, Evelyne. From Urban Projects to Healthy city policies. In: DE LEEUW, Evelyne; SIMOS, Jean. *Healthy Cities*. Springer, New York, NY, 2017, p. 407-437.

DELGADO, Cecília. Acrise como oportunidade para repensar o Ordenamento Territorial. *Revista Jatobá*, Goiânia, v. 2, 2020.

FABRÍCIO, Edmar Pereira; BRUM, Nelci Denti; PINTO, Rodrigo Barcelos; KÖHLER, Felipe. Ariel. Planejamento urbano sustentável. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2019, p. 1326-1338

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations (2019). *Twelve Organizations Promoting Urban Agriculture around the World*. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/461898/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FIAN International. *Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas Relatório preliminar de monitoramento*. Abril, 2020. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio-covid-19-fian-internacional-formatado.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GADELHA, Paulo; DE NORONHA, José Carvalho; PEREIRA, Telma Ruth (Ed.) *A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamento Familiares 2017, 2018. Primeiros Resultados. 2019* IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 2019, 72 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do município de Conchal/SP, 2020*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/conchal/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Agricultura familiar e*

abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. 2020 (Nota Técnica nº 69). Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

GUARNIERI, Jussara Conceição. Atividades físicas no contexto urbano saudável: a experiência de Conchal [SP]. *Labor e Engenho*, Campinas, v. 12, n. 4, 2018, p. 533-539.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório Avaliação de pós ocupação em área envoltória à horta comunitária Conchal/SP, 2015*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ100 Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Planejamento urbano como promotor da saúde: monitoramento de tipos de horta na cidade, 2015*. Documento interno organizado Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ 105 Planejamento Urbano e a Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório de visita a Santa Bárbara D'Oeste, 2019*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ104 Tópicos Especiais V: Estratégias para o Desenvolvimento do Planejamento Urbano para Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório da visita técnica ao município de Conchal, 2019*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti. na disciplina AQ104 Tópicos Especiais V: Estratégias para o Desenvolvimento do Planejamento Urbano para Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LIMA, Samuel do Carmo. *Território e Promoção da Saúde: Perspectivas para a Atenção Primária à Saúde*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MARGEM, Camila Garcia Fernandes de Souza; SILVA, Neliton Marques. Agricultura urbana, governança territorial e planejamento urbano em área protegida de Manaus–Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 23, 2021, p. 809-834.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso: 18. mar. 2021.

REDE DE MUNICÍPIOS POTENCIALMENTE SAUDÁVEIS - RMPS. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.redemunicipiosps.com.br/contato/>. Acesso em: 24 mar 2021.

SIMON, Sandrine. Territorial Education through Urban Agriculture: Contributing to Building Sustainable Cities in Times of a Pandemic. *Current Issues in Comparative Education (CICE)*, Colombia, v. 23, n. 1, 2021, p. 31-47.

SOUZA, Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de; BERNARDES, Milena Serenini; VIEIRA, Valéria Cristina Ribeiro; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; MARÍN-LEÓN Leticia; CAMARGO, Daniele Flaviane Mendes; SEGALL-CORRÉA, Ana Maria. (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, v. 4, 2021, p. 1-10.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. WORLD HEALTH SUMMIT REGIONAL MEETING. Coimbra, Portugal. 2018.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti, Bloes, Rodrigo Brandini. *Community Urban Gardens: Social Instrument for Healthy and Health-Promoting Cities 2020*. In: Leal Filho W., Wall T., Azul A., Brandli L., Özuyar P. (eds) Good Health and Well-Being. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-69627-0_121-1. Acesso em: 10 mar. 2021.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. Estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde: A mandala da cidade saudável. *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, Jaguariúna, vol 58 N.º1. 2020. p 79-95.

TSOUROS, Agis D. *The healthy cities movement*. Urban Health. New York: Oxford University Press, 2019, p. 285-292

URBINLAB. *Desafios, conflitos e oportunidades para a Cidade em tempos de COVID 19*. Lisboa. Maio, 2020. Disponível em: http://urbinlab.fa.ulisboa.pt/images/2020/URBinLAB_COVID_2020.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

UN-HABITAT; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook*. Geneva: WHO, Nairobi: UN-Habitat. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/integrating-health-in-urban-and-territorial-planning>. Acesso em: 10 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Health Assembly, 39. (1986). *Evaluation of the strategy for health for all by the year 2000: seventh report on the world health situation*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/161997>. Acesso em: 12 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Health Promotion Glossary (WHO/HPR/HEP/98.1)* Geneva, Switzerland: WHO, 1998. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Carta de Ottawa, 1986. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Promoção da Saúde: declaração de Alma-Ata: Carta de Ottawa: declaração de Adelaide: declaração de Sundsvall: declaração de Santafé de Bogotá: declaração de Jacarta: rede dos Megapaíses: declaração do México*. Brasília: Ministério da Saúde/ FIOCRUZ, 2001. p. 11-18.

ENTRE A MAQUETE DE ESTUDOS, JOGOS EDUCATIVOS E PLATAFORMAS GOOGLE

O ateliê integrado no contexto das pequenas e médias cidades brasileiras

BEETWEEN STUDY MODELS, GAMEFICATION AND GOOGLE PLATFORMS
The integrated studio on Brazilian small and medium-sized towns

Wellington Tischer¹ e Adalberto da Rocha Heck²

Resumo

O presente artigo analisa a experiência do ateliê integrado nas disciplinas de Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico voltado à Habitação de Interesse Social (HIS). A interface entre essas disciplinas se deu em um contexto de promoção e uso dos vazios centrais à luz do Estatuto da Cidade de 2015 a 2018 em um curso noturno de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF), em Chapecó (SC). O artigo discute o processo de ensino-aprendizagem em pequenas e médias cidades brasileiras com a inserção de inovação pedagógica, como as plataformas Google e o Jogo do Estatuto da Cidade, e sua relação com métodos tradicionais como o trabalho em ateliê com assessoramento por maquetes de estudo, saídas de campo e seminários de estudos de caso. Apresenta-se um roteiro para ser utilizado em análise de estudos de caso e elaboração de Projetos de Conjuntos Habitacionais de HIS.

Palavras-chave: planejamento urbano, ensino de arquitetura e urbanismo, projeto arquitetônico, habitação de interesse social.

Abstract

This article aims to analyze the experience of the integrated studio into the disciplines of Urban Planning and Architectural Design aimed at Social Housing. The interface between these disciplines took place in a context of promoting occupation and use of central expectant lands from 2015 to 2018 in an evening undergraduate in Architecture and Urbanism at UCEFF Faculty in Chapecó (Brazil). The article discusses the teaching-learning process in small and medium-sized Brazilian cities with the insertion of pedagogical innovation such as Google platforms, the Gamification, and its relationship with traditional methods such as studio works on sketches, models, trips, and case study seminars. An implemented analysis guide is presented both to case studies analysis and Social Housing design.

Keywords: urban planning, architecture teaching, architectural design, social housing.

¹ Especialista em Projeto Urbano e Gestão da Transformação Territorial pelo Politécnico de Turim (Itália), mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre e doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Arquiteto e Urbanista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), atuou entre 2013 e 2018 como docente na Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF).

² Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-graduado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano da Universidade de Dortmund (Alemanha). Professor no Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Introdução

No 3º Encontro Anual do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/SC, intitulado *Oxigenar o ensino de Arquitetura e Urbanismo* e realizado nos dias 10 e 11 de dezembro de 2015, foi apresentado aos participantes um quadro de experiências de inovação em práticas pedagógicas no ensino de Arquitetura e Urbanismo. O termo *oxigenar* presente no título já antecipa a condição de estagnação e desinteresse do aluno ante a importância da formação para além das maçantes discussões em sala de aula de textos parcialmente lidos e compreendidos para superação dos problemas fora dela. Nesse contexto, também foi enfatizada a expansão recente de oferta de cursos de graduação, em especial nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil, e a necessidade de renovação de práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem consolidadas no cenário brasileiro de ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Algumas das experiências daquele evento foram ao encontro de fomentar e promover a aplicação dos chamados ateliês integrados e, de maneira mais ousada, dos ateliês verticais no ensino de Arquitetura e Urbanismo. Esses ateliês – ou escritórios de projetos – consistem na interligação de disciplinas de um mesmo semestre, ou disciplinas ministradas consecutivamente visando abordar uma mesma situação-problema onde os discentes são chamados a debater, interagir e dialogar sobre as soluções possíveis. No caso dos ateliês verticais, trata-se de experiências que podem acomodar discentes de diferentes semestres sem a necessidade de cumprimento de pré-requisitos.

O conceito de ateliê integrado visa basicamente fazer com que diferentes disciplinas concorram para a solução de um problema urbano e, dessa forma, o papel do docente muda no sentido de procurar fazer com que as disciplinas se tornem mais atrativas, reaproximando a teoria da prática de projeto arquitetônico, central para a formação de arquitetos e urbanistas. Assim, as plataformas Google – entre elas o Google Earth, Google Street View, Google Sketchup – e jogos educativos podem ser utilizados concomitantemente a outras atividades como croquis, saídas de campo e elaboração de maquetes de estudos para obter maior engajamento discente.

O presente artigo visa analisar a experiência de utilização do ateliê integrado nas disciplinas de Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico voltado à Habitação de Interesse Social (HIS). O ateliê integrado, ainda que não se tenha utilizado esse termo no âmbito institucional, foi realizado entre 2015 e 2018 em um curso noturno de graduação em Arquitetura e Urbanismo em implantação na Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF), no município de Chapecó (SC). A condução da disciplina para promover HIS apresenta peculiaridades que distinguem a experiência de ensino de Arquitetura e Urbanismo, ainda bastante voltado à realidade metropolitana tratada em boa parte da literatura sobre ateliê integrado. Justificam-se, nesse sentido, estudos relativos a outros contextos urbanos, como é o caso das cidades médias do interior aqui abordado, e que, acredita-se, possam servir de base para experiências de outras realidades como as cidades pequenas.

Após esta parte introdutória, apresenta-se a revisão de literatura sobre o tema do ateliê (projeto) integrado e, em seguida, a metodologia da pesquisa. Em resultados, é apresentado um quadro para análise de projetos arquitetônicos que serve para leitura de estudos de caso na disciplina de Planejamento Urbano e também como um roteiro de elaboração de anteprojeto arquitetônico da disciplina de projeto de HIS. Uma seção de discussão aborda as dificuldades, limitações e possibilidades de implantação de ateliês integrados em cursos de Arquitetura e Urbanismo. Por fim, são feitas considerações finais sobre o presente estudo focalizando o contexto apresentado, em especial, no âmbito de pequenas e médias cidades do interior do Brasil.

Revisão de literatura

O crescimento econômico gerado pelo aumento do investimento público do governo federal não melhorou as condições urbanas nem a qualidade de vida nas cidades brasileiras. A Reforma Urbana, prometida e contida no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), transformou-se em seu contrário, isto é, em uma reforma às avessas que pouco fez por avançar sobre a função social da propriedade privada. O extinto Programa Minha Casa Minha Vida (criado pela Lei nº 11.977/2009) e o aumento do consumo do automóvel individual, como pacotes econômicos voltados para diluir os efeitos da crise, produziram no Brasil uma *Urbanização desurbanizadora*, onde o crescimento econômico não produziu nas cidades desenvolvimento e equidade social (ARANTES, 2013).

O Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais da política urbana e surge para o reconhecimento da função social da terra urbana, além de constituir uma oportunidade de aplicação de instrumentos avançados em termos econômicos e voltados à gestão democrática e participativa das cidades (BRASIL, 2001). Outra lei que tem lugar de destaque na formação de engenheiros, arquitetos e urbanistas é a Lei 11.888/2008, a Lei da Assistência Técnica da Habitação de Interesse Social (ATHIS), que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de HIS. A ATHIS também faz menção à atuação de servidores públicos, organizações não governamentais sem fins lucrativos e profissionais em programas de extensão como em escritórios modelos presentes em algumas universidades brasileiras (BRASIL, 2008).

A maior parte da produção sobre o tema da ATHIS faz parte de um contexto mais acadêmico que profissional, com grande quantidade de estudos e projetos realizados nas disciplinas de projeto arquitetônico, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas na pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Arquitetura e Urbanismo. Por seus resultados, a aplicação da ATHIS fica aquém do esperado, o que contrasta com uma produção consolidada relativa a métodos e boas práticas, sendo frequentemente abordada em palestras e eventos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR).

A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura vem discutindo há pelo menos quatro décadas questões nacionais de currículo do curso como, por exemplo, a relação entre projeto arquitetônico e planejamento urbano, a vinculação de questões urbanas e ambientais ao ensino e, principalmente, a indissociabilidade entre a Arquitetura e o Urbanismo, inclusive com a sugestão, de substituição de temas de formas arquitetônicas isoladamente e a afirmação de necessidades coletivas da população (GUTIERREZ, 2013). Há também uma exigência sobre o trabalho do arquiteto que demanda aprimoramento dos procedimentos adotados e a aplicação de metodologias mais sistemáticas de projeto e pesquisa (KOWALTOWSKI *et al.*, 2006).

Porangaba (2019) avalia que apesar da importância do envolvimento de arquitetos e urbanistas com a produção habitacional para a população de baixa renda, entre os profissionais da área transparece, contraditoriamente, o desejo de manutenção de um ensino superior essencialmente artístico, voltado para a valorização das obras de grandes composições arquitetônicas, e que a Habitação de Interesse Social não é priorizada na formação acadêmica. Ao mesmo tempo, Ribeiro (2002, p. 64) explica que a área de planejamento urbano “encontra-se submetida a pressões que atingem a evolução orgânica do ensino, como exemplifica a rápida difusão de novas orientações teóricas e de método, mesmo quando são tratados temas tradicionalmente incluídos em sua dinâmica”.

Problemas recorrentes nos cursos de Arquitetura e Urbanismo são: fragmentação do conhecimento, desconexão entre teoria e prática, desarticulação entre disciplinas com

sobreposição de conteúdos e que têm gerado excesso de trabalho pelos discentes e, ainda, pouca flexibilidade curricular, que pode ser superada por metodologias como atividades de extensão vinculadas aos ateliês de projeto (HECK; BECKER; MÜLLER, 2019).

O método tradicional de ensino se dá na relação entre o professor e o aluno de maneira fortemente expositiva, com direcionamento, e muitas vezes pela imposição de práticas em sala de aula com disciplinas que funcionam de forma independente e desvinculadas entre si, enquanto no método experimental o ensino se volta para a interdisciplinaridade, na busca por integração entre disciplinas com aplicação e exercício da teoria gerando novas e outras possibilidades (CAMPELLO; OLIVEIRA; DUQUE, 2015).

As reformas curriculares têm evidenciado a necessidade de compreender melhor a integração de disciplinas através da atividade nas disciplinas de projeto arquitetônico no sentido de um combate à fragmentação disciplinar (MANO; LASSANCE, 2009). Ganha destaque também, na formação de arquitetos e urbanistas, a prática em ateliê de forma integrada entre disciplinas, entre elas a interface da temática do planejamento urbano com a questão da Habitação de Interesse Social para a compreensão de utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Os ateliês de projeto se justificam amplamente pela proposta de integração de saberes de diferentes campos do conhecimento na formação de um profissional arquiteto e urbanista, quer seja dos conhecimentos oriundos da arquitetura (funcionalidade, forma, estética e o caráter simbólico do objeto arquitetônico), do urbanismo (imagem, morfologia, hierarquia, gestão do território), da teoria, da história da arte (fundamentação teórica) ou do campo da tecnologia (conforto e materiais) para elaboração de uma proposta arquitetônica que exige a demonstração de competência por meio de representação e expressão gráfica (HECK; COLUSSO, 2013).

Mesmo a prática de ateliê com saídas de campo, elaboração de maquetes de estudo e utilização de *softwares* de modelagem pode se tornar um lugar de poucas práticas críticas, criativas, reflexivas ou investigativas. O enfoque, portanto, deve se dar no método buscando, em primeiro lugar, a aproximação dos docentes de diferentes disciplinas e, após, a interação do aluno para que seja partícipe e condutor do seu próprio processo criativo.

No entanto, em sala de aula prevalecem as regras do pensamento operacional e pragmático, que muitas vezes são aceitas acriticamente pelo aluno, e o papel tradicional desempenhado pelo professor como transmissor de conhecimento aprendido em sua própria formação. Há necessidade de renovação de teorias e métodos com relação à pedagogia no processo ensino-aprendizagem por parte do docente, pois o tempo dedicado à formação tende a ser reduzido (MARASCHIN; CAMPOS; PICCININI, 2013). Os docentes de Arquitetura e Urbanismo tendem a conceber suas disciplinas como *caixinhas* bem delimitadas de atuação projetual. Tentativas de superar a fragmentação do ensino passam pela elaboração de planos de ensino conjuntos – sujeitos a mudança – e pela postura do professor ao se manter em alguns momentos como ator principal e em outros como coadjuvante (LIMA; VIEIRA-DE-ARAÚJO; NOBRE, 2017).

A constituição dos currículos de Arquitetura e Urbanismo, com base em diretrizes oficiais, foi firmado hegemonicamente em práticas tradicionais de currículo, as quais reproduzem uma cultura de seleção de conhecimentos que tendem a despolitizar as questões relacionadas à Habitação de Interesse Social (HIS) e transformá-las em problemas supostamente neutros. Poucos cursos de Arquitetura e Urbanismo de universidades federais, por exemplo, consideram os problemas da HIS como conhecimentos prioritários e obrigatórios (PORANGABA, 2019).

A abordagem da relação entre disciplinas de planejamento urbano, projeto urbano ou

desenho urbano e projeto arquitetônico de HIS, como é possível notar em buscas a bases científicas, é recente e fruto de propostas como o projeto integrado, ateliê integrado ou ateliê vertical (TINOCO *et al.*, 2003; MANO; LASSANCE, 2009; BENETTI, 2012; CAMPELLO; OLIVEIRA; DUQUE, 2015; TEIXEIRA *et al.*, 2017; VILLA; SARAMAGO; ARAÚJO, 2018; MARINO *et al.*, 2019).

Como exemplo podem-se citar os ateliês integrados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tratam da convergência de disciplinas para a resolução dos ditos problemas urbanos. Neste caso, os docentes de *disciplinas teóricas* contribuem em ateliê identificando as modalidades de moradia e auxiliam os discentes na compreensão da concepção de novas formas de se habitar nas cidades, entre elas o habitar o centro urbano, como preconiza a visão do Estatuto da Cidade (BENETTI, 2012).

Os trabalhos de Teixeira *et al.* (2017) e Marino *et al.* (2019) tratam de estudos de caso de arranjos entre disciplinas no curso de Arquitetura e Urbanismo. Os autores salientam a necessidade de alinhar a compreensão dos instrumentos do Estatuto da Cidade, a relação da disciplina de projeto arquitetônico e desenho urbano com vistas à requalificação urbana de um bairro ou de um conjunto habitacional construído. Já Campello, Oliveira e Duque (2015) se dedicam a compreender exemplos brasileiros de abordagem experimental como complemento ao método tradicional de ensino e elencam o exemplo dos ateliês verticais na UFRJ e o da Escola da Cidade, faculdade de arquitetura e urbanismo brasileira sediada no município de São Paulo, fundada em 2001 pelos professores e arquitetos associados na Associação de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Com relação ao ensino de Arquitetura e Urbanismo, Teixeira *et al.* (2017) consideram que, apesar da importância do tema para a formação de futuros profissionais projetistas, foi somente após os avanços das políticas públicas e do incentivo à construção de moradias populares, como o Projeto Minha Casa Minha Vida, que houve um aumento do interesse pelo tema da HIS em termos de participação e interação dos discentes. Marino *et al.* (2019) também apontam a inclusão da disciplina de HIS no currículo de muitos cursos de Arquitetura e Urbanismo a partir de um *aumento de demanda* do profissional arquiteto e urbanista para a resolução de problemas habitacionais.

Teixeira *et al.* (2017) argumentam sobre a importância da familiarização de questões de habitação por parte dos discentes através da visita *in loco*, de estudos em maquetes, questões de topografia, questões de preservação ambiental, estudos de referências projetuais com estudos de caso e comparação entre loteamentos urbanos, bolsões de pobreza e conjuntos habitacionais implantados.

A experiência de abordagem do ateliê integrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) revela uma das possibilidades de utilização do projeto arquitetônico em que o *projeto* atua como um elemento: a) de negociação a partir de ocupações conflitivas ou cooperativas da cidade para populações de baixa renda em favelas e bairros consolidados nas metrópoles; b) em projetos de requalificação de sítios históricos, áreas centrais e em locais de aproveitamento turístico como orla marítima e c) em estudos para assentamentos ligados à reforma agrária em *habitats* rurais (TINOCO *et al.*, 2003).

Advém da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) certo pioneirismo e um papel de popularização do Grupo PROJETER, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, que realiza eventos bianuais com o objetivo de fomentar a discussão sobre o projeto urbano e arquitetônico no contexto contemporâneo. O evento PROJETER está em sua nona edição e tem um papel importante na difusão de experiências como os ateliês integrados, ateliês verticais e outras abordagens no sentido de inovação de ensino-aprendizagem (ANPARQ, 2020).

Bay, Pousadela e Vieira (2005) consideram sobre dois conceitos didáticos fundamentais que devem orientar a organização didático-pedagógica de um curso baseado em ateliê vertical: o *tema-problema* a ser abordado de forma inter e transdisciplinar e o *sistema do ateliê*, que pode ser compreendido como uma atividade, um sistema de trabalho ou método de ensino. Para os autores, as discussões sobre a integração, verticalização, fragmentação e totalização do ateliê têm ocorrido desde as décadas de 1960 e 1970 em períodos de transformação social no Brasil e na América Latina.

Ainda, Muniz, Souza e Cunha (2019) avaliam positivamente a integração entre as disciplinas de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura com a aplicação de parcelamento de solo urbano, parques lineares e HIS. Os autores lançam mão do instrumento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) para que os discentes observem a articulação entre as características preexistentes na inserção espacial de um loteamento urbano com valorização da paisagem e áreas de preservação permanente. Cabe destacar que ZEIS é uma das possibilidades de utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade dedicados à promoção de moradia de HIS, que também pode ser abordada através da aplicação do Direito de Preempção, Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC), Operação Urbana Consorciada (OUC), Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo e desapropriação com títulos da dívida pública.

Ressalta-se, também, que os ateliês integrados não são as únicas alternativas de integração de disciplinas com a prática de projeto arquitetônico. Puntoni (2015) relata a proposta inovadora da Escola da Cidade, que valoriza a experimentação do aluno com viagens de estudos supervisionados com a prática do intercâmbio. Essa modalidade tem a *vantagem* de desobrigar o aluno de um percurso obrigatório a ser trilhado, a exemplo da escolha de disciplinas por tutorias que podem ocorrer também em outros países.

De maneira semelhante, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta os projetos arquitetônicos flexibilizados (ou *flex*, como são chamados) em uma experiência que valoriza a transdisciplinaridade, com a integração dos discentes de diferentes períodos e docentes através da técnica de utilização dos discentes veteranos como *monitores* dos discentes calouros. As práticas dos concursos internos e *maratonas* de projetos arquitetônicos vêm nesse sentido de facilitar as interações entre os discentes (TORRES, 2015).

Muitas são as tentativas de integração entre conteúdos de Arquitetura e Urbanismo que levam em consideração mudanças de ferramentas de projetar como instrumentos manuais ou auxiliados por computador, esses últimos têm assumido grande parte das discussões na literatura sobre o tema. As Maratonas de Projetos, em um ambiente que simula um ateliê vertical de forma mais livre e onde o docente atua somente como um instrutor, sem interferir na solução, fazem com que o acadêmico se perceba como um protagonista do processo (BATISTELLO; BALZAN; PEREIRA, 2016).

Há uma tentativa de superação do que se tornaram as classes de teoria e de convocar os discentes aos ateliês, seja o ateliê integrado, vertical ou *flex*. Por exemplo, metodologias como a Avaliação Pós-Ocupação (APO) podem ser úteis para a qualidade do projeto de arquitetura de HIS, aliadas à apresentação de obras referenciais e aproximações como técnicas de avaliação em estudo de caso que podem influenciar no processo de concepção projetual que visem reduzir ou sanar problemáticas identificadas (VILLA; SARAMAGO; ARAÚJO, 2018).

É preciso reconhecer que nem todas essas experiências são aplicáveis ao mesmo tempo e dependem de um contexto favorável em relação a um dos principais empecilhos, o próprio docente. Uma das maiores limitações para a aplicação dessas novas metodologias de ensino-aprendizagem parece residir na integração entre a equipe docente, que tende a preferir um *ateliê celular*. Por se tratar de uma estruturação

mais dinâmica, o sistema do ateliê deve determinar a estrutura curricular e não o seu contrário (BAY, POUSADELA, VIEIRA, 2005).

A seguir, é detalhada a tentativa de aplicação do ateliê integrado, ainda que não tenha inicialmente recebido esse nome, e que provavelmente influenciou de algum modo uma reforma curricular posterior do curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF). A experiência resguarda grande atualidade em relação ao arranjo utilizado do ateliê integrado.

Métodos

Na perspectiva da abordagem do ateliê integrado, o arranjo de disciplinas de Planejamento Urbano II e Projeto Arquitetônico VII buscou apresentar soluções para HIS que podem ser viabilizadas a partir dos instrumentos do Estatuto da Cidade para promoção e utilização dos vazios urbanos centrais. Há uma pretensão de que métodos e técnicas tradicionais, como a tutoria em ateliê com elaboração de maquetes, croquis, seminários e estudos de caso, possam concorrer com técnicas inovadoras como a modelagem tridimensional e virtual e ser um momento para se lançar mão da dramatização de questões-problema com o propósito de simular a atuação profissional dos futuros egressos.

Dessa forma, também foram inseridas oficinas de Google Sketchup, Google Earth e Google Street View com vistas a auxiliar na resolução de um estudo de caso e, posteriormente, para elaboração de anteprojeto de um Conjunto de HIS que é o produto esperado da disciplina de Projeto Arquitetônico do oitavo semestre do curso. Percebeu-se, também, a necessidade de um roteiro de estudos capaz de guiar os trabalhos dos discentes, que será apresentado a seguir na seção Resultados. O presente artigo tem, portanto, uma natureza prescritiva, isto é, ao analisar a solução do ateliê integrado na Instituição de Ensino Superior (IES), sugere-se a sua aplicação, ainda que tenha sido fruto de um contexto específico, a saber, um curso noturno em uma IES em implantação no interior do Brasil. Cabe também destacar que as turmas apresentavam dois docentes-tutores por disciplina e uma quantidade relativamente grande de alunos: de 20 a 30 por turma.

As técnicas e métodos analisados são fruto da experiência de docentes entre os anos de 2015 e 2018 com diferentes turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo, como apoio às atividades dos discentes para capacitá-los na utilização tanto dos instrumentos do Estatuto da Cidade como de novas tecnologias, como as plataformas Google, e a atuarem sobre projetos de Conjuntos Habitacionais, em especial a HIS.

As propostas de intervenção foram desenvolvidas para terrenos com área total de cerca de 10.000 m² (1 hectare) em lotes urbanos centrais lindeiros com presença de declividades. Os terrenos estavam contidos em uma ou mais quadras e em geral apresentavam áreas de preservação, equipamentos e serviços urbanos próximos, preexistências como áreas verdes e outros elementos importantes para estabelecer um diálogo com a cidade. De um semestre para outro, optou-se por mudar os locais de intervenção a fim de privilegiar diferentes olhares sobre a cidade.

Resultados

Os resultados são apresentados na ordem que se espera de aplicação de diferentes ferramentas pedagógicas ao longo de dois semestres consecutivos: a) Saídas de campo; b) Jogo do Estatuto da Cidade; c) Seminários de estudo de caso; d) Elaboração de maquetes de estudo e e) Oficinas de Google Earth, Google Street View e Google Sketchup. Na disciplina de Planejamento Urbano foi aplicado somente o Jogo do

Estatuto, enquanto as demais ferramentas foram realizadas em ambas as disciplinas.

Saídas de campo

Recurso didático bastante utilizado tanto para fins de levantamento e registro de contexto dos projetos como para formação de repertório de projeto (HECK; COLUSSO, 2013), as saídas de campo são mais bem compreendidas quando organizadas e planejadas previamente e, se possível, com a presença dos docentes de ambas as disciplinas. Orientações prévias são necessárias, como as relativas ao modo mais adequado de se vestir (roupas e calçados) e se comportar diante dos moradores. Os discentes podem exercer a capacidade de ouvir e assumir a postura de investigadores da realidade. Também, especial atenção deve ser dada aos objetos a ser portados: prancheta, mapas, cartas temáticas, câmera fotográfica, gravador de áudio. Até mesmo o uso de *drone* pode auxiliar na captura de imagens de locais menos acessíveis para futuro compartilhamento com a turma. Um seminário após a saída de campo pode ser útil para memorizar pontos críticos e para perceber as impressões dos discentes. Como forma de documentação do processo, foi exigido dos alunos um relatório de visita.

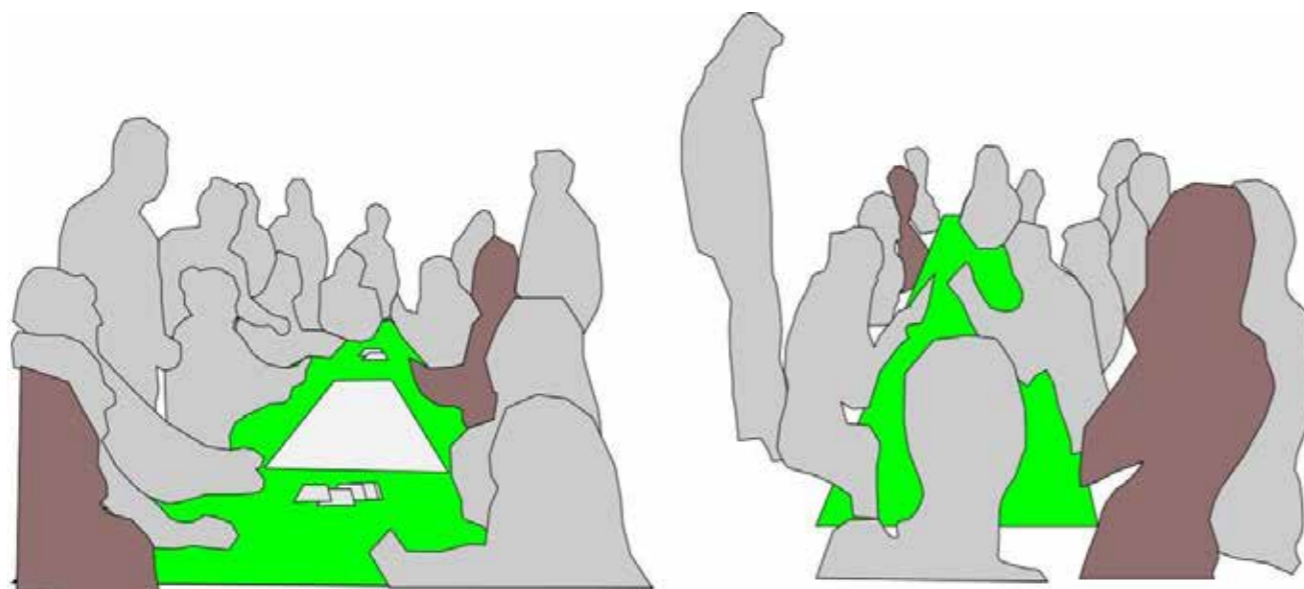
As questões previamente analisadas sobre os terrenos de intervenção devem ser retomadas durante e após a saída de campo. Pode-se dar preferência a transporte como ônibus ou minivans, a depender da quantidade de discentes, e parte da vistoria pode ser feita a pé para que os discentes contemplem elementos importantes de projeto como paisagem, declividade, presença de elementos arbóreos, preexistências, com apontamento se possível em planta. Um aproveitamento maior é obtido quando se busca analisar diferentes modalidades de uso e ocupação das cidades como: a) loteamentos urbanos novos afastados do centro urbano; b) bolsões de pobreza como favelas; c) condomínios ou conjuntos HIS novos e d) a área da proposta de planejamento urbano e posterior anteprojeto arquitetônico.

Também, podem-se observar tópicos como densidade populacional e distância do centro e evidenciar as *pressões urbanas* pela população, como busca por melhores condições de vida. Deve-se buscar retratar o lugar e fotografar o ambiente e, com auxílio de mapa cadastral, mapear e traçar as rotas vistoriadas com marcação dos dados em planta. As saídas de campo com duração de um turno do dia devem percorrer lugares da cidade passíveis de intervenção urbana. Temas como patrimônio cultural, gestão ambiental e dinâmicas socioambientais podem ser abordadas diante de grandes empreendimentos de HIS – formação de novos bolsões de pobreza, loteamentos clandestinos e legais, condomínios fechados, por exemplo.

A passagem por um ponto alto da cidade, como um topo de morro ou torre de TV, pode ser útil para observação de aspectos como gabaritos, usos e ocupação, vazios urbanos, problemas no tecido e a segregação espacial da pobreza urbana. Essa observação *in loco* não pode ser substituída pelas plataformas Google como o Google Earth ou Google Street View, muito embora, possa ser complementada como um registro existente. A estratégia de observar os problemas urbanos tem o intuito de fazer com que os discentes desenvolvam também uma empatia com as populações que devem ser atendidas e, na medida do possível, abarcar na proposta urbana alguns dos desafios vivenciados nas saídas de campo.

Na disciplina de Projeto Arquitetônico deve-se realizar novamente a visita ao terreno realizada no semestre anterior para verificar mudanças no local, novos usos, novos olhares e também o que Gehl e Svarre (2013) consideram tarefas importantes ao estudar os lugares com vistas à intervenção: a) contar (tudo pode ser contado principalmente antes, durante e depois), b) mapear (como se comportam as pessoas nos lugares, atividades, lugares etc.), c) traçar (movimento das pessoas na carta para perceber os usos), d) rastrear (procurar um usuário ou observador e realizar o mesmo percurso), e) procurar por vestígios (as atividades humanas deixam rastros

Figura 1 – Esquemas das atividades do Jogo do Estatuto da Cidade com a dramatização de personagens e destaque para a posição dos professores. Fonte: Elaboração dos autores a partir de acervo pessoal de Wellington Tischer (2016).



como lixeiras, pegadas e outros), f) fotografar (documentar situações onde acontece a interação da vida humana), g) manter um registro (registrar detalhes e nuances de interação da vida pública no espaço) e h) caminhadas-teste (caminhar pelo local sem sistematizar somente observando problemas e potenciais para a vida na cidade em determinada rota).

Dessa forma, os discentes terão à disposição para leitura da dinâmica da cidade três momentos distintos para construção de uma linha do tempo das transformações socioespaciais: a) o levantamento realizado pelo Google Street View e Google Earth; b) a saída de campo da disciplina de Planejamento Urbano e c) a saída de campo da disciplina de Projeto Arquitetônico.

Jogo do Estatuto da Cidade

Recursos didático-pedagógicos atuais podem constituir uma estratégia para atrair o interesse do estudante contemporâneo a compreender de forma lúdica os processos urbanos. Os jogos são experiências relacionais e heurísticas que exigem análise, antecipação de movimentos e um acordo ético entre os jogadores que muitas vezes estão ausentes em relações virtuais e se tornam imprescindíveis para a atuação no planejamento urbano (BRUNO; BRANCKI; PEREIRA, 2018). Os jogos podem auxiliar na abordagem e síntese de conteúdos de várias bibliografias ou mesmo de uma legislação complexa, como é o caso do Jogo do Estatuto da Cidade desenvolvido pelo Instituto Pólis, que se volta aos instrumentos contidos no Estatuto.

A dinâmica do jogo se dá pela dramatização de atores sociais específicos, em que cada aluno passa atuar a partir de determinada posição política ou até mesmo de interesse pessoal diante de determinado empreendimento. Os discentes simulam uma arena política *quase-imaginária* e podem confrontar a realização de políticas urbanas com recorrência nas cidades reais. O debate sobre o patrimônio industrial e a relação com a especulação imobiliária ou mesmo a localização de equipamentos públicos e a segregação socioespacial da população mais pobre em periferias urbanas são situações vivenciadas em Santo Expedito, que simula uma capital regional. Rurópolis, por sua vez, representa uma cidade média do interior e Tesouro de Areia apresenta uma pequena cidade do litoral brasileiro que triplica sua população durante o verão. Os participantes desempenham papéis de atores em alguma situação-problema delineada no manual. Pode-se também aproveitar alguma questão atual polêmica que vem sendo vivenciada no contexto real pelos discentes, que na sua maioria provêm de localidades urbanas e rurais de pequenos municípios.



Figura 2 – Imagem do tabuleiro de Tesouro de Areia. Fonte: Cymbalista; Santoro (2006).

O ideal é que se reservem de três a quatro horas para a dramatização do jogo e que haja uma leitura prévia e recapitulação de aulas anteriores sobre reforma urbana, Estatuto da Cidade e direito urbanístico. Para *quebrar o gelo*, os docentes podem iniciar desempenhando o papel de um gestor público leigo, de um arquiteto pouco experiente ou mesmo de um empresário *vilão* que tenta obter vantagens com determinado empreendimento, para que os estudantes tentem *convencê-lo* da necessidade de aplicação de um determinado instrumento ou alguma política específica para uma região da cidade. Os docentes devem procurar facilitar a dinâmica de debate adotando o formato de uma audiência pública. Deve-se buscar promover até mesmo disputas entre os personagens no início para, *após*, procurar junto com a turma as possibilidades disponíveis para os impasses propostos. O ideal é que não se sobressaia sobre os estudantes, conforme Figura 1.

No caso de Tesouro de Areia (Figura 2), os estudantes simularam condições existentes em cidades pequenas e médias com relação à implantação de grandes empreendimentos dedicados ao turismo de balneário. A questão da preservação ambiental se apresenta por meio da implantação de um grande *resort* em área de manguezais onde já existe um consolidado loteamento de casas de veraneio, conforme indicado no Manual de Instruções (CYMBALISTA; SANTORO, 2005). Os discentes, na tentativa de encontrar um novo local para o empreendimento, consideraram duas possibilidades: a) no centro histórico da cidade puderam se deparar também com outras questões como os efeitos da dinâmica imobiliária ao produzir a *gentrificação* do espaço público e b) os vazios próximos ao distrito industrial e a incompatibilidade de usos e ocupações que mereciam uma melhor apropriação, já que ali se constitui um local preferencial para implantação de conjuntos habitacionais por meio de instrumentos de indução do crescimento como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) seguido da aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo.

A abordagem procurou produzir nos estudantes um olhar abrangente sobre a cidade e, ainda, sobre as pressões exercidas pelos incorporadores do empreendimento no que diz respeito à necessidade de geração de emprego e renda em um contexto turístico de uma pequena cidade fragilizada historicamente pelos problemas ambientais latentes como a ocupação continuada de mangues e morros e a poluição da baía pelas atividades econômicas. A tendência de estimular o interesse de determinados grupos sociais vulneráveis, que podem ser beneficiados pelo empreendimento, pôde ser vivenciada e a intervenção da sociedade civil obteve, no contexto trabalhado em sala de aula, um protagonismo ao procurar mitigar os efeitos negativos da implantação de um grande *resort*. A busca por alternativas viáveis, utilizando o Patrimônio Cultural Edificado do centro histórico por meio de projetos urbanos de requalificação urbana e o emprego de ferramentas como o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e a Transferência do Direito de Construir (TDC), pôde apresentar também um campo de possibilidades que demandaram soluções público-privadas no sentido de promover tanto o empreendimento como a despoluição do balneário próximo ao porto de Tesouro de Areia.

No que se refere à ocupação das Áreas de Preservação Ambiental da Serra do Beija-Flor, Prainha dos Pescadores e Bairro de Vila Tereza, que também fazem parte da paisagem de Tesouro de Areia, procurou-se sensibilizar os discentes em relação à questão habitacional brasileira e à necessidade de implantação de moradia digna próxima ao centro e dos locais de trabalho da população, no caso do Distrito Industrial e empreendimentos hoteleiros à beira-mar.

Cabe ressaltar que essas simulações têm o intuito de apresentar possíveis dinâmicas que serão vivenciadas pelos discentes quando se tornarem profissionais atuantes e, para isso, procurou-se privilegiar também questões como a regularização fundiária, a ocupação de vazios urbanos centrais e a fiscalização de novas ocupações no contexto do planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastres como presentes no Bairro de Vila Tereza e bolsões de pobreza que avança sobre a Serra do Beija-Flor.

Seminários de estudos de caso

Os estudos de caso têm a função de aumentar o repertório do estudante sobre a trajetória brasileira e latino-americana de abordagem de HIS. Nesse sentido, os discentes podem realizar atividades em grupos e procurar um *case* que considerem relevante. Para uma melhor abordagem da questão, pode-se procurar dividir a turma em grupos que podem aderir basicamente a duas categorias: casos históricos e casos contemporâneos, para que, no seminário, a turma perceba uma *evolução* ou reprodução de novas e antigas práticas de apropriação sobre o tema.

A tarefa do estudo de caso guiado por um roteiro conforme o Quadro 1 teve dois objetivos básicos: a) tratar de aspectos relativos à história da HIS na realidade latino-americana e brasileira e b) conduzir o aluno para aspectos funcionais, formais, estéticos e normativos implícitos e que não são geralmente abordados na literatura. Procurou-se estimular a iniciativa de investigação do caso por parte do estudante através da busca por informações e interpretação de desenhos e imagens existentes no Google Earth e Street View para o conjunto habitacional escolhido. O intuito, nesse momento da disciplina de Planejamento Urbano, foi evidenciar as transformações ao longo do tempo e a necessidade de reflexão de eventuais omissões dos projetistas ou mudanças nos hábitos de morar nas cidades a partir de imagens da situação atual do caso estudado.

Relações	Tarefa
HISTÓRICO/TEORIA	Elaboração de um breve descritivo do projeto arquitetônico contendo fotos, imagens e informações sobre os arquitetos ou projetistas. Deve-se realizar uma leitura crítica dos pressupostos utilizados nas propostas no contexto histórico.
ACESSOS/INSERÇÃO URBANA	Visa compreender como se dá a relação do conjunto com a cidade. Como se dão os acessos até o terreno. É importante verificar mudanças no projeto original como a presença de cercas, muros e a relação com os espaços de uso coletivo e as circulações entre os blocos construídos.
CORTE/NÍVEIS DO PROJETO	Deve-se perceber a relação do projeto arquitetônico com a topografia do terreno. A implantação do empreendimento demonstra as soluções de engenharia como platôs, presença de arrimos, taludes e diferenças de nível do projeto. Há um espelhamento entre corte e implantação.
MODAIS/MOBILIDADE URBANA	Deve-se verificar as relações estabelecidas pelos diferentes modais por meio de fluxogramas com trajetos desempenhados pelos usuários em cada um dos modais (bicicleta, passeio, automóvel individual) para residentes e visitantes que apoiarão as decisões e possíveis alterações no projeto original.
PAISAGEM/VERDE/PATRIMÔNIO	Deve-se verificar a existência de áreas de preservação e outras preexistências como elementos arbóreos, córregos, bordas d'água, massas verdes e patrimônio cultural edificado, que devem ser indicadas na implantação.
URBANO/ENTORNO	Deve-se analisar a relação com o entorno da cidade. Aqui as relações espaciais com o entorno devem ser evidenciadas, como a continuidade dos arruamentos e espaços urbanos como praças e parques, bem como outras formas de apropriação pela comunidade. A pergunta a ser feita é: os blocos construídos estabelecem um <i>diálogo</i> com o entorno?
TIPOLOGIA/FACHADAS/PRIVACIDADE	Busca-se analisar as diferentes tipologias habitacionais do conjunto habitacional. A pergunta a ser atendida é: quais são os diferentes tipos de famílias atendidas? Deve-se tabular os dados contendo o número de tipos para cada tipo de família para verificar a quantidade final de indivíduos. Busca-se compreender também como se dá a relação entre fachadas contíguas e paralelas para verificar se há perda de privacidade.
MALHA ESTRUTURAL	Busca-se compreender a relação do projeto arquitetônico com os sistemas estruturais empregados (concreto armado moldado <i>in loco</i> , estrutura metálica etc.). Nesse sentido, deve-se verificar a malha empregada? 5x5, 7x5, 6x4 (em metros)?
CONFORTO TÉRMICO E LUMÍNICO	Deve-se verificar como estão dispostos os edifícios (em fita, torre, duplex, unidade isolada no lote etc.). Atende-se alguma estratégia bioclimática para o local (ventilação cruzada, dispositivo de escurecimento dos quartos, aquecimento solar passivo, resfriamento evaporativo etc.)? Visa responder também para onde as unidades estão orientadas com relação às aberturas.
DESENHO UNIVERSAL	Deve-se compreender se existem unidades para Pessoas com Deficiências (PcD), se há elevador na circulação, se os acessos são feitos por rampas, se todos os apartamentos são acessíveis e qual a sua proporção no todo das unidades habitacionais.
CIRCULAÇÕES	Deve-se compreender como se dá a circulação do usuário nas áreas comuns. A abordagem pode apoiar na compreensão da circulação até as unidades (a pátio, centralizada, lateral). As seguintes perguntas guiam o trabalho: as áreas privativas das unidades são acessadas de que forma? Existe uma portaria?
INFRAESTRUTURA ÁGUA/LUZ/ESGOTO/ GÁS	Visa compreender como é feita a reserva de água, o sistema de energia, gás e telecomunicações e o tratamento de esgoto das unidades. Também devem ser consideradas as lajes técnicas para instalação de condensadoras de ar-condicionado individual. Com a implantação, deve-se verificar a localização dos sistemas em planta e fachada de cada um desses sistemas.
PARÂMETROS URBANÍSTICOS	Deve-se elaborar o cálculo numérico de cada um dos indicadores a seguir: densidade de ocupação (hab/ha), índice de aproveitamento, taxa de ocupação e taxa de infiltração.

Ao apresentar o roteiro do trabalho, é interessante que o docente conduza os discentes até a biblioteca para iniciar a pesquisa, caso seja possível, e oferecer os livros da área para a sala de aula de modo a provocar o olhar para algumas propostas de autores-chave. Essas atividades geram bastante mobilização da turma e o desafio do professor deve sempre ser *atender a todos*. Alguns discentes têm maior empatia por formas mais inusitadas, outros pela técnica, outros ainda pela premiação, alguns privilegiam determinado projeto por possuir mais informações na internet ou mesmo por seu caráter icônico, e isso muitas vezes reduz a análise das questões de HIS em termos de complexidade urbanística e arquitetônica.

Roteiros semelhantes ao aqui apresentado têm sido utilizados, como é o caso dos critérios de Avaliação de Pós-Ocupação (APOs) propostos por Villa, Saramago e Araújo (2018), que contemplam: 1) inserção urbana; 2) inserção na quadra; 3) restrições normativas; 4) densidades; 5) acessos e circulações; 6) sistema estrutural; 7) invólucro exterior; 8) instalações prediais; 9) tipologias habitacionais; 10) flexibilidade; 11) conforto ambiental e 12) impacto ambiental. Segundo as autoras, a compreensão da relação da unidade habitacional com os espaços coletivos e a inserção urbana de HIS também fornece elementos a ser examinados pelos discentes na disciplina seguinte de Projeto Arquitetônico. A APO por meio de um roteiro como o do Quadro 1 tem maior importância e centralidade no processo de concepção de um projeto, apoiando a definição de partidos e desenvolvimento de ideias que farão parte do anteprojeto arquitetônico de Conjunto de HIS, que é o produto esperado na disciplina.

Através da análise crítica, os discentes podem construir seus próprios indicadores para depois lançarem-se à proposta do semestre. Na maioria dos casos de HIS, a verificação da legislação urbana municipal e cálculos de viabilidade-rentabilidade precedem os estudos preliminares de conjuntos habitacionais e, invariavelmente, as respostas em termos urbanos e arquitetônicos têm sido as ditas *soluções carimbos*, com unidades idênticas igualmente espaçadas buscando preencher as áreas planas do terreno. Essa lógica de elaboração de projetos arquitetônicos de HIS tem gênese em uma abordagem econômico-construtiva que se opõe frontalmente a soluções baseadas no usuário, que podem ser mais bem elaboradas à luz da produção de maquetes de estudo.

O roteiro que consta no Quadro 1 foi também utilizado no contexto dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), conforme a Figura 3.

Os elementos que compõem o roteiro foram aprimorados à medida que a implementação do ateliê vertical evoluiu na instituição. Considera-se que a construção do roteiro tem uma centralidade no âmbito da inserção de inovação pedagógica, como a *gamificação* do Jogo do Estatuto da Cidade, o uso de plataformas Google e elaboração de maquetes físicas, pois permite a observação de elementos comuns em projetos de HIS, bastante negligenciados pela análise de abordagens arquitetônicas exclusivamente com foco exclusivo no estudo da forma.

Elaboração de maquetes de estudo

As maquetes de estudo diferem das maquetes de exposição, pois não visam apresentar um produto ou uma solução e sim um processo criativo de resolução de um problema. Assim, as maquetes de estudo, aparentemente pobres em detalhes, devem contemplar relações espaciais que precisam ser resolvidas pelo projeto. Esses modelos de massa são importantes na fase criativa para observar o impacto do novo objeto e a análise do conjunto da volumetria ao alimentar uma discussão do projetista com o objeto de criação (KOWALTOWSKI *et al.*, 2006).

A inserção de novas tecnologias, como a prototipagem rápida para elaboração de



Figura 3 – Imagens de Trabalho de Conclusão de Curso baseado no Roteiro do Quadro 1. Fonte: Tormes (2018).

maquetes, tende a alterar a percepção da técnica como inerente ao processo de projeto enquanto boa parte dos discentes ainda percebe a atividade como um *produto final* de um estudo preliminar (BATISTELLO; BALZAN; PEREIRA, 2016).

Além disso, as maquetes servem como ferramentas de comunicação das ideias no processo de projeto, pois expressam sua intenção diretamente aos clientes ou usuários com pouca experiência de leitura. Esse artifício permite uma discussão mais direta, evitando equívocos e erros de interpretação. Em processos participativos, as maquetes aumentam a percepção espacial e alimentam discussões produtivas (KOWALTOWSKI *et al.*, 2006).

De preferência, a elaboração das maquetes de estudo deve ser a última atividade do semestre da disciplina de Planejamento Urbano, que antecede a disciplina de Projeto Arquitetônico de HIS. Essas maquetes podem ser conservadas para retomada das discussões pela turma no semestre seguinte. Tão importante quanto a elaboração da maquete é a interpretação e a discussão dos resultados com a turma na forma de um diálogo aberto sobre características, potencialidades e possíveis problemas das propostas, como a resolução da topografia com platôs, taludes e arrimos ou a orientação dos blocos construídos, buscando a melhor orientação solar, ou mesmo a localização preferencial de pátios de estacionamento, áreas verdes, áreas recreativas e amenidades como as áreas de lazer.

Nesse ponto, há grande afã dos discentes para resolução de pavimento-tipo e outras resoluções planimétricas do projeto arquitetônico que podem ser realizadas invertendo a lógica de projeto. Primeiro, resolver o térreo para depois resolver os pavimentos-tipo. O tema da acessibilidade arquitetônica também pode ser perpassado buscando uma estratégia de produzir empatia nos discentes, como colocar-se no lugar dos usuários e permitir o acesso das pessoas com deficiência, gestantes, com mobilidade reduzida, idosos ou uma pessoa com um carrinho de bebê, por exemplo.

Para o partido arquitetônico da disciplina estabeleceu-se uma densidade urbana em torno de 300 a 500 habitantes por hectare, o que em um terreno de 1 hectare abrigará

uma população de 300 a 500 indivíduos. Esse indicador advém da noção de que as cidades não podem ser sub ou superutilizadas, em ambos os casos gerando pressões sociais e problemas urbanos. Considerando diferentes tipos arquitetônicos com 1, 4, 8 indivíduos por família em cada unidade, por exemplo, pode-se estabelecer um balanço entre os diferentes tipos de família e vagas de garagem por unidade. Assim, as vagas de garagem, que geralmente ocupam o térreo, podem variar de nenhuma a duas vagas por unidade, conformando uma importante decisão na ocupação dos espaços comunitários.

As vagas de garagem configuram um importante elemento na implantação do empreendimento de um Conjunto Habitacional, especialmente quando se trata de HIS, e podem diminuir significativamente relações espaciais, como espaços de lazer, por exemplo. No caso de HIS, também tem grande importância a presença de serviços e comércio de primeira necessidade como padaria, mercearia, salão de beleza, espaços de culto e farmácia. Muito embora a maior parte desses serviços seja negligenciada pelos projetistas, a apropriação pelos moradores será inevitável após a implantação do conjunto.

Pode-se procurar observar no projeto a preocupação com relação às preexistências urbanas no entorno, como a presença de elementos já citados de lazer, unidades de saúde, creches, escolas e parques de forma a facilitar o acesso de pedestres pelos moradores e até mesmo posicionar acessos principais e secundários para evitar trajetos longos e facilitar a vida dos moradores locais e usuários dos conjuntos de HIS. Souto e De Conto (2020) afirmam que, durante o processo criativo, são importantes estudos em modelos de massa para analisar o conjunto da volumetria, composição e o impacto da sua implantação em relação ao entorno e a relação estabelecida com a área aberta. As autoras consideram sobre tomar partido da topografia e massas vegetativas preexistentes elaborando uma relação objetiva com a materialidade e a tridimensionalidade.

Para além da questão legal das áreas de preservação, essas áreas podem ser utilizadas como condicionantes ou oportunidades de ocupação local como bordas d'água, beira de rios, áreas de grande declividade e remanescentes arbóreos, que podem trazer vitalidade à proposta por configurarem elementos de apreciação paisagística e potencialidade de usos como praças e áreas verdes. Nesse contexto, é possível observar que todos esses equipamentos urbanos podem configurar condicionantes de projeto, conforme a Figura 4, em concordância com os blocos construídos, sobretudo buscando superar a implantação de blocos de tipo H, que levam em consideração unicamente a facilidade de execução dos blocos construídos e não a qualidade de vida dos usuários.

Com relação às maquetes de estudo, procurou-se abordar o tema de diferentes aspectos com relação à intervenção no terreno com declividades médias entre 15% e 30%, procurando evidenciar vantagens e desvantagens da ocupação com dois pavimentos, edifícios em lâmina, duplex, torres de blocos e de edifícios que conformam a quadra, conforme a Figura 4. A questão central da orientação, nesse momento, é evitar discussões com relação aos índices de forma como índice de aproveitamento, recuos, gabaritos e taxas de ocupação, e sim focalizar na experiência dos usuários desde o acesso até as respectivas unidades habitacionais.

Oficinas de Google Earth, Street View e Sketchup

Ao complementar as aulas com as oficinas, os discentes podem perceber uma aplicação prática de determinados *softwares* disponíveis muito utilizados por projetistas



Figura 4 – Diferentes propostas de intervenção em um terreno com declividades médias. Fonte: Acervo pessoal de Wellington Tischer (2017).

no dia a dia. O ideal é que ocorram em dias determinados, que sejam ministradas por palestrantes, outros docentes ou mesmo discentes que possuam maiores habilidades com essas ferramentas. Ainda, as plataformas possuem interação entre elas para a obtenção de declividades e formato do terreno. Essas são úteis para levantamentos urbanos como infraestrutura urbana, visualização e detecção de elementos arbóreos, áreas verdes, espaços murados, apropriações urbanas e outros elementos do entorno, ainda que de baixa precisão.

O Google Sketchup, por exemplo, apesar de sua ampla difusão entre discentes e profissionais, tem sido pouco estudado como uma ferramenta do processo criativo. Diferentemente dos *softwares* de Desenho Assistido por Computador (CAD), que realizam uma representação bidimensional de um objeto arquitetônico, o Google Sketchup é uma poderosa ferramenta de composição e convencimento para um partido arquitetônico. A sua aplicação pode ser mais bem compreendida após a realização da maquete de estudos para que o discente tenha um olhar mais atento sobre a relação do conjunto a ser construído e seu entorno próximo.

O Google Sketchup apoia-se na prática de simulação em uma representação detalhada e amigável da realidade, tendo pouca utilidade para entrega do trabalho final (renderização) ou mesmo disposição de elementos construtivos como estrutura e vedação. Com essa ferramenta é possível realizar simulações expeditas de insolação, por exemplo, porém seu potencial não está em criar uma realidade fotorrealística, mas em orientar o processo de criação. A interface amigável e a facilidade de utilização pelos usuários, muitas vezes de forma pouco orientada, tem conseguido angariar o posto de plataforma mais utilizada em escritórios de arquitetura, ainda que não suplante a realização de desenhos bidimensionais ou representação em CAD e tampouco venha

substituir as plataformas de Building Information Modeling (BIM).

O Google Sketchup tem auxiliado arquitetos, engenheiros e projetistas a simular condições espaciais que, conforme Kowaltowski *et al.* (2006), ao se referirem aos *softwares* tridimensionais, fornecem uma experimentação de volumetria ampliada com melhoria das ideias substituindo, de alguma forma, o prazer do desenho pelo prazer da volumetria e elevando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de projeto. Os autores também notam que a partir destes *softwares* tridimensionais houve, paradoxalmente, um impulso para o retorno de modelos físicos no processo não só por discentes, mas também por profissionais da área para investigar melhor as relações espaciais produzidas por uma intervenção.

Discussão

Alguns cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo apresentam disciplinas de HIS há praticamente meio século, como é o caso da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (HECK; BECKER; MÜLLER, 2019), e experiências que visam a garantia de moradia digna para as populações mais pobres das cidades têm sido objeto de estudos, pesquisas e ações de extensão universitária, como por exemplo os escritórios-modelo, principalmente em universidades consolidadas. No entanto, embora muitos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo tenham sido criados nos últimos vinte anos, não têm uma densidade de experiências capazes de se traduzirem em referência. Mas é possível se lançar mão da experimentação de novas tecnologias e da inovação pedagógica para despertar uma transformação das disciplinas, conforme se vê no exemplo aqui abordado.

A tradição de ensino de HIS, basta notar, mesmo nas universidades consolidadas não se transformou em uma difusão de boas práticas sobre o tema capaz de servir de modelo para o Programa Minha Casa Minha Vida. A baixa qualidade ambiental pode ser resultante de estratégias de políticas públicas mais voltadas ao crescimento econômico do que um pacote habitacional propriamente dito, a exemplo dos conjuntos habitacionais historicamente aplicados desde os anos 1970 como no caso das unidades do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Nesse sentido, pode-se refletir sobre a localização dos empreendimentos habitacionais de HIS que foram implantados nas primeiras duas décadas do século XXI, em sua maioria situados na periferia das cidades e que resultaram na segregação social da população atendida – à revelia do próprio Estatuto da Cidade, que preconiza a aplicação de instrumentos de combate à especulação imobiliária nos vazios urbanos centrais. Assim, apesar da grande difusão e conhecimento produzido sobre esses instrumentos em nível acadêmico, pouco foi sendo absorvido ou aplicado na realidade das cidades médias e pequenas, permanecendo quando muito como uma *lista de desejos* jurídico-administrativos nos planos-diretores municipais.

Alguns cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo passaram a incorporar nas disciplinas de Projeto Arquitetônico o tema, as práticas, técnicas e reflexões associadas às disciplinas de Planejamento Urbano. Essa integração entre as disciplinas exige habilidade para tratar do tema sem descuidar da qualidade na abordagem de questões como gestão democrática, sustentabilidade ambiental, patrimônio cultural, acessibilidade arquitetônica e outros temas transversais e, principalmente, de como inseri-los na prática profissional.

O engajamento em dramatização por meio de jogos, maquetes de estudo e uso de plataformas Google pode também não ser percebido pelo aluno como possibilidade de uso de ferramentas para o processo criativo. O perfil do discente, mais voltado ao desenho de representação como os *softwares* de Desenho Assistido por Computador (CAD), muitas vezes exclui essa possibilidade de interação em favor de uma resolução planialtimétrica que muitas vezes empobrece as soluções urbanas e arquitetônicas. Infelizmente, na educação formal prévia recebida pelos discentes as atividades artísticas e manuais, como as maquetes de estudo e os jogos de dramatização, podem ser encaradas como algo *infantil* ou mesmo *pouco profissional* como no caso do Google Sketchup, se comparado às plataformas de BIM. Há ainda o risco de essas ferramentas serem percebidas como *mais uma tarefa*, tirando o foco do anteprojeto do conjunto habitacional que é o produto das disciplinas, colocando ênfase mais no resultado do que no processo. Em parte, o mesmo pode ser dito em relação à renderização, que toma boa parte do tempo dos estudantes que poderia ser dedicado a outras formas de investigação espacial.

Outro obstáculo para o sucesso do aprendizado em ateliê diz respeito aos diferentes perfis dos docentes, que acabam por gerar uma confusão nos discentes com relação às diferentes metodologias de projeto a cada semestre (HECK; COLUSSO, 2013). Os seminários da disciplina, nesse sentido, podem ser valorizados para produzir reflexões crítico-criativas sobre a proposta de intervenção, de modo que as aulas sejam mais dialogadas e não tão expositivas. De maneira geral, a prática do seminário pode ser orientada para uma discussão dos elementos que deverão ser solucionados no projeto arquitetônico de forma colaborativa (entre os discentes e docentes) e menos como uma defesa autoral e incondicional de ideias pelos discentes.

A elaboração de um roteiro como o apresentado no Quadro 1 demonstrou-se exitoso na análise de estudo de caso e apoia a construção de um programa de necessidade que avança sobre uma abordagem baseada no usuário, em vez de um enfoque construtivo-econômico de conjuntos habitacionais de HIS. No entanto, o tema da participação do usuário final (morador) não foi implementado sequer na elaboração do programa de necessidades, o que constitui a maior limitação da experiência relatada no presente artigo. Cabe ao arquiteto, como afirmam Baltazar e Kapp (2006), o papel de criar instrumentos para que os usuários e construtores possam determinar as necessidades e elementos mais importantes do projeto. Nesse sentido, jogos educativos, plataformas digitais e maquetes de estudos podem ser também valiosos instrumentos a ser abordados quando apreendidos pelos discentes para abordagens mais participativas.

A percepção de docentes da área de Arquitetura e Urbanismo com os novos ares da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) trouxe uma nova perspectiva de *novo* nicho de mercado para profissionais recém-formados e precisa ser abordada pelos discentes em ateliês integrados. Recomenda-se, assim, que os ateliês integrados possam aprofundar questões como regularização fundiária, participação popular, riscos ambientais, estilização de normas urbanísticas ou mesmo o conceito de *open building*, conforme Murtinho (2013), para que o aluno perceba o projeto de HIS não como algo acabado, mas que sofrerá alterações pelos moradores que podem estar previstas em projeto.

Considerações finais

O presente artigo analisou a experiência do ateliê integrado nas disciplinas de Planejamento Urbano e Projeto Arquitetônico voltado à Habitação de Interesse Social

(HIS) em uma IES em implantação de uma média cidade do interior da Região Sul do Brasil. A interface com as disciplinas para a promoção de ocupação dos vazios urbanos previstas no Estatuto das Cidades se deu através da inserção de inovação como as plataformas Google e a relação com métodos tradicionais como o trabalho em ateliê com assessoramento por croquis, maquetes de estudo, saídas de campo, seminários e estudos de caso. Esse enredamento vem no sentido de apontar para uma mudança no procedimento projetual que enfoca, em lugar de um *conceito*, muito presente na prática do arquiteto, uma busca de articulações espaciais, soluções construtivas e adequação ao contexto natural e urbano de HIS (KAPP; NOGUEIRA; BALTAZAR, 2009).

O arranjo do ateliê integrado deve ser acompanhado também de uma mudança de postura dos professores-tutores das disciplinas envolvidas no sentido de trazer para sala de aula novos elementos como jogos presenciais ou virtuais, novas técnicas, tecnologias, oficinas e promover saídas de campo para aproximação do tema. Também, não se descartam as práticas tradicionais de trabalho em ateliê como os croquis, elaboração de maquete, de preferência por modelos de estudo em vez de apresentação, e desenho *em prancheta* ou por meio de *softwares* CAD de representação arquitetônica. Verificou-se a necessidade de roteirização das tarefas e, portanto lançou-se mão de um roteiro (Quadro 1) capaz de ser útil para a interpretação de *cases* e que auxiliasse a elaboração de programas e projetos arquitetônicos que apresentassem critérios atuais com foco na experimentação do usuário no lugar da construtibilidade do conjunto. Todos esses elementos apontam para a necessidade de dar maior ênfase com relação ao interesse do estudante para o processo criativo em vez do excessivo foco dado ao produto final da disciplina, sobretudo, no último terço do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Com a construção de um roteiro de análise capaz de guiar as leituras de projetos arquitetônicos de HIS na disciplina de Planejamento Urbano, pôde-se perceber uma qualidade maior do partido arquitetônico produzido. Dessa maneira, recomenda-se que o ateliê integrado funcione da seguinte maneira: a disciplina de Planejamento Urbano, que antecede a disciplina de Projeto Arquitetônico de HIS, pode iniciar com a exposição da problemática em torno do tema em seminários de textos escolhidos sobre o contexto da reforma urbana envolvendo o Estatuto da Cidade, seguidos de saída de campo para visualização de lugares-problema e *lugares-solução* da cidade e também da área de intervenção que será utilizada em ambas as disciplinas de forma consecutiva. Podem-se prever visitas, de preferência, aos seguintes locais: a) loteamentos urbanos periféricos, b) conjuntos habitacionais de HIS, c) bolsões de pobreza urbana como favelas e d) vazios urbanos centrais (preferidos para a proposta).

Na disciplina de Planejamento Urbano pode-se lançar mão de jogos didáticos e outras atividades que promovam a participação e interação entre os discentes, como os estudos de caso, que podem ser guiados pelo professor. Também, pode-se promover a utilização de roteiros como o do Quadro 1 para leitura crítica de casos icônicos da arquitetura brasileira e latino-americana, procurando dividir os grupos em duas grandes categorias: casos históricos e casos contemporâneos para abordar com a turma também questões relativas às mudanças na trajetória da HIS. As oficinas de Google Earth, Google Street View e CAD podem ser realizadas nos momentos em que os discentes confrontarem cada um dos tópicos previstos ou também através de monitorias, ou mesmo na semana acadêmica, que ocorre geralmente na metade do semestre acadêmico.

A última atividade do semestre de Planejamento Urbano pode ser a entrega da maquete física de estudos de uma proposta de intervenção, de duas a três semanas

antes das entregas finais, deixando os últimos encontros para discussão com a turma e abordagem das propostas que devem ser retomadas no semestre seguinte em Projeto Arquitetônico. Este poderá iniciar com uma saída de campo, dessa vez mais breve, para orientação baseada no usuário.

À medida que o partido arquitetônico se consolida abarcando e resolvendo todas as condições ambientais e urbanas colocadas no roteiro, a proposta pode ser mais bem resolvida em termos espaciais e funcionais utilizando-se a plataforma do Google Sketchup para melhor desempenho da ferramenta de composição e volumetria. Ferramentas como caixa de areia, bloco dinâmico, componentes e criação e edição de componentes podem ser mais bem compreendidas com oficinas, *workshops* e assessoramentos coletivos dentro ou fora da disciplina, como já exposto, por meio de semana acadêmica ou projetos de extensão.

Como trabalhos futuros, sugere-se a aplicação de pilotos ou experimentação entre as demais disciplinas para verificar a viabilidade de ateliês verticais e integrados relacionados à arquitetura, planejamento urbano e projeto paisagístico, por exemplo, no que diz respeito à regularização fundiária e formação de bolsões de pobreza. Nestes, os instrumentos do Estatuto da Cidade podem, igualmente, ter êxito no contexto de pequenas e médias cidades do interior, nas quais ambas questões, infelizmente, ainda são muito presentes.

A maior limitação do presente estudo foi a tentativa de experimentação em um curso noturno em implantação, com suas peculiaridades, no contexto de expansão de cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo em uma cidade média do interior do Brasil, que não permitiu um efeito comparativo tipo antes e depois. Outra limitação diz respeito às oficinas, que nem sempre foram frequentadas pelos discentes das disciplinas. O Jogo do Estatuto da Cidade teve grande êxito na sua execução, enquanto os estudos em maquete ainda são um elemento de difícil abordagem pelos discentes, que tendem a encará-lo como mais uma tarefa e não como uma ferramenta útil para, tomando de empréstimo o termo das palestras CAU/SC da introdução, *oxigenar* o ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (org.). *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: ICP, 2014. p. 41-66.

ANPARQ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. 9º *PROJETAR 2019*. Disponível em: http://www.anparq.org.br/Noticias.php?noticia_id=186. Acesso em: 23 nov. 2020.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 93-103, 2006.

BATISTELLO, Paula; BALZAN, Katiane Laura; PEREIRA, Alice Cybis. Integração no ensino de Arquitetura e Urbanismo: experiências com ateliês verticais. *Revista Projetar*, v. 1, n. 3, dez. 2016.

BAY, Maria Inês; POUSADELA, Miguel Angel; VIEIRA, Jorge Luiz. Ateliê Vertical de

Projeto: certezas e descobertas no processo de implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense. In: SEMINÁRIO SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 2, Rio de Janeiro, nov. 2005. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2005.

BENETTI, Pablo. *Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. *Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRUNO, Guilherme Rodrigues; BRANCKI, Ana Paula Berwanger; PEREIRA, Tainara Alves. Academia, cidade e jogo: experiências de aprendizagem sociointeracionista. *Políticas Públicas & Cidades*, v. 6, n. 2, dez. 2018.

CAMPELLO, Mauro; OLIVEIRA, Gabriel.; DUQUE, Raiane. Uma estratégia pedagógica para o ensino da arquitetura e do urbanismo no Brasil: abordagem experimental como complemento ao método tradicional. In: PROJETAR – Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática, 7, 30 de setembro a 2 de outubro de 2015, Natal. *Anais [...]*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula (coord.). *Jogo do Estatuto da Cidade – Manual de Instruções*: Tesouro de Areia. 2. ed. São Paulo: Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2005.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *How to study public life*. Island Press, 2013.

GUTIERREZ, Ester Judite (org.). *A construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: ABEA, 2013.

HECK, Adalberto da Rocha; BECKER, Débora; MÜLLER, Angela Maria. A experiência da curricularização de atividades de extensão como estratégia pedagógica: o ateliê de Habitação Social – Unisinos/PMSL/Comunidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, Natal, 27 a 31 de maio 2019. *Anais [...]*. Natal: ENANPUR, 2019.

HECK, Adalberto da Rocha; COLUSSO, Izabele. Novas práticas pedagógicas no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISINOS: o Atelier de Projeto. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 32, Goiânia, 13 a 15 de novembro de 2013. *Anais [...]*. Goiânia: ENSEA, 2013.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema. In: PROJETAR – Projeto como investigação: ensino,

pesquisa e prática, 4, São Paulo, 13 a 16 de outubro de 2009. *Anais [...]*. São Paulo, 2009.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornélie Knatz; CELANI, Maria Gabriela Caffarena; MOREIRA, Daniel de Carvalho; PINA, Silvia Aparecida Mikami; RUSCHEL, Regina Coeli; DA SILVA, Vanessa Gomes; LABAKI, Lucila Chebel; PETRECHE, João Roberto. Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico. *Ambiente Construído*, v. 6, n. 2, p. 7-19, abr./jun. 2006.

LIMA, Verônica Maria; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália; NOBRE, Paulo José. Saindo das caixinhas: por um processo ensino-aprendizagem mais próximo da realidade. In: XXXIV ENSEA/ XVIII CONABEA. *Anais [...]*. Natal: ABEA, 2017.

MANO, Rafael Simões; LASSANCE, Guilherme. O ateliê integrado: potencialidades e limitações para a transformação do ensino de arquitetura. In: PROJETAR – Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática, 4, São Paulo, 13 a 16 de outubro de 2009. *Anais [...]*. São Paulo, 2009.

MARASCHIN, Clarice; CAMPOS, Heleniza Ávila; PICCININI, Livia Teresinha Salomão. Arquitetura e Urbanismo: os desafios ao ensino do planejamento urbano contemporâneo. *Revista Arquisur*, n. 4, v. 3, 2013.

MARINO, Filipe Ungaro; PILARES, Alvaro; CÂNDIDO, Raquel; GARCIA, Gabriel. Habitação de Interesse Social: a prática de docência interdisciplinar. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 1, n. 1, p. 81-99, 2019.

MUNIZ, Andreia Fernandes; SOUZA, Ana Dieuzeide Santos; CUNHA, Clóvis Aquino Freitas. ZEIS como instrumento de promoção da Habitação Social: experiência do primeiro Ateliê de Projetos no ensino de Arquitetura. In: PROJETAR – Arquitetura e cidade: privilégios, conflitos e possibilidades, 9, Curitiba, 22 a 25 de outubro de 2019. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR/Universidade Positivo, 2019.

MURTINHO, Vítor. Open building: um processo em aberto. *Metálica*, n. 30, 2013. Disponível em: <http://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43752>. Acesso em: 24 set. 2020.

PORANGABA, Alexandro Tenório. *O lugar da Habitação de Interesse Social no Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PUNTONI, Álvaro Luís. *Formação e atuação profissional*. In: ENCONTRO ANUAL DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU/SC – Oxigenar o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, 3, Florianópolis, 2015. (Comunicação oral).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 63-72, maio/nov. 2002.

SOUTO, Ana Elisa; DE CONTO, Vanessa. O projeto como objeto de investigação: observações sobre o processo de projeto a partir da maquete física. *Revista de Arquitetura e Arte (5% Arquitetura + Arte)*, ano 15, v. 2, n. 19, p. 1-19, jul./dez. 2020.

TEIXEIRA, Catharina Christina; PESSOA, Denise Falcão; RODRIGUES, Giselly Barros; BARROS, Mariana Cicuto; AKAMINE, Rogerio; DE ARAGÃO, Solange; DE LIMA, Vinicius Luz. A questão da habitação social no ensino de projeto integrado ao desenho urbano. *Revista Vitruvius*, Arquitectos, ano 18, dez. 2017.

TINOCO, Marcelo; TEIXEIRA, Rubenilson Brazão; BORGES, Amadja; MORAES, Maria Cristina; BENTES, Dulce; COSTA, Fernando. Especificidades e interfaces no ensino de projeto: a experiência do ateliê integrado no departamento de arquitetura da UFRN. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 1, Natal, outubro de 2003. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2003.

TORMES, Kátia. *Conjunto Habitacional de Interesse Social Sustentável*. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Empresarial de Chapecó (UCEFF), Chapecó, 2018.

TORRES, Juliana. *Experiências de inovações pedagógicas no ensino de Arquitetura e Urbanismo*. In: ENCONTRO ANUAL DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU/SC – Oxigenar o Ensino de Arquitetura e Urbanismo, 3, Florianópolis, 2015. (Comunicação oral).

VILLA, Simone Barbosa; SARAMAGO, Rita de Cássia Pereira; ARAÚJO, Débora Cristina. Avaliação Pós-Ocupação no ensino de projeto de arquitetura: uma experiência didático-pedagógica na disciplina “Atelier de projeto integrado V”. *Gestão e Tecnologia de Projetos*, São Carlos, v. 13, n. 1, p. 7-20, 2018.

LUGARES DAS NOSSAS VIDAS NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO

Experiências plurais em pequenas cidades

*PLACES OF OUR LIVES IN THE EDUCATIONAL PROCESS
OF ARCHITECTURE AND URBANISM
Plural experiences in small towns*

*Cristhian Moreira Brum¹,
Tarcísio Dorn de Oliveira² e Helena Copetti Callai³*

Resumo

As singularidades de cada lugar têm as características específicas que lhes dão as marcas que, por sua universalidade, se conectam com o mundo. Apresentamos, neste texto, duas experiências que discutem o ser humano como um sujeito social que vive em um mundo e nele precisa se situar. Esse sujeito, empiricamente, desnuda as possibilidades de ser, capaz de tomar as rédeas de sua vida, articulando os seus afazeres com as demandas que lhe são postas no cotidiano da sua vida. As experiências que compõem o presente artigo são apresentadas a partir de sua efetivação em duas cidades pequenas e elas têm em si a condução teórica e metodológica que as sustentaram. Ao apresentá-las, a motivação é contextualizá-las na dimensão de um processo educativo que envolve os sujeitos em tarefas operacionais que ligam o mundo empírico às dimensões teóricas que lhes dão sustentação.

Palavras-chave: pequenas cidades, arquitetura, urbanismo, ensino, aprendizagem.

Abstract

The singularities of each place have the specific characteristics that give them the marks that, due to their universality, connect with the world. In this text, we present two experiences that discuss the human being as a social subject who lives in a world and needs to situate himself in it. This subject, empirically, lays bare the possibilities of being, capable of taking the reins of his life, articulating his tasks with the demands placed on him in his daily life. The experiences that make up this article are presented from its realization in two small towns and they have in them the theoretical and methodological guidance that supported them. When presenting them, the motivation is to contextualize them in the dimension of an educational process that involves the subjects in operational tasks that link the empirical world to the theoretical dimensions that support them.

Keywords: small towns, architecture, urbanism, teaching, learning.

1 Pós-Doutor e Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Franciscano. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

2 Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição de Ensino Superior Meridional. Doutor em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta.

3 Pós-doutora pela Universidade Autónoma de Madrid – Espanha. Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo. Licenciada e Bacharela em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.

Introdução

Os espaços das pequenas cidades são os lugares das nossas vidas e, assim, eles se apresentam aos nossos olhos iluminados pela luz que nas paisagens indicam as cores, os sons, os odores, as edificações e os movimentos da própria vida – e são resultados dos humanos que ali vivem. Um resultado que diz como é a vida, como são as relações entre os humanos e, daí decorrente, sua relação com a natureza. Mas não espaços isolados, pelo contrário, estão intimamente ligados numa horizontalidade com seus vizinhos, numa verticalidade e numa estrutura hierarquizada que diz do local e do global.

Sendo fiéis à ideia de que qualquer atividade profissional requer o cuidado com dois aspectos, a saber, a dimensão técnica e a dimensão pedagógica, nos valem da citação a seguir para considerar como pano de fundo para a análise e motivação para a apresentação dessas experiências. Para Marques (1992), qualquer profissional em sua atuação precisa saber lidar com pessoas e grupos, ter ligação estreita com a sociedade e a cultura, compreender os valores e normas que nela existem e considerar os tempos e lugares onde atua. E acrescenta que:

[...] não se ensinam ou aprendem coisas, mas relações estabelecidas em entendimento mútuo e expressas em conceitos, que, por sua vez, são construções históricas, isto é, nunca (apenas) dadas, mas sempre retomadas por sujeitos em interação e movidos por interesses práticos no mundo em que vivem (MARQUES, 1992, p. 77).

As experiências aqui apresentadas dizem desse fazer profissional que é social, que envolve o domínio das técnicas e a capacidade pedagógica do fazer acontecer, quer dizer, de efetivar a realização das atividades. Essas envolvem sempre a ação humana que acontece em lugares específicos, demarcados em tempos, espaços e grupos singulares.

Nesse intuito, pretendemos aqui fazer uma reflexão a partir dessas experiências já realizadas e que envolveram docentes e discentes de cursos de Arquitetura e Urbanismo (além de outros) em duas cidades pequenas – Iraí/RS e Ijuí/RS, sendo que em Iraí aconteceu o *Taller* Vertical Internacional (*Taller*) e, na cidade de Ijuí, foi desenvolvido o Workshop Binacional de Ideação e Intervenção Urbana (WIIU).

Embasamento teórico

Importa-nos definir três conceitos: lugar, paisagem e cidade para iluminar a análise das experiências supracitadas, haja vista, que é a articulação desses conceitos o ponto fundante nessas experiências. O conceito de cidadania perpassa toda a lógica dessas experiências e, por isso mesmo, faz parte da argumentação acerca dos trabalhos realizados, sejam eles um programa de extensão (*Taller*), que tem já uma história e que envolve instituições internacionais que atuam em rede e um projeto colaborativo (WIIU) que também é internacional, na medida em que envolve instituições de dois países. Nesse sentido, Oliveira e Mussi, 2020 (p. 56999) observam que:

A arquitetura e a cidade mostram-se como expressão humana privilegiada para os processos de ensino e aprendizagem, pois valem-se do patrimônio e do espaço como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando, questionando e explorando todos os seus

aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Lugar é um espaço delimitado que apresenta características que lhe são específicas e que decorrem das histórias dos que ali viveram e dos que atualmente vivem, pois “o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno” (CARLOS, 1996, p. 26). O lugar sempre é demarcado pelo seu sítio e pela sua situação, que dizer, é um espaço absoluto que tem limites que o demarcam fisicamente com características da natureza e da sociedade que o compõem. Entretanto, é situado sempre num âmbito maior que pode ter, como características, aspectos naturais e aspectos humanos.

O *sítio*, por sua vez, abarca determinado espaço circunscrito e tem características que são da natureza e da sociedade. Também tem marcas que são as edificações que materializam a história humana ao longo do tempo. A situação diz do entorno e das relações que se estabelecem, pois que todos os lugares fazem parte de redes, e “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1996, p. 252). Estabelece-se nos lugares uma realidade “que sempre é tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência” (idem p. 252).

Já *paisagem* é um retrato de determinado lugar em determinado tempo, mostrando na sua aparência aquilo que é sua parte constitutiva e, nesse, observa-se de imediato aquilo que é visível. A esse respeito, adotamos o conceito de Milton Santos (1988, p. 61) que diz que “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa vista alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. E, deve-se reconhecer que há histórias por detrás das aparências e, portanto, a paisagem? traz em si os movimentos que representam a própria vida.

Cada paisagem de cada lugar tem marcas que são parte das vidas dos que ali vivem e, como tal, ouvir os sujeitos do lugar é tão importante quanto envolvê-los nas ações em que possam participar concretamente nos processos. Mas, mais que isso, a participação deve ser consciente, a fim de que os sujeitos percebam que podem ter voz, que podem argumentar em favor de seus interesses. Se a paisagem mostra as heranças de um patrimônio construído, que os que vivem no lugar herdaram e modificam pelo seu viver cotidiano, nunca é igual em si mesma, pois que vai sendo modificada pelas ações dos homens e pelas forças da natureza. É a herança de quem já viveu e que nos seus embates entre o público e o privado, entre os interesses locais que identificam e demarcam problemas singulares e as determinações do mundo global, criaram essas feições. As paisagens, nesse sentido, refletem as histórias que precisam ser reconhecidas e disponibilizam elementos para ações atuais.

Cidade, por sua vez, é abordada aqui como conceito que trata de uma construção humana, que ao longo do tempo vai se constituindo como um núcleo regente da sociedade, contendo em si o poder que é político, econômico, religioso, cultural, da educação, da saúde, do lazer. Mas além do reconhecimento do conceito, a cidade é a concretização da vida humana, e, como tal, apresenta uma estrutura e organização que, no decorrer das relações sociais, vai se constituindo como lócus de vida das pessoas que a habitam.

Uma cidade pequena possibilita que tudo seja mais aproximado, de forma que mesmo os interesses que são públicos e que visam atender as demandas de quem

ali vive, estejam contextualizados numa complexidade que é política, econômica e que considera forças externas que se contrapõem ao que é do local. Santos (1996), ao trabalhar com um conceito que aqui nos é caro, fala da *força do lugar*, e diz que “a ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifique aspectos da outra” (SANTOS, 1996, p. 272). Ele avança, ao dizer que a ordem global é *desterritorializada*, pois que separa o centro da ação, a sede da ação e a ordem local *reterritorializada*, uma vez que é a ordem do espaço banal. Ali se “reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1996, p. 272-273).

Cidadania é uma construção humana que diz do próprio viver em sociedade. Isso porque, como cidadãos em um território, com razões éticas, buscamos a compreensão dos problemas que afetam a humanidade e o encaminhamento de soluções. Os problemas sociais e ambientais se apresentam como emergência planetária causada por desalinhamentos das relações sociedade-natureza. A nossa condição de cidadania num mundo global, em que o universal se faz presente em cada lugar, assume singularidades que reportam às nossas histórias e vivências do cotidiano, que precisam ser compreendidas e situadas no mundo que é complexo e diverso.

Para isso, é fundamental problematizar o presente, ter um senso crítico, pensar historicamente, enfrentar a incerteza, analisar utilizando diferentes escalas (local, regional, nacional internacional, educar para desejar (atrever-se a desejar um futuro diferente). E, nesse sentido, considerando os alunos, eles próprios como cidadãos participativos, deve-se possibilitar que proponham trabalhos com a ideia de ser possível um outro urbanismo, ter uma cidade que acolha, que promova e preserve a identidade e o pertencimento. As experiências a seguir podem mostrar caminhos possíveis.

Taller vertical internacional – Taller

O *Taller* constituiu-se um marco histórico e educacional para o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e, ao mesmo tempo, ao ensino de Arquitetura e Urbanismo no norte do estado do Rio Grande do Sul, por meio de um contexto no qual acadêmicos e professores promoveram, de maneira mútua, a integração de habilidades e conhecimento visando projetos arquitetônicos e urbanísticos.

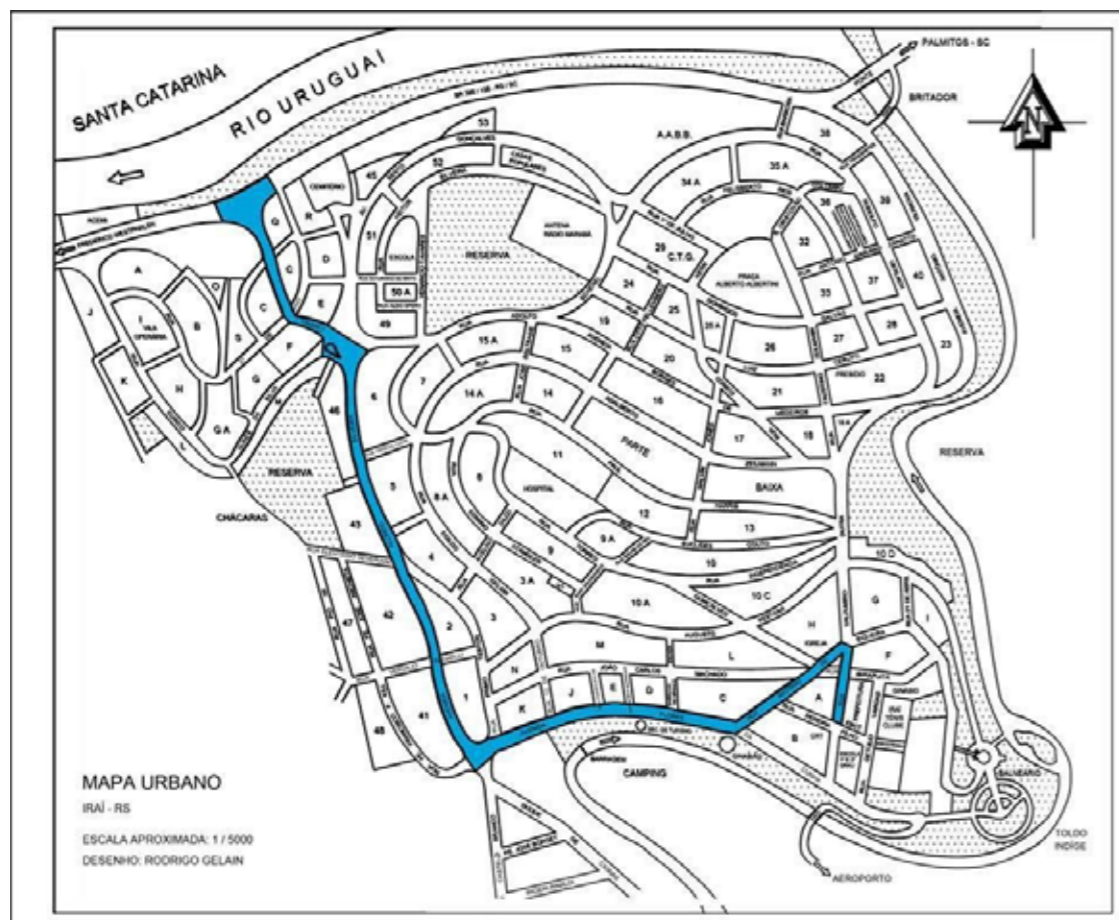
O Curso de Arquitetura e Urbanismo da URI propôs a realização do 4º *Taller Vertical Internacional – La Reina de las Tres Fronteras* conforme os logotipos apresentados nas Figuras 1 e 2. O presente projeto visa contribuir com a formação de mecanismos projetuais para a promoção e desenvolvimento de projetos urbanos, através de uma linha projetual sustentável e que venha a desenvolver o cunho social e cultural do polígono de atuação que consiste o sistema viário principal da Cidade de Iraí – RS. Tal município situa-se a 30 Km da cidade de Frederico Westphalen – RS, sede do Campus da URI.

Cabe destacar que essa atividade acadêmica teve sua primeira edição no ano de 2014, na região, consolidando-se como prática anual, caracterizando a semana acadêmica com uma metodologia ativa e diferenciada, integrando a comunidade universitária para construir, de forma conjunta, um novo cenário urbano, unindo técnica e criatividade para o desenvolvimento da região do Alto Uruguai.

Figura 1 – Logotipo Oficial do 4º Taller. Fonte: BRUM (2018). Figura 2 – Logotipo Oficial da Gestão. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ – RS (2018).



Figura 3 – Tecido Urbano da Cidade de Iraí – RS. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ – RS (2018).



O significado de desenvolver a intervenção e os espaços urbanos para o sujeito, tendo como atenção suas necessidades e características de acessibilidade, conforto e inserção social foi uma das premissas fundamentais da proposta. Assim, constituiu-se uma experiência marcada pela inter-relação de acadêmicos e docentes para a construção de uma proposta interdisciplinar que, de forma singular, pudesse resolver os problemas de arquitetura detectados.

Brum e Callai (2021) argumentam que se faz relevante e fundamental o processo tallerista e as inserções desses atores no contexto que se inicia na sala de aula e se estende até as ações práticas na comunidade, assumindo-se tanto uma abordagem de prática interdisciplinar, como também científica. Nesse sentido, a partir das dimensões, busca-se a organização dos espaços para os sujeitos como entes sociais por excelência e, por meio de uma visão mais ampla e pedagógica, almeja-se como consequência a formação cidadã do professor, do estudante e dos demais sujeitos envolvidos nessa realidade.

Delimitou-se a área de atuação do projeto na cidade de Iraí – RS, que apresenta como característica uma malha irregular formada pelos caminhos e definida especificamente pela topografia. Ou seja, a evidência do lugar no comportamento geográfico, em que se demonstra um singular comportamento urbano, conforme Figura 3.

Buscou-se, dessa forma, contribuir para a população beneficiária da região selecionada por meio de projetos arquitetônicos e urbanísticos, bem como fornecer subsídios às autoridades locais e municipais acerca das problemáticas debatidas e fundamentadas através dos partidos propostos. Objetivando a procura de respostas para as questões emblemáticas de usos, fluxos, regularização e ordenamento do sistema viário principal da cidade, propôs-se, assim, uma leitura de cidade quanto às características turísticas e vocação regional desse município.

Durante o período de desenvolvimento dos trabalhos, foram realizadas atividades principais em espaços locados pela Prefeitura Municipal de Iraí – RS, em ilhas de trabalhos previamente definidas pela Comissão Organizadora, sob orientações de todos os professores pertencentes ao Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como professores convidados nacionais e internacionais, professores colaboradores e voluntários. Durante o período do Pós-Taller, foi possível desenvolver em Iraí atividades conforme o quadro abaixo:

Data	Objetivo
08/03/2018	Entrega dos projetos arquitetônicos e urbanísticos à Prefeitura Municipal de Iraí e análise a curto, médio e longo prazo.
15/06/2018	Definições a curto, médio e longo prazo das ações talleristas junto à Prefeitura Municipal de Iraí.
20/08/2018	Audiência com o Presidente da ACI, senhor Tiago Gadonsky, sobre as ações talleristas voltadas ao comércio local.
30/10/2018	Apresentação da orientação desenvolvida pela acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Daniela Baldin, em seu Trabalho Final de Graduação <i>Requalificação Urbana de Iraí</i> , na Prefeitura Municipal de Iraí.

Buscou-se uma perspectiva multi e transdisciplinar, em que os docentes talleristas locais tiveram a oportunidade de trabalhar conjuntamente com docentes talleristas convidados, nacionais e internacionais, visando a busca de dimensões necessárias para a compreensão das problemáticas nos recortes urbanos selecionados na edição de 2017.

A partir da aprovação dos trabalhos, realizou-se o *Ato de entrega dos projetos arquitetônicos e urbanísticos ao Poder Público Municipal de Iraí* em março de 2018. Assim, foram definidas as diretrizes através das quais poderíamos estabelecer ações a curto, médio e longo prazo. Consideramos de fundamental importância apresentar à comunidade as ações práticas que foram projetadas com a participação cidadã delas e, assim, ocorreram os momentos, registrados nas fotos, conforme Figuras 4 e 5.

Importante destacar que na reunião, ocorrida nas dependências da Prefeitura Municipal de Iraí, estavam representantes das principais entidades da cidade. Em conjunto, buscavam contribuir com ideias, empreendendo uma busca de soluções com base nas propostas desenvolvidas no 4º Taller Vertical Internacional, motivo esse de bastante orgulho aos participantes e com a presença de professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da URI Campus Frederico Westphalen.

É nesse movimento que o Taller busca as características urbanas e geográficas do lugar de intervenção, num processo de diálogo com a comunidade, em que o arquiteto e urbanista possa de fato se sentir um ator social no contexto real, construindo, assim, pontes para os lançamentos de propostas em nível de partido geral.

Quadro 1 – Cronograma de Visitas na Cidade de Iraí – RS. Fonte: BRUM (2018).



Figura 4 – Ato Oficial de Entrega. Fonte: BRUM (2018). Figura 5 – Definições de diretrizes. Fonte: BRUM (2018). Quadro 2 – Etapas WIUU. Fonte: Autores (2021).

Workshop binacional de ideação e intervenção urbana

O Evento Workshop Binacional de Ideação e Intervenção Urbana (WIIU) constitui-se em uma atividade de prática de arquitetura e urbanismo aliada à tecnologia da construção, atendendo ao propósito de projetar dispositivos arquitetônicos em diferentes locais da cidade. A prática tem como prioridade conhecer, reconhecer e sentir o espaço por meio das referidas estruturas urbanas.

O Evento contou também com a inserção de estudantes e professores argentinos da Universidade Nacional de Córdoba. O Evento teve sua primeira edição no ano de 2019 e as estruturas desenvolvidas foram distribuídas estrategicamente em diversos pontos da cidade de Ijuí/RS: Praça da República, Parque de Exposições Wanderley Burmann, Campus Universitário UNIJUÍ e Av. Pinheiro Machado, para a apreciação e uso da população. Metodologicamente, para dar conta dos objetivos, o Evento foi estruturado da seguinte maneira:

Parte 1: Momento Conceitual e de Projeto	
a)	divisão dos estudantes brasileiros em grupos interinstitucionais mistos;
b)	elaboração das atividades projetuais constituídas por 09 projetos;
c)	apresentação das propostas desenvolvidas a toda a comunidade de Ijuí (estudantes, gestores e poder público municipal);
d)	professores brasileiros e argentinos selecionaram 05 projetos para a execução;
e)	ajustes e detalhamentos dos 05 projetos pelos estudantes e professores argentinos;
Parte 2: Executiva	
a)	divisão dos estudantes brasileiros e argentinos em grupos mistos;
b)	cada grupo foi assessorado por professores brasileiros e argentinos;
c)	execução das estruturas urbanas em ambiente coletivo;
d)	ao fim de cada dia de trabalho, os componentes de cada grupo reuniam-se para reflexões, trocas de ideias e planejamento do próximo dia;
e)	montagem das estruturas urbanas em locais predefinidos;
f)	entrega para a comunidade desfrutar das estruturas.

O WIIU teve como premissa principal difundir ideias e promover a troca de experiências entre profissionais, estudantes e pesquisadores brasileiros e argentinos, no que tange ao ato projetual de equipamentos urbanos para os espaços públicos, investigando temas relacionados à área da Arquitetura e do Urbanismo. A seguir, imagens dos estudantes trabalhando nas oficinas do Evento.

A ideia do WIIU, por meio de um trabalho coletivo e integrado, traz para a cidade novas possibilidades de lazer e contemplação, fomentando a apreciação estética do local e entorno. Do mesmo modo, percebeu-se o envolvimento da população local



para apreciação e uso das estruturas, o que oportunizou tornar público um trabalho acadêmico que, ao criar espaços de lazer, integra não só as pessoas da cidade, como também possibilita sua relação com os estudantes. Tudo é aprendizado para estes, bem como para os demais envolvidos, direta ou indiretamente.

Diante disso, cabe a nós todos buscar a produção de condições efetivas para viver a vida com dignidade. E, nos cursos de formação profissional, isso pode ser efetivado com atividades e proposições didático metodológicas que envolvam os estudantes com a compreensão de que ser cidadão não é preparar para o futuro (que não sabemos como será), mas é prerrogativa de o ser no presente, aqui e agora. Ilumina esses nossos entendimentos a proposição de um pensador que se dedica a argumentar sobre a formação profissional quando diz que:

“Não se trata de formar um profissional fechado no casulo de um saber exclusivo e auto-suficiente, mas de formar, no profissional, o homem da competência comunicativa, que construa seu saber no diálogo fecundo e provocador e no serviço à sociedade ampla e plural, no mundo da vida compartilhado entre os iguais (MARQUES, 1992, p. 163).”

O resultado da aprendizagem é social e individual, contribuindo com aquilo que Santos (1996) chama de a força do lugar que é a possibilidade de fazer valer os interesses locais diante da complexidade do mundo globalizado. E isso só pode ser efetivado se as pessoas do lugar se reconhecem como sujeitos cidadãos que têm voz e compreendem a realidade do mundo em que vivem e têm os elementos para se pautar pela esperança do possível, para viver com dignidade. Diz ele que “o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 1996 p. 271). É pertinente observar que:

“Não dá mais para evitar as novas formas e possibilidades de ensino [...]. As novas tendências na educação do século XXI exigem a inovação pedagógica em vários aspectos, haja vista, que a aprendizagem ativa ocorre quando o estudante de Arquitetura e Urbanismo relaciona-se intimamente com o assunto em estudo – entendendo-o, compreendendo-o, indagando-o, debatendo-o, argumentando-o, enfim, ensinando-o. Através de novas práticas pedagógicas os ateliers de Arquitetura e Urbanismo largam-se e fundem-se com muitos outros ambientes, tornando possível que o

Quadro 2 – Etapas WIUU. Fonte: Autores (2021). Fonte: Autores (2021).

Figura 6: Oficinas do WIIU. Fonte: Autores (2021).

mundo esteja presente em sala de aula e que, qualquer lugar seja um lugar de ensinar e de aprender e que, em qualquer tempo seja tempo de aprender e ensinar (OLIVEIRA; MUSSI, 2020, p. 56999).

Refletir acerca dos processos educacionais em arquitetura e urbanismo nos faz retornar à ideia de que, no nosso entendimento, é fundamental ter presente que qualquer formação profissional traz em si a dimensão técnica que se refere aos conhecimentos dos aparatos científicos e operacionais da sua especificidade e da dimensão social que diz do como e por que fazer. Isso remete a argumentar que as dimensões técnica e social são partes constitutivas do processo de formação, considerando a complexidade do mundo da vida. Assim, reiteramos a importância de buscar a superação do pensamento linear que se dedica, na maioria das vezes, a pensar e agir dentro de uma especificidade que mascara a realidade do mundo da vida.

As técnicas e as chamadas competências para a profissão precisam ser conhecidas e consideradas no âmbito do avanço da ciência e da especificidade do trabalho do arquiteto e urbanista. O social diz da capacidade de fazer a argumentação, numa relação dialógica que pode dar a sustentação ao trabalho técnico. Se coloca aqui a dimensão didático pedagógica que é construída na articulação entre o saber específico, o conhecimento da realidade do mundo da vida e os encaminhamentos das tarefas que podem se constituir na articulação teoria e prática que fundamenta o fazer profissional de um sujeito que se reconhece cidadão.

Considerações finais

Nas duas experiências realizadas em pequenas cidades – *Taller* e *WIIU* observa-se o envolvimento de cada um dos protagonistas, em especial os docentes e discentes, que precisaram sair da zona de conforto, a sala de aula, e se inserir no mundo da vida da cidade. As relações se estabelecem com força para além da comunidade acadêmica e do ambiente universitário, pois idealizar o que fazer passa necessariamente por pensar o lugar, conhecer a paisagem e imaginá-la de outro modo, com formas e estruturas diversas, isto é, ver a cidade naquele seu pedaço onde acontece o evento e na sua complexidade da vida urbana.

Do ponto de vista de uma perspectiva formalista de ensino e de uma aprendizagem a ser cobrada, a incerteza toma conta, pois tudo tem movimento e as variáveis a serem consideradas são inúmeras. Algumas delas previstas, que podem ser efetivadas ou não, mas outras que emergem no movimento de fazer o que está sendo proposto.

Cada uma dessas atividades exige um planejamento rigoroso que parte da definição da temática a ser considerada, de que evento é escolhido, onde acontecerá e quem se envolverá. O objetivo estabelece os contornos do que será realizado e o que se espera como resultados e como cada etapa deve ser desenvolvida. Esse objetivo é a centralidade que estabelece qual problema ou quais problemas serão encarados e, então, define-se como serão buscadas as soluções.

É nesse sentido que os conceitos antes referidos têm que ser considerados em seus aspectos teóricos como conceitos que decorrem de formulações advindas do conhecimento já produzido e, que, como tal, têm seus parâmetros a serem seguidos para que se possa ser fiel à sua formulação. E os aspectos empíricos que se desdobram das ações realizadas precisam ser fiéis a essa condução didático-pedagógica, pois lhes dá a autoridade para realizar atividades com base na ciência e incorporando o

senso comum, que é o conhecimento produzido no cotidiano da vida das pessoas.

Do mesmo modo, as pessoas também têm estabelecidas relações mais próximas, o que gera interesses e objetivos até certo ponto homogêneos, mas que em sua operacionalização não necessariamente correspondem a exatamente o que seja o interesse local, pois que existe uma complexidade nas relações que extrapolam a dimensão do lugar. E essa complexidade é demarcada pela dimensão política, que traz consigo interesses que são universais e que, na singularidade, não necessariamente atendem ao que interessa ou é necessário e adequado localmente.

Outro indicativo é que qualquer lugar tem história e apresenta a paisagem que é do momento e, como tal, precisa ser respeitada. Do mesmo modo, as pessoas que ali vivem, ao serem envolvidas num movimento que é externo, precisam ser acolhidas em seus interesses, em seus olhares e em suas ações, respeitando-se o seu direito de voz. No entanto, nada se define a priori sem considerar a dimensão político administrativa da cidade e isso também exige estudos para conhecer as várias dimensões da ação que ali se quer realizar. Enfim, é preciso conhecer o lugar, as condições urbanas e ter a clareza das inter-relações entre as pessoas envolvidas, tais como os próprios estudantes e seus orientadores/professores, os moradores do local, o poder público, as associações de classe e empresários que possam ser fornecedores do material necessário.

O caráter dessas duas experiências aqui apresentadas, que são o *Taller*, que é parte integrante de um Programa de Extensão e o *WIIU*, que é um projeto de extensão, trazem em si a preocupação com o bem-estar da população, com a melhoria das condições de vida na cidade e com a apresentação de uma paisagem que expresse a realidade do lugar. Isso tudo de um lado pragmático e que apresenta resultados visíveis na paisagem. São todos resultados visíveis que modificam as paisagens, que materializam nos espaços os movimentos humanos e que resultam e se mostram pelas edificações, com novas estruturas. Mas há também aquilo que, por vezes, não tem visibilidade, mas que é tão importante quanto aquilo que é visível, o que pode ser expresso numa narrativa acerca das paisagens.

Diz-se que uma paisagem é o retrato do lugar num determinado tempo e espaço e que mostra tudo aquilo que nossa vista abarca (o visível), mas que também tem cores, movimentos, odores, sons, poderíamos dizer que, do mesmo modo, se expressam e são parte da paisagem sentimentos, emoções e aprendizagens. Além de que, envolvendo os humanos, é também marcada por tensões que geram resultados que podem ser os de interesse de todos os que ali vivem, mas também podem indicar dominação e submissão pelo poder que gera subordinação. E a paisagem pode ainda ser relacionada às questões políticas das relações interpessoais, culturais, econômicas ou sociais. Estas, com certeza, demarcam as paisagens, por isso, ao estudar-se uma paisagem sempre é necessário ir além do visível e buscar nas histórias, o que a visibilidade esconde e torna invisível, mas que interfere no lugar.

Essas invisibilidades são, também, e este não é apenas um detalhe a mais, pois que é um dos aspectos mais importantes, um dizer do fazer humano, do trabalho que é material e intelectual, seja no individual e no social, no privado e no público. Os embates que acontecem no processo todo pelas pessoas envolvidas nem sempre têm unanimidade, mas são, na maior parte das vezes, resultado do jogo de forças que se estabelece e da argumentação desenvolvida. Isso é o aprendizado, é ser sujeito de suas ações e se reconhecer com identidade e pertencimento, alguém que exerce a sua cidadania e tem interesse em contribuir com os resultados materializados na história

da cidade e que se percebe como capaz de fazer a diferença ao ser sujeito e agente no lugar em que vive.

O *Taller* e o WIU podem mostrar a *força do lugar*⁴ não apenas pela efetivação das oportunidades do mundo global, mas fazendo a diferença no cuidado de envolver as populações nos movimentos, de modo a produzir ambientes interessantes para os que ali vivem. Numa caracterização bem generalista, podemos dizer que no caso do WIU, a centralidade fica nos resultados que aparecem na paisagem com edificações que são projetadas e construídas, criando ambientes agradáveis para o lazer em paisagens que mostram o cuidado com o outro. No caso do *Taller*, os movimentos como um programa que envolve mais soluções além do visual, que torna agradável os ambientes, pois, envolvendo o poder público, produzem-se soluções a problemas urbanos que são da comunidade, que atendem demandas que são específicas.

O outro aspecto que se expressa nas duas experiências é o da formação profissional dos sujeitos, que são estudantes de um curso que tem como objetivo pensar e produzir soluções pela arquitetura e urbanismo. Tais movimentos têm em si a exigência de desenvolver os aspectos técnicos da profissão escolhida de modo a atender as demandas postas pelos usuários e habitantes das cidades. Esse é o ganho maior dos trabalhos realizados, pois é recorrente no mundo da educação a ideia que dar respostas é mais fácil do que fazer perguntas. Ora, uma formação profissional centrada em projetos que buscam a formulação de problemas e os caminhos para encontrar as respostas não se resume em ensinar coisas. Mas, com certeza, traz em si a dimensão do ensinar a pensar e, neste caso, para desenvolver o pensamento é fundamental o acesso ao conhecimento, aquele que é técnico e aquele que é social.

Aliado ao conhecimento que a humanidade produziu, são necessárias práticas que exigem, por sua vez, conhecer as coisas do lugar, ter convívio no cotidiano das pessoas, ser capaz de ouvir e compreender, em uma relação que é social para dar conta de perceber os problemas e saber elaborar as perguntas que possam encaminhar soluções adequadas ao bem viver. Em síntese, a ciência produz conhecimento para fazer a vida melhor, para que todos tenham dignidade em ser cidadãos do mundo, vivendo com justiça social na sua cidade.

4 Conceito defendido por Milton Almeida dos Santos – geógrafo brasileiro que se destacou por seus trabalhos em diversas áreas da Geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. A obra de Milton Santos (2008) caracterizou-se por apresentar um posicionamento crítico ao sistema capitalista. Em relação à Força do Lugar, o autor observa que “[...] o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado torna-se a nossa âncora” (p. 163).

Referências

BRUM, Cristhian Moreira; CALLAI, Helena. Copetti. *Para além do Taller: a formação humana e cidadã através de práticas arquitetônicas*. Escrita e pesquisa em Educação nas Ciências: experiências do pós-doutorado / Organizadores: Fabiane da Silva Prestes ... [et al.] - Cruz Alta: Ilustração, 2021.

CARLOS, Ana Fani. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn; MUSSI, Andréa Quadrado. A arquitetura no processo de ensino e aprendizagem: o itinerário arquitetônico como possibilidade de preservação e de metodologia ativa. *Brazilian Journal of Development*, v.6, p.56988 - 57001, 2020.

MARQUES, Mario Osorio. *A formação do profissional da educação*. Ijuí: Unijuí, 1992.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMPLEXO JOSÉ PEDRO VARELA

Projeto de comunidade em uma cooperativa habitacional uruguaia¹

JOSÉ PEDRO VARELA COMPLEX
Community project in a Uruguayan housing cooperative

Carolina Ritter² e Célia Castro Gonsales³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o projeto e observar a vida em comunidade nos espaços da Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela (Montevideu/Uruguai). A abordagem metodológica deste estudo possui dois enfoques: a análise do projeto e a observação da realidade, aproximando esses resultados com a crítica arquitetônica e urbanística em relação aos preceitos mais universalistas e ideológicos do Movimento Moderno, crítica protagonizada por um grupo chamado Team 10. Observou-se que, além do sistema cooperativo possibilitar uma primeira aproximação a esse contexto teórico, também a arquitetura e o urbanismo do conjunto possuem uma intenção de gerar uma qualidade de vida melhor aos seus moradores e uma vida urbana e coletiva mais efetiva. Um conjunto habitacional, embora inserido no contexto e na interface de uma grande cidade, configura de certa maneira uma vida baseada em relações quase tradicionais, mais próprias de povoados ou urbanizações menores – comunidades.

Palavras-chave: projeto e comunidade, processos projetuais, habitação de interesse social, Complexo Habitacional José Pedro Varela, cooperativas habitacionais uruguaias.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the project and to observe community life in the spaces in the Zone 1 of the José Pedro Varela Housing Complex (Montevideo/Uruguay). The methodological approach has two focuses: the project analysis and the observation of reality, bringing these results together with the architectural and urbanistic criticism in relation to the most universalist and ideological precepts of the Modern Movement, criticism marked by a group called Team 10. In addition of the cooperative system enabling a first approach to this theoretical context, the architecture and urbanism of the complex also have the intention of generating a better quality of life for residents and a more effective urban and collective life. A housing complex, although inserted in the context and interface of a large city, somewhat configures a life based on more traditional relationships, typically of smaller towns or urbanizations – communities.

Keywords: project and community, design processes, social housing, José Pedro Varela Housing Complex, Uruguayan housing cooperatives.

¹ O conteúdo deste artigo provém da dissertação de mestrado Ritter (2019).

² Professora Substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *campus* Rio Grande. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Arquiteta e urbanista também pela UFPEL.

³ Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb-UFPEL). Doutora pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politécnica de Cataluña (ETSAB-UPC). Arquiteta e Urbanista pela UFPEL.

Introdução

O projeto moderno de cidade era dirigido à construção das grandes metrópoles. A Cidade de Três Milhões de Habitantes e a Cidade Radiante de Le Corbusier, a Cidade Vertical de Ludwig Hilberseimer, etc. são apenas uma amostra da previsão de um futuro necessariamente urbano para a sociedade dos novos tempos. Delgado (1999) deixa claro que esse mundo essencialmente urbano previsto e projetado pela modernidade contrasta, ou melhor, se superpõe a um mundo pré-moderno, tradicional – mas não necessariamente rural. A urbanidade é um fenômeno que surge com a modernidade, diz ele,

é um estilo de vida marcado pela proliferação de teias relacionais [...] nos espaços urbanizados, os vínculos são preferencialmente frouxos e não forçados, os intercâmbios aparecem em grande parte não programados, os encontros mais estratégicos podem ser fortuitos⁴ (DELGADO, 1999, p. 23, tradução nossa).

No entanto, ainda completa:

O oposto à urbanidade não é a ruralidade – como poderia parecer –, mas sim uma forma de vida na qual se registra uma estrita conjunção entre a morfologia espacial e a estruturação das funções sociais e que se pode associar, por sua vez, ao conjunto de fórmulas de vida social baseadas em obrigações rotineiras, uma distribuição clara de papéis e acontecimentos previsíveis, fórmulas que se costuma agrupar sob a epígrafe de tradicionais ou pré-modernas⁵ (DELGADO, 1999, p. 24, tradução nossa).

Mas, se o projeto ideológico da modernidade – ou dos arquitetos modernos – era o da grande urbe, as estratégias reais de construção da cidade para o novo trabalhador urbano eram baseadas em grande parte na construção de núcleos ou Unidades de Vizinhança periféricas. Muitas vezes esses núcleos se conformaram, senão como pequenas cidades, como uma espécie de comunidade mais tradicional – ver, por exemplo, algumas *Siedlungs*, na Alemanha e em outros países do Norte da Europa e os *Poblados Dirigidos*, de Madri. Mesmo que esses núcleos ao longo dos anos tenham sido absorvidos pela cidade-mãe, alguns deles se mantiveram com características muito particulares: o habitante vai trabalhar na grande metrópole, mas volta para seu bairro, onde uma vida mais gregária é possível.

Esse é um fato que se dá de maneira bem evidente em muitas das urbanizações produzidas pelas cooperativas uruguaias. O próprio processo cooperativo é um grande potencializador dessa realidade: as pessoas participam de todas as etapas do projeto e gestão, muitas vezes constroem juntas suas casas, formando já desde o começo uma comunidade bastante sólida.

⁴ [...] es un estilo de vida marcado por la proliferación de urdimbres relacionales [...] en los espacios urbanizados los vínculos son preferentemente laxos y no forzados, los intercambios aparecen en gran medida no programados, los encuentros más estratégicos pueden ser fortuitos.

⁵ Lo opuesto a lo urbano no es lo rural – como podría parecer –, sino una forma de vida en la que se registra una estricta conjunción entre la morfología espacial y la estructuración de las funciones sociales, y que puede asociarse a su vez al conjunto de fórmulas de vida social basadas en obligaciones rutinarias, una distribución clara de roles y acontecimientos previsibles, fórmulas que suelen agruparse bajo el epígrafe de tradicionales o premodernas.

Ao mesmo tempo, os conceitos que definem as estratégias do projeto arquitetônico e urbanístico desses conjuntos habitacionais, e que são uma proposta de alternativa à cidade funcional que dominou boa parte do século XX, potencializam e estimulam uma vida mais comunitária. Esses conceitos são interpretações críticas das contestações que surgiram, no campo da arquitetura, mas também da sociologia, antropologia, geografia, etc. a partir dos anos 50 do século passado.

Posteriormente ao término da Segunda Guerra, com a liderança de arquitetos como Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson, entre outros – grupo mais adiante intitulado Team 10 –, começou uma crítica contundente à cidade funcionalista, rejeitando seu espaço universal e ilimitado e sua organização a partir das quatro funções da Carta de Atenas. Segundo esse grupo, novos conceitos, como o sentido de pertencimento e as questões relativas à identidade deveriam ser incorporados ao planejamento das cidades, porque seriam necessidades básicas do homem (FRAMPTON, 1997).

No marco dessa mudança de paradigmas surge um novo panorama, com referência principalmente no humanismo, influenciado também pela filosofia do existencialismo e pela nova relevância dada a disciplinas como antropologia, sociologia e psicologia. As culturas locais e a arquitetura vernácula são revalorizadas. Surge também,

uma defesa do *homem comum*, concreto, autêntico, real e individual frente ao homem universal e abstrato, sem atributos, sem necessidades psicológicas, que a sociedade produtiva de Frederick W. Taylor e Henry Ford tentou gerar, e para qual a arquitetura do Movimento Moderno tinha pensado os seus projetos. O homem agora é concreto e imperfeito, é homem comum, o homem da rua (MONTANER, 2011, p. 18, grifo do autor).

Desse modo, as propostas de grupos como o Team 10 – mas também dos situacionistas, de Janes Jacobs, e tantos outros – baseiam-se em grande parte em um novo olhar aos centros das cidades antigas, às pequenas cidades e comunidades rurais, buscando resgatar uma qualidade espacial que o Movimento Moderno tinha deixado para trás. Nesse sentido, por exemplo, Aldo van Eyck, estudou as sociedades primitivas; Georges Candilis e Shadrach se interessou pelas referências tomadas das urbanizações informais no norte da África; Christopher Alexander lançou seu olhar para as comunidades tradicionais e suas múltiplas conexões; Fumihiko Maki criou a ideia de *forma de grupo*, a partir da observação das *villages* ou aldeias japonesas.

Todos esses arquitetos também entendiam que os fatores intrínsecos ao ato projetual deveriam ser alimentados pelos fatores extrínsecos, como o lugar, a cultura dos moradores e as características da região. Ou seja, se os primeiros arquitetos modernos tratavam a sociedade de maneira mais abstrata e idealizada, e a vida de maneira mais simplificada, essa nova geração queria prever as *necessidades reais* da sociedade. Procuraram “expor a complexidade da vida urbana” e “encontrar uma relação precisa entre a forma física e a necessidade social e psicológica das pessoas” (MONTANER, 2011, p. 30). Esse autor ainda resume o laço em comum que unia o grupo, expressado

em sua visão da cidade – tentando recuperar a vida urbana –, da tradição – contemplando-a com respeito, mas com distância, sem nunca fazer citações literais mas sim através da interpretação –, da arquitetura – sobre a que se propõe essencialmente uma revisão formal – e do papel social do arquiteto (MONTANER, 2011, p. 34).

Defendiam também que o urbanismo deveria possuir uma organização clara, no sentido de criar uma *comunidade compreensível* no todo e nas partes, e que as subdivisões dessa comunidade possuíssem suas particularidades (SMITHSON, 1966). Nesse contexto, um dos temas que os Smithson muito se dedicaram foi o que chamaram de *escalas de associação* ou *hierarquia das associações humanas*, a casa, a rua, o bairro e a cidade, onde cada escala possuía um papel: “a rua implica um contato físico comunitário, o distrito/bairro é um conhecimento comunitário e a cidade um contato intelectual comunitário⁶” (SMITHSON, 1966, p. 19, tradução nossa).

Outra palavra-chave desse contexto teórico é o conceito de *identidade*: “o homem se organiza em comunidades, o qual desenvolve a necessidade de se diferenciar, se identificar com o local onde habita, criar vínculos sociais e apreender o espaço a partir de seus próprios valores culturais” (BARONE, 2002, p. 61).

A grelha *Urban Reidentification* (Reidentificação Urbana), apresentada no 9º Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) pelos Smithson, sintetiza bem essas ideias. Nela aparecem fotos de Nigel Henderson mostrando a apropriação da rua por parte das crianças em um bairro de Londres e eram colocadas ao lado das categorias sintéticas casa, rua, bairro e cidade – aquela *hierarquia de associações humanas* – como base da exposição de uma proposta de cidade: um dos projetos do casal, o Golden Lane.

Os Smithson refletiam sobre essa relação entre casa e rua, defendendo a volta da *ideia de rua*, que criava o que chamaram de *grupos-espacos*, locais com capacidade de satisfazer as necessidades humanas de identificação e pertencimento (SMITHSON; SMITHSON, 1953). Dentro de uma ideia geral de mobilidade, como potencializadora da coesão entre todas as escalas de associação, reforçaram a proposta das *streets-in-the-air* (ruas-no-ar) – chamadas doravante neste texto de *ruas elevadas* – como uma das alternativas para as grandes cidades: formas de circulação em prédios de grande altura, relacionando os habitantes com os espaços coletivos de convivência social (MUMFORD, 2002). A ideia era restituir nesses espaços coletivos da comunidade, parte da relação entre casa e rua que ocorria na cidade tradicional, onde a ideia era também a promoção de seus chamados *clusters*, espaços reconhecíveis, *territórios de identidade* (BARONE, 2002).

Por outro lado, a ideia de *lugar* é central no pensamento de Aldo van Eyck, entendido sempre em oposição ao espaço moderno infinito, indiferenciado e abstrato. Para Van Eyck (1960), o habitante do lugar substitui o usuário do espaço. O lugar, como destaca também Solà-Morales (1995a, 1995b), é algo reconhecível e delimitado – onde se enxerga bordas, níveis e configurações.

Na América Latina, os arquitetos uruguaios nos anos de 1960 e 1970 tiveram um contato estreito com essas ideias, aplicando-as largamente nos projetos dos conjuntos habitacionais das cooperativas no país (Almeida e Pintos, 2015; Blechman e Casaravilla, 2012; Riso e Boronat, 1992; Vallés, 2015). Vallés (2015) indica que nessa época em que os primeiros conjuntos do sistema cooperativo estavam sendo projetados, estavam presentes arquitetos que possuíam uma sensibilidade perceptível, compromentimentos sociais e com grandes conhecimentos; alguns desses arquitetos também eram docentes, na época, na chamada Facultad de Arquitectura de Montevideo. Vallés

6 [...] la calle implica un contacto físico comunitario, el distrito un conocimiento comunitario, y la ciudad un contacto intelectual comunitario.

(2015) também cita diretamente o Team 10 como sendo uma influência no país.

Risso e Boronat (1992) destacam a variedade e a importância dos conjuntos habitacionais executados através do sistema cooperativo uruguaio, porque eles propuseram “novos espaços urbanos, tomando como base teórica, as reformulações feitas pelo TEAM X, buscando revalorizar a rua e os espaços de relação comum, tanto abertos quanto fechados” (p. 202, tradução nossa). Para Almeida e Pintos (2015, p. 47, tradução nossa) observa-se na arquitetura e urbanismo desses conjuntos

uma maior atenção no tratamento dos espaços externos, como ruas para pedestres e jardins, bem como um melhor estudo da gradação do espaço público para o privado. A arquitetura desses anos é carregada com a bagagem ideológica do Team X, mas isso é tomado de forma crítica. Buscava-se relacionar os conjuntos com a cidade existente⁸.

Diante do panorama exposto, este artigo tem o objetivo de analisar o projeto e a vida em comunidade nos espaços de um conjunto habitacional cooperativo – o Complexo Habitacional José Pedro Varela (JPV)/Zona 1 –, situado em Montevideu/Uruguai, projetado e construído nos anos 1970. Esse conjunto, embora esteja inserido no contexto urbano de uma grande cidade, ele configura, dentro do marco de seus limites, uma vida muito particular, baseada em relações muito estreitas, quase tradicionais, mais próprias de povoados ou urbanizações muito pequenas – comunidades.

O trabalho tem como hipótese que, embora se tenha consciência da importância fundamental do sistema cooperativo para o desenvolvimento de uma vida comunitária muito estreita, esse fato se deve em grande parte também aos conceitos projetuais – baseados no pensamento crítico indicado acima –, os quais proporcionam essa possibilidade de relações complexas e mais completas, que parece enriquecer o dia a dia do habitante. A investigação explora, enfim, as possibilidades de viver uma vida *pré-urbana – pré-moderna*, na definição de Delgado (1999) – em um meio urbano, moderno. Um paradoxo próprio da cidade contemporânea.

A abordagem metodológica deste estudo possui dois enfoques: a análise do projeto e a observação da realidade. Para identificar e corroborar a influência do cenário internacional estudado nas estratégias projetuais da Zona 1 do JPV, foram realizadas análises arquitetônicas e urbanísticas, comparando os preceitos teóricos aqui apresentados, com as estratégias do projeto, e também, considerando os relatos dos próprios arquitetos do conjunto. Ao mesmo tempo, a realidade da cooperativa é discutida através de informações cedidas por alguns moradores do conjunto e através de observações de seu cotidiano, durante as visitas realizadas ao local em 2018 e 2019.

7 [...] nuevos espacios urbanos, tomando como base teórica, las reformulaciones hechas por el TEAM X, buscando revalorizar la calle y los espacios de relación comunal, tanto abiertos como cerrados. Obs.: a grafia do nome do grupo varia de acordo com a bibliografia, às vezes, o grupo é chamado de Team X, Team 10 ou até Team Tem.

8 [...] se observa un mayor cuidado en el tratamiento de los espacios exteriores, como calles peatonales y jardines, además de un mejor estudio de la graduación desde el espacio público al privado. La arquitectura de dichos años viene cargada del bagaje ideológico del Team X, pero éste se toma de forma crítica. Se busca relacionar a los conjuntos con la ciudad existente.

O sistema cooperativo habitacional uruguaio

O sistema cooperativo habitacional surgiu no final dos anos 1960, em um contexto de crise nas esferas social, política e econômica no Uruguai, tratando-se do que Vallés (2015, p. 16) chamou de “um autêntico sistema de produção e gestão social do habitat”. É uma organização coletiva que possibilita a conformação de cooperativas de crédito e de ajuda entre as partes envolvidas, onde a associação dos futuros moradores os torna agentes promotores do seu projeto (PORTILLO, 2010). Nesse sentido, o sistema viabiliza a construção de habitações para populações que não possuiriam condições de fazê-lo individualmente.

Sancionada em 1968, a Lei nº 13.728, conhecida como *Ley Nacional de Vivienda* ou *Ley General de Vivienda*, regulou as diretrizes do sistema. A lei criou a figura da cooperativa habitacional e os Institutos de Assistência Técnica. Esses institutos se constituem em equipes interdisciplinares, sem fins lucrativos,

responsáveis por brindar às Cooperativas toda a assistência técnica necessária para o sucesso de seus objetivos, promovendo o desenvolvimento da autogestão social e econômica, e a participação dos sócios na abordagem dos aspectos urbanos e arquitetônicos dos projetos (CECILIO, 2015, p. 32).

Almeida e Pintos (2015) salientam que a lei também possuía o intuito de

estabelecer uma política planejada de habitação, integrada aos planos de desenvolvimento econômico e social, sendo dirigida especificamente à população de recursos escassos. Se busca também, a integração social dos conjuntos, dotando-os de espaços públicos, serviços sociais, culturais e recreativos, além de unidades comerciais ou de produção agrária quando pertinente⁹ (p. 46, tradução nossa).

Importante diferenciar dois tipos de cooperativas habitacionais estabelecidos: as cooperativas de Ajuda Mútua e as de Poupança e Empréstimo. No primeiro tipo – atingindo camadas populacionais de mais baixa renda –, a mão de obra de seus sócios é utilizada na construção das habitações através do desenvolvimento de um trabalho comunitário entre os sócios, sob a direção da cooperativa (RISSO; BORONAT, 1992). Esse aporte dos sócios não se limita ao canteiro de obras, mas também pode ocorrer nas tarefas administrativas e de gestão (DEL CASTILLO, 2015). Nesse sistema, o trabalho dos cooperados precisa absorver um custo de 15% da obra; os sócios trabalham em conjunto com os operários, geralmente em fins de semana ou horários fora do expediente normal.

Segundo Vallés (2015), é imprescindível para o sucesso das cooperativas habitacionais toda a participação coletiva. Portillo (2010) destaca o que implica essa participação dentro da estrutura, mais especificamente, na modalidade de Ajuda Mútua:

9 [...] establecer una política planificada de vivienda, integrada a los planes de desarrollo económico y social, siendo dirigida especialmente a la población de escasos recursos. Se busca también, la integración social de los conjuntos habitacionales, dotándolos de espacios públicos, servicios sociales, culturales y recreativos, además de unidades comerciales o de producción agraria cuando corresponda.

a participação dos usuários na definição da solução a se colocar em prática é uma necessidade de eficácia e é um objetivo político em si mesmo, já que é uma forma de contribuir para a inclusão social de grupos que são muitas vezes totalmente marginalizados¹⁰ (p. 91, tradução nossa).

Dentro do sistema existem também duas modalidades de propriedade: as cooperativas de usuários – onde a propriedade é coletiva – e as cooperativas de proprietários – onde a propriedade é individual. Segundo Nahoum (2013), na cooperativa de usuários, os direitos individuais de cada cooperativado, perante a residência em que possui direito de uso, são praticamente os mesmos quando de uma propriedade privada. Pode-se, inclusive, ter o direito de uso ser transmitido através de herança ou para terceiros (VALLÉS, 2015).

O que é fundamental, nesse sistema, é que não existe espaço para especulação imobiliária. O sócio não pode alugar sua residência, pois é ele e sua família que devem nela habitar. A residência passa a ser considerada mais como um bem social e menos como uma mercadoria (NASCIMENTO, 2011). A propriedade coletiva se torna também um “um elemento de união entre os cooperativistas, o que ajuda a valorizar outras coisas que também pertencem a todos, como os espaços comuns, esses grandes esquecidos dos complexos habitacionais¹¹” (NAHOUM, 2013, p. 24, tradução nossa). Consequentemente, há uma potencial melhoria na qualidade dos projetos de conjuntos provenientes desse sistema, já que estes são pensados como propostas de um bem de uso e não de capital.

Para Otero (2015), três fatores teriam contribuído para que os conjuntos habitacionais do sistema cooperativo tenham se tornado referência quando o assunto é a habitação social: a) gestão coletiva do solo, que acaba por ser uma vantagem para o acesso à moradia da população com renda mais baixa, e também a participação social exigida; b) o desenvolvimento de alternativas em relação à construção tradicional, objetivando diminuir custos e tempo de construção; c) qualidades arquitetônicas de implantação e a presença de equipamentos comunitários, que acabam por qualificar a área circundante desses conjuntos. Nesse contexto, fica claro o papel do projeto – arquitetônico e urbanístico – para a consolidação de toda a experiência que envolveu o cooperativismo habitacional uruguaio. Pois

se foi potente o imaginário em termos de gestão e produção, muito mais impactante resulta sua tradução em uma arquitetura de enorme criatividade, de um gestual forte e claro, e cuja contundência e coerência, tanto no quesito morfológico quanto no tecnológico, consolidou rapidamente códigos que, até hoje, são sinais inconfundíveis de identidade nacional, na produção habitacional (VALLÉS, 2015, p. 16-17).

10 La participación de los usuarios en la definición de la solución a poner en práctica es una necesidad de eficacia y es un objetivo político en sí mismo, dado que es una forma de contribuir a la inclusión social de grupos muchas veces totalmente marginados.

11 [...] es un elemento de unión entre los cooperativistas, que ayuda a poner en valor otras cosas que también son de todos, como los espacios comunes, esos grandes olvidados de los conjuntos habitacionales.

Enfim, para Risso e Boronat (1992, p. 28, tradução nossa), “o sistema cooperativo foi o que deu maior impulso à construção de habitações de interesse social, em quantidade e qualidade¹²”. Para Vallés (2015, p. 20), que participa ativamente da experiência há muitos anos, ela significou “uma rica e gratificante tarefa profissional, carregada de sentido social e humanista e tão desafiadora como motivadora”. Esse autor ainda indica que, quando de seu relato, o sistema ainda possuía vitalidade e vigência no país.

O que é importante ressaltar é que, se por um lado, o sistema cooperativo proporciona uma vida comunitária mais efetiva, própria de uma sociedade tradicional e pré-moderna, por outro, a comunidade está inserida em um território pleno de urbanidade. Esse último território consiste em uma “reunião de estranhos, unidos pela evitação, pelo anonimato e por outras camadas protetoras, expostos à intempérie e ao mesmo tempo, cobertos, camuflados, mimetizados, invisíveis¹³” (DELGADO, 1999, p. 33-34, tradução nossa), um espaço social regido pela distância, próprio da cidade contemporânea.

Desse modo, pode-se encarar os conjuntos habitacionais fruto das cooperativas uruguaianas como essas entidades que se localizam no espaço entre a urbanidade e a pré urbanidade, mostrando que, no limite, na dobra entre decomposição e fluidez – próprios da cultura metropolitana –, e a sociedade fechada e rural, é possível construir uma realidade múltipla que se alimenta dos dois territórios.

A Cooperativa Habitacional José Pedro Varela – projeto e vida comunitária

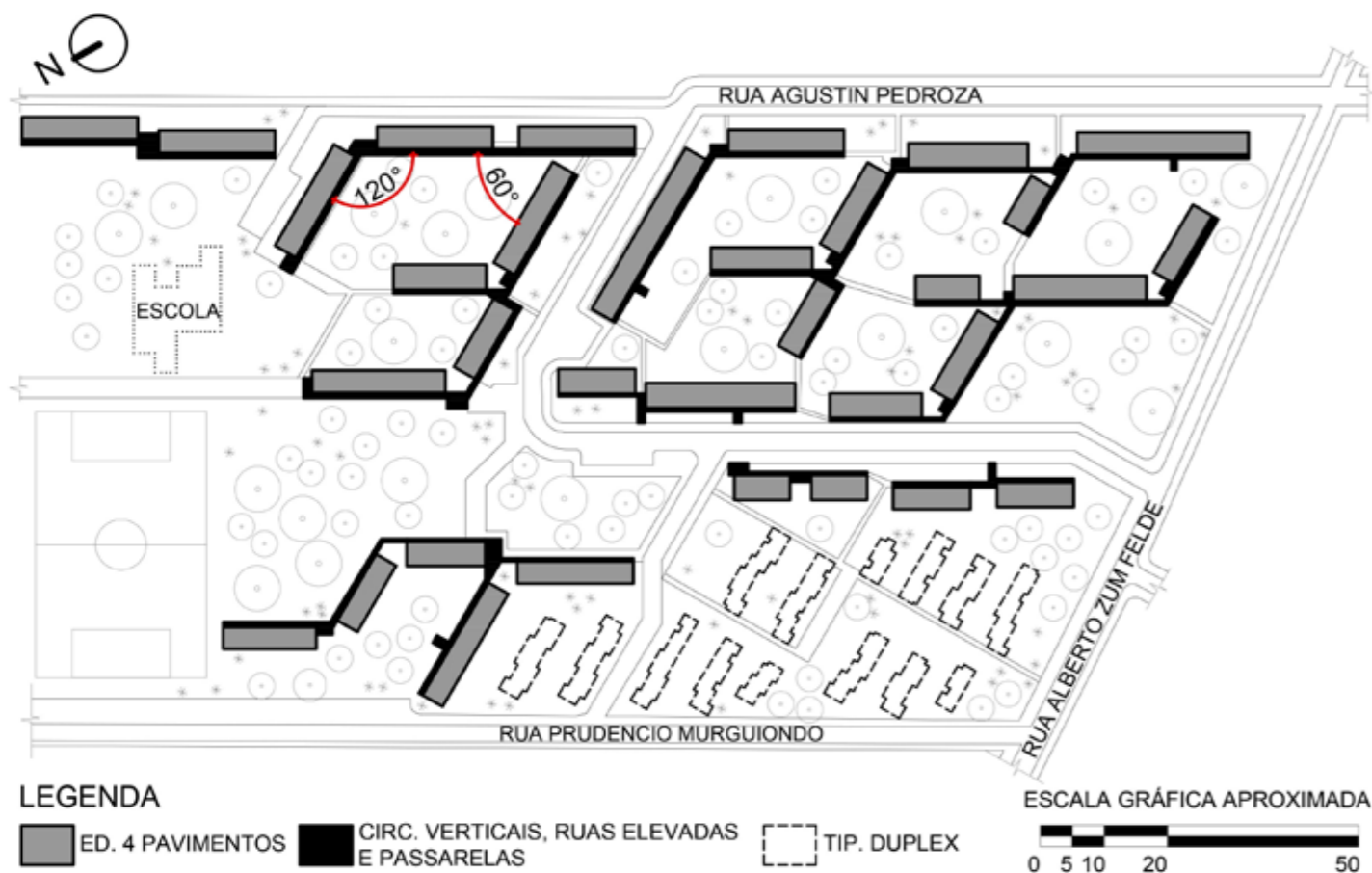
O Complexo Habitacional José Pedro Varela (doravante chamado de JPV) é uma cooperativa do tipo Ajuda Mútua e se localiza em Montevidéu, Uruguai. A urbanização, projetada pelos arquitetos Jorge di Paula, Norberto Cubría e Walter Kruk e colaboradores, é formada pelas Zonas 1, 3 e 6, sendo a primeira composta por uma área com edifícios de quatro pavimentos e outra com edifícios de dois andares com apartamentos duplex. O setor da Zona 1, onde se localizam os edifícios de quatro pavimentos, constitui-se como objeto de estudo desta investigação.

A Zona 1 foi concretizada entre os anos 1971 e 1975 e o setor estudado possui 86.056 m² (DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015), 633 unidades habitacionais de um a cinco dormitórios, alcançando uma densidade 350 habitantes por hectare (CUBRÍA; DI PAULA, 1973). Foram previstos no projeto, além de unidades habitacionais, serviços comunitários para o uso diário de seus moradores, atendendo mais especificamente à escala da zona; e uma escola e uma creche para atender toda a urbanização JPV. Está localizada em uma área periférica da cidade, a aproximadamente 9,7 Km em linha reta da Praça Independência – ponto central da cidade de Montevidéu.

A implantação do conjunto (Figura 1) se dá através da disposição de edifícios lineares de quatro pavimentos, que conformam uma malha com eixos em duas direções principais, formando, além de paralelismos entre alguns edifícios, ângulos de 60° e 120°, acompanhando as direções das ruas que limitam o terreno. Essa malha gera uma série de espaços coletivos descobertos, com interconexões variadas entre eles. Algumas vias foram previstas para permitir o acesso de veículos internamente; uma

12 [...] el sistema cooperativo fue el que dio mayor impulso a la construcción de viviendas de interés social, en cantidad e cualidad [...].

13 [...] reunión de extraños, unidos por la evitación, el anonimato y otras películas protectoras, expuestos, a la intemperie, y al mismo tiempo, a cubierto, camuflados, mimetizados, invisibles.



delas possui comércios e serviços no térreo dos edifícios. No extremo nordeste do terreno estavam previstas, desde o projeto inicial, a localização dos edifícios da escola e da creche.

Os edifícios apresentam uma rede de circulações horizontais em todos os pavimentos: as ruas elevadas, acopladas a uma das fachadas e sustentadas por uma expressiva grelha estrutural de pilares e guarda corpos. Uma série de circulações verticais, comportando-se como rótulas, unem dois ou três edifícios entre si e eles com o solo (Figura 2).

Através de visitas realizadas a esse conjunto, conseguiu-se apreender um pouco da vida em comunidade que lá acontece. Como já comentado, no sistema de Ajuda Mútua, os futuros moradores participam ativamente de várias etapas do processo de construção do conjunto habitacional e nas atividades de gestão da cooperativa. Uma moradora da Zona 1 comentou que seu pai – morador original – dormia apenas umas quatro horas por noite na época da construção do conjunto. Sabe-se a participação ativa na construção – em um sistema de mutirão como é chamado no Brasil – é um processo que demanda muita dedicação e sacrifício de seus cooperativados, mas ao mesmo tempo, cria vínculos e um inegável sentido de comunidade que é fundamental para o futuro da vida em comum do grupo social.

Por outro lado, a participação dos moradores na gestão dos assuntos da cooperativa não termina com o fim da obra do conjunto e com a ocupação da moradia, pois a legislação do sistema cooperativo exige uma participação ativa e continuada. No



Figura 2 - Circulações horizontais (ruas elevadas) e verticais (rótulas de conexão). Fonte: Fotografias das autoras, 2018/19.

JPV, uma série comissões¹⁴ – por exemplo, a Comissão de Fomento, uma comissão destacada na conversa com os moradores na cooperativa –, mantém a cooperativa em atividade, sendo exigida a presença de todos os cooperados nas assembleias e a participação nas eleições das diretorias¹⁵. Nesse sentido, apesar das obrigações inerentes ao sistema, os depoimentos de moradores atestam a presença de uma gestão democrática implantada, a partir de uma cultura do diálogo, e uma organização de cunho social na organização geral de todo o sistema. A postura geral é de defender os direitos e avançar.

A organização coletiva desse conjunto também pode se dar através de grupos menores. Durante um dos passeios pela urbanização, chamou nossa atenção cartazes anexados junto ao corpo circulações verticais, tratando-se de convites para uma reunião entre moradores de um grupo de blocos, para discutirem assuntos em comum. Outro exemplo de organização entre vizinhos de moradias próximas é a construção de *parrilleros* para uso coletivo de um grupo de moradores.

É importante destacar que o vínculo entre os moradores – ou futuros moradores – foi posto à prova mesmo antes do final das obras. Em 1975 se instala um regime militar no Uruguai e a pressão em desmembrar uma comunidade ativa e pensante foi muito forte. Relatos dos moradores nos indicaram que as assembleias de sorteio das habitações

¹⁴ Essa comissão trata da programação de atividades artísticas e culturais. Podem haver outras comissões dentro das cooperativas, como exemplos, a Comissão de Administração, a de Manutenção e Jardinagem, a de Vigilância, a de Fiscalização.

¹⁵ Consta, no Decreto no 633/69, de 17 de dezembro de 1969, Normas de Organização e Funcionamento, Art. 17, as obrigações dos associados das cooperativas. Algumas dessas obrigações são participar de todas as assembleias e reuniões, assim como votar em todas as eleições de representação. Cada cooperativa habitacional também tem seu regulamento próprio, embasado nas legislações gerais.



– realizadas de modo clandestino – ocorriam à medida em que a construção de cada bloco ia sendo concluída, ou seja, rapidamente eles precisavam ocupar as unidades para que não fossem ocupadas pelos militares. A intenção do regime era colocar os moradores em áreas espalhadas pela cidade e ir instalando ali forças militares para enfraquecer movimentos e organizações sociais.

Grande parte da história do sistema cooperativo foi muito sufocada pelo regime militar, nesse contexto, terem conseguido sobreviver a esse período tão crítico e obscuro da história recente uruguaia se constituiu como um grande mérito do movimento cooperativo desse país. Reforçando os fatos apresentados, Portillo (2010, p. 67, tradução nossa) comenta sobre a pressão exercida no golpe de estado sobre o andamento das cooperativas e seus consequentes reflexos:

depois do golpe de estado de 1975, o cooperativismo habitacional e em particular por ajuda mútua, foi banido, deixando-se simplesmente finalizar aqueles projetos que já haviam sido aprovados e estavam em curso. Além das suspeitas políticas que o cooperativismo gerava, uma das coisas que despertava maior animosidade por parte das autoridades era a propriedade coletiva¹⁶.

16 [...] a partir do golpe de estado de 1975, el cooperativismo de vivienda y en particular por ayuda mutua,



Figura 4 - Exemplo de um dos espaços coletivos descobertos. Fonte: Fotografia das autoras, 2018.

Os moradores também relataram que, mais ou menos até 1997, improvisaram um local no térreo de um dos edifícios habitacionais para ser a escola do conjunto. Isso porque na época em que a escola prevista em projeto deveria ser construída, os militares não permitiram, e segundo esses moradores, a justificativa dos militares era “para não se ter uma escola em uma cooperativa e então formarem comunistas”.

Os lugares da vida comunitária

a) As praças

O que é um lugar? Tem nome? É algo fixo? O que quer dizer habitar? Habitar, ordenar, construir é uma cadeia contínua? Existem lugares que falam, outros que atuam como signos, lugares que são como bocas que é preciso alimentar, como ventres que é preciso saciar. Existem lugares livres, vagos, disponíveis [...] primeiros gestos, passos iniciais: começar, inaugurar, estabelecer [...]¹⁷ (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 121).

Formalmente, apesar da malha formada pela implantação do JPV gerar um esquema com potencial capacidade de penetração no tecido urbano circundante e crescimentos em evolução, e assim de teórica conexão com o entorno, é possível observar que a urbanização conforma um espaço muito particular nessa zona da cidade, através de seu traçado único e mais introvertido (Figura 3).

Segundo os autores do projeto arquitetônico e urbanístico, nos estudos das possibilidades de conformação dos agrupamentos no conjunto se levou em conta

fue proscripto dejando simplemente finalizar aquellos proyectos que ya habían sido aprobados y estaban en curso. Además de las sospechas políticas que generaba el cooperativismo, una de las cosas que despertaba mayor animadversión por parte de las autoridades era la propiedad colectiva.

17 ¿Qué es un lugar? ¿Tiene nombre? ¿Es algo fijo? ¿Que quiere decir habitar? ¿Habitar, ordenar, construir es una cadena continua? Hay lugares que hablan, otros que actúan como signos, lugares que son como bocas que hay que alimentar, como vientres que hay que saciar. Hay lugares libres, vacantes, disponibles [...] Primeros gestos, pasos iniciales: empezar, inaugurar, establecer [...].

Figura 5 - Cenas dos espaços coletivos. Fonte: Fotografias das autoras, 2018/19.



– além das premissas econômicas (possibilidade de construir em altura sem o uso de elevador) e tecnológicas –, essencialmente, premissas sociais com o fim de “proporcionar o relacionamento social não compulsivo, por meio de um alto grau de possibilidades de contato¹⁸” (CUBRÍA; DI PAULA, 1999, p. 170, tradução nossa).

Por outro lado, embora os elementos que compõem a implantação possuam uma geometria simples, constituindo-se de protótipos bastante parecidos com os consolidados nos primeiros CIAMs, eles refletem uma visão mais orgânica – e menos geométrica – do espaço urbano, a fim de se criar inter-relações entre o espaço e as pessoas.

A organização da implantação cria áreas de convívio coletivo *fechadas* pelos edifícios de seu entorno, áreas que se transformam em *lugares*, em oposição ao espaço abstrato moderno. Os lugares do JPV são também delimitados, reconhecíveis, possuem bordas

18 [...] potenciar el relacionamiento social no compulsivo por medio de un alto grado de posibilidades de contactos.



Figura 6 - Via principal e serviços no térreo dos edifícios. Fonte: Fotografia das autoras, 2018.

(SOLÀ-MORALES, 1995a, 1995b), são abraçados pelos edifícios (Figura 4).

A visita ao local revelou a diversidade de usos que foi dado a esses espaços coletivos – o homem contribuindo na transformação do *espaço* em *lugar*, pois, para Van Eyck (1960, p. 108, tradução nossa), “o espaço é uma abstração. Quando o homem é incluído no conceito de espaço, o espaço se torna um lugar¹⁹” –, em que todos os edifícios acabam tendo contato, ao menos uma de suas faces. Cada um desses lugares possui tratamentos e apropriações diferenciadas com equipamentos para crianças, áreas de convívio com mesas, locais cobertos com *parrillas*, jardins gramados e estacionamentos (Figura 5).

Cada espaço coletivo é então um diferente lugar no conjunto. A criação de praças menores pela zona propiciou uma aproximação – geográfica e emocional – maior com os espaços coletivos descobertos do conjunto. Nesse sentido, parece haver um cuidado

19 [...] El espacio es una abstracción. Cuando se há incluído al hombre em el concepto de espacio, se convierte em lugar.



mais atento, por parte dos moradores, em relação a essas áreas, muito possivelmente por estarem próximas às habitações. Um lugar com o qual os moradores se identificam, um lugar apropriado, principalmente no sentido de estar bem cuidado. Lugares que, além de praças, são como jardins, aproximando a habitação coletiva e seus espaços coletivos, como a casa e o jardim da cidade tradicional.

b) A rua

Mas o acontecimento é também um ponto de encontro, uma junção na qual linhas de recorrido ilimitado se entrecruzam



com outras criando pontos nodais de uma intensidade emergente²⁰ (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 122, tradução nossa).

A localização de edifícios de até quatro andares, com comércio no térreo, implantados paralelamente entre si e voltados para uma das vias principais, conforma um elemento de circulação que resgata, além do caráter polifuncional, parte da espacialidade da rua corredor da cidade tradicional, em oposição às largas avenidas e extensos edifícios da grande cidade modernista (Figura 6).

Na estratégia de valorização dos espaços coletivos e de transição, as circulações horizontais externas, entendidas aqui como *ruas elevadas*, são um tema muito especial presente na cooperativa uruguaia. A rua elevada é reflexo muito direto do pensamento dos anos 1950 que procura, mesmo em edifícios em altura, aproximar o morador ao espaço público e coletivo por excelência que é a rua – ver por exemplo Mumford (2002), Smithson (1966), Smithson e Smithson (1953). Na Zona 1 do JPV, quem acessa as unidades habitacionais, comércios, etc., passa por esse caminho/lugar que conecta o privado com os espaços coletivos descobertos, por meio dessa passagem menos brusca, a rua elevada (Figura 7).

A rua/galeria cria um sistema circulatório fluído e dinâmico, associando usos e atividades entre si, estabelecendo estreitas relações entre as unidades habitacionais, entre os edifícios e entre os edifícios e os espaços coletivos abertos e fechados. A mobilidade da Zona 1 do JPV, bastante potencializada pela presença dessas ruas, garante que existam relações/coesões entre as escalas de associação da cidade – casa, rua, bairro e cidade – e o êxito desse elemento faz com que ele esteja presente em cooperativas habitacionais uruguaias mais recentes, por exemplo, a COVICIVI 1, projeto dos anos 1990 e a COVICORDÓN, dos anos 2000 (Figura 8).

Em uma das visitas ao conjunto, fomos convidadas por uma das moradoras para conhecer seu apartamento. Na caminhada até sua casa, ela nos relatou sobre os trajetos que fazia pelo conjunto: quando chovia, aproveitava ao máximo até onde podia ir pelas ruas elevadas, para não se molhar. Por outro lado, por haver várias possibilidades de trajetos até seu apartamento, às vezes, escolhia o caminho a tomar de acordo com o contato que desejava estabelecer com determinados vizinhos, indicando as potencialidades desse lugar: conexão e encontro e, essencialmente, possibilidade de escolhas.

²⁰ Pero el acontecimiento es también un punto de encuentro, una conjunción en la que líneas de recorrido ilimitado se entrecruzan con otras creando puntos nodales de una intensidad emergente.

Essas diversas possibilidades de caminhos, para se chegar a um mesmo lugar, só são possíveis em função da implantação do conjunto em uma *semitrama*, que segundo definiu Alexander (1968), consiste no estabelecimento de um sistema que permite conexões diversas entre os elementos, em contraponto com uma *estrutura em árvore*, que limita as ligações entre as partes, criando conexões mais indiretas do que diretas.

Desse modo, a insistência dos idealizadores do projeto em buscar estratégias espaciais que incrementassem um estreito contato entre vizinhos se concretiza nesses autênticos corredores-ruas: onde “há de se saber conviver”, declara uma moradora ao se referir à extrema proximidade que se tem com a vida e com a casa dos vizinhos.

Foi perguntado a outra moradora sobre o inconveniente da contínua passagem pela rua elevada de pessoas junto aos apartamentos, e ela disse que não a incomodava, pois fazia parte do morar junto. Salientou que, para morar na cooperativa, é preciso gostar de compartilhar, pois o contato entre as famílias e entre os moradores é extremamente estreito. Do contrário, viver ali poderia se tornar uma tortura. Ainda em relação ao uso da rua elevada, falou que inclusive se reunia com sua família para ali sentar e tomar mate, aproveitando a sombra das árvores – mesmo em um segundo pavimento! – e que, na verdade, chegavam até a atrapalhar o passo das pessoas, mostrando a possibilidade de uma convivência informal entre os vizinhos.

Nesse sentido, observa-se como essas passagens-lugares cumprem o seu papel de locais de encontro. De alguma maneira, as relações que ocorriam nas ruas públicas da cidade tradicional, agora podem ocorrer nos espaços coletivos dos edifícios do JPV – em contato direto com as casas dos moradores. Uma rua viva e com potencialidades sociais, em oposição à rua da cidade modernista, afastada das construções, e consequentemente, das pessoas. É uma grande varanda compartilhada, um local para a expressão de um espírito de vizinhança, de comunidade; e além do mais, um dos melhores lugares do conjunto para contemplação e contato com o exterior.

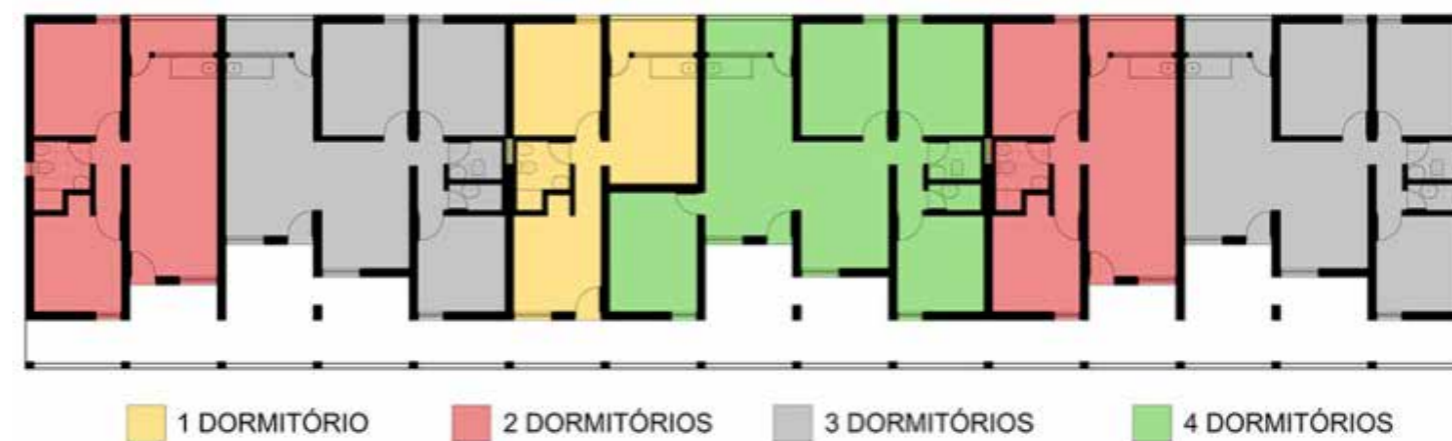
Por fim, a rua elevada se caracteriza, então, como circulação – permitindo conexões variadas –, mas também como um *lugar*, como um local de encontro e de apropriação. A expressividade plástica de que são dotadas confirmam o protagonismo desses elementos na concepção do projeto.

c) A casa

Mesmo que o acontecimento seja sempre algo que suceda na desordem global carente de sentido, este momento feliz, às vezes casual, às vezes resultado de uma inteligente vontade, constitui um instante emergente em um fluir constante, um acorde harmônico, polifônico em uma situação de permanente transição²¹ (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 122-123, tradução nossa).

O processo participativo no José Pedro Varela garantiu, conforme a demanda específica da Zona 1, flexibilidade no número de dormitórios (de um a cinco) de suas unidades habitacionais. As plantas baixas (Figura 9) indicam uma modulação transversal (de 2,80 m) que dita a largura dos principais compartimentos – sala de estar, cozinha e

21 [...] aunque el acontecimiento es siempre algo que sucede en el desorden global carente de sentido, este momento feliz, a veces casual a veces resultado de una inteligente voluntad, constituye un instante emergente em un fluir constante, un acorde armónico, polifónico em una situación de permanente transición.



dormitórios – em todos os edifícios, porém, o arranjo, através de uma combinação com módulos ou meio módulos, garante que as unidades difiram no número de dormitórios. No térreo dos edifícios se encontram usos comerciais, de serviço, usos administrativos, além de unidades habitacionais.

A relação entre a unidade habitacional e a rua elevada também é intermediada pela presença de reentrâncias no limite interno dessas ruas – onde se situam a maioria dos acessos às unidades. Mesmo sendo parte da área da unidade habitacional – são locais de domínio privado das habitações contíguas a essas reentrâncias –, foi projetada para ser um local aberto para o uso comum. Nesse sentido, esses espaços conectam unidade habitacional e rua elevada – privado e coletivo –, sendo um local com um caráter mais privativo, mesmo que aberto ao coletivo, em comparação com a parte do trajeto mais uniforme da circulação. Tem-se então dois níveis de gradação nesse lugar intermediário, a rua elevada: o recorrido da rua elevada – com maior contato com o coletivo – e a reentrância – mais reservada, constituindo-se como um outro *lugar*.

A apropriação dessas reentrâncias pelos moradores do conjunto se deu de maneira muito variada (Figura 10), sendo que alguns moradores realmente a tomaram como extensões de suas habitações. Alguns transformaram esses locais em varandas particulares: colocaram bancos, plantas, etc.; alguns gradearam ou fecharam esse espaço. É bastante interessante observar essa variedade de maneiras com que os moradores tratam, ornamentam, utilizam esse local no entorno da entrada, da porta, de sua habitação.

A porta de entrada de uma casa é um local bastante especial, como destacou Van Eyck: “uma porta é um lugar para uma ocasião. Uma porta é um lugar para um ato que é repetido milhões de vezes ao longo da vida entre a primeira entrada e a última saída. Creio que é simbólico²²” (SMITHSON, 1966, p. 43, tradução nossa). Nesse *lugar*, a casa e a rua acabam sendo *estritamente mescladas e expressam suas reciprocidades* (VAN EYCK, 1962).

22 Una puerta es un lugar para una ocasión. Una puerta es un lugar para un acto que se repite millones de veces a lo largo de una vida entre la primera entrada y la última salida. Creio que es simbólico.



Considerações finais

As cooperativas habitacionais uruguaias são consideradas exemplos bem-sucedidos no campo da habitação social, pelo fato de seus moradores possuírem um forte sentimento de pertencimento ao seu lugar e uma apropriação intensa e constante dos espaços coletivos. Sabe-se que o sistema cooperativo habitacional uruguio tem sido fundamental nesse sentido. Ao mesmo tempo, e isto foi foco de estudo deste trabalho, a potencialidade e a qualidade dos projetos dessas cooperativas – projetos que possuem uma intenção de gerar uma qualidade de vida melhor aos seus moradores e uma vida urbana e coletiva mais efetiva – também colaboraram efetivamente no processo de apropriação dos moradores de seu habitat, em um processo que aqui entendemos como formação de uma vida em comunidade, como em uma pequena cidade.

Esses projetos que são, em parte, reinterpretação de propostas – do hemisfério norte e sul – que reconhecem como indica Solà-Morales (1995b, p. 121, tradução nossa) “a existência e a necessidade de pontos fixos capazes de organizar o espaço

e a memória²³”, mesmo em situações em que a urbanidade própria da modernidade e da contemporaneidade provoca desenraizamento. São projetos e um sistema – o cooperativo – que conseguem construir um lugar que se propõe como domesticação do espaço inopinado, imprevisto, inseguro ou do não-lugar urbano emergido desde os confins da modernidade.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. *Summa-Nueva Visión – Christopher Alexander: Nuevas ideas sobre diseño urbano*, Buenos Aires, ano 1, n. 9, set. 1968. Disponível em: <https://sistemasdeproyecto.files.wordpress.com/2012/10/alexander-c-una-ciudad-no-es-un-c3a1rbol.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ALMEIDA, Cecilia; PINTOS, Agustín. *Corredor: transición entre lo público y lo privado, en la vivienda*. Tesina (Curso Producción de Vivienda con asesoramiento del Centro Cooperativista Uruguayo) – Facultad de Arquitectura, Universidad de la Republica, Montevideo, 2015. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/tesinas/files/2015/08/Tesina-Corredor.-Almeida-Pintos-2015-baja.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.

BLECHMAN, Mario; CASARAVILLA, Jorge. *Habitando [lo] Colectivo*. Espacios de mediación en el habitar colectivo. Tesis (Especialización en Investigación Proyectual) – Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo, Universidad de la Republica, Montevideo, 2012. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/sepep/nota/aprobado-6/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

CECILIO, Miguel. Las cooperativas de habitación, procedimiento de gestión. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 3, p. 23-36.

CUBRÍA, Norberto; DI PAULA, Jorge. El desafío de la escala: conjunto “José Pedro Varela”. In: NAHOUM, Benjamin (Comp.). *Una historia con quince mil protagonistas: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Montevideo: Intendencia Municipal, 1999. Disponível em: https://ws147.juntadeandalucia.es/obraspublicasyvivienda/publicaciones/04%20COOPERACION%20INTERNACIONAL/las_cooperativas_vivienda_ayuda_mutua_uruguayas/cooperativas_vivienda_uruguayas.pdf. Acesso em: 4 jan. 2019.

CUBRÍA, Norberto; DI PAULA, Jorge. Metodología aplicada en el conjunto Jose Pedro Varela. *CEDA publicación del centro estudiantes de arquitectura*, [Montevideu], n. 34,

23 [...] la existencia y la necesidad de puntos fijos capaces de organizar el espacio y la memoria.

p. 83-91, feb. 1973.

DEL CASTILLO, Alina. Una exposición sobre las cooperativas de vivienda uruguayas. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 6, p. 57-84.

DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015.

DELGADO, Manuel. *El animal público*. Hacia una antropología de los espacios urbanos. Barcelona: Anagrama, 1999.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

MUMFORD, Eric Paul. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

NAHOUM, Benjamin. *Algumas claves*. Reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Montevideo: Ediciones Trilce, 2013. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ART-28_-ALGUMAS-CLAVES-REFLEXIONES-SOBRE-ASPECTOS-ESSENCIALES-DE-LA-VIVIENDA-COOPERATIVA-POR-AYUDA-MUTUA.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

NASCIMENTO, Eduardo do. *Cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai: um estudo de caso sobre a FUCVAM*. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121081>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OTERO, Ruben. Conjuntos y unidades: Una historia de continuidad. In: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 5, p. 49-56.

PORTILLO, Álvaro J. *Vivienda y sociedad*. La situación actual de la vivienda en Uruguay. Montevideo, 2010. Disponível em: <http://www.farq.edu.uy/sociologia/files/2012/02/Vivienda-y-Sociedad.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RISSO, Marta; BORONAT, Yolanda. *La vivienda de interés social en el Uruguay: 1970-1983*. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1992.

RITTER, Carolina. *Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5488>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SMITHSON, Alison (ed.). *Manual del Team 10*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1966.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter. An urban Project. *Architect's Yearbook*, v. 5, 1953.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Arquitectura y existencialismo. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995a. p. 43-61.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Lugar: permanencia o producción. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995b. p. 109-125.

VALLÉS, Raúl. Una mirada al sistema cooperativo de viviendas en Uruguay. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 2, p. 15-22.

VAN EYCK, Aldo. Door and Window. *Forum*, n. 3, 1960.

VAN EYCK, Aldo. Steps toward a configurative discipline. *Forum*, n. 3, ago. 1962. http://www.arch.ttu.edu/courses/2008/summer/mexicostudio/Handouts%20Vernooy/Theory/Theory_van_Eyck.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Uma proposta para o município de Concórdia/SC

SCHOOL ARCHITECTURE AND COUNTRYSIDE EDUCATION
A proposal for the city of Concórdia/SC

Gabriela Maria Fazzioni¹ e Nébora Lazzarotto Modler²

Resumo

A proposta de ensino designada como Educação do Campo, surgiu a partir de um contexto de reivindicação social, a fim de elaborar uma educação mais justa aos povos camponeses, que respeite e esteja sintonizada com seu modo de vida, sua cultura e o trabalho. A partir desse cenário e buscando a aplicação dessas premissas na arquitetura escolar, o artigo apresenta os fundamentos, as diretrizes e o projeto arquitetônico de uma escola do campo no município de Concórdia/SC, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

Palavras-chave: projeto arquitetônico, arquitetura escolar, escola do campo.

Abstract

The teaching proposal designated as Countryside Education emerged from a context of social demand, in order to develop a fairer education for peasant peoples, which respects and is suited for their way of life, culture and work. From that scenario and seeking the application of those premises in school architecture, the article presents the fundamentals, guidelines and the architectural project of a country school in the city of Concórdia/SC, developed as a Graduation Final Work of the Course of Architecture and Urbanism of the Federal University of Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

Keywords: architectural project, school architecture, country school.

Introdução

O acesso à educação para as comunidades do campo no Brasil é historicamente excludente, marcado por desigualdades, escassez de recursos e por processos que desqualificam as práticas, a cultura e os conhecimentos locais. A partir das lutas sociais pela superação desse estigma, surgiu a Educação do Campo, que visa a construção de uma proposta de ensino que respeite a realidade local e social dos povos que vivem neste meio, promovendo a educação como um elemento de pertencimento e fortalecimento cultural (SANCEVERINO; MOHR, 2016).

Nesse sentido, os espaços escolares do campo precisam ser concebidos em sintonia com essas premissas e com base nas especificidades do local em que se insere, tendo em vista que a qualidade do ambiente escolar pode contribuir significativamente para os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Isto posto, este artigo discute a arquitetura escolar a partir da reflexão teórica da proposta de Educação do Campo, através do desenvolvimento de um projeto arquitetônico para uma escola pública de ensino fundamental localizada no interior do município de Concórdia/SC. O projeto visou a melhoria e ampliação das instalações existentes e o alinhamento dos espaços à proposta da Educação do Campo, a fim de elaborar ambientes qualificados, que colaborem na valorização da vida no campo e fortaleça vínculos de pertencimento entre crianças, jovens, escola, família e comunidade.

Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos através do desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação (TFG) em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no ano de 2019. O trabalho é organizado em cinco seções. Na primeira – *Problemática e fundamentação* – são abordados os conceitos e desafios do tema, que embasaram a proposta de TFG. Em seguida, na segunda seção – *Estratégias metodológicas* – são expostas as metodologias aplicadas na elaboração da pesquisa e do projeto arquitetônico. Na terceira seção – *Contextualização* – a temática é abordada a partir do contexto do município de Concórdia, SC. Na quarta seção – *O recorte de intervenção e as condicionantes projetuais* – são feitas análises aproximadas da área de estudos e, na seção seguinte – *A proposta de projeto* – apresentam-se as diretrizes e os resultados do projeto arquitetônico. Por fim, são apresentadas as *Considerações Finais* emergentes das discussões e resultados expostos ao longo do artigo.

Problemática e fundamentação: a educação *no e do* campo

A educação para as áreas rurais no Brasil, desde a sua criação, carece com a escassez de políticas públicas específicas aos contextos dos povos que vivem no campo, ao mesmo tempo em que os currículos e práticas implantadas para o ensino foram submetidos a um modelo curricular urbano e desconexo à realidade local (MACHADO, 2017).

Essa ausência de condições e amparo para as comunidades rurais, segundo Soares (2001, p. 03 *apud* VENDRAME, 2007, p. 93), relacionam-se a “[...] resquílios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária, apoiada no latifúndio e no trabalho escravo”, o que gera consequências diretas às políticas educacionais.

1 Arquiteta e urbanista graduada em 2019 pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. E-mail: gabi.fazzioni@gmail.com

2 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020) e Professora Adjunta do Magistério Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. E-mail: nebora.modler@uffs.edu.br

As primeiras ações direcionadas à educação para as áreas rurais surgiram com a Constituição Brasileira de 1934 e, atualmente, são denominadas *Ruralismo Pedagógico*. Para Mohr (2018, p. 87), esse movimento, de maneira geral, “[...] era composto por ideias e ações que tinham como principal finalidade aumentar a produção agrícola, além de conter os movimentos migratórios campo-cidade que já estavam tomando força nesta época”.

Nos anos subsequentes, esse movimento foi associado a políticas de industrialização e modernização dos processos produtivos e formativos, que direcionaram a educação a uma pedagogia tecnicista e equalizadora, voltada a valorização das áreas tecnológicas e a aprendizagem individual (SANCEVERINO; MOHR, 2016). Esse modelo baseado na indústria e no desenvolvimento econômico, para Machado (2017), não considerava os processos locais, de maneira que o meio rural continuou a ser reconhecido como um espaço atrasado, inferior e homogêneo.

A partir da década de 1980, houve uma grande articulação dos movimentos populares em busca de um modelo de educação mais democrático, sintonizado à cultura, aos direitos sociais e às necessidades específicas dos diversos povos camponeses. É nesse contexto que surge a proposta da Educação do Campo, que busca promover um ensino básico e público aos povos camponeses, sustentado através do paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural (BRASIL, 2007). Almeja-se, desta maneira, que a escola seja um “instrumento que possibilite um autêntico Projeto de Sociedade, onde a educação seja compreendida e concretizada na dimensão transformadora” (QUEIROZ, 2011, p. 46).

Ainda que muito tenha sido conquistado a partir de então, consolidar o acesso à educação básica³ para os povos camponeses no Brasil é um grande desafio. Oliveira e Campos (2012), no livro *Dicionário da Educação do Campo*, citam que um dos principais desses desafios é, de fato, ofertar a educação básica, através da ampliação do ensino para educação infantil, ensino fundamental e médio, já que são mais difundidas nesses locais as escolas de ensino fundamental séries iniciais, no formato multisseriado⁴.

Outro ponto fundamental apontado por Oliveira e Campos (2012) está na luta contra o fechamento das escolas, que ocorre como consequência das políticas de nucleação escolar, isto é, estratégias de centralização da educação em núcleos maiores de ensino, muitas vezes localizados em áreas urbanas, movimento esse viabilizado através dos programas de transporte escolar. Para as autoras, o deslocamento dos alunos no sentido campo-cidade, nega a eles a oportunidade de aprender e pensar o mundo no local onde vivem e a partir de sua realidade. Ainda, elas consideram que estas políticas são umas das principais responsáveis pelas dificuldades de inclusão e permanência dos jovens do campo nas escolas.

Mohr (2018) discorre sobre as consequências dessa situação:

O argumento principal para os processos de nucleação escolar tiveram justificativa em argumentos de ordem financeira, mas, muitas vezes, outros custos sociais não são colocados em questão, tais

como os riscos de acidentes e a precariedade no transporte escolar; o desgaste físico e mental das crianças que precisam se locomover; a maior incidência de situações de violência em salas com muitos alunos; dentre outros (MOHR, 2018, p. 153-154).

Para Kramer (2007), o fechamento dessas instituições também gera impactos para a comunidade em que se insere. Isso porque o estigma de abandono e isolamento do local é reforçado e a comunidade sofre um abalo em suas referências, sente-se enfraquecida, desvalorizada e impotente.

A autora argumenta que a instituição escolar, para além de seu inquestionável valor educativo na formação humana e social, gera vínculos e valores históricos no local onde se insere. Para uma comunidade rural, ela apresenta-se como irradiadora de atividades sociais e culturais que promovem uma articulação comunitária, além de, muitas vezes, constituir-se como o único equipamento público de representatividade governamental no local (KRAMER, 2007).

Nesse sentido, entende-se que a presença das escolas associadas à efetivação da Educação do Campo nas áreas rurais é fundamental para a sustentabilidade social, dado que a instituição oportuniza o acesso à educação e à cultura, além de reforçar o sentimento de comunidade. Seus conteúdos contextualizados facilitam a inserção do jovem na estrutura do trabalho existente, além de abrir possibilidades de atingir uma maior qualidade de vida neste meio.

O entendimento desse contexto, a compreensão da importância da escola nos locais, nos mais diversos aspectos, bem como os conceitos que orientam a educação do campo, são partes fundamentais na discussão e na elaboração de espaços escolares nesse meio historicamente negligenciado.

Pelo exposto, compreende-se que a Educação do Campo é um conceito em construção, fruto da luta social e que visa a elaboração de políticas públicas que garantam o direito a uma educação que seja *no* e *do* campo. *No campo*, pelo direito de ser educado no lugar onde vive; e *do campo*, por uma educação pensada para o contexto de seu povo e com a sua participação, de maneira a vincular-se à cultura e às necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002).

Retomar o conceito de *campo* ao invés de rural, reforça essa mudança de paradigma.

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não mais a usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho do meio rural (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

Isso posto, pretende-se superar a relação hierárquica entre cidade e campo, de forma que ambos passem a ser vistos como complementares e com igualdade de valor. Ainda assim, é considerada e respeitada a existência dos diferentes tempos e modos de ser, viver, produzir e de relacionar-se com o ambiente, de maneira a possibilitar a

³ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a educação básica compreende as seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Seu acesso gratuito é direito de todo cidadão, sendo obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (BRASIL, 1996).

⁴ Classes multisseriadas são aquelas em que o professor atende, simultaneamente e na mesma sala, a mais de uma série do ensino fundamental.

flexibilização dos modelos de organização da educação e da escola (BRASIL, 2007)⁵.

Essa premissa de garantir os processos didáticos localmente significados, têm papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do país, pois colabora com um processo mais justo, diverso e sustentável em vários aspectos, sejam estes ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural (BRASIL, 2007).

Segundo Molina e Sá (2012) as estratégias pedagógicas utilizadas nestas escolas deveriam ser capazes de superar os limites da sala de aula, de forma que os espaços de aprendizagem permitam a apreensão dos conteúdos aliando teoria, prática e trabalho. Além disso, deveriam incentivar a realização de atividades e estudos coletivos, superando o individualismo na construção do conhecimento. Ainda, para as autoras, é imprescindível que seja garantida a articulação entre escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e gerando espaços coletivos de decisão, colaboração e aprendizagem, de forma que a comunidade seja ativa e vivencie os espaços escolares.

A arquitetura escolar, desta maneira, deverá ser sensível a estas demandas pedagógicas e sociais, conforme afirma Kowaltowski:

O edifício escolar deve ser analisado como resultado da expressão cultural de uma comunidade, por refletir e expressar aspectos que vão além da sua materialidade. Assim, a discussão sobre a escola ideal não se restringe a um único aspecto, seja de ordem arquitetônica, pedagógica ou social: torna-se necessária uma abordagem multidisciplinar, que inclua o aluno, o professor, a área de conhecimento, as teorias pedagógicas, a organização de grupos, o material de apoio e a escola como instituição e lugar (KOWALTOWSKI, 2011, p. 11).

Assim, discutir a concepção da escola do/no campo também inclui os aspectos de inserção do equipamento na paisagem, integração dos ambientes internos, externos, áreas produtivas e naturais, elaboração de espaços democráticos e dinâmicos para a comunidade, dentre outros fatores, que tornarão a escola capaz de acompanhar as necessidades da Educação do Campo, potencializando os processos internos e seu papel social.

Estratégias metodológicas

Para o desenvolvimento do TFG apresentado neste artigo, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, estruturada a partir de estratégias metodológicas distintas. A pesquisa bibliográfica e a análise de projetos correlatos foram desenvolvidas ao longo de todo o processo, dando suporte ao trabalho nas diversas fases de seu desenvolvimento.

⁵ No que diz respeito à legislação brasileira, segundo exposto no Caderno 2 da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) do Ministério da Educação (MEC), são consideradas escolas do campo “aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas” (BRASIL, 2007, p. 14). Também é estabelecido através do artigo 4º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que: “o projeto institucional das escolas do campo [...] constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” (BRASIL, 2002, p. 1).

Essas ações embasaram a compreensão do tema e a fundamentação dos princípios que orientaram as diretrizes de decisões projetuais.

Visitas a campo foram desenvolvidas a fim de compreender o contexto da temática no recorte de inserção do trabalho, delimitar a área de intervenção e analisar suas características socioespaciais. Após a definição da escola a ser estudada, foram realizadas entrevistas não estruturadas com gestores da educação e com a direção da escola, bem como levantamento fotográfico e arquitetônico da edificação pré-existente e de seu entorno.

Assim, com base no diagnóstico do lugar de inserção e na fundamentação teórica, foram definidos o programa arquitetônico e as diretrizes de projeto que culminaram na concepção arquitetônica final apresentada neste artigo.

Contextualização: o município de Concórdia e a Educação do/no Campo

Concórdia é um município de, aproximadamente, 70 mil habitantes, localizado na região oeste de Santa Catarina (IBGE, 2010), que teve sua ocupação territorial baseada no minifúndio e na agricultura familiar (MELLO; SCHMIDT, 2003).

Embora, atualmente, a maior parte de sua população reside na área urbana (IBGE, 2010), o município possui uma extensa área rural e uma produção econômica diretamente relacionada a ela, através da agricultura, pecuária e, principalmente, pelo sistema de integração⁶ da agricultura familiar com as agroindústrias (CONCÓRDIA, 2019).

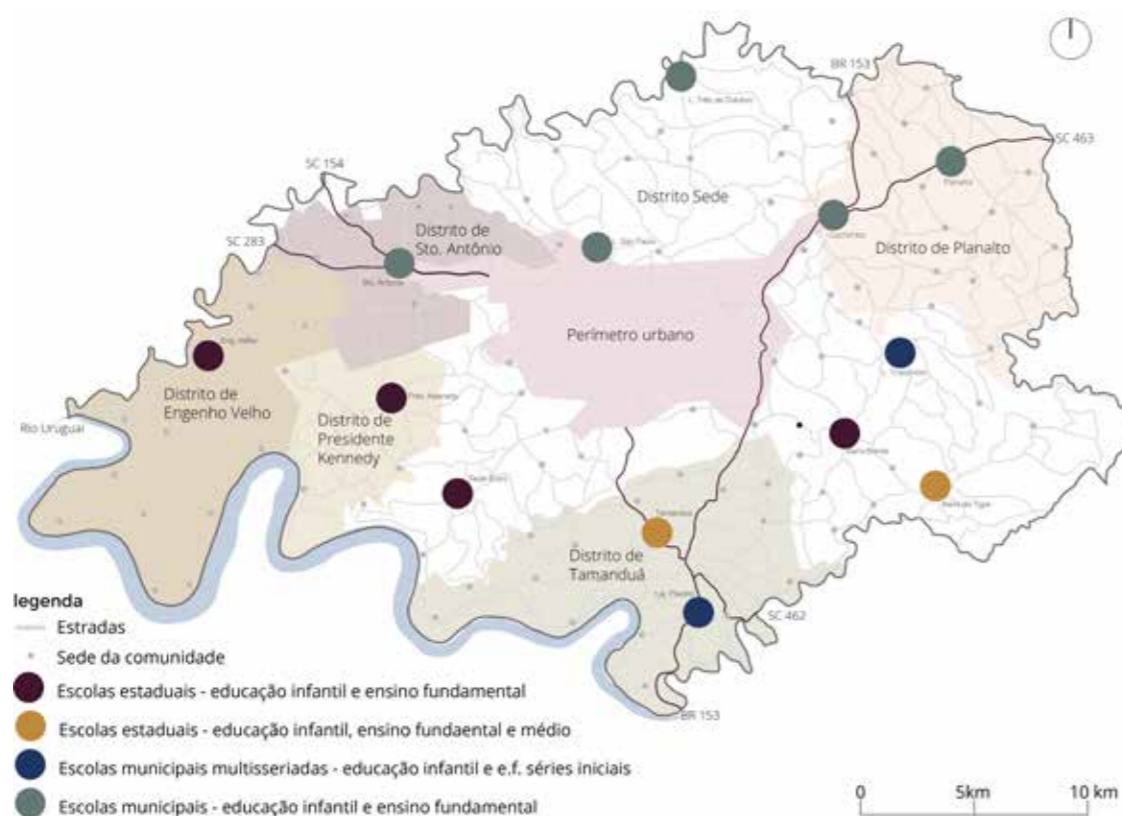
Zotti e Schwingel (2017) explicam que escolas rurais multisseriadas no município, criadas, em sua maioria, a partir de 1950, foram durante anos as principais referências na educação para as áreas rurais de Concórdia, local que concentrava o maior contingente populacional do município até 1980. O fenômeno de migração campo-cidade associada à intensa política nucleação escolar do estado de Santa Catarina, resultou no fechamento de grande parte dessas escolas, principalmente a partir dos anos 1990. Segundo dados informados pela Secretaria de Educação do município, apenas duas Escolas Municipais do Campo (EMC)⁷ permaneciam em funcionamento no ano de 2019.

Em um levantamento elaborado a partir das entrevistas feitas com gestores das secretarias estadual e municipal de educação, foram mapeadas onze instituições escolares ativas (Figura 1) e classificadas como do campo (segundo classificação do MEC), dentre a rede municipal e estadual de ensino. Através desse levantamento, verificou-se que há uma carência de oferta de ensino médio nessas áreas, de maneira que a maioria dos alunos necessita deslocar-se a escolas urbanas para concluir essa etapa do ensino.

⁶ A produção no sistema de integração, consiste no fornecimento de matéria prima pelos produtores rurais a agroindústria, que, em contrapartida, fornecem ao agricultor insumos e tecnologia para a produção (MACHADO *et al.*, 2015).

⁷ Segundo a Secretaria Municipal de Educação, “as Escolas Municipais do Campo – EMC, são todas àquelas situadas em comunidades da zona rural e que são multisseriadas, ou seja, atendem os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental numa mesma turma” (CONCÓRDIA, 2016, p. 17).

Figura 1 – Mapa de levantamento das escolas do campo do município, conforme classificação do MEC (Brasil, 2007, p. 14). Fonte: FAZZIONI, 2019.



Também através deste levantamento e das entrevistas realizadas, verificou-se que existem algumas iniciativas pontuais por parte dessas escolas na busca de uma aproximação com os princípios da Educação do Campo. Uma destas instituições foi escolhida como objeto de estudos deste trabalho⁸, devido à grande aproximação da unidade com o tema e pela proposta de aproveitamento e potencialização dos espaços de ensino já consolidados no município.

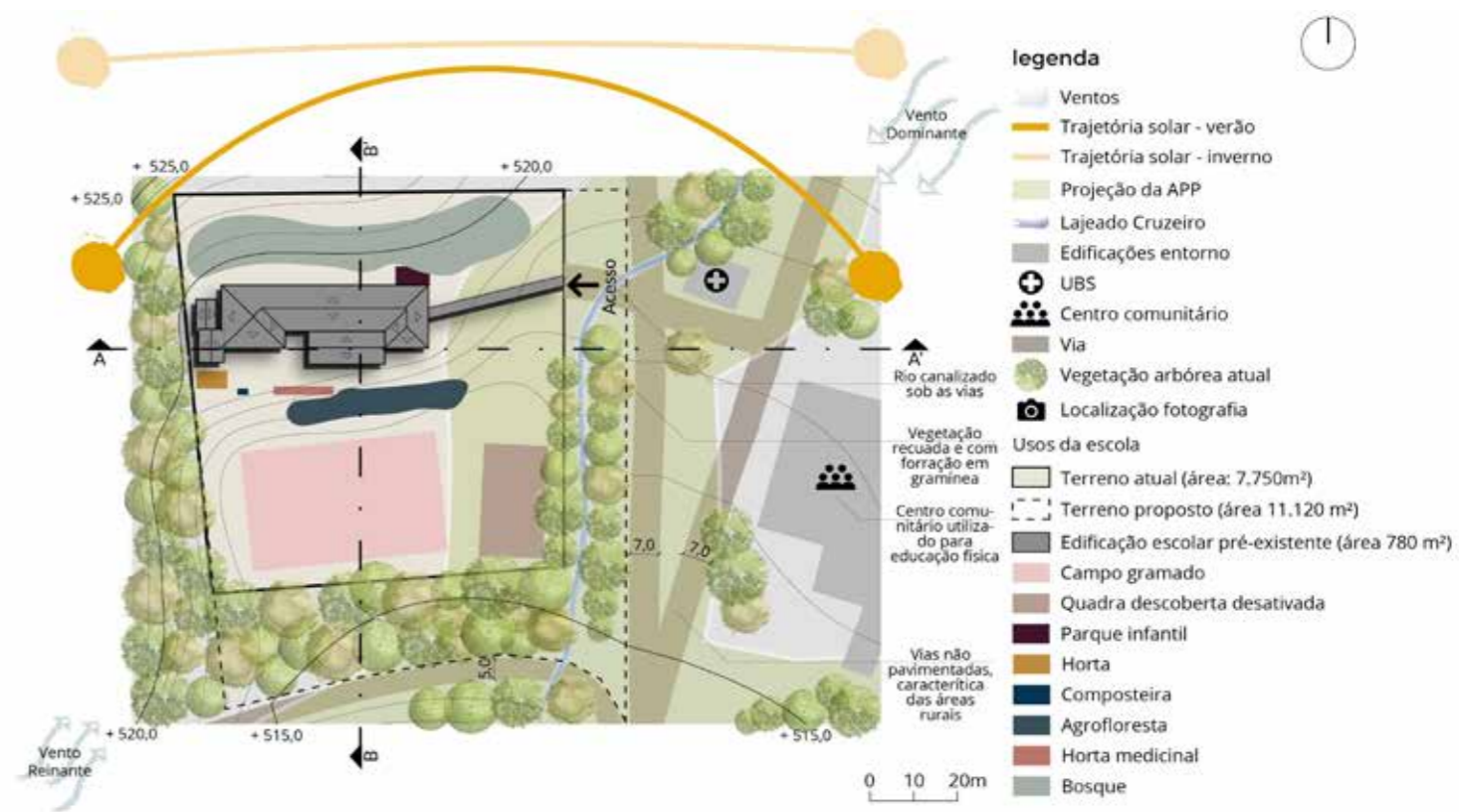
O recorte de intervenção e as condicionantes projetuais

A escola em estudo está localizada na área rural do município a, aproximadamente, 12km do centro da cidade, e está compreendida na zona de amortecimento do Parque Estadual Fritz Plaumann⁹.

Atualmente, a escola atende em período regular e contempla a educação infantil, através da pré-escola (ligada à rede municipal) e o ensino fundamental (da rede estadual), com o atendimento de alunos oriundos da própria comunidade e de comunidades vizinhas. Segundo a direção, o número de turmas varia anualmente. Isso porque, de acordo com o número de matrículas, são realizados alguns agrupamentos em classes multisseriadas.

Com relação à proposta pedagógica, conforme informado pela direção da escola, projetos interdisciplinares e em parceria com outras instituições são desenvolvidos, com o intuito de dinamizar a aprendizagem dos conteúdos e conectá-los com o contexto da prática familiar e ao desenvolvimento sustentável.

⁸ As autoras optaram por manter em anonimato o nome da instituição e a localidade em que se insere.
⁹ O parque é uma Unidade de Conservação de proteção ambiental destinada à proteção da natureza, à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo ecológico. Foi fundado em 2003 como medida de compensação ambiental pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, SC (ECOPEF, 2019).



Quanto à inserção, conforme representado na Figura 2, a escola (edificação pré-existente) está localizada em uma região que concentra outros equipamentos que atendem à comunidade local, quais sejam: igreja, posto de saúde e centro comunitário.

Uma das características mais marcantes do local está em sua paisagem, com visuais para as áreas produtivas e naturais, numa conformação de planalto. A integração com os elementos naturais é reforçada pela presença do Lajeado Cruzeiro, que margeia a via de acesso à escola e conforma uma Área de Preservação Permanente (APP) na parte frontal do terreno.

A edificação escolar existente possui uma área total construída de 680m², não conta com instalações acessíveis para pessoas em cadeira de rodas e não possui quadra de esportes coberta, de maneira que as atividades de educação física são realizadas no Centro Comunitário da comunidade.

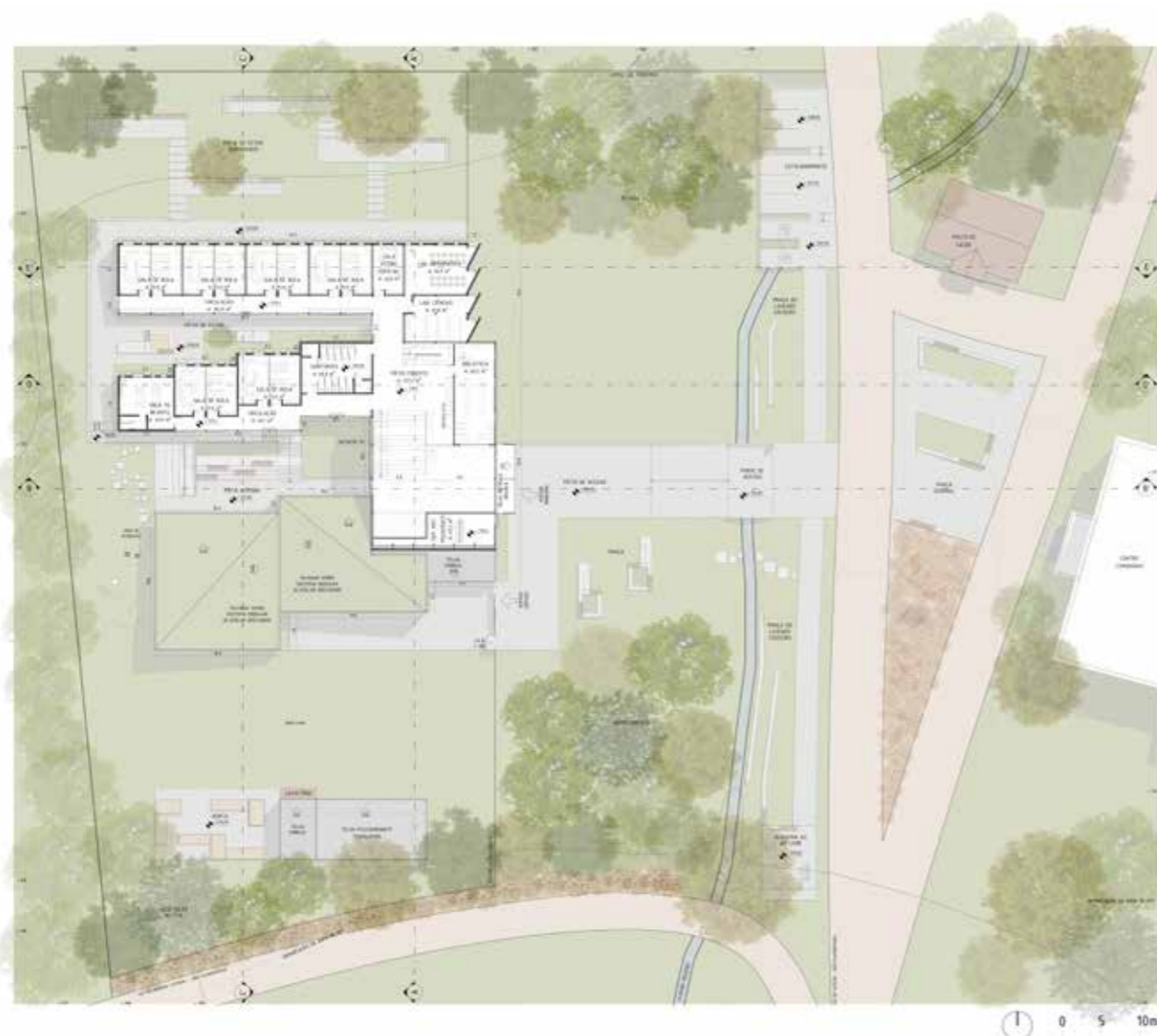
A proposta de projeto

A partir da análise dos dados levantados durante a pesquisa, foram desenvolvidas algumas diretrizes que conduziram à elaboração do projeto arquitetônico em todas as suas etapas.

Uma dessas diretrizes está na integração da escola com a comunidade, para ampliar a apropriação do espaço como um equipamento público que forneça áreas de lazer e encontro para uso da escola e da comunidade, de maneira a reforçar sua relação e incentivar sua apropriação. A partir deste viés, também está a proposta de qualificação dos espaços de uso comunitário existentes e novos, bem como em viabilizar a valorização dos espaços naturais, principalmente em relação à integração com o Lajeado Cruzeiro e com sua área de APP.

Figura 2 – Mapa de análise de sítio, condicionantes ambientais, usos e edificações pré-existentes. Fonte: FAZZIONI, 2019.

Figura 3 – implantação com planta do segundo pavimento. No bloco mais a norte, está englobada a edificação pré-existente no local. Fonte: FAZZIONI, 2019.



Outra importante diretriz consiste na promoção de espaços de aprendizagem diversificados, internos e externos, que qualifiquem a aprendizagem com base no trabalho, na ciência e na cultura. Tal como, em potencializar a relação do edifício com as áreas externas, integrando-as visualmente e fisicamente, a fim de tornar esses locais parte da experiência de ensino-aprendizagem.

Na elaboração do programa de arquitetura, desta maneira, foram incluídos espaços de uso múltiplo coletivo, internos e externos, que podem atender a demandas variadas da escola e da comunidade. Os laboratórios e espaços de experimentações externas foram elaborados de maneira que possam ser utilizados em aulas regulares ou em oficinas públicas.

O programa foi proposto considerando a ampliação da oferta de educação também ao ensino médio, devido à limitada presença dessa modalidade no campo do município, como mencionado anteriormente, evitando assim o deslocamento campo-cidade para conclusão da educação básica.

A implantação buscou incorporar grande parte da edificação existente ao projeto, adequando a configuração de seus espaços para os usos das novas estratégias programáticas propostas. A partir da locação dessa edificação pré-existente e tomando partido do relevo acidentado do terreno, o projeto foi implantado em dois níveis principais. No nível mais baixo da edificação, está o acesso da escola, bem como as

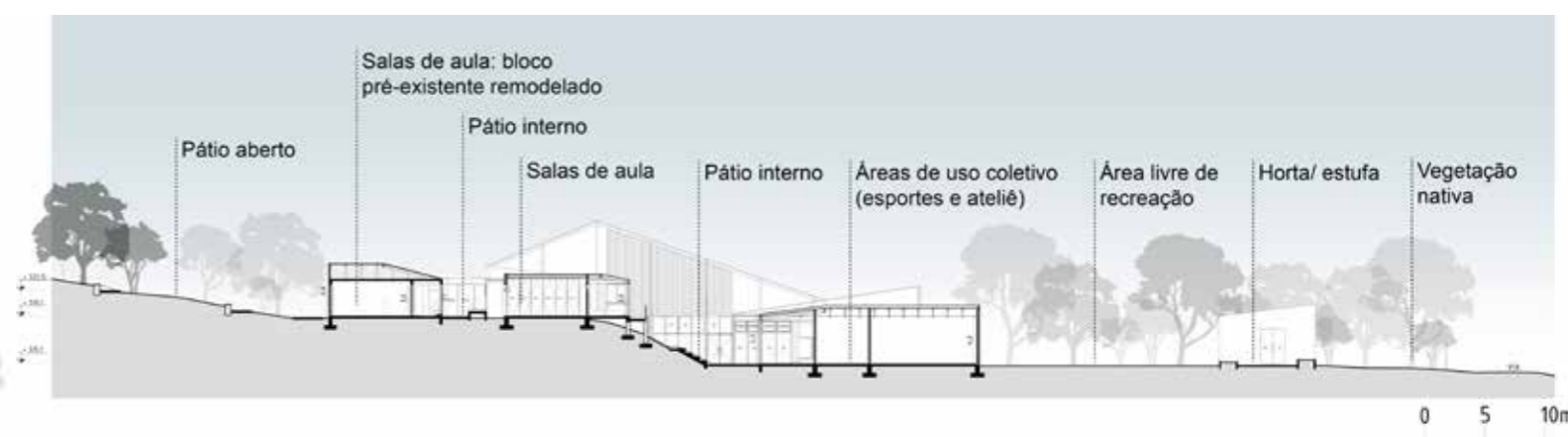


Figura 4 – Corte transversal que evidencia a relação entre níveis e entre os espaços internos e externos. Fonte: FAZZIONI, 2019.
Figura 5 – Vista geral a partir do pátio de acesso à edificação. Fonte: FAZZIONI, 2019.

áreas de usos comuns. Já no nível mais alto, estão as salas de aula, laboratórios e espaços de estudos, dispostos linearmente a fim de otimizar a insolação destes locais (Figura 3).

A apropriação do desnível existente também é reforçada pela valorização e apropriação do espaço de circulação vertical, que se desdobra através de ambientes internos e externos de convivência, que podem atender demandas de uso cotidiano e de eventos da comunidade escolar, bem como abrigar espaço para brincadeiras e recreação (Figura 4).

No que diz respeito à proposta volumétrica, houve uma grande preocupação quanto à escala e a inserção do objeto arquitetônico na paisagem do campo. Para tanto, foi priorizada uma linguagem em sintonia com a arquitetura local, através de uma releitura de seus elementos e pelo emprego de materiais locais, quais sejam: alvenaria aparente, utilizada nas demais edificações públicas da comunidade; a madeira, presente na arquitetura residencial do município; e a pedra natural, também empregada nas bases e muros de taipa das edificações da região (Figura 5).

Ainda quanto à implantação da escola, são respeitados os limites da Área de Preservação Permanente (APP) presente no terreno, de maneira que apenas atividades de baixo impacto ambiental e de interesse social são dispostos, em conformidade com

Figura 6 – Perspectiva de uma das áreas externas de uso comunitário, a partir de um ponto de interação com o Lajeado Cruzeiro. Fonte: FAZZIONI, 2019. Figura 7 – Vistas de algumas áreas abertas e de experimentação da escola. Fonte: FAZZIONI, 2019.



a legislação brasileira vigente¹⁰.

Espaços públicos de lazer foram implantados na área central da comunidade e nas bordas do terreno, através da criação de uma praça que marca o acesso à comunidade e faz a costura entre os equipamentos públicos ali existentes. Nas margens do Lajeado Cruzeiro também foram propostas algumas áreas de uso comum de lazer e contemplação, a fim de criar uma aproximação e valorização do local através do uso, incentivando assim sua conservação (Figura 6).

A conexão entre áreas internas e externas permeia a edificação de formas distintas. Uma delas está na configuração de pequenos pátios internos, que possibilitam apropriações e tipos de usos diversos. Assim, pátios, áreas livres e de experimentação externas possibilitam a construção de espaços colaborativos, que ultrapassam os limites da sala de aula e tornam o aprendizado um processo mais dinâmico (Figura 7).

A concepção dos ambientes das salas de aulas, por sua vez, foi proposta a partir de um *layout* flexível, a fim de adequar o espaço ao número de alunos, o qual tende a ser

¹⁰ Segundo a legislação brasileira vigente, a Área de Preservação Permanente em questão pode ser classificada como *área rural consolidada*. Nesses casos, há permissões de usos restritos de interesse social, através da implantação de infraestrutura pública para atender demandas relacionadas ao lazer, esportes, atividades educacionais e culturais ao ar livre, bem como de práticas agroflorestais desde que não descaracterizem a cobertura vegetal existente e não prejudiquem sua função ambiental (BRASIL, 2012).

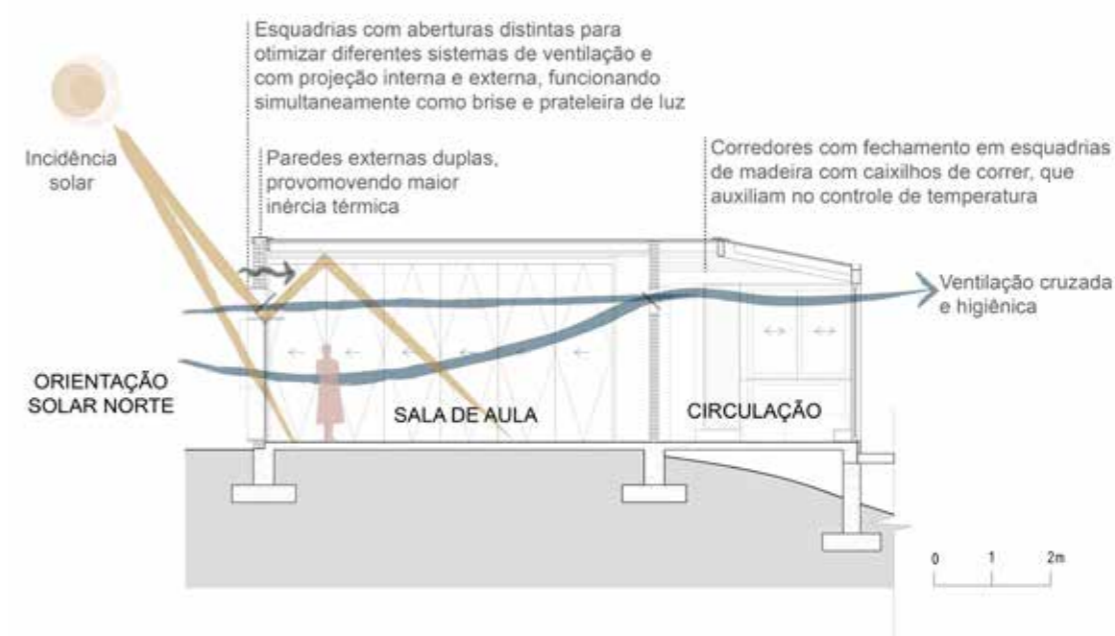


Figura 8 – Esquema de layout das salas de aula. Fonte: FAZZIONI, 2019. Figura 9 – Corte esquemático da sala de aula. Fonte: FAZZIONI, 2019.

variável, devido ao agrupamento em classes multisseriadas. Isso é proposto através de um ambiente de maior dimensão, subdividido por divisórias acústicas articuladas e retráteis, possibilitando a integração ou separação entre turmas, conforme Figura 8.

Além disso, as salas de aula, por constituírem espaços de permanência prolongada dos alunos, contam com soluções que priorizam a iluminação, insolação e ventilação natural. Tais ambientes são orientados para o norte e possuem soluções de ventilação cruzada e higiênica, bem como a estratégia da *prateleira de luz*, definida por Lamberts *et al.* (2012), que proporciona a ampliação da luz natural para o interior do ambiente (Figura 9).

Por ser uma região caracterizada por larga amplitude térmica ao longo das estações do ano¹¹, com baixas temperaturas no inverno e verões quentes, propôs-se o fechamento dos corredores com esquadrias de madeira com caixilhos de correr¹², a fim de retardar a perda de calor, mas também possibilitar a ventilação quando necessário. Também considerando a ocupação do edifício nos períodos frios, nestes espaços também foram propostos mobiliários que criassem áreas de convívio internas, conforme Figura 10.

¹¹ A região de estudo localiza-se na zona bioclimática 2, conforme classificação da NBR 15220 (ABNT, 2005).

¹² As esquadrias propostas possibilitam aberturas de ventilação que variam entre 50% e 66,6% dos vãos.



Considerações finais

Este artigo apresentou os fundamentos justificadores e o projeto de arquitetura de uma escola de Educação do Campo no município de Concórdia/SC, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS.

A contextualização abordou a temática da educação do campo, seus principais objetivos e sua importância na promoção de uma educação mais justa e alinhada com as necessidades das comunidades camponesas. Bem como, foram abordadas as dificuldades históricas e os desafios para a consolidação dessas políticas públicas em nosso país.

A compreensão e análise desses conceitos fundamentaram o desenvolvimento do projeto arquitetônico apresentado neste artigo, o qual buscou a elaboração de espaços escolares qualificados para a educação do campo, adequados a paisagem e irradiadores de atividades culturais e sociais, através dos quais sejam criados vínculos de pertencimento entre escola, família e comunidade. Ao longo do trabalho, foram utilizados instrumentos metodológicos diversos, que possibilitaram a compreensão e aproximação com o tema.

Através deste estudo, foi possível verificar a necessidade de direcionar o olhar da arquitetura a comunidades camponesas, tanto através da discussão dos espaços escolares quanto para o desenvolvimento de outros equipamentos e para planejamento da paisagem local.

Vale ressaltar ainda que os espaços escolares do campo é um tema bastante abrangente, visto que também pode ser desenvolvido a partir de outros pontos de vista, seja envolvendo outros povos, tais como quilombolas, indígenas, pescadores e outras populações que têm no campo sua vida e trabalho, como também a partir de diferentes estratégias educacionais, como a pedagogia da alternância.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações – Parte 3: zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social*. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1/2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *CADERNO SECAD 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: MEC/SECAD, 2007. Disponível em: <http://red-ler.org/educacaocampo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). *Educação do campo: Identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25. E-book. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf/view>. Acesso em: 14 maio 2019.

CONCÓRDIA. *Características*. Disponível em: <https://concordia.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/2017>. Acesso em: 01 maio 2019.

CONCÓRDIA. Secretaria Municipal de Educação. *Sistematização curricular da rede municipal de Educação de Concórdia*. Concórdia: 2016. Disponível em: <https://concordia.atende.net/atende>.

ECOPEF. *Quem somos*. 2019. Disponível em: <http://parquefritzplaumann.org.br/sobre.php>. Acesso em: 05 jun. 2019.

FAZZIONI, Gabriela Maria. *Cultivando Saberes: uma proposta para a educação do campo em Concórdia, SC*. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. Erechim, 2019.

IBGE. *Concórdia*. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/concordia>. Acesso em: 01 maio 2019.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel J.; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Volume 1.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K.. *Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KREMER, Adriana. "Menos uma coisa no lugar": as comunidades rurais e o fechamento de suas escolas. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: Anped, 2007. p. 1 - 2. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-3147-int.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. *Eficiência Energética na Arquitetura*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2012. E-book. Disponível em: http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 8., 2017, Curitiba. Anais... [s.l.]: Educere, 2017. p. 18323 - 18331. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

MACHADO, Cibeli Borba; LAFFIN, Nathalia Helena Fernandes; MAIORAL, Rafael Franzoni; TEZZA, Rafael; TURNES, Valério Alécio; DIAS, Júlio da Silva. Fatores que Definem as Condições de Trabalho de Avicultores e Suinocultores do Oeste Catarinense. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 317, 3 ago. 2015. Centro Universitário de Maringá. <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2015v8n2p317-332>.

MELLO, Márcio A. de; SCHMIDT, Wilson. *A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos*. In: PAULILO, M.i.s.; SCHMIDT, Wilson. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 2003. p. 71-98. Disponível em: http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_1781.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

MOHR, Naira Estela Roesler. *A educação do campo na perspectiva republicana de nação: contribuições das políticas de educação do campo em movimento*. Orientador: Telmo Marcon. 2018. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Passo, Passo Fundo, 2018.

MOLINA, Mônica C.; SÁ, Lais M.. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 326-333. E-book. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

OLIVEIRA, Lia M. T. de; CAMPOS, Marília. Escola básica do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 239-246. E-book. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANCEVERINO, Adriana Regina; MOHR, Naira Estela Roesler (Org.). *Campo, Educação e trabalho: Reflexões pedagógicas em construção*. Chapecó: UFFS, 2016.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. *Revista Nera*. Presidente Prudente, v. 18, n. 14, p. 37-46, jan. 2011.

Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

VENDRAME, Liane Vizzotto. *Educação do campo: limites e possibilidades da proposta de Concórdia (SC) a partir da concepção de escola unitária de Gramsci*. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Núcleo de Políticas Educacionais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=101402. Acesso em: 29 mar. 2019.

ZOTTI, Solange Aparecida; SCHWINGEL, Francini Coelli Schneider. Escolas rurais multisseriadas do município de Concórdia: levantamento de fontes documentais e orais. In: *CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 8., 2017, Curitiba. Anais... [s.l.]: EDUCARE, 2017. p. 5176-5193. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26016_13089.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

BIBLIOTECA PÚBLICA PARA ERECHIM/RS

Um caminho para fomentar o desenvolvimento sociocultural em municípios do interior

PUBLIC LIBRARY FOR ERECHIM/RS
A path to foster sociocultural development in small cities

Natália Lindner¹ e Néborá Lazzarotto Modler²

Resumo

As bibliotecas públicas são equipamentos essenciais para fomentar o desenvolvimento sociocultural, principalmente em cidades pequenas e médias, onde há carência de alternativas voltadas ao lazer e à cultura. No entanto, as instalações das bibliotecas são usualmente precárias, o que compromete a qualidade do serviço oferecido. Além disso, a leitura não é incentivada de maneira efetiva, e muitas vezes não é identificada como prática útil e agradável. O mesmo fenômeno ocorre na cidade de Erechim, onde o espaço dedicado às dependências da biblioteca pública não apresenta atratividade e área suficiente para que a população faça uso dele. Esse trabalho apresenta os resultados de um Trabalho Final de Graduação em arquitetura e urbanismo que teve como objetivo desenvolver uma proposta projetual para a biblioteca municipal de Erechim, de maneira a qualificá-la como equipamento que possa democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, bem como ao lazer da população local.

Palavras-chave: projeto arquitetônico, biblioteca, Erechim.

Abstract

Public libraries are essential equipments to encourage sociocultural development, mainly in small and medium cities, where there is a lack of alternatives directed to leisure and culture. However, library installations are usually precarious, which compromises the quality of the services offered. Besides this, reading is not effectively stimulated, and often is not identified as a useful and pleasant activity. The same phenomenon happens in Erechim, where the space dedicated to the public library dependencies doesn't present attractiveness and sufficient area so that the population can make use of it. This paper presents the results of an undergraduate work in Architecture and Urbanism that had the goal of developing an architectural conception for the Municipal Library of Erechim, as a means to qualify it as an equipment that can democratize the access to information and knowledge, as well as to the local population's leisure.

Keywords: architectural project, library, Erechim.

Introdução

Nesse artigo são apresentados resultados de um Trabalho Final de Graduação desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo objeto de estudo foi a concepção de um projeto para a biblioteca municipal da cidade de Erechim/RS. A temática estrutura-se na elaboração de um equipamento adequado ao novo paradigma informacional e de usos múltiplos dentro do qual as bibliotecas contemporâneas se inserem.

A cidade de Erechim, com cerca de 100.000 habitantes segundo estimativa do IBGE (2019), possui uma pequena biblioteca, localizada em um edifício alugado, cujo espaço é compartilhado com o arquivo histórico municipal. Considerada um polo microrregional, a cidade atende não somente à sua própria demanda com a biblioteca municipal, mas também a demandas externas dos 30 pequenos municípios vizinhos, que muitas vezes não possuem esse equipamento. Assim, o espaço atual torna-se insuficiente e não convida a utilização da população dos municípios próximos. Além disso, a carência de um bom espaço físico interfere diretamente na sua organização e funcionamento, o que pode estar relacionado com a baixa frequência de usuários observada no ano de estudo (LINDNER, 2019).

Assim, a concepção projetual teve como principal diretriz a diversificação dos usos no espaço, transformando o significado da biblioteca de um local de simples depósito de livros para um verdadeiro equipamento cultural dinâmico e flexível, que atraia maior número de usuários e proporcione à população da cidade e região amplo acesso à informação e ao conhecimento, bem como ao lazer. Para o projeto, foi escolhido um terreno próximo a pontos nodais importantes da cidade, como a praça da Bandeira, prefeitura, câmara de vereadores, entre outros, bem como pontos de ônibus com conexões intermunicipais, que dão fácil acesso à população dos municípios vizinhos que poderão se utilizar do equipamento. Assim, o terreno faz parte da vitalidade urbana do centro de Erechim e possui edificações históricas em seu perímetro, que se encontram abandonadas e sofrem manutenções esporádicas.

O presente artigo é organizado em cinco seções. Na primeira – *Problematização* – abordam-se os motivos pelos quais a presente pesquisa se faz pertinente, relacionando os principais conceitos acerca das bibliotecas e as problemáticas encontradas na cidade de estudo. Por conseguinte, na segunda seção – *Fundamentação* – são apresentadas as pesquisas sobre o espaço da biblioteca, que sofreu mudanças em seu paradigma a partir do século XXI. Na terceira seção – *Estratégias Metodológicas* – trata-se das metodologias aplicadas na produção do TFG. Já a quarta seção apresenta os *Resultados*, desde as diretrizes propostas até o projeto final. Por fim, na última seção, apresenta-se as *Considerações finais* emergentes das discussões desenvolvidas.

Problematização

O conceito de biblioteca pública baseia-se, fundamentalmente, na democratização do acesso à informação, sem restrição de idade, raça, sexo ou status social. O manifesto da UNESCO (1994), caracteriza-a como uma porta de acesso local ao conhecimento, sendo uma das primeiras fornecedoras de condições básicas para o ensino e aprendizagem, bem como para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais, atuando de maneira conjunta com as escolas e outras instituições de ensino.

¹ Arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2019). Email: 22.lindnernatalia@gmail.com

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020) e Professora Adjunta do Magistério Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS. E-mail: nebor.modler@uffs.edu.br.

Mais do que um espaço para busca do conhecimento formal, a biblioteca se insere, desde o início do século XXI, no paradigma da tecnologia e da comunicação. Antunes, Cavalcante e Antunes (2000, p. 4) afirmam que “para informar as pessoas, a biblioteca, além dos livros que possui, coloca à disposição de todos que a frequentam outros materiais informativos [...]”. Da mesma maneira, a biblioteca também atua como local para encontro da comunidade, onde pessoas podem conversar, trocar informações, discutir problemas, ter um momento de lazer e recreação. Segundo Ribeiro e Ferreira (2016, p. 23):

A biblioteca pública é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Por essa razão, é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleçam (RIBEIRO; FERREIRA, 2016, p. 23).

As bibliotecas públicas, nesse sentido, são equipamentos essenciais para o desenvolvimento sociocultural da população. Tal afirmação se faz ainda mais clara sob a ótica de cidades pequenas e médias, onde há carência de alternativas voltadas ao lazer e à cultura. Mesmo o espaço sendo considerado equipamento necessário na maioria dos municípios, as bibliotecas são usualmente precárias, dentro das quais os próprios serviços oferecidos não condizem com a realidade local.

A leitura não é incentivada de maneira efetiva, e muitas vezes não é identificada como prática útil e agradável. Segundo Milanesi (2003), as milhares de bibliotecas existentes no país configuram-na como a mais antiga e frequente instituição relacionada à cultura. O autor afirma que “é, pois, a biblioteca uma entidade tradicional e que, de forma alguma, é estranha à vida das cidades. Apesar disso, pertence à categoria das instituições passíveis de descarte ao primeiro sinal de crise” (MILANESI, 2003, p. 24).

O mesmo fenômeno ocorre na cidade de Erechim, onde o espaço dedicado às dependências da biblioteca é alugado, e não apresenta atratividade para que a população da cidade faça uso dele. Até 2019, somente 9.337 pessoas eram inscritas na biblioteca, número que contempla menos de 10% da população. Assim, percebe-se que, além da própria população da cidade não fazer uso do equipamento, a população das cidades vizinhas também não o utiliza, representando uma perda no seu potencial como equipamento cultural intermunicipal. Ainda, sua edificação é compartilhada com o Acervo Histórico, e com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, fato que limita seu funcionamento como instituição independente.

A região de Erechim possui uma história muito rica, que proporcionou diversas expressões arquitetônicas no último século. Segundo Pereira (2019), a colonização do território do Alto Uruguai gaúcho foi feita por diferentes etnias, com as edificações em madeira atuando como primeiros expoentes da arquitetura local. Na década de 1910, quando a região estava no início de sua colonização, de acordo com Garcez (2008), as primeiras residências seguiram o modelo da imigração italiana, com destaque ao conjunto de casas de madeira construído nesse período.

A modernização das tipologias construtivas ocorreu rapidamente, sendo a principal avenida da cidade uma das primeiras ruas a modificar o estilo corrente, devido à proibição de construção em madeira no centro da cidade, segundo Mattos (2020), na década de 1930. As edificações em Art Déco e Ecléticas transformaram completamente a paisagem e, posteriormente, os edifícios em altura – o primeiro deles construído em

1957 – atuaram como última instância na transformação do centro.

Por tais motivos, as poucas residências coloniais em madeira que ainda existem na região possuem grande valor histórico, por sua “grande riqueza construtiva e tipológica, o que nos aponta para a necessidade ainda maior do estudo e da preservação dos remanescentes” (PEREIRA, 2019, p. 165). Apesar disso, as cidades da região que possuem essas expressões arquitetônicas estão pouco conectadas a elas, já que grande parte das edificações se encontram abandonadas ou subutilizadas, recebendo pouco ou nenhum cuidado das autoridades municipais e sendo muitas vezes demolidas em prol de novas construções.

Dessa forma, torna-se interessante unir a intenção de produzir um projeto para uma biblioteca municipal convidativa para a população à ideia de enaltecer e proteger a memória regional, utilizando, então, um terreno que possua alguma edificação colonial em madeira como local de implantação.

Fundamentação

Apesar de a instituição da biblioteca ser muitas vezes negligenciada em prol de outros equipamentos públicos, nos últimos anos observaram-se esforços por parte do governo e da sociedade para uma mudança em sua concepção como espaço físico, já que, desde o início do século XXI, elas competem com um novo modo de armazenamento de informações: a dimensão virtual e o desenvolvimento das mídias digitais.

Assim, a ideia da biblioteca como entidade solitária e fechada dentro de si mesma é abolida. Percebe-se também, segundo Dahlkild (2011), um crescente interesse na sua concepção como um local público, parte do espaço e vitalidade urbanas. Nesse sentido, deve-se “não somente encontrar um local para a biblioteca no contexto urbano, mas também desenvolver os elementos espaciais internos da biblioteca como espaços urbanos [...]” (DAHLKILD, 2011, p. 35, tradução nossa).

O espaço deve ser pensado sob o olhar do usuário, considerando-o, segundo Tanus, Oliveira e Paula (2017), como sujeito central e a razão de ser da biblioteca. Ribeiro e Ferreira (2016, p. 39) afirmam que “as pessoas são a essência das bibliotecas contemporâneas; por um lado, os profissionais que nelas atuam, por outro lado, o público usuário que necessita de seus serviços e produtos informacionais”. As mudanças nesse paradigma transformam seu espaço em um local de trocas, diálogos, convivência, experiência e aprendizados, capacitando-o para ser, de forma plena e funcional, um possibilitador da democratização e livre acesso à informação e ao conhecimento.

Na biblioteca contemporânea, desse modo, os serviços prestados vão além do simples depósito e preservação de documentos. Para Ribeiro e Ferreira (2016), espera-se que ela consiga proporcionar serviços não só interessantes, mas essenciais aos usuários. Nesse sentido, as bibliotecas constituem-se como ambientes híbridos, compostos por diferentes suportes, mídias e formatos. Para Cabe (2003, p. 2, tradução nossa) “elas são cada vez mais vistas como um campo compartilhado em uma sociedade cada vez mais diversa, um local de vital conexão com o nosso futuro digital”.

Como instituição dinâmica, a edificação da biblioteca deve ser flexível, prevendo, segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2010), futuras expansões do acervo e de serviços. Idealmente, o equipamento deve estar localizado, segundo Fonseca Júnior,



Carvalho e Alves (2017), em um ponto central da cidade, de fácil acesso à maioria da população, visto que sua localização geográfica, para Vanz (2015), pode ser um fator determinante na frequência de uso do espaço.

Ainda, “a biblioteca deve ser local de convergência, cuja localização convide a entrada e o seu interior convide a permanência” (VANZ, 2015, p. 3). Para tal, ela deve dar suporte, segundo Sousa (2012), ao desenvolvimento da cultura da comunidade onde se insere, oferecendo espaços para reuniões e eventos, além de possuir acervos relativos à memória histórica da população local, acervos especiais e serviços de conveniência.

Pode-se entender, então, que a arquitetura e o design desses espaços têm um papel fundamental na mudança do paradigma da biblioteca. Dentro desse contexto, buscou-se compreender os desejos e necessidades que caracterizam a demanda da comunidade regional, de forma a embasar a concepção projetual. Cabe (2003), afirma que um bom design não atua somente em grandes edificações icônicas, mas também na pequena biblioteca, nos detalhes criativos e na funcionalidade dos espaços. Um bom projeto arquitetônico, dessa forma, consegue auxiliar em grande medida no aumento da utilização do espaço pela população, possibilitando diferentes interações não só pela cidade na qual está localizada, mas também pelas diferentes municipalidades próximas que dependem dela, tornando-se, assim, um real equipamento público e dinâmico.



Estratégias metodológicas

O presente trabalho, caracterizado como uma pesquisa qualitativa, foi desenvolvido através de instrumentos metodológicos diversos. O primeiro deles, a revisão bibliográfica, foi produzido de maneira a fundamentar o pensamento e a aproximação com o tema, considerando os desafios na concepção da biblioteca e condições para seu pleno funcionamento. Essa etapa deu início ao trabalho e se estendeu durante todo o seu desenvolvimento.

Ainda, nas etapas iniciais do trabalho, foi introduzida a pesquisa de campo, que compreendeu desde a aplicação de entrevistas com funcionários da biblioteca municipal e do arquivo histórico de Erechim/RS, a partir da necessidade de compreender as demandas, tamanho do acervo e setores existentes no espaço no ano de estudo (LINDNER, 2019), até a visitação a esses equipamentos, e ao terreno escolhido para o projeto, alimentando, assim, o programa arquitetônico da proposta.

Além dessas etapas, foram analisadas as diferentes residências históricas presentes no terreno, bem como estudada a possibilidade de adequá-las ao uso da biblioteca e retomá-las ao uso do município. Ainda, de modo a compreender as possíveis estratégias e relações de fluxo e ambientes no espaço da biblioteca para posterior desenvolvimento do projeto, foram estudados referenciais projetuais, que auxiliaram na definição de um programa de necessidades e nas diretrizes do projeto até sua concepção final.

Contextualização da área de intervenção

Erechim, localizada no norte do Rio Grande do Sul, é o maior município de sua microrregião, sendo sede da AMAU (associação de municípios do Alto Uruguai). O município atua como uma centralidade em relação à região (figura 1), servindo como ponto de encontro para a população dos municípios vizinhos, que se deslocam diariamente em função das variadas instituições de educação (ensino básico e universidades), dos serviços médicos especializados, entre outros.

Conforme mencionado na seção *Introdução*, a cidade possui uma biblioteca municipal de aproximadamente 200 m², fundada em 1977 (figura 2). Esta localiza-se atualmente



em edificação alugada onde funcionam, de maneira contígua a ela, o arquivo histórico municipal (figura 3) e a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Apesar disso, conta com um acervo de 30.000 livros, divididos em diferentes seções de interesse. Já o arquivo histórico reúne materiais referentes não somente à cidade de Erechim, bem como a variados assuntos. Ele caracteriza-se como um centro de pesquisas, contando com atividades diversas, como palestras sobre a história da cidade, um pequeno museu com artefatos antigos, entre outros.

Para a construção do trabalho final de graduação, entendeu-se que ambos, biblioteca e arquivo histórico existentes na cidade não possuem estrutura e não são convidativos o suficiente de modo a atender as necessidades da população. A partir de tal concepção, e tomando proveito da memória histórica atrelada a muitas edificações da cidade e região, foram analisados diferentes pontos centrais de Erechim (figura 4), a fim de propor a localização da edificação a ser concebida.

Dentre eles, o local de estudo escolhido foi um terreno central, localizado no coração da cidade (figura 4) o qual, em 2019, se encontra subutilizado e abriga duas edificações históricas pré-existentes – a primeira escola da cidade de Erechim (figura 5), aberta, segundo Garcez (2008), por Carlos Mantovani em 1917, e a casa do Professor Mantovani, que foi o primeiro professor do município (figura 6). Tanto o terreno – central e dotado de infraestrutura – como as próprias edificações não possuem usos, sofrendo manutenção ocasional por parte da família a qual pertencem.

A figura 7 demonstra as principais condicionantes do projeto, bem como delimita o perímetro do terreno e mostra as casas pré-existentes dentro dele. A parada de ônibus existente na esquina sul, observada no mapa abaixo (figura 7), conecta não somente os principais bairros da cidade ao terreno, bem como grande parte dos pequenos municípios vizinhos, que poderiam fazer uso do equipamento proposto.

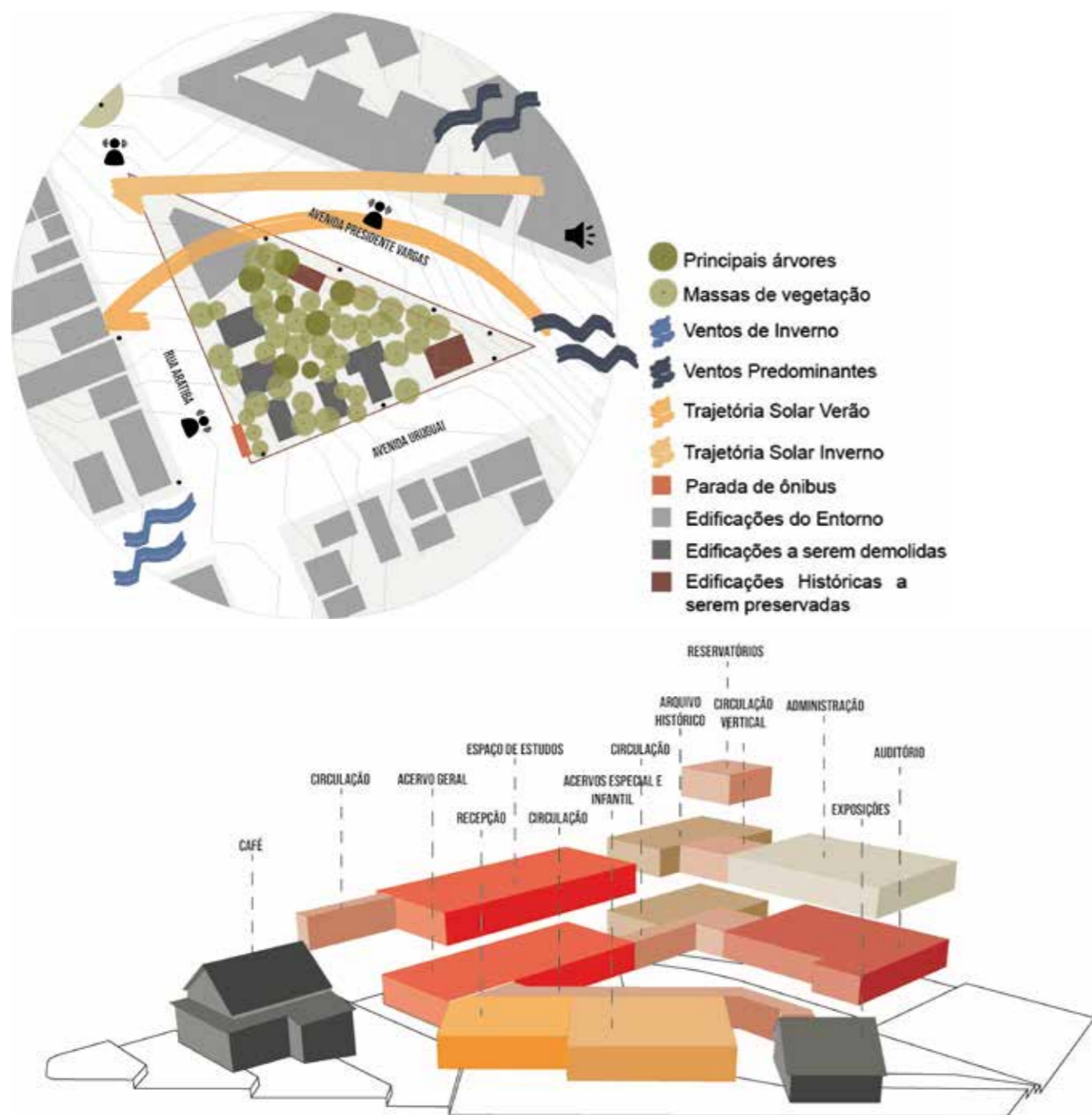


Resultados

Uma das premissas elencadas para a continuidade do trabalho foi a preservação do protagonismo das edificações históricas na paisagem local, aplicando novos usos a elas, que condizem com sua situação atual. Além disso, é estabelecida a intenção de restauração das mesmas, de maneira a habilitá-las para esses novos usos, solucionando patologias e preservando suas características originais.

Assim, é proposto como diretriz que as novas edificações projetadas não ultrapassem a altura das casas históricas, enfatizando a sua memória na cidade e região, bem como a criação de espaços de praça para uso da população, conectando os usos da

Figura 8 - Zoneamento 3D do projeto. Fonte: autora, 2019.



biblioteca à vitalidade urbana. Nesse sentido, é visada uma ênfase na relação entre a rua e a biblioteca a partir de fachadas permeáveis, e a criação de pátios de leitura externa, conectados com a vegetação existente e privativos à biblioteca.

Parte da vegetação do terreno é preservada, e os espaços internos da biblioteca são propostos de maneira flexível e adaptável, conectados entre si e acessíveis a todos os públicos. No que tange a implantação do projeto no terreno, uma diretriz importante para a continuidade do trabalho foi a disposição das edificações em diferentes níveis, aproveitando ao máximo o relevo e evitando demasiada verticalização da estrutura.

De maneira a harmonizar a biblioteca às edificações históricas, foram consideradas três diretrizes formais, produzidas a partir de elementos encontrados nas próprias casas históricas, que puderam ser aplicados, com técnicas modernas e releituras, na edificação da biblioteca. São elas a: (1) utilização de madeira em diferentes métodos construtivos e detalhes; (2) criação de edificações com telhados de inclinações significativas; (3) utilização de esquadrias com formato alongado e espaçadas de



Figura 9 - Implantação geral da biblioteca. Fonte: autora, 2019.



Figura 10 - Vista do corredor central que une os blocos da biblioteca. Fonte: autora, 2019.

maneira a produzir ritmo à fachada.

A partir dessas diretrizes projetuais e das análises produzidas, foi desenvolvido um zoneamento (figura 8), que contempla todas as áreas relacionadas no programa arquitetônico, que evoluiu para a concepção de uma volumetria.

A proposta, demonstrada na implantação³ (figura 9), foi concebida a partir de duas das principais condicionantes da área, as casas históricas e parte da vegetação existente. Assim, a separação do complexo em diferentes blocos possibilitou um espaçamento das edificações por toda a extensão do terreno, contribuindo para a criação de pequenos espaços de apropriação e interação com a área externa à biblioteca. Tal característica permite que ela não se torne uma edificação fechada dentro de si, mas sim aberta à

³ As plantas baixas em sua integridade não são apresentadas devido às suas escalas de representação e número de desenhos. Assim, o TFG completo pode ser solicitado às autoras via e-mail: 22.lindenrnatalia@gmail.com.

Figura 11 - Vista do acesso principal da biblioteca. Fonte: autora, 2019. Figura 12 - Vista da lateral do terreno, enfatizando a conexão entre os edifícios e a casa histórica. Fonte: autora, 2019. Figuras 13 e 14 - Vistas dos espaços livres de apropriação sob o ponto de vista do pedestre. Fonte: autora, 2019.



cidade e à população da região, convidando a uma diversidade de interações, para além da leitura e empréstimo de livros.

Uma das preocupações iniciais na criação da implantação foram os fluxos e circulações. Nesse sentido, grande parte da proposta foi iniciada a partir do estabelecimento de um corredor de circulação, interno ao terreno (figura 10), que percorre todos os blocos da biblioteca e une os espaços nela presentes. Tal corredor é, por vezes, independente das edificações e em outras partes se funde a elas, proporcionando diferentes experiências à pessoa que caminha por sua extensão.

As figuras 11, 12, 13 e 14 apresentam o acesso principal, bem como os espaços de apropriação sob o ponto de vista do pedestre e a conexão entre os blocos do acervo e do arquivo histórico.

Como os municípios vizinhos muitas vezes não possuem auditórios ou centros culturais que possibilitem apresentações escolares ou palestras, foi pensado em um pequeno



Figura 15 - Vista do acesso secundário, demonstrando a rampa arquivada que convida a permanência e serve de apoio à parada de ônibus. Fonte: autora, 2019. Figura 16 - Corte, representando o bloco do acervo histórico, o bloco do acervo e a casa histórica, respectivamente. Fonte: autora, 2019.



auditório que pode servir não somente para tal fim, mas também para uso interno da biblioteca, aumentando o rol de atividades que o equipamento pode oferecer à população regional.

O acesso secundário, que também se caracteriza como acesso primário ao acervo histórico e ao auditório, é criado de forma a possibilitar a conformação de mais uma pequena praça, que serve de apoio à parada de ônibus e pode ser utilizada como espera e lazer (figura 15). Assim, a população é convidada a utilizar o espaço da biblioteca em momentos de ócio, como na espera do ônibus, onde poderão não somente adentrar o espaço e aproveitar o conforto interior, bem como sentar-se na arquibancada externa e aproveitar a sombra da vegetação no terreno (figura 15).

Como conexão com as edificações históricas, foram propostas passarelas envidraçadas e permeáveis, causando menos impacto nas fachadas pré-existentes. A partir do corte, representado abaixo (figura 16), é possível perceber todas as relações de níveis entre as edificações, e as conexões entre elas a partir do corredor proposto.



Figuras 17 e 18 - Vistas do pátio de uso interno à biblioteca, evidenciando a vegetação preservada no interior do terreno. Fonte: autora, 2019. Figuras 19 e 20 - Vistas do interior da biblioteca, apresentando o mobiliário e soluções propostas. Fonte: autora, 2019.

O pátio de leitura (figuras 17 e 18), criado pela conformação das edificações, foi concebido como um espaço de uso interno à biblioteca, não só para leitura, mas também para diferentes atividades educativas ou de lazer, podendo ser utilizado pelas escolas da cidade e região como local para aulas abertas ou contação de história, por exemplo. Ele pode ser visto em toda sua extensão pelo corredor que circunda a biblioteca. Ainda assim, seu acesso ocorre somente em duas áreas – pela intersecção entre os blocos do arquivo histórico e auditório e pela intersecção entre os blocos do acervo e da recepção.

O interior das edificações também teve papel importante na construção do projeto, sendo concebido com base no conforto dos usuários. Assim, o mobiliário (figuras 19 e 20) combina o concreto com assentos e estantes em madeira, *puffs* coloridos são dispostos por toda a extensão do bloco do acervo e da recepção, para apropriação dos usuários, e nichos de leitura são criados na parede que ladeia o corredor no bloco do acervo.

Considerações finais

Este artigo apresentou os resultados de um Trabalho Final de Graduação (TFG) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a partir do desenvolvimento de reflexões acerca da leitura e da necessidade da biblioteca, como um equipamento público importante para o contexto urbano e regional no que tange à democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

A contextualização abordou o âmbito da cidade de Erechim/RS, local de implantação da proposta projetual, que no ano do presente estudo não possui um espaço condizente com suas necessidades. Assim, foi escolhido um terreno central, com amplo acesso de infraestrutura e mobilidade, que conta com duas edificações históricas características da arquitetura em madeira da região.

O projeto buscou integrar os estudos sobre o novo paradigma das bibliotecas e a sua adaptação aos novos meios de comunicação e informação, a partir de edificações que preservassem a paisagem local e a vegetação existente, bem como pudessem enfatizar a relação entre a rua e a biblioteca. Tal diretriz permitiu a criação de pátios de leitura e espaços de praça, conectando os usos do equipamento com a vitalidade urbana.

Por fim, a partir da experiência deste TFG, conclui-se que temas que abordem a proposição de bibliotecas públicas para municípios médios e pequenos são de significativa importância, visto que a maioria dos moradores dessas cidades vivenciam a realidade de bibliotecas precárias, ou mesmo a própria inexistência do equipamento. Os resultados do estudo projetual expressam a possibilidade da construção de um espaço múltiplo que sirva à população regional e evidencie o sujeito como protagonista dos ambientes da biblioteca, não se caracterizando como um simples depósito de livros.

Referências

- ANTUNES, Walda de Andrade; CAVALCANTE, Gildete de Albuquerque; ANTUNES, Márcia Carneiro. *Curso de capacitação para dinamização e uso da biblioteca pública: manual*. São Paulo: Global, 2000.
- CABE. *Better public libraries*. Londres: Cabe & Resource, 2003. Online. Disponível em: www.cabe.org.uk/files/better-public-libraries.pdf. Acesso em 19 mar. 2019.
- DAHLKILD, Nan. The Emergence and Challenge of the Modern Library Building: Ideal Types, Model Libraries, and Guidelines, from the Enlightenment to the Experience Economy. *Library Trends*, Illinois, v. 60, n. 1, p.11-42, jun. 2011. Online. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/31861/60.1.dahlkild.pdf?sequence=2>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- FONSECA JÚNIOR, Luís Cavalcante; CARVALHO, Andréa Vasconcelos; ALVES, Daniela Estaregue. Condições de conforto ambiental para usuários: estudo de caso realizado na Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN. *Informação na Sociedade Contemporânea*, Natal, v. 1, n. 3, p.1-21, jul. 2017. Online. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/10906>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2010.
- GARCEZ, Neusa Cidade. *Marcos do Colonizador: O “Castelinho” e a Casa*. Erechim: Edifapes, 2008.
- IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente*. 2019. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

gov.br/cidades-e-estados/rs/erechim.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

LINDNER, Natália. *Entrelinhas*: proposta de biblioteca pública para Erechim-RS. 2019. Trabalho Final de Graduação – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2019.

MATTOS, Melissa Laus. *Ecos da modernidade no Alto Uruguai Gaúcho*: o caso de Erechim. 2020. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Online. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9428001. Acesso em: 20 mar. 2021.

MILANESI, Luís. *A casa de invenção*: biblioteca centro de cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

PEREIRA, Natália Biscaglia. *Arquitetura em madeira*: influência da imigração no Alto Uruguai gaúcho. 2019. Tese (Doutorado) – Curso e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Online. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215538>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). *Biblioteca do século XXI*: Desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2016. Online. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

SOUSA, Marcela Noronha Pinto de Oliveira e. *Padrões em Projetos Arquitetônicos de Bibliotecas Públicas*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unicamp. Online. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/258773/1/Sousa_MarcelaNoronhaPintodeOliveirae_M.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; OLIVEIRA, Elaine Diamantino; PAULA, Maianna Giselle de. Concepções de uma Biblioteca do Século XXI: Protagonismo da Biblioteca Professora Etelvina Lima (ECI-UFMG). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, n. 1, p.1712-1730, dez. 2017. Online. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/868/904>. Acesso em: 03 abr. 2019.

UNESCO. *Public Library Manifesto*. 1994. Online. Disponível em: www.portal.unesco.org Acesso em 01 abr. 2019.

VANZ, Samile Andréa de Souza. *Padrões para infra-estrutura e mobiliário de bibliotecas*. [S.l.]: Biccateca, [2015]. Online. Disponível em: <https://biccateca.com.br/downloads/padroes-bibliotecas-biccateca-2015.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

MERCADO PÚBLICO EM SÃO LUIZ GONZAGA

Diretrizes projetuais para o resgate às raízes locais

PUBLIC MARKET IN SÃO LUIZ GONZAGA
Design guidelines
for the restore of local roots

Camila Rosa Durão¹,
Ana Paula Sarzi Ledur² e Ísis Portolan dos Santos³

Resumo

O mercado público é capaz de transmitir a cultura do local além do âmbito da gastronomia. A partir dessa premissa, o presente artigo trata do embasamento teórico e elaboração projetual de um mercado público desenvolvido durante a graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria. Tendo como local de intervenção o pequeno município de São Luiz Gonzaga (RS), foram estudados conceitos relativos a esse espaço menor como a agricultura familiar e seu contexto cultural. Foram realizados estudos de referência, levantamentos e diagnósticos. A partir disso, tendo como conceito o resgate das raízes culturais formadoras da sociedade são-luizense, são propostas as diretrizes projetuais. Os zoneamentos e a planta baixa distribuíram-se a partir da praça de alimentação, que simboliza o elemento de união entre essas culturas. Assim, tem-se uma proposta projetual que cumpre com suas principais diretrizes: o respeito ao local, a cultura e aos usuários.

Palavras-chave: mercado público, agricultura familiar, cultura.

Abstract

The public market is a building capable of transmitting the local culture beyond the scope of gastronomy. Grounded in this premise, this article presents the theoretical background and design of a public market developed during undergraduate in the Course of Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Maria. Having the small town of São Luiz Gonzaga (RS) as intervention site, concepts relating to this minor location were studied, such as family farming and its cultural context. Baseline studies, surveys and diagnoses were carried out. Based on this and having as concept the restoration of the cultural roots that shaped São Luiz Gonzaga's society, the design guidelines are proposed. The zoning and the floor plan were distributed from the food court, which represents the element of union between these cultures. Thus, there is a project proposal that complies with its main guidelines: respecting the place, its culture and visitors.

Keywords: public market, family farming, culture.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria. Email: camilarrd@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria. Email: ana.s.ledur@gmail.com

³ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: isis.santos@ufsm.br

Introdução

Em relação a cidades pequenas, não há entre os autores um consenso sobre a classificação exata do conceito desses espaços (CUTI; NAOUMOVA, 2019), tendo em vista os diversos fatores que envolvem essa distinção, indo além do número de habitantes. Para Alexander (2013 apud CUTI; NAOUMOVA, 2019), as cidades pequenas se caracterizam por possuírem uma população entre 10 e 500 mil habitantes. Além disso, possuem algumas singularidades, como serem rodeadas por áreas rurais e se localizarem próximas às cidades vizinhas. As características próprias desses espaços menores permitem que existam dinâmicas espaciais e sociais interessantes e pouco exploradas.

Dentro desse conceito se insere o município de São Luiz Gonzaga, local de estudo do presente artigo. Localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a pequena cidade fica a 505 quilômetros da capital estadual Porto Alegre. Segundo o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, São Luiz Gonzaga possuía, ao total (urbanos e rurais), 34.556 habitantes em 2010 com uma estimativa de 33.293 habitantes no ano de 2020. Além disso, possui uma área da unidade territorial de 1.295,522 km² (IBGE, 2020).

A partir desse contexto, o presente artigo busca trazer o conceito de espaço público para a pequena cidade de São Luiz Gonzaga através da proposta de um mercado público. Com relação aos espaços públicos, Servilha e Doula (2009) afirmam que são locais característicos do contexto social e cultural em que estão inseridos. São determinados através das dinâmicas sociais locais e das relações interpessoais entre seus ocupantes. Assim, se tornam espaços fundamentais para a construção de vínculos e para o fortalecimento de identidades e da coletividade da comunidade.

Para tanto, foi realizado um estudo teórico acerca dos principais conceitos que envolvem a pequena cidade em questão com a temática dos espaços públicos, obtendo assim o embasamento necessário para melhor compreensão e fundamentação da proposta projetual de um mercado público. Em um segundo momento, tem-se a apresentação da área de intervenção e do diagnóstico relacionado a ela, levando em consideração o contexto legal, natural, construído e social. Após, é apresentado o projeto arquitetônico através do desenvolvimento do conceito, identidade visual, diretrizes projetuais, zoneamentos, plantas baixas e demais elementos propostos.

Ao apresentar, no presente artigo, os estudos relacionados ao processo projetual de um espaço público em uma cidade de pequeno porte, busca-se contribuir para o conhecimento científico acerca dos fenômenos e das dinâmicas características desse tipo de espaço. Dessa forma, incentivar a pesquisa e a divulgação de informações, valorizando o potencial e as singularidades que as pequenas cidades possuem.

O espaço construído: o edifício do mercado público

A origem do mercado está no encontro de fluxos de indivíduos e de seus excedentes de produção, que eram levados, geralmente, até pontos equidistantes dos diversos centros de produção com o objetivo de troca (VARGAS, 2001). Esses pontos caracterizam-se como feiras abertas de rua e é a partir desse espaço físico que, desde o século XII, o edifício mercado vem sendo concebido (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

Segundo Filgueiras (2006), por ser um elemento significativo na história da formação urbana das cidades, esse espaço físico de feira aberta abrangia diversos tipos de usos além do comercial dentre os quais pode-se destacar as atividades políticas, sociais, religiosas e artísticas. É possível identificar essa tipologia em diversos lugares do mundo, embora cada uma tenha sua peculiaridade: nos bazares do Oriente Médio, por exemplo, possuíam grande influência da atividade religiosa, enquanto na Ágora da Grécia Antiga se destacavam as atividades políticas (FILGUEIRAS, 2006).

Os mercados são espaços públicos por excelência, lugares de interação livre e acessíveis a toda a população, isento de qualquer posição social (VARGAS, 2001). Possuem uma forte tendência à heterogeneidade de usos e de produtos, de forma que tanto o ato de compra e venda quanto o entretenimento gerado por esses propiciam a procura, o encontro e as interações sociais tão presentes nesse espaço (LOPES; VASCONCELLOS, 2010).

A multiplicidade de práticas que este espaço comporta, assim como as trocas culturais que ali ocorrem em decorrência da socialização de pessoas diversas, fez com que os mercados adquirissem uma importância muito grande que ultrapassava seu papel comercial, atingindo, também, uma função social e comunitária (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018). Para Lopes e Vasconcellos (2010), é o processo de trocas proveniente da interação recíproca entre vendedores, consumidores e demais agentes sociais presentes no mercado, que permite reconhecer estes lugares como espaços de sociabilidade.

As trocas que ali ocorrem se dão por conta de o lugar de mercado consolidar-se como um espaço público de socialização de diferentes civilizações ao longo de muitos anos, um local de construção de vínculos, de conexão entre o ambiente rural e o urbano, de negociação e acordos. O lugar de mercado torna-se, dessa forma, essencial para a construção da cultura e identidade de um determinado povo (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

No início do século XIX, surgem os mercados fechados e as galerias a partir da preocupação com as condições sanitárias dos mercados abertos e visando o abastecimento da crescente demanda por alimentos nos núcleos urbanos. Os mercados públicos cobertos abrigavam uma grande quantidade de lojas cujos produtos eram comercializados em barracas abertas ao ambiente interno e protegidas do ambiente externo pela estrutura do mercado (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018).

A partir do fim do século XIX, são construídos diversos mercados com sistema estrutural de ferro no Brasil, sendo o primeiro o Mercado de São José, no Recife, datado de 1875. Dentre as características abrangidas pela estrutura de ferro, destacam-se o uso de módulos, a flexibilidade nos grandes vãos, a espacialidade interna e a monumentalidade da edificação (DANIELLI; MACKMILLAN, 2018). Aliado ao ferro, torna-se recorrente o uso do vidro nesses empreendimentos, possibilitando a construção de coberturas envidraçadas que trouxeram a iluminação zenital aos mercados públicos (VARGAS, 2001).

Já no século XX, surgem novas formas de comercialização através dos supermercados e shopping centers. Os supermercados e hipermercados possuem um método operacional que consiste em uma planta baixa que busca facilitar a movimentação rápida e simultânea de vários usuários, uma exposição maciça de produtos e a prática do autosserviço (VARGAS, 2001), onde o próprio consumidor seleciona e leva a mercadoria até o caixa para efetuar o pagamento.

Os shopping centers, por sua vez, são descritos por Bauman (2001) como locais que estimulam uma ação (a compra, o consumo) e não uma interação social real. Segundo o autor, apesar de reproduzirem, no seu interior, o ambiente de uma cidade (com seus corredores e praças de alimentação), esses espaços nada têm de coletivo – e embora se localizem em uma cidade, não fazem parte dela pois não remetem ao cotidiano, não possuem relação com o ritmo e teor da vida diária dos centros urbanos. Dessa forma, os shopping centers trazem ao usuário um falso sentimento de pertencimento, de identidade, de fazer parte de uma comunidade (BAUMAN, 2001).

Para Bauman (2001), é nesse sentido que os lugares de mercado se distinguem claramente da frieza dos demais estabelecimentos comerciais citados. A função sociocultural que o mercado traz consigo, o caráter de trocas e encontros, é o que o diferencia e o torna singular para a cidade.

Conforme Servilha e Doula (2009):

No Brasil contemporâneo, em especial em cidades de pequeno porte, mercados municipais e feiras são um espaço de enorme importância para a vida social e cultural de incontáveis comunidades rurais, como um lugar de, entre outras coisas, 1. re-produção de relações e práticas sociais; 2. construção de valores comunitários; 3. formação, ao mesmo tempo encontro, de diferentes grupos sociais; 4. manifestações de artistas populares (como escritores de cordel, sanfoneiros e violeiros); 5. encontro de famílias de diferentes comunidades rurais (que muitas vezes podem se ver apenas nos dias de feira); 6. confraternização entre trabalhadores(as) rurais aposentados(as); 7. trocas de produtos sem atravessadores; 8. vida comercial estruturada no sentimento de ajuda mútua (mais do que no de concorrência) (SERVILHA; DOULA, 2009, p. 141).

Com relação à inserção urbana, pode-se dizer que o mercado, caracterizado como um espaço público, é fundamental para a vitalidade urbana (LOPES; VASCONCELLOS, 2010). De acordo com Jacobs (2011), a presença de pessoas em locais públicos em diferentes horários traz a sensação de segurança – são os famigerados *olhos para a rua* – sendo necessário para isso oferecer uma diversidade urbana por meio de diferentes usos do solo, por exemplo. Assim, contribui-se tanto para a segurança urbana quanto para a vitalidade socioeconômica das cidades (JACOBS, 2011). O mercado público pode colaborar nesse sentido com a concentração de diferentes tipos de atividades e de convergência de pessoas no lugar onde ele está inserido (LOPES; VASCONCELLOS, 2010).

A partir da exposição teórica acerca do espaço de mercado, reforça-se a sua importância comercial, social e cultural para as cidades, e, nesse caso específico, para uma cidade pequena. Através das interações sociais dos usuários dentro desse espaço tem-se o crescimento do comércio e da economia local e o reforço da identidade e das tradições do local onde se insere.

A agricultura familiar na economia dos pequenos municípios

A lei federal número 11.326 (BRASIL, 2006) regulamenta diretrizes para formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo ela, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades

no meio rural, sendo a gestão da propriedade e a mão-de-obra provenientes da sua família. Além disso, esse empreendimento deve seguir um requisito de área máxima limitado pela lei e a atividade agropecuária ser a principal fonte geradora da renda familiar. Também são beneficiários dessa lei: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais que atendam certos requisitos citados.

Dentre os principais objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estão a descentralização e a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Portanto, é imprescindível o desenvolvimento de ações que compatibilizem áreas, como a assistência técnica e extensão rural; a comercialização; o cooperativismo e associativismo; e a educação, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (BRASIL, 2006).

Em dezembro de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a *Década da Agricultura Familiar* do ano de 2019 a 2028. Através de um plano de ação que inclui desde ações de nível local até mundial, pretende-se alcançar objetivos que auxiliem no cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (FAO; IFAD, 2019, tradução nossa). Nesse contexto, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a promover a Década da Agricultura Familiar 2019-2028, mostrando a importância desse setor para a economia gaúcha. O movimento tem como objetivos valorizar a agricultura familiar, alavancar o desenvolvimento sustentável e garantir a segurança alimentar global (SIMONETTI, 2019).

Segundo Carvalheiro (2010), os agricultores familiares participam de um canal de comercialização de produtos que funciona através de cadeias curtas. Conforme Marsden (2003 apud CARVALHEIRO, 2010), esse tipo de cadeia se caracteriza por possuir uma relação direta entre os consumidores e as agroindústrias familiares, ressocializando os alimentos de forma que se tenha conhecimento da origem da sua produção, tornando isso uma qualidade alimentar. Além disso, o autor ressalta que há também a construção de um vínculo entre consumidores e agricultores familiares com as heranças e os valores culturais do local onde os produtos são gerados.

De fato, o processo de produção, de fabricação e os insumos utilizados (além do tipo de relacionamento na compra e venda) são características que diferenciam o produto advindo da agricultura familiar e o tornam ainda mais único e competitivo no mercado (CARVALHEIRO, 2010). Para Mior (2002 apud CARVALHEIRO, 2010), são esses fatos que diferenciam a agroindústria familiar da agroindústria convencional.

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Brasil possui 77% dos estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar, ocupando cerca de 80,9 milhões de hectares (cerca de 23% da área total). Envolve 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, possibilitando a geração de um valor de produção que equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Com relação à cidade de São Luiz Gonzaga, a mesma base de dados contabiliza que 74% dos estabelecimentos agropecuários do município são classificados como de agricultura familiar, totalizando aproximadamente 936 unidades.

Um órgão público de grande importância para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul é a EMATER/RS-ASCAR, Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. É uma instituição pública de apoio aos agricultores familiares com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável. Possui sua sede na capital Porto Alegre e conta com escritórios regionais

e municipais, marcando presença inclusive na cidade de São Luiz Gonzaga (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Para auxiliar os consumidores e produtores em tempos de pandemia de coronavírus (Covid-19), a entidade EMATER/RS-ASCAR criou o canal online Feira Virtual da Agricultura Familiar, onde é possível encontrar o contato de produtores de alimentos que trabalham com vendas virtuais nos municípios gaúchos. Além disso, o site traz informações sobre cuidados na venda e consumo de produtos agrícolas nesse período de quarentena. Dessa forma, cria-se uma maneira alternativa de escoamento de produção agrícola nesse novo cenário, prevenindo uma maior disseminação do novo coronavírus (EMATER/RS-ASCAR, 2020).

Como mostrado, a agricultura familiar é uma parte essencial do Brasil contemporâneo. Com relação ao município de São Luiz Gonzaga, a agricultura familiar tem um papel importante representado através das diversas políticas públicas de incentivo a ela, porém ainda possui seu potencial pouco aproveitado. Dentro desse contexto, a proposta de um mercado público que incentive o consumo do produto do agricultor familiar é uma alternativa plausível que propicia espaços para a valorização do produto local, além de impulsionar a economia do município como um todo.

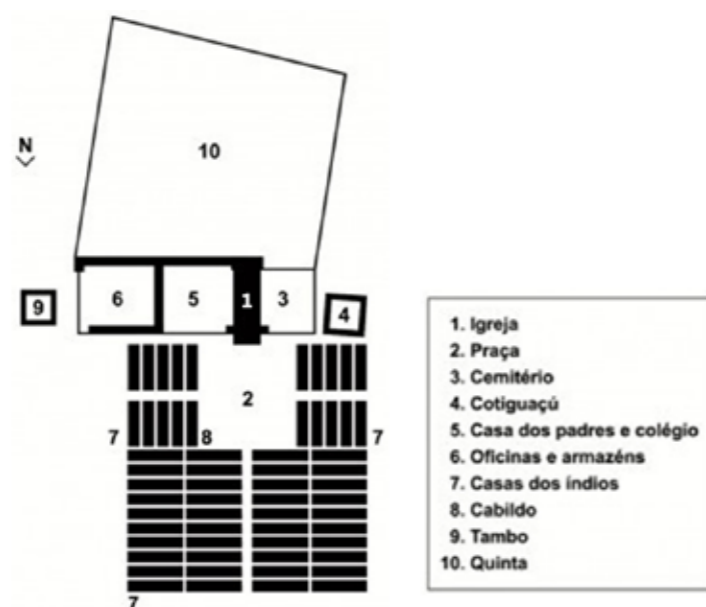
A cultura missioneira e a arquitetura

São Luiz Gonzaga foi fundada em 1687 pelo padre jesuíta Miguel Fernandes na segunda fase de ocupação de territórios à oriente do Rio Uruguai, durante o chamado processo de catequização dos índios guaranis pela congregação religiosa Companhia de Jesus (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014). Por conta disso, o município é conhecido até os dias atuais como um dos sete povos das Missões, tornando-se um símbolo da cultura missioneira, motivo de orgulho para a população são-luizense.

Conforme Custódio (2017a), as missões funcionavam, de um modo geral, a partir de um sistema cooperativo cuja base econômica era a criação de gado e o cultivo da erva mate. A população do assentamento era formada por uma dupla de religiosos (o padre e o irmão coadjutor), que eram responsáveis pela administração do local; pelo cabildo, designação para o conselho de caciques de distintos grupos nativos, e pelos demais indígenas. As reduções se constituíram como um espaço de integração entre duas tradições, unindo características tanto dos indígenas quanto dos jesuítas e formando uma nova cultura (CUSTÓDIO, 2017a).

Segundo Neto (2012), é evidente que durante o processo de colonização e catequização exista uma perda de identidade cultural. Apesar disso, para o autor, as missões jesuíticas são um dos exemplos que desmentem, em parte, esse ato de causa e efeito. A integração existente entre os indígenas e jesuítas e a coparticipação dos dois povos em uma gestão comunitária dos núcleos urbanos formados são alguns dos argumentos utilizados para fundamentar essa afirmação.

Com relação à ocupação urbana, consolidou-se, ao longo do tempo, uma estrutura que uniu a experiência e as referências bibliográficas dos padres jesuítas com o conhecimento dos indígenas com relação ao ambiente, materiais disponíveis e modos de construir (CUSTÓDIO, 2017a). Essa estrutura urbana se repetiu, com pequenas variantes, em todas as reduções e denomina-se tipologia urbana missioneira (Figura 1).



Segundo Custódio (2017b), a tipologia arquitetônica jesuítica seguia princípios instruídos pela Companhia de Jesus e possuía, entre os referenciais teóricos, o tratado *De Architectura* de Marcus Vitruvio Polione (1490). Segundo este tratado, uma boa arquitetura deve apresentar o equilíbrio entre os três princípios da tríade vitruviana: *firmitas* (solidez), *utilitas* (funcionalidade) e *venustas* (beleza) (GARRAFOLI, 2017).

Com a expansão dos jesuítas ao redor do mundo, em especial na região das Missões, surgiu a necessidade de encontrar uma forma de seguir as diretrizes gerais impostas pela congregação sem desconsiderar a realidade cultural e ambiental existente, para que fosse possível viabilizar o cumprimento de sua função de catequização (CUSTÓDIO, 2017b).

Dessa forma, se consolida, na segunda fase de ocupação de territórios, a arquitetura do sistema social missioneiro: uma cooperação entre a dupla de religiosos, que coordenava as obras tendo como referência os manuais e tratados de arquitetura enviados da Europa, e os nativos indígenas com a execução das obras, contribuindo com seu conhecimento sobre materiais locais e seus sistemas construtivos (CUSTÓDIO, 2017b).

Assim, a tipologia arquitetônica missioneira caracteriza-se por um sistema construtivo aplicado em todas as edificações do assentamento: estruturas autoportantes de madeira, sistema de caibros armados, telhados de duas águas cobertos por telhas cerâmicas e paredes de vedação de adobe, tijolo ou pedra (CUSTÓDIO, 2017b).

Conforme escreve Custódio (2017b), a edificação com função de habitação indígena era coletiva, possuía uma planta longa e retangular, geralmente circundada por alpendres e dividida internamente com biongos de taquara visando abrigar vários núcleos familiares, conforme traz a Figura 2.

O autor também descreve as igrejas missioneiras, com planta retangular e um telhado de duas águas que avançava a fachada frontal, apoiado sobre pilares de pedra ou madeira entalhada, criando um espaço de pórtico coberto onde também eram realizadas atividades religiosas. Suas paredes externas eram rebocadas, pintadas de branco e cobertas de pinturas e altos-relevos em pedra com referenciais locais e religiosos, enquanto as paredes internas possuíam pinturas em telas e diversas esculturas.

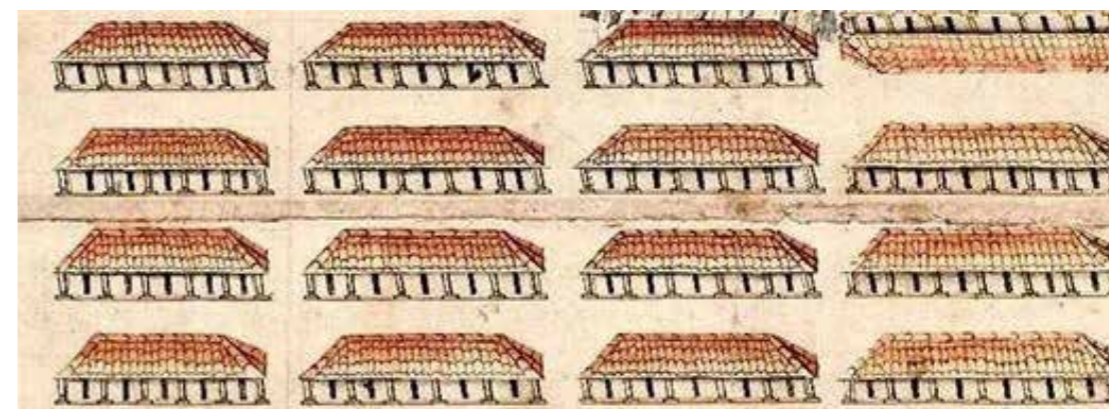


Figura 2 – Plano de San Juan Bautista, detalhe da casa indígena. Fonte: Adaptado de Arquivo Geral de Simancas, Espanha. AGS, Estado 7381, p. 71 apud Custódio (2017b).

A entrada de luz natural nas igrejas era solucionada, em alguns casos, através de aberturas laterais em um tambor de madeira elevado sobre o transepto, sendo também em madeira o seu forro em formato de abóbada.

A materialidade das edificações tinha como critério sua disponibilidade em local próximo aos assentamentos, conforme escreve Custódio (2017b). Sobre as madeiras, utilizadas na arquitetura, escultura e mobiliário, destacam-se o cedro (*Cedrela fissilis*), o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), o ipê (*Tabebuia heptaphylla*), o louro (*Nectandra lanceolata*) e a timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*). Dentre as pedras, ressaltam-se o arenito (botucatu), o itacuru ou pedra cupim (laterita) e o basalto. Também se salienta a argila característica da região, que possui aparência avermelhada e foi utilizada em telhas, ladrilhos e pisos (CUSTÓDIO, 2017b).

A comunidade missioneira perdurou até meados de 1750 quando, devido à assinatura do Tratado de Madri, os exércitos de Espanha e Portugal invadiram o território e expulsaram os jesuítas e indígenas, ato que culminou na chamada Guerra Guaranítica (1753-1756) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014). A partir da integração das missões à sociedade colonial, acontece a desagregação da sociedade guarani em um contexto de queda brusca da população dessa etnia, da intensificação do comércio e de mestiçagem (NETO, 2012).

A partir da década de 1970 inicia-se um forte movimento de retorno às origens através da arte, da poesia e principalmente da música. Em um contexto de crise mundial, os artistas locais buscaram resgatar suas raízes missioneiras e construir uma identidade cultural que perdura na região até os dias atuais, trazendo à tona elementos como a luta dos guaranis, a história das reduções e a valorização da terra (BURCHARD, 2020).

Dentre as características da musicalidade missioneira, destacam-se a mistura de ritmos regionais (como milonga e chamamé), a *payada* (poesia improvisada), as letras que misturaram os idiomas português, espanhol e guarani e histórias sobre as vivências dos cantores (BURCHARD, 2020).

Por conta desse movimento, São Luiz Gonzaga foi declarada por Lei Estadual número 14.123, em 30 de outubro de 2012, como a Capital Estadual da Música Missioneira (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Além de justificar utilizando o passado cultural do



município, o autor do Projeto de Lei nº 172/2012 cita os quatro cantores Jayme Caetano Braun, Noel Guarany, Pedro Ortaça (todos são-luizenses) e Cenair Maicá, ressaltando seus versos, *payadas* e músicas sobre a cultura missioneira de modo a criar uma nova identidade musical dentro da música gaúcha. Com orgulho, o município exibe o título no pórtico de seu acesso principal, conforme traz a Figura 3.

Os pontos citados reforçam a importância da cultura missioneira no município de São Luiz Gonzaga. Dessa forma, pretende-se abordar alguns pontos relativos à essa questão no projeto do mercado público, utilizando-os como referência na materialidade, por exemplo. Torna-se imprescindível a inserção e incentivo de ambientes de uso cultural no mercado, atuando como um dos pilares deste e buscando criar um forte elo entre o objeto arquitetônico e a população são-luizense.

De redução a município: o centro histórico de São Luiz Gonzaga

A partir de 1801 a região das Missões passa a pertencer de fato aos portugueses e inicia-se, então, uma lenta ocupação migrante e imigrante europeia dos antigos povos missionários (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2016). Em 1880, a Freguesia de San Luis foi elevada à categoria de vila e em 1902 foi denominada como a cidade de São Luiz Gonzaga (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA, 2014).

Considerando a história municipal de forma geral, entende-se que São Luiz Gonzaga possui diversas influências a partir dos períodos de decadência e renascimento que ocorrem durante seu processo de evolução urbana. Primeiramente, tem-se o povo indígena que habitava a região. Após, tem-se a ligação destes com os padres jesuítas, no período em que ocorrem as missões ou reduções jesuíticas. Por fim, tem-se a ocupação imigrante, que ocorre de forma lenta e gradual e que marca o início do município de São Luiz Gonzaga como é conhecido hoje.

De acordo com Vieira (2010), os momentos de repovoamento do município trouxeram

Figura 3 – Acesso principal do município de São Luiz Gonzaga. Fonte: Autora (2020).



a problemática de usurpação do passado. Justificou-se que, durante as ocupações, não houve preocupação com a preservação do patrimônio material existente. As edificações existentes naquele período hoje são consideradas, inclusive, patrimônio mundial⁴. Dessa forma, restaram poucos remanescentes de vestígios culturais do período jesuítico-guarani no município, apagando uma parte da história de São Luiz Gonzaga (VIEIRA, 2010).

A área de intervenção fica localizada no bairro Centro, próximo à Praça Matriz do município. Em escala de quadra urbana, fica localizada no lado leste de uma quadra central cujo uso é majoritariamente institucional e cultural, como biblioteca, escola e museu municipais. A área é caracterizada por um conjunto de seis lotes públicos municipais, como mostra a Figura 4. Com isso, possuem um grande potencial de serem trabalhados em conjunto em escala de quadra urbana.

Na escolha do lote para intervenção arquitetônica priorizou-se permanecer com o mesmo local em que ocorre a Feira do Produtor, que há muito tempo é um espaço público importante aos feirantes e consumidores e está consolidado como um ponto referencial na cidade. Dessa forma, tem-se a ampliação de uma experiência com a qual a população já convive, qualificando-a.

A Feira do Produtor (Figura 5), única feira aberta de alimentos da cidade, é um evento tradicional no município e ocorre semanalmente. Apesar de ser um local bastante frequentado, possui uma infraestrutura precária e um potencial pouco aproveitado, que pode ser exemplificado na falta de acessibilidade, no grande espaço aberto, não sombreado e subutilizado e nos acessos pouco sinalizados.

Para a intervenção em escala micro, propõe-se o remembramento do lote onde ocorre

⁴ As ruínas da redução de São Miguel das Missões, um dos Sete Povos das Missões assim como São Luiz Gonzaga, foram consideradas como Patrimônio Mundial Cultural pela UNESCO em 1983 (UNESCO, 2021).

Figura 4 - Lotes da área de intervenção e seus respectivos usos. Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga (2020) e GoogleMaps (2020).



a Feira (lote público 211.04) com o lote público 211.02 (com o uso de equipamento de saúde). Para tanto, como esse equipamento público de saúde não atende emergências e sim apenas encaminhamentos, sugere-se sua realocação para um local próximo do Hospital São Luiz Gonzaga, localizado a uma quadra de distância, conforme traz a Figura 10. O equipamento ficaria alocado em uma edificação alugada que se localiza em frente a uma via de menor fluxo, facilitando o seu acesso aos moradores, o que não ocorre atualmente por conta da localização de frente à uma avenida central. Ainda assim, manteria a proximidade com os demais equipamentos públicos de saúde.

Dessa maneira, aumenta-se a área de intervenção de forma a criar mais acessos a ela. Assim, delimita-se a área de intervenção na escala micro, totalizando uma área de 5.200,25 m², conforme a Figura 6.

Com relação ao contexto social, foi realizada uma pesquisa⁵ quantitativa junto a moradores de São Luiz Gonzaga e dos pequenos municípios adjacentes, por conta da relação econômica e comercial existente entre eles. No questionário foram abordados pontos importantes relativos à proposição como o consumo de produtos coloniais e a importância dos equipamentos públicos culturais para o município. Também buscou-se entender a relação dos usuários com a atual Feira do Produtor, quais os itens que funcionam e os que poderiam ser melhorados. Dentre os resultados adquiridos, destaca-se que todos os respondentes (100%) consideram importante a comercialização de produtos coloniais de origem local sob o ponto de vista econômico e sustentável.

O público-alvo consiste em moradores do município ou visitantes, de qualquer idade ou gênero, que possuem interesse em consumir alimentos provenientes da agricultura familiar, incentivando a economia local. Além disso, o programa da edificação também abrange como público alvo as pessoas que desejam conhecer mais sobre a cultura municipal e regional a partir da visita a um complexo cultural que tem esse item como foco central.

⁵ Pesquisa realizada por meio de questionário *online* durante os dias 22 e 23 de setembro de 2020. A divulgação aconteceu através de redes sociais e foram obtidas 83 respostas.



A proposta de mercado público: conceito, diretrizes projetuais e implantação

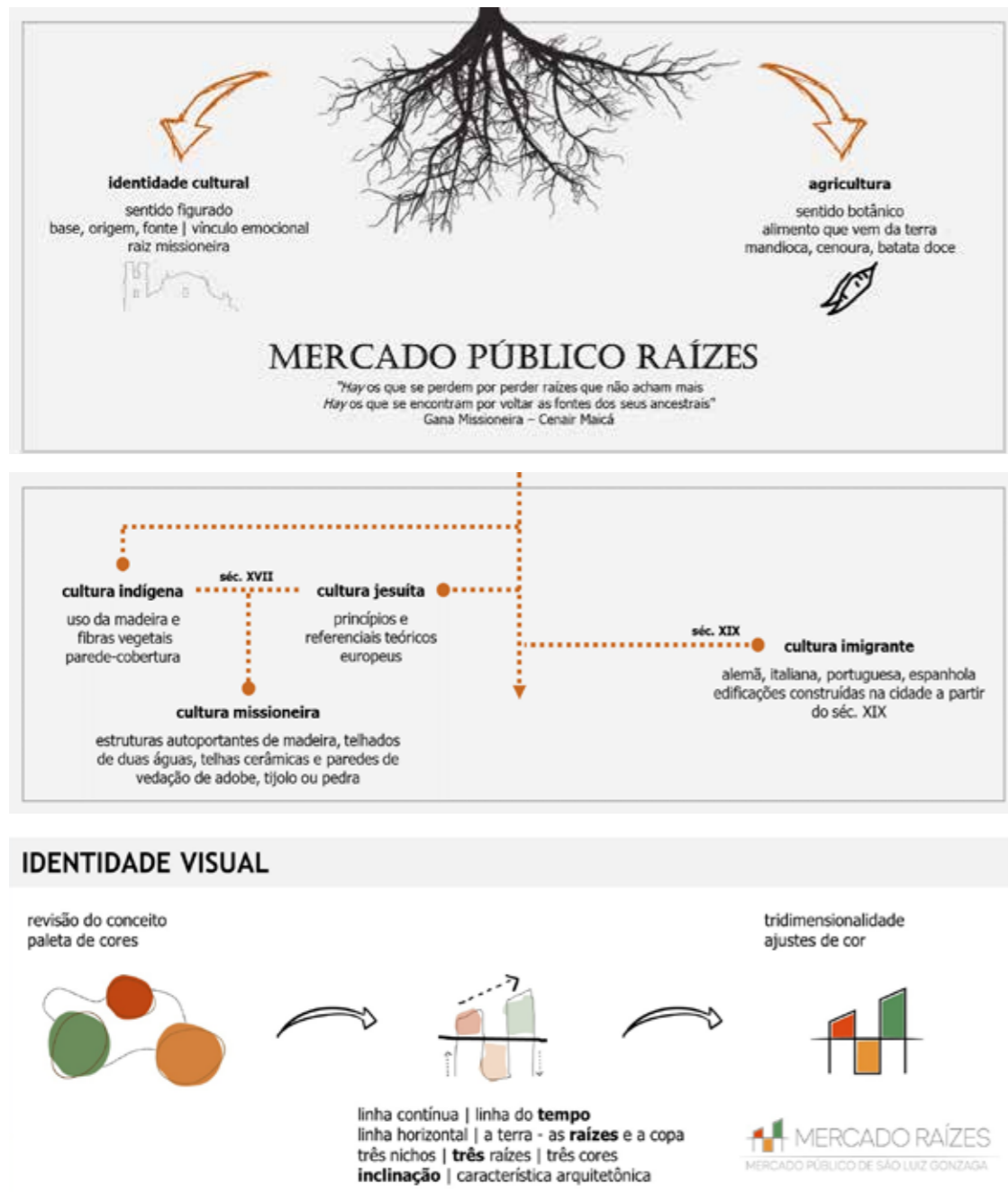
Tomando como inspiração o modo de vida indígena nas missões, tem-se como diretriz principal o resgate e inclusão das premissas de equilíbrio entre o meio construído e sua natureza do entorno, fazendo com que essas duas esferas trabalhem juntas, não se oponham. Dessa forma, a edificação torna-se o elemento integrador entre o construído e a natureza, a cidade e o campo, onde os dois tipos de residentes se encontram e se relacionam socialmente.

Para tanto, adotou-se a palavra *raiz* como palavra-chave, buscando a mescla dos seus dois sentidos (Figura 7) na intervenção proposta. Assim, com o objetivo de resgatar as raízes missionárias, cultivá-las, fazê-las brotarem e se espalharem, assim como fizeram os indígenas que habitaram essa mesma terra vermelha, surge o nome adotado para a intervenção: Mercado Público Raízes.

A partir do conceito geral têm-se suas ramificações, conforme traz a Figura 8. Após a decadência das reduções jesuítas (onde tem-se as culturas indígena, jesuíta e a resultante da mescla das duas citadas, a cultura missionária), São Luiz Gonzaga recebeu migrantes e imigrantes europeus. Foram as famílias recém chegadas que desenvolveram o município sob as ruínas, que até então estavam abandonadas, e possibilitaram o crescimento econômico e a autonomia política municipal (VIEIRA, 2010).

Assim, além da intenção conceitual de resgatar as raízes indígenas através do seu modo de viver em equilíbrio, assim como o resgate da cultura missionária pelo viés identitário, serão levados em consideração os aspectos das demais culturas influentes no município durante a evolução da proposta projetual, buscando ampliar o conceito nesse sentido.

De forma geral, as diretrizes projetuais foram: considerar o espaço não só como um local de vendas, mas sim de interações sociais e culturais; propor um equipamento público com que os usuários se identifiquem culturalmente, que haja conexão e pertencimento; destacar a agricultura familiar e o produtor local, buscando incentivar a economia local do município; projetar um local acessível e que respeite os fluxos dinâmicos do mercado público; oferecer diversas opções, porém ter o produto local como o elemento



diferenciador; valorizar o uso predominante na quadra urbana com a criação de um complexo cultural; trabalhar com um paisagismo nativo, comestível e integrado com a edificação proposta; integrar o local de intervenção com as áreas verdes do entorno; resgatar a cultura missioneira através do viés cultural e gastronômico, trazendo a identidade local; respeitar as alturas do entorno e utilizar o desnível natural do terreno a favor da proposta; incentivar e facilitar o uso de modais de transporte alternativos; propor uma edificação multiuso e aberta em diversos horários; propor ambientes culturais e de educação que desenvolvam a integração social; valorizar a relação entre espaço aberto e fechado, buscando o equilíbrio e conexão; adotar sistemas de infraestrutura sustentáveis como utilização de águas pluviais e de coletores solares e módulos fotovoltaicos; buscar trabalhar com materiais e técnicas locais, valorizando-as; e propor uma edificação que ofereça infraestrutura e conforto aos ocupantes em equilíbrio com a natureza do entorno através de estratégias bioclimáticas e aplicação de conceitos de design biofílico.

A identidade visual (Figura 9) pensada para o projeto buscou materializar o conceito em um logotipo para a edificação do mercado. Primeiramente, foi realizada uma revisão



do conceito e a escolha da paleta de cores da identidade visual. Em um segundo momento, essa paleta foi inserida em um desenho desenvolvido considerando como referências alguns pontos fortes do conceito como a linha do tempo e as três principais povoações do município. Por fim, adicionou-se efeitos de tridimensionalidade, ajustes de cor e o nome escolhido para a edificação: Mercado Raízes.

Os estudos iniciais foram realizados a partir de três escalas: macro, meso e micro. A escala macro tratou da relação entre as quadras urbanas do bairro Centro com o restante do município. A realocação de um equipamento público de saúde existente na área de intervenção, visando adicionar um acesso à edificação pela Avenida Senador Pinheiro Machado foi uma das diretrizes adotadas para essa escala, conforme já citado e demonstrado graficamente no mapa da Figura 10.

Por possuírem distanciamentos menores, as cidades pequenas têm o caminhar como um dos principais meios de locomoção (CUTI; NAOUMOVA, 2019). Considerando essa premissa e tendo como diretriz o incentivo aos modais de transporte alternativos, foi proposta a revisão do desenho das calçadas existentes na área de intervenção.

Somado a isso, analisou-se uma proposta de ciclovia feita pela Prefeitura Municipal. Sendo a área de intervenção do Mercado Público um ponto central dentro do trajeto das ciclovias, propõe-se a sinalização da edificação como um ponto de parada para ciclistas. Ao oferecer espaços de hidratação, alimentação e de estar, tem-se vantagens e incentivo para a utilização de modais de transporte alternativos. Além disso, propõe-se bicicletários nos dois acessos à edificação com espaços exclusivos para bicicletas de compartilhamento público, conforme pode ser visto na primeira imagem da Figura 15.

A escala meso considerou a seção leste da quadra urbana onde estão localizados o terreno de intervenção e as edificações adjacentes. O estudo de zoneamento foi pensado a partir das três principais povoações do município de São Luiz Gonzaga, suas raízes, conforme linha do tempo na Figura 11. Dessa forma, a edificação proposta representa a raiz missioneira, as edificações adjacentes remetem à raiz imigrante e o paisagismo que envolve essas edificações representa a raiz indígena (Figura 11). A união das três raízes acontece na praça de alimentação do Mercado Público, tornando-



se a centralidade do projeto e unindo, através da gastronomia, a cultura indígena, a missioneira e a imigrante. Essa integração ocorre por meio da comercialização de alimentos diversos que possuem essa abrangência, como a mandioca e a cuca alemã.

Construídas em meados de 1910, as edificações existentes na área de intervenção representam, no zoneamento geral, as raízes imigrantes. A partir do estudo da materialidade dessas construções, foi possível a visualização de uma paleta de cores que auxiliará no projeto de uma edificação que se integre ao ambiente construído e respeite o entorno existente. Assim, foram propostas diretrizes gerais visando uma maior valorização do patrimônio municipal existente, conforme pode ser visto na Figura 12.

A escala micro consistiu na edificação do Mercado Público, assim como sua relação com os ambientes externos que a envolvem. Esse conjunto remete às raízes missioneiras. A partir da volumetria inicial, tem-se quatro zonas: cultural e ensino, gastronômica, administrativa e de apoio (Figura 13).

A planta baixa (Figura 14) possui como característica principal a interligação de todas as zonas através de uma circulação central. Por conta do desnível do terreno, a planta baixa possui três níveis. O nível mais baixo (Térreo 02) possui acesso pelo estacionamento e abriga o setor de apoio, sendo possível o ingresso ao restante da edificação através de uma passagem controlada. O nível intermediário (Térreo 01) possui acesso direto pela varanda, no centro da edificação, até a praça de alimentação. A partir dela, têm-

se dois núcleos de bancas em lados opostos. Na porção direita, tem-se as bancas úmidas e semiúmidas e a área administrativa. Já na porção esquerda ficam alocadas as bancas secas e semiúmidas, assim como a área cultural e ensino voltada tanto à população em geral quanto aos mercadores. Essa porção também pode ser acessada diretamente pelo terceiro e último nível (Térreo 01), voltado à Avenida.

A materialidade da edificação (Figura 15) foi proposta a partir do estudo teórico realizado e da materialidade existente no município e na região: a madeira, a tinta mineral ecológica a base de terra crua, a pedra arenito e o vidro. Assim, tem-se a integração da edificação no meio urbano, a criação de um ambiente confortável que impulsiona a utilização e o sentimento de pertencimento dos usuários, além da valorização da economia de pequenos municípios a partir da compra de materiais da região. Além disso, buscou-se trazer o ritmo, as proporções e os eixos que podem ser observados na tipologia arquitetônica missioneira.

Por fim, o projeto de paisagismo (Figura 16), inspirado pelas raízes indígenas, remete a um dos principais elementos culturais dessa etnia: a arte representada pelos grafismos. Associados a cosmologia e inspirados pela natureza, a arte indígena é vista como uma forma de afirmação cultural e uma maneira de manter viva as tradições e de preservar as raízes (SILVA, 2015).

Dessa forma, busca-se trazer os grafismos realizados no trançado das cestarias indígenas dentro do traçado, paginação e cores de piso dos caminhos externos do



Mercado Público. Como materialidade, utilizou-se o piso intertravado tipo tijolinho nas cores natural e grafite com paginação modelo escama de peixe. O padrão de grafismo utilizado como referência foi o padrão cobra coral (*mboi pytã*), um grafismo utilizado nos balaios de alimentos e que simboliza proteção aos alimentos que estão dentro dela. Nesse simbolismo, a edificação do mercado é representada por estes alimentos, que são protegidos pelo paisagismo que a rodeia.

Considerações finais

A partir do embasamento teórico foi possível obter a percepção da temática proposta através de diversos contextos. A revisão bibliográfica e os estudos de precedente trouxeram os aspectos técnicos e sociais a serem observados na proposta. Ao serem analisados em conjunto com o contexto da área de intervenção e do diagnóstico, foi possível extrair as diretrizes projetuais para a realização dos estudos preliminares que, por fim, evoluem até a etapa de anteprojeto arquitetônico.

O processo de desenvolvimento projetual demonstrou, desde o princípio, o intuito de potencializar um espaço público já existente. Para tanto, buscou-se inspiração nas referências históricas locais como uma forma de interligação com a comunidade, de modo a despertar o sentimento de pertencimento dos habitantes do município. Foi uma forma de valorizar a cultura da cidade pequena, tomando como inspiração a singularidade de sua história, resgatando-a e potencializando-a.

Como resultado, tem-se a proposição de um espaço público que leva em consideração o contexto urbano em que se insere e que busca integrá-lo, aproveitando suas potencialidades. Uma edificação que traz o conceito de resgate das raízes culturais formadoras da sociedade são-luizense, de modo a fortalecer sua história. E, por fim, um paisagismo baseado nas relações do ser humano com a natureza, almejando conexão e equilíbrio.

Acredita-se que a proposta alcançou seus objetivos ao concluir com um projeto que respeita o seu contexto local, social e cultural. Assim, ao apresentar o presente artigo, espera-se incentivar outros estudos acerca da dinâmica e das experiências das pequenas cidades de forma a manter a identidade dos espaços menores ao mesmo tempo em que fomenta seu desenvolvimento, competências e singularidades.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BURCHARD, Larissa. *Pedro Ortaça mantém viva a música missioneira*. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 13 ago. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/reportagem_cultural/2020/08/751378-pedro-ortaca-mantem-viva-a-musica-missioneira.html. Acesso em: 4 out. 2020.
- CARVALHEIRO, Elizângela Mara. *A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar*. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani - parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 200.05, Vitruvius, jan. 2017a. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani - parte 2. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.00, Vitruvius, fev. 2017b. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6430>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CUTI, Aurielle Fogaça; NAOUMOVA, Natalia. A PAISAGEM DA CIDADE PEQUENA: variabilidade visual experienciada pelo caminhar. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, Pelotas, v. 3, n. 11, p. 201-217, primavera de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17647>. Acesso em:

16 fev. 2021.

DANIELLI, Leonardo; MACKMILLAN, Vanderli Machado. Mercado Público: tipologias e sociabilidades do ambiente urbano. In: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, 2018, Londrina. *Anais*. Londrina, 2018. p. 1105-1116.

EMATER/RS-ASCAR. *Sobre a EMATER*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php>. Acesso em: 16 jun. 2020

EMATER/RS-ASCAR. *Feira Virtual da Agricultura Familiar*. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/fevaf/apresentacao>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FAO; IFAD. *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan*. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO, Rome, 2019.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GARRAFOLI, Fábio Takayama. *Vitruvius in opere: um estudo sobre conceitos e processos construtivos no tratado De Arquitetura (séc. I a.C.)*. 2017. 136 p. Monografia (Especialização em Tecnologia e Gestão na Produção de Edifícios) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOOGLEMAPS. *São Luiz Gonzaga - RS*, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 27 set. 2020

HORDEJUK, Cristiano de Souza. *A presença do IPHAN nas Missões: concepções e projetos de patrimônio*. 2019. 177 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2017*, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 15 jun. 2020

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades, Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga*, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-luiz-gonzaga>. Acesso em: 12 set. 2020

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. In: III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2010, São Paulo. *Anais*. São Paulo, 2010.

NETO, Miranda. *A Utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico*. Brasília: FUNAG, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA. *História do município de São Luiz Gonzaga*, 2014. Disponível em: <https://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br/site/conteudos/707-historia>. Acesso em: 12 set. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA. *Planejamento Estratégico Municipal*. Programa de Desenvolvimento Municipal. São Luiz Gonzaga, RS, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.123, de 30 de outubro de 2012. Declara o Município de São Luiz Gonzaga Capital Estadual da Música Missioneira. *Diário Oficial Eletrônico*, Porto Alegre, RS, 31 out. 2012.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. In: *Revista Faz Ciência*, v. 11, n. 13, 2009. p. 123-142.

SILVA, Alexandrina da. *O GRAFISMO E SIGNIFICADOS DO ARTESANATO DA COMUNIDADE GUARANI DA LINHA GENGIBRE (desenhos na cestaria)*. 2015, 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

SIMONETTI, Carlos. *RS lança oficialmente a Década da Agricultura Familiar*. Rádio Fandango, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.radiofandango.com.br/ultimas/2019/11/12/23162/rs-lanca-oficialmente-a-decada-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VARGAS, Heliana Comin. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: SENAC, 2001.

VIEIRA, Sonia Bressan. *SOBRE AS RUÍNAS DO TEMPLO.... (PORQUE TEMPLO JÁ NÃO É) HISTÓRIA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA (1880-1932)*. 2010, 535 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

O LAZER EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Parque Comunitário *Prainha* em Roque Gonzales/RS

LEISURE IN SMALL MUNICIPALITIES
Prainha Community Park i
n Roque Gonzales/RS

Ana Paula Sarzi Ledur¹,
Camila Rosa Durão² e Ísis Portolan dos Santos³

Resumo

A relação entre rios, cidades e pessoas é antiga e está atrelada à evolução humana. A partir do estudo desse vínculo tem-se o presente artigo, elaborado durante a graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM. Trata-se da evolução projetual de um parque com equipamento comunitário na orla do lago artificial no Rio Ijuí, configurado devido a instalação de uma usina hidrelétrica em Roque Gonzales, município gaúcho de pequeno porte. O trabalho foi dividido em dois momentos: etapa teórica, caracterizada pela revisão bibliográfica, estudos referenciais e diagnóstico da área de intervenção; e etapa prática, que consiste na elaboração projetual. Como resultado, obteve-se um projeto paisagístico e arquitetônico com enfoque no lazer, esporte e turismo. Dessa forma, o espaço denominado Parque Comunitário *Prainha* se caracteriza como um projeto com características locais, mas com abrangência regional, que valoriza a paisagem natural, a cultura do município e o potencial recreativo do rio.

Palavras-chave: rios, lazer, parque, espaço comunitário.

Abstract

*The relationship between rivers, cities and people is old and is linked to human evolution. This article is based on the study of this relationship. It was prepared during the undergraduate course of Architecture and Urbanism at UFSM. Its subject is the evolution of the design of a park with community equipment on the shore of the artificial lake on the Ijuí River, which was created due to the installation of a hydroelectric plant in Roque Gonzales, a small municipality in the state of Rio Grande do Sul. The work was divided into two moments: theoretical stage, characterized by bibliographic review, reference studies and diagnosis of the intervention area; and practical stage, which consists of project design. As a result, a landscape and architectural project was obtained with a focus on leisure, sport and tourism. Thus, the space called Parque Comunitário *Prainha* stands out as a project with local characteristics, but with regional scope, which highlights the natural landscape, the culture of the municipality and the recreational potential of the river.*

Keywords: river, leisure, park, community space.

1 Arquiteta e Urbanista, graduada pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

2 Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Maria.

3 Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução: o trabalho e suas inter-relações com a temática

As cidades de pequeno porte são locais de grande importância social, econômica e espacial. Para melhor compreender a dinâmica desses lugares, é necessário primeiramente entender o conceito de cidades pequenas. Conforme apresentado por Cuti e Naumova (2019) são consideradas cidades pequenas aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Mas para além de uma questão populacional, outros fatores devem ser considerados para essa classificação, como por exemplo, as oportunidades ofertadas, os recursos que esses locais possuem, abrangência de seu atendimento, proximidade com cidades vizinhas e a paisagem do entorno predominantemente rural (CUTI; NAOUMOVA, 2019).

Apesar de sua relevância para as diversas interações que ocorrem dentro do território, ainda existem poucos estudos acadêmicos no âmbito da arquitetura e urbanismo que subsidiem intervenções adequadas e compatíveis com a realidade desses locais.

Assim, o presente trabalho se conecta com a temática das cidades de pequeno porte ao se aprofundar e apresentar as dinâmicas de lazer em Roque Gonzales, município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, o estudo visa compreender a situação existente e apresentar uma proposta de revitalização para o entorno do lago artificial do Rio Ijuí, formado devido à instalação de uma usina hidrelétrica.

No contexto atual, a pandemia ocasionada pelo Coronavírus evidenciou as necessidades de estudos que valorizem a escala local, seja ela dentro de grandes centros urbanos ou nas cidades de pequeno porte. Além disso, o confinamento também reafirmou a importância do convívio social e do contato com a natureza, demonstrando a relevância de áreas verdes, como praças e parques, e dos espaços comunitários de convivência.

Dessa forma, houve a valorização da escala micro a partir do fomento à utilização dos espaços de lazer de bairro e das cidades pequenas e evitando-se deslocamentos e aglomerações em centros maiores. Sendo assim, as cidades de pequeno porte e microrregiões ficam em evidência, incentivadas a ofertar equipamentos e infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades da população residente bem como de possíveis turistas do entorno.

Com isso, o estudo busca fomentar a discussão acerca das cidades de pequeno porte na medida em que analisa as dinâmicas do lazer em um município pequeno e propõe alternativas compatíveis para essa realidade. Nesse sentido, o estudo incentiva a realização de outras pesquisas voltadas para a pequena escala, tendo em vista que apresenta as diversas possibilidades e particularidades de se trabalhar com o espaço micro.

Contexto histórico: a relação entre rios, cidades e civilizações

A história das civilizações está profundamente ligada à água, visto que o processo de sedentarização e do conseqüente surgimento de agrupamentos humanos e posteriormente das cidades se deu, na maior parte das vezes, junto a mares, rios ou lagos. Os rios tiveram suas margens povoadas ao longo da história por uma questão de sobrevivência, mas para além disso, o estabelecimento de agrupamentos juntos a cursos de água se deu também por questões estéticas, culturais, de defesa, proteção e por facilitar a comunicação e o comércio (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Além disso,

ao longo da história e em diversas culturas, os espaços de água, nos quais se incluem os rios, adquiriram caráter de lazer e recreação.

Apesar da grande importância que os cursos hidrográficos tiveram para a sobrevivência da espécie humana e da formação das primeiras civilizações, é perceptível em diversas cidades do mundo a exclusão a que rios e córregos foram e são submetidos. Conforme Baptista e Cardoso (2013), esse processo de negligência aos cursos hídricos ficou mais perceptível nas Idades Antigas e Médias, quando já era perceptível os efeitos que a urbanização possui sobre esses recursos, através da ocupação desenfreada de suas margens e destinação dos rejeitos sanitários e resíduos de atividades comerciais e manufatureiras. Essa situação agravou-se ainda mais com a Revolução Industrial no século XVIII, momento em que os rios passaram a ser utilizados para abastecimento industrial e para o recebimento de resíduos contaminados (REYNOSO *et al.*, 2010).

A crescente concentração populacional nas cidades e os surtos de doenças na Europa, combinados com os avanços científicos na área da saúde, originaram o conceito higienista. Originado em território europeu e amplamente empregado no Brasil no fim do século XIX, essa metodologia foi responsável pela profunda alteração na relação das cidades com seus rios. Nesse período, buscava-se controlar as enchentes e as doenças que eram transmitidas através da água através de um sistema de rápida dejeção das águas pluviais e servidas. Isso se deu através da canalização de rios e córregos, processo que acabou por retirar os cursos hídricos das paisagens das cidades e por reduzir seu potencial como sistema natural drenante (BAPTISTA; CARDOSO, 2013).

Nos últimos anos, é perceptível uma nova tendência mundial na relação com as águas urbanas, marcada pela reivindicação dos rios pela sociedade e pela necessidade de uma nova abordagem por parte dos planejadores, governantes e comunidade em relação ao tema. Nesse sentido, os recursos hídricos são vistos como potencializadores do desenvolvimento urbano, abrigando atividades que possuem caráter multifuncional e interligado. Como pontuam Baptista e Cardoso (2013, p. 136) “De fato, o novo olhar sobre os rios e córregos urbanos se volta para sua apreciação integrada como espaços de oportunidade ambiental, social, recreativa, cultural e econômica”.

Ainda para Baptista e Cardoso (2013), é necessário que se concilie, nas interferências em rios urbanos, as visões ambientalistas e urbanísticas do tema. Enquanto a primeira considera unicamente as questões ambientais e se exime das particularidades da cidade, a visão urbanística considera apenas as demandas antrópicas sobre esse recurso natural. Nesse contexto, é necessário levar em consideração que os cursos hidrográficos são elementos naturais com características dinâmicas que estão presentes em um ambiente de mudanças constantes, o ambiente urbano.

Ao se analisar a evolução da relação entre cidades e rios ao longo das diferentes civilizações é possível perceber que o papel dos rios nas cidades passou por diferentes cenários e contextos. Atualmente, é perceptível uma maior valorização desse recurso natural presente nas áreas urbanas através da valorização de seu potencial funcional, ecológico, estético e de lazer, estimulando o desenvolvimento econômico e social dos locais onde estão inseridos. Apesar de representar um grande desafio às políticas públicas, a abordagem integrada da temática pelo viés social, ambiental e econômico, tem grande potencial para abrigar projetos para o lazer nas cidades que busquem melhorar o bem-estar social e a qualidade ambiental dos recursos hídricos.

As usinas hidrelétricas e seus impactos: feridas causadas pelo homem

Além da relação com as cidades, os rios trazem outro aspecto na urbanização: sua exploração para geração de energia elétrica. Conforme a 3ª edição do Atlas de Energia Elétrica no Brasil (2008), as usinas hidrelétricas eram a principal fonte de energia renovável no Brasil, correspondendo a 75,68% da potência total instalada no país (ANEEL, 2008).

Até os anos 80, não existiam no país ações efetivas voltadas para a preservação ambiental nesses empreendimentos. Nesse contexto, as usinas hidrelétricas eram vistas sob a perspectiva de uma *ideologia de modernização*, onde os setores responsáveis não se preocupavam com os impactos no meio natural (COLITO, 2000). As instalações de usinas eram vistas de forma positiva, pois acreditava-se que fomentavam o desenvolvimento da região onde eram instalados (COLITO, 2000) e consequentemente proporcionavam o bem estar da população (SOARES, 2009).

Segundo Colito (2000), a partir da década de 80, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os impactos ambientais e posteriormente os impactos sociais dos empreendimentos humanos, entre eles as usinas hidrelétricas, passaram a ser considerados nos estudos de implantação desses projetos. Além disso, para a mesma autora, apesar da questão social estar inclusa nos estudos, a metodologia adotada na maioria dos casos, leva em consideração o custo da terra, as benfeitorias e as plantações, mas não considera as relações, referências e identidade social presentes nos espaços atingidos (COLITO, 2000).

Os impactos gerados pelas barragens nos territórios em que são implantados são diversos e complexos, afetando tanto os ecossistemas naturais (flora e fauna) quanto os municípios e sua população, sob o aspecto social, territorial, econômico e ambiental. Segundo Colito (2000), para algumas pessoas o lago formado pela barragem significará potencial de aproveitamento, mas para aqueles que foram impactados pelas barragens, principalmente os que perderam suas comunidades, o empreendimento irá ocasionar perdas sem reposições. Entretanto, é importante que “as gerações futuras possam usufruir, não em algum dia de visita, mas na sua vida cotidiana, da beleza das paisagens a qual cada geração, tenha dado o seu acréscimo” (ALPHANDÉRY, 1997, p. 11 apud COLITO, 2000, p. 283).

Nesse contexto, destaca-se a importância da ressignificação dos espaços atingidos através de uma relação mais próxima com os novos locais originados devido à instalação das usinas hidrelétricas. Dessa forma, equipamentos que estimulem a relação da comunidade com o território modificado, tanto pelos moradores quanto pelos turistas de forma esporádica, é de grande importância para um melhor aproveitamento dos espaços existentes e consequentemente para o desenvolvimento da economia do município.

Nesse contexto, é possível observar em diversos municípios do Brasil exemplos em que lagos de barragens se tornaram opções de lazer cotidiano e como opção de turismo para visitantes. Esses espaços são utilizados pela população principalmente nos períodos de verão, quando a relação com o lago ocorre de forma mais interativa, através de atividades recreativas como banho, pesca, passeios em veículos aquáticos e práticas esportivas. Esses espaços utilizados para a prática do lazer, mas que não foram criados com essa finalidade se caracterizam, conforme (MARCELLINO, 1950 p. 29), como “equipamento não específico de lazer, ou seja, um espaço não construído de modo particular para essa função, mas que eventualmente pode cumpri-la”.

No município de Roque Gonzales, tem-se um histórico de utilização do Rio Ijuí pela população como forma de lazer nos períodos de verão, principalmente através do uso do Salto Pirapó e de balneários particulares que foram atingidos pela barragem. Com a extrapolação das margens do Rio Ijuí e a conseqüente aproximação deste com a cidade, a relação com o rio acontece de forma mais cotidiana, seja através dos visuais permitidos em alguns pontos da cidade ou da utilização da chamada *Prainha*, que associada com novos balneários particulares, tem funcionado como espaço de lazer para a população.

Mesmo já sendo frequentada pela população local e por visitantes, principalmente nos períodos de calor, acredita-se que a *Prainha* é subutilizada pela falta de infraestrutura e equipamentos. Apesar disso, tem-se na área um grande potencial para a instalação de um parque, com o intuito de incentivar o uso cotidiano e atividades turísticas, atendendo as demandas da população e incentivando uma nova relação da comunidade com o rio.

A prática do lazer: conceitos e espaços

Como citado anteriormente, no contexto brasileiro onde boa parte da geração de energia elétrica é proveniente de usinas hidrelétricas, os lagos ocasionados por elas são amplamente utilizados também como espaços de lazer (banho, natação, pesca, passeios de barco). Nesse sentido, para melhor compreender a dinâmica do lazer em espaços não específicos e em cidades de pequeno porte é necessário que se tenha uma maior compreensão do que é o lazer.

Conforme a Constituição Federal, “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” BRASIL (1988). Ou seja, entre outros assuntos assegurados pela constituição, o lazer é considerado um direito de todos os cidadãos.

Além disso, seu conceito é amplo e tem sido estudado de diferentes formas pelas distintas áreas que trabalham o tema. Para Dumazedier (2000), lazer é aquilo que o indivíduo realiza sem se preocupar com questões familiares, profissionais e sociais.

Segundo Marcellino (1950) o surgimento da temática e sua ocorrência histórica também é variada: enquanto para alguns autores os homens sempre tiveram momentos de trabalho e de pausa, outros acreditam que o lazer surgiu com a sociedade moderna urbano industrial, onde a divisão entre trabalho e tempo livre fica mais evidente.

Conforme Dumazedier (2000), o lazer possui três principais funções: descanso, desenvolvimento e recreação. Na concepção de Marcellino (1950), o lazer se constitui de seis áreas fundamentais: interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais. O presente trabalho terá como enfoque o lazer relacionado com a prática de atividade física, turística e social.

A destinação de tempo e espaços para o lazer, seja ele passivo ou ativo, possui uma série de benefícios para a saúde física e mental da população. Conforme Pondé e Caroso (2003) há uma relação positiva entre participação em atividades de lazer e uma melhor qualidade de vida e saúde mental. Além disso, por ser caracterizado sob a ótica de *percepção de liberdade* o lazer funciona como amortecedor do estresse da vida cotidiana.

O espaço de lazer se caracteriza como um lugar de encontro e convívio, e esses espaços não estão sendo ofertados nas cidades para que todos possam usufruí-lo (PELLEGRIN, 1999). Ainda para a autora, é perceptível que existe uma tendência de privatização dos equipamentos de convívio, tornando-o um produto de mercado (PELLEGRIN, 1999). Nesse sentido:

Entre outras considerações, pode-se dizer que democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termo de vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato; o espaço para o lazer é o espaço urbano (MARCELLINO, 1950, p. 25).

Os espaços e equipamentos destinados ao lazer, de forma geral, são os locais que abrigam atividades, projetos e programas de lazer (PELLEGRIN, 2004) ou possuem potencial para isso, como no caso dos vazios urbanos e espaços verdes. Nesse contexto, os parques são elementos de fundamental importância dentro das cidades, pois se caracterizam como espaços com tratamento paisagístico destinadas ao uso público, normalmente para a realização de atividades de esporte, recreação e lazer, além de possuir funções ecológicas (WALL; WATERMAN, 2012). Esses espaços são elementos de grande importância para a urbanização e suma importância para garantir o direito ao lazer estabelecido pela Constituição Federal.

Sob essa perspectiva, aproximar os espaços destinados ao lazer, sejam eles na forma de parques, praças ou edificações, da população residente em cidades pequenas é uma forma de torná-los mais acessíveis e democráticos, evitando deslocamentos para outros centros.

O espaço público em cidades de pequeno porte no contexto do interior gaúcho

Os estudos no campo da arquitetura e urbanismo relacionados aos espaços de lazer em cidades de pequeno porte ainda são escassos se comparados aos estudos que abrangem as cidades médias e grandes no Brasil. A falta de conteúdos sobre esses espaços nas cidades de pequeno porte resulta na carência de diretrizes compatíveis com a escala e configuração espacial e social dessas cidades (ENDLICH 2011 apud BATISTA 2018).

A configuração espacial dos pequenos municípios se dá de forma diferente da que acontece em cidades de médio e grande porte, dessa forma, a distribuição dos espaços e equipamentos públicos também ocorre de forma distinta. Segundo Batista (2018), tradicionalmente os municípios de pequeno porte possuem uma morfologia semelhante devido à forte presença da igreja católica no Brasil. A igreja normalmente estava localizada junto a uma grande praça central, a partir do qual irradiava o desenvolvimento urbano (BATISTA, 2018). No contexto das cidades pequenas, a praça central funciona até os dias atuais como principal ponto de encontro e interação social da população. No seu entorno estão presentes a área comercial e órgãos públicos do município.

Outra dinâmica característica das cidades pequenas é o movimento para cidades ou regiões maiores na busca por lazer e recreação. Tendo em vista questões sociais e econômicas, não é toda a população que possui condições de realizar essa movimentação, o que evidencia a importância dos espaços públicos destinados ao lazer nos municípios menores.

A área de intervenção e a comunidade de Roque Gonzales

A área de intervenção do presente trabalho consiste no município de Roque Gonzales localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao município de São Luiz Gonzaga, em uma área conhecida como Região das Missões, conforme Figura 1. O município possui, segundo IBGE (2020), uma população estimada de 6.847 habitantes. A cidade está situada a aproximadamente 525 km da capital estadual Porto Alegre e a 630 km do litoral gaúcho.

A relação de Roque Gonzales com seus rios ocorre desde sua origem. Em um primeiro momento, com a redução jesuítica Assunção de Ijuí no lado direito do Rio Ijuí, e posteriormente com a ocupação pelos alemães próximos ao Salto Pirapó.

Para além de questões funcionais, a relação do município com o Rio Ijuí se deu também com o intuito de suprir demandas pela geração de energia elétrica. Nesse contexto, em 1930 inaugurou-se a Usina Pirapó, primeira usina hidrelétrica da região e que gerava energia para as indústrias de São Luiz Gonzaga. Posteriormente, em 2007, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Passo São João, Figura 2, empreendimento da Eletrosul (Eletrobras), com potência instalada de 77MW.

A implantação da usina hidrelétrica ocasionou diversas transformações na região, dentre as quais destacam-se as espaciais, visíveis nos mapas da Figura 3, com o alagamento das margens de trecho do Rio Ijuí e consequente aproximação deste com a área urbana da cidade.

Com o intuito de melhor compreender as questões sociais da área e a relação da população com a área de intervenção, aplicou-se um questionário digital durante um período de 21 dias (de 19 de setembro de 2020 a 10 de outubro de 2020) através da ferramenta Google Formulário. A pesquisa teve alcance de 99 pessoas e demonstrou, entre outras informações, que mesmo com os diversos impactos sociais e territoriais ocasionados pela usina, boa parte da população, considera a implantação da usina hidrelétrica como positiva (77,8%), seguido por aqueles que não sabem opinar (16,2%).

A percepção da população possivelmente pode ser explicada pelos empregos gerados no período de construção da usina e principalmente pela criação do Balneário Municipal de Roque Gonzales, conhecido pela população como *Prainha*. Esta área, localizada próximo ao centro da cidade, se caracteriza como um espaço de orla à beira do lago artificial, utilizado pela população como espaço de lazer.

A proposta: conceito geral e estudos iniciais

O projeto consiste na elaboração de um parque com equipamento comunitário na orla do lado do Rio Ijuí, na área denominada pelos usuários como *Prainha*. Como público-alvo identificou-se os moradores de todo o município, tendo em vista a escala deste e da área de intervenção, bem como turistas, provenientes principalmente da região noroeste do estado, devido à proximidade com o local. Para a possível consolidação do projeto, os agentes de intervenção seriam a Prefeitura Municipal de Roque Gonzales, o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões e a Eletrosul (empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico e que poderia investir na área como medida mitigatória pelos impactos ocasionados pela barragem).



Figura 1 – Demarcação da área de intervenção em relação ao Brasil, estado, município e distrito sede respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2020). Figura 2 – a) Imagem aérea da Usina Hidrelétrica Passo São João. b) Imagem aérea de trecho do Rio Ijuí antes da construção da usina hidrelétrica. b) Imagem aérea depois da construção da usina hidrelétrica. Fonte: Google Earth (2020) adaptado pela autora (2020).

A proposta tem como princípio norteador a criação de um espaço com aspecto natural, tendo em vista que se trata de uma Área de Preservação Permanente e a implantação de usos e materiais compatíveis com a cultura e disponibilidade local. Dessa forma tem-se como diretrizes: considerar os usos existentes no espaço e fomentá-los através da instalação de melhor infraestrutura e equipamentos; atrair o público para a área através de um programa de necessidades diversificado que atenda distintas faixas etárias e grupos sociais; promover o turismo ecológico na região; implantar equipamentos que atraiam a população residente durante a semana; espaços para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais com as escolas e instituições do município; fomento aos modais alternativos através da criação de ciclovias e aluguel de bicicletas; criação de um percurso multimodal que conecte a duas extremidades do parque e suas áreas adjacentes; revitalização da Área de Preservação Permanente; valorização do rio através da implantação de atividades que permitam a visualização, contato e imersão; parque e edificação com características naturais e ecológicas demonstradas através de traçado, forma e materialidade e a implementação de edificação em local que não barre as visuais do lago e funcione como um mirante para o mesmo.

O conceito geral do projeto vem do equilíbrio entre os contrastes existentes nos espaços de orla: terra – água, urbano – natural, sólido – fluido. Nesse contexto, o



Figura 4 – a) Traçado do rio a partir do qual retirou-se o símbolo da marca. b) Evolução da marca com a utilização das diferentes cores simbolizando os distintos momentos do rio e as dualidades existentes no espaço de orla. Fonte: Google Maps (2021) adaptado pela autora (2021) e elaborado pela autora (2021) respectivamente. Figura 5 – Esquema de intervenções na escala macro: urbanismo de áreas adjacentes. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

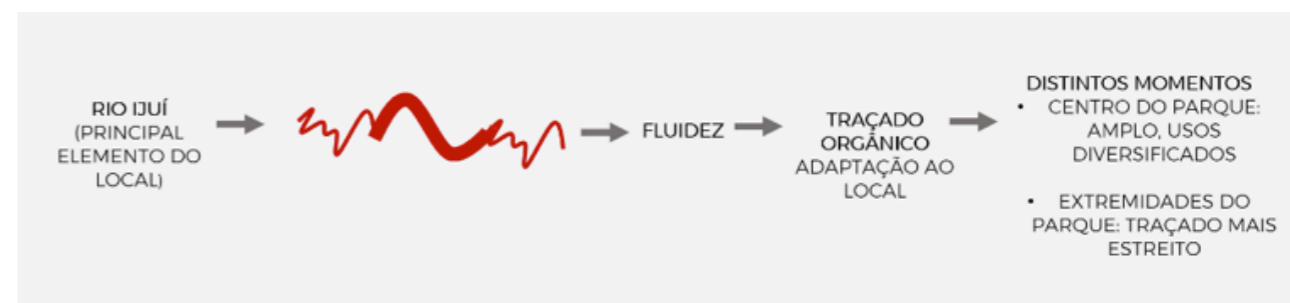
parque, elemento mais natural da proposta, irá remeter à água enquanto a edificação multiuso, elemento construído, remete à terra.

A partir do conceito, elaborou-se a identidade visual da proposta, que buscou remeter ao principal elemento da área: o Rio Ijuí. Dessa forma, utilizou-se trecho de seu percurso para a criação de um símbolo que representasse a área, Figura 4 a). Com a construção da barragem, o rio teve sua largura e disposição alteradas, o que inspirou a utilização de diferentes larguras e cores na marca. As cores foram pensadas com o intuito de valorizar o equilíbrio existente entre as dualidades dos espaços de orla (terra x água e cidade x natureza), resultando na identidade final conforme Figura 4 b).

O desenvolvimento projetual da proposta considerou três escalas: macro, meso e micro. As três escalas foram pensadas de forma a melhor organizar as diretrizes projetuais, que se caracterizam como os elementos norteadores das decisões para a proposta. Entretanto, todas encontram-se conectadas através de um conceito geral norteador, que se aprofunda de diferentes formas em cada uma delas. O conceito geral do projeto baseia-se na valorização da relação de contraste e equilíbrio existente nos espaços de orla. Dessa forma, em alguns momentos o enfoque está no rio, na sua naturalidade e irregularidade, e em outras escalas se valoriza a terra, sua solidez e conexão com o local.

Na macro escala, elaborou-se algumas diretrizes, Figura 5, para o urbanismo do entorno e acessos ao parque: criação de *cul-de-sac* nas ruas que se interseccionam com o parque, cercas vivas ou com plantio de trepadeiras, finalização das vias de acesso e projeção de ciclofaixa na área urbana com o intuito de criar um percurso com a ciclovia proposta no projeto paisagístico.

A meso escala de intervenção consiste no projeto paisagístico da orla do lago artificial do Rio Ijuí, conforme Figura 6. Optou-se por aprofundar-se na proposta do parque,



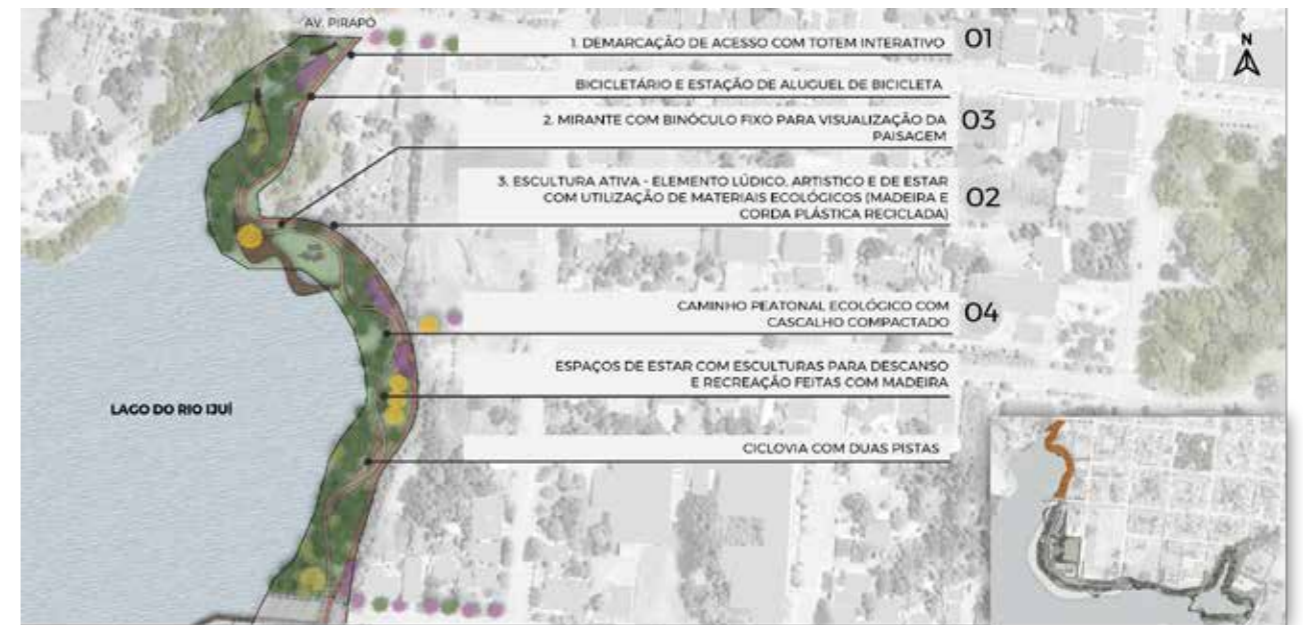
tendo em vista que essa área foi a motivação da escolha do tema e que os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que a revitalização da área é a maior necessidade para o local.

Além disso, o traçado do parque remete ao traçado do rio após as transformações que ocorreram devido a instalação da usina hidrelétrica: o percurso, que antes era predominantemente constante em sua largura, passa a ser caracterizado pela presença de um lago com grandes dimensões e traçado mais suave interseccionando o leito natural. Buscando seguir essas características, o parque também possui dois principais momentos: a área central, que possui um traçado orgânico mais suave e recebe a maioria dos usos, e as extremidades com características ecológicas e que abrigam percursos com trilhas menores e traçado mais curvilíneo.

Com o intuito de uma melhor implantação do programa de necessidades na área de intervenção, este foi dividido em seis principais setores: ecológico, aquático, social, estar, esportivo e apoio. Dessa forma, as diretrizes espaciais provenientes do conceito somadas a questões funcionais do projeto e à características físicas do espaço deram origem ao zoneamento de atividades da área de intervenção, conforme Figura 8.

A partir do zoneamento do parque, foi realizada a evolução do traçado através da demarcação de usos, caminhos e vegetação, resultando na implantação geral da proposta, apresentada na Figura 9. O projeto se configurou a partir de algumas diretrizes gerais: criação de um parque com características que remetam à paisagem natural (cor, traçado, materialidade, formas); respeito às normativas vigentes (principalmente no que tange a APP do lago artificial); preservação e recuperação dos recursos naturais; aproveitamento das visuais para o lago e pôr do sol; utilização de espécies vegetativas de fácil manutenção que auxiliem na recuperação ecológica do local e configurem habitats para a fauna; incentivo à utilização do rio como espaço de lazer em períodos de calor e para a prática esportiva e auxílio na construção de um senso de pertencimento e orgulho através da implantação de um programa variado que atenda à comunidade local e turistas da região.

Figura 6 – a) Imagem aérea com demarcação da área de intervenção b) Imagem aérea aproximada do trecho de praia fluvial. Fonte: Mauro Hass (2020) adaptado pela autora (2021). Figura 7 – Conceito do parque. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Nos setores demarcados como ecológicos, buscou-se realizar o mínimo de interferência, tendo em vista que se caracterizam como APPs. Dessa forma, o setor ecológico 1, Figura 10, é composto por pista multiuso com pavimentação de saibro ecológico, percurso interativo e deck sobre a água para pesca e estar, como pode ser observado na Figura 11.

Os setores sociais estão localizados no centro do parque e abrigam diversos usos. No setor social 1, Figura 12, tem-se: píer para veículos aquáticos, deck de estar, praia fluvial, canchas de bocha ao ar livre, pista de caminhada e ciclovia. Além disso, nesse setor está localizada a área de apoio com estacionamento (carros, motos e ônibus), bicicletário e marina para barcos. O aspecto visual do setor pode ser observado na Figura 13.

O setor social 2, Figura 14, é composto por áreas de churrasqueira, pergolados para alimentação, arquibancada com palco sobre a água para eventos e edificação multiuso

Figura 10 – Setor ecológico 1. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 11 – Imagens renderizadas do Setor Ecológico 1, com apresentação do acesso principal, mirante, espaço interativo de acesso e pista de caminhada, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

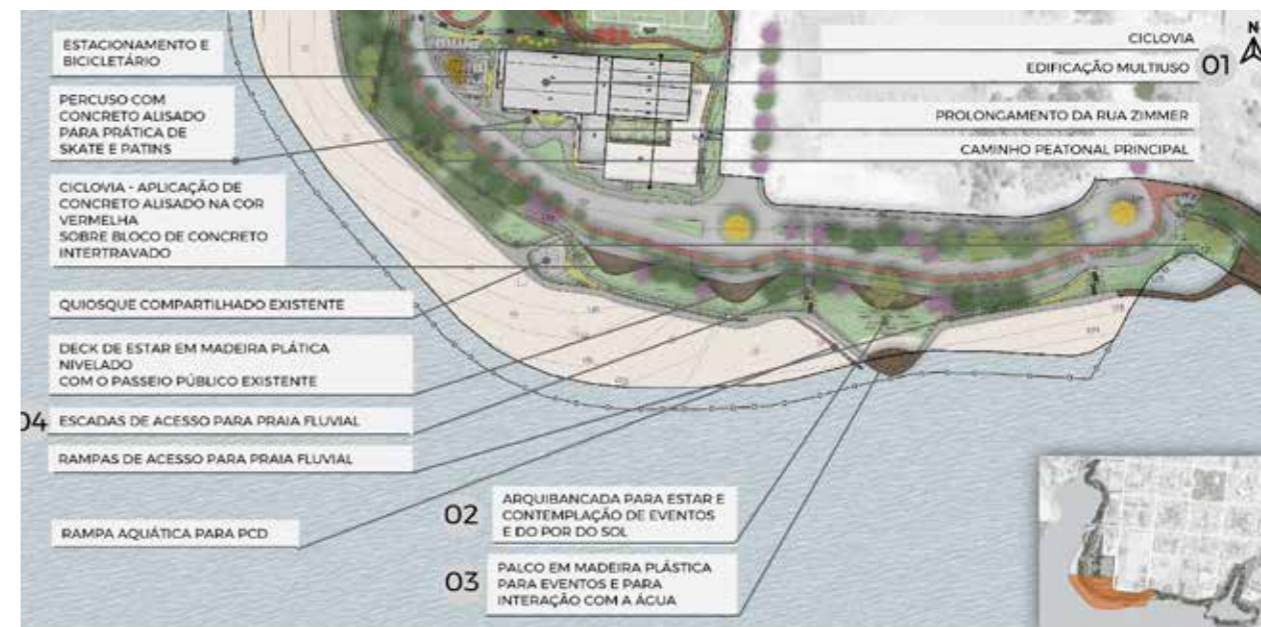
Figura 12 – Setor social 1. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 13 – Imagens do Setor Social 1 com demonstração do deck para saltos e playground infantil respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



(esportes, alimentação e eventos sociais), que também se propõe a funcionar como mirante para os visuais do lago e pôr do sol, como pode ser observado na Figura 15.

Outro setor localizado no centro do parque é a área esportiva, Figura 16, que conta com a presença de academia, quadra poliesportiva, campo de futebol, quadras de areia e *playground* infantil. A Figura 17 demonstra o aspecto desse trecho do parque.

Na extremidade sul-leste do parque tem-se o Setor Ecológico 2, Figura 18, que segue o mesmo conceito de funcionamento do Setor Ecológico 1, caracterizado pelo respeito e fomento ao ambiente natural. Nesse espaço tem-se o lago de retenção, deck para pesca, pista multiuso ecológica e interativa, passarela aquática, mirante e a Casa da Memória (restaurada pela Eletrosul como medida mitigatória e que abriga acervo de memória das comunidades e pessoas atingidas pela barragem), elementos que podem ser observados na Figura 19.



A vegetação do parque foi pensada de forma a se adaptar às características físicas do espaço. O município está localizado em uma área de transição entre o bioma mata atlântica e pampa, dessa forma, optou-se por especificar vegetações nativas adaptadas a essas características. Além disso, por se tratar de um espaço de beira de rio, há uma interferência do lago sobre o solo, tornando-o uma região mais úmida, principalmente nos setores ecológicos. Além disso, atentou-se à coloração das florações das espécies, tanto nas arbóreas quanto nas arbustivas e forrações. O conceito surgiu a partir da árvore símbolo do município, o Manacá da Serra, a partir do qual retirou-se as cores principais utilizadas no parque, Figura 20, e sua relação com o zoneamento do mesmo, conforme Figura 21.

Na escala do parque também foram criados setores com características de vegetação diferentes entre si e compatíveis com os condicionantes do local (próximo ao lago, umidade, topografia) e sensações (visão, tato, olfato etc.) que se deseja passar. Dessa

Figura 14 – Setor social 2. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 15 – Imagens renderizadas do Setor Social 2, com voos de pássaro da área e visuais a partir e para a arquibancada e palco de eventos. Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Figura 16 – Setor esportivo. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 17 – Imagens renderizadas do Setor Esportivo, com voo de pássaro do setor, visual a partir da academia e visual da relação entre pista multiuso e via de veículos. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

forma, o parque foi setorizado em quatro principais setores da paisagem conforme Figura 22.

A micro escala consiste no projeto arquitetônico de uma edificação comunitária, que possuía como principais diretrizes: pouca interferência da edificação nos visuais do lago através da utilização desta como mirante, preferência materiais que remetam ao município, um programa multiuso com espaços para eventos e esporte, criação de espaços esportivos com usos ainda não existentes no município, valorização das visuais do lago de pontos internos da edificação, suporte ao parque com espaços de banheiro e vestiários.

O local de implantação da edificação, Figura 23 a), foi pensado dentro do parque de forma a minimizar os impactos visuais da volumetria sobre a paisagem, dessa forma, a área escolhida está localizada na região central do parque, em um terreno com topografia acentuada e de esquina permitindo um aproveitamento da topografia, integração com o parque e uma boa acessibilidade pelas vias adjacentes, elementos visíveis na implantação da Figura 23 b).

O conceito da edificação encontra sua origem no lado sólido, representado pela terra. Com o intuito de aproximá-lo da realidade local, utilizou-se dois elementos característicos do solo do município: a pedra cupim e a terra vermelha, Figura 24. Esses dois elementos inspiraram a escolha de materiais e volumetria sólida da edificação.

O programa de necessidades foi dividido em cinco principais setores: esporte (salas multiuso, quadra poliesportiva e piscinas), social (salão para eventos, brinquedoteca, varanda), alimentício (restaurante e área de apoio à este), administrativo (salas de administração, reuniões e diretoria) e apoio (banheiros e vestiários para atender atividades na edificação e também no parque), conforme Figura 25.

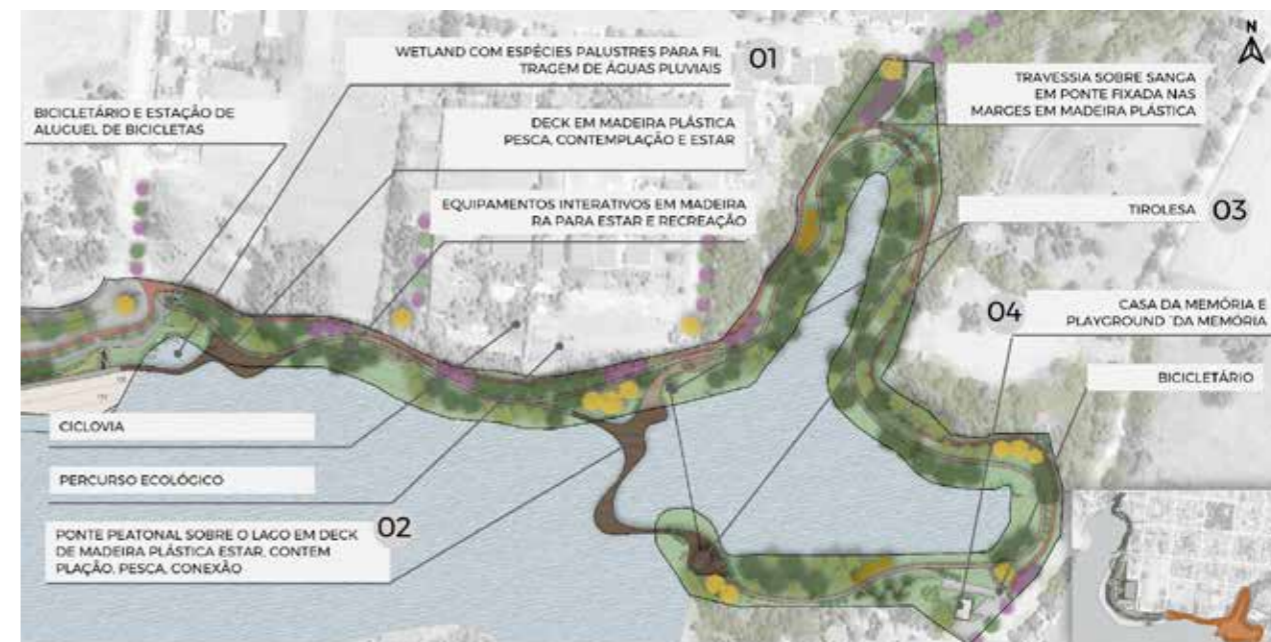


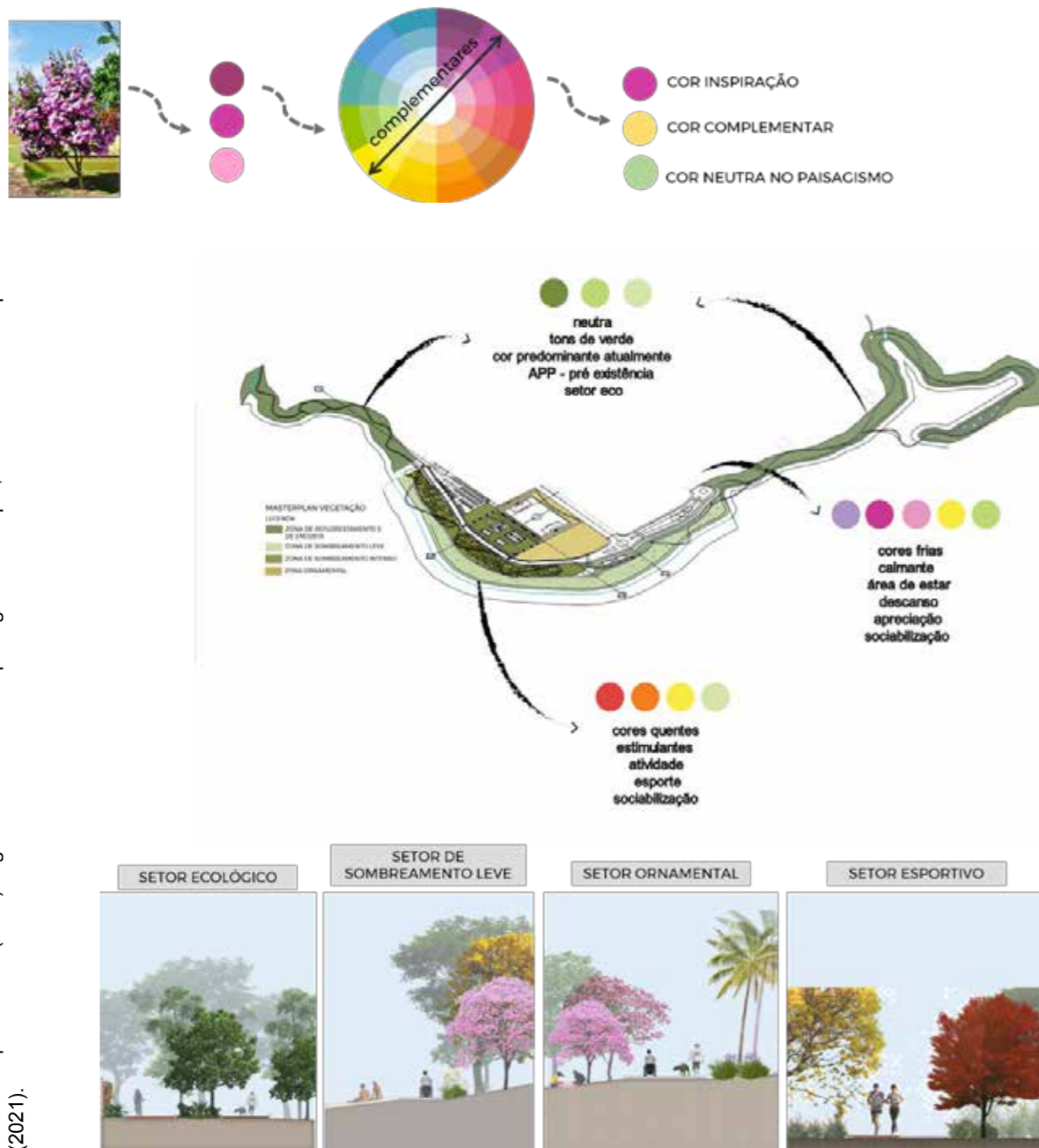
Figura 18 – Setor ecológico 2. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 19 – Imagens renderizadas do Setor Ecológico 2, com visuais de voo de pássaro da ponte peatonal sobre a água e mirante com tirolesa, e visuais da linha do observador da tirolesa e do playground da Memória (localizado junto a Casa da Memória) respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir do zoneamento de usos, evolui-se a proposta e desenvolveu-se a planta baixa da mesma, Figura 26, com uma maior definição dos espaços e suas conexões.

No que tange a volumetria, buscou-se fazer com que essa refletisse o conceito. Além disso, outra premissa era a de que a edificação se adaptasse a topografia e funcionasse como um mirante para o lago, permitindo que a população usufruísse de sua cobertura para aproveitar os visuais. Dessa forma, os volumes de maior altura, que abrigam o setor esportivo, foram posicionados próximo ao limite norte do lote, onde há uma topografia mais inclinada. Posteriormente, próximos às ruas e encaixado aos volumes maiores encontram-se os volumes com menor pé-direito, o que proporciona uma transição gradual de alturas, evitando a sensação de caixote dentro do parque, como pode ser observado na Figura 27.

Em relação a estrutura optou-se pela utilização de estrutura metálica com vedação em concreto pré-moldado. A materialidade utilizada na edificação pode ser observada na Figura 28 e surgiu a partir do conceito, refletido na pedra cupim e na terra vermelha,

Figura 20 – Evolução das cores temáticas do parque a partir da árvore símbolo do município. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 21 - Relação entre cores das vegetações e zoneamento do parque. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 22 – Setores da paisagem do Parque, demonstrando o aspecto visual de cada um deles. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

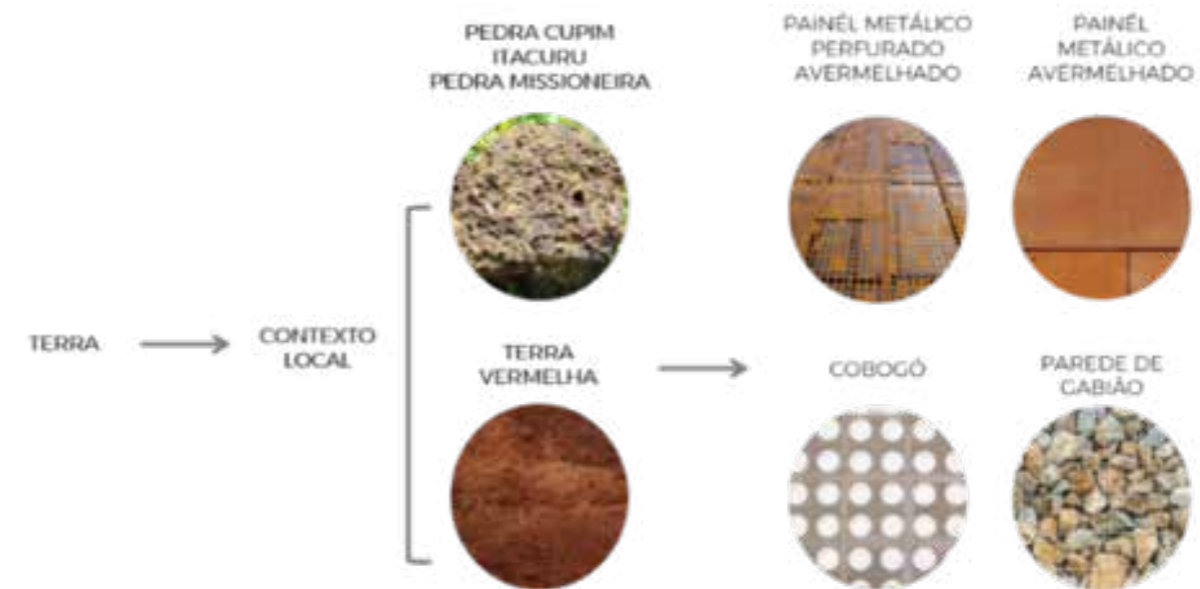
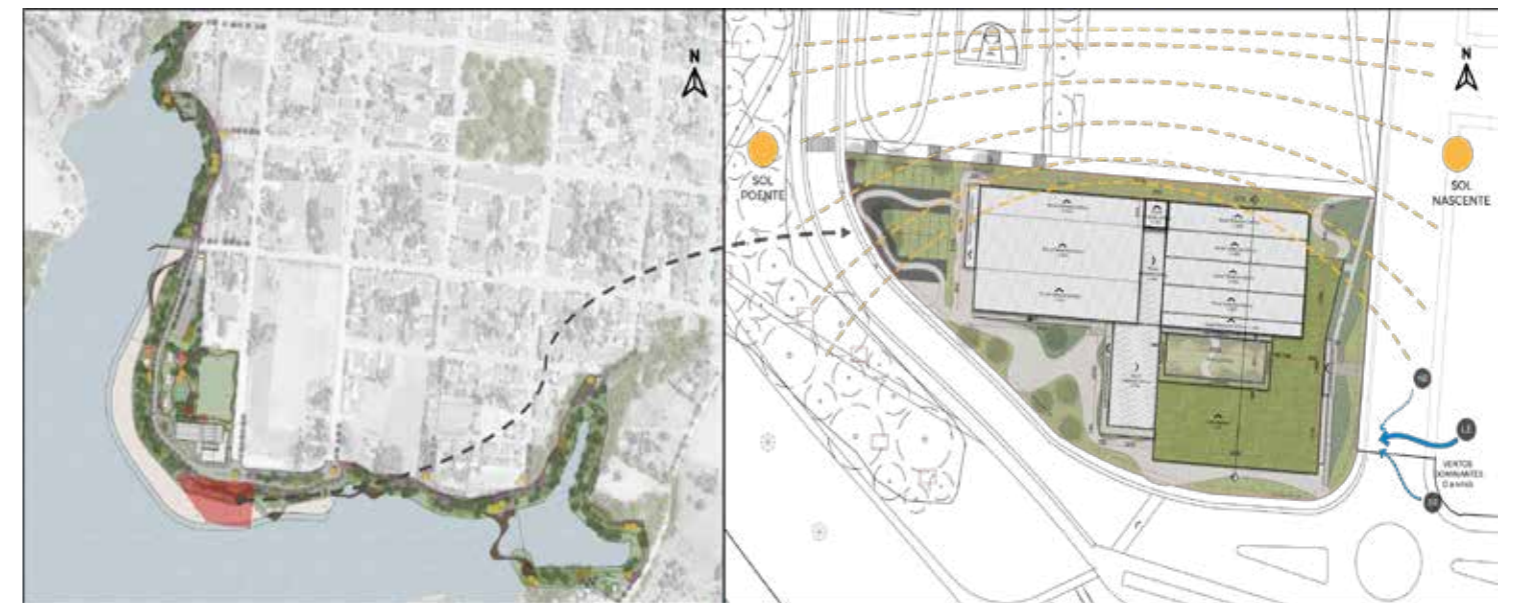


que foram aplicados na edificação através das empenas em gabião no volume social, os painéis perfurados e lisos nos volumes esportivos e os cobogós em áreas internas e externas onde se desejava ventilação constante. Nesses elementos utilizou-se uma coloração marrom avermelhada, remetendo à terra vermelha do local. Além disso, a vedação em concreto pré-moldado recebeu acabamento em chapisco rústico cinza claro, com o intuito de suavizar os tons da edificação e contrastar com os elementos avermelhados.

Considerações finais

A partir do estudo, percebeu-se a falta de estudos paisagísticos e urbanísticos voltados aos municípios de pequeno porte. Isso evidencia-se na dificuldade em encontrar referências projetuais de espaços públicos nas cidades pequenas.

A dificuldade em encontrar projetos compatíveis com a escala adotada funcionou



como uma diretriz para o estudo em questão, na medida em que se buscou através do projeto valorizar as especificidades de uma cidade pequena do interior gaúcho. Entre elas, destacam-se a paisagem natural, a proximidade com a natureza e com o campo, a cultura e os costumes da população.

Dessa forma, acredita-se que a proposta alcançou os objetivos propostos através de um projeto compatível com a realidade e com as demandas locais, enaltecendo a paisagem e a cultura existentes em um município de pequeno porte.

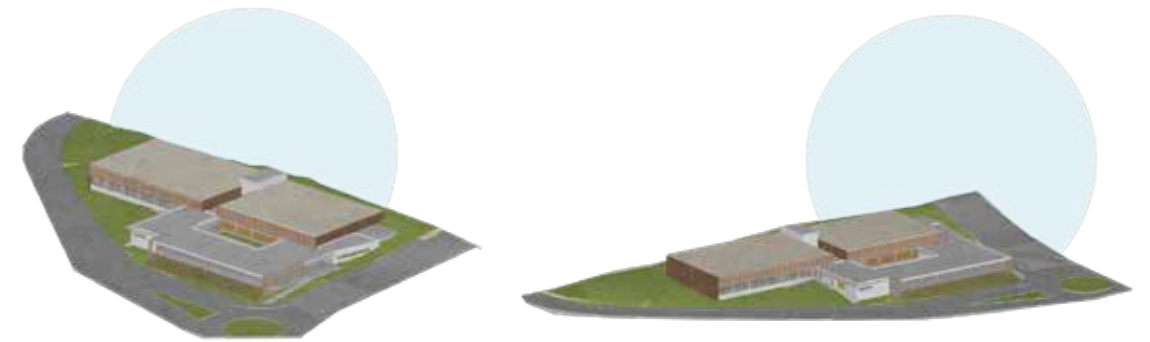
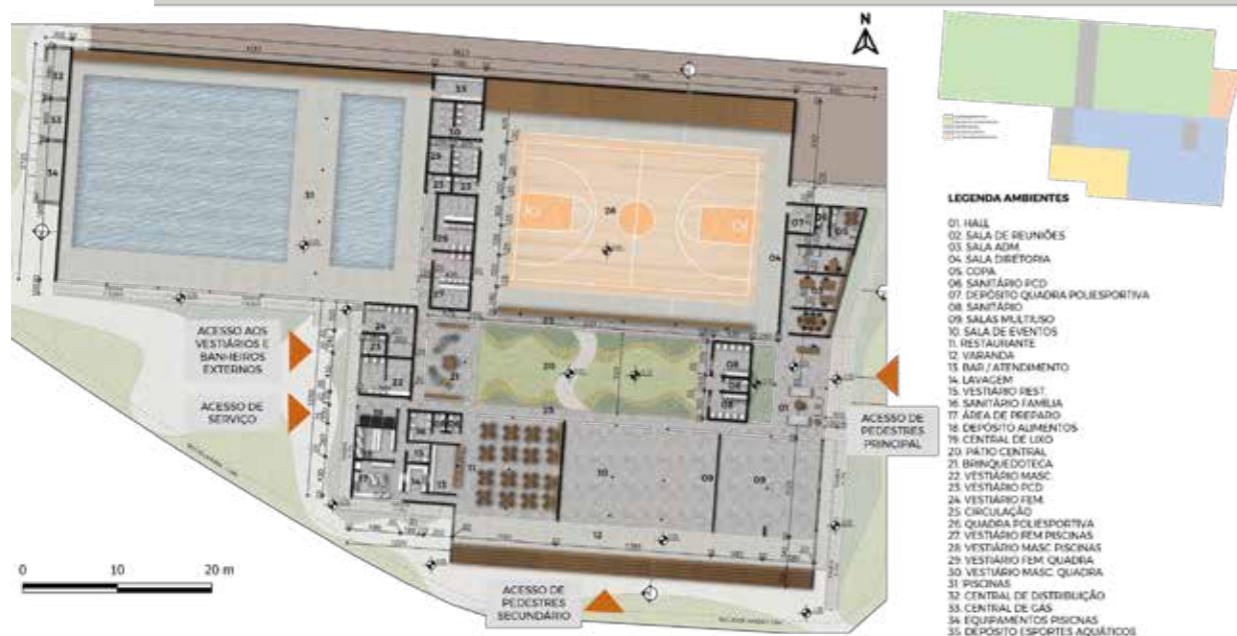
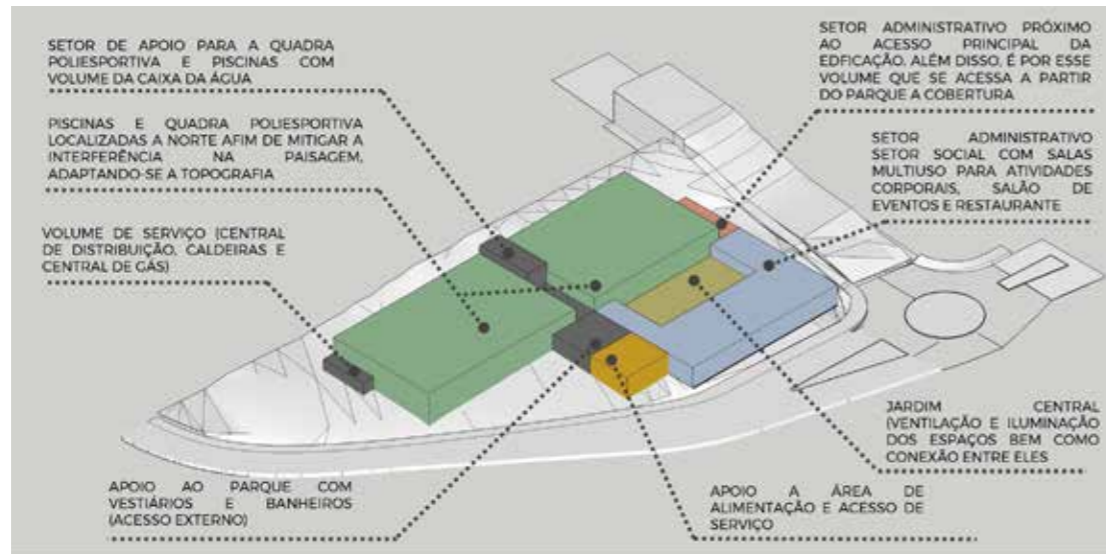
Com o intuito de dar continuidade à proposta, o projeto será entregue a Prefeitura Municipal de Roque Gonzales como forma de agradecimento pelo auxílio prestado durante o processo. Mas para além disso, busca-se com isso fomentar os investimentos na área de intervenção bem como os estudos de espaços públicos em tipologias urbanas de pequeno porte.

Figura 23 – a) Local de implantação da edificação dentro do parque b) Implantação da edificação e sua relação com o entorno. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 24 – Conceito da edificação e sua materialização. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 25 – Perspectiva isométrica da edificação com respectivo zoneamento de usos. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 26 – Planta baixa da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Referências

- ANEEL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil - 3ª edição*. Brasília. ANEEL. 2008.
- BAPTISTA, Márcio.; CARDOSO, Adriana. *Rios e cidades: uma longa e sinuosa história...* Revista UFMG, v. 20, n. 2, p. 124–153, 2013.
- BATISTA, Alisson. *Arquitetura Social e inclusiva: a importância dos espaços públicos destinados à cultura e ao lazer em cidades de pequeno porte*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário de Maringá.
- BRASIL. *Constituição Federal*, Art 6º. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. > Acesso em: 24 maio. 2021.
- COLITO, Maria Clementina E. *A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço - comunidades rurais ameaçadas pela U.H de Jataizinho - Rio Tibagi/Pr*. Serviço Social em Revista, v. 2, n. 2, p. 275–285, 2000.



CUTI, Aurielle Fogaça; NAOUMOVA, Natália. *A paisagem da cidade pequena: a variabilidade visual experienciada pelo caminhar*. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 3, n. 11, p. 201-217, primavera de 2019.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo. Perspectiva, 2000. 28-50

IBGE. *IBGE | Cidades | Rio Grande do Sul | Roque Gonzales | Panorama*, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/roque-gonzales/panorama>>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos de lazer - uma introdução*. Campinas. Editora Autores Associados, 1950.

PELLEGRIN, Ana de. *Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer*. 1999. Dissertação de mestrado em Educação Física na área de concentração "Estudos do Lazer." Universidade Estadual de Campinas.

PELLEGRIN, ANA de. *Espaço de lazer*. In: GOMES, Christianne Luce. *Dicionário Crítico do Lazer*. Autêntica, 2004. 16, p. 73-75.

PONDÉ, Milena Pereira. CAROSO, Carlos. *Lazer como fator de proteção da saúde mental*. Revista de Ciências Médicas. Campinas. v. 12, n. 2, p. 163–172, 2003.

REYNOSO, Arsenio Ernesto Gonzáles. MUÑOZ, Lorena Hernández Z, COHEN, Manuel Perló SAENZ, Itxkuauhtli Zamora. *Rescate de ríos urbanos: Propuestas conceptuales y metodológicas para la restauración y rehabilitación de ríos*. México, 2010.

SOARES, Vânia Ribeiro. *Impactos sociais causados pela construção de hidrelétricas em populações ribeirinhas na zona da Mata Mineira: o caso específico da Usina Hidrelétrica Candonga – Rio Doce/ Santa Cruz Escalvado – Minas Gerais*. 2009.

Figura 27 – Esquema isométrico da volumetria da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021). Figura 28 – Perspectivas externas da edificação. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Monografia para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. *Fundamentos de Paisagismo – Desenho Urbano*. Porto Alegre. Bookman. 2012.

ESPAÇOS LIVRES E DINÂMICAS URBANAS

O caso da orla ferroviária de Carazinho/RS

FREE SPACES AND URBAN DYNAMICS
The case of the Carazinho/RS railway border

Ernestina Rita Meira Engel¹ e Renata Franceschet Goettems²

Resumo

Os sistemas de espaços livres, juntamente com a forma urbana, são elementos estruturadores dos espaços urbanos. Os estudos sobre o tema possuem relevância no planejamento de cidades pequenas e médias, visto o elevado número de estudos em cidades de grande porte. O trabalho objetiva o estudo da orla ferroviária da cidade de Carazinho, no Noroeste Rio-Grandense, buscando compreender a inserção da ferrovia enquanto espaço livre e sua relação com o entorno urbano. Compreende-se que as ferrovias, e espaços adjacentes, conformam espaços livres importantes nas dinâmicas urbanas, merecendo atenção quanto ao planejamento. Como metodologia, baseou-se em conceitos de autores contemporâneos, embasando estudos sobre espaços livres e subsidiando análises sobre morfologia urbana, uso do solo, aspectos socioespaciais, entre outros. Com base nas análises, poderá ser avaliada a qualidade ambiental dos espaços urbanos, e potencial da orla ferroviária em integrar um sistema de espaços livres de conexão na malha urbana.

Palavras-chave: espaços públicos, ferrovia, espaços livres, cidades pequenas.

Abstract

Open space systems, together with urban form, are structuring elements of urban spaces. The studies on the subject have relevance in the planning of small and medium-sized cities, given the high number of studies in large cities. The work aims to study the railroad border of the city of Carazinho, in the Northwest of Rio Grande do Sul, seeking to understand the insertion of it as a free space and its relationship with the urban environment. It is understood that railroads, and adjacent spaces, constitute important free spaces in urban dynamics, deserving attention as to planning. As methodology, it was based on concepts of contemporary authors, basing studies on free spaces and subsidizing analysis on urban morphology, land use, socio-spatial aspects, among others. Based on the analyses, the environmental quality of urban spaces can be evaluated, as well as the potential of the railway embankment to integrate a system of connecting free spaces in the urban network.

Keywords: public spaces, railroad, open spaces, small towns.

Introdução

O desenvolvimento de diversas regiões do Brasil foi impulsionado pela instalação e consolidação das ferrovias. No caso do estado do Rio Grande do Sul, diversas cidades tiveram o seu processo de urbanização decorrente da instalação do modal ferroviário (ENGEL; GOETTEMS, 2020). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE, 2002), no estado, o período de apogeu do modal iniciou em 1897, com a instalação da primeira ferrovia, permanecendo em plena atividade até a década de 1950, quando iniciou a substituição gradual do meio de transporte para o modelo rodoviário.

Assim como outras cidades, em Carazinho a ferrovia teve importância em seu processo de desenvolvimento e conformação. A vila inicial cresceu às margens desta, desenvolvendo um núcleo urbano como resposta ao impulso econômico gerado pela instalação da ferrovia. Inaugurada no ano de 1897, a ferrovia teve papel fundamental no crescimento da vila, que se emancipou no ano de 1931 (PREFEITURA DE CARAZINHO, 2018).

A partir de sua emancipação, e com sua economia baseada no escoamento da produção agrícola, da madeira e da carne pelo transporte ferroviário, Carazinho tendeu a um rápido crescimento populacional e da malha urbana até meados de 1980, diminuindo seu ritmo até a década de 2000. Momento em que parece ter atingido a estabilidade quando se analisam os dados da série histórica do IBGE Cidades (2010) e comparadas as imagens de satélite onde se identifica a mancha urbana do local.

Com base nos fatores apresentados, é importante o estudo das ferrovias e seus espaços adjacentes, compreendendo seu processo de desenvolvimento desde a instalação até a desativação. Após a substituição do modal e seu completo desuso, os espaços que antes serviam de percurso aos trens passaram a conformar espaços livres para apropriação dos transeuntes. No caso da cidade de estudo, os espaços de orla são, de forma geral, acessíveis em toda a parte urbana, estando presentes nas dinâmicas da urbe, seja através da proximidade com vias e eixos estruturados, e também a partir dos conflitos de uso das áreas do entorno. Entende-se que é fundamental o estudo de suas condicionantes e relações, buscando um planejamento dessas áreas que configurem a orla ferroviária e são importantes para as dinâmicas locais. As ferrovias

[...] configuram-se como elementos marcantes na paisagem urbana, caracterizadas pelos afastamentos ao seu redor e também a pouca variação de relevo existente ao longo dos trilhos, conformando espaços livres de importância nas dinâmicas urbanas. Dessa forma, possuem grande potencial de conexão de espaços, marcados desde sua implantação, quanto pela localização privilegiada e possível conexão com outros espaços da cidade. Assim, podem vir a constituir um sistema de espaços livres, que deve ser trabalhado de forma a criar uma paisagem urbana que permita o desenvolvimento de cidades vivas, seguras e convidativas (ENGEL; GOETTEMS, 2020, p. 227).

O trabalho tem como objetivo principal analisar a conformação da ferrovia enquanto espaço livre na cidade de Carazinho, entendendo as dinâmicas oriundas de sua inserção, além de suas relações com o entorno urbano. Além disso, compreender como os sistemas de espaços livres se conformam em cidades de porte pequeno, como a cidade de estudo. Ainda, procurou-se compreender o papel do espaço adjacente às

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul.

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo, docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Erechim.

instalações ferroviárias no planejamento da cidade, podendo atuar com o potencial de elo/ligação para o desenvolvimento de um sistema de espaços livres urbanos. Por conseguinte, as análises do trabalho tem como enfoque as questões relacionadas a conformação urbana e, principalmente, a análise da orla ferroviária enquanto um espaço articulador de espaços públicos, podendo funcionar como uma conexão importante.

Sistemas de Espaços Livres e as possibilidades de estudo em cidades pequenas e médias

Os estudos sobre os espaços livres vêm crescendo ao longo do tempo, e, apesar de se concentrarem em cidades de grande porte, as análises desses espaços são importantes ferramentas de planejamento e entendimento das dinâmicas urbanas. As definições e categorizações acerca da natureza desses espaços são múltiplas. Segundo Magnoli (2006, p. 179), “o espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado”. Para Macedo (1995, p. 16), “no contexto urbano tem-se como espaços livres todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas”, entre outros espaços, sejam de circulação ou de lazer.

A partir da definição principal, surgem outras diversas nomenclaturas e categorias, como é o caso dos espaços livres públicos, espaços livres privados, e também os sistemas de espaços livres, através do agrupamento de diferentes espaços na malha urbana, formando um todo coeso. Para Queiroga e Benfatti (2007, p. 86):

Os espaços livres urbanos formam um sistema, apresentando, sobretudo, relações de conectividade, complementaridade e hierarquia. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação, a drenagem, atividades do ócio, convívio público, marcos referenciais, memória, conforto e conservação ambiental, etc. O sistema de espaços livres de cada cidade apresenta um maior ou menor grau de planejamento e projeto prévio, um maior ou menor interesse da gestão pública num ou noutro sub-sistema a ele relacionado.

Partindo para a conceituação de espaços livres públicos, entende-se que eles possuem importância, tanto como elementos articuladores, quanto como local das relações sociais. Assim, são pontos de inter-relação entre as diversas dimensões da vida urbana. Entende-se que a qualidade da vida urbana de uma cidade está intrinsecamente ligada à oportunidade e qualidade das atividades encontradas em seus espaços públicos (GEHL, 2015; JACOBS, 2011). Segundo Magnoli (2006, p. 182):

A qualidade do espaço urbano, um dos fatores da qualidade de vida urbana, é seriamente influenciado pela configuração física do espaço livre: como pode ser simplesmente decorrente do desenho do espaço edificado? O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência.

O planejamento dos espaços livres públicos, e a constituição de sistemas, com atributos de complementaridade e hierarquia, contribui para a qualidade do espaço e também para sua legibilidade. O espaço deve possuir atributos que o qualifiquem, levando ao maior uso por parte da população e também sua identificação com ele, a partir de uma imagem legível (LYNCH, 2011).

No caso das ferrovias, além do seu papel enquanto espaço livre, há as questões referentes à memória e a identificação da população com o local. Schlee *et al.* (2009, p. 243) afirma que:

Ao estudarmos espaços [...], estaremos sempre associando seus significados quanto à estrutura, função e lugar a uma base física, visando referenciar, quantificar, qualificar e definir atributos de valoração social, ambiental e cultural a eles associados.

Sendo assim, um bom planejamento de espaços livres deve levar em conta as diversas escalas e variáveis que compõem as condicionantes urbanas. Para além de fatores como morfologia urbana, hierarquia viária e dinâmicas espaciais, deve-se partir para a pesquisa, compreensão e interpretação de fatores sociais, culturais e econômicos que condicionam e dão forma ao lugar.

No caso das cidades pequenas, nota-se a pouca preocupação com o tratamento dos espaços livres e com sua qualificação. Devido a dimensão das cidades desse porte, os agravantes e conflitos oriundos da falta de planejamento se apresentam em menor grau, em comparação a cidades maiores. Dessa forma, o potencial de aplicação de diretrizes e melhorias ambientais é um fator a ser explorado nas questões de gestão e planejamento.

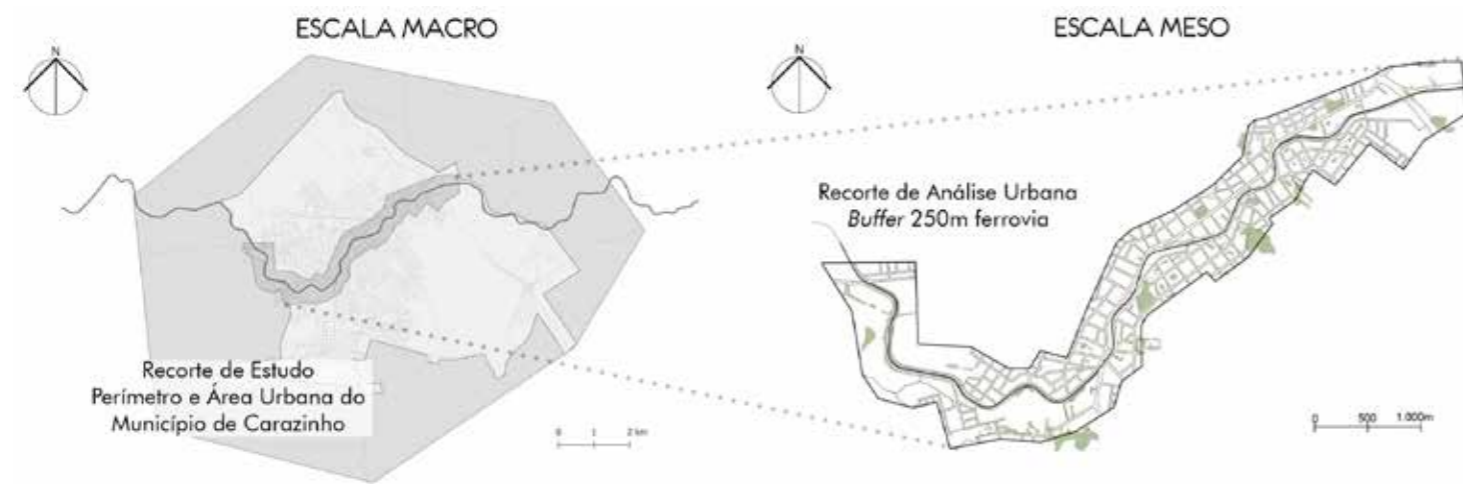
Cada vez mais torna-se necessário o estudo de cidades pequenas e médias e suas relações espaciais. Segundo Soares e Melo (2010, p. 235), “o estudo das cidades médias ainda apresenta uma série de desafios a serem enfrentados pelos planejadores e pesquisadores”. Também são apresentados critérios referenciais para o estudo de cidades desse porte, que incluem a análise da formação socioespacial e os indicadores econômicos, de centralidade e níveis de acessibilidade (SOARES; MELO, 2010).

Pode-se afirmar que é evidente o papel que as cidades pequenas e médias desempenham em suas regiões e a importância do entendimento das dinâmicas em uma escala diferente de grandes cidades e metrópoles (SOARES; MELO, 2010). Entendendo o espaço livre como principal constituinte das cidades, o seu estudo permite compreender quais as condicionantes impostas, quais as relações de uso e ocupação, e, principalmente, a qualidade do espaço e dos sistemas, criando subsídios para um planejamento voltado à essa escala de urbanização.

Metodologia

A metodologia do trabalho compreende as etapas de estudo de caso, referencial bibliográfico, embasamento e análises urbanas, através de mapas temáticos. O estudo de caso se desenvolveu na cidade de Carazinho/RS, o qual resultou em uma pesquisa de referencial bibliográfico que teve como objetivo a busca pela história da cidade a partir da perspectiva da ferrovia como fator principal para o desenvolvimento urbano local, compreendendo as alterações nas dinâmicas com o passar do tempo, a inserção da ferrovia na malha urbana e as suas consequências espaciais. Assim, foram consultados livros, artigos e também o acervo do Museu Olívio Otto, a partir da busca de imagens, jornais, mapas e elementos importantes da história da cidade.

Na etapa de embasamento e consulta teórica, procurou-se referências de estudos sobre espaços livres e a forma urbana, a partir de autores como Macedo (1995) e Magnoli (2006). Além disso, na pesquisa teórica, buscou-se estudos que auxiliassem



na compreensão das discussões existentes sobre espaços livres e espaços públicos, no contexto geral, e também em cidades pequenas. Além disso, o referencial buscou entender como a ferrovia se conformou e se conforma enquanto espaço livre.

A etapa seguinte, de análise urbana, possui como foco compreender as relações espaciais impostas à orla ferroviária, em seu trecho urbano, através dos estudos de morfologia, estrutura urbana e aspectos socioespaciais. Os diagnósticos realizados no trabalho acontecem em duas escalas: macro (área urbana) e meso (orla ferroviária) (Figura 1).

Para a escala macro, considerou-se como delimitação os atuais limites da área urbanizada. Já para a escala meso, adotou-se um recorte a partir de um *buffer* de 250m do eixo da ferrovia. Para essa área, foram trabalhadas análises de diversos aspectos, além dos conceitos acerca do espaço urbano e seus atributos, abordados por Gehl (2015), Jacobs (2011), Speck (2017) e Lynch (2011).

Na escala macro, as análises buscam compreender como o espaço de orla se relaciona com o entorno urbano, e como os espaços livres estão distribuídos na malha urbana. O primeiro mapeamento foi o da evolução da área urbana, realizada a partir de mapas e imagens de satélite, aproximadamente, a cada 10 anos. As imagens de satélites disponíveis para a cidade são datadas de 1984 em diante. Em consequência disso, o mapeamento do ano de 1938 foi realizado por estimativa a partir de mapas físicos encontrados no acervo do Museu Olívio Otto. Assim, houve o mapeamento de praças e áreas verdes, juntamente com elaboração do mapa de hierarquia viária, que mostra os principais eixos viários e sua relação com a ferrovia.

Na escala meso, da ferrovia, houve uma aproximação do mapa de praças, áreas verdes e hierarquia viária, como forma de compreender como são as dinâmicas do espaço de ferrovia. Como aspecto socioespacial, realizou-se o mapa de renda por setor censitário, através dos dados disponibilizados pelo Censo IBGE 2010 (IBGE, 2010a), levando em conta o salário mínimo vigente atualmente.

Como forma de visualizar as dinâmicas de espaços edificados e livres, há o mapa de cheios e vazios. Nesse mapa, também estão apresentadas as faixas de domínio e área não edificável, a fim de compreender os conflitos presentes. Para as dinâmicas de uso e verticalização, realizou-se o mapeamento de usos e gabaritos, a partir da

predominância por quadra. No caso do mapa de usos, pontuou-se os usos institucionais, de indústrias e cooperativas. Já no mapa de gabarito, foram pontuadas edificações em altura (com mais de cinco pavimentos), para entender como a verticalização está acontecendo na cidade.

Ainda na escala da ferrovia, pontuou-se elementos importantes na formação da imagem da cidade, apontados por Lynch (2011). No mapa estão presentes os conceitos de cruzamentos, pontos nodais, marcos visuais e também os edifícios considerados patrimônio industrial/ferroviário no espaço da orla.

Os mapeamentos e produção gráfica foram realizados utilizando a plataforma SIG (Sistemas de Informações Geográficas) denominada Quantum Gis (QGis), versão 3.12. As informações foram construídas e editadas a partir de banco de dados municipal, tendo como base os dados georreferenciados do cadastro imobiliário municipal (GEOMAIS, 2019), havendo complementação quanto aos elementos de análises específicas. Partindo dos mapas produzidos e do embasamento teórico, foi possível traçar panoramas e analisar como o espaço de orla se constitui atualmente e sua influência enquanto espaço livre nas dinâmicas da cidade.

Carazinho: evolução urbana e contexto do espaço de orla ferroviária

A cidade de Carazinho tem população estimada de 62.265 para o ano de 2020, de acordo com o IBGE CIDADES (2020), e população de 59.317 segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010a). Existe, atualmente, dificuldades quanto à definição do tamanho das cidades com relação à demografia, pois a dimensão populacional de referência pode variar de acordo com a escala de análise (CONTE, 2013). Assim, nesse estudo, a cidade de Carazinho está sendo avaliada como uma cidade pequena, tendo em vista classificações que consideram médias cidades com aglomerações acima de 100 mil habitantes (SANTOS, 2020).

Entretanto, apesar de ser uma cidade pequena, Carazinho exerce influência sobre as cidades do entorno, caracterizando relações de complementariedade com várias cidades menores. De acordo com Sposito e Silva (2013, p. 17), “a cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros”.

Localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, e inserida na Mesorregião denominada Noroeste Rio-Grandense (Figura 2), Carazinho surge enquanto vila/núcleo urbano no ano de 1857, quando passou a ser distrito da cidade de Passo Fundo. Na época, era denominada Jacuhyzinho. O início oficial do povoado se dá no ano de 1872, com a construção da primeira capela, e a posterior doação de terras para o povoado, em 1880 (PREFEITURA DE CARAZINHO, 2018).

Em 1897 aconteceu a inauguração da ferrovia, e sua estação provisória, na época operada pela empresa Sud Oest. A linha, pertencia ao trecho Santa Maria – Marcelino Ramos, e ligava a cidade à Cruz Alta e Passo Fundo. No ano de 1937, foi edificado a estação permanente, em alvenaria, como substituição à estação anterior, construída em madeira. A nova estação possui traços Art Déco (Figura 3), e permanece até os dias atuais (WOLF, 2005; IPHAE, 2002).

Figura 2 - Localização ferrovias e Rio Grande do Sul no Brasil (1). Localização de Carazinho e Ferrovias no Rio Grande do Sul (2). Localização da área urbana, perímetro urbano e ferrovia em Carazinho e principais ligações (3). Sem escala. Fonte: ENGEL; GOETTEMES, 2020.

Figura 2 - Localização ferroviária e Rio Grande do Sul no Brasil (1). Localização de Carazinho e Ferrovias no Rio Grande do Sul (2). Localização da área urbana, perímetro urbano e ferrovia em Carazinho e principais ligações (3). Sem escala. Fonte: ENGEL; GOETTEMES, 2020. Figura 3 - Trem e depósitos de madeira (esquerda); Vista da Ferrovia e estação definitiva, inaugurada no ano de 1937 (direita). Fonte: Acervo Museu Olívio Otto de Carazinho/RS, consultado em 2020. Figura 4 - Fotografia do Mapa de Carazinho – ano de 1938; área de ferrovia em destaque (pela autora). Fonte: Acervo Museu Olívio Otto de Carazinho/RS, consultado em 2020.

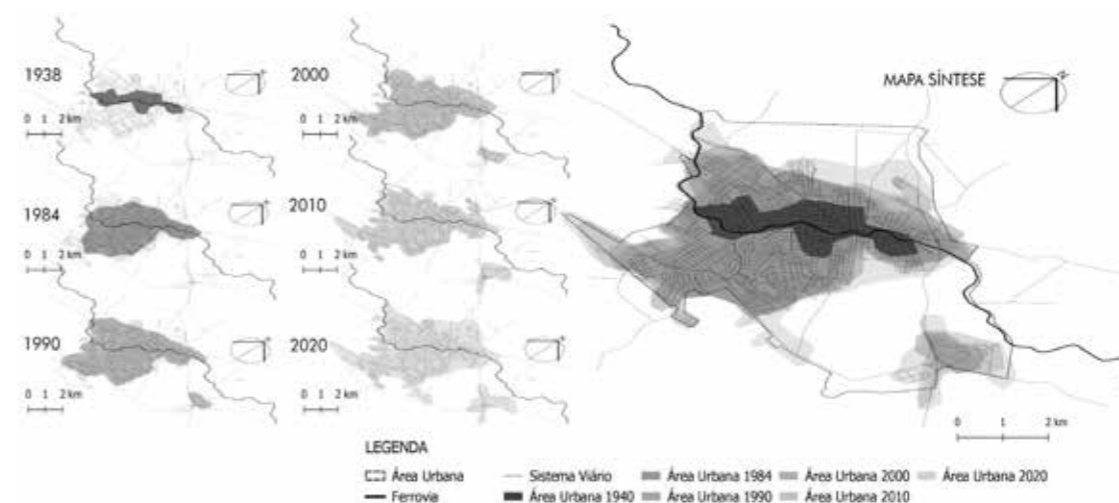


Figura 5 - Mapa de evolução da área urbana a partir de imagens de satélite e mapas. Fonte: ENGEL; GOETTEMES, 2020.

A ferrovia trouxe desenvolvimento ao povoado, gerando rápido crescimento econômico e populacional. A partir de sua instalação, houve a implantação de serralherias, comércios, hotéis e das primeiras indústrias. Esses fatores, aliados à chegada de imigrantes alemães e italianos, foram os principais responsáveis pelo progresso da cidade. Os bens transportados na cidade incluíam a madeira, os grãos, a farinha de mandioca e a pastagem. Os itens de destaque, das décadas de 1920 a 1950, foram o gado de corte, com a presença de grandes frigoríficos, e a madeira (Figura 3), explorada pelos imigrantes italianos e alemães (O RESGATE, 1999).

A cidade se elevou à categoria de município somente no ano de 1931 (PREFEITURA DE CARAZINHO, 2018). Nota-se que no ano de 1938 (Figura 4), o núcleo central já se encontrava consolidado, com o surgimento de novos parcelamentos ao longo do caminho da ferrovia.

Além do transporte de carga, haviam na linha vagões para passageiros, até a década de 1980, quando houve a desativação desse tipo de transporte em todo o estado (WOLF, 2005). Com a situação de diminuição de uso gradual, passou-se a transportar somente grãos, no trecho ainda em atividade, operado pela América Latina Logística S/A (GIESBRECHT, 20--).

A partir da análise do desenvolvimento urbano, e fatores socioeconômicos, ao se espacializar o crescimento da malha urbana (Figura 5), nota-se que a mancha inicial relaciona-se diretamente com a ferrovia. Entre 1980 e 2020, o crescimento foi desacelerado, criando uma área urbana bastante consolidada, tendo ainda possibilidades de crescimento dentro dos limites planejados e previstos em plano diretor. Da década de 1990 até os dias atuais, a expansão urbana ocorreu de forma mais lenta, mesmo com o crescimento populacional, identificando-se assim um adensamento populacional, principalmente na área central, com o processo inicial de verticalização.

Como a área urbana da cidade se desenvolveu ao longo da ferrovia, podem ser identificados diversos conflitos, além de iniciativas para melhorar a ambiência local. No ano de 2005, a Prefeitura adquiriu a área de manobras próximo da estação, na época da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA. O objetivo era criar o projeto *Reurbanização da Gare*, que aconteceu no ano de 2007, propondo alterações no fluxo de veículos, a criação de um terminal de ônibus coletivo urbano e uma praça (O OLHAR, 2007).



Figura 6 - Praça da Gare, vista para Avenida Mauá (esquerda); Área de Ferrovia, com vista para a estação ao fundo (direita). Fonte: Acervo próprio, 2020.

O espaço possui alguns mobiliários e equipamentos. Entretanto, criou-se muros e painéis de separação entre a praça e a ferrovia, que gera um limite de acesso (Figura 6). Nota-se que, no projeto, a prioridade foi dada ao veículo, resultando em um espaço pouco utilizado pela população e com pouca qualidade ambiental ao pedestre. Ainda, o limite criado entre a praça e a via com a ferrovia, associados ao abandono de cuidados do espaço de orla, acabou gerando um espaço sem uso.

Entre os anos de 2015 e 2017, aproximadamente, houve a desativação do trecho de Carazinho por completo. A empresa continua com algumas linhas em operação, como o caso da cidade vizinha, Passo Fundo. No ano de 2019, por iniciativa do poder público municipal, houve a proposta de retirada dos trilhos para criação de uma avenida, que não seguiu adiante. Após, para utilizar o espaço dos trilhos, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto de ciclovia, ainda sem informações e detalhes (TAVARES, 2019).

Atualmente, o espaço da orla encontra-se sem tratamento e cuidados. Além disso, em toda a extensão urbana, existem construções na área de faixa de domínio e área não edificável, agravando os conflitos de sua instalação. As iniciativas de melhorar o espaço partem sempre da perspectiva do veículo, devendo ser pensadas maneiras de um planejamento integrado com outros espaços livres e com foco na escala do pedestre.

Resultados e discussão

A etapa de análises inicia pela escala macro, que considera o município como um todo e suas relações, buscando compreender a inserção dos espaços livres e como o espaço de orla se insere nessas dinâmicas.

A Figura 7 representa, através de mapa, como estão distribuídos os espaços livres na malha urbana. A partir da análise das praças e seu raio de abrangência, nesse caso de 250m (considerou-se condições de caminhabilidade para esse raio), nota-se que a cidade não está totalmente atendida. O mapeamento identificou um total de 19 praças, que se concentram em áreas centrais e bairros residenciais adjacentes à área central. Apesar disso, algumas praças não possuem mobiliários e condições suficientes para serem apropriadas por parte da população, confirmando ainda mais a necessidade de espaços públicos de lazer na cidade. Quanto ao Parque Municipal João Alberto Xavier da Cruz, encontra-se em área de entorno rural, e seu acesso não é facilitado a toda a cidade.



Figura 7 - Mapa dos espaços livres, praças, hierarquia viária e áreas verdes - escala macro. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

Já quanto às áreas verdes, a área urbana conta com poucos remanescentes de vegetação urbana, sendo estes mais relevantes na área periférica, onde o parcelamento ainda não foi proposto. Destaca-se que a proximidade das praças poderia ser explorada para criar um sistema de espaços livres em conjunto com a estrutura viária, permitindo e incentivando o deslocamento ativo. Entretanto, entende-se a necessidade de proposição de mais espaços livres (praças, parques, vias qualificadas) nas regiões periféricas a fim de promover a utilização dos espaços públicos e aprimorar as dinâmicas sociais.

Com relação à hierarquia do sistema viário, percebe-se que a cidade possui eixos delimitados e com hierarquia clara. O principal eixo articulador é a Avenida Flores da Cunha, que liga a cidade no sentido norte/sul, e se conecta com rodovias e outras vias arteriais importantes. Ainda, o município possui um grande entroncamento rodoviário, que conta com rodovias federais, como a BR 386 e 285, além das estaduais, facilitando o acesso à cidade. A Avenida Flores da Cunha, encontra-se muito próxima da ferrovia, o que pode potencializar a conexão e a utilização dos espaços livres bem como a diversificação dos modais de deslocamento.

A delimitação de área urbana possui, hoje, espaços de vazios urbanos (Figura 7). Esses espaços têm prioridade de ocupação no Plano Diretor, já com previsão de vias principais e ligações com a atual malha urbana. Assim, nota-se que a cidade possui a preocupação em criar uma área urbana consolidada, evitando o aumento do perímetro urbano. Esse é um fato positivo, visto que contribui para a diminuição de deslocamentos e a otimização das infraestruturas já existentes no limite urbano.

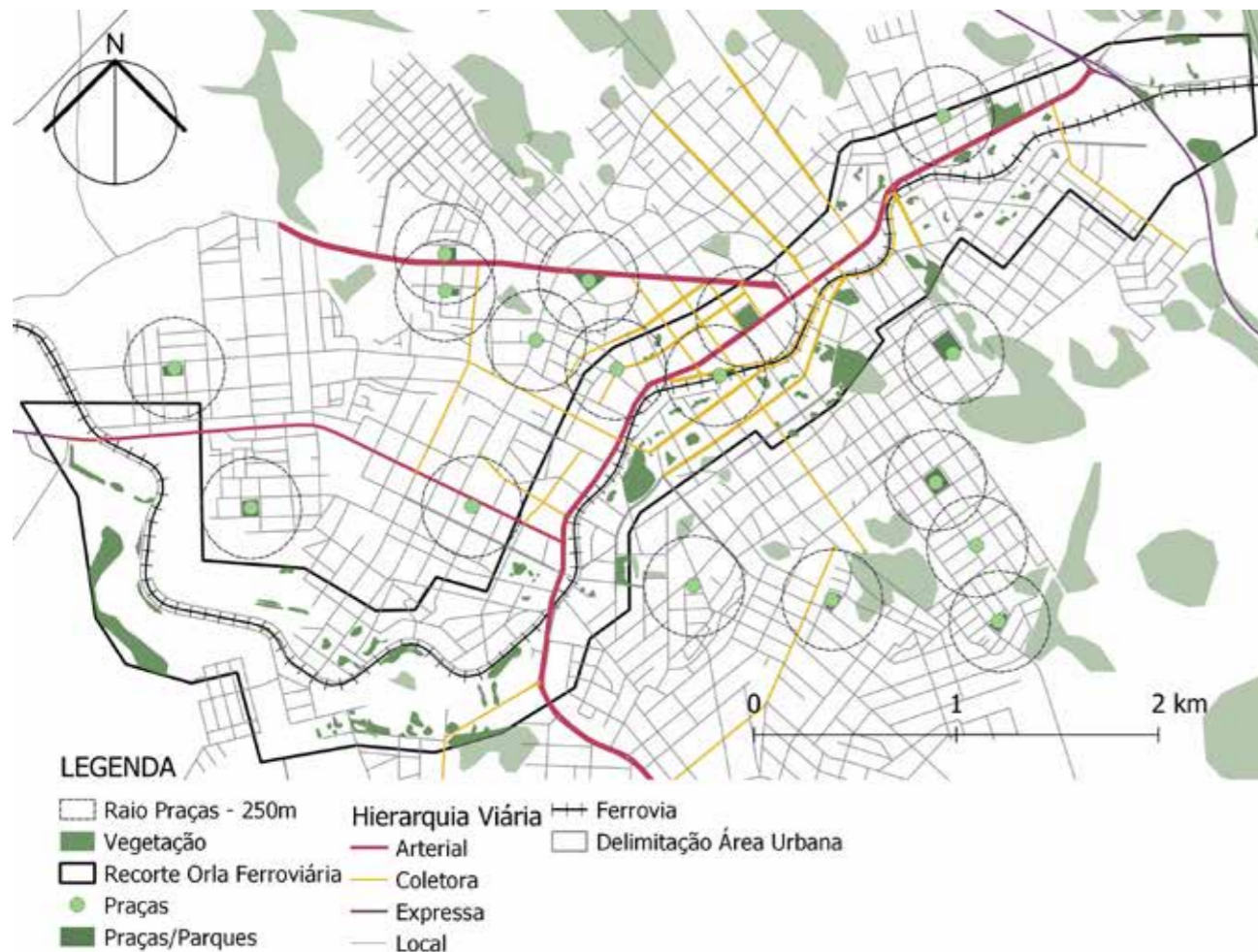


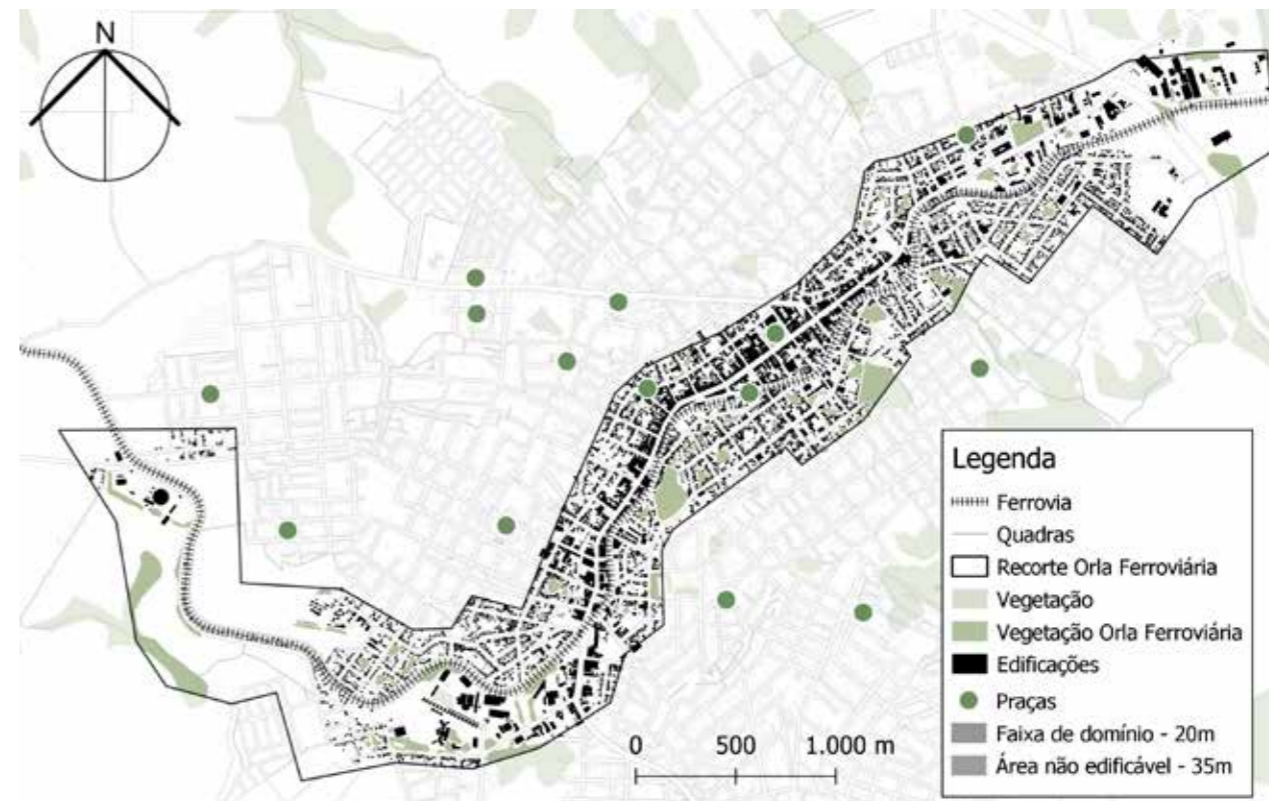
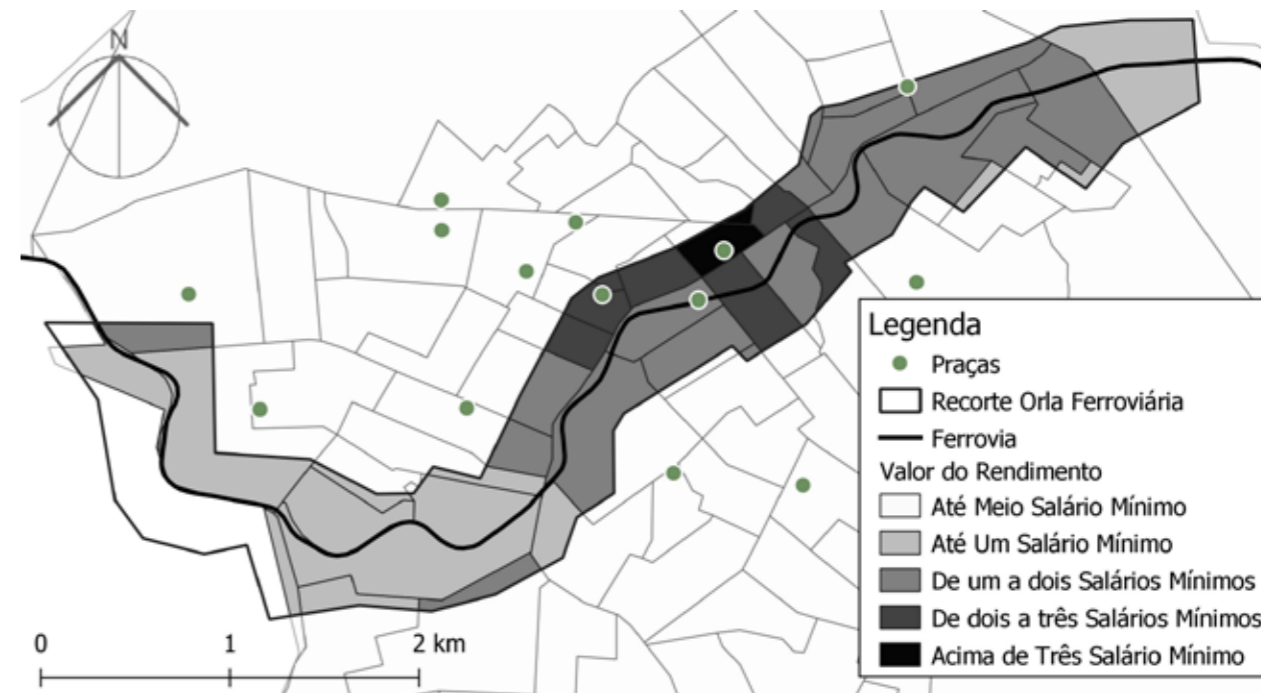
Figura 8 - Mapa dos espaços livres, praças, hierarquia viária e áreas verdes - escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

Quanto à legislação sobre loteamentos urbanos, as diretrizes estão contidas na Lei Complementar nº 174, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Código de Parcelamento do Solo no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO, 2013). De acordo com a lei, existe a obrigação da transferência ao município de áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres para o uso público. Prevê-se que a área destinada a equipamentos comunitários seja de 5%, e para espaços livres de uso público, como áreas verdes, um total de 10%, chegando ao somatório de no mínimo 15% da área total do loteamento. O que, se bem planejado, pode garantir maior acesso da população a espaços livres de convívio e socialização.

Após a análise do panorama dos espaços livres na escala macro, parte-se para a escala de orla, em uma aproximação a partir de um recorte de 250m de diâmetro/buffer a partir da ferrovia (Figura 8).

Com o panorama das praças e sua abrangência, nota-se que o espaço da ferrovia possui potencial em gerar um grande espaço livre público de estar e lazer, que poderia suprir a demanda por atendimento de parte da cidade e se conectar com outros espaços públicos existentes. Com relação aos eixos de ligação e vias, a área de orla possui vias importantes em seu entorno, sendo local de fácil acesso e com presença de infraestruturas (Figura 8).

Partindo para uma visão de múltiplos fatores, e como forma de compreender as relações socioespaciais impostas, realizou-se o mapeamento de renda, a partir dos dados e mapeamentos do Censo IBGE 2010 (IBGE, 2010b), a fim de analisar a relação

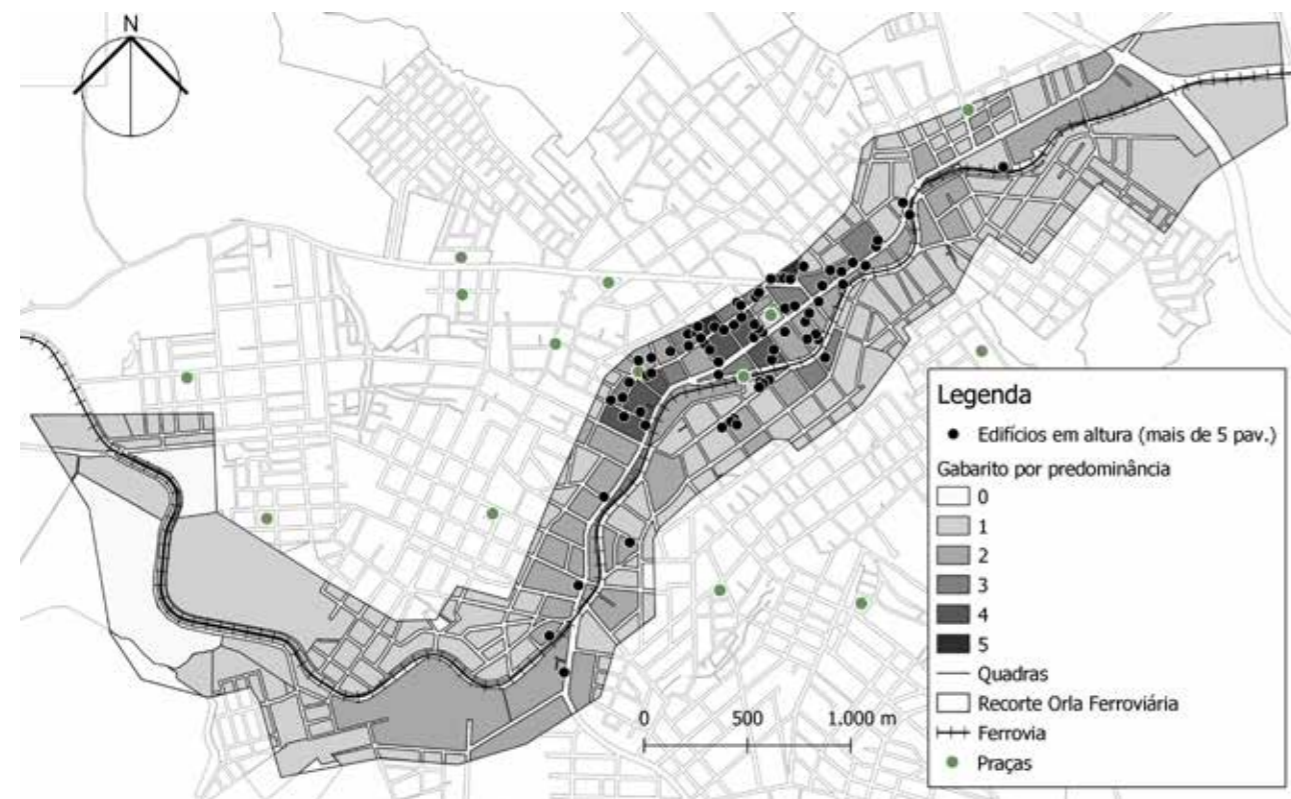


da distribuição de renda ao longo da orla. A categoria utilizada no mapa é o Valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios permanentes (com e sem rendimento), por setores censitários (Figura 9).

Nota-se que os valores mais altos concentram-se em áreas centrais e próximo de eixos importantes. De modo geral, predominam valores médios na orla. À medida em que a ferrovia se aproxima dos limites da área urbana, o rendimento diminui, apresentando valores mais baixos em comparação aos valores centrais. Assim, pode-se afirmar que a dinâmica de renda é bastante diversa em todo recorte urbano da ferrovia.

No mapa de cheios e vazios (Figura 10), é possível compreender as relações entre

Figura 9 - Mapa de renda por setor censitário - escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de IBGE, 2020b; HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019. Figura 10 - Mapa de cheios e vazios e áreas verdes - escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

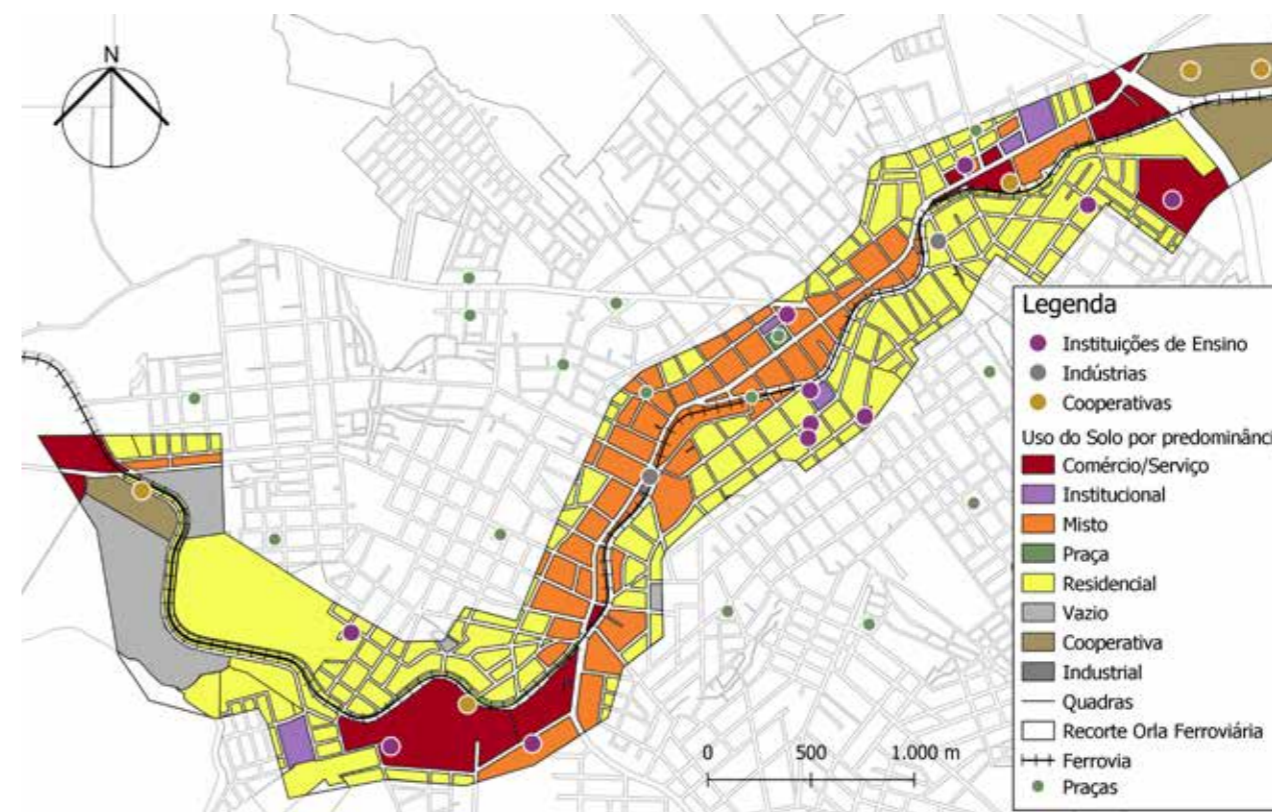


o espaço edificado e os espaços livres da área de orla. Os maiores grãos podem ser encontrados em áreas de cooperativas e silos, como é o caso das bordas dos recortes, e também, em menor expressão, na área central, onde o processo de verticalização está acontecendo. Pode ser identificado também que há grande quantidade de grãos pequenos, que correspondem ao uso residencial.

Outro fator analisado a partir da Figura 10 é a dinâmica imposta pela faixa de domínio e a área não edificável no entorno da ferrovia. Na cidade, a área de faixa de domínio corresponde a 20 (vinte) metros, sendo de responsabilidade da empresa que detém o uso da ferrovia, que é, atualmente a América Latina Logística S/A. Além disso, segundo a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, deve ser reservada uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, posteriores à faixa de domínio, de responsabilidade do Poder Público Municipal (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1979). No total, são 35 (trinta e cinco) metros de área sem ocupação ao redor dos trilhos. Entretanto, com base na espacialização da margem, percebe-se que ocorre ocupação irregular em diversos pontos, tanto em áreas residenciais, quanto em áreas comerciais/centrais, fato que impossibilita a continuação do modal ferroviário na área urbana.

Com relação ao mapeamento de gabarito, a partir da predominância por quadra, nota-se que a cidade está em processo de verticalização gradual, tendo na maior parte da cidade gabaritos que variam de um a cinco pavimentos (Figura 11).

A partir do mapeamento de edificações em altura (mais de cinco pavimentos), é possível perceber que a verticalização na cidade é esparsa, com pontos verticalizados nas em determinadas quadras, mas sem uma predominância, no caso do recorte de estudo. Na Figura 12, é possível traçar um comparativo do processo de verticalização da área central. Nota-se que na década de 2000 havia verticalização inicial, fator que se intensificou nos anos seguintes, criando eixos de adensamento, como o caso da



Avenida Flores da Cunha. Na área de orla, a verticalização permanece em ritmo lento, e grande parte das edificações de caráter histórico permanecem no entorno.

Quanto ao mapeamento de usos (Figura 13), por predominância de quadra, foram utilizadas as categorias comércio/serviço, institucional, misto (residencial/comercial, residencial/serviço e outras variações), praça, residencial, vazio, cooperativas e industrial. De uma maneira geral, os usos que se destacam são o residencial – presente em bairros consolidados e em alguns pontos próximo a ferrovia –, e o misto – principalmente na área central. Nas bordas ou limites da área urbana, concentram-se os usos de cooperativas, implantadas na época de apogeu do transporte ferroviário, e também algumas áreas de vazio urbano. Já a pontuação de uso institucional mostra que existem equipamentos públicos dispersos na área de estudo.

Em seguida, na escala de orla, como processo de compreensão da imagem da área de orla e de sua legibilidade, partiu-se dos conceitos abordados por Lynch (2011) para identificar os elementos marcantes da paisagem do local. Os itens analisados são os cruzamentos (pontos nodais), limites e marcos visuais. Além disso, identificou-se os locais onde existem edificações que podem ser categorizadas como patrimônio,

Figura 11 - Mapa de gabarito por predominância de quadra - escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

Figura 12 - Fotos comparativas da área central. Vista parcial da cidade sentida nordeste/sudoeste - década de 1970 (esquerda); Vista parcial da cidade sentida sudoeste/nordeste - década de 2000 (direita). Fonte: ENGEL; GOETTEMIS, 2020. Figura 13 - Mapa de uso do solo por predominância de quadra - escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

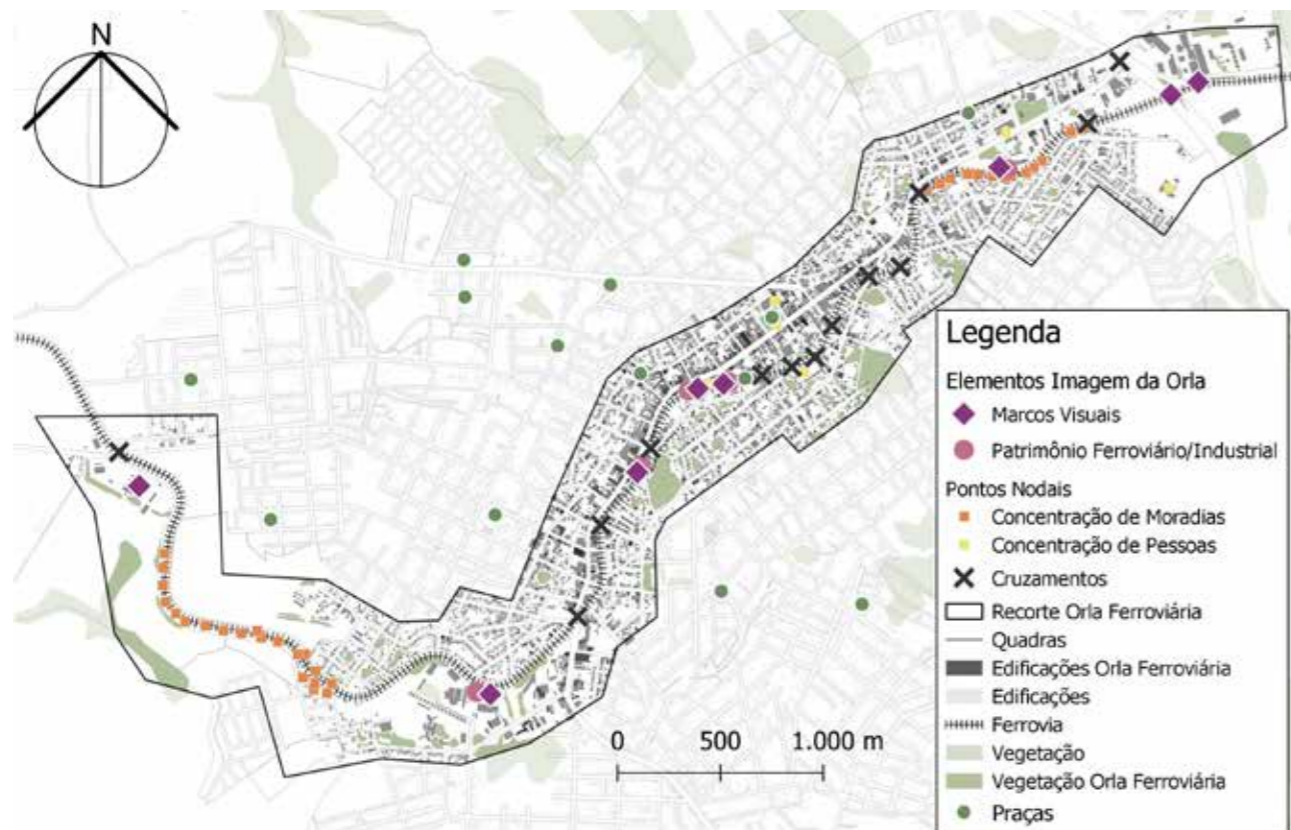


Figura 14 - Mapa de elementos estruturadores da imagem da orla – escala meso. Fonte: elaborada pela autora, 2021, a partir de HASENAK; WEBER (org.), 2010; GEOMAIS, 2019.

industrial ou ferroviário, ao longo da orla.

A análise e compreensão da imagem da cidade realiza uma aproximação com a escala do pedestre, sendo um fator importante na construção de cidades humanizadas e com qualidade ambiental do espaço urbano. Segundo Pellegrino (2000, p. 162), é importante que os atributos da paisagem urbana contribuam para o auto-reconhecimento dos usuários, melhorando as características de habitabilidade, sustentabilidade e também trazendo um novo olhar para os significados da imagem do espaço urbano.

Segundo Lynch (2011), os cruzamentos e os pontos nodais, incluindo suas diversas categorias e características, são pontos de tomada de decisão. A importância desses espaços tem relação direta com a sua localização dentro das configurações urbanas. Nessa análise, serão apresentados os cruzamentos e os pontos de concentração de pessoas e moradias, que se caracterizam como centros das atividades locais. Já os limites, de barreira ou costura, mostram as dinâmicas que são, em sua maioria, lineares. Para Lynch (2011), os limites são elementos de referência lateral, podendo representar a fronteira entre duas áreas. Ainda, identifica-se que podem formar um limite de costura, como é o caso do traçado dos trilhos. Por fim, os marcos visuais foram analisados por seu caráter marcante na paisagem da orla. Segundo Lynch (2011), os marcos são pontos exteriores ao observador e que servem de localização, e se destacam pelo contraste com o meio ou por terem valor simbólico para a população.

Quanto às edificações categorizadas como patrimônio, o mapeamento foi realizado levando em conta a relevância dos bens para a história local e construção da memória coletiva. As ferrovias são consideradas Patrimônio Ferroviário pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), e Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), englobando desde conjuntos arquitetônicos até atividades culturais (IPHAE, 2002; IPHAN, 20--). Reunindo todos os elementos de análise, realizou-se o mapeamento e a síntese gráfica, que pode ser



visualizada na Figura 14.

Os cruzamentos na área de orla configuram-se como pontos onde há encontro entre vias e ferrovia, criando uma interrupção (ENGEL; GOETTEMES, 2020). Os pontos nodais foram analisados como aglomerações de pessoas, que acontecem em locais de grande fluxo como praças, terminal urbano e locais institucionais; e aglomeração de moradias, em áreas com ocupação beira-trilhos.

Quanto aos limites, em sua maioria são físicos, como cercas, muros e edificações que foram construídas, ao longo do tempo, nas margens da ferrovia. Além disso, a vegetação e a topografia geram limites em alguns pontos, tanto físicos quanto visuais. A ferrovia em si poderia atuar como um elemento importante de costura, mesmo que hoje não possua essa função. Mesmo com a existência de limites, a ferrovia direcionou o crescimento do núcleo urbano, e pode se tornar um elemento conector do espaço (ENGEL; GOETTEMES, 2020).

Já aos marcos visuais, em sua maioria são edifícios, como cooperativas e silos, que geram contrastes na paisagem da orla. Assim, os marcos visuais e os edifícios categorizados como patrimônio, existentes em toda a orla, geram continuidade, podendo ser considerada uma característica específica desse local, constituindo sua paisagem (Figura 15).

Pode-se afirmar que análises múltiplas são essenciais no processo de planejamento de espaços livres, inclusive em cidades pequenas e médias. As análises devem sempre ter como foco as escalas aproximadas, buscando entender como as pessoas se relacionam com os espaços livres e qual a construção de imagem que esses locais propiciam. Segundo Pellegrino (2000, p. 162):

Precisamos de uma estratégia para a reinserção desses processos que sustentam a paisagem local, que defina projetos sustentáveis para os espaços livres, a partir do relacionamento que estabelecem entre si, com sua inserção na cidade, e desta na região, que contribua ativamente para a imagem da cidade, que mude o modo mesmo como o ambiente urbano é percebido e usado.

A partir de todos os fatores apresentados e discutidos a partir das análises, é possível compreender que a orla ferroviária da cidade possui grande potencial em atuar como um espaço conector na malha urbana. Esse potencial é facilitado pela sua localização, bem como pelas questões de uso e ocupação do seu entorno, além dos atributos importantes para a constituição da paisagem urbana.

Figura 15 - Marco visual – estação ferroviária, construída em 1937, em estilo Art Déco (esquerda); Patrimônio industrial – edifício Supra/Alisul (direita). Fonte: ENGEL; GOETTEMES, 2020.

Atualmente, diante da perspectiva de desativação do transporte ferroviário na cidade, e a impossibilidade da continuação na área urbana, existe a previsão de desvio da ferrovia em área rural, prevista no Plano Diretor, que possibilitaria uma futura conexão desse modal com outros pontos em funcionamento no estado do Rio Grande do Sul. Assim, o espaço da ferrovia que se encontra na área urbana passa a ser um espaço livre com grande potencial, podendo passar a integrar um sistema de espaços livres públicos. O espaço pode permitir a criação de um parque urbano linear, com espaços qualificados, visando suprir a demanda por espaços públicos de lazer no espaço central, e permitindo a reintegração desse espaço, hoje ocioso, nas dinâmicas urbanas.

Considerações Finais

Os estudos sobre os espaços livres são uma ferramenta importante a ser adotada na tomada de decisões de planejamento em cidades pequenas e médias. Quando ocorre o planejamento com o foco nesses espaços, na constituição de sistemas e na conexão, obtém-se uma melhora nas condições ambientais urbanas e também na relação das pessoas com os espaços que fazem parte de seu cotidiano.

A partir das análises urbanas, nas escalas macro e meso, é possível notar que a orla desempenha papel fundamental nas dinâmicas da cidade de estudo. Dessa maneira, esses espaços possuem grande potencial conector de mobilidade, dada sua extensão e localização privilegiada junto a áreas com boa infraestrutura, visto que a cidade teve a sua instalação como ponto central de crescimento. Cita-se ainda a possibilidade de conectar espaços livres a partir da criação de uma identidade visual, criando uma forte identificação local, que pode ser realizada a partir do projeto de vias com vistas a potencializar os diferentes modais de deslocamento.

As análises relacionam-se com o referencial teórico, o que permite perceber como os aspectos da história do local e suas espacializações estão conectados, mostrando a importância da ferrovia, tanto com relação à memória coletiva, quanto como elemento marcante e estruturador. Além disso, existem inúmeros atributos e características da orla que podem contribuir com a melhora da área urbana como um todo. Tais atributos relacionam-se: (I) ao espaço não edificado, que permite propor projetos de espaços livres públicos para apropriação da população; (II) a existência e conservação dos trilhos em alguns trechos, que ajudam a manter a história e a memória do local; (III) a conservação da estação férrea, um exemplar Art Déco que difere das demais estações projetadas no estado; (IV) a suavidade do terreno junto aos trilhos, que permite deslocamentos e acessos fáceis e em nível; (V) o potencial de criar uma área com movimento de pessoas, tendo em vista que no entorno da orla existem usos mistos, além de (VI) possibilitar a valorização da paisagem urbana do local, remetendo à memória tanto da ferrovia, quanto das indústrias de grãos que são elementos icônicos e marcos visuais na área. Ainda, a análise multiescalar é uma importante ferramenta, que pode dar subsídios a futuras propostas de planejamento e diretrizes urbanas.

Na cidade, nota-se a importância do tratamento do espaço de orla e a solução dos conflitos espaciais de sua instalação, buscando reverter o caráter de abandono e utilizar o potencial que o espaço tem em ser um espaço livre público articulador na malha urbana. Acredita-se que o espaço de orla, hoje sem uso, pode se tornar uma importante área verde urbana de parque, e também se conectar com outros remanescentes de vegetação presentes na área urbana. A criação de um sistema de espaços livres, se bem planejado, pode ser um elemento referencial na paisagem local, e atribuir qualidade ambiental ao espaço.

Referências

- CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades Médias: Discutindo o Tema. *Sociedade e Território*, Natal, v. 25, n. 1, jan./jun. 2013, p. 45-61.
- ENGEL, Ernestina Rita Meira; GOETTEMES, Renata Franceschet. Imagem da cidade: Análise das dinâmicas urbanas da orla ferroviária de Carazinho/RS. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIDADE, PAISAGEM E NATUREZA, 1ª edição, 2020. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cidade, Paisagem e Natureza*, 2020, p. 225-239.
- GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- GEOMAS. *Cadastro Imobiliário e Plano Diretor*. Setor de Geoprocessamento do Município de Carazinho. Geomais Geotecnologia, 2019. Disponível em: <http://server.carazinho.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Município de Carazinho, RS. Estações Ferroviárias do Brasil*, 20---. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/carazinho.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.
- HASENAK, Henrique; WEBER, Eliseu José.(org.) *Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - escala 1:50.000*. Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia. 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/250-base-cartografica-vetorial-continua-do-rio-grande-do-sul-escala-1-50-000>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (a)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapas bases e referenciais*. 2010. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 10 jan. 2021. (b)
- IBGE CIDADES. *Rio Grande do Sul/Carazinho/Panorama*. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/carazinho/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- IBGE CIDADES. *Rio Grande do Sul/Carazinho/Pesquisa/Censo - séries históricas*. IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/carazinho/pesquisa/43/30281?tipo=grafico&indicador=30281>. Acesso em 10 jun. 2021.
- IPHA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874 - 1959*. Porto Alegre: Palotti, 2002.
- IPHAN. *Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário*: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. 20--.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Editora WMF, 2011.
- MACEDO, Sílvio Soares. *Espaços Livres. Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 7, 1995, p. 15-56.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre - Objeto de Trabalho. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, 2006, p.175-198.

O OLHAR para a cidade. *Diário da Manhã*, Carazinho, 24 de janeiro de 2007. Disponível no acervo do Museu Olívio Otto, consulta em 2020.

O RESGATE de uma história de lutas. *Diário da Manhã*, Carazinho, janeiro de 1999. Especial 68 anos de Carazinho. Disponível no acervo do Museu Olívio Otto, consulta em 2020.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem Ambiente Ensaios*. São Paulo, n.13, 2000, p. 159-179.

PREFEITURA DE CARAZINHO. *Nossa Cidade: Histórico*. Carazinho, 17 out. 2018. Online. Disponível em: <https://www.carazinho.rs.gov.br/portal/cidade/11/historico>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO (Município). *Lei Complementar nº 174, de 13 de dezembro de 2013*. Dispõe Sobre O Código de Parcelamento do Solo do Município de Carazinho. Carazinho, RS, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979*. Dispõe Sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n.24, 2007, p. 81-88.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 176 p.

SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras - um debate conceitual. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n.26, 2009, p. 225-247.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexão sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 229 - 249.

SPECK, Jeff. *Cidade Caminhável*. 1ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. *Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.

TAVARES, Alessandro. *Retirada dos trilhos em Carazinho precisa de análise de três instituições*. *Diário da Manhã*. Carazinho, 07 jun. 2019. Online. Disponível em: <https://diariodamanha.com/noticias/retirada-dos-trilhos-em-carazinho-precisa-de-analise-de-tres-instituicoes/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

WOLF, Gladis Helena. *Trilhos de Ferro, trilhas de Barro: A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul - Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

parede branca



ENTRE-LUGAR

Uma experiência da passagem em Jóia/RS

Ana Luiza Dambros Bazzan¹

Entre-Lugar como uma experiência da passagem consiste em uma proposta de desenho urbano desenvolvida visando a qualificação de uma escadaria existente na cidade de Jóia, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O município abriga 8.331 habitantes, sendo destes 2.089 residentes da área urbana, segundo o último censo (IBGE, 2010).

Reconhecendo a escadaria como um *entre-lugar*, o projeto tem como objetivo qualificar a passagem, tendo como conceito o enaltecimento da potencialidade de experiência e apropriação, promovendo espaços de convívio, lazer e contemplação da paisagem nessa pequena cidade. Um lugar de lugares, passível de diferentes formas de usos, como um cinema ao ar livre e diferentes formas de apropriação em grandes patamares.

A justificativa do projeto se apoia na escassez de espaços de qualidade para lazer da população. O percurso entre a Praça Marcial Terra e o Rio Lajeado Bonito, passando pela escadaria, tem grande potencial projetual para contemplação do pôr do sol e da natureza. O público alvo do projeto, além da população que mora no ambiente urbano, engloba a população do meio rural, que procura na cidade serviços e recursos. Muitos acessam a cidade a partir da rodoviária, que pertence ao circuito do projeto.

O projeto proposto como *entre-lugar* desestimula o controle organizador e ordenador da arquitetura e urbanismo com todas as suas regras normativas e limitadoras. Pois esse exagerado apego, associado ao projeto não favorece as condições para o florescer do inesperado, da ambiguidade, do porvir e das incongruências (GUATELLI, 2012).

As propostas buscam sugerir, mas nunca definir apenas um uso ou utilidade para o espaço. Esse ato de morar e demorar-se na arquitetura, promove infinitas possibilidades de acontecimentos e de significações. Essas possibilidades são definidas pelo usuário, visto como um ser complexo e único, que utiliza e intervém no espaço. Nisso que se aposta: na apropriação do espaço e ressignificação de seus usos (VELLOSO, 2016), para que várias pessoas com diferentes anseios usufruam do lugar.

Nesse espaço, o fazer arquitetônico possibilitaria uma experiência, como afirma Derrida (1983, p. 15 apud GUATELLI, 2012, p.31), “onde se criaria a possibilidade de chegada de algo que não nos deixa os mesmos”. Um espaço não idealizado pela doutrina da funcionalidade e função, mas sim, um lugar aberto à plurissignificação. Adquirindo diferentes formas, mas permanecendo em sua condição original.

Na arquitetura, a lógica do fazer-reflexivo foi perdendo espaço para o fazer prático, e a procura por resultados e respostas. Nossa sociedade, segue o mesmo raciocínio, e é dirigida pela lógica da mercadoria-produto (GUATELLI, 2012).

Desse modo, os projetistas geralmente analisam os usuários do espaço como utilitaristas, passivos e consumidores e não como protagonistas ativos. Reafirmando esse caráter,

com projetos roteirizados, pré-determinados para vida cotidiana, carregados de teorias proibitivas, de impedimentos e exclusão.

A intenção do projeto aqui apresentado é defender o enriquecimento para o sujeito que usufrui do espaço, proporcionar experiências nessa passagem pela escadaria, possibilitar a inclusão, os questionamentos e o convívio com as diferenças. Abrindo caminho para o inesperado e a manifestação dos sujeitos.

Referências

BAZZAN, Ana Luiza Dambros. *Entre - Lugar uma experiência da passagem: Jóia/RS*. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tfgonline/temas/paisagismo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo: SENAC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/joia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VELLOSO, Rita. *Apropriação, ou o urbano experiência*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n189.05, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949>. Acesso em: 10 abr. 2019.

¹ Arquiteta e urbanista FAURB|UFPEL.



Figura 2 – Projeto dos perfis viários e do paisagismo. Fonte: da autora, 2019.



Figura 3 – Camadas espaço-temporal do projeto da escadaria. Fonte: da autora, 2019.

Figura 4 – Projeto de infraestrutura e luminotécnico da escadaria. Fonte: da autora, 2019.

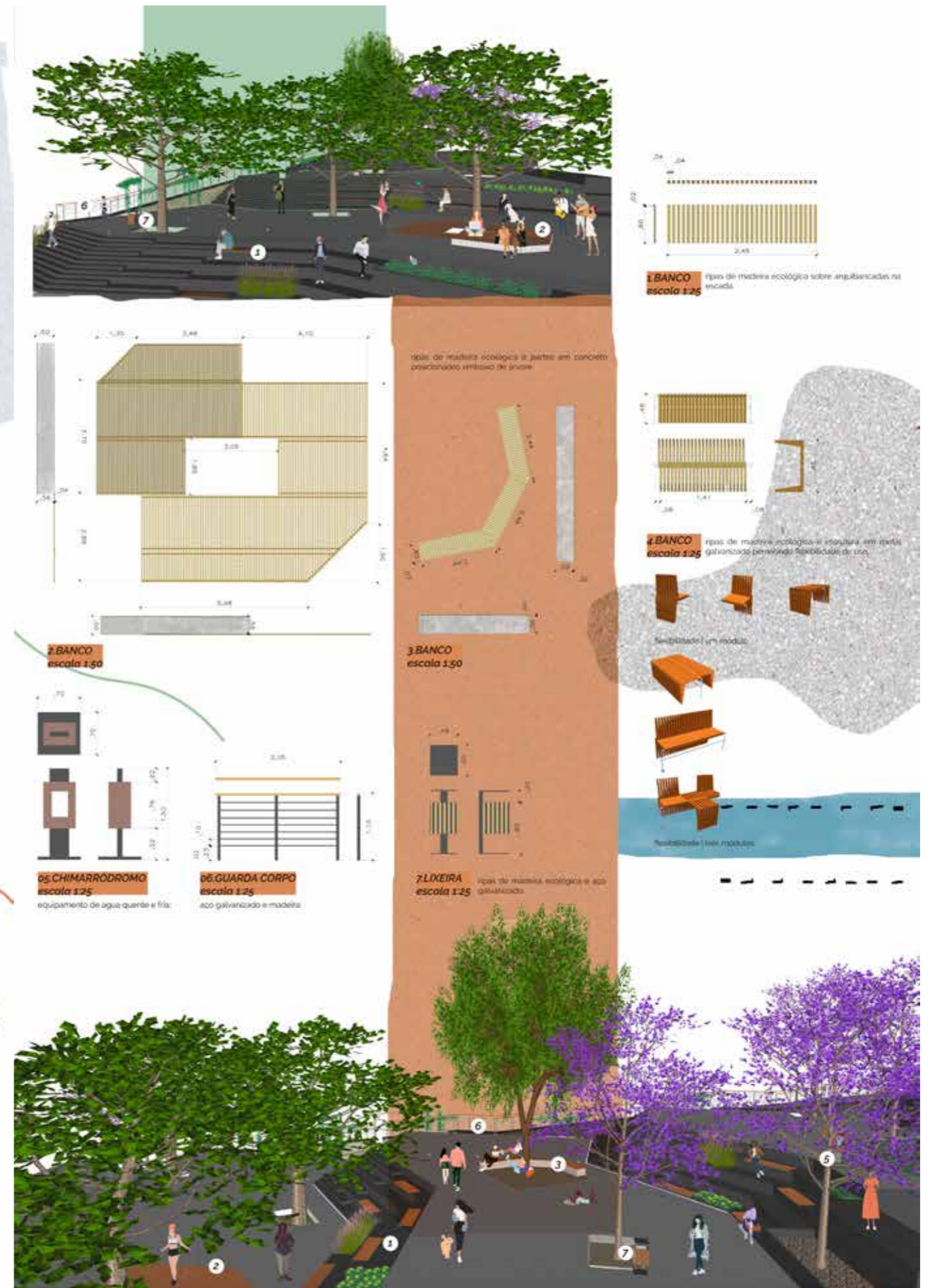
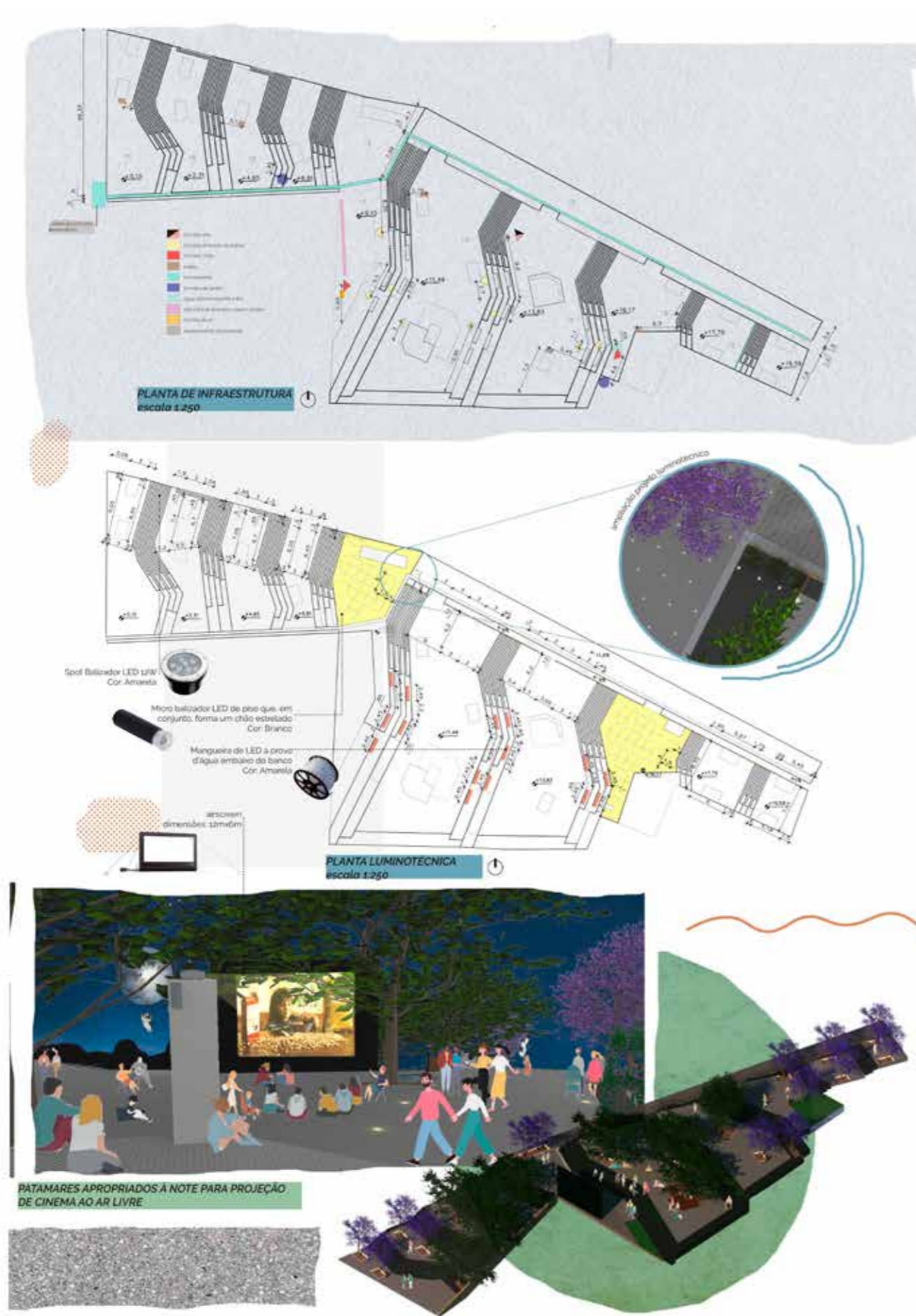


Figura 5 – Projeto dos mobiliários. Fonte: da autora, 2019.

Figura 6 – Imagens antes e depois do projeto. Fonte: da autora, 2019.



Figura 7 – Imagens antes e depois do projeto. Fonte: da autora, 2019.

A REPRESENTAÇÃO DO DISTRITO DE ARROIO GRANDE POR MEIO DO PROJETO COLLAGE

Adriano da Silva Falcão¹,
Anelis Rolão Flôres², Clarissa de Oliveira Pereira³,
Fernanda Peron Gaspary⁴ e Gabriela Martins Flores⁵

A disciplina de Composição Projetual I, pertencente ao 3º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana, tem como objetivo o desenvolvimento de um projeto de baixa complexidade com a intenção primeira de possibilitar a percepção, a identificação e a interrelação dos aspectos básicos que envolvem o processo de organização do espaço habitado e a produção do edifício inserido em seu contexto. A construção desse processo se apoia e dá ênfase à criatividade por meio da proposição de possibilidades plásticas na prática de projeto, ampliando a habilidade de leitura e interpretação na representação arquitetônica.

Para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, realizados no primeiro semestre de 2019, foi proposto como programa de necessidades um módulo de apoio turístico no pequeno distrito de Arroio Grande do Município de Santa Maria/RS. A formação do local foi decorrente dos processos de imigração que ocorreram no país, em finais do séc. XIX e meados de XX, tendo a imigração alemã obtido o menor destaque após a chegada dos imigrantes italianos na região. Atualmente, o distrito faz parte da “Rota turística e gastronômica Santa Maria - Silveira Martins”, baseada na cultura italiana e estabelecida em acordo firmado entre os municípios de Santa Maria e Silveira Martins, em 22 de março de 2005, visando desenvolver o turismo gastronômico, cultural e a sustentabilidade da região. No entanto, esses objetivos parecem não apresentar resultados significativos devido à falta de suporte, principalmente no que tange à infraestrutura física e à divulgação da Rota.

Como suporte a ampliação da criatividade dos alunos o grupo apoiou-se na experimentação da técnica de *collage* baseando-se nas oportunidades e vivências pedagógicas do grupo de professores da disciplina que, em diversas oportunidades acompanharam, em edições diferentes, grupos de alunos em *Workshops* na Fundação Enric Miralles em Barcelona/ES. Nas ocasiões dos *Workshops*, projetos-*collages* foram elaborados com base na metodologia desenvolvida pelo Arq. Enric Miralles, que atualmente continuam com a condução da Arq. Benedetta Tagliabue. A metodologia consiste, de maneira sucinta, na extração de formas do local obtidas pela manipulação das imagens pela *collage*. A partir das *collages*, inicia-se a elaboração dos projetos que seguem por etapas diversas de manipulações. Ao final é possível se reencontrar as *collages* ao se analisar os projetos, a essência do percurso se materializa em plantas baixas e perspectivas. A aplicação desta metodologia no nosso curso iniciou após o

primeiro *Workshop*, ocorrido em 2013, e encontrou lugar na prática projetual, tanto nas atividades dirigidas pelos docentes, como pela disseminação dos primeiros alunos participantes do curso, considerada como uma alternativa dos métodos relacionados exclusivamente ao uso do computador. “Essa forma de aproximar-se do contexto por meio da *collage* permite novas percepções sobre o ambiente de intervenção. Alguns consideraram que esta metodologia proporcionou maior liberdade de criação, que esse método poderia ser considerado algo bastante distinto do que haviam estudado ou aplicado” (PEREIRA, VIEIRA, 2017, p. 68).

A *collage* quando aproximada à arquitetura revela que vai além da expressão gráfica, configura-se como a montagem de um processo que recria uma multiplicidade de experiências próprias, capazes de resultar não apenas em um método que potencializa as estratégias projetuais como na própria arquitetura, por meio de formas adaptadas em partes ou no todo das edificações. Sobre os encontros das figuras e os múltiplos significados que são consequência da *collage*, Fuão pontua as transformações que ocorrem no momento que antecede a cola:

Registro transitório de estranhas coincidências que se configuram em nosso imaginário. Momento passageiro e em contínua transformação um olhar que se despeja sobre as imagens, objetos e seres, detectando entre eles toda a sorte de analogias poéticas, com a intenção de provocar um encontro. É como acariciar a pele da fotografia, da imagem, com a visão e, logo, observar que ela se incha, respira, toma vida (FUÃO, 2001, p. 51).

Como ponto de partida da disciplina em 2019, foi realizada uma visita no local e nela os acadêmicos reconheceram e registraram as características do lugar, por meio de fotografias e anotações das memórias dos moradores entrevistados. Devido ao pequeno tamanho da localidade, a visita foi realizada em um turno e as edificações cadastradas tiveram não apenas a tomada de panorâmicas como, também, o registro completo dos seus detalhes.

As atividades em sala de aula se desenvolveram em três momentos: a primeira *collage*, consistiu em uma leitura sobre o lugar, através da manipulação de registros fotográficos, realizados na visita ao local e material complementar (como imagens aéreas e recortes de revistas). Neste primeiro momento, os acadêmicos expressaram as suas percepções, em distintas aproximações e escalas sobre elementos excepcionais que em sua originalidade pertencem a memória de Arroio Grande. As *collages* seguintes aprofundaram as singularidades dos distintos olhares de cada grupo, definindo narrativas através dos recortes, repetições, sobreposições e supressões das imagens. A terceira *collage*, como remate desta sequência, sugere caminhos para as arquiteturas que foram desenvolvidas como exercício da disciplina. Todas estas sequências contemplaram outros processos da *Collage* como a *decollage*, a *rollage* e a *(in)image*, e as relações da arquitetura com procedimentos tão próximos às artes visuais. O resultado final das *collages* proporcionou a descoberta de novos olhares sobre o lugar, carregados de simbolismos e de expressões que serviram de subsídio para o lançamento do partido geral e desenvolvimento do projeto.

1 Arquiteto e Urbanista (UFSM), Mestre em Engenharia (UFRGS), Doutorando do Programa em Desenvolvimento Regional (UNISC - 2020), Bolsista PROSUC/CAPES II.

2 Arquiteta e Urbanista (Centro Universitário Ritter dos Reis), Mestre em Arquitetura (PROPAR/UFRGS), Doutora em Arquitetura (PROPAR/UFRGS).

3 Arquiteta e Urbanista (UNISINOS), Master em Projetos Arquitetônicos (ETSAB/ UPC de Barcelona), Master em Conforto Ambiental pela (ETSAB/ UPC), Pós Graduação em Urbanismo pela (ETSAB/ UPC), Doutora em Projetos Arquitetônicos pela (ETSAB/UPC de Barcelona/ES homologado pela UFRGS).

4 Arquiteta e Urbanista (UFSM), Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM).

5 Arquiteta e Urbanista (Universidade Franciscana).

Referências

FUÃO, Fernando. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PEREIRA, Clarissa de Oliveira; VIEIRA, Liese Basso (orgs.). *Arquitetura efêmera no centro histórico de Barcelona: 1 workshop de arquitetura FEM/EMBT e arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Franciscano*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2017.

Figura 1 - Elaboração das primeiras collages com o grande grupo. As collages foram elaboradas a partir do levantamento fotográfico do local, das suas edificações, da vegetação e manifestações da cultura italiana. Fonte: Acervo dos autores, 2019.



Figura 2 - Painel de apresentação das primeiras collages com o objetivo de identificar elementos recorrentes, assim como realizar uma leitura do local. Fonte: Acervo dos autores, 2019.



Figura 3 - Painel de apresentação das primeiras collages com o objetivo de identificar elementos recorrentes, assim como realizar uma leitura do local. Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Figura 4 - Collage inicial realizada no primeiro dia. Os alunos partiram da manipulação das imagens do levantamento. Fonte: Acervo dos autores, 2019. Figura 5 - Collage inicial realizada no primeiro dia. A collage utiliza imagens das edificações de Arroio Grande e seus detalhes na forma de um percurso. Fonte: Acervo dos autores, 2019.

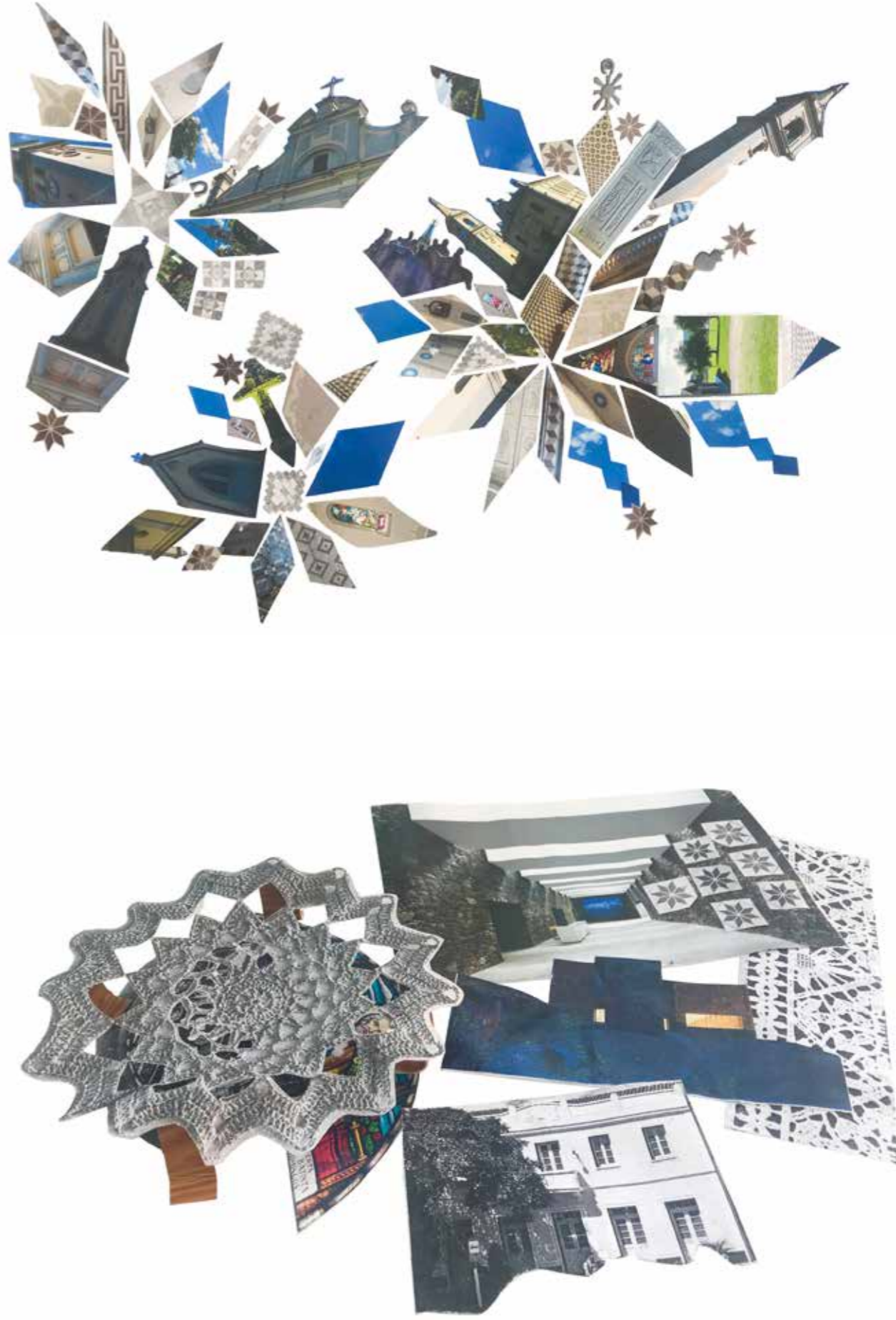


Figura 6 - Collage com formas radiais de fragmentos. A partir das primeiras collages os acadêmicos selecionaram formas e detalhes para a realização dessas novas composições. Fonte: Acervo dos autores, 2019. Figura 7 - Collage tridimensional com referências às edificações do lugar, aos ladrilhos históricos e crochês das nonas. Fonte: Acervo dos autores, 2019.et Siqueira, 2020.



Figura 11 - Collage de processo e maquete final do projeto. Fonte: Acervo dos autores, 2019. Figura 12 - Grupo de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo em frente da Igreja São Pedro, em Arroio Grande, distrito de Santa Maria. Fonte: Acervo dos autores, 2019.



A AMAZÔNIA URBANA Entre cores e geografias

Estevan Bartoli¹

Escrevo em meio à maior cheia já ocorrida na Amazônia (ápice no final de junho de 2021), situado numa das ilhas fluviais em que se assenta a segunda maior cidade do estado do Amazonas, Parintins. As telas desenvolvidas nos últimos 11 anos acompanham minha atuação como pesquisador e educador. Os trabalhos de campo realizados em pequenas cidades nesse período inspiraram parte dos quadros que também contemplam percepções sobre a metrópole Manaus.

Mesmo com evento extremo da sazonalidade regional esboçado no quadro *Seresta da cheia grande* (Figura 1), há permanência da ludicidade, dos festejos e resistências através de cantorias seresteiras em meio às palafitas da metrópole.

No quadro *A urbe território indígena* (figura 2) percebi na época as inúmeras missões religiosas estruturadas nas cidades e preparadas para incursões nos territórios indígenas. Ao mesmo tempo, cidades passam a ser nódulos estratégicos para reconstrução dos projetos indígenas de resistência (BARTOLI, 2015).

Pintei o quadro *Rio de sangue e o barqueiro seletivo* após uma chacina em Manaus ocorrida em 2018 pela ação da polícia num bairro periférico. O barqueiro seleciona resíduos para reciclagem em meio à banalidade das mortes e dos cadáveres flutuando sobre o Rio Negro (agora tingido de vermelho).

Desde o desenvolvimento de minha tese de doutorado sobre a manifestação do fenômeno urbano na Amazônia em localidades com intensas dinâmicas ribeirinhas (BARTOLI, 2017), passei a aprofundar entendimento de que as redes constituídas pelo Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho formam as principais mediações entre interiores e cidades (BARTOLI, 2018a; 2018b; 2019; 2020a; 2020b). O quadro reproduz um jargão muito prolapado por aqui pelos interiores do Amazonas: *o sujeito está mais sério que cachorro em proa de canoa* (Figura 4).

Nos dois trabalhos a seguir utilizei antenas de alumínio convexas para base das pinturas. Em *Sky: você na periferia, sempre!*, o fosso entre produtores e receptores de conteúdos é profundo, revelando manifestações da fragmentação espacial. Na obra *Batelões alados e rios voadores*, os barcos aparecem como heterotopias entre a metrópole e as palafitas.

O quadro *Embarcações como moradias Urbano-Ribeirinhas*, dialoga com análises das beiras de rio da cidade de Parintins, onde as embarcações internalizam o processo urbano, servindo de moradia, transporte, local de sociabilidades e aprendizado laboral (BARTOLI, 2018b; 2019).

As territorialidades ressaltadas nas pesquisas nos remetem a exercícios imaginativos que rompem com as amarras dos universos institucionais que nos aprisionam, como no utopismo dialético proposto por Harvey (2000), tendo a virtude de ultrapassar as concepções simplistas das relações entre formas e processos, pois as formas

espaciais acabam sendo subvertidas e até controladas pelos processos sociais a que pretendiam controlar. A produção e a *defesa das diferenças geográficas* (HARVEY, 2000) é suporte para definição de campos possíveis de ações políticas futuras, além de essenciais para a compreensão das contradições capitalistas. Os quadros *Manaus Antifa* (figura 8) e *Cabanagem Urbano-Ribeirinha* (figura 9) dialogam com utopismos dialéticos revolucionários.

Referências

BARTOLI, Estevan. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. In: *Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)*, CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.

BARTOLI, Estevan. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)*. 2017 (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: PPGG / UNESP.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. *Mercator*, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, Estevan. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, Estevan. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). *GeoNorte*, v.13, 2019.

BARTOLI, Estevan. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). *Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.

BARTOLI, Estevan. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020 b.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.

¹ Doutor em geografia (UNESP) – professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

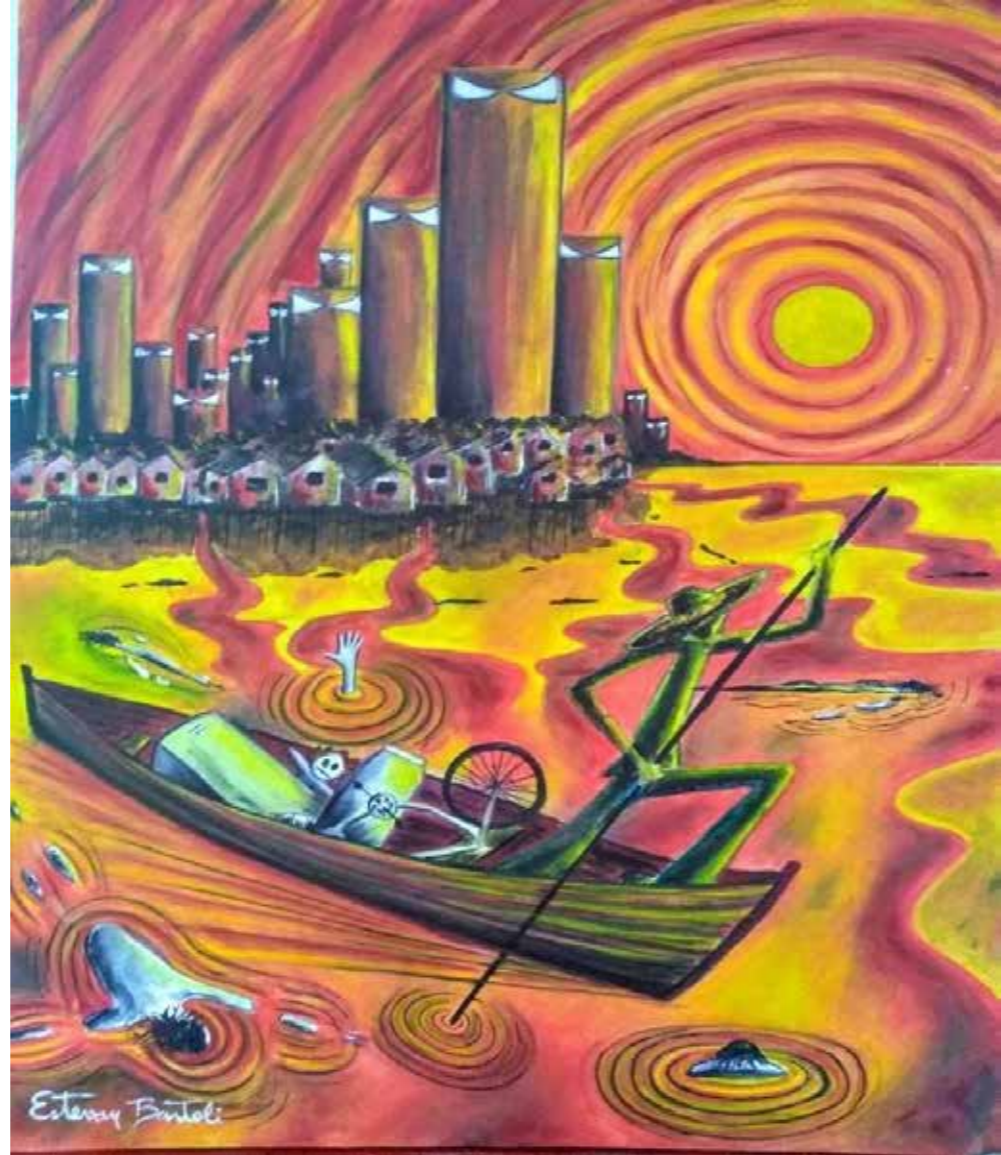


Figura 1 - Seresta da cheia grande. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2019). Figura 2 - A urbe território indígena. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2017). Figura 3 - Rio de sangue e o barqueiro seletivo. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2018). Figura 4 - Mais sério que cachorro em proa de canoa. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2021). Figura 5 - Sky: você na periferia, sempre! Técnica: óleo sobre antena de alumínio. Autor: Estevan Bartoli (2017). Figura 6 - Batelões alados e rios voadores. Técnica: acrílica sobre antena de alumínio. Autor: Estevan Bartoli (2021).

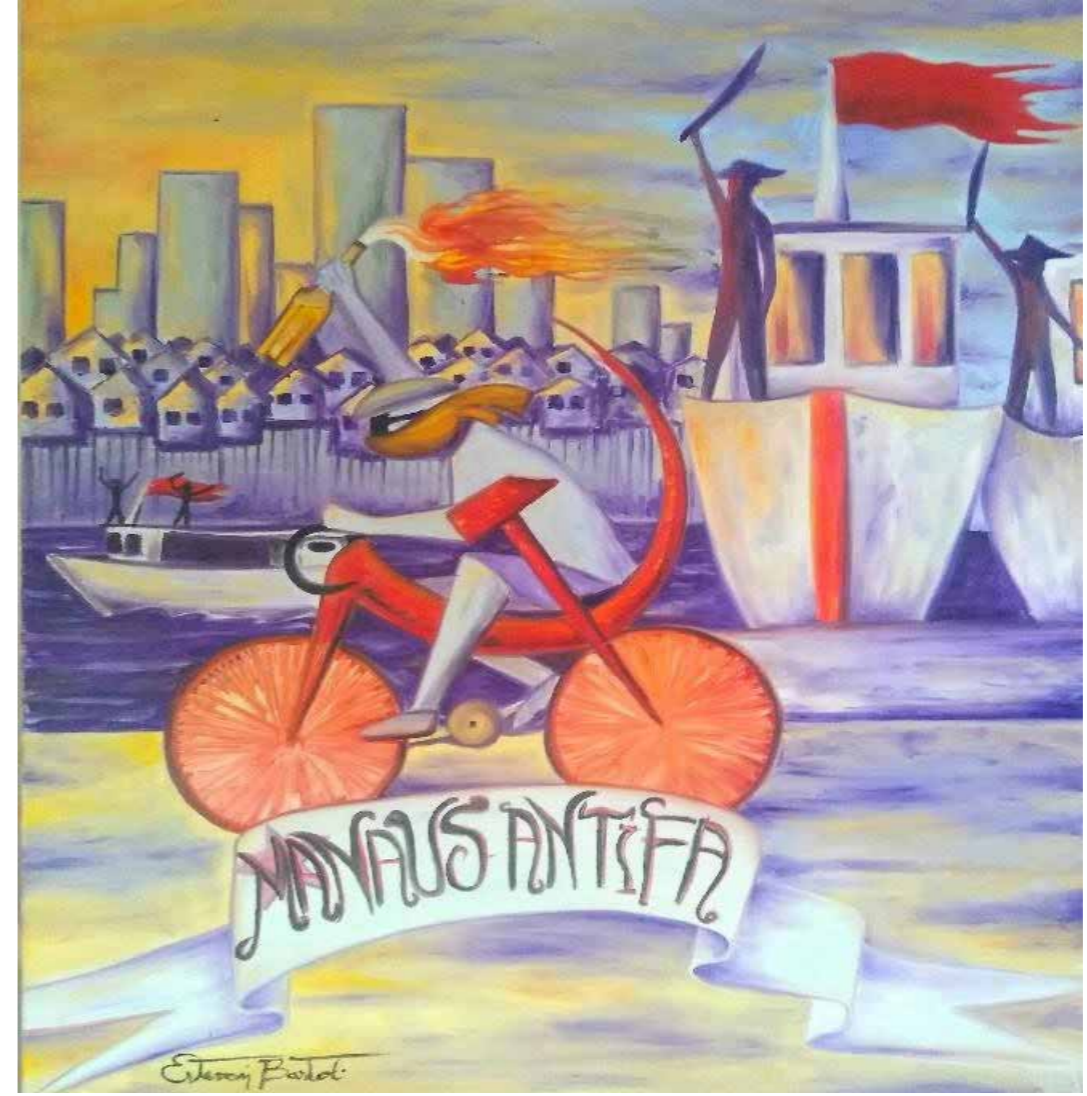
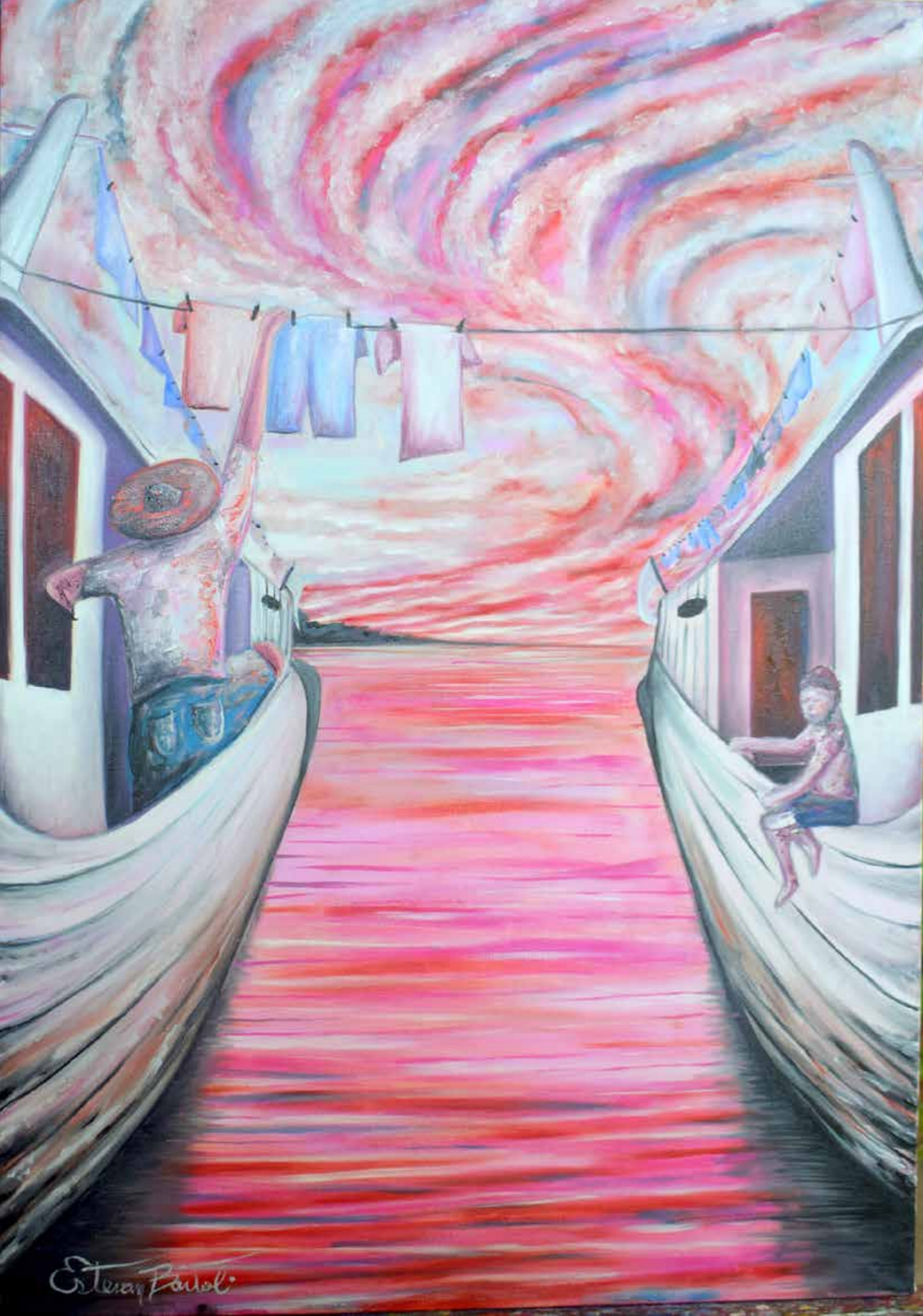


Figura 7 - Embarcações como moradias Urbano-Ribeirinhas. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2021). Figura 8 - Manaus Antifa. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2019). Figura 9 - Cabanagem Urbano-Ribeirinha. Técnica: óleo sobre tela. Autor: Estevan Bartoli (2021).

Estevan Bartoli



ISSN 2526-7310

